



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

**REDES AGROALIMENTARES ALTERNATIVAS NO CONSUMO-
PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO. ESTUDO DE CASO
COMPARATIVO BRASIL - COLÔMBIA**



César Andrés Alzate Hoyos

Presidente Prudente (SP)

2021



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE

César Andrés Alzate Hoyos

**REDES AGROALIMENTARES ALTERNATIVAS NO CONSUMO-PRODUÇÃO DO
ESPAÇO URBANO. ESTUDO DE CASO COMPARATIVO BRASIL - COLÔMBIA**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Câmpus de Presidente Prudente, para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Linha de Pesquisa: Produção do Espaço Urbano.

Agência de financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP.

Orientadora:
Prof^a. Dr^a. Maria Encarnação Beltrão Sposito.

Presidente Prudente (SP)

2021

H867r	<p>Hoyos, César Andrés Alzate</p> <p>Redes Agroalimentares Alternativas no consumo-produção do espaço urbano : Estudo de caso comparativo Brasil - Colômbia / César Andrés Alzate Hoyos. -- Presidente Prudente, 2021</p> <p>451 p.</p> <p>Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente</p> <p>Orientadora: Maria Encarnação Beltrão Sposito</p> <p>1. Geografia urbana. 2. Geografia agrícola. 3. Movimentos sociais. 4. Segurança alimentar. 5. Produtos agrícolas Comercialização cooperativa. I. Título.</p>
-------	--

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Presidente Prudente

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: REDES AGROALIMENTARES ALTERNATIVAS NO CONSUMO-PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO. ESTUDO DE CASO COMPARATIVO BRASIL - COLÔMBIA.

AUTOR: CÉSAR ANDRÉS ALZATE HOYOS

ORIENTADORA: MARIA ENCARNAÇÃO BELTRÃO SPOSITO

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Doutor em GEOGRAFIA, área: Produção do Espaço Geográfico pela Comissão Examinadora:

Profa. Dra. MARIA ENCARNAÇÃO BELTRÃO SPOSITO (Participação Virtual)
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente

Prof. Dr. EVERALDO SANTOS MELAZZO (Participação Virtual)
Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente / Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente

Prof. Dr. CARLOS ALBERTO FELICIANO (Participação Virtual)
Departamento de Geografia / Unesp/FCT - Câmpus de Presidente Prudente

Prof. Dr. MARCOS AURELIO SAQUET (Participação Virtual)
Campus de Francisco Beltrão / UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ

Profa. Dra. ELIANE TOMIASI PAULINO (Participação Virtual)
Departamento de Geociências / UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

Presidente Prudente, 05 de outubro de 2021

DEDICATÓRIA E AGRADECIMENTOS

À minha família...
À minha namorada...
Aos meus mestres...
Aos meus amigos...
Aos colaboradores...
À minha gata...

...Só infinita gratidão.

A meu pai, Gustavo Alzate, agradeço pela ilustração da capa.

E em especial reconhecimento, agradeço:

À Universidade Estadual Paulista (UNESP), por possibilitar esta grande oportunidade;

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES);

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo grande apoio financeiro concedido aos processos n° 2017/04041-4 com Período de Vigência 01/10/2017 a 31/03/2021 e n° 2019/16808-3 com período de vigência 01/01/2020 a 27/06/2020. Permitindo uma dedicação exclusiva na pesquisa.



(QUINO, Mafalda. Todas las tiras. 3.ed. Ciudad de Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 2015, p. 126)

Para el neoliberalismo lo que importa no es el progreso, sino el mercado; no es la producción, sino la especulación; no es la calidad del producto, sino su éxito publicitario; no es el valor de uso de la mercancía, sino el fetiche que la reviste. Se compra un producto por el aura que lo envuelve y parece ser capaz de promover el estatus del usuario... En sí la persona parece no tener ningún valor en la óptica neoliberal. Por eso, quien no posee bienes es despreciado y excluido. Quien los posee es envidiado, cortejado y festejado.

(Eduardo Galeano, 2001)

RESUMO

A fome como ausência é, paradoxalmente, negação, instrumentalizada e incorporada no próprio ciclo reprodutivo do capital, que em sua escala global, parece dominar e cooptar de maneira hegemônica qualquer tentativa de soberania alimentar praticada desde e para cada realidade. Desta maneira, e, frente a este desafio, as Redes Agroalimentares Alternativas (RAAs) constituem espaços de resistência, em que se pretende reconstituir, de um outro modo, a separação de um vínculo original que foi cindido na relação campo-cidade, a alimentação. Assim, busca-se compreender o papel dessas redes e as práticas de consumo diferenciado associadas a elas na produção do espaço urbano das cidades de Curitiba - Brasil e Medellín - Colômbia em seu espaço de articulação e, construção de um sistema agroalimentar territorial alternativo. Embora diversos contextos constituem a pesquisa, o método dialético busca dar conta das contradições e das dependências, fazendo assim da abordagem comparativa, o caminho procedimental que privilegia esse encontro. Em seis capítulos, integra-se uma discussão macro sobre o Sistema Agroalimentar Global às políticas e à institucionalidade que compõe o marco formal nacional e municipal em que as redes se inserem, tratando das práticas específicas que caracterizam cada experiência selecionada; como também, no âmbito de uma configuração urbano-espacial circunscritas tanto aos eixos de concentração e dispersão, e em análise das centralidades; quanto, na articulação multiescalar de um determinado espaço de produção vital, priorizando a dialética da transferência - dependência, para abordar não só as formas e mecanismos do processo objetivizante em si, como também os processos contra-arrestantes da contradição e da ação coletiva criativa que busca romper com a negação da negação que instaura o processo moderno da produção do espaço urbano.

Palavras-chave: Redes Agroalimentares Alternativas; Circuitos da Economia Urbana; Produção e Consumo do Espaço Urbano; Sistemas de Transferência de Valor; Curitiba – Brasil; Medellín – Colômbia.

RESUMEN

El hambre como ausencia es, paradójicamente, una presente negación, instrumentalizada e incorporada al propio ciclo reproductivo del capital, que, en su escala global, parece dominar y cooptar de manera hegemónica cualquier intento de soberanía alimentaria practicada desde y para cada realidad. De esta manera, y frente a este desafío, las Redes Agroalimentarias Alternativas (RAAs) constituyen espacios de resistencia, en los cuales se pretende reconstituir la separación de un vínculo original que fue escindido en la relación campo-ciudad, la alimentación. Así, se busca comprender el papel de estas redes y las prácticas de consumo diferenciado asociadas a ellas en la producción del espacio urbano de las ciudades de Medellín – Colombia y Curitiba – Brasil en su espacio de articulación y construcción de un sistema agroalimentario territorial alternativo. Aunque diversos contextos constituyen la investigación, un método dialéctico espera dar cuenta de las contradicciones y de las dependencias, así, hacemos del abordaje comparativo, el camino procedimental que privilegia ese encuentro. En seis capítulos, se integra una discusión macro del Sistema Agroalimentario Global con las políticas y la institucionalidad que compone el marco formal nacional y municipal, en el cual las redes estarían adscritas, tratando de las prácticas específicas que caracterizan a cada una de las experiencias seleccionadas; así como, en el ámbito de una configuración urbano-espacial circunscrita tanto a los ejes de concentración y dispersión, y un análisis concerniente a las centralidades; como en la articulación multiescalar de un determinado espacio de producción vital, priorizando la dialéctica de la transferencia – dependencia, para abordar de esta manera, no solo las formas y mecanismos del proceso objetivizante en sí, como también los procesos contrarrestantes de la contradicción y la acción colectiva creativa que busca romper con la negación de la negación que instaura el proceso moderno de la producción del espacio urbano.

Palabras clave: Redes Agroalimentarias Alternativas; Circuitos de la Economía Urbana; Producción y Consumo del Espacio Urbano; Sistemas de Transferencia de Valor; Curitiba – Brasil y Medellín – Colombia.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Curitiba, Brasil. Feira Especial de Inverno (Praça Osório). 2019	60
Figura 2. Curitiba, Brasil. Feira Noturna Batel. 2019	60
Figura 3. Curitiba, Brasil. Sacolão da Família (Hugo Lange). 2019	63
Figura 4. Curitiba, Brasil. Mutirão de distribuição dos alimentos do PAA, CECOPAM. 2018	71
Figura 5. Curitiba, Brasil. Roda de Conversa em Igreja Pentecostal. 2018.....	72
Figura 6. Setor sul de Curitiba, Brasil. Memorial da Associação de Moradores de Xapinhãl. 2018	73
Figura 7. Medellín, Colômbia. Pontos de Comercialização de alimentos orgânicos. 2018	81
Figura 8. Centro da cidade de Medellín, Colômbia. Vitrina Campesina La Alpujarra. 2018.....	82
Figura 9. Medellín, Colômbia. <i>Unidades de Vida Articulada (UVA) El Poblado e o Shopping Center El Tesoro</i> . 2018.....	84
Figura 10. Medellín, Colômbia. <i>Mercado Campesino Parque Santa María de los Ángeles</i> . 2018.....	84
Figura 11. Medellín, Colômbia. <i>Corporación Campesina de San Antonio de Prado em Vitrina Campesina</i> . 2018.....	85
Figura 12. Medellín, Colômbia. <i>Mercado Campesino no parque La Presidenta</i> . 2018	86
Figura 13. Medellín, Colômbia. <i>Mercado Agroecológico da Universidad de Antioquia</i> . 2018	87
Figura 14. Assentamento na Lapa, Brasil. Produção agroecológicas. 2019	97
Figura 15. Curitiba, Brasil. Preparação das Cestas Agroecológicas. 2018	99
Figura 16. Curitiba, Brasil. Local de distribuição e armazenagem das Cestas Agroecológicas. 2018	99
Figura 17. Curitiba, Brasil. Padaria Comunitária CECOPAM. 2018.....	103
Figura 18. Curitiba, Brasil. <i>Tienda de Comercio Justo Colyflor</i> . 2018.....	105
Figura 19. Curitiba, Brasil. Rede de Colyflor e encadeamento solidário. 2018.....	106
Figura 20. Medellín, Colômbia. Horta da <i>Casa de la Cultura Los Alcázares</i> . 2018	112
Figura 21. Curitiba, Brasil. Espaços de encontro da Casa da Videira. 2017	116
Figura 22. Curitiba, Brasil. Casa da videira. Aproveitamento de desperdícios. 2017	116
Figura 23. Curitiba, Brasil. Casa da Videira. Plantio e criação de animais. 2017.....	116
Figura 24. Curitiba, Brasil. Casa da Videira. Elaboração artesanal de massas. 2017.....	117
Figura 25. Concepção de totalidade/exterioridade na relação sujeito-objeto	168
Figura 26. Projeção do sistema de transferência de valor, subsunção dos circuitos e espaço de marginalidade	185
Figura 27. Comunas de Medellín.....	245
Figura 28. Corregimientos de Medellín	245

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Medellín - Colômbia e Curitiba – Brasil. Localização dos municípios.....	46
Mapa 2. Mapa de Calor de todas as empresas do setor terciário (Raio: 250m) e Redes Agroalimentares Alternativas.....	208
Mapa 3. Mapa de Calor do primeiro grupo selecionado (Raio: 250m) e Redes Agroalimentares Alternativas	211
Mapa 4. Mapa de Calor do primeiro grupo selecionado exceto em Shopping Centers (Raio: 250m) e Redes Agroalimentares Alternativas	212
Mapa 5. Mapa de polígonos de centralidade (Raio: 250m), renda por setor censitário (2010) e Redes Agroalimentares Alternativas.....	216

Mapa 6. Mapa de calor do segundo grupo selecionado (Raio: 250m) e Redes Agroalimentares Alternativas	220
Mapa 7. Mapa de calor do segundo grupo selecionado (Raio: 500m) e Redes Agroalimentares Alternativas	221
Mapa 8. Redes Agroalimentares Alternativas e Zonas Geoeconômicas, Medellín	242
Mapa 9. Redes Agroalimentares Alternativas e Centralidades, Medellín.....	249

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Grupo selecionado da classificação da CNAE em atividades de comércio e distribuição de alimentos	205
Quadro 2. Categorização das Redes Agroalimentares Alternativas, Curitiba	206
Quadro 3. Categorização das Redes Agroalimentares Alternativas, Medellín.....	241
Quadro 4. Quadro Metódico	259

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Critério de Alternatividade Mercados Campesinos.....	83
---	----

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	13
INTRODUÇÃO	14
PARTE I O ESPAÇO INTERSUBJETIVO, UMA APROXIMAÇÃO	20
1. O SISTEMA AGROALIMENTAR GLOBAL: UMA APROXIMAÇÃO GEOPOLÍTICA EM PERSPECTIVA HISTÓRICA.....	21
2. CARACTERIZAÇÃO DAS REDES AGROALIMENTARES ALTERNATIVAS EM MEDELLÍN E CURITIBA..	41
2.1 Aproximação ao Sistema Agroalimentar Municipal: uma abordagem a partir das políticas de segurança alimentar e o sistema de abastecimento e distribuição	44
2.1.1 Medellín	44
2.1.2 Curitiba	53
2.2 Os Mercados Institucionais.....	64
2.2.1 Rede de Segurança Alimentar de Curitiba	69
2.2.2. <i>Mercados Campesinos</i>	79
2.3 Redes Agroalimentares Alternativas e as experiências da Agricultura Sustentada pela Comunidade (ASC).....	89
2.3.1 Cestas Agroecológicas (Rede de Segurança alimentar e Rede Mandala) ..	95
2.3.2 Rede de Padarias Comunitárias.....	101
2.3.3 <i>Colyflor Tienda de Comercio Justo</i>	104
2.3.4 <i>Cultivos Orgánicos y Agricultura Sostenible (COAS)</i>	108
2.4 Agricultura urbana: da produção aos espaços pedagógicos.....	110
2.4.1 <i>Red de Huerteros de Medellín</i>	110
2.4.2 Casa da Videira.....	114
PARTE II O ESPAÇO DE FATO.....	118
3. OS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA: UM REPOSICIONAMENTO TEÓRICO E METODOLÓGICO	119
3.1 Hipótese: os limiares do paradigma e o espaço como possibilidade.....	121
3.2 Os circuitos da economia urbana e alguns desdobramentos.....	135
4. CENTRALIDADE DAS REDES AGROALIMENTARES ALTERNATIVAS NA ESTRUTURA URBANA: CONCENTRAÇÃO, DISPERSÃO E FLUXOS	188
4.1 Multi(poli)centralidade de Curitiba	188
4.2 Concentração de atividades do setor terciário e renda na centralidade das Redes Agroalimentares Alternativas, Curitiba	203
4.3 Formação urbana de Medellín em perspectiva histórica	224
4.4 Redes Agroalimentares Alternativas: Zonas Geoeconômicas e centralidades	240
PARTE III ESPAÇOS DE TRANSFERÊNCIA, ESPAÇOS DE RESISTÊNCIA.....	255

5. SISTEMAS DE TRANSFERÊNCIA E SEUS MECANISMOS DE EXPLORAÇÃO E EXPROPRIAÇÃO DE VALOR: SISTEMA AGROALIMENTAR GLOBAL SEGUNDO O NOVO PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL.....	256
5.1 Teoria Marxista da Dependência: princípios e fundamentos	259
5.2 Padrão de Reprodução do Capital e Sistema Agroalimentar Global	273
6. CONSUMO-PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E O PAPEL DAS TERRITORIALIDADES ATIVAS: UMA PROPOSTA INTRODUTÓRIA.....	302
CONCLUSÕES: UM EXERCÍCIO COMPARATIVO E DE SÍNTESE	356
REFERÊNCIAS.....	363
APÊNDICE: <i>ALTERNATIVE FOOD NETWORKS IN JAPAN</i>	384

APRESENTAÇÃO

A tese aqui apresentada, está constituída de três partes e seis capítulos, os quais se relacionam, por sua vez, com um objetivo geral e quatro objetivos específicos, aproximando assim o leitor do papel das Redes Agroalimentares Alternativas na produção do espaço urbano. Dois estudos de caso, Medellín - Colômbia e Curitiba - Brasil, será nosso Espaço Intersubjetivo de Estudo (EIE), em que se assentam as problematizações e as tematizações alusivas à pesquisa, ancorando a reflexão teórica. No texto como um todo, busca-se constituir e percorrer um movimento dialético multiescalar e, com ele, alcançar uma diversidade de níveis de abstração que permitam extrair a maior complexidade possível de nossos estudos de caso, aparentemente simples, mas bastante disruptivos, se pensados dentro dos elementos fornecidos por um paradigma de coerência. Em outras palavras, as Redes Agroalimentares Alternativas instituem uma (des)localização do plano interpretativo e interrelativo na dialética produção-consumo do espaço urbano, não pelas respostas de factibilidade que estas possam configurar e sim, porque incitam novas contradições dentro de um “pensar categorial”, marco que se pretende que seja tensionado de princípio ao fim.

É importante sublinhar que a pesquisa foi desenvolvida no cenário da pandemia da Covid-19, situação que gerou prejuízo desde o ponto de vista do desenvolvimento empírico, tanto no Brasil e na Colômbia quanto no Japão, lugar onde foi desenvolvido um estágio de pesquisa no início da pandemia. Daí que a maioria das entrevistas presenciais tenham acontecido antes de 2020.

INTRODUÇÃO

No contexto global da fome, entre as diferentes respostas locais que procuram enfrentar o desafio da segurança e da soberania alimentar, as Redes Agroalimentares Alternativas (RAAs), constituem-se em experiências concretas que redefinem a relação campo-cidade. Busca-se, por meio dessa pesquisa (**Objetivo Geral**), **compreender o papel dessas redes e as práticas associadas a elas na produção do espaço urbano das cidades de Medellín - Colômbia e Curitiba - Brasil em seu espaço de articulação e construção de um Sistema Agroalimentar Territorial Alternativo**. Deste modo, procura-se aproximar o leitor do papel das Redes Agroalimentares Alternativas na produção do espaço urbano. Dois estudos de caso, Medellín - Colômbia e Curitiba - Brasil, são nosso “epicentro” empírico e lócus de enunciação de onde se problematiza e tematiza a reflexão teórica.

Em três partes e seis capítulos, integra-se um primeiro momento de *encontro* entre dois extremos, uma lógica imposta de cima para baixo (**Capítulo 1**) e a apresentação das experiências selecionadas e a realidade político-institucional na qual elas se encontram inseridas (**Capítulo 2**), compondo assim, a primeira parte da tese denominada *O espaço intersubjetivo, uma aproximação*. Em um segundo momento, aquele que define o *fenômeno*, temos chamado de *O espaço de fato*, apresentando os primeiros desdobramentos teórico-empíricos, que revelam, a partir de um reposicionamento teórico e metodológico do sistema da economia urbana (**Capítulo 3**), as centralidades, os fluxos de concentração e dispersão, e a divisão social do espaço e do trabalho (**Capítulo 4**) que determinam parte da realidade urbano-espacial das RAAs. Finalmente, a terceira parte, intitulada *Espaços de transferência, espaços de resistência*, alude à *essência*, priorizando uma discussão centrada na articulação multiescalar do território em uma dialética da transferência-dependência (**Capítulo 5**), e, inserindo, por conseguinte, a produção do espaço urbano como um processo reprodutivo (momento no qual a palavra composta consumo-produção do espaço urbano ganha maior destaque em termos explicativos), em que os espaços de consumo (como espaços-*outros* na dialética da produção capitalista do espaço) se constituem nas verdadeiras fontes de criação, as quais, após serem objetivadas, reincorporam ditos valores na produção do espaço como momento de subjetivação, sendo assim, as Redes Agroalimentares Alternativas realizam, neste

processo todo, recomposições no tecido territorial a partir das práticas de reconexão campo-cidade (**Capítulo 6**). Finalmente, as conclusões tiveram o intuito de trazer, à maneira de síntese, os elementos diferenciais e convergentes entre as RAAs das duas cidades estudadas; assim como algumas generalidades que permitem entender a integralidade dos processos como um todo articulado. Já nas conclusões e no **Apêndice**, como parte do processo comparativo, trazemos à discussão alguns resultados do Estágio de Pesquisa no Exterior – BEPE.

Metodologia

Para desenvolver o objetivo geral da pesquisa, este foi desdobrado em quatro **objetivos específicos**: **1)** Descrever os principais elementos, relações, sujeitos e políticas que configuram o sistema agroalimentar territorial dominante das cidades escolhidas; **2)** Identificar as principais estruturas, formas e fluxos urbanos das cidades escolhidas e do sistema organizado de distribuição convencional nelas inserido; **3)** Caracterizar as Redes Agroalimentares Alternativas em seu processo de articulação (atores, fluxos, objetivos, agentes etc.); e, **4)** Analisar as principais características da produção do espaço urbano na construção de um sistema agroalimentar territorial alternativo. Para os quais, realizou-se, além da discussão teórica, trabalho de campo em Curitiba e Medellín entre 2018 e 2021.

Materiais e Métodos

A pesquisa foi desenvolvida através do método de abordagem dialético que valoriza oposições e contradições, dependências e complementaridades encontradas nas práticas e elementos que compõem os sistemas de análises. Foram trabalhados diferentes pares dialéticos produzidos em ciclos altamente interdependentes, por exemplo, dentro dos circuitos da economia urbana; no sistema convencional e alternativo agroalimentar; na produção e consumo do espaço; na oposição e articulação campo-cidade e urbano-rural.

A metodologia principal, foi a análise comparativa, como explica Baqueiro (2012, 169), diferenciando dito método (embora o autor denomine como método, será entendido aqui como um caminho procedimental e instrumental, ou seja, metodológico) com o método da abordagem, delimita esta como uma etapa concreta

da pesquisa “[...] um dos caminhos possíveis para se chegar à inteligibilidade daquilo que se quer elucidar, sendo um apoio metodológico circunscrito a uma dada fundamentação filosófica”. Do ponto de vista conceitual, salienta o autor, os principais aspectos do método comparativo são a similitude e a diferença, dando ênfase assim, à generalização ou à particularização. Além disso, na tentativa mesma da supressão da heterogeneidade no contexto global, as abordagens dos estudos geográficos que utilizam o método comparativo, assentam-se na necessidade de compreender a “[...] relação entre a produção de espaços da semelhança, resultantes das lógicas globalmente constituídas, e de espaços da diferença, advindos da resistência dos lugares em manter as características que os singularizam” (BAQUEIRO, 2012, p. 182).

Nessa ordem de ideias, esta metodologia contém elementos tanto qualitativos quanto quantitativos, no primeiro caso, possibilita-se a descrição da “[...] complexidade de um determinado problema, analisando a interação de certas variáveis, compreendendo e classificando processos dinâmicos vividos por grupos sociais (RICHARDSON, 1999, p. 80)”, assim como diferentes comportamentos individuais. Por outro lado, o uso e a análise de dados quantitativos revelará alguns aspectos factíveis de serem comparados e quantificados.

Sendo assim, os objetivos específicos foram desdobrados, sem seguir uma sequência de desenvolvimento, da seguinte maneira:

(Objetivo específico 1)

Etapa 1. Desdobramento teórico-conceitual: revisão bibliográfica dos conceitos fundamentais da pesquisa, tais como: Redes Agroalimentares Alternativas, consumo, produção do espaço urbano e os circuitos da economia urbana.

Etapa 2. Desdobramento contextual: informações básicas do contexto geográfico, social, econômico-produtivo e comercial, suas políticas e atores de principal importância para os municípios, assim como na relação regional, nacional e global.

Etapa 3. Desdobramento do sistema agroalimentar: colheita e análise de informações dos principais recursos, produtos, relações, sujeitos e políticas que configuram o sistema agroalimentar dentro da área de pesquisa.

(Objetivo específico 2)

Etapa 4. Configuração urbano-espacial: buscou-se representar as principais estruturas, formas e fluxos urbanos que formam as principais centralidades das cidades estudadas em relação com as atividades comerciais, sua concentração, dispersão e fluxos, sobretudo, no setor de alimentos, assim como o papel das Redes Agroalimentares Alternativas.

Etapa 5. Circuitos da Economia Urbana (CEU): nesta etapa os CEU foram abordados segundo perspectiva teórica em diálogo com os primeiros elementos que inserem às RAAs em uma perspectiva urbana e na produção do espaço.

(Objetivo específico 3)

Etapa 6. Seleção de critérios: realizou-se uma seleção de critérios de “alternatividade” para a delimitação das experiências a serem estudadas.

Etapa 7. Caracterização interna: estudaram-se os elementos que caracterizam a experiência em termos de organização, objetivos, perfil sócio-ambiental, estrutura, origem e tipo de produção, os canais de distribuição, população alvo etc.

Etapa 8. Articulação reticular e territorial: analisou-se as RAAs e suas práticas socioespaciais em uma perspectiva de transferência de valor, tanto do Sistema Agroalimentar Global quanto na dialética campo-cidade.

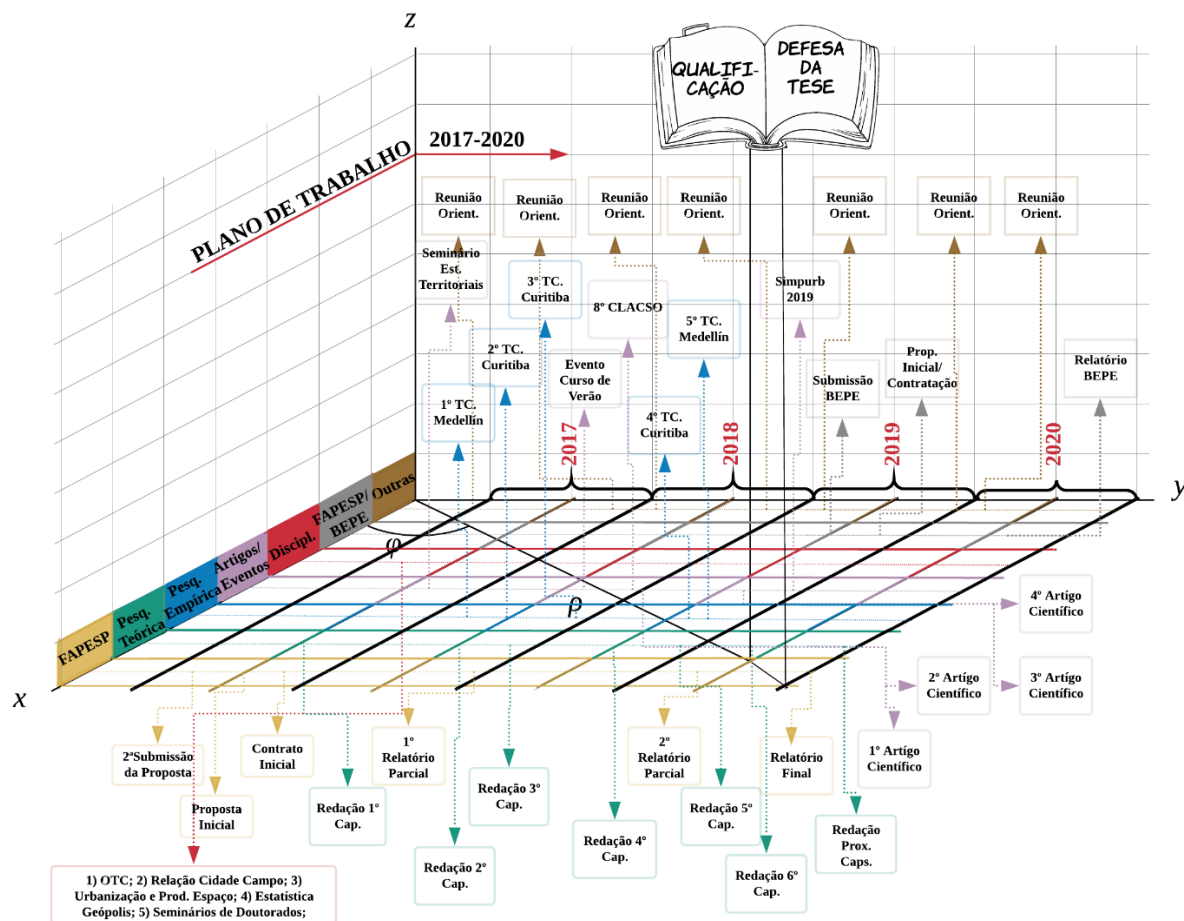
(Objetivo específico 4)

Etapa 9. As territorialidades ativas na produção do espaço urbano: analisou-se, nesta etapa, o papel das RAAs nas territorialidades ativas no papel da produção do espaço urbano como processos reconstitutivos na relação campo-cidade.

Etapa 10. Produção e consumo do espaço: retomando as etapas 8 e 9, buscou-se abordar o papel das RAAs na produção do espaço urbano em sua dialética produção/consumo.

Etapa 11. Análise comparativa: esta é uma etapa síntese que teve o intuito de selecionar os principais elementos e relações dos estudos de caso, incluindo na análise, os principais resultados do projeto BEPE. Os padrões de comparação serão de ordem teórico-empírica, assim como metodológica.

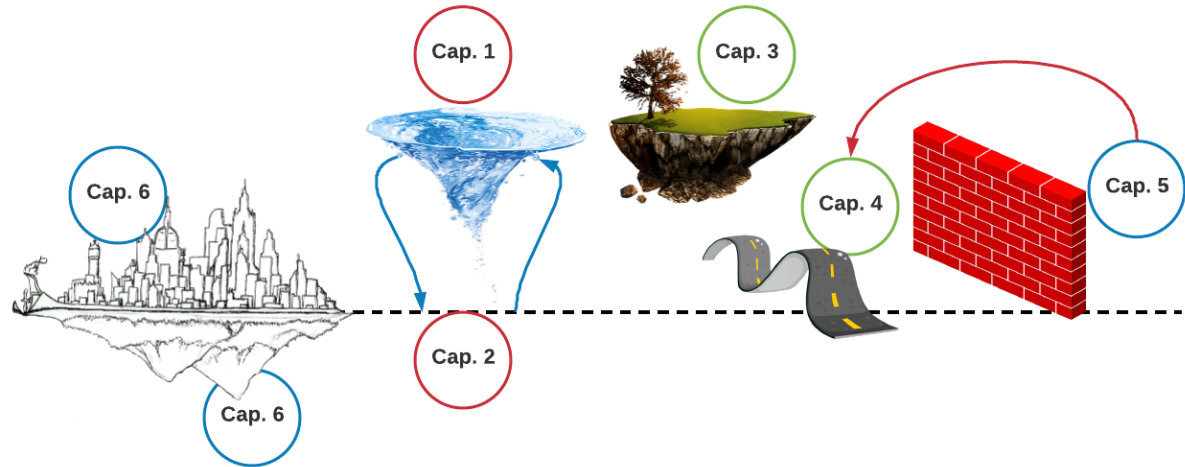
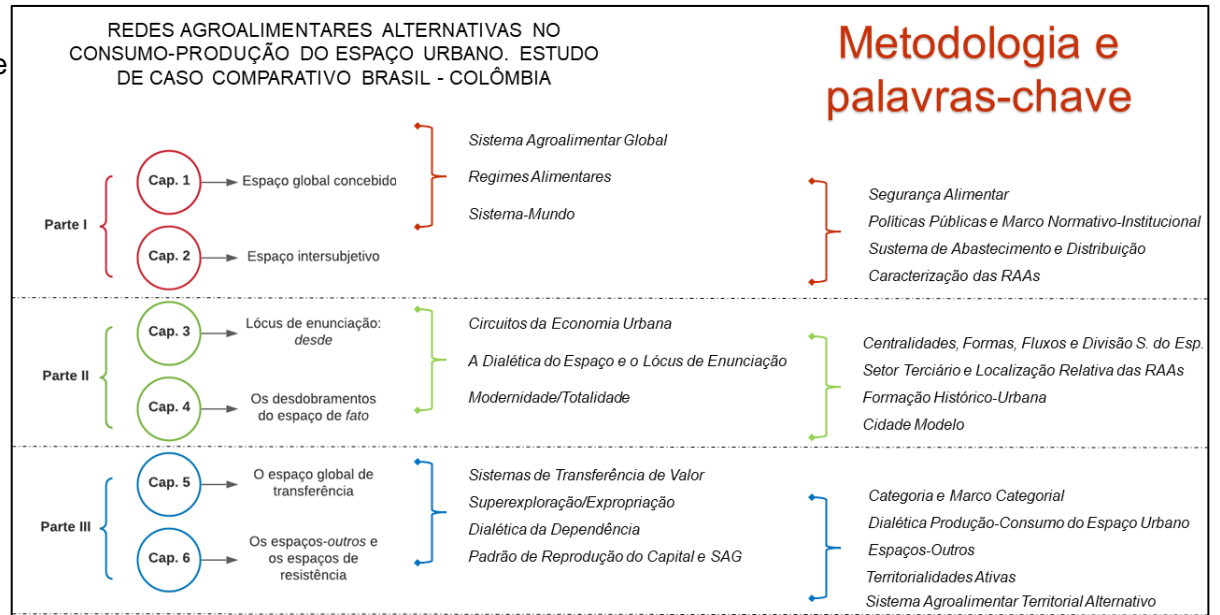
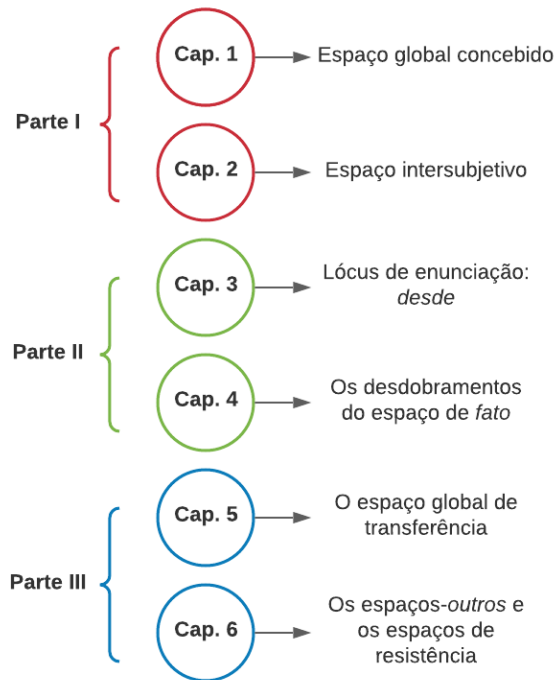
Plano de trabalho inicial 2017-2020¹



Elaboração: ALZATE, 2020

¹ Este plano teve alterações, sendo prolongado até o ano de 2021.

Figura 0. Construção mental da tese por capítulos através de imagens e palavras-chave



Elaboração: ALZATE, 2021

PARTE I

O espaço intersubjetivo, uma aproximação

1. O SISTEMA AGROALIMENTAR GLOBAL: UMA APROXIMAÇÃO GEOPOLÍTICA EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

Elaboramos nesta primeira parte, dois capítulos, com o intuito de aproximar nosso “objeto” de estudo, que aqui optamos por chamar, Espaço Intersubjetivo de Estudo (EIE). Para tal propósito, priorizamos duas escalas, a primeira, no âmbito global, dialogamos com o Sistema Agroalimentar Global, já no segundo capítulo, caracterizamos às Redes Agroalimentares Alternativas no marco das instituições e as políticas associadas à segurança alimentar e ao sistema de abastecimento e distribuição.

Quando nos referimos a movimentos de contramão, resistências e resiliências, deveríamos perguntar também por aquilo que compõe o dominante e o hegemônico. Encontramos no denominado sistema agroalimentar global (capitalista, dominante ou hegemônico) alguns elementos para entender as feições dos regimes alimentares e como estes mudam com o tempo os centros de poder e dominação, as estratégias, os interesses e os atores que exercem determinado controle. Na verdade, os mesmos discursos transmutam, porém, os modelos se justapõem e imbricam cada vez mais, pois, a própria economia com sua ascendente integração mundial, torna cada território cada vez mais e mais dependente de uma lógica global. A perda de autonomia para enfrentar problemas conjunturais (ou estruturais) como a segurança alimentar de um país em um determinado período, agora é responsabilidade mundial, a qual se atrela a uma série de decisões intrinsecamente relacionadas com as estruturas que configuram o modelo de desenvolvimento e o percurso ascendente de reprodução e acumulação do capital.

Segundo Machado e Torres (1987, p. 415, tradução nossa) “o sistema alimentar vem a ser, então, a expressão concreta do funcionamento da economia agroalimentar em uma formação social determinada”. Ainda que esta seja uma definição limitada, sobretudo porque corresponde mais a uma visão do funcionamento e características dos sistemas alimentares próprios de cada país, e menos de uma abordagem de um sistema-mundo, sintetiza muito bem nosso fio condutor em razão de nosso argumento central e ponto de partida: conforme o ser humano se torna mais urbano e expande e intensifica suas atividades industriais, a relação entre produção e consumo muda drasticamente, sofrendo um processo de distanciamento entre o vínculo original do

ser humano e a natureza (externa), que termina descaracterizando a agricultura, outrora vista como uma atividade exclusivamente rural com uma função concreta de subsistência, tornando-a em um componente de uma “complexa estrutura industrial”, comercial e financeira, convertendo o mercado na principal instância de realização e maximização do lucro, ou seja, “[...] a alimentação assume uma expressão mercantil por excelência, e como tal, um ato monetizado”, em outras palavras, colocou a alimentação no “[...] interior das relações sociais de produção em toda a extensão da economia”, que com uma decorrente integração dos mercados, transformou-a “[...] em um sistema agroalimentar de espectro global” (PAULA, 2017, p. 16, 23, 32, 35, 142).

Para entender o sistema agroalimentar global, utilizaremos o conceito de regime alimentar. Como explica McMichael (2016, p. 13) “o modo como a cadeia alimentar interliga e transformar diversas culturas mundiais por meio da comercialização é o tema do projeto de regime alimentar”, acrescenta o autor, que sendo este um conceito de seu tempo, em que a política nacional estava em declínio frente à globalização, a análise de regime alimentar combina dois conceitos: o de sistema-mundo (WALLERSTEIN, 1974) com o de regulação da acumulação de capital (AGLIETTA, 1979), “[...] situado a ascensão e o declínio das agriculturas domésticas no âmbito a história e a geopolítica do capitalismo” (MCMICHAEL, 2016, p. 13).

Dito conceito foi elaborado por Friedmann e McMichael (1989), “de modo *formal*, o conceito de regime alimentar define uma ordem mundial capitalista regida pelas regras que estrutura a produção e o consumo de alimentos em escala mundial” (FRIEDMANN, 1993, p.30-31, tradução nossa). Isto quer dizer, “um regime em particular é definido por um princípio organizador que expressa uma forma de domínio ou hegemonia” (MCMICHAEL, 2016), em que além de servir para identificar os fundamentos dos períodos históricos do capitalismo agrário, torna-se um poderoso instrumento analítico para o sistema alimentar global (HOLT-GIMÉNEZ e SHATTUCK, 2011).

O regime alimentar constitui-se por um complexo leque de agentes econômicos e institucionais, a participação direta do Estado, principalmente desde a formação dos Estados-nação, e, de modo geral, sob um sistema de produção, regulação e distribuição específico, não obstante, o que delimitam os diferentes regimes alimentares seja a presença e a influência central de um eixo hegemônico, seja de um

Estado – no caso dos dois primeiros regimes –, ou de corporações, no terceiro regime identificado. De acordo com McMichael (2016, p. 38), “cada regime incorpora uma institucionalização de forças políticas e sociopolíticas que estruturam as relações agroalimentares internacionais naquele momento”.

Desta forma, os períodos são definidos pelo desenvolvimento do capitalismo, em uma perspectiva global, os processos de produção e circulação de alimentos. Envolvem questões pontuais em torno de um processo organizativo da agricultura, seu desenvolvimento técnico, tecnológico e científico, a umas estruturas locais de produção e abastecimento (PAULA, 2017). Ademais, é influenciado por uma lógica de difusão e envolvimento, assim como de controle, própria de quem detém o poder em uma estrutura dominante, mas só visíveis nos processos ascendentes de integração econômico-financeira e as emergentes crises alimentares, agora mais que nunca, globalmente intrincadas.

Como o determinado “ritmo” dos regimes alimentares, remete-se a uma ordem mundial histórica em que se marcam também processos de transição, identificam-se três regimes alimentares que vamos desenvolver no transcurso deste texto, sendo que a “distinção entre os dois primeiros regimes alimentares está no papel da instrumentalização do alimento para assegurar a hegemonia global” (MCMICHAEL, 2016, p. 15).

O primeiro regime se caracterizou por estar sob o comando da hegemonia britânica entre 1870 e a década de 1930, este projeto em particular, denominou-se de *workshop of the world*, no qual se estabeleceu uma relação comercial e político-institucional entre as metrópoles europeias e suas colônias e ex-colônias (PAULA, 2017). Este tipo de transações tinha como objetivo alimentar, literalmente, o processo de industrialização (a emergente classe industrial) do império britânico com alimentos baratos do Hemisfério Sul (países tropicais e temperados), como grãos básicos (principalmente trigo) e carne, respondendo assim a um modelo agrícola que respondia a um modelo multilateral de livre-comércio em que se expandia a fronteira agrícola (em detrimento dos povos indígenas) do Novo Mundo através de um “aparato imperial de violência”, integrando (no caso da diáspora europeia que abria espaço nas colônias) e marginalizando diferentes classes sociais (PAULA, 2017; FRIEDMANN, 2005; MCMICHAEL, 2016; HOLT-GIMÉNEZ e SHATTUCK, 2011).

Este primeiro regime, que também pode ser enquadrado dentro da ordem econômica capitalista, como o período (estendido até 1945) do “liberalismo nacionalista de monopólio” no papel preponderante dos mercados como autorreguladores da economia junto às políticas de Estado (AMIN, 2003). Aliás, com um claro quadro hegemônico, “[...] sugeriu uma ligação sequencial [...] centrada na troca da guarda Imperial da Grã-Bretanha ao mais poderoso Estado colonial, os Estados Unidos”, deslocando uma economia capitalista em declínio – o império britânico –, para a economia norte-americana que se consolidava com a “domesticação” do continente (MCMICHAEL, 2016, p. 16). Esta nova articulação agrícola-industrial e comercial, do que outrora era um Estado colonial, deslocou o centro hegemônico para os Estados Unidos entre 1950-1970, o que não só mudaria o curso do século XX, mas também, definiria o jogo de poder para entender o panorama geopolítico no pós-Segunda Guerra, e se tornaria a chave analítica da nova reestruturação e reordenamento econômico, redefinindo as novas hierarquias hegemônicas e a nova divisão internacional do trabalho.

O segundo regime alimentar tem um modelo agroindustrial claramente definido, em que a supremacia no mercado dos Estados Unidos dentro do projeto neoliberal, existe dentro de sua própria contradição, marcando sempre seu papel e posição privilegiada, aproveitando e criando as oportunidades dentro da crise, alterando a nova ordem mundial, criando e redesenhando órgãos multilaterais com uma marcada função reguladora do comércio internacional em função dos interesses do Norte Global, sob as premissas da eficiência agrícola, dos processos de descolonização e as políticas de contenção do novo quadro hegemônico, através da proclamada Revolução Verde e sua influência na alteração dos modelos de produção locais, não somente com excedentes de alimentos, também mudando os padrões de consumo e aproveitando a realidade das crises alimentares com o discurso paradoxal da segurança alimentar. Período que pode ser identificado entre 1945-1980, como uma nova ordem capitalista de mundialização controlada (*Welfare State*, industrialização do Sul Global e seus respectivos projetos de *desarrollismo* na América Latina e Bandung para Ásia e a África) (AMIN, 2003).

No contexto do período pós-guerra “A reconstrução da agricultura norte-americana combinou programas nacionais que consolidaram uma forma de agricultura

intensiva de capital, baseada na especialização em *commodities*” Em 1946, os Estados Unidos aproveitou uma proposta da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e a Administração das Nações Unidas para Assistência e Reabilitação (UNRRA), o chamado Programa Mundial de Alimentos, substituindo-o com o Plano Marshall (MCMICHAEL, 2016, p. 50), peça importante que destinava “[...] recursos para a reconstrução das economias atingidas pela guerra e para a recuperação de suas agriculturas” (PAULA, 2017, p. 43). Como os Estados Unidos teve uma posição privilegiada na Segunda Guerra, pois esta não ocorreu em grande medida em seu território e, com os excedentes da sua reestruturação agrícolas estavam estourando os estoques, a fome pela qual passava a Europa se tornava em uma oportunidade de “alimentar o mundo”, que em realidade era uma “[...] peça essencial da geopolítica dos Estados Unidos” (PAULA, 2017, p. 43), ou como descreve Machado e Torres (1987), os alimentos eram utilizados como uma arma política para estabelecer as condições das negociações das transações, como também, para impor ou derrocar regimes políticos. Em realidade, além de evacuar grandes quantidades de excedentes alimentares e reestruturar através da dependência das importações os modelos de produção; estes processos respondiam a uma política de contenção dos países em processo de descolonização e formação de novos Estados-nação, evitando assim a rebeldia dos povos que ameaçavam em se tornarem comunistas, o que desequilibraria o campo de forças hegemônico característico da guerra fria.

Um claro exemplo do poder instrumental geopolítico que detém o controle de alimentos no mundo, e, presente na relação entre o discurso do crescimento populacional e escassez de alimentos (malthusianismo), é o caso da Índia, que entre 1965 e 1966 passou a depender diretamente do programa de Alimentos para a Paz, como apresentam George (1986) e Paula (2017), a propagação da fome era vista como um fato gerador de instabilidade nos anos mais tensos da Guerra Fria, e os Estados Unidos, aproveitando a grave crise de fome da Índia, passou a criar uma forte dependência de suprimentos com este país, com o fim último de pressionar – através da ameaça da redução dos lotes de alimentos perpassados – a que este deixasse entrar a indústria estadunidense de fertilizantes que procurava investir no país, importando maquinaria e exigindo, em poucas palavras, “[...] liberdade para que as

corporações multinacionais fixarem preços e margens de lucro, e controlarem o circuito de distribuição” (PAULA, 2017, p. 59).

Durante as décadas 1950 e 1960 a conotação da ajuda alimentar aprovada universalmente, justificou a transferência internacional de uma grande quantidade de diversos produtos, principalmente grãos, como trigo e milho. Chamem-na incentivos à agricultura ou exportações subsidiadas, esta agricultura protegida, emite excedentes a preços inferiores dos custos de produção, o denominado *dumping*, dizimando a produção local e condenando a agricultura de pequeno porte, como a produção camponesa dos países importadores (FRIEDMANN, 2005, tradução nossa). Esta estratégia, empregada depois pela Europa, implicou uma produção intensiva em tecnologia e capital que viabilizou os ganhos dos produtores e consumidores dos setores econômicos urbano-industriais. Porém, esta economia especializada em *commodities* não traria os mesmos resultados nos chamados países do Terceiro Mundo, em que a dependência de suprimentos externos e a alteração dos padrões de consumo, dariam passo a uma ingesta baseada no trigo e na proteína animal (PAULA, 2017).

A internacionalização do modelo agroindustrial dos Estados Unidos denominou-se Revolução Verde, a qual consistia em modernizar a agricultura. Dito modelo “[...] depende da conversão de produção de nitrogênio dos tempos de guerra (para fabricação de bombas) em fertilizante inorgânico” (MCMICHAEL, 2016, p. 52), “[...] aumentando assim a dependência agrícola do setor energético e, desse modo, convertendo-o mais do que nunca em parte do agronegócio” (CLEAVER, 1977, p.17, tradução nossa). Esta nova demanda por fertilizantes inorgânicos, assim como uso intensivo de tecnologias não somente de base químicas e biológicas, como também mecânicas, tinha por trás os interesses das empresas fornecedoras de *inputs* agrícolas, que já faziam parte de toda a trama política, assim como os serviços de extensão, os créditos, as injeções de capital e tudo aquilo que fazia parte da dependência criada no setor; claro, isto implicaria uma conversão não exclusivamente no modo de fazer agricultura, também pertencia a um “complexo proteico” que mudava o tipo de agricultura a se fazer, a uma necessidade de desocupar os estoques dos Estados Unidos sob o argumento de “salvar o mundo da fome”.

“O problema do subdesenvolvimento era explicado como uma falta de tecnologia, de investimentos e capacidade empreendedora”. (HOLT-GIMÉNEZ; PATEL; SHATTUCK, 2010, p. 49, tradução nossa), a estratégia de internacionalizar o modelo, era criar um fluxo enorme de conexões e atores que viabilizasse os negócios, os alimentos passaram a ser *commodities* integradas pelo mercado, mesmo que a nova potência exportadora se alicerçara na combinação entre agroindustrialização e protecionismo (FRIEDMANN, 2005, tradução nossa). Como frisa Holt-Giménez, Patel e Shattuck (2010, p. 56, tradução nossa), “um objetivo não declarado da Revolução Verde não era tanto ter um campo para alimentar os pobres urbanos, e sim uma estratégia para que os pobres do campo não ocupassem a terra para se alimentar”.

Como consequência dessa nova ordem mundial, a descaracterização da agricultura, a reconversão tecnológica e a internalização do capital comercial e industrial, que já alimentavam os discursos de eficiência e segurança alimentar, implicou em forte divisão entre grandes e pequenos agricultores, quem tinha ou não acesso a tecnologia e créditos, entre aqueles com a capacidade de entrar no negócio ou simplesmente ficar fora dele. Como salienta Paula (2017, p. 67), “Por razões que a mentalidade liberal não consegue explicar, nenhuma iniciativa foi tomada no sentido de reduzir a capacidade produtiva da agricultura de forma a ajustá-la aos requisitos do mercado”. Sob o argumento da modernização agrícola via Revolução Verde, é claro que a fome não foi erradicada, pelo contrário, e dentro do esquema das vantagens comparativas (proclamadas pelos órgãos multilaterais), os países importadores se tornavam cada vez menos autossuficientes.

Enquanto isso, o agronegócio, cada vez mais especializado, ligava-se “[...] por cadeias de suprimento global (como o complexo transnacional de proteína animal que unia grãos/carboidratos, soja/proteína e confinamento)” (MCMICHAEL, 2016, p. 19), complexo que se acoplava à universalização dos padrões de consumo e aos *inputs* próprios do pacote tecnológico do modelo agroindustrial. Nesse sentido, os Estados Unidos em 1970, chegou a responder por “[...] 35% das exportações mundiais de trigo, 50% de milho, 90% de soja e 30% de farelo destinado à alimentação animal” (PAULA, 2017, p. 46). Por sua vez, e a modo de exemplificação, “[...] enquanto o Terceiro Mundo respondia por 10% das importações de trigo na época de 1950, por volta dos

anos 1980, essa proporção havia subido para dois terços” (GRIGG 1993 apud MCMICHAEL, 2016, p. 54).

Um exemplo na América Latina do projeto de modernização da agricultura foi a Colômbia, em que “os gastos públicos como agricultura (contando com programas como crédito de investimento, assistência técnica, desenvolvimento de infraestrutura etc.) cresceram 50 vezes entre 1950 e 1972” (BURBACH; FLYNN, 1980, p. 97, parêntese do autor, tradução nossa). Este tipo de reconversão não implicou uma diminuição no papel importador. Como salienta Araghi (2009, p. 127 e 28, tradução nossa), no Terceiro Mundo “[...] a maioria das unidades agrícolas familiares de subsistência eram de pequenos produtores de *commodities* [...], e as reformas [...] deixavam a maior parte das terras produtivas em posse de grandes proprietários”, isto significou o aumento na concentração da terra, e o papel que os latifundiários ganhavam na agroindústria (MCMICHAEL, 2016). Nessa mesma esteira, mostrando como os alimentos são substituídos por outro tipo de produtos quando o agronegócio penetra na estrutura agrária e o mercado interno se vê comprometido com a substituição da indústria agroexportadora, Montana Dena Hoff copresidente norte-americana de Via Campesina, exemplifica isto com os casos da Colômbia e o Quênia com os preços reduzidos na indústria de flores, ou os agrocombustíveis no Brasil e a Indonésia na produção de açúcar, soja e óleo (NFFC, 2008).

Tanto a *World Food Board* (WFB) quanto a FAO, “refletiam, na verdade, uma tensão entre duas perspectivas disjuntivas para o desenvolvimento do sistema agroalimentar no período pós-guerra” (PAULA, 2017, p. 42). De um lado, o que até então era um mercado de preços estáveis em que a governança multilateral era orientada pelo princípio de segurança alimentar, envolvendo reservas de estoques internacionais e cooperação entre organizações, do outro lado, a tensão (contraditória) entre o livre-comércio e as políticas de proteção ao mercado doméstico que desequilibraria os interesses hegemônicos. A conferência de *Bretton Woods* (1944) que tinha como objetivo estabelecer uma política livre-cambista, “[...] proporcionou o ambiente necessário para a internalização do capital agroindustrial predominante dos Estados Unidos” (TUBIANA 1989 Apud PAULA, 2017, 50). Tanto o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) na função de regulação comercial na reconstrução da Europa, foram criadas também para promover um

“avanço” social e econômico – na forma de trabalho mal remunerado e comida barata – do campo para o desenvolvimento urbano e industrial das cidades (HOLT-GIMÉNEZ; PATEL; SHATTUCK, 2010).

Em realidade, dita disjuntiva fracassou no centro das negociações multilaterais, desde a instalação do *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT) em 1947, que permitiria as transações internacionais dos países não socialistas e na qual a agricultura não era ainda incorporada, o que só ocorreria na incorporação da Rodada Uruguaí em 1986, contrário a qualquer prognóstico, as novas regras do comércio internacional seriam ajustadas aos interesses do *statu quo*, em particular dos Estados Unidos. Uma vez mais, e até 1970 com o mercado das *commodities*, entravam em jogo países como Brasil, em que no mercado competitivo, as novas negociações incompatibilizavam a agenda de liberalização do mercado (livre-comércio) com as políticas protecionistas e de incentivo à agricultura praticada há décadas por diversos países. (PAULA, 2017).

Nem o próprio curso da racionalidade econômica, em um marcado contexto de integração mundial, seria o suficientemente forte para reorientar – em contramão da inércia que exercia principalmente os Estados Unidos – o jogo do mercado *per se*, as chamadas distorções do mercado só faziam parte de uma construção histórica cheia de contradições, em que o capitalismo, em seu próprio processo de readaptação, terminaria dotando seus principais elementos, as corporações, que aparentemente obedeciam a uma lógica sob o controle dos Estados, para submetê-los às intrincadas decisões e estratégias do mercado corporativo, abrindo espaço assim, a um novo regime alimentar. Todavia, muitas tendências no cenário mundial, embora tenham mudado drasticamente, não reduziram o papel hegemônico do Norte Global, nem conseguiram suprimir plenamente a eterna contradição entre livre mercado e intervencionismo estatal, o que tende a pronunciar o desequilíbrio na balança comercial dos países.

Os dois regimes anteriores com durações diferentes, mas relativamente curtas, combinaram estratégias estatais com interesses específicos de maximização do lucro de corporações profundamente imbricadas no modelo de desenvolvimento. O primeiro regime tinha um claro interesse em manter a emergente sociedade urbano-industrial através da ampliação e ocupação da fronteira agrícola em território colonial; pelo

contrário, no segundo regime, por ocasião, os agricultores tornavam-se centrais, seja como parte da engrenagem do poder político e econômico no Hemisfério Norte, ou na formação de uma “burguesia agrária moderna” (BURBACH; FLYNN, 1980, p. 100, tradução nossa), no chamado Terceiro Mundo. O regime sucessor entraria com uma poderosa força político-econômica sediada nos antigos poderes do regime anterior, como frisa Friedmann (2005, p. 234, tradução nossa), este “[...] novo regime raramente teve os resultados que eles imaginaram. Como Estados e corporações, movimentos sociais raramente são cuidadosos com o que eles pedem”.

O terceiro regime, denominado na literatura como “regime alimentar corporativo” ou “regime alimentar corporativo-ambiental”, este último formulado por Friedmann (2005), compreende o período entre 1980 até o presente, e “[...] emergiu dos choques econômicos globais dos anos 1970 e 1980, inaugurando o atual período de expansão capitalista neoliberal” (HOLT-GIMÉNEZ e SHATTUCK, 2011, p. 111, tradução nossa). O regime corporativo, como salienta McMichael, (2016, p. 64, 18), “[...] demarca a era subsequente ao colapso do sistema monetário de *Bretton Woods* – uma era regida de modo crescente pela financeirização e pela defesa neoliberal das regras de mercado –, enquanto os dois regimes anteriores eram orientados pelos “[...] princípios de livre comércio e apoio ao desenvolvimento [...] respectivamente, o último sistema de comércio tem sido regido por princípios neoliberais, apoiando ambas as liberdades”.

Poderíamos sublinhar, a modo de introdução, duas principais características do regime corporativo. A primeira está estreitamente relacionado à subordinação dos Estados do Sul Global às políticas de liberalização do mercado, regidas pelo modelo neoliberal através do estabelecimento de órgãos multilaterais e seu papel de definir as regras do mercado internacional, paradoxalmente contraditórias entre protecionismo e liberalização do mercado, sob a suposta autorregulação do segundo, e o objetivo não declarado, em função dos interesses do Norte Global, por parte destes órgãos (como a OMC e o FMI), que permite de maneira desigual, a aplicação de subsídios via *dumping*, assim como a realização de acordos comerciais bilaterais Norte-Sul, como modos de realização pontuais de um multilateralismo que ainda não resolve as contradições do capitalismo, pois este se manifesta ainda cheio de empecilhos.

Quando nos referimos a subordinar o Estado às decisões do mercado internacional, fazemos referência, principalmente, aos Programas de Ajuste Estrutural (PAE) durante a década de 1980, políticas adotadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial – “filhas” do *Bretton Woods* – em países em “vias de desenvolvimento”. Com a descida dos preços do petróleo finalizando a década de 1970 e a recessão econômica do Norte Global, provoca-se uma grave crise no Sul Global no início da década de 1980, obrigando aos países devedores a pagar taxas de juros em alta, justamente quando os preços tinham perdido valor no mercado. Aproveitando a crise econômica, o Banco Mundial usufrui da oportunidade para impor Políticas de Ajuste Estrutural (HOLT-GIMÉNEZ; PATEL; SHATTUCK, 2010). Deste modo, isto significou uma transferência de poderes, outrora depositadas nos Estados, pois, no novo cenário político o Estado poderia se tornar um obstáculo para o desenvolvimento neoliberal, já que essa política neoliberal é “[...] na prática mais do que o Estado” (CERNY, 1995, p. 618, tradução nossa). Processo todo que correspondia “[...] à política mundial de restabelecimento da taxa de acumulação do capital” (CLACSO e CETRI, 2003, p. 156).

Esta nova política alimentar “[...] apoiava-se não no controle por meio de excedentes dos Estados Unidos, mas por meio da dívida fiscal do Sul global” (MCMICHAEL, 2016, p. 73). Entre a importação de alimentos e o habitual pago da dívida estão representados a maioria dos recursos das dívidas obtidas, o PAE era uma condição para outorgar mais empréstimos (MACHADO; TORRES, 1987). O novo paradigma neoliberal seria realizado nos países do Sul, através do Consenso de Washington sob o pretexto de estabilidade macroeconômica, que procurava através dos PAE executar três políticas representativas: 1) abertura do investimento estrangeiro direto; 2) privatização das empresas públicas e; 3) segurança dos direitos de propriedade privada (PRADILLA; MÁRQUEZ, 2017; HOLT-GIMÉNEZ; PATEL; SHATTUCK, 2010).

Dessa maneira, “mais de 70 nações do hemisfério sul passaram por ajuste estrutural na década de 1980, entrando aos anos 1990 com 61% mais dívidas do que tinha em 1982” (BELLO et al., 1994 apud MCMICHAEL, 2016, p. 69). Nesse sentido, “[...] a estabilidade é um termo relativo, em que a ‘estabilização de mercado’ tem dependido de três décadas de rolagem de crises de austeridade (e financeira) pelo

Sul global, chegando ao Norte global na década de 2000” (MCMICHAEL, 2016, p. 69). O resultado deste modelo foi, segundo dados da FAO (2004), superávits comerciais anuais de US\$ 1bilhão em países em desenvolvimento no início da década de 1970, para um déficit no ano 2000 de US\$ 11 bilhões por ano.

O resultado mais evidente destas reformas que foram amplamente executadas através dos acordos bilaterais de livre-comércio (os *Free Trade Agreements* - FTAs) e, com a criação posterior da Organização Mundial do Comercio (OMC) em 1995 e os Acordos sobre Agricultura que estabeleciam a regras do comércio internacional da agricultura e sua desregulação estatal. Ocasionalmente, não obstante, a concentração de terra e a espoliação de pequenos produtores que não estavam inseridos no mercado, o que causou além de um comprometimento da segurança alimentar, uma evidente perda de soberania sobre os sistemas agrícolas locais. Como expõe assertivamente Araghi (2009, p. 119, tradução nossa),

foi um "regime desnacionalizador de expropriação" (ARAGHI, 1995) que submeteu milhões de pequenos produtores rurais de *commodities* no Norte. O compromisso de desenvolvimento envolveu, assim, o abandono do modelo de "nacionalismo dentro do internacionalismo", ou a favor do globalismo corporativo e da "verdadeira subsunção de mercados ao capital".

Uma segunda característica do regime alimentar corporativo, seria a expansão de um “complexo proteico” sob a lógica da internacionalização dos novos padrões de consumo. Com o poder de mercado dos complexos de grãos já estabelecidos desde o regime anterior, as novas cadeias proteicas, estavam constituídas através das ligações entre a produção de alimentos, o setor energético (combustíveis) e a “revolução supermercadista” (HOLT-GIMÉNEZ e SHATTUCK, 2011), claro, isto sobre a base do agronegócio, já não baseado sobre os excedentes do Norte e a produção de alimentos de baixo custo, ora centrado no protagonismo da indústria de alimentos processados e na distribuição do varejo.

Este crescente mercado de grãos (soja, milho e trigo principalmente), foi possível e, economicamente viável, com o avanço da biotecnologia, que reestruturou cultivos de soja no Brasil e Argentina, além dos Estados Unidos, refletindo uma agricultura para a alimentação animal (3/4 da soja produzida no mundo é destinada para o consumo animal), que responde a um processo de “[...] ocidentalização do padrão de consumo associado ao movimento irrefreável de urbanização da população

mundial” (PAULA, 2017, p. 136). Um exemplo do complexo da soja (vages, óleo e farelo) é Argentina, com o projeto de “agroexportação não tradicional” para estimular o investimento em biotecnologia estrangeira, como a soja modificada Roundup Ready da Monsanto em 1996, desde então, a produção cresceu a uma taxa de quase um milhão de hectares anuais (2010-2011), tendo as exportações como principal destino a criação de gado na China (respondendo a o consumo de uma dieta de classes). O complexo da soja representa 70% da renda agrícola, em que a agroindustrialização tem reduzido a população rural de 13%, em 1995, para 7%, em 2010, além de ser responsável do intenso desmatamento e degradação ambiental (MCMICHAEL, 2016).

Sob estas duas características apresentadas do regime corporativo, devem ser analisadas duas tendências. Por um lado, o papel central que o comércio varejista vem ganhando como eixo concentrador e dinamizador na acumulação de capital e, como segmento primordial no sistema agroalimentar global, uma vez que este desenvolvimento está intimamente imbricado com o capital financeiro e com a industrialização de alimentos processados. Do outro lado, analisa-se aqui a “sofisticação” do *dumping* nas suas diferentes categorias, assim como suas consequências no empobrecimento do mundo rural, principalmente na produção camponesa do Sul Global.

Neste ponto, vamos tomar algumas ideias de Paula (2017, p. 112-140) no atual cenário mundial, em que o papel do sistema de abastecimento e comercialização de alimentos se torna central no desenvolvimento do sistema agroalimentar global. Primeiramente, frise-se que desde que aparece o conceito de agronegócio (*agribusiness*) na década de 1950, a indústria alimentar passou a ser parte integrante de todo o circuito produtivo, o que significou o controle das grandes corporações para reorganizar os sistemas agroalimentares nacionais desde a produção (compra de terras, venda de insumos, controle das sementes etc.,) até o consumo final (redes varejistas). Isto implicou entre outras coisas, liberalizar os mercados nacionais aos fluxos internacionais de capital com ampliação da privatização de ativos e sua consequente reestruturação dos sistemas produtivos e de abastecimento (MCMICHAEL, 2009).

Neste caminho, a forte influência e, mais que isso, a universalização (através da internalização) dos padrões de consumo alimentar, no claro papel hegemônico das

corporações e de um ambiente já “adubado” nos dois regimes anteriores, desencadeou um consumo altíssimo de carne, gorduras, produtos processados, açúcares, carboidratos etc. O que tem provocado, além de problemas de saúde, por exemplo, na contradição entre o excesso (superalimentação) e a escassez (subalimentação), encontrando em ambos os casos subnutrições pelo consumo destes alimentos. Desequilíbrio que se dá por uma elevação da renda, pelo encurtamento dos tempos dedicados ao preparo de alimentos, assim como pelo distanciamento dos alimentos *in natura*.

Atualmente, as grandes redes varejistas concentram 70% das vendas globais de alimentos, articulando-se à agroindústria local e ao capital financeiro (por exemplo, com a integração dos *Shoppings Center* ou as novas funções creditícias dos supermercados). As grandes redes globais de supermercados como Carrefour com presença em 41 países e Wal-Mart, a maior rede de supermercados presente em 28 países. Este novo controle sobre o setor varejista implicou um abastecimento muito mais diversificado e flexível, dentro de um conjunto de preocupações baseadas na escolha em torno a critérios de qualidade, saúde e “bem-estar”, entre outros (BURCH; LAWRENCE, 2009). Estes traços particulares da estrutura corporativa têm levado à concentração de grandes oligopólios, como expõe Freeman (1995), entre dez e doze empresas principais fornecem e administram a alimentação mundial, o que o autor denomina o *Windsors' Global Food Cartel*, formado por empresas de alimentos anglo-holandesas e da Suíça. Em torno do dito cartel da Grã-Bretanha, lideram as seis principais empresas de grãos: Cargill, Continental, Louis Dreyfus, Bunge and Born, André and Archer Daniels Midland/Töpfer, com domínio completo dos cereais e grãos do mundo como trigo, milho, aveia, cevada, sorgo e centeio; além de controlarem a carne, laticínios, óleos e gorduras comestíveis, frutas e vegetais, açúcar e todas as formas de especiarias. Acrescenta o autor sobre o tema, que em realidade “[...] é um sindicato interligado, com um propósito comum e múltiplos conselhos de administração sobrepostos” que atuam como “[...] instrumentos de poder da oligarquia, acumulado ao longo dos séculos, para quebrar a soberania das nações” (FREEMAN, 1995, p. 2, tradução nossa).

Flexor (2007) informa que nessa postura liberalizante de internacionalização do capital, o Brasil nos anos de 1994, entre as 20 maiores empresas alimentares dentro

do país, 14 eram nacionais, em 2003, a proporção na indústria se inverte para dez multinacionais.

Outro aspecto que precisamos abordar para entender a tendência do mercado e a capacidade adaptativa do capital, sequer sucintamente, são algumas feições do “regime corporativo ambiental” formulado por Friedmann (2005), para compreender este dentro de um discurso próprio do “capitalismo verde” e até que ponto seria necessário delimitar os movimentos que não fariam parte desta racionalidade.

Friedmann (2005, p. 261, tradução nossa) propõe um sistema alimentar mundial formado por “[...] sistemas complementares no âmbito de um único regime alimentar emergente”, este sistema bifurcado “[...] captura o teor das relações agroalimentares em um mercado dominado pelas corporações, jogando de acordo com diferentes expectativas associadas à dieta de classes” (MCMICHAEL, 2016, p. 65), ou seja, segmento de consumidores diferentes dentro de um mesmo regime. Esta capacidade que tem a indústria alimentar de capturar as novas tendências do mercado, especializando produtos e redes varejistas, utiliza duas estratégias corporativas distintas, os alimentos de baixo teor químico e certo grau de frescor, e outros de mais baixa qualidade e processados (FRIEDMANN, 2005).

Com os movimentos ambientalistas dos anos de 1980, após a crise agrícola, viveu-se uma marcada tendência de valorização dos produtos orgânicos. Isto por sua vez, possibilita o controle dos padrões de produção e comercialização, através de uma legislação reguladora, inserindo o movimento orgânico dentro da indústria. Possuindo o controle dos certificados e como demandas das cadeias supermercadistas por suprimentos “verdes”, as novas exigências, por exemplo, na produção do Sul Global e as relações comerciais de “comércio justo” Norte-Sul, apropriam-se dos discursos ambientalistas, direitos trabalhistas, entre outros, para pressionar a pequenos produtores a se aderirem a esta nova tendência, o que Campbell e Coombe (1999), chamam de “protecionismo verde” exigido pelo Norte e forçando padrões mais elevados que respondem aos consumidores de mais alta renda (FRIEDMANN, 2005). Sem desconhecer os ganhos em matéria ambiental e social, Guthman (2004), adverte como a demanda se transfere da indústria de agroquímicos para a indústria de insumos orgânicos.

Quando este tipo de iniciativas, sobretudo dos movimentos socioambientais, não parte de uma base social com uma posição e ativismo político claro, são propensas a serem absorvidas pelo “capitalismo verde”, pois o discurso ambientalista se esgota se não desafia a mesma estrutura e racionalidade capitalista, já que os problemas fundamentais implicam outros discursos ainda mais profundos e relevantes, como a soberania alimentar, ou a distribuição de terra, por exemplo.

Em resumo, segundo McMichael (2016, p. 23), mesmo que o poder em cada regime tem sido dissimilar o traço unificador da organização de produção e circulação mundial de alimentos, arraigada em uma dinâmica de acumulação, pode se chegar a duas asserções: 1) “o capitalismo não segue uma trajetória linear, mas envolve ciclos politicamente organizados de acumulação”; e 2) “[...] relações alimentares são essenciais para tais ordens políticas na medida em que sustentam requisitos materiais e de legitimidade”.

Ainda que a proclamação de um modelo neoliberal seja um carimbo característico de nossa época, vemos que mais que ter um jogo com regras bem definidas em que seus jogadores estão com as mesmas “oportunidades”, é evidente que a concorrência é desigual, sobretudo, quando estes dependem, além das capacidades ou falta de capacidades sedimentadas historicamente, de um conjunto de artifícios que privilegiam os jogadores mais poderosos. O exemplo mais evidente é o *dumping*. Segundo Holt-Giménez, Patel e Shattuck (2010, p. 78, tradução nossa), “se o Banco Mundial e o FMI são os sequazes financeiros do Norte, a OMC, constituída em 1995, tem procurado de assumir o papel de braço executivo comercial”, como acrescentam os referidos autores, a OMC foi edificada sobre princípios do fundamentalismo liberal e domínio dos países ricos, para tal fim “[...] a OMC é um fórum de negociação permanente sobre políticas comerciais globais. [...] Nesta participam também os países do Sul porque pensam não poder permitir-se ficar fora das negociações”.

Há dois aspectos fundamentais expostos por McMichael (2016). Por um lado, a dissociação entre a Declaração dos Direitos Humanos da ONU (1947) e a posição da OMC de considerar um obstáculo ao comércio tudo aquilo que não seja qualificável e sujeito, portanto, a uma posterior redução. De outro lado, foi criada uma hierarquia de subsídios, exclusivamente acessíveis para os países do Hemisfério Norte e

“ordenados em ‘caixas’, de acordo com o grau de proteção” (HERMAN; KUPER, 2003 apud MCMICHAEL, 2016, p. 78). A caixa verde considerada a mais branda, porque não causava distorções ao comércio, destinava pagamentos diretos aos agricultores, embora estes sejam tecnicamente os mesmos subsídios, foram muitas vezes justificados como pagamentos de emergência. No ano 2002, o preço do milho exportado pelos Estados Unidos era entre 13% e 43% inferior ao custo de produção. “Não surpreende que esta “não contribuição” tenha se tornado a base do *Farm Bill* (*mecanismo de financiamento*)” (HOLT-GIMÉNEZ; PATEL; SHATTUCK, 2010, p. 95, tradução nossa, itálico nosso).

Não obstante, os Estados Unidos não era o único que usufruía as vantagens das “caixas”. A Política Agrícola Comum (PAC) europeia, que se concentra nos incentivos à agricultura industrial, provocou um aumento na produção com consequências negativas nos preços e no meio ambiente (MONTIEL, 2007). Este conjunto de políticas e reformas concretas na agricultura com participação direta do Estado protecionista transfere recursos públicos ao setor privado e são, injustamente, restringidos nos países importadores; as repercussões do *dumping* são estimadas na insegurança alimentar e justificadas nas distorções do mercado.

Uma vez asseguradas as vantagens dos participantes, era irrefreável o aumento das importações, em 2005 já ascendia em 72% o número de países do Sul que importavam alimentos (NG, 2008). A consequência de uma economia integrada sob estas condições é um caminho livre de obstáculos, em que “[...] operações de alta escala de empresas multinacionais têm dado o tom da competição pelos grandes mercados e ao mesmo tempo delimitado a margem de sobrevivência de empresas locais” (PAULA, 2017, p. 111). Um exemplo disso, que envolve, além das grandes corporações, uma cumplicidade, por ação ou por omissão, diretamente do Estado, é o caso da Colômbia, em que o campo, âmago do conflito armado, tem sido disputado, ou melhor, esvaziado dos pequenos proprietários, acentuando a altíssima concentração de terras, por um processo que Hector Mondragón define como “falsa reforma agrária” (HOLT-GIMÉNEZ; PATEL; SHATTUCK, 2010, tradução nossa), no qual convergem diversos atores e interesses, como a especulação fundiária, ou simplesmente processos que viabilizam o avanço do agronegócio, assim como de qualquer forma de perpetuação do poder.

O último ponto que vamos abordar, porque pensamos que seja a “pedra no sapato” do sistema agroalimentar global, é a segurança alimentar e nutricional (sem abordar aqui o embate político do ainda “inusitado” conceito de soberania alimentar que implica processo de autonomia dos povos), pois contém uma relação discursiva contraditória com a maximização do lucro e rentabilização dos alimentos e as respostas efetivas contra a fome, ainda mais evidente, quando esta se pauta circunstancialmente sobre as crises alimentares, cada vez mais globais, integradas e complexas, e, portanto, difíceis de desamarrar.

As limitações físicas dos estoques de alimentos mudam dentro dos discursos malthusianistas, argumento que foi aproveitado para o avanço em biotecnologia e dentro das promessas da Revolução Verde. A disponibilidade de alimentos parece um problema menor se comparado com o acesso. Quem ou o que garante a acessibilidade dos alimentos quando estes estão mediados pelo lucro? As crises alimentares tornam-se reveladoras. Por exemplo, a crise global de 2008 teve níveis de fome gritantes em uma época de superprodução, porém, os lucros das maiores corporações de alimentos também foram exorbitantes (LEAN, 2008). Neste ano, os preços globais dos alimentos tinham aumentado 83% em três anos segundo o Banco Mundial, e 45% em apenas nove meses segundo a FAO (WIGGINS, 2008).

Quanto maior o conhecimento sobre a produção mundial de alimentos e os problemas que a este se associam, como a fome e a desnutrição, estamos cada vez mais convictos, de que o verdadeiro problema não é em si a produção de alimentos, e sim sua distribuição e acesso, que requer ações que envolvam o próprio estilo de desenvolvimento (MACHADO; TORRES, 1987). Nesse sentido, “[...] a fome e subnutrição não devem ser vistas como consequências da escassez, mas sim da impossibilidade, via poder de compra, de acesso aos canais de suprimento” (PAULA, 2017, p. 152).

Em outras palavras, “[...] fome e pobreza, têm estado lado a lado com a lógica concentradora de renda e riqueza, espelhando exclusão e negligência aos direitos humanos [...]” (PAULA, 2017, p. 149). Por outro lado, Araghi (2009, p. 119, tradução nossa, itálico nosso), analisa a crise alimentar global como uma expressão da “acumulação por deslocamento” (*Accumulation by Displacement*) e como “[...] reestruturação neoliberal das relações globais de valor”, as crises alimentares globais

atuais, por suas características particulares, são “[...] o coração de uma crise generalizada do capitalismo e de suas relações de valor histórico-mundiais”. Relações globais de valor que hoje expressam as suas contradições e, nesse sentido, a crise alimentar “[...] não é "solucionável" no âmbito do capitalismo”.

Como esclarece Machado e Torres (1987), a perda de autossuficiência alimentar, orienta-se pelos princípios de vantagens comparativas. Como os produtos de agroexportação estão na agenda internacional, os países, sobretudo em “via de desenvolvimento”, têm permitido o avanço da agroindústria em detrimento da economia camponesa, com um papel fundamental na produção de alimentos básicos. Este processo não torna somente mais dependente os países às importações, também compromete a estrutura agrária e seu poder de alimentar a sua população. Neste sentido, a “[...] insegurança alimentar persiste como um traço estrutural do sistema agroalimentar [...] ao reproduzir as leis gerais de acumulação, inexoravelmente gera um ambiente de insegurança alimentar” (PAULA, 2017, p. 159, 163).

No plano doméstico, há a encruzilhada diante da qual estão os governos ao responder a uma dinâmica de competitividade e eficiência exigida pelo mercado e, do outro lado, as políticas sociais compensatórias. Por este motivo, “[...] a insegurança alimentar acaba sendo um corpo estranho na engrenagem do capital em suas esferas comerciais, industriais e financeiras acopladas à alimentação” (PAULA, 2017, 188).

Em síntese, teríamos até aqui três regimes diferenciados, porém, no último período, o regime corporativo (ou corporativo-ambiental) tem demonstrado, com inúmeros casos, como a relação do Estado com o mercado tem mudado, já que, além das multinacionais exercerem mais controle sobre o mercado, o papel do Estado viabiliza, como instrumento de poder, uma correlação de forças completamente desigual e, como as grandes hegemonias não podem justificar o protecionismo “doméstico” através de incentivos à agricultura, então moldam a sua vontade, os espaços e entes de regulação e, mesmo quando estes se tornam ainda “defeituosos”, pode-se, sempre, simplificar as relações entre países através de acordos comerciais bilaterais, sem ter que fissurar completamente o sistema.

A compreensão da complexidade do Sistema Agroalimentar Global, não é uma tarefa acabada, ela requer muita atenção na sua condição de elemento fundamental do capitalismo, a perigosa capacidade de apropriação de diferentes tendências e discursos, que muitas vezes pensamos estavam nas mãos dos movimentos ambientalistas e sociais que professam hoje uma mudança; de alguma maneira, estas transformações vão ter que superar várias armadilhas nas quais se encontram imersas, como a segurança alimentar, um discurso que existe em eterna cumplicidade com a reprodução e acumulação de capital, não como conceito, senão como práxis, assim como em tensa fricção com o que significaria um processo de verdadeira soberania alimentar, o qual não nega o primeiro, requalifica-o.

2. CARACTERIZAÇÃO DAS REDES AGROALIMENTARES ALTERNATIVAS EM MEDELLÍN E CURITIBA

Neste capítulo, apresentaremos os principais resultados de trabalho de campo tanto em Medellín – Colômbia quanto em Curitiba – Brasil. Mesmo que seja um processo em construção, serão esboçados os estudos de caso à luz de algumas aproximações teóricas e normativo-institucionais. Neste sentido, vamos expor um mercado mais institucional como a Rede de Segurança Alimentar em Curitiba e sua articulação com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e alguns programas próprios da Secretaria Municipal do Abastecimento (SMAB), assim como, o Mercado Campesino na cidade de Medellín, como um programa da Prefeitura Municipal que dispõe pontos de venda de agricultores familiares em diferentes espaços públicos da cidade. Por outro lado, serão discutidos aqui dois casos de Agricultura Sustentada pela Comunidade (ASC), como iniciativas que articulam diretamente os produtores com os consumidores, sendo o caso das cestas agroecológicas da Rede de Segurança Alimentar, em Curitiba, e a *Tienda de Comercio Justo Colyflor*, em Medellín, esta última como rede em si mesma que articula diferentes atores no processo de encurtamento entre a produção e o consumo. Além disso, apresentaremos dois casos de agricultura urbana, uma rede de hortelões em Medellín e um caso pontual em Curitiba – A casa da Videira. Por último, serão expostas no percorrer do texto algumas organizações de apoio e articuladoras dos processos aqui apresentados, como a Rede Mandala, o Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araujo (CEFURIA) e o Centro Comunitário e de Proteção Alimentar Pe. Miguel (CECOPAM), em Curitiba, e a Comercializadora Sembradores, em Medellín.

Para dar início, mostraremos algumas categorias utilizadas por Holt-Giménez e Shattuck (2011), para delimitar três possíveis tendências dos movimentos agroalimentares em conformidade às experiências aqui apresentadas e, sem dúvida, muito além destas.

Conforme os referidos autores, Karl Polanyi em seu livro “A Grande Transformação” (2013 [1994]), que perante a ascensão e promoção do modelo do liberalismo econômico em Grã-Bretanha do século XIX, posiciona-se frente aos mercados não regulamentados, como não sustentáveis, social e ambientalmente

falando, daí que o grau de intervenção estatal em diferentes períodos e, como parte cíclica do capitalismo, “[...] garantiu a existência do próprio Estado liberal”.

Essa tensão entre autorregulação do mercado e oposição social, como resultado causal do primeiro, acabou provocando o que Polanyi chama de *double mouvement* (duplo movimento). Esta tese aplicada aos regimes alimentares sugere que, “[...] sob pressão social, mesmo regimes alimentares fortemente liberais podem passar por uma mudança política substantiva e regulatória”, a natureza política da oposição social encarada pela sociedade civil, é de forte contestação frente às classes dominantes e o próprio Estado como instrumento ideológico. Ambas as respostas, liberais ou reformistas dentro do regime, as crises alimentares fariam parte sempre de “[...] um projeto hegemônico de classe” (HOLT-GIMÉNEZ e SHATTUCK, 2011, p. 113, tradução nossa), em que aparecerá um calidoscópio de atores organizados em movimentos em torno dessa questão, contrapondo o sistema agroalimentar hegemônico em menor ou maior medida, desde dentro ou fora do próprio sistema.

De acordo com os autores citados, esse duplo movimento vai depender não somente das características do regime alimentar e suas consequências sociais, econômicas e ambientais, como da natureza política dos movimentos sociais e, sobretudo, o “[...] equilíbrio de forças dentro dos movimentos alimentares que provavelmente determinarão a natureza e a extensão da reforma ou transformação possível dentro do duplo movimento do regime alimentar” (HOLT-GIMÉNEZ e SHATTUCK, 2011, p. 113, tradução nossa).

Nessa perspectiva e dentro do atual regime alimentar, Holt-Giménez e Shattuck (2011) propõem quatro tendências no marco dos discursos, políticas e organizações que conformam o referido duplo movimento. As duas primeiras, como parte integral do regime alimentar cooperativo e as duas últimas como parte do leque de tendências dos movimentos em torno à alimentação.

A primeira tendência, sob o discurso da “empresa alimentar” estaria incorporada no modelo neoliberal, fundamentando-se na tradição do liberalismo econômico, conformada por oligopólios de corporações agroalimentares, que junto com algumas instituições, controlam o mercado. Estamos falando aqui do Banco Mundial (BM), da Organização Mundial do Comércio (OMC), do Departamento de

Agricultura dos Estados Unidos (USDA), do Fundo Monetário Internacional (FMI), entre outras, que operam com o modelo de superprodução, centralização e concentração corporativa, e todas as características já assinaladas no regime alimentar corporativo.

Pelo contrário, a segunda tendência, fortemente entrincheirada no discurso da “segurança alimentar”, responderia a políticas de ordem reformista, e seu papel seria mitigar as externalidades sociais e ambientais das empresas, porém, sua tendência neoliberal é a reprodução do regime alimentar corporativo, neste modelo, com instituições como a FAO e algumas centradas no Comércio Justo ou no *Slow Food*, por exemplo, conseguem atenuar alguns impactos negativos, embora seja um modelo centrado em alguns nichos de mercado, como o orgânico ou dentro de algumas lógicas dos mercados de *commodities* e algumas reformas que operam sobre esta tendência.

No âmbito das tendências, do que poderíamos chamar num sentido mais preciso – para fazer uma melhor referência aos movimentos sociais –, de movimentos sócio-alimentares (que seriam movimentos socioespaciais centrados na alimentação), a terceira, composta por políticas progressistas e assumindo principalmente o discurso de “justiça alimentar”², agruparia a grande maioria de casos aqui abordados; não obstante, em contraste com a seguinte tendência, suas limitações, não necessariamente ideológicas, mas sim de atuação política, encontraram como principal espaço de atuação o mercado, assim como sua (re)construção social deste último. Aqui entrariam agrupadas algumas práticas agroecológicas e orgânicas, redes alimentares comunitárias, segmentos do movimento *Slow Food*, Comércio Justo Alternativo, as ASC (ou, em inglês, *Community Supported Agriculture [CSA]*), Conselhos de Política Alimentar, coalizão de trabalhadores etc. O retorno social e ambiental nesta tendência é evidente, defende-se a produção local e agroecológica, as melhoras das condições de trabalho e a redistribuição da riqueza, por exemplo, dentro das organizações de economia popular e solidária.

² A nosso ver, há uma linha muito fina, que não sempre se distingue, que separa os discursos relativos às posturas de segurança daqueles atinentes à soberania alimentar, porém, sendo o primeiro de mais fácil cooptação.

A quarta tendência, de enfoque radical, abraça o discurso de soberania alimentar, daí que seu principal expoente seja, com uma atuação transnacional, a Via Campesina, entre outros movimentos sociais de base agrária. Esta tendência caracteriza-se por ter um posicionamento contra-hegemônico, exigindo reformas estruturais do sistema agroalimentar global – e este como manifestação do capitalismo, como um todo —, ou seja, redistribuição de terras e reforma agrária (assim como qualquer reforma redistributiva em geral), desmantelamento do agronegócio, direitos dos bens comuns (como água e sementes), democratização do sistema agroalimentar, proteção contra *dumping*, agricultura e mercado camponês, entre outras.

Tendo a quarta tendência um carácter político muito mais definido, não significa que muitas das iniciativas das outras tendências, principalmente a progressista, não sejam espaços de apoio e ações concretas nas quais possam se sustentar e materializar as transformações estruturais do modelo de desenvolvimento. Nas últimas duas tendências, um viés muito claro que tange à responsabilidade do consumo refere-se ao posicionamento deste último com alcances políticos, como politização do consumo, já não exclusivamente como ação individual, mas também como processo coletivo, redefine o papel ativo deste na relação com a produção e, em consequência, as conexões campo-cidade, central na reestruturação dos sistemas agroalimentares, desde a produção até os espaços de comercialização e consumo.

2.1 Aproximação ao Sistema Agroalimentar Municipal: uma abordagem a partir das políticas de segurança alimentar e o sistema de abastecimento e distribuição

2.1.1 Medellín

Medellín é a capital do Departamento (entidade territorial com autonomia administrativa) de Antioquia e está localizada no Noroeste da Colômbia, na Cordilheira Central (**Mapa 1**). O Departamento divide-se em nove sub-regiões, sendo uma delas a *Área Metropolitana del Valle de Aburrá* conformada por dez municípios, com uma projeção para 2015 de 3.821.797 hab (DANE, 2005) e uma área de 1.157 km². Ela, configura-se como a segunda região metropolitana do país, na qual Medellín, com

65% da população da região metropolitana (2.464.322 habitantes) e 38% do Departamento, segundo projeções para 2015 (DANE, 2005), exerce uma forte centralidade em termos de fluxos, tanto no Departamento quanto na área metropolitana. De igual maneira, esta acelerada integração de diferentes áreas urbanas trouxe consigo a integração das áreas rurais, o que não se traduz precisamente em uma boa conectividade, pelo contrário, destaca-se uma marcada divisão entre as áreas urbanas e as unidades de produção agrícola.

A esse respeito, uma série de estudos descreve o funcionamento do sistema agroalimentar territorial ³ da área metropolitana, explicando principalmente a composição e a articulação dos circuitos de comercialização, transformação e transporte com respeito às unidades de produção das nove sub-regiões do Departamento que abastecem o núcleo comercial da denominada *Ciudad-Región* que tem seu ponto de gravitação na cidade de Medellín.

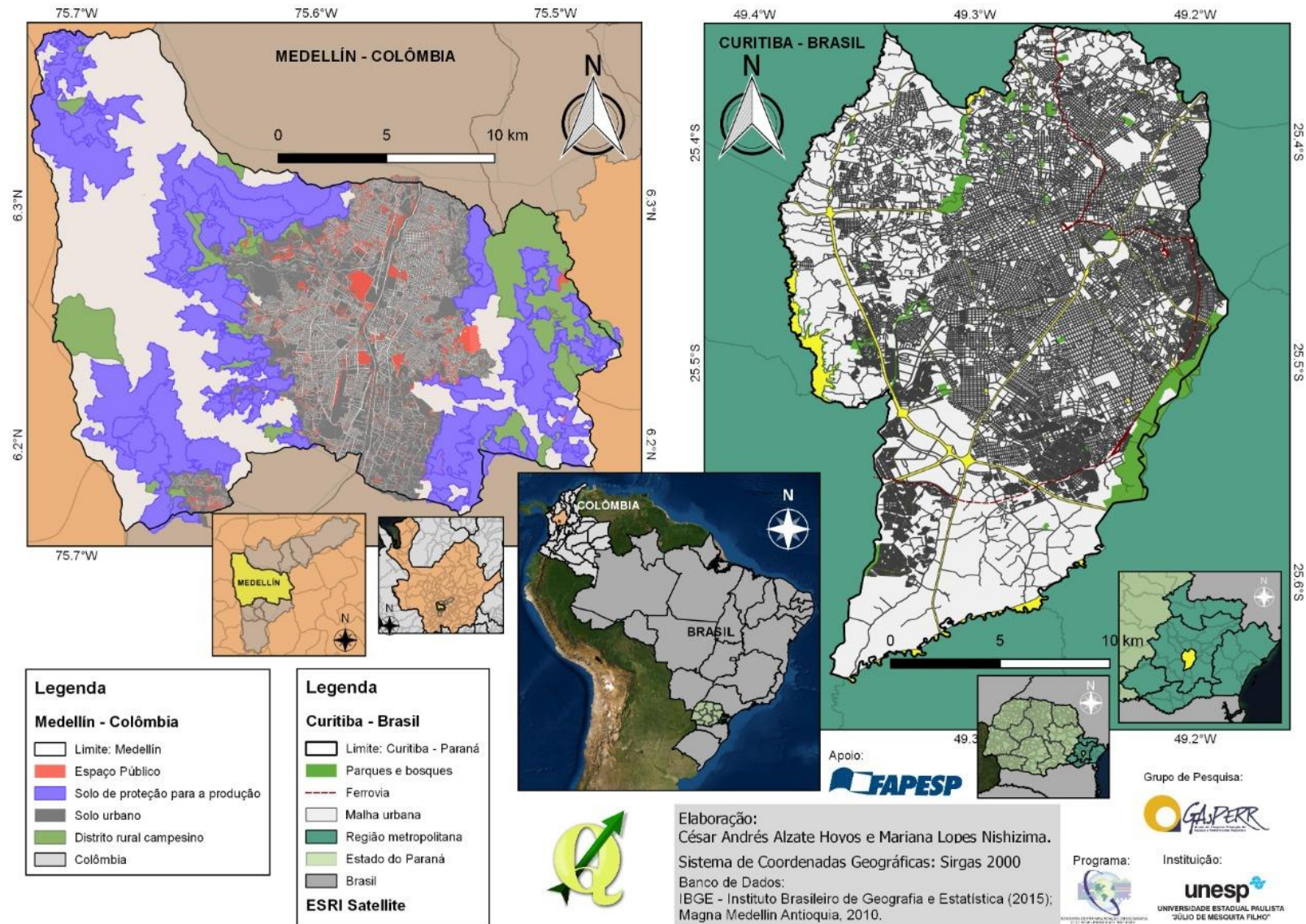
De maneira mais geral, colocando alguns pontos para dimensionar o sistema de produção no processo de comercialização, o Departamento de Antioquia participava com 65,5% dos alimentos que ingressam em Medellín, atualmente tal índice é de apenas 29,53% (principalmente as sub-regiões de Oriente, Urabá e Norte as que mais participam), em que 31 municípios do Departamento participam da produção que entra na *Central de Abasto*⁴ do Valle de Aburrá com uma porcentagem que se encontra acima de 1%, além dos cinco *Corregimientos*⁵ de Medellín que têm uma participação total de 64% no fornecimento de alimentos, ademais de serem produzidos em uma área de 2.550 Km² destinada à produção agrícola (18,91%) e 3.859 Km² à produção pecuária (28,63%) (FAO, 2015). Assim como outros municípios têm um papel predominantemente de abastecimento, outros tantos estão dotados de equipamentos: Universidades, *Centrales de Acopio*, hospitais, entre outros (FAO, 2016). Compondo assim um leque diverso no sistema territorial agroalimentar, pelo menos em uma primeira delimitação espacial.

³ Utilizaremos a noção de sistema agroalimentar territorial, com esta última adjetivação (territorial), não por ter alguma filiação teórico-conceitual específica, e sim, pela abertura teórico-metodológica que esta adjetivação possibilita.

⁴ Central de abastecimento (CEASA).

⁵ Em espanhol, subdivisão da área rural dos municípios do país.

Mapa 1. Medellín - Colômbia e Curitiba – Brasil. Localização dos municípios, 2021



O sistema agroalimentar territorial, em seu conjunto, caracteriza-se por compor o sistema agroalimentar “formal” convencional, com um dos núcleos de abastecimento e distribuição mais representativos como é a *Central Mayorista de Antioquia (CMA)*, considerada a segunda central de abastecimento de alimentos do país, com circuitos longos de comercialização e distribuição (51,4% do volume total da comercializado entra no circuito longo, já que implica a intermediação de pelo menos dois atores antes de chegar ao consumidor final) (FAO, 2016), que se evidencia no grau alto de intermediação das grandes superfícies com uma margem de utilidade bruta de 71% e 44% no sistema informal agroalimentar concentrado no circuito inferior, sendo o primeiro, 2,25 vezes superior na margem de utilidades, pois tem que se levar em conta que os custos operacionais das grandes cadeias de comercialização são menores que as de o circuito inferior (FAO, 2010). Contudo, para que a intermediação não seja abordada como um problema, aquela “[...] que aproveita as distorções do mercado e se posiciona como um elo hegemônico, apropriando-se da maior parte da margem de utilidades da cadeia”, é necessário abordar esta como uma dimensão que se deve integrar, da melhor maneira possível, ao encadeamento (FAO, 51, p. 2016), diríamos, que não se aproprie, de maneira assimétrica e desproporcionada, dos valores produzidos na base da cadeia.

Segundo a FAO (2006), quatro dimensões compõem a segurança alimentar: disponibilidade de alimentos (em quantidade e qualidade); acesso aos alimentos (determinado pelos recursos necessários à aquisição de alimentos); utilização (que possibilite uma alimentação adequada) e estabilidade (ter acesso continuamente aos alimentos).

Nesta perspectiva e conforme o *Perfil Alimentario y Nutricional de Medellín* (2010), 58,6% das famílias de Medellín têm algum grau de insegurança alimentar: leve 36,7%, moderada 13,7% e severa 8,2%, com uma incidência maior, não distante das tendências mundiais, nas áreas rurais com 60,6% frente a 52,3% na área urbana. Em proporção, as famílias com insegurança alimentar recebem menos de um salário mínimo e gastam 60,6% na alimentação, frente a 30% das famílias com segurança alimentar (ALCALDE DE MEDELLÍN, 2015), o qual é muito preocupante porque 79,8% da população de Medellín está na faixa de baixa renda, ou seja, os estratos socioeconômicos 1, 2 e 3 (dos seis (6) estratos definidos na Colômbia) segundo o

estudo da FAO (2010). De acordo com estes dados, qual seria o marco normativo e institucional em matéria de segurança alimentar na cidade de Medellín que possa intervir nesta situação?

Segundo a *Síntesis del Diagnóstico y Diseño del Plan de Abastecimiento y Distribución de Alimentos para la Ciudad de Medellín* (PADAM) (2010), na Colômbia o direito à alimentação não se encontra de maneira explícita na legislação, mas tem incorporado via Constituição diferentes pactos e tratados internacionais, o que permite alicerçar as políticas públicas na matéria. No âmbito internacional, destaca-se: a publicação *Políticas de Seguridad Alimentaria en los Países de la Comunidad Andina* (FAO, 2005), e o Marco Estratégico Mundial para a Segurança Alimentar e Nutricional (GSF) em 2012 (FAO, 2012), marcando a base para futuras políticas públicas.

No plano nacional e, com um marco normativo institucional menos robusto que no caso brasileiro, a Colômbia apresenta uma trajetória relativamente recente. O *Consejo Nacional de Política Económica y Social* (CONPES) 113 de 2008 é o marco regulador da *Política Nacional de Seguridad Alimentaria y Nutricional*, em que a alimentação se estabelece como direito fundamental. Após a adoção do Acordo 038 de 2005, a administração pública de Medellín estruturou o *Sistema Municipal para la Seguridad y la Soberanía Alimentaria y Nutricional*, por meio da articulação de diversos instrumentos do poder público que possibilitam a formação do *Plan de Abastecimiento y Distribución de Alimentos de Medellín*. Outros instrumentos suportados sobre este marco são o *Plan Municipal para la Seguridad y Soberanía Alimentaria y Nutricional*, 2016-2019, assim como sua *Gerencia*, o *Comité Municipal para la Seguridad y Soberanía Alimentaria y Nutricional*, ademais dos instrumentos de diagnóstico como o *Perfil Alimentario de Medellín*. Ressalta-se também a participação da sociedade civil organizada com o documento *Aportes para la Gestión Alimentaria del Municipio de Medellín* (2006), elaborado pela *Corporación Ecológica e Cultural Penca de Sábila e Vamos Mujer*, revelando a forte dependência externa ao suprimento alimentar.

Uma das referências mais significativas e atuais para entender o Sistema Agroalimentar de Medellín, analisado à escala metropolitana, é o projeto de cooperação técnica entre a *Gerencia de Seguridad Alimentaria y Nutricional* (MANÁ)

da *Gobernación de Antioquia* e a FAO⁶, que analisa como território de abastecimento, 124 municípios das nove sub-regiões do Departamento de Antioquia, priorizando o papel da agricultura familiar no sistema agroalimentar. Como coração do problema, sublinha-se a ineficiente integração entre os pequenos produtores e o mercado, levando em conta o universo de agentes que o conformam, além do acesso ao mercado ser restrito e ineficiente para os agricultores – e em certa medida também para os consumidores –, existiria uma marcada desigualdade em todo o sistema de abastecimento presente e, em maior detrimento, do campo e dos camponeses que se apropriam da menos parte da cadeia de valor (FAO-MANÁ, 2016). Poder-se-ia dizer que “[...] os atores não necessariamente compartilham riscos nem cooperam entre eles, o qual afeta majoritariamente as condições do pequeno produtor” (PNUD, 2011, p. 10).

Várias poderiam ser as questões norteadoras na apreensão do sistema agroalimentar, tanto regional, quanto municipal, por exemplo, no que tange à oferta e à demanda de alimentos, à distribuição da renda, ao papel da intermediação no mercado, à eficiência e abrangência da infraestrutura ou simplesmente os tipos de canais de comercialização, quem participa deles e se estes conformam ou não um circuito de proximidade (em termos de espaço geográfico, sim, mas, sobretudo, no campo relacional existente entre o produtor e o consumidor), e, se este dirime as assimetrias econômicas e socioespaciais dos sujeitos que o integram.

De fato, as cadeias longas de comercialização têm um custo social e energético enorme, já que implicam muitos segmentos com maior capacidade técnica, logística e financeira no momento de participar do ciclo de abastecimento, apropriando-se assim de uma porção maior do lucro decorrente da mercadoria. Todavia, dentro dessas cadeias longas, também existe diferenciações, pois uma coisa é priorizar um comércio local, mesmo que faça parte da grande distribuição como as centrais de abastecimento, locais varejistas, lojas de conveniências, feiras institucionalizadas etc.,

⁶ Que dá origem ao projeto de cooperação técnica “*Contribución a la seguridad alimentaria de las familias vulnerables de Antioquia a través del fortalecimiento de capacidades para el desarrollo de planes de abastecimiento local y la implementación de emprendimientos sostenibles, orientados al aumento del consumo de frutas y hortalizas y a la generación de ingresos familiar*” implementado entre setembro de 2013 e outubro de 2015.

e outra é o papel das cadeias supermercadistas, por exemplo, no que tange ao compromisso com a produção local.

Destarte, vamos priorizar nesta análise alguns componentes do sistema agroalimentar com maior ênfase na produção local. Segundo a FAO-MANÁ (2016), apesar de que a dinâmica de crescimento urbano vem gerando impacto nos modelos de vida rural, as áreas rurais mantêm ainda uma significativa atividade agropecuária vinculada aos centros de comércio, embora em termos numéricos a população rural somente represente 5,1% da população total da sub-região. Segundo o *Plan de Abastecimiento y Distribución de Alimentos para la ciudad Medellín* (PADAM), a área metropolitana apenas participa com 3% da produção que ingressa em Medellín (26% corresponde a outros municípios de Antioquia e o restante 71%, de outros Departamentos) e 2,4% na contribuição ao Departamento em 2013. À maneira de caracterização, os alimentos priorizados no estudo da FAO-MANÁ (2016) da sub-região são: carne bovina e suína, cebolinha, coentro, feijão, ovos, milho, amora, rapadura, batata, peixe, banana da terra, repolho, tomate, *tomate de árbol*, mandioca e cenoura. Segundo o *Anuario Estadístico de Antioquia* (2011) e a *Secretaría de Agricultura y Desarrollo Rural de Antioquia* (2012), as atividades agrícolas e as terras destinadas à especulação fundiária, ou a atividades de maior rentabilidade superam a vocação do solo utilizado nestas atividades meramente agrícolas. Municípios com boa produção agrícola, sobretudo os do Norte do *Valle de Aburrá*, ainda resistem à pressão dos processos de aglomeração na reconversão do uso do solo (FAO-MANÁ, 2016).

Neste contexto, haveria um *déficit* de produção do *Valle de Aburrá* de 240.246 ton/ano se comparado com o consumo projetado para 2013 segundo o *Anuario Estadístico del Sector Agropecuario de Antioquia*, já que representa só 15,3% de sua demanda (o departamento tem uma capacidade de resposta de 49% no que respeita aos 47 produtos priorizados), causado por um desaproveitamento do potencial produtivo e evidente desarticulação oferta-demanda interna. Um exemplo disso é a agricultura familiar e a economia camponesa, representados no estudo de FAO-MANÁ (2016) pelas *Juntas de Acción Comunal* (JAC) e as *Organizaciones de la Agricultura Familiar* (OAF).

Como principais resultados, verifica-se que a produção dos municípios se destina ao mercado local em 4,62%, com principal participação da banana e da batata, contrariamente à pecuária com uma participação de 50% (contudo, com uma dependência externa de mais de 80% em matérias-primas), entre municípios da sub-região a troca aumenta para 84,65% e destinado a outros municípios do Departamento, tem-se uma participação de 10,72% da produção agrícola. Esses dados mostram que é um sistema de abastecimento e distribuição pouco eficiente, que prioriza a produção externa (ao município) e não o comércio local. No entanto, como a sub-região concentra a maioria da população do Departamento em somente 2% de seu território, assim como, a capacidade técnica, logística e administrativa em bens e serviços, 89,28% da produção do *Valle de Aburrá* é consumida na mesma sub-região.

Outro aspecto a ressaltar é a relação das JAC e as OAF com os diferentes elos do circuito produtivo. Segundo o referido estudo, em 38,91% dos casos a relação é estabelecida através de intermediários, 26,17% com o comerciante e 20,98% com as centrais de abastecimento, apenas 0,54% correspondem ao consumidor final, o que denota pouca capacidade para se apropriar do valor do mercado por parte das organizações. Caracterizando a situação destas organizações, o financiamento na produção de alimentos vem de capital próprio, além de serem dependentes de matérias-primas vindas de outras partes do departamento e país, assim como internacionais. De igual maneira, surpreende que uma agricultura familiar com estas características e com uma média da propriedade rural de 1,2 ha, seja tão significativa na estruturação do sistema agroalimentar deste território.

A *Cadena de Subministros Alimentarios*, no município de Medellín, assim como na região metropolitana, compõe-se dos seguintes atores: produção agropecuária; produtores industriais de alimentos; as centrais de abastecimento como a *Central Mayorista de Antioquia* e a *Plaza Minorista José María Villa*; as praças satélites como a *Plaza de la América*, *Placita de Flórez*, *Plaza de Campo Valdés*; o canal tradicional; vendedores ambulantes; as grandes superfícies de comercialização; o mercado solidário, tais como a *Fundación Arquidiocesana Banco de Alimentos de Medellín*, as ONGs etc., os restaurantes e os consumidores. Em sua totalidade, esses agentes

trocam mais de 3.700 toneladas em alimentos por ano (ALCALDIA DE MEDELLÍN, 2010).

Grosso modo, o setor atacadista contém distribuidores, intermediários e varejistas, assim como produtores industriais de alimentos, que têm uma das maiores capacidades produtivas do país (50% do PIB do *Valle de Aburrá* são serviços financeiros e industriais). O setor varejista, que depende em maior medida do atacadista, apresenta vendas de menor volume, acedem vendedores diretos e outros varejistas com menor capacidade de negociação, também vendedores informais e o chamado canal solidário. A *Plaza Minorista José María Villa*, uma grande referência na cidade, inicia atividades em 1984 e emprega 8.513 pessoas aproximadamente. Neste setor, existem as lojas de bairro (caracteriza-se porque o consumidor não acessa diretamente aos produtos, apenas através de um atendente) e os *superetes* (tipo conveniências no Brasil). Em comparação com a grande distribuição que realiza 41% das transações, o canal tradicional realiza 59% delas (tomando como 100% as transações do canal tradicional, 68% está constituído por lojas de bairro, com uma densidade de 81 lojas por km²) (ALCALDIA DE MEDELLÍN, 2010).

Já no canal solidário, destaca-se a *Fundación Arquidiocesana Banco de Alimentos de Medellín*, que faz parte da rede nacional de bancos de alimentos e que aproveita os excedentes de alimentos produzidos na indústria e no comércio com destino à população mais vulnerável socioeconomicamente, além de ter o intuito de aumentar a cobertura dos programas *Restaurante Escolar* e *Vaso de Leche* que atende a crianças entre zero e cinco anos, mães gestantes, idosos, pessoas em extrema pobreza, entre outros.

E finalmente, vamos tratar dos canais alternativos de comercialização que estruturam as Redes Agroalimentares Alternativas. Antes de entrar em nosso estudo de caso, vamos “mergulhar” um pouco em alguns resultados de Espinosa (2016). Entre os diferentes canais de comercialização, segundo a autora, as feiras tendem a serem as mais utilizadas seguidas das entregas *delivery*, porém, existem as lojas especializadas gerenciadas pelos comercializadores como: *Vita Integral*, *Yerba Buena*, *Espiritu Libre Ecotienda/Restaurante*, *Ceres Mercado Organico*, *Saludpan Ecotienda*. Já na comercialização direta entre a loja e os produtores está *Siembra Viva* (venda *online*); projetos institucionais como *Mercados Campesinos*, em que 20% são

produtores agroecológicos, 50% em transição e 30% cultivam com boas práticas ambientais, ou o *Mercado Verde de Corantioquia*, o *Mercado Agroecológico da Universidad de Antioquia*. Outras iniciativas destacáveis sem nenhum tipo de intermediação, são *ColyFlor* e o *Mercado Ecológico* da RECAB.

Algumas destas iniciativas vendem através de cestas como a RECAB da cooperativa ASOCAMPO e a *Red de Biocomercio*, que reúne produtores do Oriente Antioqueño e entrega cestas em diferentes pontos da cidade. Por outro lado, *Siembra Viva*, um ponto de comercialização privado e independente, gera núcleos de produção para estabelecer uma venda direta com o produtor e comercializar através de vendas *online*.

Como principal resultado da pesquisa de Espinosa (2016), temos que os preços dos produtos orgânicos comercializados por estes canais, são na média 10% mais caros, se comparados com a *Plaza Minorista*, mas 3,5 vezes mais baratos se comparados com os vendidos nos supermercados. Não obstante, 60% dos consumidores têm entre 26 e 45 anos, 97% com educação superior e 83% pertence aos estratos socioeconômico⁷ 3 e 5; consumidor que prioriza as feiras e a venda *delivery*. Também é de destacar no perfil do consumidor, a questão da saúde como principal motivador do consumo de alimentos de base ecológica, preferindo a sua vez o Sistema Participativo de Garantias (SPG) acima das certificações de terceiros, pois, asseguram são suficientes os laços de confiança estabelecidos com os produtores. No uso e promoção dos SPG, destacam-se a RECAB, *Corantioquia*, *Penca de Sábila*, COAS e a *Red de Biocomercio del Oriente Antioqueño*.

2.1.2 Curitiba

Curitiba, capital do Estado do Paraná (**Mapa 1**), como principal núcleo urbano de consumo da Região Metropolitana de Curitiba (conformada por 29 municípios em uma área de 15.913,24 Km²), exerce uma grande centralidade nas decisões político-administrativas, assim como na troca comercial de bens e serviços com os outros

⁷ Os estratos socioeconômicos na Colômbia são divididos em seis, de um a três são considerados estratos baixos, quatro médio, e cinco e seis, médio-alto e alto respectivamente. Esta classificação é baseada nas características físicas, entorno e localização da moradia, não diretamente aos ingressos das famílias.

municípios. Perguntamo-nos então, que elementos configurariam o sistema agroalimentar da cidade de Curitiba levando em conta sua centralidade urbana?

Para fazer uma aproximação no âmbito nacional que dê suporte ao sistema agroalimentar de Curitiba, é indispensável abordar o marco normativo e institucional da segurança alimentar no Brasil que, por sua vez, está articulado às tendências internacionais que a partir de pactos e tratados em defesa, primeiro, dos direitos humanos como marco aglutinador dos princípios fundamentais e, posteriormente, de maneira mais pontual, o que seria a abordagem do chamado Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Ditos tratados, orientados pelos órgãos multilaterais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e no que tange à agricultura e à alimentação em representação da FAO, a Organização Mundial da Saúde (OMS), além da participação da sociedade civil e de diferentes grupos e instituições, têm subsidiado a elaboração de políticas públicas, de segurança, nutrição e soberania alimentar, nos diferentes territórios, sobretudo, e de maneira emergencial, na primeira década do século XXI, a partir da crise alimentar mundial de 2008 e o compromisso mundial assumido anteriormente (ano 2000 e até 2015) pelos diferentes Estados membros frente aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (e posteriormente chamados “Objetivos de desenvolvimento sustentável” com agenda até 2030, dos quais podemos destacar o objetivo 2: “fome zero e agricultura sustentável”).

Conforme é assinalado no 1º Plano Municipal de Segurança Alimentar de Curitiba 2016-2019 (PLAMSAN, 2016), a temática de alimentação e nutrição no Brasil ganha notoriedade; na década de 1930 com Josué de Castro e com a publicação sobre a condição da classe operária no Recife; entre 1937-1945 com o chamado Estado Novo e a aprovação do salário mínimo e, entre 1940-1967, com o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS). Em 1945, foi criada a Comissão Nacional de Alimentação (CNA) que assistiu ao governo na formulação da Política Nacional de Alimentação (1951), e, posteriormente, o Plano Nacional de Alimentação e Nutrição (1953) com destaque para a Campanha da Merenda Escolar (1955) que embasaria no futuro, do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Em 1972, nasceu o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) em substituição ao CNA, que coordenou a formulação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição e implementou o I Programas de Alimentação e Nutrição (PRONAN) (1973-1974) e o II

PRONAN (1976-1979) com foco nos determinantes sociais da desnutrição, com ações na suplementação alimentar e apoio à pesquisa. Em 1986, realizou-se a Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, na qual se propôs a um Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e um Conselho.

Vários programas criados na década de 1970 perpetuaram-se, como o PNAE, o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) e o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN). Na década de 1990, deu-se uma mobilização civil fundamental para a elaboração do Plano de Combate à Fome e à Miséria e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), este último extinto em 1995 e reestabelecido em 2003. Em 1999 foi aprovada a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) e criado o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN), no qual se define o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Em 2001 o PNAN cria o Programa Bolsa Alimentação e posteriormente o Programa Fome Zero, após o Programa Bolsa Família. Com a II Conferência Nacional de SAN, criam-se as diretrizes para um plano nacional de SAN e a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). Esta última institucionalizou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), em 2007, a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), e finalmente, em 2010, a inclusão da alimentação como direito social através da Emenda Constitucional nº 64 (PLAMSAN, 2016)⁸.

Já, recentemente, no ano de 2014, decorrente das diferentes políticas e estratégias de segurança alimentar, Brasil saiu do Mapa Mundial da Fome, com uma redução de 82% da população em situação de subalimentação (CURITIBA, 2016; BRASIL, 2014). Portanto, os componentes do SISAN em matéria da SAN “[...] constituem-se instrumentos essenciais na construção e consolidação de uma política de SAN cada vez mais participativa, descentralizada, adequada às diferentes realidades brasileiras” (CURITIBA, 2016, p. 20).

Neste breve percurso cronológico, uma política pública teve especial acento no combate à fome e na institucionalização do direito à alimentação como

⁸ Olhar com maior detalhe as fontes: ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, 2016; ROCHA; BURLANDY; MAGALHÃES, 2013; RIGON, 2012; ARRUDA; DE ARRUDA, 2011; VASCONCELOS, 2005; SILVA, 1995.

responsabilidade do Estado, que foi nesse contexto, o Programa Fome Zero. Como salienta Maineti (2012, p. 172 e 173), o tema de segurança alimentar terminará reafirmando-se aos poucos na arena política, em “[...] 2001, a ONG Instituto da Cidadania lança ao debate público o Projeto Fome Zero: uma proposta de Política de Segurança Alimentar para o Brasil, assumida por Luiz Inácio Lula da Silva, [...]” o que marcaria, a partir de 2003 “[...] o início de um novo ciclo para as políticas de combate à fome no Brasil”.

Como frisa Belik (2012), a política foi o resultado de um acúmulo de conhecimentos, como a CNA criada nos anos 1940 e seus programas que posteriormente seriam aperfeiçoados pelo INAN, assim como a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional de 1994 e a mobilização social no comando da Organização “Ação da Cidadania” e posteriormente com a criação do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional, não somente os processos acontecidos no plano nacional preparariam o caminho do Programa Fome Zero, também serviria de inspiração o Programa *Food Stamp* norte-americano vinculado à compra de alimentos e à transferência de rendas durante a Grande Depressão dos anos 1930.

Como Explica Belik (2012), “[...] na virada dos anos 90 ocorreu o desmonte do sistema atacadista representado pelo Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento (SINAC) e pela Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL)”. O varejo tradicional na virada do século das Centrais Públicas de Abastecimento (CEASAs) criadas nos anos 1970 é reduzido pela grande distribuição da comercialização direta feita pela agroindústria e pelas cadeias de supermercados, “o grande desafio era, portanto, desenvolver uma política de abastecimento para as áreas urbanas que pudesse atuar em sintonia e sem enfrentamento com a Grande Distribuição” (BELIK, 2012, p. 99).

Nesta altura, cria-se o Programa Fome Zero em 2001 com mais de 40 programas específicos implementados no novo governo e configurados em três níveis: – estrutural (voltadas para as transformações das condições de vida da população), – específico para alimentação (aumento da oferta de alimentos, a facilidade de acesso da população a esses alimentos e todos os aspectos ligados à qualidade) e – local (eram examinadas condições peculiares das áreas urbanas e das áreas rurais). O programa em sua totalidade teve como ganhos significativos: a sinergia em termos orçamentários e operacionais, a redução da insegurança alimentar (moderada ou

grave) das famílias de 23,9% para 12,0% entre os anos de 2004 e 2009, a redução significativa da pobreza e a integração entre a agricultura, o abastecimento e o acesso à alimentação (BELIK, 2012).

No âmbito municipal, podemos analisar Curitiba a partir de uma perspectiva institucional na adoção de políticas públicas que descendem do plano federal e estadual, mas não sempre nessa ordem, e de maneira muito mais concreta, da adoção e execução de programas de segurança alimentar e do engajamento do sistema de abastecimento necessário na viabilização das políticas.

Desde o século XIX, com a instituição da Lei de Terras, a Província do Paraná (criada em 1853) estava articulada à economia de exportação do mate, monopolizando as atividades do litoral e a economia da pecuária prevalecente nas regiões urbanas, que além de mobilizar escravos e homens livres, eram espaços onde se investia a maior parte dos capitais (FERRARETO, 2015). Isto levaria a um desequilíbrio na produção de alimentos de subsistência (SANTOS, 1995), para o qual a província teria que responder pela produção de excedentes, limitada então pelo sistema colonial, com modificação na expansão do mercado interno somente no início do século XX (LINHARES, 1979), embora, a partir da segunda metade do século XIX com o declínio da economia pecuária e as crises internacionais que atingiam a economia do mate, a produção no setor de subsistência começaria a ganhar importância (FERRARETO, 2015).

Diante dessa situação, Curitiba, a partir do século XIX “[...] vive uma grande expansão com a vinda dos imigrantes da Europa, [...] ocupando as áreas do rocío com a finalidade de abastecimento da cidade” e com a necessidade de “[...] reconstruir a lavoura de subsistência com base no trabalho livre” sobre o modelo de pequena produção de base familiar (FERRARETO, 2015, p. 16), o que triplica a população da cidade em um período de 25 anos, mas também favorece o abastecimento do centro urbano.

O crescimento no setor de abastecimento e as novas relações mercantis na produção que formavam novas unidades agrícolas deveriam responder a uma também crescente diminuição da fronteira agrícola decorrente da industrialização e urbanização acelerada característica do século XX, o que levaria à necessidade nos

anos de 1970, de criar o já mencionado Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento (SINAC) e as CEASAs em todas as capitais brasileiras (CURITIBA 2016). As CEASAs foram criadas a partir das políticas públicas federais e da gestão da Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL, hoje CONAB) e eram destinadas à comercialização de alimentos (sobretudo os hortigranjeiros e o pescado), em Curitiba seria instalada em 1976 (CURITIBA, 2014; PADILHA, 2017).

Na década de 1980, como o tema do abastecimento tinha recebido importância, criou-se a Secretaria Municipal do Abastecimento (SMAB) reestruturada nos anos 2000 e alicerçada no tripé: Departamentos de Abastecimento Social, Unidades de Abastecimento e de Educação Alimentar e Nutricional. Em 2003, foi instituído o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) no exercício do controle social em representação da sociedade civil e articulando o governo com vinculação direta à SMAB em 2006. No ano 2013 a SAN passou a ser entendida e articulada em todas as ações das áreas afins, já não exclusivamente na secretaria, o que a tornaria um conceito central no exercício do poder público ganhando cada vez mais notoriedade. É nesse sentido, que, em 2014, instituiu-se a Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) responsável pelo alinhamento e integração dos órgãos municipais, assim como o alinhamento à política nacional através dos programas Curitiba Mais Nutrição e Curitiba Sem Miséria (CURITIBA, 2016; FLORIANI, 2012; OBAL, 1999). Conforme salienta Silvia Rocha, “a SMAB já fez 30 anos, [...] temos feito mais pontes e ligações agora mais recente com a instalação da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional [...] juntos fizemos o primeiro plano de segurança alimentar”. Além de trazer alguns ganhos interessantes, como a legislação que garante que 30% dos alimentos tenham que ser da agricultura familiar e se espera chegar a 100%” (entrevista do trabalho de campo, Curitiba, 2018).

Curitiba constitui-se no principal polo consumidor do estado do Paraná e concentra as principais infraestruturas para o abastecimento, gerando desta maneira, interdependências com as cidades produtoras, principalmente com a Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Através da SMAB articula-se uma série de programas que, em seu conjunto, compõem uma parte significativa do Sistema Agroalimentar, desde a criação do primeiro mercado público em 1820, até as formas mais diversas de comercialização de produtos de base ecológica na atualidade.

Porém, como frisa a funcionária da SMAB, Silvia Rocha, “como muitos alimentos vêm de fora, a secretaria e a prefeitura buscam integrar os municípios, assim como Curitiba é dependente de alguns produtos e serviços da RMC, os municípios também são dependentes de Curitiba [...]”, situação que implica pensar em um mercado metropolitano, assim, “adquirir produtos regionais tem um valor a mais que contribui em critérios ambientais e sociais”. A SMAB já vem avançando nesse aspecto, com capacitações, apoio na organização e campanhas de conscientização dirigidas ao consumidor (entrevista do trabalho de campo, Curitiba, 2018).

Dentro deste leque de ações podemos destacar o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no âmbito do qual, no ano 2015, foram adquiridas aproximadamente 724,8 toneladas de alimentos diretamente da agricultura familiar organizada em nove cooperativas e associações. O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) com 81.255 kg adquiridos em 2014 e, dos quais 95,66% eram oriundos da RMC, sendo que, 2016, com a participação de 127 agricultores familiares.

Além dos mercados institucionais, as feiras livres (**Figura 1 e 2**) ocupam um papel preponderante na comercialização direta de produtos, atualmente são 89 feiras em todo o município em diferentes modalidades (ver **Quadro 2**), sempre em espaços públicos. A SMAB, no setor de qualidade, faz monitoramento trimestral a cada feirante, gerando uma nota que alimenta um banco de dados. Cada feira que se implementa teve que passar por um estudo de viabilidade econômica, levando em conta aspectos urbanísticos como a mobilidade, e, após passar por todas as instâncias pertinentes, realiza-se um processo licitatório na modalidade de concorrência pública para cada feirante, que pode obter uma permissão de quatro anos com renovação. Do total de 400 feirantes, 150 estão organizados numa associação. Desses 400 feirantes se compõem 1081 pontos, dos quais 407 são de hortifrúti, porém, só 69 pontos são de produtores diretos, os pontos restantes estão compostos por produtos diversos, como artesanato, produtos preparados, floricultura, grãos, roupa etc., além de 45 feirantes que são produtores orgânicos, totalizando 89 feirantes entre Feiras Livres e Feiras Orgânicas (Luis Masco, entrevista do trabalho de campo, Curitiba, 2018). Em seu conjunto, há um leque de seis modalidades de feiras, algumas temáticas (feiras do

Litoral, gastronômicas e noturnas), outras mais tradicionais como as feiras livres e as orgânicas ou agroecológicas iniciadas desde 1989.

Figura 1. Curitiba, Brasil. Feira Especial de Inverno (Praça Osório). 2019



Fonte: Foto do autor, 2019

Figura 2. Curitiba, Brasil. Feira Noturna Batel. 2019



Fonte: Foto do autor, 2019

No caso da Nossa Feira, de acordo com Silvia Rocha (funcionária da SMAB entrevistada em Curitiba, 2018), é um programa que vem desde a gestão da prefeitura passada, caracterizada por ser como um Sacolão, mas a céu aberto com hortifrúteis que se vendem todos juntos por quilo e preço único e as barracas se abrem por umas 4 ou 5 horas. Lastimosamente o número de pontos tem diminuído de 15 (que aglutinam cerca de 390 produtores) a 10, segundo a funcionária, por problemas de administração.

Dentro destes programas, não apenas se beneficiam as organizações de produtores rurais, mas também a agricultura urbana, com: o Programa Lavoura, que, em 2016, contava com 799 hortas em 30 locais, principalmente na periferia da cidade e beneficiando 806 famílias; o Programa Nosso Quintal, com 92 áreas de cultivo, e 458 hortas no ano 2016, e uma população beneficiada de 16.269 pessoas e cerca de 2.000 toneladas de alimentos entre 2013 e 2015. Esses programas participaram de benefícios diretos na segurança alimentar, na reeducação alimentar, na formação de comunidade, na geração de renda, gestão dos resíduos orgânicos domiciliares e, inclusive, na formação de comunidade (CURITIBA, 2016). Contudo, segundo Silvia Rocha, o programa foi reestruturado para três modalidades: hortas institucionais; hortas escolares e hortas comunitárias (em vazios urbanos ou embaixo de linhas de tensão) atuando em Curitiba e ampliando-se a municípios da RMC. Estas hortas são coordenadas pela instituição ou pela comunidade, sem uso de adubos químicos. O principal objetivo deste programa é a segurança alimentar, mais os excedentes que podem ser vendidos pelas famílias.

Além disso, de acordo com o Plano de Segurança Alimentar Municipal (2016), há quatro mercados públicos da cidade, incluindo o Mercado Municipal de Orgânicos, este último desenvolvido através da SMAB como ponto fixo de comercialização e como uma demanda específica da Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia (AOPA) que tem um papel fundamental na coordenação e supervisão das feiras orgânicas/agroecológicas (PADILHA, 2017). Como afirma Munaretto (2014), então secretário da SMAB, “[...] o foco não seria mais o atacado ou o varejo, [...] desta nova percepção que ocorreu no ano de 2005, veio a compreensão de que a proposta do orgânico não era abastecer, era criar conceito” (PADILHA, 2017, p. 30).

Outros programas a ressaltar são: o Programa Armazém da Família (1980) com venda de produtos em média 30% mais baratos que no mercado por conta de não ter atravessador. Para poder participar deste programa, as famílias precisam ter uma renda até de cinco salários mínimos. Por outro lado, as empresas que o administram têm que concorrer para obter a licitação, com altos controles para sua operação, por exemplo, na qualidade do produto. O programa se articula a um Centro de Distribuição (CD) e 33 Armazéns, com uma oferta em torno de 250 produtos alimentícios e de higiene, dos quais 20 produtos vêm da agricultura familiar da região, pois a maioria dos produtos é processada (Silvia Rocha, entrevista do trabalho de campo, Curitiba, 2018).

O Programa Câmbio Verde (1991) que conta com mais de 100 pontos e realiza troca de alimentos, produto de excedentes agroalimentares, por material reciclável ou óleo vegetal usado. Este programa agora está em mãos da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e atende população de até 3,5 salários mínimos.

O programa Sacolão da Família (**Figura 3**), que são lojas de comercialização de hortifrútis com preço único por quilo, menos as folhosas. Funciona também através de licitação com uma pauta mínima de produtos. Lastimosamente no Sacolão só se tem uma cooperativa, a maioria são atravessadores. Por que não se vende diretamente? “Porque o quadro técnico tem diminuído muito, por isso se tem pessoal terceirizado”. “É para nós como um regulador de preço no entorno, com este os preços dos supermercados tentam se aproximar” (Silvia Rocha, entrevista do trabalho de campo, Curitiba, 2018).

Figura 3. Curitiba, Brasil. Sacolão da Família (Hugo Lange). 2019



Fonte: Foto do autor, 2019

O Restaurante Popular (2007) fornece de almoços à população a preços subsidiados e usufruídos principalmente pelos indivíduos mais vulneráveis (CURITIBA, 2016). Atualmente, estes restaurantes que têm o intuito de dar acesso Universal aos alimentos, totalizam em seu conjunto, cinco restaurantes, o maior está na Praça Rui Barbosa, o qual atende 1800 pessoas, geralmente população idosa, três em bairros periféricos com 800 refeições cada e um ponto com 500, com um preço de R 2,00 (valor restante arcado pela prefeitura, aproximadamente R 6,5). Tem-se a ideia futura de fazer um banco de alimentos (em parceria público-privada) para aproveitar os desperdícios (Silvia Rocha, entrevista do trabalho de campo, Curitiba, 2018).

Outros projetos a serem destacados dentro dos programas da SMAB, são a Fazenda Urbana, projeto ainda não executado, que busca implementar em uma área de 5000 m² ao lado do Centro de Distribuição, um espaço experimental para a produção de alimentos agroecológicos, produção animal e compostagem, com cozinha, refeitório e um lugar para capacitação e treinamento. A ideia é mostrar ao cidadão, em uma escala reduzida, práticas de agroecologia que serão articuladas com a experiência do Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA). E, finalmente, a Unidade Móvel de Segurança Alimentar, que tem o papel de trabalhar questões de conscientização e sensibilização. “Ela é uma boa ferramenta, mas ela é subutilizada, conta com uma cozinha interna, mas ela poderia fazer um trabalho diário de sensibilização para a população” (Silvia Rocha, entrevista do trabalho de campo, Curitiba, 2018).

Diferentes canais de comercialização vêm ganhando notoriedade na cidade de Curitiba, como resultado da mobilização social de diferentes organizações, desde a primeira Feira Verde na década de 1980, à qual se seguiu a participação ativa da AOPA, desde 1995, a Associação de Consumidores de Produtos Orgânicos do Paraná no ano 2000, do poder público na diversificação e ampliação do sistema de abastecimento e com a configuração de um circuito de proximidade muito mais funcional e plural, melhorando deste modo a capacidade organizativa e operativa dos agricultores e reeducando o consumo dos cidadãos em ampliação os alcances da segurança alimentar.

Não obstante, o mercado de produtos orgânicos/agroecológicos atende ainda uma classe média. Em uma pesquisa feita em 2005, os dados revelam que 29,66% da população que frequentava na época o Mercado Municipal de Curitiba tinha uma renda superior a 15 S.M, 16,57% entre 10 e 15 S.M, 23,5% de 05 até 10 S.M e 24,43% entre 01 e 05 S.M, inferindo assim que 70,08% da população com renda superior a 05 S.M frequentou o Mercado Municipal, em 2005, o que seria uma população reduzida se levamos em conta que segundo o censo do IBGE (2010) a renda domiciliar média *per capita* em Curitiba foi de R\$ 1.536,39 (nesse ano o equivalente a três salários mínimos).

2.2 Os Mercados Institucionais

Neste segmento, os mercados institucionais no Brasil se apresentam de maneira distintiva frente à realidade colombiana. São abordadas, nesta seção, a Rede de Segurança Alimentar em Curitiba, e a relação que esta tem com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). No caso colombiano, em Medellín pontualmente, mostraremos como o *Mercado Campesino*, dos mais antigos do país, institui-se como um programa regulado pela prefeitura, sendo assim, cientes de que poderia ser feita uma outra leitura comparativa com as feiras-livres; optamos por agrupá-los aqui como mercados institucionais, embora não se trate, de maneira análoga, com compras públicas de alimentos no caso de Medellín, pois esta atividade não está na Colômbia, tão bem institucionalizada como no Brasil.

O Estado como responsável pela garantia de segurança alimentar, começa a ter um reposicionamento em face às políticas de abastecimento, o que, no caso concreto brasileiro, implicou não apenas ratificar a importância da agricultura familiar, como a imprescindibilidade das políticas que visam articular a produção e o consumo de alimentos. Estes programas de compra governamental de alimentos como o PAA e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) têm melhorado os indicadores de insegurança alimentar das famílias mais carentes e, simultaneamente, fortalecido os sistemas agrícolas, sobretudo, no que tange à agroecologia (NIEDERLE; de ALMEIDA; VEZZANI, 2013).

Segundo Grisa et al. (2010, p. 137-338), o PAA, criado em 2003, resulta da convergência de dois debates na década de 1990 no Brasil: 1) a discussão da segurança alimentar e nutricional, intensificada a partir da década de 1980, 2) sobretudo, no governo de Luís Inácio Lula da Silva a partir de 2003, em que se reconhece o papel da agricultura familiar, já presente desde a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996, mas ainda marginal no que se refere às ações do Estado. E a mesma estrutura agrária desigual característica do Brasil com consequências diretas na formação econômica e social do país. Como assinalam os autores, o PAA integra a demanda de alimentos com a necessidade de mercado e viabilização da agricultura alimentar para responder a uma insegurança alimentar e nutricional.

O processo foi reforçado com as primeiras experiências em 2001 da merenda ecológica no Sul do Brasil (SCHIMITT; GUIMARÃES 2008), e com a instauração do Programa Fome Zero (2003) que contou com a participação de “[...] representantes de organizações da agricultura familiar articulados no Grito da Terra Brasil-2003” (SCHMITT; GRISA, 2013, p. 240).

De acordo com Maineti (2012, p. 183), o PAA, apenas regulamentado em 2008 na articulação do CONSEA e do governo federal, é também, “[...] fruto de uma demanda histórica dos movimentos sociais. É uma das ações estruturantes no contexto da proposta do Fome Zero”. Assim, “o PAA tem sido implementado com base em alianças ocorridas entre instancias dos três governos (federal-estadual-municipal) e entre estas e a sociedade civil (ONGs, cooperativas etc.)” (ZIMMERMAN e FERREIRA, 2008, p. 27, tradução nossa). Como destaca Maineti (2012, p. 183), dito

programa “[...] tem a dupla e combinada tarefa política de, ao mesmo tempo, promover para as famílias em situação de insegurança alimentar o acesso ao alimento saudável e apoiar a produção de alimentos pelos agricultores familiares [...]”, assim, “[...] o PAA é definido como um dos mais estratégicos programas de segurança alimentar e nutricional no país”.

Na formação dos mercados institucionais, destaca-se o trabalho fundamental de três grupos de atores: – as organizações e atores na área da agroecologia – com um longínquo debate atrelado à agricultura alternativa desde a década de 1980 –, materializada na Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) de 2002; – as organizações sindicais e movimentos sociais da agricultura camponesa e familiar que se vinculavam ao debate da segurança alimentar e nutricional no Brasil e que contribuíram na formulação da Política Nacional de Segurança Alimentar em 1991, e sua posterior inserção na agenda pública, assim como no fortalecimento da agricultura familiar e nas ações articuladas à distribuição de alimentos, os atores articulados em torno do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (1998), nas Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional e posteriormente na recriação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) (CONSEA, 2011; SCHMITT; GRISA, 2013).

Este mercado institucional de compra de alimentos da agricultura familiar começa a destacar a importância não apenas desta agricultura na produção de alimentos de qualidade, mas também o papel que esta tem na conservação dos ecossistemas, na biodiversidade e na dinamização social e econômica dos espaços rurais, assim como de ações voltadas à promoção de uma agricultura de base ecológica (SCHMITT; GRISA, 2013). Os produtos de base ecológica no PAA recebem um valor adicional de 30% em relação à agricultura convencional, respondendo a uma qualidade e uma série de valores socioambientais. Porém, a proporção de produtos orgânicos comercializados através dos mercados institucionais alcança apenas 2% do total de alimentos produzidos pela agricultura familiar (DAROLT, 2013).

É de suma importância entender aqui o papel que têm desempenhado os mercados institucionais no fortalecimento da agricultura familiar e, sobretudo, no redesenho de novos espaços de comercialização que compõem circuitos, canais e redes alternativas de comercialização. Como salientam Perez-Cassarino e Ferreira

(2013), o redesenho das estratégias de mercado das organizações fortalecidas pelo mercado institucional, cria um alto grau de dependência em relação a este mecanismo, que dependerá das formas de organização e gestão que estes grupos têm para uma construção social de mercados alternativos. Neste aspecto, é fundamental o papel que os mercados institucionais têm tido com a agricultura familiar e, principalmente, na abertura de novos mercados, regulação de preços e engajamento da capacidade produtiva e comercial (feiras-livres e demais estruturas comerciais, transporte, equipamento produtivo etc.), que demandam produtos diferenciados, redefinindo assim, os laços entre a produção e o consumo. Segundo Reis (2015, p. 136), o PAA enquanto política pública, destacam-se: 1) “a valorização e a diversificação da produção”; 2) “a organização e o fortalecimento de cooperativas e associações”; 3) “valorização da produção de mulheres e jovens”; 4) “as mudanças nas práticas produtivas”; 5) “o estreitamento da relação campo-cidade com uma nova sociabilidade entre os beneficiários e produtores e consumidores”. Pontos que cobram ainda mais destaque, após o processo de desmonte e retrocesso que tem tido, progressivamente, esta política desde o Golpe de Estado de 2016 e, sobretudo, em 2020 no contexto da pandemia, com uma população estimada de 58 milhões de brasileiros em insegurança alimentar (27,7% da população) (GALINDO et al., 2021).

Neste ponto, gostaríamos de fazer um esclarecimento, que à maneira de posicionamento, procura estabelecer, o que nós entendemos por agroecologia, e, como esta, relaciona-se profundamente com a soberania alimentar. Como salienta Melgarejo (2019) o direito à alimentação como foi proposto pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), está restringido ao acesso a comida; porém, para nós, as respostas de como afrontar à fome, tem a ver com conotações políticas de *que* e *como* produzir e consumir alimentos, pois, o tema de soberania está diretamente relacionado à autodeterminação dos povos (MELGAREJO, 2019). Daí que os princípios da agroecologia atrelados à soberania alimentar, sejam uma resposta evidente à altura do complexo fenômeno da fome, de aquela que Castro (2003) entendeu como além de um fenômeno natural, que em seu processo de justificação mistificada, passa a ocultar as suas verdadeiras causas históricas, como a imposição de um tipo de exploração colonial que afetou à maioria dos povos do mundo e, no presente, o que o autor chamou de um neocolonialismo econômico, aquele que define nossa economia primária dependente e nosso lugar como país

“subdesenvolvido” (que o autor denominou, junto com o próprio desenvolvimento, o grande mito do século XX), os países de fome.

Para Altieri e Toledo (2011), os conceitos de soberania alimentar e rural, estariam estreitamente ligados à perspectiva agroecológica, já que são, em grande medida, um ganho da organização agrária e o movimento camponês mundial Via Campesina, e estariam atrelados a um tipo de racionalidade ecológica herdada da agricultura desenvolvida pelos povos tradicionais no transcurso da história, que hoje, ganha força como paradigma agroecológico, o que os autores reconhecem como a *revolução agroecológica* da América Latina. Sendo esta revolução, ao mesmo tempo, epistemológica, técnica e social, uma alternativa às políticas neoliberais que configuram o modelo agroexportador. Sobretudo, quando a base dos princípios dos agroecossistemas é a mínima dependência externa (insumos, tecnologia, sementes etc.), que sabemos, dita dependência termina-se traduzindo em controle e domínio sobre a agricultura dos povos tradicionais, comunidades e organizações camponesas. Podemos sublinhar que talvez, seja este ponto, alicerçado sobre a complexidade dos sistemas agrícolas (sua diversidade, resiliência, adaptabilidade e eficiência energética), aquilo que marcaria a diferença com a agricultura orgânica, que não rompe com a dependência de insumos externos nem com as monoculturas que o mercado demanda, o que mantém à agricultura orgânica, igualmente dependente de mercadorias, e, a torna em si, outra mercadoria dominada pela hegemonia do capital (ALTIERI e TOLEDO, 2011; ROSSET e ALTIERI, 1997).

Deste modo, somos enfáticos em reconhecer como princípios da agroecologia, os valores da variabilidade genética e do uso de espécies historicamente adaptadas aos diferentes territórios, a pequena escala da produção e as conexões reticulares que constroem as ações comunitárias, sua organização e sua participação na construção de mercados locais mais justos, a estabilidade dos preços dos alimentos que não dependem do complexo agroindustrial e suas imbricações com o capital financeiro (como foi demonstrado na crise econômica de 2007-2008 com o aumento do preço dos alimentos, da fome e o lucro de alguns conglomerados econômicos), assim como todos os elementos que confluem na escala da necessidade e da realidade de cada contexto. Para Altieri e Toledo (2011), as quatro principais razões, pelas quais, os movimentos sociais rurais, têm optado por praticar a agroecologia, são

porque esta é: *socialmente ativante* (participativa); baseia-se em um *enfoque culturalmente aceitável* (dialoga com os conhecimentos tradicionais e os propriamente científicos); usa e promove *técnicas economicamente viáveis* (autônomas e adaptativas) e, finalmente, *é ecológica per se* (aproveita as vantagens dos sistemas de produção existentes).

A agroecologia vista sob esta perspectiva, e de acordo com Melgarejo (2019, p. 81), dialoga muito bem com o conceito de soberania alimentar proposto pela Via Campesina Internacional, a qual preconiza direitos de autodeterminação e um proceder ético que “[...] exige que a produção de “alimentos” emergja de decisões políticas pautadas pelos direitos humanos e não pelas facilidades de mercado”. A alimentação como ato político involucra decisões em todo o circuito de produção, distribuição e consumo, em que, movimentos sociais como o MST, tem reivindicado como uma Reforma Agrária Popular, que defende um novo modelo agrícola alicerçado no acesso democrático à terra assim como sua função social, como também, todas as condições de vida que permitam fazer da soberania alimentar um meio e fim de defesa e governança que reconheça e sublinhe o papel ativo, não só das comunidades rurais, como de todos os cidadãos, de alguma maneira, falar de soberania alimentar, é tratar da soberania das maiorias, que as minorias têm historicamente socavado.

2.2.1 Rede de Segurança Alimentar de Curitiba

Desde o ano 2004 com o Programa Fome Zero, o Governo Federal estimulou a que os pequenos agricultores dos assentamentos se organizassem em cooperativas e organizações para produzir alimentos que seriam repassados em doação simultânea pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) via Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Como foi relatado na entrevista desenvolvida com Antônio Bez (trabalho de campo, Curitiba, 2018), membro ativo da Rede de Segurança Alimentar e educador popular de algumas Rodas de Conversa – as quais serão explicadas subseqüentemente –, o Programa de Aquisição de Alimentos em Curitiba foi coordenado no início pelo Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araujo (CEFURIA), organização que nasce na década de 1970 no contexto da ditadura militar e com uma forte atuação na formação política cidadã da região. Entre três e quatro

anos atrás dito papel passou a ser assumido pelo Centro Comunitário e de Proteção Alimentar Pe. Miguel (CECOPAM), antes chamado Centro Comunitário e de Manutenção Alimentar (CECOMA).

Modificações nos estatutos do CEFURIA fizeram com que o CECOPAM assumisse o papel de organização proponente no PAA. Tendo hoje 42 entidades cadastradas. Segundo Antônio Bez, das 42 entidades (em que também convergem organizações informais), 11 são entidades chamadas de Polos de Distribuição, que seriam os encarregados de distribuir os alimentos. O processo prévio à distribuição dada pelos Polos de Distribuição acontece cada quinta-feira e se dá por mutirão (**Figura 4**).

Figura 4. Curitiba, Brasil. Mutirão de distribuição dos alimentos do PAA, CECOPAM. 2018



Fonte: Fotos do autor, 2018

Quem participa deste processo são famílias que demonstram algum grau de insegurança alimentar e, como explica Antônio Bez, estas famílias, previamente cadastradas conforme a lei e geralmente as mais carentes, são beneficiadas com os alimentos de pessoas também pobres do campo. Estes agricultores familiares por exigência do governo (exigência que é decorrente das lutas camponesas) devem estar organizados, já que são as cooperativas, nos dois extremos do circuito, que se

responsabilizam pela produção e posterior distribuição de alimentos para as famílias das respectivas comunidades.

No entanto, uns dos requisitos para que o alimento seja entregue às famílias, é que estas participem das chamadas Rodas de Conversa (**Figura 5**), processo do qual Antônio Bez exerce o papel de educador popular. Perguntamos ao educador, em que consistiriam as Rodas de Conversa e qual seria sua função final no PAA? Ele explicou que na primeira segunda-feira de cada mês, reúne-se o Conselho Gestor com uma participação entre 80-100 pessoas representantes desses grupos e que também têm seu momento de formação e de articulação sobre questões pontuais da rede, este trabalho é coordenado por pessoas que replicam em suas comunidades através das Rodas de Conversa, os temas discutidos nas reuniões do Conselho Gestor. Este processo, assim como a Rede de Segurança Alimentar tem já acumulado 13 anos de trabalho, formando consciência sobre a relação campo-cidade e, em geral, educando sobre temas que competem à realidade cotidiana de qualquer cidadão. Este processo específico de formação, que outrora era liderado por CEFURIA, atualmente é assumido pelo CECOPAM.

Figura 5. Curitiba, Brasil. Roda de Conversa em Igreja Pentecostal. 2018



Fonte: Fotos do autor, 2018

E que temas são abordados nas Rodas de Conversa? Segundo o entrevistado, trabalha-se em questões como – Dia Internacional da Mulher; – Primeiro de Maio, – Dia do Trabalho, – violência, – economia solidária etc. Por exemplo, o seminário sobre economia solidária realizado na 17ª Jornada de Agroecologia (2018) em Curitiba e organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nasceu desse processo de formação e coordenação que acontece no Conselho Gestor. Além disso, o tema da agroecologia foi amplamente discutido durante esse mês nas Rodas de Conversa. A frequência das rodas, assim como as pessoas que participam, varia segundo a realidade de cada comunidade. Por exemplo, em Xapinhai, como explica Antônio Bez – e como pudemos constatar no trabalho de campo – o poder de mobilização que os integrantes dos grupos têm e, dependendo das diferentes parcerias com igrejas, hospitais etc., os resultados são diferentes, Xapinhai é uma vila localizada no bairro Sítio Cercado na região sul de Curitiba e, organizada entre 1983 e 1984 (**Figura 6**), sendo que dela participam: – a Associação de Moradores, – Igrejas Pentecostais, e Católicas, Ação Social, – creches, – casas de apoio, – hospitais, – lar de idosos, entre outros grupos.

Figura 6. Setor sul de Curitiba, Brasil. Memorial da Associação de Moradores de Xapinhai. 2018



Fonte: Fotos do autor, 2018

A rede através das Rodas de Conversa tem o intuito de ajudar a formar opinião balizada frente à quantidade de informações que as famílias recebem através dos meios de comunicação, “[...] como achamos, são eles os sujeitos mais vulneráveis, este tipo de debates teria maior impacto na formação de lideranças” (Antônio Bez, entrevista do trabalho de campo, Curitiba, 2018).

No que diz respeito à organização e logística no processo de distribuição de alimentos, como foi apresentado na **Figura 4**, o processo é realizado por voluntários (duas ou três pessoas) das entidades e organizações que participam da rede. Através de um mutirão, principalmente formado por coordenadores, recebem todas as quintas-feiras muito cedo os alimentos, como afirma o entrevistado, hoje é apenas um caminhão que pertence a uma cooperativa e entrega entre 1.600 e 1.700 kg aproximadamente, o que antes do declínio do programa podia atingir entre 7 e 8 toneladas de alimentos perpassados às famílias. Como exemplifica Antônio Bez,

Então, o governo vai cortando direitos, e ele começa de fato por aqui, toda a semana, por exemplo, nós recebíamos entre 5.000 e 5.500 litros de iogurte de uma cooperativa, o que davam uns 300-350 litros de iogurte para cada grupo, esse tipo de alimentos são muito importantes porque eles não precisam gás para cozinhar, então são muito úteis.

Embora as verbas tenham diminuído (sobretudo após o golpe de 2016 que este tipo de políticas tem tido um grande retrocesso), este processo ainda mantém um elevado critério de qualidade na produção e pago justo pelos produtos. A cooperativa que lidera o processo é a Terra Livre, a qual ingressou a partir de um processo de seleção, mantendo assim uma produção agroecológica de qualidade, além do papel coordenador do programa e controle social que outrora exercia CEFURIA e atualmente é feito por CECOPAM. Como frisa Antônio Bez, “[...] A organização não ganha nada por fazer isso, absolutamente nada, a gente ganha por que temos a possibilidade de fazer um trabalho social, cultural e político”.

Dentro dos procedimentos próprios da rede, dois aspectos deveriam ser ressaltados, segundo relata o entrevistado. De um lado, a celeridade e organização no mutirão, que pesa e divide os alimentos a serem distribuídos, “[...] porque as pessoas entenderam que esse processo é muito bom para a formação pessoal, porque é um trabalho comunitário”. Do outro lado, ressaltam-se os intercâmbios feitos por representantes desses grupos, ou seja, pessoas das famílias que recebem os

alimentos passando tempo nos sítios dos agricultores, “[...] mas não é para receber uma palestra, vão trabalhar, aprender e entender como funciona o processo, isso tira muitas vezes o ódio que os meios de comunicação provocam contra organizações do campo e da reforma agrária”, em outras palavras, “[...] eles se identificam como trabalhadores”.

Nesse sentido, e quanto ao processo pedagógico implícito em todos os espaços de formação, tanto os intercâmbios quanto as Rodas de Conversa, podem ser descritas no seguinte depoimento:

Pronto, é o que ensina Paulo Freire sobre a fala geradora, é que as pessoas precisam viver a sua palavra, não é o que eu vou dizer para você, é tua palavra, a palavra falada é um tema gerador, porque torna a conversa num diálogo que constrói, o que produz conhecimento sempre se exemplifica, esses tipos de coisas são para que as pessoas realmente entendam. Quando você faz um trabalho de base, você precisa utilizar um trabalho mais visual e eles vão entendendo a realidade porque você exemplifica (Antônio Bez, entrevista do trabalho de campo, Curitiba, 2018).

Um elemento a levar em conta e, como um fato histórico de muita relevância, é o papel que teve este espaço e o Centro Comunitário e de Manutenção Alimentar (CECOMA), na formação do que hoje são as Centrais de Abastecimento do Paraná S.A - CEASA/PR, criadas em 1972 e destinadas à comercialização de produtos e, oficialmente, a Central de Abastecimento de Curitiba, que foi a primeira CEASA implantada como decorrência do efetivo planejamento urbano que começou a operar em julho/76 e foi inaugurada em 08 de agosto de 1976, no bairro do Tatuquara (SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO, 2018).

Em resumo, podemos entender o posicionamento da Rede de Segurança Alimentar, em que o alimento não é somente um fim e sim um meio para gerar transformações sociais, por exemplo, através de ferramentas que buscam autonomia em um pensamento mais crítico frente a uma realidade cada vez mais distorcida pelos meios de comunicação. Nesse sentido, questionamo-nos, como conseguem vocês ter essa postura política sem serem coagidos pelo poder público, pois é um programa do governo?

Então, aí surge o uso das táticas, porque eles não fiscalizam nesse sentido, inclusive eles são convidados a participar, mas a entidade, a CECOPAM quando têm esses encontros diplomáticos a gente vai numa boa, mas uma coisa é aqui outra coisa é lá, que a gente vai vestir mais bonitinho, quando a

gente chega aqui na comunidade, a gente tenta conquistar as pessoas do povo no sentido que as pessoas percebam as coisas sem muito a gente ter que dizer, uma coisa eu dizer para você, outra coisa e provocar numa Roda de Conversa onde você mesmo vai descobrindo as coisas, e a gente não tem medo de falar as verdades, não tem medo não. Qual é o problema enquanto a gente cumpre o que está dentro do programa? (Antônio Bez, entrevista do trabalho de campo, Curitiba, 2018).

Na conformação da Rede de Segurança Alimentar outros atores são também fundamentais e é, nesse sentido, que gostaríamos de ressaltar o papel do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (CEFURIA) e do Centro Comunitário e de Proteção Alimentar Pe. Miguel (CECOPAM).

CEFURIA é uma entidade que nasce na década de 1970 através da necessidade da comunidade na região do Boqueirão no sul de Curitiba. Como nos explica nossa entrevistada (do trabalho de campo, Curitiba, 2019), Salete Bagolin Bez (membro ativo do Conselho Consultivo da organização e quem tem ocupado outrora cargos diretivos), no momento em que estavam as irmãs vicentinas inseridas na comunidade e, em que a religião, quase a única forma de organização possível no período da ditadura militar, com toda a fundamentação da Teologia da Libertação que as irmãs traziam consigo, conseguiram ajudar as pessoas desta comunidade, que eram muito carentes e precisavam alguma forma de organização que representasse suas demandas e necessidades. Durante este período, como frisa Souza (2007, p. 13) “[...] o modelo de desenvolvimento adotado no país, excluiu grandes contingentes da população de seus direitos sociais e políticos”, assim como “[...] o modelo de produção capitalista no campo, expulsou grande parte da população para as cidades” e dentro do projeto de modernização urbana, Curitiba como grande centro urbano, passa a ignorar a situação de seus moradores mais pobres. “A cidade passou a ser gerida como se fosse uma empresa”. Deste modo, estas práticas atreladas à Teologia da Libertação, que colocavam maior atenção ao sujeito histórico, refletiam sobre sociedades mais justas, no contexto da América Latina (onde nasce a Teologia da Libertação), em que paralelamente se gestava a Teoria da Dependência, significou tratar e atuar sobre o subdesenvolvimento como uma realidade histórica (HOUTART, 2003).

Apesar disso, como todas as pessoas não têm que ter necessariamente afinidade com a religião professada pelas irmãs, e sob a necessidade se criou um

centro de formação que fortalecesse a organização e luta popular, decidiu-se criar em agosto de 1981, como organização da sociedade civil junto com a comunidade e outras lideranças sociais e políticas, o CEFURIA. Nome que foi dado em homenagem à irmã Araújo da congregação inserida na comunidade Santo Inácio de Loyola, no bairro Boqueirão, quem morre no mesmo ano da fundação do CEFURIA.

Como relata a Salete Bagolin Bez, esta organização de mais de 30 anos, tem se focado na formação política cidadã, assessorando e formando lideranças. Esta organização contou por uns 25 anos com recursos da Alemanha, que a sustentavam com mais ou menos 70% do custo total de funcionamento, embora tenha desenvolvido paralelamente diversos projetos. CEFURIA liderou muitos processos de mobilização social, não só em nível regional, também nacional, por exemplo, na coordenação do movimento que se contrapôs na implementação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), fortemente criticada durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva e recusada definitivamente pelos governos dos países latino-americanos em 2005. Não obstante, com o tempo e dentro das diretrizes da organização, opta-se por manter o foco na formação e não na orientação e apoio direto destas lutas sociais.

Nesta esteira, é que a organização vai se ligando com a economia solidária, como a atuação da Escola de Formação Básica Multiplicadora da Economia Popular Solidária que, em 2016, chegou à sua 45ª edição, abordando temas tais como “[...] educação popular freireana, comunicação popular, a história do trabalho e o capitalismo, economia e consumo solidário, gênero e organização popular” (CEFURIA, 2018) e com uma repercussão direta na formação de mais de 1.000 pessoas desde início do século XXI.

Com uma ampla trajetória, CEFURIA hoje coordena a Rede de Segurança Alimentar e atua principalmente em Curitiba e na região metropolitana. O intuito da rede é criar certa autonomia financeira desenvolvendo projetos de autogestão, porque a forte dependência de projetos do governo tem provocado historicamente uma desestruturação da equipe, até cerca de 90% dos membros contratados têm sido dispensados em certos momentos, explica Salete Bagolin Bez. Deste modo, projetos vinculados à rede são muito importantes, como as Padarias Comunitárias – que serão posteriormente explicadas – e as Feiras de Economia Popular Solidária, entre outros

projetos de grande impacto social como a reciclagem, a escola de formação, os clubes de troca e a participação no Movimento Nacional da População em Situação de Rua.

A segunda organização sumamente importante na articulação da rede e, sobretudo, no funcionamento do PAA, é o Centro Comunitário e de Proteção Alimentar Pe. Miguel (CECOPAM). Como explana João Nicolau Swaab, (trabalho de campo, Curitiba, 2018) membro da organização, o CECOMA (primeiro nome da organização), nasce no ano de 1979 em uma região da periferia de Curitiba, em que o Padre Miguel de descendência italiana, tornou-se o pároco da comunidade da antiga vila São Pedro, hoje inserida no bairro Xaxim de Curitiba, quem começou a criar as comunidades eclesiais de base, que na época abrangia uma área muito maior, que hoje é São Lucas e Jardim Paranaense, com o intuito de favorecer a população mais pobre, então localizada na zona de prostituição e onde se instalaria posteriormente o CECOMA.

Existia naquele momento, um problema de acesso aos produtos hortifrutigranjeiros, pois não estava equilibrada a concorrência no mercado de estes alimentos. Nasce deste modo, um espaço para comercializar diretamente os produtos dos agricultores que seriam vendidos a um preço menor, iniciativa que com o tempo viraria a Central de Abastecimento de Curitiba (CEASA).

Nos anos de 1998 e 1999, o CECOMA contratou uma equipe de pesquisa com o CEFURIA (na direção de Ademir Menegazzo) junto com o Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais (DESCER), realizando um estudo para determinar o que realmente estava se precisando. Como explica o entrevistado, conclui-se então, que se precisava de um centro comunitário e de uma ONG que estivesse voltada para a alimentação, sobretudo no sentido de reeducação alimentar, já não para a venda de alimentos e sim na direção de cultura e produção de alimentos mais saudáveis, nascendo assim, o Centro Comunitário e de Proteção Alimentar Pe. Miguel (CECOPAM), nome dado em homenagem a o ainda vivo Padre Miguel.

No começo, o leque de atividades desenvolvidas por CECOPAM, era diversificado, oferecendo cursos na área de alimentação alternativa, para aproveitamento das sobras dos alimentos e culinária, assim como todo aquilo que girasse em torno da conscientização alimentar, palestra e cursos também de acupuntura, capoeira, música etc. Entretanto, uma vez assumida a coordenação do

Programa de Aquisição de Alimentos, por questões sanitárias, o resto de atividades, principalmente as que precisavam de algum contato físico, foram encerradas. Como os objetivos do PAA convergiam muito bem com a função do CECOPAM e, como o espaço já era concedido para as atividades do PAA desde a coordenação do CEFURIA, deu-se uma boa articulação com o programa e hoje atinge nove comunidades da vila São Pedro.

CECOPAM é uma ONG autônoma, com diretoria executiva, com conselho executivo e fiscal e assembleia geral, conformada por diferentes representantes da comunidade e entidades afins (como CEFURIA, a Associação de Moradores, o centro social São Francisco da Paroquia São Pedro etc.). CECOPAM funciona como uma espécie de “guarda-chuva” na distribuição de alimentos, porque a fiscalização é muito grande, e não todas as entidades integrantes têm as condições legais para exercer esta função. Assim como CEFURIA, salienta João Nicolau Swaab, “você não pode ter autonomia política se não tem autonomia financeira”. Hoje, a organização recebe dinheiro pelo aluguel do salão destinado para reuniões, oficinas e festas das famílias da comunidade.

Então, essa foi a coisa mais acertada até hoje para ter essa autonomia financeira, porque a maioria de iniciativas populares acabam virando refém de políticos, por exemplo, aqui já tentaram várias vezes de infiltrar pessoas para dominar isto aqui, mas tem momentos onde você tem que aproveitar as mesmas cartas do capitalismo para você sobreviver e colocar em prática todos os objetivos da economia solidária. (João Nicolas Swaab, entrevista do trabalho de campo, Curitiba, 2018).

2.2.2 Mercados Campesinos

Na cidade de Medellín, um caso emblemático são os *Mercados Campesinos*. Como salienta Martha Alicia Cadavid⁹, o caso mais representativo da iniciativa institucional são tais mercados, sendo uns dos casos mais antigos do país (1988), nascendo como uma estratégia de proximidade entre os produtores mais pobres e os consumidores, favorecendo assim uma agricultura limpa. Hoje, como um projeto representativo da prefeitura com presença em 20 parques da cidade. Como salienta Martha Alicia Cadavid, “na sua origem se parece mais com um mercado tradicional de

⁹ Professora nutricionista da Universidad de Antioquia que lidera o projeto “*Características de estructuras alternativas de distribución de alimentos en Medellín – estudio de caso*”.

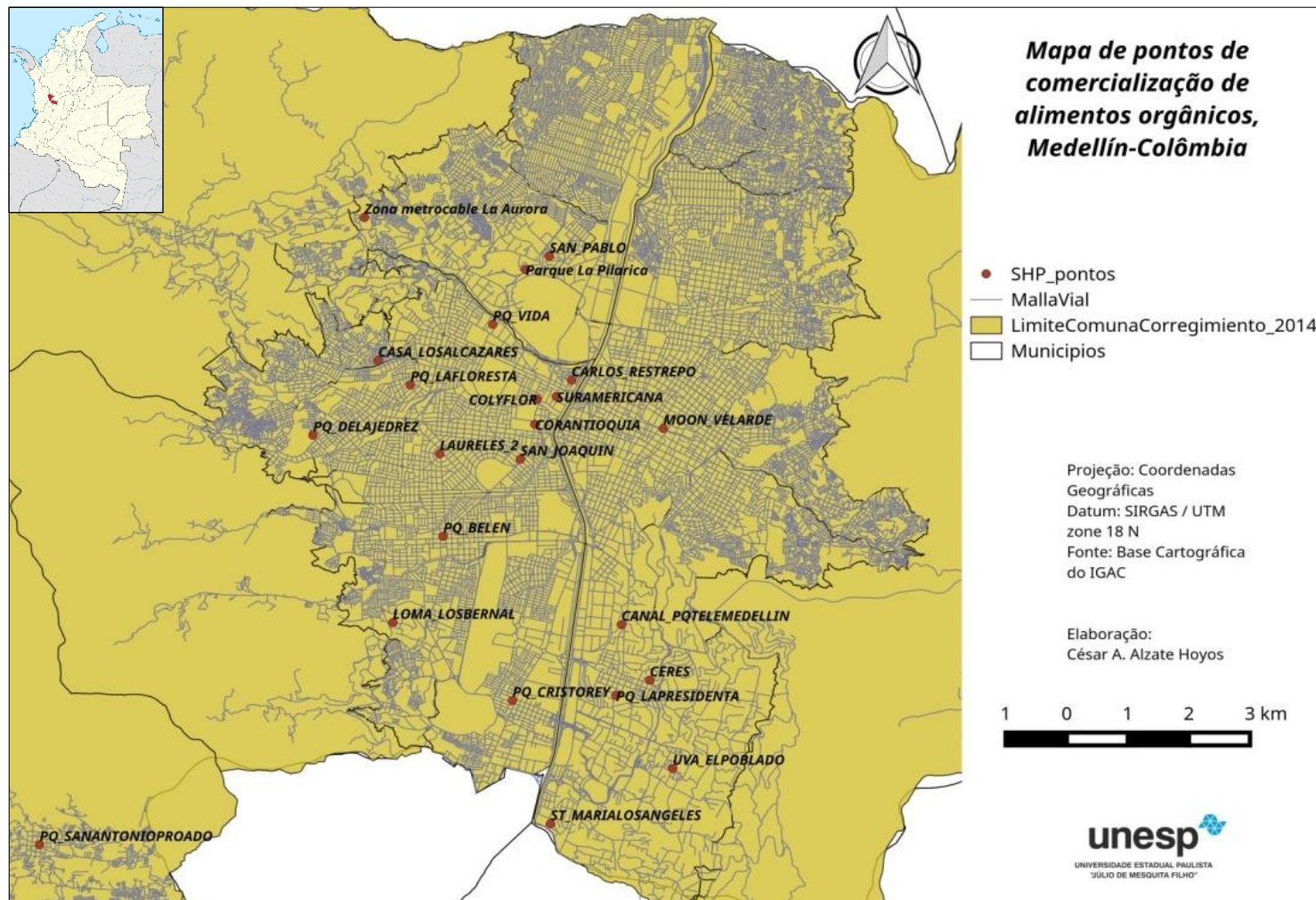
alimentos, eles seriam o trânsito mais evidente entre o tradicional e o alternativo”. Mas quem conforma os *Mercados Campesinos*? Produtores, principalmente individuais (aproximadamente 80%), e algumas organizações, microempresas de transformação de alimentos ou alimentos preparados *in situ*.

Como explica Uver Chavarria, funcionário da *Secretaria de Desarrollo Económico* no programa de *Mercados Campesinos*, este mercado camponês começaram no centro da cidade (Moon, Velarde e Parque Belén seriam os mais antigos) e acontecem atualmente nos espaços públicos, 11 mercados nos sábados e nove nos domingos, em que esses 20 mercados, espalhados pela cidade de Medellín (**Figura 7**), atendem diferentes classe socioeconômicas, mas sobretudo, classe média-alta, mesmo que os preços sejam os mesmos da *Central Mayorista de Antioquia* (central de abastecimento) sem intermediação.

Basicamente, o funcionamento do mercado consiste na inclusão de agricultores familiares que pertencem a algum *Corregimiento*, os *Centros de Desarrollo Empresarial Zonal* (CEDEZO) (programa da Prefeitura de Medellín para o apoio de empreendimentos e fortalecimento microempresarial) avaliam os produtores, por exemplo, no uso de Boas Práticas Ambientais (BPA), para que estes possam ingressar na *Vitrina Campesina* (**Figura 8**) e, posteriormente, possam vender em alguns dos parques designados.

Como expõe William Álvarez (Administrador da loja Colyflor), os *Mercados Campesinos* não promovem a associatividade nem muito menos a visibilidade de nenhuma organização (vetam qualquer publicidade ou discurso próprio das organizações, não permitem, assim, que haja qualquer posicionamento). Esta foi uma característica recorrente observada no trabalho de campo, constatável através dos depoimentos de alguns casos representativos dos mercados.

Figura 7. Medellín, Colômbia. Pontos de Comercialização de alimentos orgânicos. 2018



Elaboração: ALZATE, 2018

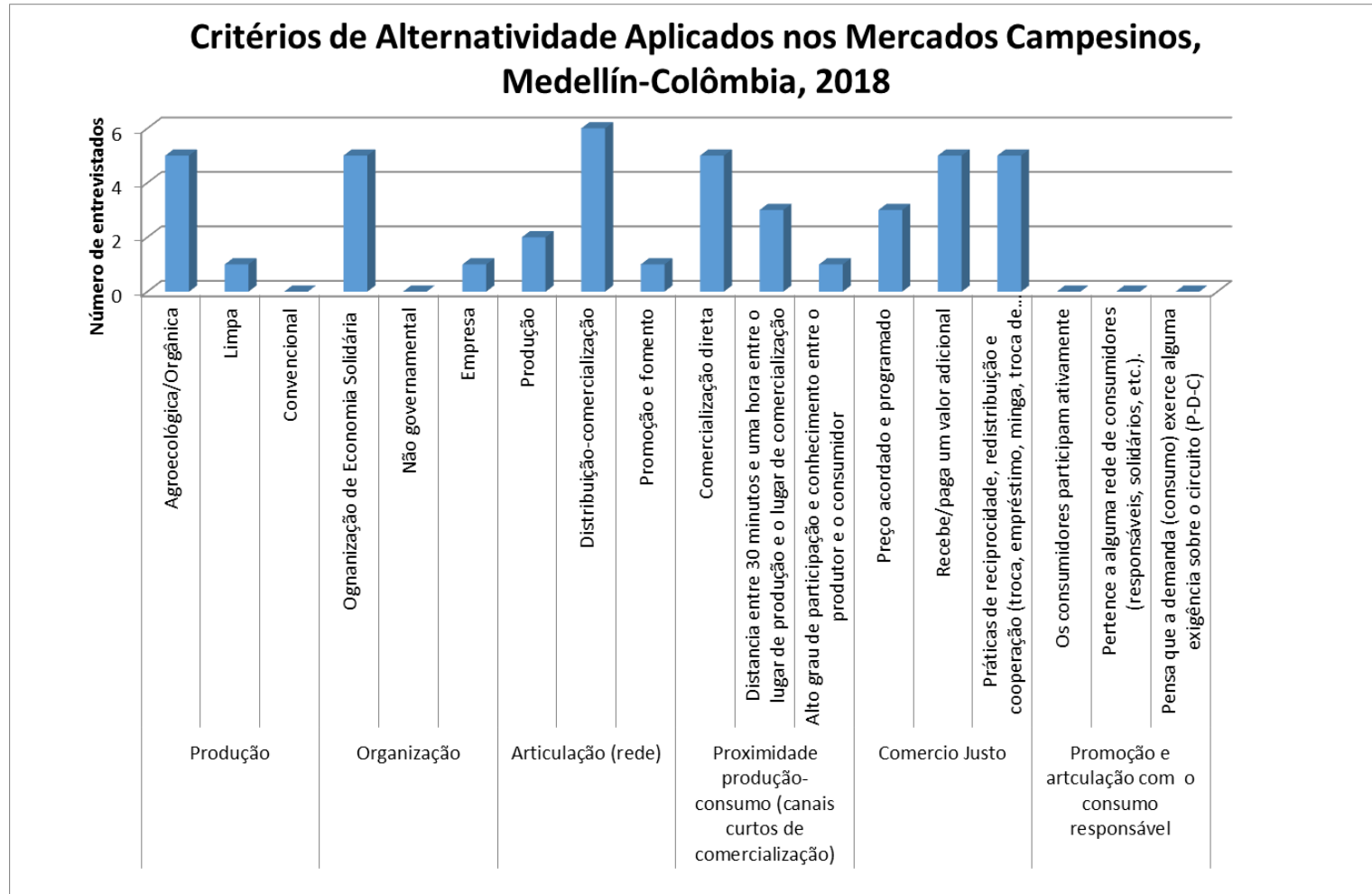
Figura 8. Centro da cidade de Medellín, Colômbia. Vitrina Campesina La Alpujarra. 2018



Fonte: Foto do autor, 2018

Alguns casos representativos em que foram aplicados critérios de alternatividade (**Gráfico 1 e Apêndice A**) e que formam parte dos estudos de caso do trabalho de campo foram, no Mercado da UVA (*Unidades de Vida Articulada*) *El Poblado* (**Figura 9**): Norelba Mejia, venda de *Café Media Luna* (Café de Origem) na vereda *Media Luna* no *Corregimiento Santa Elena*, venda de produtos agropecuários da *Vereda San José de la Montaña* no *Corregimiento San Cristobal*; no *Parque Santa María de los Ángeles* (**Figura 10**): Gilma Lucía Arango Ortiz, *Corregimiento San Antonio de Prado* (Produção orgânica de Mel e Banana Prata); na *Vitrina Campesina La Alpujarra*: *Corporación Campesina de San Antonio de Prado* do *Corregimiento San Antonio de Prado* (**Figura 11**); e, no parque *La Presidenta* (**Figura 12**): a *Poderozza*, Gengibre medicinal e Cúrcuma, com 18 anos no mercado, com a empresa em *Santa Elena* e os cultivos no *Urabá Antioqueño*.

Gráfico 1. Critério de Alternatividade *Mercados Campesinos*



Elaboração: ALZATE, 2018

Figura 9. Medellín, Colômbia. *Unidades de Vida Articulada (UVA) El Poblado* e o *Shopping Center El Tesoro*. 2018



Fonte: Foto do autor, 2018

Figura 10. Medellín, Colômbia. *Mercado Campesino Parque Santa María de los Ángeles*. 2018



Fonte: Foto do autor, 2018

Figura 11. Medellín, Colômbia. *Corporación Campesina de San Antonio de Prado em Vitrina Campesina*. 2018



Fonte: Foto do autor, 2018

Figura 12. Medellín, Colômbia. *Mercado Campesino* no parque *La Presidenta*. 2018



Fonte: Fotos do autor, 2018

Outros mercados a ressaltar são os mercados que acontecem nos espaços universitários, um exemplo desses, é o *Mercado Agroecológico* da *Universidad de Antioquia* (**Figura 13**). Conforme afirma a professora Lia Avilar (entrevista do trabalho de campo, Medellín, 2018), organizadora e encarregada do mercado, ele nasceu a partir do projeto *S.O.S por el Aire* e a atuação da *Escuela Ambiental* e extensão universitária da mesma universidade. Nesse mercado se promovem diversas atividades além da venda dos alimentos agroecológicos, as experiências de mobilidade, educação nutricional, cuidado dos pombos, rede de sementes, almoços e venda de alimentos para o consumo *in situ* e oficinas diversas. O mercado tem uma periodicidade de 15 dias, e a professora Lia Avilar, por sua extensa trajetória acadêmica, tem conseguido aproximar um número significativo de experiências. Este lugar é visto também como um espaço cultural e de aprendizagem através da troca de saberes.

Neste espaço, tivemos a oportunidade de conhecer a experiência de *Mingueros Unidos* (perto do *Corregimiento de Santa Elena*), alguns produtores e transformadores como *Los Retornados S.A.S*, produtores de rapadura orgânica com a marca: *Ponemieles* (*Cocorná* no *Oriente Lejano* do Departamento de Antioquia).

Figura 13. Medellín, Colômbia. *Mercado Agroecológico da Universidad de Antioquia*. 2018



Fonte: Foto do autor, 2018

A categoria que damos aqui aos *Mercados Camponeses*, como parte do mercado institucional, tem a ver mais com o controle e organização que exerce a Prefeitura de Medellín sobre os mercados como um programa coordenado em sua totalidade por esta entidade. Diferente dos processos suportados sobre a compra direta de alimentos da agricultura familiar e sua consequente doação para o consumo de famílias com algum grau de insegurança alimentar, como acontece no Brasil. Uma primeira conclusão que podemos exprimir do processo concreto dos mercados institucionais inseridos na agenda pública dos governos brasileiros, desde o começo do século, é o fortalecimento da institucionalidade em torno à segurança alimentar e nutricional, com criação de órgãos, entidades e um marco normativo próprio, assim como, um reconhecimento à agricultura familiar em geral e às práticas da agroecologia em particular, à abertura de diferentes espaços de comercialização com melhoria de

infraestrutura e diversos elementos que dinamizam o funcionamento dos circuitos produtivos e comerciais; além disso, incentiva-se fortemente a organização do setor produtivo na articulação com a demanda, o que significou comprometer os consumidores a participarem do processo como um todo. Eis um ponto de divergência com os mercados institucionais de Medellín, que na prática, não articula a oferta (agricultura familiar) com uma demanda em condição de insegurança alimentar.

Este movimento sinérgico produção-consumo, não tem ocorrido na cidade de Medellín, os *Mercados Campesinos* têm desempenhado um papel fundamental na dinamização do espaço público, quase uma refuncionalização destes como áreas de troca comercial de alimentos frescos, com grandes impactos no imaginário dos consumidores e, como práxis, produtora do espaço urbano, requalificando os conteúdos das relações campo-cidade. No entanto, os alimentos, como um instrumento de poder, como tem sido constatado através da história, responde, neste caso, a uns interesses centrados em atender uma classe média e média-alta, conectando-se com um nicho específico do mercado, e não com uma população em condição de insegurança alimentar (que conectaria dois extremos de uma realidade pauperizada), que como temos apresentado no transcurso do texto, é um segmento que se localiza nos estratos 1, 2 e 3 (79,8% da população de Medellín), com 52,3% na área urbana e 60,6% na área rural de famílias com algum grau de insegurança alimentar. No plano nacional, 40,8% vive em situação de insegurança alimentar, 26,1% em situação de insegurança leve, 11,2% moderada e 3,6% severa, dos quais, 36,5% da população em insegurança alimentar é urbana e 58,2% rural (PERFETTI; GALLEGO; PERFETTI, 2010).

Finalmente, queremos esclarecer que o **Gráfico 1**, sobre os critérios de alternatividade aplicados a alguns entrevistados que participam dos *Mercados Campesinos*, mostram algumas características gerais dos produtores, ainda que não seja uma amostra representativa. Por um lado, existe um processo de reconversão da agricultura convencional para a orgânica, e algumas práticas reconhecidas como agroecológicas. Todavia, como sublinha a professora Martha Alicia Cadavid, os *Mercados Campesinos* que “[...] são as iniciativas institucionais que perpetuam muitos assuntos, por exemplo, a lógica de supervivência (dos produtores) como um critério de priorização dos atores mais vulneráveis” (entrevista do trabalho de campo, Medellín,

2018, tradução nossa). Isto ocorre, de alguma maneira, porque os Mercado Campesinos que nascem finalizando a década de 1980, não priorizaram uma produção de base ecológica nem a organização dos produtores (embora cinco dos seis entrevistados pertençam algum tipo de organização de economia solidária), sendo a articulação na distribuição-comercialização e a comercialização direta como dois dos critérios mais destacáveis pelos entrevistados. Por outro lado, ressaltamos os esforços por melhorar um comércio mais justo, assim como algumas práticas de reciprocidade. Não obstante, evidentemente a promoção e a articulação com o consumo responsável, não foram elementos que ganharam visibilidade por parte dos entrevistados.

2.3 Redes Agroalimentares Alternativas e as experiências da Agricultura Sustentada pela Comunidade (ASC)

As Redes Agroalimentares Alternativas (RAAs ou com sua sigla em inglês AFN – *Alternative Food Networks*) têm uma abrangência e capacidade de acolher diferentes experiências, seu campo relacional que possibilita através de sua natureza reticular, integrar em sistemas seus diferentes componentes (como atores e recursos), como explica Matos (2013, p. 173), “[...] a modernização das sociedades parece nos impor uma lógica reticular continuamente alimentada por fluxos crescentemente dinâmicos”. É, neste sentido, que não podemos somente “identificar as redes mundializadas, mas também as redes de caráter local e regional que, muitas vezes, possuem potencial para propor organizações territoriais alternativas”. E seu caráter *alternativo*, que permite olhar para a diferença, como se fosse um elemento oposto e contraditório, mas dependente de seu par dialético e, contudo, suscetível de alterações contextuais, recortes espaço-temporais e delimitações arbitrárias em seu potencial explicativo da realidade, ou seja, na construção própria da adjetivação do *alternativo*.

Como explica Dias (1995), o quadro teórico dos estudos das redes integra a noção de sistema, o que permitiria abordá-la como dinâmica e aberta, além de implicar em uma alta interação entre seus componentes e um modo particular de organização. Como acrescenta Silveira (2005, p. 228), a rede “[...] se apresenta como meio de

análise e de explicação do funcionamento e da organização daquele sistema”, em outras palavras, a rede pode ser pensada como uma “forma de organização sistêmica” (SILVEIRA, 2005, p. 230), o que nos levaria a uma forma particular de produção e organização do espaço.

O tipo de rede na qual temos interesse são aquelas que constituem ações coletivas, ou como diz Dias (2005), as que têm a capacidade de definir a escala da ação social, ou seja, redes intencionalmente construídas, circunscritas em uma relação mediada por um projeto comum, sendo esta abordada como categoria teórico-metodológica da pesquisa (SCHERER-WARREN, 2005), isto é, como uma ferramenta analítica que iria além da tradicional cadeia produtiva baseada nos custos de transação (CUNHA, 2003). Deste modo, apostamos na superação da rede organicista (na analogia organismo-rede como fluxo vital) para uma rede técnica e social (imbricada claramente no espaço-tempo), a qual, como salienta Musso (2001), foi pensada por Saint-Simon como mediadora das transformações sociais, não como fim em si mesmo.

Assim como a rede tem a capacidade de fazer ligações espaço-temporais que se manifestam em fluxos aparentemente mais solidários, isto não excluiria a capacidade da mesma de distorcer ou transgredir outros sistemas, por exemplo, o sistema agroalimentar territorial dominante expressado em malhas justapostas, institucionais e de capital privado. O que não significa que, como frisa Farina, Azevedo e Saes (1997 apud Cunha 2003, p. 11), as redes de cooperação não possam desempenhar papéis de compatibilização da racionalidade privada pública com a racionalidade coletiva. De acordo com Fonte (2010), esse antagonismo e essa autonomia que proclamam os modelos dominantes e alternativos, não podem se separar do fato de que coexistem em um mesmo espaço econômico e no âmbito das mesmas sociedades, o que os coloca em uma justaposição de relações.

O que seriam então as RAAs? Segundo Dansero e Puttilli (2013, p. 78, tradução nossa), estas “[...] compreendem uma variedade de práticas unidas ao objetivo de propor um novo relacionamento entre produto, consumidor e produtor respeito à sempre mais marcada separação entre lugar, tempo e modos de produção e consumo”. Poderíamos falar, então, de movimentos contestatários, de redes agroalimentares que reivindicam o papel da produção no complexo leque de

narrativas locais que constroem o conceito de *qualidade*, os valores de justiça social tanto na produção quanto no processo de troca. Neste último aspecto, Perinazzo (2013) chama a atenção sobre a importância de se considerar a construção social do mercado, altamente viabilizador e maximizador das relações, já que as relações mercadológicas eram abordadas tradicionalmente como formas de subordinação, hoje mais amplas em termos conceituais. Nesta abordagem, conforme afirma Schmitt (2011, p. 6) [...] o que está em jogo, na verdade, é o papel dos mercados como um instrumento de orientação, ou melhor, na reorientação dos fluxos de energia e materiais que dão sustentação às atividades econômicas.

Quer dizer que, além deste enfoque que dá maior relevância ao *lugar*, outros valores ganham destaque, por exemplo, os centrados no *produto*, sobretudo, no discurso ambientalista, e os resgates dos lugares na origem da produção, o que passamos a abordar, como a ressignificação do local nos processos mais densos de territorialização. Contudo, o conceito chave nas Redes Agroalimentares Alternativas é a noção de proximidade produção-consumo ou produtor-consumidor.

Nos últimos anos, o debate acerca da produção local de alimentos teve como epicentro a conexão entre produtores e consumidores, ampliando a discussão às preocupações ambientais, econômicas e de justiça social, sempre visando uma alternativa à globalização dominante (FORNAZIER; BELIK, 2013). Poderíamos falar de uma interescalaridade, de um escalonamento, não uma negação em si mesma. Um exemplo disso é a União Europeia, em que o desenvolvimento de sistemas alimentares locais depende diretamente do apoio do órgão de poder local e regional, reforçando as “ligações entre a agricultura e as expectativas do consumidor, assim como entre a produção nas explorações agrícolas e os mercados locais, regionais e internacionais” (FORNAZIER; BELIK, 2013, p. 214). Retomando as ideias de Cunha (2003, p. 9), em relação à posição hierárquica as RAAs seriam mais de tipo descentralizadas, já que os “[...] padrões de compatibilidade são determinados conjuntamente pelos produtores, fornecedores e usuários” e não “[...] exclusivamente pelo controle de um único agente”. Do mesmo modo, estas redes se caracterizam por ser predominantemente horizontais (contrário às verticalidades em que o mercado global comandaria as mudanças estruturais [SANTOS, 2006]), pois favorecem relações de cooperação e complementaridade, mais que de especialização.

Em realidade, são diversas as abordagens que ressaltam o valor da produção local, principalmente no encurtamento das distâncias espaciais (*food miles*) assim como em uma perspectiva social (por exemplo, na noção de *embeddedness* utilizada por Polanyi (1977)), como acontece além das RAAs, com as cadeias agroalimentares curtas em que se redefinem a procedência, atributos de qualidade e construção de cadeias transparentes, para que os produtos contenham em si um valor agregado de informações (RENTING; MARSDEN; BANKS, 2003). Segundo Perez-Cassarino (2013), estas redes alternativas alimentares tendem a construir espaços e relações de mercado que priorizam a proximidade e potencializam uma nova sociabilidade centrada na informação interpessoal, na confiança e solidariedade.

Como explica Perinazzo (2013), as Redes Agroalimentares Alternativas entram em debate é a partir da década de 1990 com as diferentes posturas teóricas que diversos autores começam a reivindicar, sempre a partir de uma postura de antagonismo e contestação ao modelo convencional de produção, distribuição e consumo. Nesse contexto, Dansero e Puttilli (2013, p. 80), explicam duas abordagens na categorização das RAAs: 1) de tipo *formal*, em que elas se estruturam nas suas fases de produção, distribuição e consumo em uma dimensão espacial, distinguindo-se a forma *face-to-face* em um contato direto produtor-consumidor; a *spatial proximity*, na qual os processos de produção, distribuição e consumo acontecem no mesmo lugar ou região; e a *spatially extended* com uma diferenciação espacial mais marcada. As RAAs pela sua natureza reticular permitem que sejam abordadas como redes individuais, como conjunto de redes ou como um *todo territorial* influenciado pelo poder reorganizador da produção e distribuição de alimentos na relação alimento-rede; 2) a abordagem chamada de *substancial*, é aquela em que as características intrínsecas das RAAs são predominantes, ou seja, maior atenção ao produto (origem, procedência e qualidade), por exemplo, o que respeita a qualidade, o chamado *quality turn*, (ou *virada da qualidade*) e diferentes especificidades, com participação de aspectos de índole social, ambiental, cultural e histórico em referimento ao território, assim como os valores de confiança e solidariedade neles atrelados (DANSERO; PUTTILLI, 2013). Aliás, dita virada de qualidade não só daria ênfase ao produto, mas também ao processo de elaboração ou distribuição (particularidades territoriais relacionadas ao tradicional, organizativo, justiça laboral, proximidade espacial etc.),

assim como ao lugar (ligado a seu contexto territorial de procedência e suas conotações de identidade).

Conforme estes parâmetros constroem-se as diferentes modalidades até agora identificadas na formação de RAAs. No caso específico, vamos abordar aqui algumas experiências de Agricultura Sustentada pela Comunidade (ASC) (em inglês, *Community Supported Agriculture* – CSA) nascida nos EUA na década de 1960¹⁰, em que uma comunidade formada por pequenos agricultores e consumidores de proximidade territorial adquire alimentos de temporada (SÁNCHEZ, 2009). Esta resposta de circuito de proximidade é muito usada por países de língua inglesa como Estados Unidos, Inglaterra, Canadá e Austrália (PERRY; FRANZBLAU, 2010). Todavia, estes movimentos, liderados principalmente por consumidores – neste aspecto, a realidade latino-americana poderia se afastar do conceito original –, que apoiam uma agricultura de base ecológica, reproduziram-se em outras partes do mundo, um exemplo disso são: *Association pour le Maintien de l’Agriculture Paysanne* (AMAP) na França; *Agriculture Soutenue par la Communauté* no Québec – Canadá; *Reciproco* em Portugal; *Gruppi di Acquisto Solidale* (GAS) na Itália; *Agricultura de Responsabilidad Compartida* (ARCO) na Espanha; Associação para o Desenvolvimento da Agropecuária Orgânica (ADAO) de Fortaleza – CE, pioneira no Brasil; Associação de Consumidores de Produtos Orgânicos do Paraná (ACOPA) (DAROLT, 2013), e cerca de dez experiências de ASC em Curitiba segundo CSA BRASIL.

Aqui não vamos descrever, ainda, os casos autodenominados de ASC, embora sejam identificados, segundo a CSA Brasil.org (site oficial), a partir de 2011 no Fórum Mundial de Porto Alegre que foi apresentado o conceito de ASC no Brasil. Segundo CSA BRASIL, seis pontos concretos desta iniciativa têm sido localizados em Curitiba,

¹⁰ Porém, ainda que o termo *Community Supported Agriculture* seja acunhado nos Estados Unidos, a literatura indica que este modelo foi adaptado do *Teikei System*, que nasce no Japão na década de 1960 e desenvolvido posteriormente em outros países. “Pelo menos um pesquisador estadunidense confirmou que o Teikei no Japão foi introduzido pela primeira vez na Suíça, e depois se expande para outras partes da Europa e dos EUA” (HATANO, 2008, p. 22, tradução nossa), este modelo será chamado de *Community Supported Agriculture* (CSA) e se expandirá para a América do Norte. Este conceito será reintroduzido no Japão através do livro “Environmental White Paper” publicado em 1999 (HATANO, 2008).

não obstante, muitos casos de cesta de base ecológica, como serão apresentados aqui, podem se encaixar neste modelo.

O funcionamento básico da ASC, por exemplo na Associação para Manutenção de uma Agricultura Camponesa (tradução livre) (AMAP), “[...] é dirigida por consumidores que organizam a compra e a distribuição das cestas, colocando agricultores e consumidores em contato direto” (DAROLT, 2013, p. 145). Com mais de 1.600 AMAP na França e 270 mil consumidores (MIRAMAP, 2011), esta modalidade de circuito curto ou de proximidade, tende a se especializar em determinado sistema de produção, fruticultura, olericultura, laticínios ou ovos (MUNDLER, 2008). No Brasil, segundo Darolt e Constanty (2008), são circuitos mais diversificados, com sistemas de produção que sob os princípios da agroecologia, teriam melhor integração com os sistemas vegetais e animais.

O sistema mais simples da agricultura apoiada pela comunidade (ou consumidor) é um contrato de parceria que se baseia no pré-financiamento total ou parcial da produção pelos consumidores, pois, no sistema convencional era o agricultor quem tinha que arcar com tudo, o que não permitia compartilhar a responsabilidade nos riscos da agricultura (DAROLT, 2013). Em relação a este último ponto, pretendemos ampliar o princípio de pré-financiamento total ou parcial da agricultura por parte dos consumidores, e abordar a responsabilidade compartilhada no processo, que levaria a encaixar noções mais significativas como no caso da *coprodução*, como frisa Petrini (2009), quando o consumo, sobretudo crítico, torna-se parte de um ato produtivo, o consumidor se torna assim um coprodutor.

Também, como veremos nos dois casos apresentados em Curitiba e Medellín, a mobilização dos consumidores ainda é minoritária, e muitas vezes estes, “despercebidos” da realidade do campo e da desarticulação que a alimentação tem atualmente entre a produção e o consumo, terminam exercendo pouca influência na reorganização do sistema agroalimentar. Embora isto não signifique que não tenha sido relevante a participação ativa dos consumidores em muitas destas experiências, que ademais privilegiam os circuitos curtos de comercialização ou de proximidade. Compreende-se *proximidade* como aquela geográfica, socioeconômica, cultural e, por adesão identitária, ou simples afinidade política ou discursiva.

2.3.1 Cestas Agroecológicas (Rede de Segurança alimentar e Rede Mandala)

Como já temos apontado, e, de acordo com Darolt et al. (2008), no Brasil os inícios dos movimentos em defesa e prática da agricultura de base ecológica remontam à década de 1970 e em um contexto de modernização agrícola. Os movimentos mais recentes se vinculam à institucionalização da segurança alimentar e à agricultura orgânica e agroecológica, em que participam concretamente a agricultura familiar/camponesa através de diferentes organizações, movimentos e instituições públicas. As vendas, concretamente, em circuitos curtos (venda direta ou indireta), representaram em 2010 no mercado interno brasileiro, a metade da produção orgânica (BLANC; KLEDAL, 2012), em que 42% dos consumidores de orgânicos já têm comprado em lojas especializadas, feiras do produtor 35%, e canais longos 72% (KLUTH; BOCCHI JR.; CENSKOWSKY, 2011).

Sob esta perspectiva, podemos denominar as cestas agroecológicas como um mecanismo de venda direta, com um marcado valor em termos organizacionais e atributos ambientais, a diferença das feiras-livres, como o caso mais difundido de comercialização direta ou indireta da agricultura familiar no Brasil, que ainda mantém um viés mais tradicional, as cestas da ASC estariam estreitamente ligadas a uma participação direta dos consumidores.

Como nos explica Salete Bagolin Bez, a Cesta Agroecológica nasce com o desejo de usufruir de uma base agrícola já estabelecida e fortalecida pelo PAA que forma parte da Rede de Segurança Alimentar. Assim como Salete Bagolin Bez, que é coordenadora do programa, vários membros que participam do processo de entrega de alimentos do mercado institucional, começam a ter um interesse por participar e, sobretudo, consumir os alimentos das famílias que fazem parte do programa que produzem alimentos de altíssima qualidade, mas que tem uma destinação restrita às famílias mais pobres da cidade.

Este interesse particular faz com que estes consumidores se articulem com Terra Livre, a cooperativa encarregada da produção e comercialização de alimentos da rede, para construir uma “rede das redes”. Segundo o entrevistado (do trabalho de campo, Curitiba, 2018), Ademir Fernandes, coordenador das cestas, diz que quem organiza a logística são as cooperativas, no caso da Terra Livre, esta é uma

organização fechada, pois trabalha exclusivamente com os agricultores da Lapa (**Figura 14**) e alguns municípios próximos como uma condição estatutária da própria cooperativa, além de não poder comprar produtos de terceiros, amenos que sejam para sócios da cooperativa. Deste modo, a cesta tem que ter articulação com várias cooperativas, como a Cooperativa Central de Reforma Agrária do Paraná que produz outros alimentos, ou a Central das Cooperativas de Processamento Alimentar e Agricultura Familiar Solidária (COPASOL) de São José dos Pinhais, que vende queijo, sucos, peixe etc., e algumas marcas como Fruto da Terra, Campo Vivo do Paraná, Terra viva, entre outras. Esse processo responderia também a um projeto de economia de escala para poder distribuir os custos logísticos (como o transporte) através de um volume de alimentos maior. Como uma necessidade manifesta, buscase a unificação de diversas marcas do MST em uma marca só, que represente o movimento todo, que seja competitiva e leve consigo também seus conteúdos culturais associados à alimentação.

Figura 14. Assentamento na Lapa, Brasil. Produção agroecológicas. 2019



Fonte: Foto do autor, 2019

Destaca Salete Bagolin Bez, o que aconteceu em Curitiba (o seminário de economia solidária na Jornada Agroecológica de 2018) faz parte desse processo de coordenação, e “[...] como fazer esse diálogo com todos, porque você como produtor também é consumidor [...] então você disponibiliza aquilo que você produz com o que outra pessoa produz e junta na cesta”. No âmbito da economia solidária isto é muito importante, sublinha a entrevistada, “[...] antes de ser produtora, sou consumidora”, no que na literatura se denomina *prosumidor*.

Por meio deste processo, que tem sido ampliado para outros consumidores e organizações produtoras (passando de 20 sacolas para 100), tenta-se priorizar o diálogo com ambas as partes, os produtores agroecológicos de um lado e uns consumidores cada vez mais envolvidos com a produção, do outro, que, além disso, podem oferecer muito segundo suas profissões ou áreas de atuação, por exemplo,

com o caso específico de uma nutricionista que tem assessorado vários processos na área da saúde diretamente da prefeitura.

Uma das estratégias que tem dado certo é a do uso da tecnologia, primeiro, com a elaboração de um sitio web, mas, sobretudo, através da rede social de *chat* WhatsApp, por meio dos quais se comunicam os alimentos disponíveis naquela semana, selecionando cada pessoa a quantidade e produto de preferência, para fechar a lista e marcar o lugar da entrega. Todavia, e levando em conta que a rede das cestas tem um lugar de distribuição (**Figuras 15 e 16**), que, até então, está em processo de adequação e, que foi entregue em comodato pela Prefeitura de Curitiba, precisam-se ainda aumentar os pontos de entrega e futuramente pessoas responsáveis que se encarreguem dessa tarefa, frisa Ademir Fernandes. No momento, contam-se, além da central principal de distribuição, com algumas paróquias, duas lojas de produtos naturais e uma confeitaria, pontos que têm a vantagem de contar com pessoas permanentes, sem que isto implique um custo a mais.

Como afirma Ademir Fernandes, este grupo de consumidores não tem ainda um grau de consciência que entenda todo o processo que ocorre aqui, entretanto, está se construindo e “esperaríamos que as pessoas tivessem esse entendimento além da procura de alimentos saudáveis, compreender o debate político que está por trás”; o que significa, por exemplo, que um alimento tenha origem na reforma agrária? Neste aspecto, os trabalhos de intercâmbios, como visitas de consumidores aos sítios de produção e olhar assim de perto os processos que estão se desenvolvendo lá na base do circuito produtivo, são fundamentais.

Figura 15. Curitiba, Brasil. Preparação das Cestas Agroecológicas. 2018



Fonte: Foto do autor, 2018

Figura 16. Curitiba, Brasil. Local de distribuição e armazenagem das Cestas Agroecológicas. 2018



Fonte: Foto do autor, 2018

Um valor diferencial, se comparado com alguns mecanismos de comercialização mais tradicionais, como são as feiras-livres, e, como uma característica da ASC, a produção se compra com antecipação, resultando em zero de desperdício, e coordenando com a cooperativa os alimentos que não foram adquiridos pela cesta, para dar saída à produção de cada agricultor. Porém, como salienta Ademir Fernandes, seria importante fazer uma programação total da produção, mas isto implicaria um alto nível de consciência por parte dos consumidores, o objetivo aqui não é vender uma sacola fechada, como se faz em muitos casos, senão programar os alimentos que você vai consumir em um período de tempo estabelecido.

Os objetivos para o futuro, segundo o entrevistado, são: manter os mesmos preços das feiras-livres, “porque o governo já deu uma nivelada, pois, se deu a conhecer os preços de produção para os agricultores; tornar nosso local em uma central de distribuição e, trabalhar com uma logística reversa”, tornando mais eficiente o transporte e aumentando o campo de distribuição, assim como a quantidade de produtos, aproveitando a disponibilidade de alimentos que tem cada lugar.

Outro grande esforço de articulação é a Rede Mandala - Rede Paranaense de Economia Solidária Campo-Cidade. A Rede Mandala nasceu em setembro de 2017 após a 16ª Jornada de agroecologia na Lapa (PR), como uma rede de empreendimento de economia solidária do campo e da cidade. “A Rede Mandala tem o desafio de reaproximar os consumidores a suas origens” (Luis Pequeno, entrevista do trabalho de campo 2018). Em abril de 2018 começou o projeto de fortalecimento das redes projetado para dois anos, porém, só obteve recursos no primeiro ano. A primeira etapa do projeto esteve focada na capacitação. A rede se estrutura através de três grupos de trabalho (comunicação, formação e comercialização) e um Comitê Gestor e é composta por membros do seguinte coletivo: a Feira Permanente de Economia Solidária; a Rede Paranaense de Padarias Comunitárias Fermento na Massa; a Rede de Segurança Alimentar; a Rede Pinhão de Clubes de Trocas; Empreendimentos Independentes (Sinergia Alimentos Saudáveis; o Coletiva Arte e Associação de Artesãos e Artistas de São José dos Pinhais); a Central das Cooperativas de Processamento Alimentar e Agricultura Familiar (COPASOL) e a Rede Maria Rosa Anunciação (núcleo da Rede Ecovida) (informações extraídas do trabalho de campo Luis Pequeno, 2018; Helena Cantão 2019; cefuria.org.br).

Além disso, a rede conta com o apoio, na organização e capacitação, do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araujo (CEFURIA); da Incubadora de Economia Solidária da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR (TECSOL); do Ministério do Trabalho – Subsecretaria Nacional de Economia Solidária e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Dentro das atividades da Rede Mandala, está a coordenação das Cestas Agroecológicas, que são grupos de consumidores que compram diretamente de produtores agroecológicos da agricultura familiar assentados na Lapa, do núcleo da Rede Ecovida, a Rede Maria Rosa Anunciação, produtores da Reforma Agrária (certificados pelo Sistema Participativo de Garantias) que estão já articulados com os mercados institucionais como o PAA e o PNAE.

Além das jornadas de capacitação e fortalecimento das redes, a Rede Mandala participa de algumas feiras, sobretudo, a Feira Permanente de Economia Popular Solidária, realizada às quartas-feiras e sábados ao lado do terminal do Portão. Uma característica de este tipo de processos coletivos, é o processo de sinergia que perpassa como filosofia das redes, um bom exemplo disso, poderia ser sintetizado na fala de Helena Cantão (membro da Rede Mandala entrevistada em 2019), “se a gente está errando, estaremos errando juntos e se estamos acertando estaremos acertando juntos, por isso é que na pedagogia da educação popular é muito saudável errar e acertar juntos”.

A seguir, vamos apresentar uma das redes articuladas, o caso da Rede Paranaense de Padarias Comunitárias Fermento na Massa.

2.3.2 Rede de Padarias Comunitárias

Com o Programa Fome Zero e, especificamente, com os Programas de Geração de Emprego e Renda (PROGER) instituídos por resolução em 1994 e com o intuito de tirar pessoas da miséria através de créditos financeiros para desenvolver projetos de geração de renda. Como explica Rosalba Gomes Wisniewski, (entrevista do trabalho de campo, 2018) que trabalha na padaria comunitária CECOPAM localizada no Xaxim (**Figura 17**), e participante ativa dos grupos de economia solidária.

No Paraná, a partir da posse de Roberto Requião para o governo do estado e, convidando para assumir o cargo na Secretaria do Trabalho, Emprego e Promoção Social do Paraná entre 2003-2006, o ex-deputado federal do Partido dos Trabalhadores, o Padre Roque, quem já tinha um amplo conhecimento dos movimentos sociais e organizações de base social como as padarias comunitárias, resolve apoiar esta iniciativa que começou desde 1999 a partir da Associação de Moradores e, em apoio às mulheres que estavam fora do mercado de trabalho. Deste modo, através de um projeto que se instalou com o Governo Federal, compraram equipamento para 18 padarias comunitárias, atingindo com o apoio do CEFURIA e diferentes entidades de apoio financeiro, até 30 padarias comunitárias.

Hoje com 22 padarias comunitárias em funcionamento espalhadas por Curitiba e Região Metropolitana, os objetivos de autonomia financeira, são fundamentais para estas organizações, dado que, e como argumenta Rosalba Gomes, as padarias estão ainda muito atreladas a projetos do governo, o que gera muita instabilidade, já que flutua constantemente com as mudanças dos períodos de governo e à afinidade que os políticos tenham com o projeto das padarias. Igual aconteceu com recursos de projetos de Petrobras, quando o CEFURIA estava na direção, que no momento que os recursos finalizam, a associação começa a trabalhar por conta própria a partir de mecanismo de autogestão que fortaleçam a formação das mulheres que trabalham nas padarias, assim como a dotação de equipamentos e, claro, entender o funcionamento e fundamento da economia solidária¹¹ para orientar os mesmos processos de autogestão e articulação da rede.

¹¹ Abordaremos aqui a economia solidária como uma força coletiva organizadora (RAZETO, 2006), não apenas da atividade coletiva de uma empresa, como também, da articulação em rede com outros setores sociais (KAPRON, 2002), com o poder de reverter processos de contraposição de interesses verticalizados pela relação assimétrica do poder de dominação e exploração, de controle e alienação dos meios de produção, em que o uso das forças produtivas sejam postas “[...] à disposição de todos os produtores do mundo, de modo que nenhum país, região ou localidade seja excluído de sua utilização, e, portanto, dos benefícios que venham a proporcionar” (SINGER 2004, p. 5).

Figura 17. Curitiba, Brasil. Padaria Comunitária CECOPAM. 2018



Fonte: Foto do autor, 2018

Nesse intuito, padarias como a de Rosalba Gomes, resolveram ter ingressos adicionais com a venda direta de produtos todas as sextas-feiras, entregas *delivery* e *Coffe Break*, por exemplo, para encontros da faculdade, seminários, aniversários etc. Desde que se instalou a padaria em 2005 e, hoje, que aproveita as instalações do CECOPAM, o trabalho tem sido sempre por mulheres, hoje três, mas igual que a rede que atualmente tem mais o menos 150 pessoas, não estão fechadas aos homens, embora o foco sejam as mulheres que estão fora do mercado de trabalho, principalmente pessoas que passaram dos 40-45 anos de idade ou muitas mulheres solteiras com um filho para criar, que estão precisando se manter ou ter um complemento nas suas rendas.

No tema organizativo, a rede conta com a Associação das Padarias Comunitárias, com uma coordenação que procura e gere projetos. O CECOPAM é um

ponto de apoio, disponibilizando um local com o equipamento necessário para fazer as reuniões da associação. Do mesmo modo, a associação coordena outros projetos, o de formação de mulheres em processos de autogestão em parceria com os luteranos.

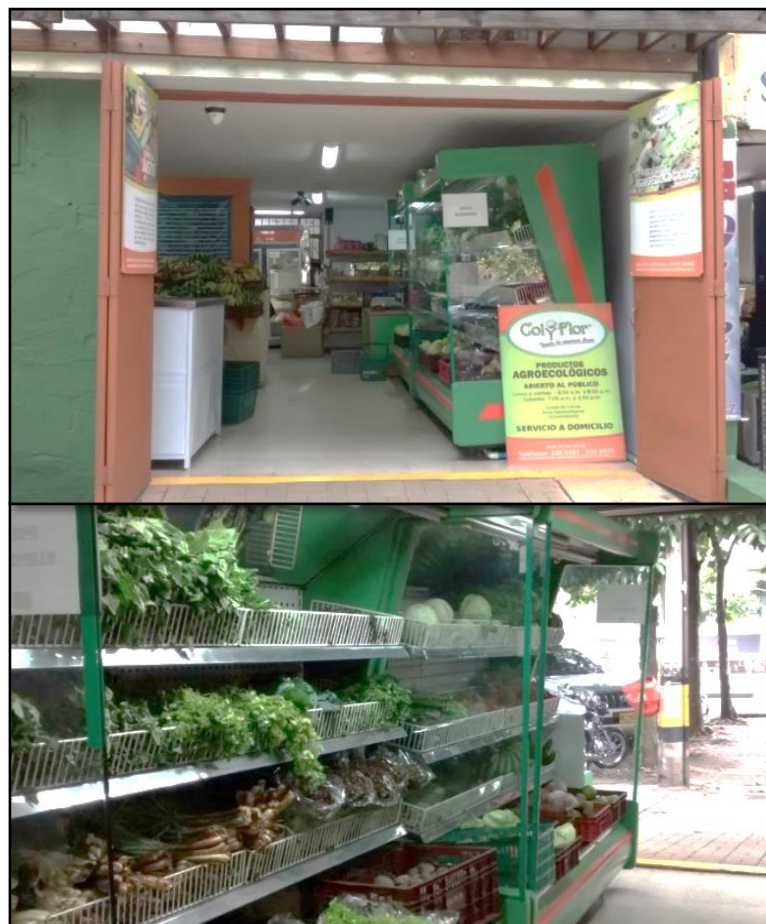
Dentro desse caminho de autogestão e autonomia financeira, aparecem as Cestas Agroecológicas, em que através da coordenação, a padaria de Rosalba Gomes se articula através dos produtos entregues aos consumidores interessados e que tenham feito previamente os pedidos, definindo o tipo de produto, a quantidade e os preços estabelecidos com antecedência.

Dando continuidade às experiências das Redes, aborda-se uma iniciativa que acontece em Medellín e, que em si mesma, de maneira bastante “híbrida” forma uma rede por si só.

2.3.3 Colyflor *Tienda de Comercio Justo*

A loja Colyflor (**Figura 18**) nasce no ano de 2010, no entanto, faz parte de um processo maior, em que a *Corporación Cultural Penca de Sábila* em 1991 entra a apoiar uma iniciativa que busca defender e resgatar o nascimento de uma lagoa (que fornece duas veredas) da Vereda *San José de la Montaña* na parte alta do *Corregimiento San Cristobal* (território de vocação hortícola). Em 1995, a corporação demonstra que o problema de agrotóxicos de *San Cristobal* era muito expressivo, para o qual propõe a construção de um modelo alternativo de agricultura, no qual se aderem 200 famílias, chamado de agroecologia, nos relata o administrador de Colyflor, William Álvarez.

Figura 18. Curitiba, Brasil. *Tienda de Comercio Justo Colyflor*. 2018



Fonte: Fotos do autor, 2018

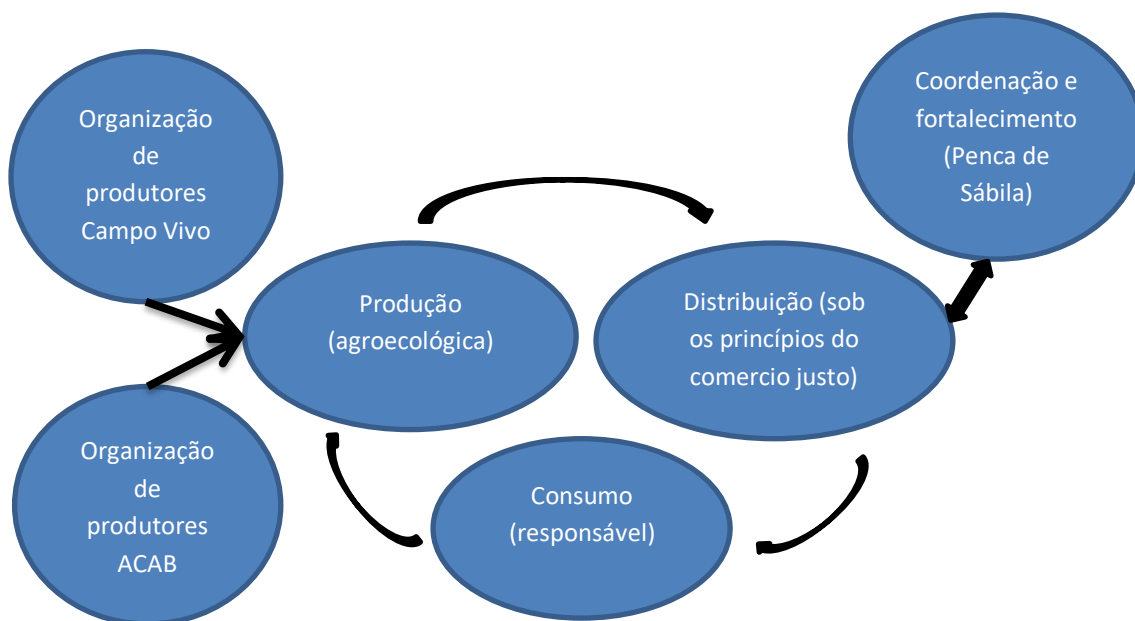
Como surgem excedentes, os camponeses vendem nos circuitos tradicionais, e, entretanto, alguns agrônomos mais envolvidos com o processo técnico, começaram a comprar diferentes produtos e a mostrar estes na própria corporação. Nesse momento, é que cresce o interesse por ampliar a comercialização, afirmando William Álvarez, “[...] para nós é satisfatório dizer que antes de vender aprendemos a comer, e a trocar antes de comercializar”. Para o ano 1998 eram entre 10 e 12 famílias em conversão. Um dos membros de Penca tinha um contato em uma cadeia supermercadista chamava Cadenalco, que permitiram uma comercialização com volume e preços fixos, sendo esta cadeia muito importante para ter um planejamento do plantio, bem programado e com policultura, atingindo assim o estoque desejado de maneira colaborativa. No ano 2000, o grupo Casino compra Cadenalco, assim como vários outros pequenos e medianos mercados do país. O grupo Casino continua

comprando os produtos, mas sem garantir quantidade nem preços fixos, condições que geraram um retrocesso de mais de seis anos após ter já conseguido o ponto de equilíbrio financeiro.

Antes de 2010 a organização suportava toda a estrutura, até que tomamos uma decisão estratégica, especializar-nos na organização produtora cuja finalidade é fortalecer a parte produtiva e a organização, a base social nossa que são os camponeses e as camponesas que se preocupam por capacitar-se e semear mais áreas, assim nasce Colyflor (William Álvarez, entrevista do trabalho de campo, Medellín, 2018, tradução nossa).

A rede é composta por quatro organizações: *Corporação Cultural Penca de Sábila* (com função organizativa e estruturadora da produção), a *Asociación de Campesinos Agroecológicos Campo Vivo* (2003) (com 44 famílias) e a *Asociación Campesina Agroecológica de la Región de Boquerón* (ACAB) (com 34 famílias) (com áreas de produção em *San Cristobal* e *San Sebastian de Palmitas*) e Colyflor (com função comercial) (**Figura 19**).

Figura 19. Medellín, Colômbia. Rede de Colyflor e encadeamento solidário. 2018



Elaboração: AIZATE, 2018

Colyflor promove soberania, segurança e autonomia alimentar incorporando relações e práticas de economia solidária, equidade de gênero, alternativas tecnológicas, educação e formação. A *Tienda de Comercio Justo* Colyflor desenvolve um modelo de comercialização direta à luz dos princípios da soberania alimentar e do comércio justo. Como afirma William Álvarez, o objetivo do modelo é: romper com a intermediação e construir uma rede de consumidores que gere formas distintas de trocas entre habitantes do campo (camponeses - mercado camponês e a cidade). Executam-se políticas de compra (preços acima do preço da central de abastecimento), com porcentagens fixas e com estabelecimento dos custos de produção. Além de resgatar e redimensionar as histórias de vida, a diversidade de regiões, as diferentes formas de se organizarem e de construir sociedade com seus fornecedores. Ressalte-se que se utilizam Sistemas Participativos de Garantias avaliados pela ACAB e a *Corporación Cultural Penca de Sábila*.

Em resumo, apresentamos os principais resultados da rede de Colyflor, tomando alguns pontos do depoimento do entrevistado William Álvarez (trabalho de campo, Medellín, 2018, tradução nossa):

- Com a agroecologia, permite-se além de cultivar sem venenos, “[...] visibilizarmo-nos como organização”, “[...] coletivizar as dificuldades” e gerir, não somente nossos sítios, mas também nossos espaços de atuação e organizações para “[...] defender nossos territórios em função de nossa vocação camponesa”.
- O segundo valor diferencial é o comércio justo, “[...] porque o camponês está muito desprotegido e acostumado às relações desiguais dos intermediários gerando muitas perdas”. O comércio justo se torna uma ferramenta que nos permite ir organizados e construir custos de produção, e “[...] como política temos construído um esquema de pagos que sempre paga os custos de produção respeitando as margens de utilidades das famílias”.
- Aqui entra em jogo o terceiro fator diferenciador, o consumo responsável. “Para integrar os consumidores, fazemos convites constantes a nossos clientes para que participem em atividades os terceiros sábados de cada mês”, percorridos com consumidores, com camponeses e com estudantes. “A organização faz telemercado, educando aos consumidores, explicando porque não teve esse

dia tomate, ou que aconteceu com o produtor”. Nesse sentido, a “[...] relação que se estabelece com os consumidores é de confiança”.

- “Medellín tem sido pensado como um município prestador de serviços, mas não como um município produtor”. Com mudanças na estratificação, como ocorreu na obra do *Túnel* e a autopista, as *veredas* ficaram na margem, aumentando a estratificação socioeconômica, e “[...] cultivar em uma propriedade com estrato socioeconômico três e com um imposto predial (equivalente ao IPTU) muito alto, já é muito difícil, tendo como única saída vender”. Estas ações terminam sendo mecanismos legais de espoliação das famílias.

Outra organização com um papel basilar na capacitação de agricultores que procuram fazer uma reconversão da agricultura convencional para uma de base ecológica é *Cultivos Orgânicos y Agricultura* (COAS), assim como a formação mais recente da comercializadora *Sembradores*, que nasce precisamente da necessidade de dar viabilidade comercial a este tipo de produtores.

2.3.4 *Cultivos Orgânicos y Agricultura Sostenible* (COAS)

Como explica Diana Acevedo, cofundadora da organização *Cultivos Orgânicos y Agricultura Sostenible* (COAS), a empresa foi constituída há oito anos com três agrônomos, um zootecnista e por ela, uma tecnóloga agropecuária. Atualmente se encarrega de fazer capacitações, oficinas e assessorias em agricultura orgânica. Na época “[...] éramos vistos como *Hippies*, agroecológicos românticos que queriam mudar o mundo, queríamos tirar os camponeses da pobreza e demonstrar que a agricultura orgânica serve”.

Em agosto de 2017, tendo a necessidade evidente de comercializar os produtos, cria-se uma empresa de comercialização S.A.S, *Sembradores*, porque “[...] precisava desenvolver e dar saída ao que estava fazendo COAS há tantos anos, isto aqui é como uma especialização em comercialização orgânica”, afirma Diana Acevedo (entrevista do trabalho de campo, Medellín, 2018).

Como frisa Diana Acevedo, COAS trabalha a partir de contratos fazendo capacitações, mas, sem um seguimento do processo, “como comercializar o que se

produz?” Neste processo “é muito importante manter o bom nome de COAS, mas sem a comercializadora, não se vai para além do processo”.

A troca é a seguinte, eu te dou a assessoria sem cobrar nada, e você me dá um bom preço, eu não quero vender produtos que sejam mais caros que os produtos com veneno, agora não é totalmente possível, mas eu não quero vender para a elite, eu vendo a Colyflor e Siembra Viva, mas eu quero vender diretamente a pessoas, meus amigos (Diana Acevedo, entrevistada no trabalho de campo, Medellín, 2018, tradução nossa).

“Porque o mais caro não é produzir os alimentos, e sim o transporte, a rejeição dos alimentos, a limpeza, levar o trabalhador, isso é caro”. Neste momento, de todos os camponeses que tem trabalhado COAS, *Sembradores* está articulada com 12 famílias, para o qual está se dedicando quase de maneira integral, salienta a entrevistada.

Nesse sentido, perguntamos: Acha que deveria vender às grandes cadeias?

Poderia sim, mas precisaria ter certificados de orgânico, e é muito caro e difícil de manter, aqui em Medellín os únicos são Locaterra (deram para eles um certificado), o restante vem de Bogotá. Já se aproximaram empresas para que nós vendamos para eles *containers* de comida, e eu respondi uma vez: você quer comida? Então porque não nos patrocina, podemos dar produtos tão bonitos, vistosos e grandes de como vocês estão acostumados, porque o orgânico não tem que ser feio e pequeno, quem fale o contrário não sebe de agricultura (Diana Acevedo, entrevista do trabalho de campo, Medellín, 2018, tradução nossa).

“Tendo uma conversa com Diego, gerente de *Siembra Viva*, achamos que as pessoas de estratos socioeconômicos baixos não sabem se alimentar, não é uma prioridade”, conforme a entrevistada, para as pessoas que atingem maior consciência na alimentação, sabem que “o alimento é sua medicina”. Mas este argumento não é suficiente é também questão de responsabilidade dos consumidores, que se importem com os agricultores, “[...] eles querem consumir orgânico porque é saudável. Eu faço ‘terapia grupal’ com os consumidores, informando sempre o porquê de consumir um produto e não outro”.

O grande problema é o elitismo do orgânico, por exemplo, minha família já pode comer orgânico, como pode uma empresa vender 1 kg de tomate orgânico em \$ 6000 pesos Cop. O grande problema além do elitismo do mercado são os maus assessores, a maioria das organizações que estão atualmente comigo são porque eu os desafiei a fazer a conversão (Diana Acevedo, entrevista do trabalho de campo, Medellín, 2018, tradução nossa).

Como afirma Diana Acevedo, nós temos nosso próprio banco de sementes nativas “[...] queremos nosso próprio tomate, nossa própria cenoura, alface etc. Sempre dando informações sobre as origens dos alimentos, quem cultivava e a que geração pertence essa semente, os consumidores gostam disso”.

Meu sonho é não comprar nem vender com os preços da *Mayorista*. Que tem a ver o camponês com que a cebola do Equador está entrando no país e o preço tenha caído? Eu consigo manter alguns preços como a alface, os brócolis, mas tomate e batata não, os preços na *Mayorista* são uma máfia, quando tiver muito tempo e sejamos muito fortes, talvez (Diana Acevedo, entrevista do trabalho de campo, Medellín, 2018, tradução nossa).

Dentro das experiências que temos aqui analisado, vamos nos aproximar de duas iniciativas de agricultura urbana: a *Red de Huerteros de Medellín* e a *Casa da Videira em Curitiba*. Os casos se desenvolvem em ambientes muito diferentes, com maior ou menor estímulo institucional, os objetivos também podem ser um pouco divergentes.

2.4 Agricultura urbana: da produção aos espaços pedagógicos

2.4.1 *Red de Huerteros de Medellín*

Javier Burgos, funcionário da *Casa de la Cultura los Alcázares*, Medellín, e fundador desta iniciativa, explica-nos que a *Red de Huerteros de Medellín* (**Figura 20**) é uma iniciativa comunitária e independente que nasce de forma espontânea em 2014. Como expõe Javier Burgos (entrevista do trabalho de campo, Medellín, 2018), essas experiências já estavam acontecendo na cidade, como grande motivador, Javier Burgos participou do processo de agricultura urbana feito pelo coletivo AgroArte que procura integrar o plantio e a arte (através do projeto “*hip hop agrário*”) com um olhar crítico para os processos que estavam acontecendo na Comuna 13 (uma das 16 comunas de Medellín, com uma longa história de violência, porém, também de alto investimento em estratégias de inserção social por parte do poder público, hoje um ícone da cidade) de Medellín (CORREA, 2017). “Assim que iniciamos um processo de reconhecimento destas práticas, e percebemos que isto (o plantio e suas atividades

associadas) gerava novas conexões de relacionamento e intercâmbio de conhecimento”. Além disso, muitas pessoas desta cidade têm alguma relação com o campo, seja direta ou indiretamente, salienta Javier Burgos. Valorizamos aspectos tais como: só o ato de “nomear” o que estava acontecendo (primeiro passo nas territorialidades de Angelo Turco (2010); a prática espacial e os espaços de representação de Lefebvre (2013 [1974])) tinham muito poder, precisávamos promovê-los como um processo colaborativo (principalmente coletivo), e a horta urbana como um espaço multifuncional para o encontro comunitário.

Nesta perspectiva, foram muitas as pessoas que pensavam que isto iria resolver um problema de produção, porém, dita perspectiva se encontraria com muitos obstáculos. Se como cidadãos urbanos e consumidores, não desconhecêssemos “os processos por trás dos alimentos e, fizéssemos, um ato consciente de consumo, poderíamos redirecionar nossos hábitos e interesses de consumo, mesmo que não fossemos produtores” (Javier Burgos, entrevista do trabalho de campo, Medellín, 2018, tradução nossa).

Figura 20. Medellín, Colômbia. Horta da *Casa de la Cultura Los Alcázares*. 2018



Fonte: Fotos do autor, 2018

Alguns aspectos que podemos ressaltar desta iniciativa, é que a *Red de Huerteros de Medellín* tem se autodenominado como um *espaço pedagógico multifuncional*, em que o processo de produção, como contato interpessoal e encontro com a natureza, emerge como elemento formador com resultados intrínsecos nas práticas de agricultura urbana, e não como um produto tangível resultado da produção de alimentos que passa a ser aspecto utópico e desarticulado nos propósitos da rede. Outro ponto a destacar, é o caráter sistêmico da rede; aberto e espontâneo, o que permite, em palavras de Javier Burgos, “[...] as diferentes formações de *orbitas* de participação, mesmo que estas pareçam muito distantes, sempre encontraram uma função dentro da rede” (entrevista do trabalho de campo, Medellín, 2018, tradução nossa), o que implicaria desconstruir a formação hierárquica vertical, as cadeias de mando e, inclusive, com um planejamento muito rígido que possa se tornar inconveniente com os critérios da rede.

Conforme sublinha Javier Burgos, é precisamente essa flexibilidade da rede que não permite compatibilizar muitas vezes seus processos com as instituições, “se identificamos a engrenagem da institucionalidade com os processos comunitários, a instituição é muito rígida, eles não entendem que a rede se ativa no momento que precisamos mobilizar-nos” (entrevista do trabalho de campo, Medellín, 2018, tradução nossa).

Outro ponto a ser lembrado é o marcado processo de “microterritorialidades implícito no processo” – expressão utilizada por Javier Burgos –, assim como de produção do espaço urbano, muito evidente não apenas na transformação do *espacio cinza* em *espacio verde*, mas também na promoção da identificação e entendimento do público, pois, como salienta Javier Burgos, esta relação com a cidade muitas vezes se desconhece. A apropriação do espaço também tem sido promovida através do *Ciclo Tour Huerteros*, feitos pela cidade em colaboração com o *Colectivo de Bicicletas de Medellín*.

Outro elemento basilar no decorrer das atividades das redes e, como um propósito não sempre manifesto, é o consumo consciente que tem todo o potencial, em palavras de Javier Burgos, “[...] de reorganizar os modelos de produção. Um consumo consciente é mais contundente na configuração de modelos alternativos de produção”, pois, esse sistema hegemônico não é nada sustentável. Acrescenta o entrevistado que a parte mais complexa dos problemas é que não temos chance de perguntar-nos pelas alternativas, a suas possibilidades. Como confrontar a astúcia do mercado (pois o capitalismo tem a capacidade de adaptar-se e reacomodar-se) “sendo um consumidor despercebido”? Nesse aspecto, que o papel da rede caminha na direção de instigar a dúvida e o assombro. A horta termina sendo um pretexto para entender processos muito mais complexos. “Pensando na lógica da rede, a ideia é priorizar o perto e o imediato, de maneira que essas condições de troca sejam mais reais e sensatas”. Assim que as hortas familiares, comunitários e institucionais sejam “[...] como uma estratégia socioambiental de apropriação do território que possa ser aplicada de maneira autônoma pela cidadania e movimentos sociais em diferentes lugares da cidade” (Javier Burgos, entrevista do trabalho de campo, Medellín, 2018, tradução nossa).

2.4.2 Casa da Videira

No caso curitibano, várias são as experiências de agricultura urbana e periurbana, como explica Ferrareto (2015) com a crescente urbanização do município e a redução de seu território rural, a agricultura foi alterada, crescendo desta maneira o Cinturão Verde que se expande para a região metropolitana, ficando o abastecimento em responsabilidade do Governo Federal, que na época, criou a Central de Abastecimento (CEASA) que posteriormente daria passo à criação da SMAB (1986), dando vida assim a programas como o Mercado Popular, com o intuito de melhorar os preços dos produtos através da diminuição da intermediação. Aliás, foi criado o Fundo de Abastecimento Alimentar de Curitiba (FAAC) com investimento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que permitiu a implementação do Programa Lavoura, que segundo o portal da Prefeitura de Curitiba (2016), caracteriza-se pelo apoio ao aproveitamento organizado de espaços urbanos públicos e/ou privados e pequenas propriedades particulares remanescentes da agricultura familiar de Curitiba, para o cultivo de hortas comunitárias e lavouras (feijão, milho e mandioca), principalmente em grandes áreas de cultivo, como vazios urbanos e pequenas propriedades particulares. Por outro lado, criou-se um programa específico para pequenos espaços privados, como quintais de residências e espaços institucionais como escolas ou organizações do município, chamado Nosso Quintal.

Como podemos observar, estes programas (atualmente reestruturado em três modalidades: hortas institucionais; hortas escolares e hortas comunitárias) como o Programa Lavoura, estaria atrelado ao acesso de alimentos por parte das famílias mais carentes da cidade, fortalecendo a produção e facilitando o consumo via preço, ou estimulando o autoconsumo. Ressalta-se que antes de o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional SAN e a produção de base ecológica fosse um argumento de força na política da SMAB, o objetivo era evitar com as hortas e lavouras as ocupações (irregulares) de algumas regiões do município (FERRARETO 2015). Contudo, na atualidade a SMAB coordena o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA). Além do Programa Lavoura, e sua atual reestruturação, ter avançado e se articulado com atores institucionais, universidades, a associação de moradores, entre outros, recebendo apoio técnico e transformando tanto espaços públicos quanto privados.

Como foi apresentado no caso anterior (*Red de Huerteros de Medellín*), o caráter de espaço pedagógico se faz evidente, não somente as práticas de produção, também a reeducação no consumo de alimentos cria novas relações com a cidade, principalmente quando as atividades agrícolas faziam parte de muitos moradores, muito antes que estes ocuparem um espaço na cidade, e agora são estratégias pontuais de inclusão social; talvez nesse aspecto, não se afaste muito da experiência colombiana, pois, embora o espaço destinado para a agricultura urbana, o volume produzido e o apoio institucional sejam aqui significativamente maiores, as estratégias de agricultura urbana ainda não conseguem atender à crescente população urbana, tornando-se de interesse neste sentido, para atingir outras finalidades, por exemplo, para alterar os processos e conteúdos nas práticas de produção do espaço urbano.

Por outro lado, algumas iniciativas privadas tem ganhado com o tempo muita relevância, como a Associação Casa da Videira (ACV), uma ONG cristã localizada hoje no bairro Santa Felicidade, Curitiba e sob a direção de Claudio Oliver. Com um trabalho de formação e desenvolvimento humano, que no âmbito da agricultura urbana e das diferentes práticas manuais, cria-se um meio e não um fim *per se*, em que a partir de voluntariados, instigasse a pessoas a se descobrirem por si mesmas com o contato com a terra e nas relações interpessoais. Como relata Claudio Oliver, a estação Experimental Casa da Videira (**Figuras 21-24**) a partir de 2016 tem mudado seu aspecto, guardando uma semelhança com um modelo de faxinal típico no sul do país, na relação com a floresta e os animais em plena liberdade.

Figura 21. Curitiba, Brasil. Espaços de encontro da Casa da Videira. 2017



Fonte: Fotos do autor, 2017

Figura 22. Curitiba, Brasil. Casa da videira. Aproveitamento de desperdícios. 2017



Fonte: Fotos do autor, 2017

Figura 23. Curitiba, Brasil. Casa da Videira. Plantio e criação de animais. 2017



Fonte: Fotos do autor, 2017

Figura 24. Curitiba, Brasil. Casa da Videira. Elaboração artesanal de massas. 2017



Fonte: Fotos do autor, 2017

Após ter apresentado algumas experiências que compõem o que nós temos denominado de Espaço Intersubjetivo de Estudo, e, que a partir de dois capítulos, conforma uma primeira parte da tese; busca-se, conseqüentemente, estabelecer um diálogo a partir do que temos chamado Parte II *O espaço de fato*. Sendo o memento em que conversamos com alguns elementos e fluxos que definem de maneira *geral* e *particular* a realidade das duas cidades estudadas, e que será fundamental para relacionar esta primeira *matriz* dialógica com a última parte proposta nesta tese.

PARTE II
O espaço de fato

3. OS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA: UM REPOSICIONAMENTO TEÓRICO E METODOLÓGICO

Esta parte se compõe de dois capítulos apresentados. No primeiro capítulo, que intitulamos “**Os Circuitos da Economia Urbana: um reposicionamento teórico e metodológico**”, desenvolvemos uma hipótese através de uma discussão teórica de Lefebvre (2008) sobre o espaço, para posteriormente adentrarmos em Kosik (2002), sobre o fenômeno e a essência, o que permitiu alicerçar nosso posicionamento teórico-metodológico em relação à dialética.

Em um segundo segmento, abordamos os circuitos da economia urbana, trazendo os elementos principais da Teoria dos Circuitos da Economia Urbana de Milton Santos e alguns desdobramentos pertinentes, aplicações e discussões que têm sido ampliados e aprofundados em alguns aspectos, para finalmente chegar a uma perspectiva teórica como escolha de método de trabalho que nos permitirá avançar no debate, sobretudo, no que tange à abordagem das RAAs como um fenômeno que não tem sido, até agora, estudado a partir desta perspectiva.

No segundo capítulo, denominado “**Centralidade das Redes Agroalimentares Alternativas na estrutura urbana: concentração, dispersão e fluxos**”, buscamos avançar na discussão das RAAs e sua articulação com os circuitos da economia urbana, mas a partir duma perspectiva mais formal, que levasse em conta a expressão fenomênica da centralidade como chave de leitura da realidade urbana. Em certo sentido, perguntamo-nos se era possível encontrar conexões dialéticas entre: a) processos de concentração, dispersão e fluxo, que subsidiarão as relações e elementos de interface entre a estrutura urbana e sua especificidade histórica; b) os circuitos da economia urbana, simplificados segundo o desenvolvimento do setor terciário, preço do solo por m², sua localização, circulação e acesso; c) o papel das RAAs na (re)configuração, (re)posição e (re)composição da realidade urbana.

Neste capítulo, pretendemos dialogar com a Teoria dos Circuitos da Economia Urbana de Milton Santos. Começando pelo ponto de chegada, um propósito maior nos inquieta. Como a produção do espaço urbano, vista como horizonte teórico, conceitual e metodológico, poderia trazer uma problematização mais complexa às Redes

Agroalimentares Alternativas (RAAs), se optássemos por uma abordagem desprovida do “espaço”, se este implica na dimensão do urbano?

Um primeiro *movimento* dentro desta questão é o da apreensão da economia urbana como um plano analítico concreto da realidade urbana, e parece claro que este tipo de rede não é alheio a esta dimensão, pois ainda que participem de um mercado um pouco mais restrito, vistas segundo sua natureza reticular, integram-se em uma lógica que a superam, mesmo de acordo com um posicionamento marginal, um espaço de borda, suas atividades fazem parte do que acertadamente Milton Santos denominou de circuitos da economia urbana.

A maneira como pretendemos apresentar esta ordem de ideias será a partir de um “ir” e “vir” teórico, tensionando diferentes escalas de análise e tempos estruturais. Nesta esteira, vamos propor uma hipótese para este capítulo e, conseqüentemente, abordaremos o espaço como uma categoria e conceito vital em qualquer conteúdo social, não para trazer aqui alguma pretensiosa definição ou menos um estado da arte, pois o espaço aqui será nossa realidade racional e material. Em outras palavras, através do espaço, a partir de sua dimensão mais global, buscamos a ligação entre totalidade e práxis, de fato, historicamente decorrente desta totalidade.

Em um terceiro momento, serão apresentadas algumas aproximações teórico-conceituais acerca do que entendemos por circuitos da economia urbana, em que, com o primeiro e segundo momento desta redação, pensamos balizar uma totalidade que tem atuado até agora como paradigma ontológico, epistemológico e material e, conseqüentemente, científico e metodológico.

O nosso intuito é propor um caminho, embora que encarando os fundamentos da teoria, também, num outro movimento, contornando e *deslocando* alguns destes elementos que compõem a atual matriz epistemológica da teoria desenvolvida por Milton Santos, a qual tem sido continuada por outros autores. Esclarecemos que os diálogos propostos são importantes para o recorte específico da nossa pesquisa, para expandir os espaços de problematização, mesmo para entender o porquê do estado das coisas (como elas se apresentam, mas não por isso desprovido de sentido), como a reivindicação que o *outro* exteriorizado tem como potencialidade de eleição para decidir seu próprio devir histórico, suas próprias possibilidades.

Finalmente, na última parte, buscamos argumentar um “deslocamento” na matriz fundadora da teoria; insistimos, com o intuito de prover de novos sentidos nosso Espaço Intersubjetivo de Estudo, pois, até então, não conseguíamos inseri-lo com facilidade na teoria propriamente citada.

3.1 Hipótese: os limiares do paradigma e o espaço como possibilidade

Vamos partir de uma única hipótese que desenvolveremos no decorrer do texto, na qual esperamos que tenha mais um caráter de questionamento, podendo o “desde” (como preposição) ser o espaço de reivindicação do espaço negado pela *totalidade* da Modernidade, ou seja, de um lado a negação da materialidade (como conteúdo; a própria vida) e do *outro* como posicionamento discursivo – mas isto implica a construção de *realidade* também em termos de legitimidade ontológica e epistemológica –, e, do outro lado, o que implicaria reposicionar o sujeito negado e seu espaço histórico?

Esta hipótese será redefinida no percorrer do texto, ou seja, pretendemos recuperar sua essência interrogativa mais que seu caráter de afirmação, *a priori*, através da possibilidade de reapropriar o que vamos chamar *primeira materialidade*: a alimentação em seu ciclo dialético, esse será nosso momento privilegiado para falar da RAAs, como um espaço de reivindicação.

Nesse sentido, questionamo-nos se esse espaço não seria um potencial privilegiado de se apreender o direito ao espaço? Ou seja, que nossa reivindicação instituindo a preposição “desde”, aparentemente muito geral e alheia ao nosso sujeito de análise, em realidade é nossa conexão com o que, para nós, significa a *produção do espaço*. Este ir e vir começa, deste modo, pela reivindicação do espaço como uma postura crítica necessária para iniciar o debate tomando como referência os limiares do paradigma no qual estamos presos. Para poder chegar à Teoria dos Circuitos da Economia Urbana proposta por Milton Santos – propósito concreto deste capítulo –, precisamos estabelecer uma matriz de análise (discursiva, histórica e ontológica) inicial que será nosso fio argumentativo durante todo este percurso.

Para levar a cabo esta pretendida tarefa, vamos alicerçar nosso diálogo em Lefebvre (2008 [1972]). Começamos por este texto porque dialoga muito bem com os argumentos posteriormente defendidos. Porém, pretendemos balizar a discussão à primeira parte do livro “Espaço e Política” (prefácio, introdução e primeiro capítulo).

Martins (2008), já no começo, adverte que as elaborações lefebvrianas podem ser suspeitas de utopia. Contudo, Lefebvre defendia-se da crítica, posicionando sua utopia como “[...] utopia concreta, possibilidade que esclarece o atual e que o atual afasta para o impossível”, indicando que esta “fundamenta-se no movimento de uma realidade cujas possibilidades ela descobre”. Assim, “dialeticamente, o possível é uma categoria da realidade, desde que sejam consideradas as *tendências* do real, ao invés de mantê-lo no mesmo lugar”, deste modo, “[...] não existe pensamento que não explore uma possibilidade, que não tente encontrar uma orientação” (LEFEBVRE, 2008, p. 15, itálica do autor).

Ainda com base no mesmo autor: “[...] o possível é uma categoria da realidade”? Este texto procura uma realidade que foi desprendida há muito tempo, de toda possibilidade de coexistência, por isso nossa utopia (que poderíamos chamar também, trazendo a Foucault, de heterotopias, como contra-espacos) é trazer de volta o espaço negado, como a realidade que foi impossibilitada, a negação das outras possibilidades.

Mas, exatamente, de que está falando o autor? Da reprodução das relações sociais de produção. O autor considera que o espaço, como vem sendo abordado pela ciência, não atinge uma “[...] síntese superior, dialética” (MARTINS, 2008). O que Lefebvre (2008, p. 52) realmente está iluminando é a práxis como “[...] as separações sustentadas, mantidas, portanto, representadas através da ação que mantém os elementos da sociedade, mesmo na sua dissociação”, essa ação como esquema do espaço é um “[...] esquema gerador ligado a uma práxis, a uma realidade e a uma verdade nos limites desta sociedade”. E esses limites são, em nosso entendimento, mais que autorreferenciados, produto do discurso dominante conforme a práxis que ele defende em detrimento da possibilidade de outras práxis possíveis.

[...] trata-se, conseqüentemente, de ideologia ligada a um certo conhecimento nos limites de uma prática social. Essa representação é ao mesmo tempo aparente, pois os elementos que ela dissocia encontram-se ligados, e real,

porque os elementos que ela mantém estão dissociados (LEFEBVRE, 2008, p. 52).

É essa práxis, quanto à existência, que ocorre em detrimento das outras práxis possíveis. Em outras palavras, a coexistência se dá por negação, mas voltaremos a este raciocínio posteriormente. O importante, aqui, é entender, pelo menos de maneira aproximativa, a subjetividade que circunda estas ideias, por exemplo, quando o autor está tratando das relações de produção através da cotidianidade: Lefebvre está se remetendo à reprodução da vida. Quando Lefebvre (2008, p. 7) se refere às cidades e ao modo de produção capitalista, frisa que este deve se defender da “[...] reprodução das relações de produção [que] não coincide mais com a reprodução dos meios de produção; ela se efetua através da cotidianidade [...]” afinal, “[...] passa-se da produção das coisas no espaço à produção do espaço planetário”

E por que é tão importante entender este aspecto desde o começo da discussão? Porque o que Lefebvre defende é a produção como criação e, como salienta Martins (2008, p. 7), “[...] a efetivação da riqueza da capacidade criadora dos homens, a objetificação da vida humana em sua universalidade, realiza-se sob um modo histórico particular”. E, assim tanto Lefebvre quanto Marx, que analisam a substituição da produção do espaço, como criação da “obra” (analogia que já tinha aparecido em “O direito à cidade” [1968] e, posteriormente, em “A produção do espaço” [1974]), e condição *sine qua non* para a própria existência do tempo e espaço social, pelo “espaço instrumental”, sendo este puro fetichismo. Do mesmo modo que “Marx substituiu o estudo das coisas pela análise crítica da atividade produtora das coisas. [...]”. O primeiro, no nosso entendimento, é um reflexo da reprodução das relações de produção que para Marx substitui sujeitos (objetivados) por objetos, pois contêm nestes a vida “criadora de valor” do trabalho vivo; e em Lefebvre, a objetivação¹² se daria no espaço, como instrumento ideológico, mas também como objeto puro, vácuo... Enfim, esvaziado de sentido, de realidade.

¹² Priorizamos o termo *objetivação* ao longo do manuscrito e não *objetificação*, porque desde a abordagem marxista, segundo o Dicionário Online de Português (dicio.com.br) é um “processo em que o trabalho humano que, sendo capaz de alterar a natureza exterior, se materializa em objetos” e desde o ponto de vista filosófico, “pensamento dialético. Processo através do qual a subjetividade, ou o espírito, é transferida para objetos exteriores à própria consciência, compondo a realidade exterior”. Assim, sem deixar do lado a *objetificação* (coisificação), centramos a discussão na transferência do valor produzido e o fetichismo que o oculta.

Nesta ordem de ideias e para entender mais à frente o que vai significar para nós compreender e defender isso que Martins (2008, p. 7), na sua leitura própria de Lefebvre, chamou de “[...] a objetivação da vida humana em sua universalidade, realiza-se sob um modo histórico particular” e como este universo totalizante do modo de produção estará subsumido por uma totalidade ainda maior. Precisaremos expor as quatro hipóteses do espaço que propõe Lefebvre (2008), mas, antes, uma argumentação basilar nessa totalidade será, ao nosso modo de ver, o que liga esta parte do *corpus* dissertativo à última.

Salienta Lefebvre (2008, p. 38) que “a abstração teórica já está no concreto. É preciso aí revelá-la. No seio do espaço percebido e concebido já se encontra o espaço teórico e a teoria do espaço”, esse argumento da não “[...] abstração transcendente a uma imediatidade ou a um ‘concreto’ anterior”.

Como sublinha Dussel (2008), a este tema chegará Marx, que supera a dialética materialista de Hegel quando pensa ir do concreto ao abstrato para, de novo, voltar ao concreto. O pensamento de Lefebvre combina muito bem com o ir e vir dialético de Marx, no sentido de uma superação da dialética hegeliana (e em consequência de Descartes, com sua separação do real e de Kant em sua idealização do espaço) que transita pelo concreto e abstrato para retornar de novo. Neste aspecto, “um método pretensamente científico consiste em pôr, ou em supor, um sistema e uma lógica preexistentes; tal método afirma que *o objeto estudado deve situar-se no seio de uma totalidade pressuposta*” (LEFEBVRE, 2008, p. 38, itálica nossa).

Essa dimensão do científico legitima, em certo modo, “[...] o direito de postular um sistema já existente”, seja qual for o sistema e sua escala, “[...] para nele inserir elementos parciais cuja racionalidade (ou irracionalidade) derivaria dessa suposição, seria deduzida do conjunto” (LEFEBVRE 2008, p. 38). Essa primeira contradição é uma tautologia da totalidade, já que “se há sistema, é preciso descobri-lo e mostrá-lo, ao invés de partir dele”. E, “se partirmos de tal hipótese, instalamo-nos em uma tautologia dissimulada, pois não faremos mais do que deduzir as consequências da pressuposição”.

Então, não estamos tratando simplesmente de uma lógica do capitalismo, ou uma lógica do concreto levada, por exemplo, a uma estratégia, como também

precisaria o autor, mas, sobretudo, a uma totalidade com presunção de coerência. O pensamento estruturalista soube pressupor uma lógica preexistente dos sistemas sociais, econômicos e políticos, como parcelas do conhecimento deduzíveis dentro de sua própria lógica de funcionamento. Não obstante, esta suficiência da totalidade, em termos de pontos de chegada esperados e pontos de partida possíveis, e seu arcabouço teórico e metodológico, perpassa pelo pensamento todo, em forma de paradigma. Em outras palavras, dentro desta ordem de ideias, mesmo as visões aparentemente opostas, são ideias que pressupõem negar algum aspecto imerso em uma verdade preconcebida e não a natureza da realidade como verdade preconcebida. Por isso, a oposição deve ser um ponto de chegada exteriorizado, e não de partida da maneira como se justifica a realidade a partir daquilo que você força a ser encontrado (como ponto de chegada esperado), e isso quer dizer que seu horizonte de respostas e questionamentos é fornecido dentro dos “possíveis” pressupostos do sistema, ou seja, pela racionalidade própria da totalidade.

Lefebvre (2008, p. 39) exemplifica muito bem este raciocínio quando se pergunta se haveria ou não um ponto de vista de classe, afirmando que:

Partir do “ponto de vista de classe” e pressupô-lo, à maneira de um sistema oposto ao sistema existente, é rejeitar o saber existente como integrante do sistema e construir um outro “sistema” sobre a recusa desse saber, e, não obstante, utilizando seus elementos, seus fragmentos, sua terminologia, suas palavras e seus conceitos. Aqui há um dilema: se estamos encarcerados num certo sistema, nossas palavras e nossos conceitos fazem parte dele.

Decorrente desta racionalidade, podemos inferir duas matrizes discursivas: 1) “[...] é possível que o espaço desempenhe um papel ou uma função decisiva no estabelecimento de uma totalidade [...], precisamente quando não se pode deduzi-lo [...] dessa totalidade” (LEFEBVRE, 2008, p. 39), (neste aspecto o autor compreende a totalidade como sinônimo de sistema e lógica); e, a segunda matriz – apresentada a seguir – como adverte o autor, há uma impossibilidade de ruptura de tal totalidade, lógica ou sistema, quando este é, fazendo uso do pleonismo, totalizante, mas, ao nosso modo de ver, e como aqui será defendido, não tanto pelo que aquela totalidade inclui, e sim pelo que nega e exterioriza como processo de autoafirmação. Deste modo, 2) todo o projeto da Modernidade entra nessa suficiência totalizante e fornece todas as perguntas e respostas em um mesmo universo de ideias. A oposição é um ponto

de chegada e não de partida, pois o alternativo e distinto se revelam no caminho, e não na presunção de preexistência.

A segunda matriz será desenvolvida na última parte desta redação e a primeira será tematizada a partir das quatro hipóteses propostas por Lefebvre (2008), mas retornaremos nelas quando nos debruçarmos especificamente sobre o conceito de produção do espaço urbano.

A primeira hipótese é o espaço mental, em que o espaço é “[...] a forma pura, a transparência, a inteligibilidade. Seu conceito exclui a ideologia, a interpretação, o não-saber”. Este espaço “desembaraçado de todo conteúdo, (sensível, material, vivido, prático)”, é um espaço absoluto (herança cartesiana e kantiana), assim, “[...] o espaço se apresenta como coerência e modelo de coerência. Ele articula o social e o mental, o teórico e o prático, o ideal e o real” (LEFEBVRE, 2008, p. 41). Como explica o autor, “a coerência do discurso se desenvolve no espaço mental”, este espaço privilegiado pela teoria é essencialista, pois permite “[...] a redução prévia do caos fenoménico” por conta da sua forma pura, o que implica “[...] a liquidação do tempo histórico, como do tempo vivido” e, a tendência preeminente de “[...] ‘cientificidade’ abstrata, para o saber ‘absoluto’” (LEFEBVRE, 2008, p. 41-43).

Como veremos, as hipóteses seguintes (à exceção da quarta) não se libertam totalmente da natureza absoluta deste espaço, inclusive, sua instrumentalização pressupõe ordem como sistema de coerência, chegando a anular ou ignorar sua própria realidade prático-sensível.

Na segunda hipótese, “o espaço social é um produto da sociedade, constatável e dependente, antes de tudo, da constatação, portanto, da descrição empírica antes de qualquer teorização”. O que caracteriza este espaço é sua funcionalidade receptora de conter, já que “[...] ele é o lugar geral dos objetos produzidos, o conjunto das coisas que o ocupam”, ele resulta de atividades específicas como a agricultura ou a indústria, ou seja, “[...] do trabalho e da divisão do trabalho”, em outras palavras, “[...] o espaço é o objetivo, ou melhor, a objetivação do social e, conseqüentemente, do mental”. Ele só se conhece “[...] reconhecendo-se, seja de uma maneira experimental, seja pela abstração científica metodologicamente elaborada” (LEFEBVRE, 2008, p. 43 e 44).

Poderíamos concluir que esta hipótese, assim como a terceira, são o “espaço” privilegiado do fetichismo, pois a objetivação/objetificação das práticas sociais, tomadas como práticas espaciais independentes da própria existência espacial, ou seja, como reprodução das relações de produção – entenda-se aqui como relações sociais criadoras – esvaziadas dos conteúdos que as reafirmam, transferem aos objetos produzidos e espacializáveis, a qualidade de conteúdos subordinados à lógica formal (por isso haveria um determinismo do ser sobre a realização sensível dos objetos, mas este ponto será abordado mais na frente), por exemplo, os processos de objetivação do espaço urbano como um conjunto de objetos.

Na terceira hipótese, como propõe Lefebvre (2008), o espaço já não é ponto de partida, como no caso do espaço mental abstrato, nem ponto de chegada, ou seja, como produto social, pelo contrário, este espaço é concebido como meio e mediação. “[...] Nessa hipótese, o espaço é um instrumento político intencionalmente manipulado, mesmo se a intenção se dissimula sob as aparências coerentes da figura espacial” (LEFEBVRE, 2008, p. 44 e 45). Se um pensamento idealista e estruturalista circunda as duas hipóteses anteriores, pensamos que, nesta terceira hipótese, o pensamento dicotômico é o que domina. Este é, por antonomásia, o espaço de poder e o instrumento de poder que serve a alguém. A quem? Àquele que possui a representação do espaço, pois esta “[...] serviria a uma estratégia, sendo ao mesmo tempo abstrata e concreta, pensada e desejada, isto é, projetada” (LEFEBVRE, 2008, p. 45). Abstrata, porque recorre à primeira hipótese e a legitima como coerência racional e, concreta, porque instrumentaliza o espaço para impor uma materialidade (conteúdo como prática socioespacial, mas também como especificidade histórica).

Por exemplo, o assunto ao qual voltaremos mais à frente, “a conquista” do território que se chamaria posteriormente de América Latina, é um espaço instrumental com múltiplas aparências, de legitimidade ontológica, na superioridade do ser, material, na negação da especificidade histórica e epistemológica, no conhecimento “real” e “verdadeiro”. Em todo caso, o espaço é instrumento político intencionalmente manipulado que, como falsa consciência, dá a uma raça, uma cultura, uma classe ou uma disciplina dominante, ou ainda em uma escala maior, como lógica dominante, o *status* de espaço das reificações sociais, porque o objeto possuído é instrumentalizado, manipulado e dominado. Para nós, essa falsa

consciência, da qual nos fala Lefebvre (2008), pode ser assumida como uma falsa-moral, a tal ponto que se apresenta como ética, a qual estaria por cima de qualquer ideologia, pois em si mesma ela é ideológica (como falsa consciência e falsa moral, ela não contém a possibilidade de contrapartes, daí seu aspecto singular e único), só que com aparência de linearidade e unidirecionalidade histórica.

O que faz que este espaço esteja dotado de pensamento dicotômico é sua natureza ambígua e de intermediação. A dicotomia tem a capacidade de dar aparência de simplicidade às problemáticas e aos fenômenos, colocando os dois extremos das possibilidades como verdadeiros e únicos extremos possíveis e coexistentes, ou seja, um não existiria sem sua antípoda. Tanto o caráter de totalidade, como de mediação entre extremos, concede-lhe a este espaço a omissão da dúvida como um não-ser externo a dita totalidade. Deste modo, o pensamento dicotômico se insere nos processos correlativos (menos estruturados que os causais e ainda menos que os silogismos) do pensamento.

De acordo com Lefebvre (2008, p. 45), sobre o espaço simultaneamente ideológico (político) e saber (“representações elaboradas”), pode-se, “[...] denominá-lo racional-funcional, sem que tais termos possam separar-se, e funcional-instrumental, pois a função, no quadro global da sociedade neocapitalista, implica o projeto, a estratégia”. Neste aspecto, consideramos que estas duas dimensões funcionais (instrumental e racional) são uma chave de leitura valiosíssima nas ideias aqui propostas, assim como na compreensão de nosso *fio condutor* que permite desconstruir conceitos e apreensões empíricas a partir de lógicas mais aprofundadas, quer dizer, trazendo a dúvida como meio de superação da dicotomia, como diária o pensador boliviano, Juan José Bautista Segales, ativando o *suspeitómetro*.

Lefebvre (2008, p. 47) objeta essa hipótese – que convém à cidade e o capitalismo do século XIX, conforme seu interesse na reprodução material dos meios de produção –, pois outrora a dimensão funcional-instrumental ganhava um lugar privilegiado na discussão. Porém, o autor considera que o capitalismo deve se defender da re-produção das relações de produção que se efetua na cotidianidade e através do espaço inteiro, mas como veremos mais na frente, o capitalismo soube se apropriar deste aspecto, já que, como vem sendo desenvolvido por alguns autores, elementos de autoexploração são expropriações da vida mesmo com alto

convencimento do sujeito como indivíduo embutido na concorrência. A dimensão racional-funcional ganha esse lugar privilegiado, não que antes não existisse, só que agora não depende exclusivamente de coerções externas, como foi, por exemplo, delimitado pela biopolítica, hoje a psicopolítica faz o serviço completo, alienando e convencendo, ou seja, esvaziando os contrapontos.

Finalmente, a quarta hipótese torna central a reprodução das relações de produção, “[...] produção de relações sociais e re-produção de determinadas relações”, além da reprodução restrita dos objetos. “Portanto, o espaço da produção, nesse sentido amplo, implicaria e conteria em si a finalidade geral, a orientação comum a todas as atividades na sociedade neocapitalista” (LEFEBVRE, 2008, p. 48).

O lugar como espaço da produção e também como meio da prática social, em que seus limites vão além dos espaços naturais e construídos ligados aos valores de troca, como salienta Lefebvre (2008, p. 48, 52), um espaço que é ao mesmo tempo “[...] abstrato-concreto, homogêneo e desarticulado, [...] conjunto-disjunto [...]”. Diria o autor, que haveria uma práxis no espaço gerador, pois se liga a uma realidade e a uma ideologia, quanto ideológico aparece “[...] um certo conhecimento nos limites de uma prática social”, como representação e como aparência, pois “[...] os elementos que ela dissocia encontram-se ligados”, e ao mesmo tempo quanto realidade, “[...] os elementos que ela mantém estão dissociados”. Como essa práxis é inerente ao espaço produtor, emergem discursos que ocultam, deterioram ou simplesmente negam as outras possíveis práxis (estes aspectos serão abordados nos **Capítulos 5 e 6**).

Em um sentido mais global, essa separação e homogeneidade encarnam uma ideologia na interpretação do mundo nos limites da totalidade, mas vai além da simples ideologia quando insere a própria totalidade no discurso do verdadeiro/falso e real. Dentro de nossa interpretação, a moral como aparência (o que Lefebvre chama da falsa consciência) implica uma autoatribuição do direito manifesto de pensar o mundo de modo “correto”. Essa dupla natureza do espaço abstrato-concreto, enquanto materialidade fragmentada, “é o espaço onde a conexão coercitiva se efetua por meio de um sistema de acessos às partes deslocadas” (LEFEBVRE, 2008, p. 49), o que implicaria um confronto entre valor de troca (produto-mercadoria) e valor de uso

(o espaço como “obra”) e, fragmentado no espaço abstrato enquanto coerência e aparência da unidade, quando em realidade são elementos dissociados no concreto.

Todas as formas do espaço até aqui expostas à maneira de hipótese são abstrações de uma realidade só, quer como modelo, quer como instrumento, quer como mediação ou, de maneira mais complexa, como realidade da práxis, em todos os casos se busca autorizar uma ação, um saber, um poder ou um ser-no-mundo. Como pretendemos expor mais à frente, a racionalidade por trás do espaço como totalidade não é outra coisa, senão qualquer objetivação da vida. Daí que aconteça a simplificação dos fenômenos através da lógica formal. Como? “Mascarando suas contradições, aí incluídas as do próprio espaço, esse caráter ao mesmo tempo global e pulverizado, conjunto e disjunto”.

Em resumo, Lefebvre (2008, p. 57) nos mostra um caminho no qual daremos continuidade, por um lado, um espaço em que a sua *forma racional*, quer dizer, como espaço mental não seria a origem das contradições, mas sim o “[...] conteúdo prático e social e, especificamente, do conteúdo capitalista”. E é precisamente na propriedade (como privação material do espaço) e na globalidade (como racionalidade do real), e não exclusivamente o espaço da sociedade capitalista, pretendidamente racional, como sublinhava Lefebvre. Mas, sobretudo, a Modernidade como exclusão da especificidade histórica do *outro*, ou seja, posse e ocultamento da sua materialidade: a propriedade concreta, e a posse do conhecimento “real” e “verdadeiro” sujeito à legitimidade não só material (os conteúdos do real), quanto ontológica.

Dando continuidade a esta ordem de ideias, vamos inserir uma terceira parte que explicita nossa percepção e entendimento sobre a Teoria dos Circuitos da Economia Urbana proposta na década de 1970 por Milton Santos. Neste ponto da redação, parece estar efetuando-se um rompimento no discurso; não obstante, o propósito, aqui, é provocar o leitor entre as categorias de fato fechadas e produzidas em um contexto como produto de uma escolha metodológica alusiva à autonomia autoral e, por outro lado, as próprias de um acúmulo de tentativas de respostas da época na qual se inseriam as abordagens teóricas. Faltariam anos de convergência teórico-metodológica para produzir outros posicionamentos. Em resumo, antes de estabelecer os elementos de tensão, vamos fazer um périplo teórico-conceitual mais descritivo sobre o tema central, os circuitos da economia urbana.

Antes de tudo, propomos para este segmento um estilo de redação baseado em um processo de “releituras” tipo argumento/interrogação, em que o pesquisador confronta a teoria base a partir da dúvida e justapõe sete elementos que tentam se aproximar do raciocínio próprio da organização das ideias. Contudo, não são elementos necessariamente evidentes no texto, melhor dito, são relações progressivas (dentro de uma margem de superação), mas não sequenciais nem sincrônicas: 1) o fato visível e o poder da imagem sobre o conceito (assim como a imagem potencialmente mapeável coloniza e pré-condiciona as categorias, isso tudo traz um custo: o não desvelamento aprofundado dos fenômenos, o que demandaria um desapego da imagem factual, seu poder imagético); 2) a teoria dos circuitos como ponto de partida; 3) a dúvida como ponto de partida e ponto de ligação; 4) as outras teorias como plano de contestação, núcleos de inconformidade; 5) a exterioridade como ponto de chegada; 6) repensando a teoria dos circuitos como fundamento fenomênico pretensiosamente legível no espaço e temporalmente linear e unidirecional; 7) a *primeira materialidade* (a alimentação como mediação) como nosso ponto de interrogação e horizonte utópico (como pretendido ponto de chegada). Sugerimos ao leitor guardar estas perspectivas para serem dialogadas com a postura crítica da *categoria*, exposta no começo do **Capítulo 6**.

Esta forma de redação tem um intuito metodológico, evidente mais pela forma em que está sendo explicitada do que pelo seu *corpus* propriamente dito, de instigar ao leitor a acompanhar o raciocínio do pesquisador a partir do processo de desconstrução (no sentido derridiano revelador, não destrutivo), como processo, e não como produto dado para, finalmente, na quarta parte fazer o desdobramento teórico que alicerça a argumentação

Antes de começar, vamos fazer alguns apontamentos do movimento dialético de Karel Kosik. Segundo este autor, “a dialética trata da ‘coisa em si’. Mas a ‘coisa em si’ não se manifesta imediatamente ao homem [...]” pelo contrário, “[...] apresenta-se como o campo em que se exercita a sua atividade prático-sensível, sobre cujo fundamento surgirá a imediata intuição prática da realidade” (KOSIK, 2002, p. 13). Mas, de que práxis se trata? Da práxis historicamente determinada e fragmentária. “Nesta *praxis* se forma tanto o determinado ambiente material do indivíduo histórico,

quanto a atmosfera espiritual em que a aparência superficial da realidade é fixada [...] (KOSIK, 2002, p. 15).

Quando Kosik (2002) se refere de maneira enfática à aparência dos fenômenos, circunscreve-os no seu imediatismo a frequência e legibilidade que constitui o que o autor chama de o mundo da pseudoconcreticidade. O que poderia ser descrito como a externalidade dos fenômenos e a essencialidade que eles mesmos escondem; a práxis fetichizada (como o aspecto fenomênico da coisa em si, a práxis cotidiana e utilitária); as “[...] representações comuns, que são projeções dos fenômenos externos na consciência dos homens, produto da *praxis* fetichizada [...]” (KOSIK, 2002, p. 15); e os objetos fixados com aparência dada e não como produto da atividade social. De acordo com Carlos (2009), quando a geografia se restringe ao mundo fenomênico e ao espaço como transparência, aparece uma materialidade absoluta, ou, em sua contraparte uma subjetividade absoluta. Ambos os extremos não permitiriam enxergar a produção do espaço como a própria reprodução das sociedades no percurso histórico.

O autor pressupõe a existência de uma estrutura a ser revelada, mas ela como fenômeno externaliza uma relação com a própria essência que nela se oculta. Em uma coerência com a realidade, ambas as partes (o fenômeno e a essência) pertencem a uma mesma ordem no mundo dos fenômenos e, como não haveria independência, tanto a aparência como a sua separação seriam a raiz do problema de apreensão da realidade, da coisa em si, não exclusivamente da sua manifestação. Como “a realidade é a unidade do fenômeno e da essência” ambas podem ser irreais “no caso em que se apresentem isoladas e, em tal isolamento, sejam consideradas como a única ou ‘autêntica’ realidade” (KOSIK, p. 2002, p. 15 e 16).

Contudo, e aqui nos distanciamos de Kosik (2002), embora o fenômeno seja facilmente apreensível pelo que manifesta, mais do que pelo que oculta. Em relação ao conhecimento, o autor afirma que “sem decomposição não há conhecimento” (KOSIK, p. 2002, p. 18), e, tanto o conceito quanto a práxis em si, descompõem o *todo* para a estrutura assim ser conhecida. Este processo de abstração seria próprio do *conceito* e revelaria o método que descompõe a totalidade. Esta concepção dialética que teria como método a decomposição e o isolamento das partes do todo, como frisa o autor, é uma percepção de uma *realidade indeterminada*. Porém, pensamos, não é

suficiente identificar uma práxis fetichizada, pois não pode se esperar um movimento transcendente do ser, enquanto não se reconheça o conceito totalizante como uma exclusão material (os conteúdos históricos) produto dos determinismos, em que a realização da decomposição é tanto quanto método, como a exterioridade dos processos de desrealização, ou seja, não somente a fetichização, o mundo como objetivação dos sujeitos, senão o movimento dialético que no abstrato carrega o lócus de enunciação como método de negação das realidades possíveis (ver **Capítulo 6** sobre a abordagem de *categoria*).

A práxis como reprodução do mundo fetichizado só é possível dentro dos limites da totalidade, mas atribuir às *coisas* os sentidos dos sujeitos criadores de valor é focar as contradições no aparente e não na realidade “real”, ou seja, o não-ser exteriorizado que é condição *sine qua non* da “verdade” como realidade ontológica, não é admissível a partir do conceito no abstrato, e sim a partir do concreto. Portanto, como frisa Carlos (2009, p. 85 e 75), quando se refere ao conhecimento da prática e aponta sobre os limites da epistemologia, “[...] não é a teoria que determina a prática dos homens, ela a explicita, compreende e produz sua explicação”, assim a sua incorporação implicaria “[...] pensar o lugar da negação no método”. Voltaremos nesse aspecto mais na frente.

Segundo Diria Kosik (2002, p. 19), “[...] o aspecto fenomênico da coisa é produto natural da *praxis* cotidiana. A *praxis* utilitária cotidiana cria ‘o pensamento comum’[...]”. O pensamento comum é ideologia, “[...] o mundo que se manifesta ao homem na *praxis* fetichizada, no tráfico e na manipulação, não é o mundo real, embora tenha a ‘consistência’ e a ‘validez’ do mundo real”.

Todavia, essa projeção das representações e da práxis, da qual aborda o autor, é também a coisa oculta, daí que as suas manifestações não sejam totalmente previsíveis, o que também o autor chamaria de práxis revolucionária. A postura que vamos defender daqui em diante é que é a exterioridade que a totalidade exclui, ou seja, o império da apreensão da materialidade através do abstrato (o conceito) em função do ponto de partida, e não da outra realidade histórica, que permite olhar além da cisão da unidade, para os possíveis excluídos e negados.

Mas, em termos concretos, no que se baseia nossa argumentação? Quando nossa memória imaginativa introduz no debate a totalidade, na realidade estamos pensando na Modernidade, esta, como conceito, não foi apreensível tomando-se como referência a materialidade que negou e nega, mas é condição necessária para autoafirmar-se, e essa especificidade histórica como exterioridade somente pode ser factível se a leitura da realidade tivesse sido desde o começo uma dialética a partir do concreto (conteúdo da vida) para o abstrato (conceito e método) para depois entender a realidade (retornar ao concreto). A materialidade negada é uma expressão fidedigna de que a dialética do concreto não poderia compreender a coisa em si se não confronta sua materialidade como locus de enunciação com a não-realização dos *outros* espaços (ver o desdobramento dos espaços-*outros* como espaços de consumo no **Capítulo 6**), não a reificação do mundo objetivado (a pseudoconcreticidade autônoma de Kosik e o fetichismo de Marx), nem a destruição da práxis alienada pela aparência do fenômeno, a qual propõe Kosik (2002) e sim a produção do espaço, própria e irrepetível.

Finalmente, nesta ordem de ideias, na destruição materialista da pseudoconcreticidade “[...] a liberalização do ‘sujeito’ [...] coincide com a liberalização do ‘objeto’ [...] posto que a realidade social dos homens se cria como união dialética de sujeito e objeto” (KOSIK, p. 2002, p. 24). O problema é que tanto os objetos (que segundo o método científico é a realidade), quanto o conceito que compõe o silogismo, não são neutros, ou seja, a “destruição” dessa pseudoconcreticidade estaria na ressignificação da concretude excluída, já que, “[...] nem todas as relações estão subsumidas ao poder da reprodução do capital [...]” (CARLOS, 2009, p. 86), quer dizer que não dependeria exclusivamente de uma “práxis revolucionária”, como também da ressignificação dos sujeitos objetificados (práxis reificada), assim como do mesmo conceito em seu teor de totalidade, que impõe os limites na compreensão da realidade. A práxis desprovida desta “consciência” é produto dos limites que lhe foram atribuídos e a privação que lhe foi imposta. A continuidade deste raciocínio, será expandida com a formação categorial da dialética produção-consumo do espaço no **Capítulo 6**.

3.2 Os circuitos da economia urbana e alguns desdobramentos

Entrando finalmente no assunto, vamos trazer alguns elementos próprios da formulação da teoria dos circuitos da economia urbana elaborada pelo geógrafo Milton Santos em meados da década de 1970. Certamente, era basilar para Milton Santos entender o fenômeno urbano como uma realidade não cindida e com características próprias no que tange ao entendimento do chamado Terceiro Mundo. Santos (2008) percebia que, por um lado, a realidade do “desenvolvimento” como utopia e os modelos importados (em função de interesses globais), como nossa história concreta recente, respondem a uma datação histórica específica que se materializa em uma organização espacial seletiva e em uma intrincada divisão territorial do trabalho, que a escala mundial a todos nos atinge, mas que somente foi entendida a partir da decorrência dos processos de modernização, que poderia se apreender os papéis de dependência na divisão internacional do trabalho, assim como os diferentes estágios de desenvolvimentos alcançados.

Dita seletividade espacial seria o ponto central na elaboração da teoria, o que o autor passaria a chamar de “uma teoria do desenvolvimento econômico na sua dimensão espacial” (SANTOS, 2008, p. 26), pois dentro do período específico se introduz o consumo massificado e universalizado. Nesse aspecto, duas forças: a produção, com tendência à concentração espacial e o consumo como força de dispersão seriam finalmente as que vão definir a formação dos dois circuitos da economia urbana, intimamente ligados com o processo de organização do espaço (SANTOS, 2008). Ambos os processos serão definidos no âmbito da acumulação de capital com atividades mais modernas e o acesso ao consumo desigual que se instala no centro do sistema ou bem nos interstícios deste.

A evidente necessidade de entender o porquê da realidade do “Terceiro Mundo” e especificamente da América Latina resultou em um diálogo convergente com outras teorias, como por exemplo, a Teoria da Dependência amplamente debatida nos anos 1960-70 (OLIVEIRA, 2009). Esse novo cenário mundial teria que ser entendido sob diferentes ângulos. Os países subdesenvolvidos apresentavam não somente uma alta dependência com os países centrais, esta periferia toda tornava-se em um processo de coexistência e interdependência histórica, que nem o positivismo científico nem as

grandes dicotomias do conhecimento, expressiva nas categorias até agora delimitados e empregados, não estariam dando conta de uma realidade complexa.

O que a Santos concerne, o fenômeno espacial urbano não poderia ser compreendido como realidade completa, sem um rompimento do pensamento dicotômico e um especial esforço mancomunado de inserir a espacialidade das sociedades no âmago da discussão. Como, para Milton Santos, os circuitos da economia urbana só seriam possíveis nos processos decorrentes das modernizações, vamos trazer alguns elementos históricos a esse respeito.

Quando Santos (2008) usa a palavra “modernização”, ele sabe que está fazendo uma escolha teórico-metodológica. Como este é o ponto fundamental de toda a teoria, vamos tratar com muito cuidado o conceito e desvelar alguns elementos que constituem não somente a teoria em si, mas que posicionam ao autor com todo seu arcabouço conceitual objetivo e sua subjetividade imanente. Em primeiro lugar, o autor vai delimitar a modernização de maneira plural: como “modernizações”, porque, para ele, só assim se poderia “[...] levar em conta as implicações temporais da organização do espaço” (SANTOS, 2008, p. 29), e seria de utilidade para os geógrafos, sobretudo, no que concerne aos fenômenos sociais e econômicos nos países subdesenvolvidos.

Segundo Santos (2008, p. 31, 32), “trata-se, pois, em escala mundial, de uma sucessão de modernizações, quer dizer, de períodos da história econômica”. Como a cada período corresponde uma modernização e a este uma ordem coerente de elementos econômicos, políticos, sociais e até morais, diria o autor, aquilo que realmente vai definir dita modernização é “[...] a generalização de uma inovação vinda de um período anterior ou da fase imediatamente precedente”. E, “a cada modernização, o sistema tende a desdobrar sua nova energia para os subsistemas subordinados”.

Santos (2008, p. 33, 34) resume três grandes períodos históricos como influências exógenas de acordo com Braudel (1958). Como a cada período corresponde uma generalização tecnológica, uma inovação, teríamos assim uma modernização comercial “[...] que começa no fim do século XV e início do século XVI e que vai até a revolução industrial”. Neste primeiro momento a inovação tecnológica que vai instrumentalizar o processo decorrente é o transporte marítimo, aqui “[...]”

esboça-se uma divisão internacional do trabalho. Efetua-se um saque sistemático das riquezas dos países colonizados em benefício dos colonizadores”.

O segundo período, a modernização industrial, “[...] que se situa entre meados do século XVIII e meados do século XX (mas cujos efeitos se fazem sentir principalmente depois de 1870)”, e cujo instrumento privilegiado vai ser a fábrica, será viável para o Reino Unido, assim como para outros países europeus, só a partir da extração e exploração sistemática que tinha começado no primeiro período. Porém, destaca-se não exclusivamente em nível de riqueza, como também em termos de interconexão possível com a “[...] modernização dos transportes e com o equipamento dos portos que são os terminais de embarque e desembarque da via férrea e dos transportes marítimos”. Como veremos posteriormente, só a partir do primeiro período começa a se estabelecer o primeiro sistema-mundo, através da prata extraída pela Europa e necessária para que esta pudesse entrar no comércio mundial, principalmente com a China, e posteriormente as matérias-primas para alimentar a força de trabalho nas fábricas na revolução industrial, reforçando a “divisão internacional do trabalho”. “É sem dúvida esta época que esclarece melhor o quanto as vicissitudes do desenvolvimento “moderno” dos países subdesenvolvidos estão diretamente ligadas às necessidades dos países industriais” (SANTOS, 2008, p. 33, 34).

Finalmente, o terceiro período, que começa no período pós-Segunda Guerra Mundial até a atualidade, estaria marcado pela revolução tecnológica, como afirma Santos (2008, p. 35), “o terceiro período é marcado pela revolução do consumo”. Para o autor, conjugam-se neste período as economias de escala, as revoluções demográficas e urbanas, a internacionalização da divisão do trabalho, e a informação como uma inovação de mediação na universalização e padronização do consumo. Como explica Oliveira (2009, p. 99), “[...] a formação da sociedade de consumo de massa nos países do Primeiro Mundo”, torna-se tema de debate, “[...] como um dos pontos nevrálgicos da reestruturação capitalista após a grande crise de 1929”, tanto os monopólios como “[...] a urbanização intensiva tem papel decisivo nesse processo”. O consumo no período pós-guerra entrelaça a internacionalização da economia como estratégia geopolítica (com intervenção estatal) “[...] por meio da expansão das empresas multinacionais” (OLIVEIRA, 2009, p. 99). E, como parte de um processo

acelerado de urbanização, a produção e o consumo, em seu duplo movimento concentrador-acumulador e dispersador-desigual, vai definir a condição basilar da segmentação urbana, o espaço dividido.

Como nesse momento o que interessava a Santos era definir uma história espacial seletiva, a sua preocupação centrava-se no modo como a modernização em seu período tecnológico e como revolução do consumo, não só intervinha no “desenvolvimento” dos países do Terceiro Mundo, mas sobretudo como o sistema urbano se manifesta com os “impactos sucessivos de outras modernizações” (SANTOS, 2008, p. 32). Daí em diante o autor faz uma simplificação da Modernidade, ciente e manifesta, como períodos históricos concretos, que na atualidade se denomina modernização tecnológica, a qual finalmente será o que determinará a formação dos circuitos da economia urbana, seja porque esta modernização tenha sido, e ainda continua sendo, direta ou indireta. A conveniência ou não desta força externa só será questionável pela maneira e grau de intensidade com que esta se dá e se aplica no espaço, e não pela sua própria existência; e a sua factibilidade será sempre admissível.

A modernização tecnológica como período e as modernizações como simplificação da técnica, que depende da dimensão onde esta atua, caracterizam-se, segundo o autor, por serem seletivas no espaço, externas em sua origem e comandadas a partir dos países centrais, sobretudo onde o capital se concentra, ou seja, como condição hegemônica que implica um movimento geopolítico, e como capital (firmas multinacionais) que depende de uma relativa liberalização do mercado (livre e parcialmente desregularizado). Neste marco, bem entendido por Milton Santos em um articulado diálogo com a Teoria da Dependência, dito capital não só encontraria escoamento nos países periféricos, como também que se tornaria a condição *sine qua non* do subdesenvolvimento de um extremo e o desenvolvimento do outro. Como este aspecto é facilmente descodificável, o conceito de desenvolvimento levará de maneira intrínseca uma ambiguidade e um dualismo, do qual Santos tentava se afastar, ou melhor, tomar partido ao respeito.

“Enfim, a utilização de uma abordagem que leve em conta as ‘modernizações’ e suas características descarta a ambiguidade de termos como ‘crescimento’ ou

‘desenvolvimento’ [...]”, portanto, como afirma o autor, “[...] atualmente podem observar-se situações oficialmente chamadas de desenvolvimento, mas que poderiam ser definidas como situações de crescimento, sem com isso trair as definições consagradas” (SANTOS, 2008, p. 31). Nenhum dos termos é garantido pela produtividade e, mesmo atingindo um crescimento econômico, este não se traduz necessariamente no desejado desenvolvimento, “[...] devido à ausência de articulação local das atividades e da redistribuição regressiva da renda” (SANTOS, 2008, p. 31). Porém, é evidente que o desenvolvimento não vai depender estritamente da redistribuição das rendas, o (sub)desenvolvimento implica uma lógica escalar muito mais complexa, macro, em seu processo de dependência e subordinação (ou melhor subsunção), e pontual em seu processo de objetivação, como aspecto necessário na criação de valor.

Poderíamos nos arriscar com alguns elementos que, pensamos, circundam o imaginário de Santos (2008) na década de 1970. Por um lado, o papel autônomo da tecnologia no processo de modernização, assim como da informação como veículo difusor do consumo. E, por outro lado, a modernização como um processo incompleto, inacabado. O ponto de comparação como ponto de partida é muito claro, os países chamados desenvolvidos. Se o processo de modernização é incompleto nos países subdesenvolvidos, o que determinaria então a sua completude? Oliveira (2009, p. 100), explica, quando salienta que a difusão da modernização trouxe consigo ciclos de crescimento intenso, porém, “[...] não internalizou nos países subdesenvolvidos a correspondente melhora e universalização nas formas de atendimento às necessidades de saúde, educação, habitação, transporte coletivo, entre outras”, e ainda menos, diria Oliveira (2009), ganhos salariais comparáveis com a nova produtividade alcançada. A modernização incompleta provocaria, em países como o Brasil, concentração de renda e um consumo de acesso limitado. O “padrão sistêmico de integração social no período pós-guerra também corresponde à consolidação do Capitalismo Monopolista e à sociedade de consumo” (OLIVEIRA, 2009, p. 122). Como esse padrão não acompanhou os processos de modernização no Terceiro Mundo, o consumo se tornou o novo patamar de ascensão social e, com a implementação das políticas neoliberais, deixava-se ainda com menos responsabilidade o que outrora lhe correspondia mais ao Estado.

Temos então um processo chamado “modernização”, que como sistema é “inquestionável”, mas se seu horizonte de desejabilidade em si mesmo é o próprio modelo difusor, por que o sistema de comparabilidade não leva em conta as interdependências do próprio sistema? Em outras palavras, se a consolidação do sistema-mundo, como uma realidade da integração econômica e social global, é “viável” em algum de seus extremos: o centro do sistema, este não é possível como condição histórica somente realizável com a inviabilidade do outro extremo: a periferia do sistema, ou seja, com a sua reprodução da pobreza e a consolidação da matriz de dependência? Se o problema é técnico, o problema está na tecnologia, se o problema é econômico, o problema real subjaz no capitalismo, mas, se o problema é de ordem histórica, e como tal, epistemológico, material (como expropriação dos conteúdos da vida e dos cursos próprios da história) e ontológico, como ser-no-mundo com lócus de enunciação próprio, único e autorreferencial, então o problema é da Modernidade, como a totalidade melhor concebida na história recente da humanidade, a modernização seria somente a fetichização “plausível” do processo totalizante.

Por um lado, a “ameaça” do pensamento dicotômico envolve oposições, muito em voga na época, das quais Santos (2008) pretendia se afastar. A oposição de moderno/tradicional, para o autor, tornar-se-ia não-conflitiva quando a difusão das inovações tinha se generalizado. Neste sentido, pressupomos que da mesma maneira que o desenvolvimento adquire um *status* de ambiguidade amplamente constatável na realidade dos países periféricos – e não subdesenvolvidos para não cair na mesma contradição – quando este passa a ser difundido, questionamo-nos, por que a aceitação da modernização como horizonte de desejabilidade não interpelou sobre os modelos de unidirecionalidade e unilateralidade, criando pelo contrário novas oposições (moderno/não-moderno ou pré-moderno (ver **Capítulo 6**)) ainda mais perigosas se entendidas segundo a inquestionabilidade subsumida na totalidade, seu universo de ideias possíveis, e não como reduto da factibilidade?

Como veremos adiante, a Modernidade adquiriu com o tempo uma condição *sine qua non* do progresso da humanidade, como processo de secularização, da própria formação dos Estados modernos e, em geral, um processo aparentemente gestado sob as ideias da ilustração. Daí que tornar esta como natural e, na história recente, seja amplamente admissível. Em consequência, podemos identificar, no

pensamento de Milton Santos, uma dupla natureza da Modernidade. Como “modernização” será entendida como período histórico mundial, e como “tecnologia” esta seria compreendida como um processo de reificação da técnica, quer dizer, aquilo que lhe é próprio ao processo de historicização centrada na mediação da sociedade, através do trabalho, na produção do espaço, a transformação da natureza e do mundo. Porém, não estaríamos nos deparando com um processo de fetichização da história a tal ponto que a modernização se pluraliza e, assim, penetra os subsistemas da produção, distribuição e consumo em graus de intensidade e como eixo central nas combinações possíveis de outros elementos facilmente legíveis (superficiais como instância fenomênica), como o capital, o trabalho, as finanças e a organização?

Vamos exemplificar alguns. Segundo o próprio Santos (2008, p. 111 e 119), pensando nos processos de importação de equipamentos e bens de consumo por parte dos países subdesenvolvidos, o processo da modernização, em tais condições, “[...] é feito em troca do agravamento da dívida externa e, no fim das contas, incitados a seguir os modelos de crescimento dos países ricos, eles não têm nenhuma esperança de atingi-los”. Além de que, “com efeito, os países subdesenvolvidos são os multiplicadores de capitais que retornam revalorizados aos países do centro”. Verdade que hoje é ainda mais constatável e tangível. Sendo assim, este aspecto se apresenta como um indicador do relativo otimismo do autor em considerar que um processo de modernização com interesse local pode mudar a máxima: modernização-dependência.

É inútil imaginar que a adaptação das tecnologias possa ser o remédio, do mesmo modo que a famosa proposição de utilização de tecnologias intermediárias. O problema é menos tecnológico do que político; trata-se, antes de tudo, de tirar da produção o papel verdadeiramente autônomo que lhe é dado atualmente, e de colocá-la, literalmente, a serviço da sociedade (SANTOS, 2008, p. 372).

Mas, se Santos enxerga as limitações da tecnologia, por que insiste em tentar explicar o nível de pobreza, dependência, subordinação, exclusão etc., através do grau de tecnologia como se este fizesse parte de um núcleo neutro, esvaziado de intencionalidade, uma realidade imutável, sabendo que esta é um componente instrumentalizável de poder? Como o processo de autonomia produtiva pode superar

as condições de dependência, se a modernização totalizante só é realizável em detrimento da não-realização da “outra” realidade em suas condições de autonomia? Na medida em que nosso raciocínio vai ganhando forma, veremos que a dependência, como tal, não pode ser o único horizonte a ser superado, pois alguns aspectos da subalternidade, quando vencidos, são simplesmente reposicionados sobre uma nova matriz de poder que resulta, mais que em uma renovação, na adaptação das mesmas estratégias que lhe foram outrora aplicadas.

É bastante ambíguo considerar o avanço tecnológico que, para Santos (2008, p. 139), é definido “[...] como uma das causas fundamentais da criação de estruturas monopolísticas, sobretudo nos países subdesenvolvidos”. A oligopolização da economia pode ser uma consequência direta da acumulação de capital, ou vice-versa. Nesse caso, pareceria plausível pensar que a concentração de capital traz consigo avanços tecnológicos e, em decorrência de uma modernização seletiva, o circuito superior, com maior controle dos meios de produção, do mercado e em consequência da organização do espaço, vai precisar de um segmento da economia, quer subordinada-marginal, quer com algum grau de complementaridade econômica que atenda à população que não é alvo direto de seu interesse.

Santos (2008) tem claro que o modelo schumpeteriano da *creative destruction* justifica de alguma maneira os monopólios como uma etapa de transição necessária, que pelas próprias condições do mercado seria dissoluto, para retornar assim a um mercado de concorrência. Em outras palavras, destruir para criar seria permitir que o empreendedorismo, em sua máxima expressão, se desenvolvesse com toda liberdade, mesmo que com altíssimo risco de concentração de capital e controle do mercado. Santos (2008, p. 141) vai reconhecer que a concorrência não pode facilmente desfazer ou afetar as posições monopolistas “[...] devido à falta de um mercado de capitais e à mobilidade da mão-de-obra, [...] proteção representada pelos custos elevados dos transportes [...] e à limitação na escolha das técnicas”.

Tanto a ideia de inovação restrita aos avanços científicos e tecnológicos com alta taxa de retorno, uma vez levada ao mercado, quanto a reprodução ampliada do capital, ambas as partes aparentam uma imagem de progresso e, de fato, elas coexistem. Sendo assim, como pode ser a ideia de Modernidade, segundo Santos

(2008), em sua fase de modernização tecnológica e revolução do consumo, uma opção viável para os países do Terceiro Mundo, se junto com a modernização vem a ideia de desenvolvimento, e a matriz que funda a racionalidade por trás daquela modernização é a marcante divisão territorial do trabalho que tem definido os papéis de centralidade, semiperiferização e periferização no sistema-mundial? De acordo com Santos (2008, p. 375), “as tendências atualmente impostas à produção e ao consumo no Terceiro Mundo são uma fonte de distorções cumulativas que engendram um empobrecimento irreversível da população”. Não obstante, como o modelo a seguir está cheio de distorções, questionamo-nos, será que a integração da economia nacional, comandada pelos interesses e necessidades locais em detrimento dos interesses exógenos, o papel ativo do Estado, a socialização do ambiente construído e a morte ou a “[...] degradação do período tecnológico atual”, que segundo o autor, seria uma solução rápida e global, para colocar a economia a serviço da população, subordinando, assim, à tecnologia à ideia da produtividade social e bem-estar coletivo, poderia, se aquilo tudo fosse possível, significar que as categorias, tais como foram fundamentadas, não têm superado os limites do paradigma, pois o plano de análise foi demais ingênuo com respeito ao horizonte utópico, pontos de chegada expressivamente fenomênicos?

Portanto, dentro desta perspectiva existiria um “menos moderno” com alguma opção de ser “mais moderno” em busca de sua superação, quando a sua construção de existência objetivada depende da ascensão do capitalismo em mãos de uns poucos privilegiados? Para nós, e como iremos argumentar seguidamente, qualquer postura fora desta *totalidade* não existe como tal, só como exterioridade e história negada.

Porque a perspectiva da modernização seletiva e gradativa, como aspecto-chave diferenciador dos circuitos, é também controle político da tecnologia. Este poderia ser pensado, se quiser, como “autonomia” no uso da técnica. Porém, para nós, e a partir de uma visão mais global, tanto os períodos históricos, baseando nosso raciocínio em Wallerstein (2005), Dussel (2001; 2008) e Bautista (2014), quanto a sua racionalidade estão definidos pela construção da totalidade ontológica (na legitimidade moral de ser-no-mundo), material (nos conteúdos da vida, na sua

reprodução ou frustração destes em uma perspectiva de “liberdade” do devir das múltiplas especificidades históricas) e epistemológico (na legitimidade do conhecimento único, válido e verdadeiro).

Por isso é tão importante começar a fazer as ligações com as primeiras ideias expostas nesta redação. Parece que a preocupação de Milton Santos, pelo menos na época em que formulava a teoria dos circuitos, era poder entender os *factos* potencialmente visíveis e compreensíveis no processo de organização do espaço em decorrência do problema de reduzir a Modernidade como uma “totalidade” que, em realidade, sob nosso ponto de vista, são “modernizações” factuais, que já se assume, desde o começo, uma linearidade histórica e uma postura crítica *a priori* que vai depender da técnica (que o autor irá desenvolver em toda sua obra) e a globalização como uma periodização específica de um estágio principalmente tecnológico (que posteriormente irá definir e complexificar como meio técnico-científico-informacional), que dependerá da incorporação (modo e intensidade) das respostas trazidas precisamente por essa “totalidade” (os pressupostos do espaço mental e instrumental), que será reduzida e instrumentalizada como uma fase tecnológica, e não como um desdobramento histórico do sistema, aquele que soube prosperar na negação das outras realidades.

Se a modernização são forças externas, não seria esta, quiçá, uma verdade exterior? Não haveria, então, uma conformidade na realidade imposta? Cadê a inconformidade com os preceitos? Por que o desenvolvimento é visto como ambíguo, com sua ironia do progresso e igualdade social, e as “modernizações” são assumidas de maneira neutral? Porque a “caixinha” do desenvolvimento é demais estreita para entender as outras materialidades e cosmovisões a ela alheias. Essas *forças* são o discurso da Modernidade que já leva implícita o “lócus da enunciação”.

De novo o técnico e os meios não deixam enxergar a verdadeira situação, pois lastimosamente esta datação se manifesta como fetichismo, já que os processos por trás destes objetos se apresentam como neutros e ocultos dentro da perspectiva de Dussel (1994; 2001; 2008) e Bautista (2014), e na qual nos debruçaremos com mais detalhe em seu devido momento. A revolução do transporte marítimo somente foi o *meio* que daria começo à Modernidade, como período, foi formação do primeiro

sistema-mundo e, com este, a ascensão da Europa, outrora periférica nos sistemas inter-regionais; o segundo período corresponde mais à conquista da razão, à ilustração, o iluminismo francês com o papel também da Holanda, Alemanha e a Inglaterra como novos eixos de racionalidade. O terceiro é uma prolongação da *totalidade* legitimada a partir da negação das *outras* realidades, mas com deslocamentos nos eixos de poder e com novas estratégias de consolidação do capital. Lastimosamente, não dá para dizer que a escolha de redução da Modernidade em modernizações na teoria dos circuitos da economia urbana não é uma visão fetichista, nem a técnica e a tecnologia são os sujeitos, nem os sujeitos são os objetos esvaziados de toda intencionalidade. Eis um contrassenso: a subjetivação na técnica e a tecnologia como especificidade da práxis histórica, quando em realidade esta é subsumida por uma totalidade com abertura a uma única possibilidade, autoafirmável e autorreferencial só a partir da história que nega e as possibilidades que frustram sua exterioridade.

Um das questões que têm inquietado nosso entendimento é a busca dos processos que dentro dessa racionalidade subjazem. Por que tiveram menos importância, na análise os eixos de poder, a riqueza extraída em cada período (a própria prata e ouro no reposicionamento mundial da Europa), a modernização comercial composta com mão de obra escravizada e mão de obra “barata”, matérias-primas e alimentos que sustentavam a “maquinaria” da revolução industrial nas metrópoles europeias; na modernização tecnológica como o crescimento e reprodução ampliada do capital, sua acumulação, as novas estratégias de subordinação como a dívida pública acentuada através das políticas neoliberais e a financeirização da economia, e assim por diante?

Em resumo, poderíamos pensar, baseando-nos em algumas ideias de Dussel (2001; 2008), com uma interpretação renovada de Marx, que são os limites entre a realidade objetivada e a base material negada, uma porção do não-ser, do não-capital, como fundamento indispensável na criação de valor: o trabalho vivo, sendo ele seletivo e *realizado*, quando instrumentalizado, ou seja, objetivado e desrealizado, tem servido a uma racionalidade e a um projeto específico de desenvolvimento. Como conceito universal, faz parte de um mesmo projeto, mesmo para estabelecer seus limites. Como a modernização, tal e como temos dissentido, é para Santos (2008

[1975]), um horizonte de deseabilidade, o problema estaria em seu carácter seletivo e em seus modos de realização, não em sua existência como totalidade, que exclui e exterioriza qualquer elemento que não esteja dentro de suas determinações. Por isso, a teoria dos circuitos foi construída para enxergar os fenômenos, assim como seus impactos no espaço, e não as causas subjacentes.

Antes de proceder à análise e descrição teórica dos circuitos, queremos esclarecer que a razão de ser de toda esta discussão é o desencaixamento, que temos identificado, de nosso EIE: as Redes Agroalimentares Alternativas em seu tecido relacional, dos pressupostos fundantes das categorias da teoria dos circuitos, dado que, e como explicaremos mais na frente, a modernização e, seus elementos mobilizados (como o capital, o trabalho e a organização), não dão conta, da maneira como estas se fundamentam, destas novas realidades emergentes. Daí que precisaremos, doravante: 1) entender alguns detalhes do funcionamento dos circuitos da economia urbana; 2) retornar à nossa *hipótese* inicial formulada neste capítulo; 3) introduzir um novo *corpus* dissertativo para alicerçar o debate e; 4) constatar toda a base teórica com a base empírica (apreendida em diferentes momentos da pesquisa).

Como ilustra Arroyo (2016, p. 7, tradução nossa), “Milton Santos parte do pressuposto que existe uma especificidade histórica subjacente na organização da economia, da sociedade e do espaço”. A modernização em sua condição de realização seletiva e incompleta irá caracterizar a urbanização latino-americana assim como a sua economia, os circuitos abordados de maneira integral (não dicotômica) irão se manifestar como parte essencial e inerente do fenômeno urbano. O entendimento dialético do fenômeno urbano implica compreender os circuitos da economia urbana como interdependentes, mas com papéis hierárquicos (dominação/subordinação) no campo de poder e determinação do controle do mercado, do usufruto prioritário da cidade como construção material da produção social do espaço, ou sua marginalização; como contraditórios e complementares.

Como já temos sublinhado, para que a modernização tenha uma dupla natureza no pensamento de Milton Santos, ou seja, como periodização histórica dentro de determinações simplificadas e, como modernizações, em plural, como objetivação técnica e tecnológica do fenômeno apreensível e seus elementos dosificáveis, é necessário definir um horizonte de deseabilidade, o que torna às

modernizações, diretas ou indiretas, seletivas e mesuráveis. O nível de modernização será determinado em graus de tecnologia, capital, trabalho e organização. Do mesmo modo e como explica Santos (2008), os circuitos da economia urbana só irão existir no período da modernização tecnológica nos países subdesenvolvidos, indiferente da temporalidade do surgimento dos processos de industrialização, pois este será configurado por um comércio integrado e determinado geograficamente na divisão internacional do trabalho.

Deste modo, como salienta Silveira (2016, p. 15, tradução nossa) “pensamos que os circuitos da economia urbana são elementos analíticos - categorias - que permitem retratar certo número de manifestações relevantes e explicativas do existente, quer dizer, do fenômeno urbano”. Para que ambos os circuitos sejam compreendidos como uma categoria unitária, estes devem ser entendidos como elementos relacionais, jamais em uma composição dualista da economia urbana (SILVEIRA, 2016). Pelo contrário, como sua existência é unitária, a sua origem também pertence a uma mesma matriz de fatores causais e correlacionados que se manifesta em uma organização seletiva do espaço, quer nas relações horizontais entre circuitos, quer em uma lógica global decorrente da organização internacional do trabalho, suas relações verticais. Diria Silveira (2016, p. 14, tradução nossa), “como não tem origem nem existência independente, cada circuito *per se* carece de autonomia de significado”.

Aquela forma unitária que compõe o fenômeno urbano e a cidade como sistema reificado configuram os limites de sua existência dialética, e como os circuitos participariam ativamente na organização do espaço, e este espaço, claro, determina também o grau de inércia nos processos próprios da cidade. Para Santos (2008), o circuito superior é produto da modernização tecnológica direta; seria este, então, o circuito moderno. Os agentes que o compõem, os lucros que maximizam, o controle que exerce sobre o mercado e o poder de organização do espaço, serão características próprias do processo de acumulação de capital com centros de comando integrados globalmente, toda materialidade espacializada na cidade será produto do manejo prioritário de informação, tecnologia e capital com o objetivo de fazer acontecer os processos de produção e consumo como os dois extremos do sistema econômico. Assim, a imagem factual que condiciona e direciona a postura

teórico-metodológica de apreensão da realidade será a concentração e a dispersão, em termos processuais e de escala principalmente local, e centro e periferia, em termos hierárquicos de comando e acesso, como processos decorrentes da divisão territorial do trabalho própria da formação do sistema-mundo, isto é, em seu processo de verticalização.

Tanto a sua porção marginal, quanto a subordinada, não irão responder a um processo acumulativo de capital, e sim a um processo que vem acontecendo em seus interstícios: sua supervivência. Nesta ordem de ideias, como afirma Arroyo (2008, p. 55), da mesma forma como essa modernização “[...] atinge seletivamente alguns pontos da cidade, privilegiando cada fração do espaço urbano com diferentes intensidades e velocidades e criando condições distintas para as atividades econômicas”, nos países chamados subdesenvolvidos, a maior parte da população está “[...] praticamente à margem do usufruto do processo de acumulação”. Embora se trate de um “único meio construído”, este é desigual e fragmentado, pertence a um único mercado, mas fortemente segmentado (ARROYO, 2008). Do mesmo modo que tudo isso determina uma distribuição desigual dos meios de produção e dos ingressos, conseqüentemente irá definir e qualificar o acesso ao consumo.

Como a modernização, para Santos, (2008) é tecnológica e, por conseguinte, decorrente de um período marcado pelo império da técnica em sua fase mais sofisticada, as inovações tecnológicas, do mesmo modo, e como resultado da mesma modernização, a sua difusão indireta vai ser dirigida aos “[...] indivíduos que só se beneficiam parcialmente ou não se beneficiam dos progressos técnicos recentes e das atividades a eles ligadas” (SANTOS, 2008, p. 38). Como isso tudo é um processo ligado à revolução do consumo, o princípio de acumulação de capital, como razão de ser do próprio capitalismo, estará sempre presente neste período específico, impossível de ser entendido como uma modernização, também capitalista.

Para poder entender como a instrumentalização da Modernidade é assimilável em termos de aplicação-difusão (graus e direção) na teoria dos circuitos desenvolvida por Milton Santos, seria considerável entender como dois reducionismos constroem o *horizonte de desejabilidade* chamado Modernidade: 1) o reducionismo do sujeito histórico: os objetos neutros e a linearidade histórica; 2) o reducionismo processual

do objeto fundado: o fetichismo da tecnologia. Como a modernização é um processo coisificado da Modernidade (nesta visão a Modernidade só existiria em sua instrumentalização técnica), o circuito que possua esta Modernidade tem um nível de qualidade de vida melhor do que o que não a possui. Porém, e como uma das principais críticas à categoria fundante da teoria, a modernização, é que uma relativa pressuposição de sucesso aguarda no grau de aplicabilidade de dita modernização tanto o nível de dependência estabelecido com as políticas exógenas, quanto a distorção do sistema que não tem permitido necessariamente a realização dos padrões de integração social, fazem parte da percepção de seletividade, gradatividade e, sobretudo, incompletude.

Portanto, a porção dominante da economia urbana é resultado da modernização direta e será chamado de *circuito superior*. Aqui o capital é intensivo e, como frisa Santos (2008), mesmo que o poder de compra seja seletivo, ele impõe a demanda e tende a controlar toda a economia. Tanto a forte intermediação exercida pelo Estado, quanto o meio construído prioritariamente à sua disposição, são elementos que compõem seu papel dominante. Pelo contrário, o *circuito inferior*, decorrente da modernização indireta, resulta da demanda, “[...] este tende a ser controlado, subordinado, dependente” (SANTOS, p. 47). O uso do espaço será uma tradução direta de seu papel de subordinação, embora também definido em suas relações de complementaridade, próprias das atividades que realiza, as suas características, seu encadeamento e a população que atende.

A produção de pobreza e a dependência são características inerentes do sistema econômico urbano, mas serão os dois fatores mais evidentes para definir o circuito inferior. Como este é um processo intrínseco à acumulação de capital, a modernização, nos termos mais restritos, pode ser seletiva, mas o capitalismo em seu conjunto e como modelo precisa das desigualdades e exterioridades criadas pelo próprio sistema. De um lado, a produção da pobreza como exterioridade do projeto econômico, a objetivação do trabalho e dos espaços marginalizados adquire a falsa aparência endêmica, do outro lado, aquele distanciamento entre circuitos parece revelar, de acordo com Silveira (2011, p, 64 e 65), uma posição dominante que “[...] advém da modernização e se reforça instaurando novas modernizações”, a própria

condição oligopolista e as variáveis que a partir daí se incorporam, ou seja, “[...] instaurando processos técnicos e políticos derivados que contribuem para transformar os espaços nacionais e as cidades”. Esta apropriação do meio construído está revelando “[...] um uso privilegiado de bens públicos e um uso hierárquico dos bens privados, redefinindo o valor dos capitais (incluída a localização), das tecnologias e das organizações daqueles que não podem acompanhar o passo”.

Para compreender melhor como se dá este distanciamento entre circuito e o uso privilegiado do meio ou ambiente construído como instrumento, condição e objetivo imanente ao processo de acumulação, deve-se primeiro abordar a divisão territorial do trabalho como uma noção cheia de determinações globalmente imbricadas e correlacionadas nos processos de reescalonamento.

A divisão territorial do trabalho, como salienta Montenegro (2017, p. 362), evidenciaria tanto o trabalho vivo quanto o trabalho morto. O primeiro, visível na divisão social do trabalho e o segundo nas “[...] formas geográficas herdadas do ambiente construído”. Para Santos (1994), a divisão territorial do trabalho que inclui estes dois aspectos é como trabalho morto, isto é, na forma de ambiente construído, um elemento fundamental na repartição do trabalho vivo e, assim, todas as formas herdadas da história necessárias para sua realização, em outras palavras, encontram-se “[...] sobrepostas num mesmo momento histórico” (MONTENEGRO, 2017, p. 363) e os circuitos da economia urbana como divisões do trabalho coexistente (SILVEIRA, 2004).

“A divisão do trabalho é um conceito plural e, por conseguinte, a economia pela qual a nação se realiza não é somente a hegemônica, pois compreende a todos em um movimento de cooperação e conflito [...]” (CARVALHO, 2016, p. 315, tradução nossa), e decorrente, claro, da herança histórica material e do ritmo próprio das modernizações (CARVALHO, 2016). Conforme analisa Silveira (2004, p. 2, tradução nossa), “se a consideração do meio construído como uma totalidade é uma premissa de método [...]”, é necessário ver “[...] a cidade como um conjunto, solidário e contraditório, de divisões do trabalho”. Dentro dessa totalidade, coexistem: uma divisão internacional do trabalho hegemônica, em que atuam as grandes corporações

e se aplicam instrumentos políticos e técnicos que constituem o circuito superior, e uma divisão territorial do trabalho vinculada a um consumo mais popular que responde às necessidades comuns, embora atreladas a um único mercado, mas com respostas que não são dadas pela economia hegemônica, com formas de produção menos intensas em capital e tecnologia, e não somente seu segmento mais subordinado como também marginal. Estamos falando, aqui, tanto das formas da divisão social do trabalho pretéritas, quanto de formas emergentes, ambas, resultado das modernizações e das transformações da divisão territorial do trabalho em seu conjunto (SILVEIRA, 2004).

É claro que aquela divisão internacional do trabalho em seu processo de seletividade define o papel periférico e receptor deste lado do hemisfério. Como os interesses são cada vez mais alheios no processo de integração global, não somente a perda de autonomia é cada vez mais evidente, como também a “transferência geográfica do valor”. Poder-se-ia deduzir a existência de um circuito espacial do excedente em diferentes escalas. A acumulação ao nível internacional daria a base para a observação desses fluxos” (DANTAS; ARROYO; CATAIA, 2017, p. 30). Como um tipo de desdobramento fractal, a transferência geográfica do valor é uma realidade co-dependente das existências escalares onde se realiza este processo, por exemplo, assim como a disparidade do ingresso e consumo, segundo Santos (2008), são necessários para a manutenção dos circuitos da economia urbana e, em seu conjunto, para o circuito espacial produtivo. Do mesmo modo, o circuito superior, com sua capacidade de “organização macroeconômica do território” (Silveira, 2009, p. 69), é a “ponte” perfeita para que dito “circuito espacial do excedente” se realize como uma realidade local, ou seja, os circuitos como “[...] expressões da superposição das divisões do trabalho nos lugares” (OLIVEIRA, 2009, p. 2), e em uma escala global, definindo os papéis dos países na distribuição dos valores da cadeia global de transferência (ver **Capítulo 5**).

Como a divisão territorial do trabalho é um conceito plural (SANTOS e SILVEIRA, 2005), pois na cidade, segundo Maldonado (2016), expressa-se esta justaposição de divisões territoriais de trabalho, em uma porção marginal e subordinada do circuito superior que "obedece às leis conjugadas da divisão

internacional do trabalho e a divisão interna do trabalho”, estabelecendo-se assim, “uma divisão territorial do trabalho que é tanto internacional como interna a cada país” (SANTOS, 1994, p. 46). Haveria então, em palavras de Santos (1994, p. 49), “[...] talvez pela primeira vez na história [...] uma completa superposição dos diversos níveis da divisão do trabalho”, divisão internacional, nacional e local que se “[...] imbricam de maneira necessária”, o que também “[...] redefine o espaço em todos os seus níveis de organização ou, para guardarmos a velha denominação, em todas as suas escalas”.

Como os mecanismos de transferência de valor neste processo são diversos, poderíamos deduzir que a tecnologia permitiu meio que distender a rigidez e o distanciamento que outrora condicionavam a escala global, e já não corresponde somente à condição mais restrita da circulação do capital, é subsunção ao capital em suas diversas manifestações e como estratégias de penetração expansiva, por exemplo, com o crescimento exponencial da financeirização da economia. Este aspecto vai pautar a forma gradativa dos conteúdos da técnica, o capital e a informação. As finanças de maneira mais sofisticada permeariam de maneira mais expressiva a realidade do circuito superior, daí que neste, como frisa Montenegro (2017), vão se concentrar os bancos, o comércio internacional e a indústria de exportação, os chamados serviços modernos, atacadistas e transportadores. Nesta altura, Santos (2008) passaria a afirmar que a divisão do trabalho é evidentemente administrada, o que estaria dotando-a de conteúdos de intencionalidade. Deste modo, é “movida por um mecanismo que traz consigo a produção de dívidas sociais e disseminação da pobreza em uma escala global” (SANTOS, 2008, p.73).

De algum modo, temos um uso favorável de insumos que permitem transgredir as barreiras do espaço-tempo; como fluxos, estes são realizáveis em um processo de transferência de valor, processo que coloca as inovações (sobretudo tecnológicas e organizacionais) na mediação entre capital e trabalho, em que sua relação se tornará em “níveis de determinação na definição dos circuitos da economia urbana” (SILVEIRA, 2016, p. 40, tradução nossa). Na escala global, este processo de transferência via intermediação será altamente expressivo como processo de dependência/subordinação nos países periféricos. Porém, na escala nacional e local,

o uso privilegiado do meio construído será o indício mais notável da transferência de valor da construção social da cidade, resultado de um processo coletivo de sedimentação histórica, em sua fase material acumulável, ou seja, como trabalho morto, e como realidade de constante objetivação, quer dizer, como trabalho vivo, fonte de criação do valor e condição indispensável na formação da mais-valia (ver **Capítulos 5 e 6**).

Quando falamos de meio ou ambiente construído, basicamente nos referimos ao capital fixo, produto do trabalho acumulado no tempo. Santos (1994) entende a cidade como um grande meio de produção (material-imaterial), o que a torna um objeto composto, pois, como valor de uso é condição de qualquer produção e, como valor de troca, é condição indispensável da reprodução do capital, o que poderíamos chamar um efeito relacional da circulação e privatização do espaço. Este aspecto será abordado novamente na parte final do **Capítulo 6**.

O processo de urbanização, como salienta Harvey (1975, p. 120), é um processo que involucra o meio construído, que funciona como “[...] um vasto reservatório de ativos de capital fixo e móvel a ser usado em todas as fases da produção de mercadoria e no consumo final”. Pela importância que o meio construído tem na reprodução do capital, Santos (2006) vai evidenciar que os atores hegemônicos têm maior poder de escolha das melhores localizações, o que Silveira (2004) vai identificar como maior poder de negociação das empresas do circuito superior, o que ampliaria o controle sobre o território.

A primeira associação, não exclusiva, mas sim predominante, é o uso e transformação do meio construído e a vinculação com os oligopólios, em definitiva, com seu comportamento, poder de localização e transformação, assim como sua estreita relação com o mercado externo e a circulação de matérias-primas e mercadorias, o que reafirma não só a posição do circuito superior, como também o distanciamento entre os circuitos (SILVEIRA, 2016; 2011), com a formação de espaços residuais e marginais, embora também exista um uso subordinado destas infraestruturas.

Neste último aspecto, Santos (2008) afirma que esta distribuição desigual dos recursos e uso das infraestruturas provoca repercussões sobre a organização do espaço, em uma atuação dialética entre fatores de concentração e dispersão. A concentração como produto das estruturas monopolísticas e o consumo em um papel de dispersão. Como o Estado tem um papel misto nestes processos, funciona, por um lado, como suporte dos monopólios para a concentração de infraestruturas, o que implicaria uma concentração em várias dimensões socioeconômicas, e ao mesmo tempo haveria uma dispersão de equipamentos de caráter social por parte do mesmo Estado. A natureza dialética deste processo termina por priorizar a concentração em benefício dos agentes econômicos em detrimento da dispersão geográfica do investimento social.

Certamente, o processo que Santos (1994, p. 122) está reconhecendo, é a socialização capitalista, isto é “[...] a criação de capitais comuns, e meios coletivos à disposição do processo produtivo”, ademais, explica o autor, que este processo “é socialização pelo fato de que não são os capitais individuais que a devem empreender diretamente; é capitalista porque os beneficiários são poucos, segundo uma hierarquia que vem de seu poder enquanto capitalista”, em outras palavras, o usufruto dos valores produzidos pela sociedade. “A socialização capitalista é, pois, e, sobretudo, um processo de transferência de recursos da população como um todo para algumas pessoas e firmas” (SANTOS, 1994 p. 122). Para o autor, este é um processo seletivo, em que o Estado desempenha um papel de mediação que amplia a desigualdade, favorecendo assim as concentrações e marginalizações (SANTOS, 1994). Estas duas citações serão retomadas no **Capítulo 6** para criar um argumento vinculante entre a Parte II e a Parte III, isto é, entre *o espaço de fato* e *os espaços de transferência, espaços de resistência*.

A própria “[...] divisão do trabalho intensa atua como um catalisador para a socialização capitalista e a segmentação do mercado” (OLIVEIRA, 2009, p. 232), e haveria também uma organização dos agentes e a formação socioespacial (SANTOS, 1994). Como estamos falando aqui de um processo de transferência de valor, a privatização e usufruto do meio construído, torna o trabalho coletivo, seletivamente apropriável; e a apropriação destes valores da cidade como um todo tem sido possível

pelo papel misto do Estado, já que por um lado é responsável pela criação do meio construído, além, como frisa Arroyo (2008, p. 60), da manutenção do capital fixo, ou seja, “[...] as infraestruturas de transporte, energia e telecomunicações, bem como da normatização do uso”, e por outro, um financiamento do circuito superior. Conforme Santos (2008), este acordo do Estado com as firmas não implica exclusivamente uma proteção do setor moderno da economia, também é uma transferência de poder político que aumenta o poder de incidência por parte dos agentes hegemônicos em conluio com o mesmo aparelho estatal, e em detrimento das funções deste último em investimento de natureza social.

Oliveira (2009) vai chamar a atenção para o entrelaçamento do meio construído e os circuitos da economia urbana. Nos países subdesenvolvidos o Estado desempenha um papel de aliado do circuito superior, o que leva “[...] invariavelmente ao agravamento da dependência externa do país e faz a população sofrer as cargas fiscais, sem mesmo dar a contrapartida de uma melhoria da situação de emprego ou de um aumento de bem-estar” (SANTOS, 2008, p. 161). Como salienta Silveira (2011), a incorporação destas variáveis é ainda mais desigual quando o poder público entrega boa parte das decisões necessárias para a construção do sistema de engenharia que o circuito precisa para funcionar. Este processo de privatização do território constituído principalmente com recursos públicos (SANTOS e SILVEIRA, 2005), diminui a capacidade de “[...] influenciar na formação dos ‘capitais fixos comuns’, que possibilitam a instalação de novas atividades, seja de incentivá-las diretamente, segundo uma lógica própria” (SANTOS, 1994, p. 125).

Como podemos observar, os processos de transferência de valor são fenômenos multiescalares e, no período atual, mais evidente que nunca. Segundo Elias (2019), de acordo com o Transnational Institute – TNI, entre 2000 e 2017 foram registradas 884 reestatizações, principalmente, nos países centrais como Alemanha, França, Estados Unidos, Reino Unido e Espanha, em ordem decrescente, sobretudo no que tange à desprivatização de serviços públicos, contratos de concessão que não foram renovados. Neste aspecto, poderíamos inferir que uma lógica de lucro e rentabilidade não tem correspondido, na maioria dos casos, com os interesses que lhe são mais comuns à sociedade em seu conjunto. Estes seriam casos expressivos

de como as políticas de privatização dos serviços públicos dentro das políticas neoliberais têm provocado endividamentos que comprometem as riquezas dos países e transfizeram tanto para o capital privado quanto para o setor financeiro.

Nesta ordem de ideias, a organização do espaço nas cidades, de maneira seletiva e desigual, é um reflexo evidente da escala de operação global do capital. A unificação do mercado parece trazer consigo um custo de produção e manutenção que será assumido tanto na porção dominante da economia, quanto na subordinada e marginal. Como já temos sublinhado, os circuitos inferior e marginal dificilmente teriam poder de criação da demanda, mas aproveitam uma porção residual desta, um capital fixo instalado e um circuito espacial da produção mais ou menos articulado. Santos (2008, p. 368), em sua leitura dialética dos circuitos, afirma que “o funcionamento atual da economia urbana leva a que as únicas contribuições do setor moderno ao outro setor só possam ser feitas ao preço da dependência e da dominação”, além disso, e de maneira reveladora e assertiva, o autor sublinha que a análise dos “[...] elementos fundamentais de explicação da economia urbana ‘pobre’ mostra a interdependência entre carência de capital e de crédito bancário e os outros elementos da organização do circuito inferior” (SANTOS, 2008, p. 368).

Antes de inserir alguns elementos do segmento mais dependente do sistema econômico urbano, o circuito inferior, caberia aqui alguns esclarecimentos sobre circuito superior marginal. De acordo com Santos (2008, p. 103), o circuito superior divide-se conforme as suas atividades de fabricação, em duas formas de organização: “uma é o circuito superior propriamente dito, a outra é o circuito superior marginal, constituído de formas de produção menos modernas do ponto de vista tecnológico e organizacional”. O autor acrescenta que estas formas menos modernas de organização teriam um caráter de sobrevivência respondendo a uma demanda não atendida pelo circuito superior ou inferior (SANTOS, 2008). Esta natureza residual ou emergente do circuito superior, ainda com um papel de complementariedade fundamental para o circuito mais moderno, segundo Silveira (2016), a capacidade que este possui de usar objetos modernos não lhe daria, portanto, poder de organização da produção e da organização do território, isto é, que não possui, como sim acontece com as empresas hegemônicas, a capacidade de hierarquizar e estabelecer

estratégias espaciais da divisão territorial do trabalho, com a agregação de tecnologia, informação e finanças e, exercer, assim, seu poder de regulação global dos fluxos materiais e imateriais (CARVALHO, 2016).

Esta porção marginal da economia urbana é resultado de uma divisão do trabalho específica, ou seja, “[...] é emergente pela necessidade que tem de incorporar importantes agregados de organização e de técnicas contemporâneas, de ceder seus capitais e dialogar com a economia hegemônica”, e, contudo, é marginal porque “[...] existe uma renovada, embora sutil dependência” (SILVEIRA, 2006, p. 51, tradução nossa), e residual porque pode conter conhecimentos específicos que justificam permanências de longa data. Ainda assim, tanto o circuito marginal quanto o inferior têm um carácter de permanência, em outras palavras, estes não são fases de transição que substituem ou atingem etapas de superação.

Eis uma das primeiras dificuldades a qual nos enfrentamos, porque ainda que a natureza dialética dos circuitos não permita criar dualidades fenomênicas, a linearidade do *horizonte de deseabilidade com presunção civilizatória*, chamado aqui de Modernidade, também não permite encontrar elementos de leitura da realidade que possuam respostas de superação além do paradigma que lhe dá os limites e as razões de existência. Insistimos que, a negação da possibilidade de coexistência, fora dos limites da totalidade, ou seja, a racionalidade que a *nomeia e define, a estuda e a objetiva*, é a mesma que a condena a ser um produto residual da história e um projeto destinado à insuperabilidade, pois seus elementos referenciais (ligados ao sistema) são feitos para esse propósito.

Após essa provocação, importante para ir tecendo nosso *corpus* teórico-argumentativo, pretendemos dialogar com algumas ideias do circuito inferior, para ir delimitando aos poucos as conexões que permitirão abordar nosso EIE. Neste sentido, o que vai caracterizar a pobreza dos chamados países subdesenvolvidos, periféricos ou do Terceiro Mundo e, posteriormente do sul ou Sul Global, qualquer que seja sua denominação, vai ser resultado, para Santos (2008, p. 371), de um processo de espoliação, “[...] um mais econômico e outro de natureza geográfica”, mecanismo que o referido autor vai entender como o “[...] responsável pela manutenção da pobreza tanto nos polos como na periferia, é o mesmo que explica a existência do circuito

inferior, em toda a parte, na rede urbana. Pobreza e circuito inferior são sinônimos”. Este é, para nós, quiçá o argumento mais hermético da teoria, “razoável”, mas não por isso inquestionável nestes termos – talvez uma abordagem que considere a pobreza como exclusão subsumível e parte negativamente determinada da dialética moderna do desenvolvimento, tenha mais potencial crítico –.

Basicamente, assim como temos um circuito mais moderno da economia urbana, o circuito superior, e, uma porção marginal, quer residual, quer emergente com claras funções de complementaridade, o mesmo processo de modernização, e em seu aspecto gradativo e seccionável, as modernizações, atingirão uma porção da população que encontrará nos interstícios da completude do processo de modernização, uma modernização indireta, ou seja, dos objetos tecnológicos, de capital e os próprios da organização, difundidos pela via das distorções que o sistema aplicado não pôde e nem pode conter, poderíamos entendê-las como falhas “presumíveis” do projeto da Modernidade e, de certa maneira, “admissíveis”.

Santos (2006, p. 72) vai reconhecer que o circuito inferior revela a existência de uma pobreza estrutural, ou seja, uma “[...] produção científica, globalizada e voluntária da pobreza”. Desta forma, o circuito inferior foi “[...] simultaneamente uma consequência e a possibilidade da reprodução ampliada da pobreza urbana, que se revelou bastante funcional ao processo de acumulação de capital de base industrial” (OLIVEIRA, 2009, p. 125). E poderíamos dizer, nesse mesmo sentido, que a ampliação e manutenção da pobreza se revelariam ainda mais funcionais à acumulação de capital via financeirização da economia.

“O circuito moderno tende mais a criar a conjuntura do que a adaptar-se a ela, [...] pois sempre há uma margem de distorção entre as decisões das grandes firmas e o comportamento do mercado” (SANTOS, 2008, p. 253), o “[...] circuito inferior só pode funcionar através de uma adaptação estreita às condições conjunturais”, daí que seu sucesso de sobrevivência vai depender da disponibilidade de mão de obra e da demanda não assimilável pelo circuito superior.

Dois processos lhe são próprios à organização do espaço por parte dos circuitos: as atividades que têm ou não a capacidade de macroorganização do espaço.

Assim como o circuito superior tem essa capacidade, o nível de articulação vertical pode interferir com os interesses das atividades econômicas locais, pelo contrário, o circuito inferior não só sabe se ajustar melhor ao mercado local, como também depende dele (SANTOS, 2008).

Assim, por um lado temos uma relação hierarquizada de dependência e dominação entre o circuito superior e inferior e, por outro lado, estabelece-se uma relação de complementariedade. Poderíamos deduzir que dita complementariedade teria momentos de concorrência que definem os papéis dos circuitos e a unicidade do mercado, por exemplo, na capacidade de abrangência do circuito espacial produtivo em seus diferentes segmentos, já que, segundo Castillo e Frederico (2017), os circuitos da economia urbana fazem parte, ainda que de maneira distinta (em termos de tamanho, características técnicas e organizacionais), de circuitos espaciais produtivos; e, um segundo momento simultâneo, a complementariedade propriamente dita que, como frisa Santos (2008, p. 261), não exclui a concorrência e se destaca por ser um “[...] momento privilegiado de uma certa evolução que conduz a uma dialética dos dois circuitos”. Esta complementariedade “[...] significa que as atividades de um dos circuitos demandam *inputs* do outro circuito ou utilizam algumas de suas atividades ou produções como economias externas”. O que não significa que as relações de força comuns aos dois circuitos, como próprias da produção e o consumo, não sejam alteradas (SANTOS, 2008).

Como será em seguida abordado, algumas destas variáveis, que no começo pareciam fazer a diferença no acesso ao consumo, como o crédito, passaram a ser umas das principais estratégias de subordinação e dependência. Pois como diria Silveira (2008, p.1476, tradução nossa), “sim no discurso é considerada como um fato indesejável, na prática a pobreza é necessária ao funcionamento de um sistema regido por nexos financeiros”.

Como destaca Oliveira (2009), a formação do mercado urbano a partir de 1930 e, sobretudo, após os anos 1950, foi acompanhada com o florescimento do circuito inferior em termos de atividades e ocupações e, particularmente, entre os anos de 1940 e 1990 a estruturação do mercado de trabalho no Brasil e a diversificação do

circuito inferior permitiram a sobrevivência das cidades. Porém, a partir desta década o padrão sistêmico de integração social vai ter ainda uma resposta menos contundente frente ao crescente desemprego e empobrecimento em detrimento da implementação das políticas neoliberais. O circuito inferior vai se desenvolver em função do desemprego estrutural e os interstícios da economia hegemônica, a insatisfação de suas demandas (SILVEIRA, 2011).

A disparidade do ingresso na sociedade urbana “[...] cria ao mesmo tempo diferenças quantitativas e qualitativas no consumo”, o que define a “[...] existência, ou seja, da criação ou da manutenção, nessas cidades, de dois circuitos de produção, distribuição e consumo dos bens e serviços” (SANTOS, 2008, p. 37). Nesse processo todo de urbanização, crescimento econômico e modernização tecnológica, criam-se diferentes formas de produzir e de consumir. Ditasegmentação do mercado “[...] autoriza a convivência de uma ampla variedade de formas de realização econômica, que trabalham segundo diversas taxas de lucro, produtividade, rendimentos e salários” (ARROYO, 2008, p. 57). Todavia, a mesma diversidade de consumo e as limitações das rendas das diferentes classes sociais obrigam a que seja dinâmica a passagem entre vários circuitos, aspecto frequente, por exemplo, com as classes médias no acesso a alimentos do circuito inferior ou marginal superior.

Os limites entre circuitos ainda são evidentes, mas os nexos de interdependência entre eles são cada vez mais profundos, imbricados e sutis. Mas um reflexo da dependência administrada pelos países centrais, em termos de endividamento, só foi possível a partir da aplicação de políticas neoliberais: “[...] privatizações, desregulamentações e abertura comercial. O discurso ideológico utilizado para isso foi o de que chegara a hora da periferia modernizar-se, igualando-se ao primeiro mundo” (CANO, 2000, p. 32). Este tipo de transferência de valor será cada vez mais evidente na medida em que a financeirização da economia permeia as diferentes escalas dos circuitos, principalmente quando os nexos criados na globalização sofisticam as estratégias de modernização. A aplicação destes novos conteúdos permite que a subordinação do circuito inferior (como segmento produtor e como população consumidora) seja mais diversificada e intensa. Um exemplo disso,

é que em 2014, como afirma Silveira (2016), quase a metade dos ingressos das famílias brasileiras foi destinado ao pagamento de dívidas.

Outra noção que poderia nos ajudar a entender as novas formas da divisão territorial do trabalho é a “acumulação flexível” usada por Harvey (1992) e a adaptação de Santos (1994), abordada como “flexibilidade tropical”. A acumulação flexível se apoia na “[...] flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo” (HARVEY, 1992, p. 140). O que o autor reconhece são “[...] novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional” (HARVEY, 1992, p. 140). Oliveira (2009, p. 183), vai sublinhar que a flexibilização das relações de trabalho é uma “[...] expressão geralmente empregada para enfatizar a ruptura dos padrões de normatização das relações trabalhistas ligados aos contratos coletivos sem prazo determinado”.

Neste caminho, a flexibilidade tropical poderia ser entendida, na realidade dos países “subdesenvolvidos”, como uma forma que têm as cidades de resistir aos impactos da racionalidade hegemônica, aproveitando assim os espaços desvalorizados do meio construído, o dinamismo da divisão do trabalho, como a diminuição de emprego, assim como as diferentes formas de escassez que permitem reestruturar e tornar cada vez mais resiliente o circuito inferior (OLIVEIRA, 2009).

Por que a estruturação do circuito inferior não deixa enxergar nenhuma possibilidade de superação e emancipação, dentro dos termos que a este lhe servem funcionalmente a um segmento privilegiado da economia? Porque a classificação como está concebida não permite olhar algum horizonte de possibilidade. A condição da pobreza é necessária para que a reprodução do capital aconteça sob a premissa de acumulação, não é uma consequência anômala e aprimorável, e faz parte da sua própria natureza objetivada/objetificada. Após a formulação da teoria dos circuitos da economia urbana, Santos (2008) tenta encontrar algumas saídas: 1) a cidade poderia recuperar seu poder de decisão no momento em que se articulem laços de dependência local e as políticas do circuito moderno se sintonizem com um desenvolvimento planejado na escala da cidade e do país; 2) como a modernização

seletiva provoca conseqüentemente uma organização seletiva do espaço, as possibilidades de inovação do sistema 'dominado' estão abertas “[...] às mesmas variáveis que foram objeto de modernização no sistema 'dominante’” (SANTOS, 2008, p. 31), em certa medida, a “neutralidade” dos objetos permitiria o desenvolvimento do circuito inferior, mas nunca sua superação, primeiro, porque não é uma etapa de transição, e sim uma dialética contraditória, segundo, porque seu papel perpetuador da pobreza, sua sinonímia, é de absorção da incapacidade em termos de oferta e demanda do circuito superior.

Embora a modernização tenha sido incompleta e seletiva nos países do “Terceiro Mundo”, caberia alguma utopia de completude. A primeira contradição aqui encontrada é que a modernização dada nos modelos europeus e norte-americanos depende tanto do processo de desenvolvimento ascendente de um extremo, quanto de subdesenvolvimento do outro. Finalmente, os dois processos são um mesmo movimento de natureza coexistente. As duas saídas anteriormente mencionadas são inerentes, e persistem mais pelas permanências potencialmente aprimoráveis que pelas transformações radicais. O primeiro elemento da contradição é que os objetos modernos podem ser priorizados no âmbito das necessidades e projetos de âmbito local (cidade e nação), o que não anularia a presença dos circuitos, muito menos sua distinção, mas dariam à população maior controle sobre a produção, segundo Santos (2008, p. 373), e de maneira mais textual, “[...] trata-se de subordinar a expansão dos setores da economia considerados “dinâmicos”, à outra, primordial, dos setores ‘populares’”. O que se traduz em ampliação de emprego – pois são atividades baseadas principalmente no uso intenso do trabalho como mão de obra excedente – menos dependente do estrangeiro e com aumento significativo da produtividade neste segmento da economia.

De maneira um tanto questionável, ressalta-se que, para Santos (2008, p. 373), a distância entre os dois circuitos, superior e inferior, tornar-se-ia mais curta “devido à mudança das finalidades do aparelho produtivo”. Como seu objetivo seria, agora de viés social, “[...] não haveria mais dominação do circuito moderno sobre o outro. O crescimento do circuito moderno seria transmitido ao circuito inferior, cuja natureza e significado mudariam”, assim como a proporção da produtividade. Mas, seria possível

fazer essa transferência de poder, ou seja, anular a dominação do circuito moderno, se de antemão entendemos que só através de tal dominação, a modernização foi historicamente realizável? Obviamente que se fosse possível partir de tal distinção entre os objetos modernos em termos tecnológicos e instrumentalizáveis e a modernização como uma periodização privilegiada pelo uso desses objetos, a completude da Modernidade como um *horizonte de deseabilidade* seria racionalmente possível e viável em termos de apropriação criativa do uso e da criação de tais objetos, os processos de objetivação e subsunção seriam variáveis funcionais, não ontológicas.

Como o circuito superior não se anularia, a modernização, já não mais de caráter internacional, se nacional, substanciaria as condições da produção local. Ainda estaríamos falando de um processo de modernização, em que as empresas multinacionais passariam a um segundo plano e o papel do Estado ganharia maior função de planejamento e regulação? Talvez estes elementos sejam de fato secundários, se não entendemos o que significa a “pobreza” em termos explicitados por Milton Santos, e como nós vamos abordar este aspecto.

Para Santos (2008, p. 49), os pobres “[...] são aqueles que não têm acesso, de modo regular, aos bens de consumo corrente considerados como o mínimo indispensável em uma certa sociedade”. Dita incapacidade ou limitação de acesso de consumo, em um sentido geográfico, corresponderia bastante bem com noção de periferia, pois “[...] a periferia não será definida pela distância física entre um polo e as zonas tributárias, mas antes em termos de acessibilidade”, esta “[...] incapacidade de acesso aos bens e serviços é, em si mesma, um dado suficiente para repelir o indivíduo, e também afirma, a uma situação periférica” (SANTOS, 2008, p. 290). É a localização dos sujeitos e objetos no espaço e o acesso em termos de realização da produção desse espaço que vai definir a periferia em termos geográficos e a pobreza em termos consubstanciais.

Neste aspecto, o circuito inferior é compreendido por Santos (2008, p. 368) como sinônimo de pobreza e perpetuador da mesma “[...] servindo de coletor da poupança popular, canalizada em seguida para o circuito superior por intermediários

de todos os tipos”. “Paradoxalmente, são os pobres que financiam uma modernização de que se beneficiam muito pouco” (SANTOS, 2008, p. 370). Poderíamos dizer que isto é plausível, porque a Modernidade se constrói nessa premissa. Insistimos, o processo de transferência de valor é um fenômeno fractal, neste caso, de reescalonamento, e poderíamos chamar, descendente (pelo menos sob o ponto de vista do âmbito do domínio da extração na Teoria Marxista da Dependência), pois iria de uma lógica global para uma produção do espaço localizada, mas sempre dependendo da mesma materialidade territorial.

Desta maneira, e neste argumento voltaremos mais na frente, certos conceitos ou noções motrizes atuam como chave de leitura na apreensão da realidade. Por exemplo, as palavras centro-periferia, em um sentido histórico, segundo Hiernaux e Lindon (2004, p. 417 e 418), “[...] são dois componentes de uma ordem social sustentada em uma evidente desigualdade, tanto social quanto territorial”. Esta dicotomia, que soube negligenciar seu componente espacial, permitiu consoante uma perspectiva econômica sua difusão, sobretudo, pelos teóricos da dependência, que estabeleceram como prefixo de ordenação hierárquica dos territórios, o *sub*, exemplificado com expressões tais como subordinado, subdesenvolvido e subsumido. Neste sentido, sabemos que a palavra periferia inevitavelmente carrega com uma força imagética, que é a ideia de borda e marginalidade.

Será que tanto a periferia quanto as expressões de subalternidade indicariam um conjunto de ideias dicotomizadas? A título de exemplo, como se a periferia desejasse ser centro e o subordinado dominador, este paradoxo de superação-substituição, para Santos (2008), encontrava-se no *desenvolvimento*, que, como objeto anômalo marcava caminhos de unidirecionalidade e transição. Para o autor, esta designação presente no *sub* e *desenvolvido* incorporava uma redução tremenda da realidade urbana. A ideia de dicotomia tem uma presunção interna das soluções, daí que a simplificação que implica o pensamento dicotômico anule qualquer tipo de complexidade encontrada, por exemplo, nos matizes da realidade. O interessante de afastar-nos dos dualismos é que os pontos de chegada não se pressupõem, e isso anula a função das hipóteses: serem comprovadas ou refutadas, pois nem o

pensamento causal nem correlativo seriam duas opções confiáveis nesta escolha metodológica.

Pensamos que assim como a periferia evoca mais o sentido de forma e localização, as expressões de subalternidade se alicerçam mais sobre as dimensões de poder, e ambas as palavras internalizam a posição, por exemplo, de hierarquia. Deste modo, defendemos a ideia de que tanto o subdesenvolvimento, o Terceiro Mundo, e outrora a não-civilização, são ferramentas dicotômicas de exclusão e, do mesmo modo, a Modernidade, abordada como totalidade, tem sido privilegiadamente naturalizada e ganhado o mesmo *status* da civilização e seu determinismo e determinismos nele implícitos não escapam do pensamento dicotômico. Porém, e diferentemente do resto, este não tem sido amplamente questionado. Os dualismos não são exclusivamente marcados pelo reconhecimento das relações de coexistência, mas também pela anulação da existência de uma parte pelo surgimento da outra. A simplificação, até aqui, exacerbada da Modernidade tem esvaziado ao máximo a sua complexidade, resolvendo seu debate com o império dos objetos e a técnica. Deste modo, propomos “re-localizar” o problema reposicionando o lócus de enunciação e interpelação.

Em primeira medida, a pobreza aqui será abordada como trabalho objetivado e desrealização material da vida; o trabalho vivo como fonte de criação de valor, tem uma porção objetivável e uma porção excluída totalmente, pois não poderia ser absorvida nem sequer pelo consumo. Esta perspectiva teórica baseia-se nas ideias de Dussel (1994; 2001; 2008), de uma matriz marxista renovada, ou melhor, inexplorada. E aborda a exterioridade como expressão da história negada e das especificidades materiais e simbólicas dos povos.

Mas, por que consideramos relevante abordar este aspecto? Porque para analisar nosso EIE, a sua natureza emergente não poderia ser entendida com as categorias de análise que a teoria dos circuitos nos proporciona, embora acreditemos no poder explicativo e dialético da teoria. Da maneira como os circuitos estão constituídos conceitualmente, qualquer tipo de superação e projeções alternativas de mercado, a sua construção social, parece não ser plausível, principalmente, porque a

teoria dos circuitos foi pensada para enxergar o funcionamento de um fenômeno urbano com elementos interdependentes, e não para desvelar a realidade “possível” que o sistema como totalidade deixava fora de qualquer existência e desdobramento.

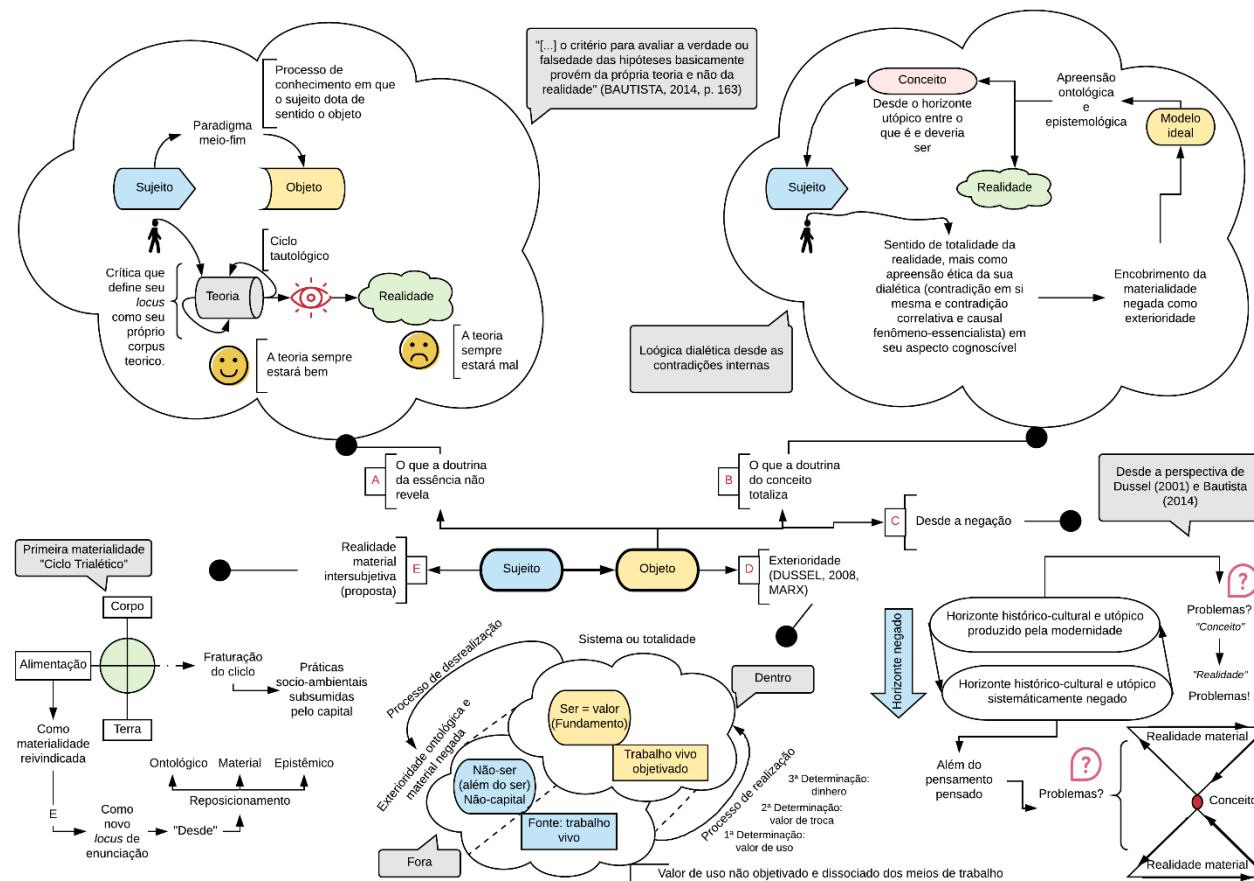
Quais seriam as conexões entre a suposta modernização seletiva e os processos de acumulação? Segundo Harvey (2007, p. 35), a manutenção e, sobretudo, a reprodução do capital depende da despossessão, “[...] a coerção externa por um poder superior (mercado, Estados, poderes coloniais, multinacionais etc.) implica a penetração de uma ordem preexistente e algum terreno geográfico para a tomada de vantagens de aquele poder”. Este tipo de coerção e acumulação por despossessão não é exclusivo do capitalismo, pois mesmo que tenha uma relação co-evolutiva estreita, ela se dá em uma macronarrativa maior, a Modernidade. Ela nasce com a colonização da Ameríndia, e vai encontrando diferentes formas mais sofisticadas de despossessão material e simbólica, e a transferência de valor de um espaço geográfico a outro acontece em todas as escalas (ver **Capítulo 6**).

Este aspecto é de muita relevância para defender nossa postura teórico-metodológica, porque assim como o capital intensivo define o circuito superior e o trabalho intensivo o circuito inferior, os dois são objetivação do trabalho vivo, só que com diferentes mediações e intensidades. Porém, essa mais-valia universal, da qual nos fala Santos (2008), dependerá do mesmo princípio de extração de valor, pois as fontes de criação de valor são as mesmas. Este ponto é importante porque o processo de integração global tem implicações na complexificação (em termos de incremento de agentes, conexões, fluxos etc.) das estratégias de transferência de valor (seus mecanismos), o princípio é sempre o mesmo. Do ponto de vista da circulação, esta vai definir a realização do mais-valor e o ganho na concorrência. Contudo, a formação do valor já tem acontecido na objetivação do trabalho vivo, quer dizer, a desrealização vital do trabalhador. O que a circulação vai definir são os valores de troca. Deste ponto de vista, não existiria um “mais” ou “menos” moderno em termos de capital, elementos tecnológicos e organizacionais, a Modernidade não é um elemento intercambiável ou gradativo. Da mesma maneira que o capitalismo, a Modernidade é um processo histórico que marca um *universo* de ideias, uma totalidade interna da realidade. Algo “mais moderno” seria algo mais subsumido dentro da racionalidade própria da

Modernidade e sua linearidade e unidirecionalidade temporal e espacial (o lócus de enunciação), que se pretende em seu curso histórico, seu ser, sua realidade e devir.

Mas qual é o intuito deste raciocínio? Nosso principal objetivo é demonstrar que as RAAs precisam de uma matriz argumentativa com um núcleo racional distinto, porque os processos chamados “alternativos”, que podem ser facilmente capturáveis e incorporados no discurso hegemônico, a sua convencionalização, o princípio que estas experiências incorporam tem a ver com a alimentação em sua dinâmica mais “natural” (por exemplo, a práxis agroecológica). Para nós, esta reivindicação implicaria reconhecer que a primeira estratégia de negação da materialidade – entenda-se como conteúdo da vida e a própria vida – tem sido feita a partir do controle socioespacial da alimentação em seu ciclo dialético (**Figura 25, E**), sendo por isso necessário defender a alimentação como uma “primeira materialidade” coactada que permitiu fazer a ponte para a negação de outras materialidades. A explicação da **Figura 25**, realiza-se no transcurso do texto.

Figura 25. Concepção de totalidade/exterioridade na relação sujeito-objeto



Elaboração: ALZATE, 2019

Nesta quarta parte do texto, vamos alicerçar nosso marco contrastante de argumentação e explicar, além de nossa postura teórico-metodológica, nossos primeiros elementos propositivos, para deixar assim muito mais diáfano nosso umbral de análise.

Nesta redação, estamos apresentando alguns elementos da dialética de Karel Kosik, em que, em resumo, a práxis teria uma aparência fenomênica que lhe daria aspecto de legibilidade aos fenômenos e, por outro lado, a essencialidade que eles escondem. Nesse propósito, pensamos que o desvelamento da práxis objetivada, até certo ponto, neste movimento dialético, poderia ser bem-sucedido. Porém, e como imagetivamente temos colocado na **Figura 25**, nem a tautologia teórica, com *corpus* autorreferencial, nem as contradições internas que a lógica dialética negligencia a partir do império do conceito, ou seja, o modelo ideal, que sutil, mas amplamente, totaliza a realidade, e, muito menos, a negação ontológica que determina um horizonte histórico-cultural e utópico, único e negacionista, poderiam ser entendidos exclusivamente sob esta perspectiva.

Mas, por que precisamos de uma superação da dialética fenômeno-essencialista? Porque o conceito, como modelo idealizado, cria sutilmente a aparência de totalidade, e totalidade sem exterioridade é tautologia. Criar um conceito fundante e onisciente da realidade implica o reconhecimento exclusivo das contradições internas. A doutrina da essência só pode revelar-se dentro de um universo de ideais e, portanto, o conceito é mediação entre o *sujeito* e o *objeto* de análise. O próprio *sujeito* e *objeto* de análise são criados como determinismo do conceito, o pensamento complexo por trás deste processo é o silogismo, pois não se explica de maneira causal nem correlativamente, só através de uma dimensão intermediária: a construção idealizada de totalidade e isso é uma abstração, não uma realidade material pluralmente realizável. Como já temos manifestado, é um “movimento dialético que no *abstrato* carrega o lócus de enunciação, como método de negação das realidades possíveis”.

Neste aspecto, Bautista (2014, p. 22, tradução nossa) retoma do pensamento zemelmaniano a categoria *pensar categorial*, a qual não se “[...] limita a copiar

categorias e conceitos, senão que intenta fazer uma incorporação problematizadora e ressemantizante em um corpus categorial novo”. O que Enrique Dussel chama de *novos marcos categoriais*, porque cada realidade implica repensar os conceitos e categorias que foram pensados dentro de outros marcos categoriais, o que mudaria seu conteúdo epistemológico (ver **Capítulo 6**). Sendo assim, Bautista (2014) sublinha que o papel do pensador não é fazer uma boa interpretação dos autores ou das teorias, mas sim de problematizar a realidade e aspirar a construir os novos conteúdos dos conceitos e categorias que são necessários para entender a realidade.

E se entendemos a Modernidade como marco categorial, que implicações teria este? E se a produção da ciência e da filosofia ocidental são justificativas de uma racionalidade que parece ter sido historicamente pouco racional? Como quando Hinkelammert (1991) questiona a validade da racionalidade ocidental pensada segundo seu poder destruidor, e, Bautista (2014), debruçando-se sobre o pensamento dusseliano, explica como este tem precisado ir além da fundamentação ontológica própria da racionalidade totalizante da Modernidade. O que exigiria como momento de transcendência, questionar as “[...] certezas da ontologia moderna da subjetividade, para produzir uma libertação da racionalidade moderna e assim poder aceder à realidade negada do outro como realidade além do ser moderno” (BAUTISTA, 2014, p. 24, tradução nossa). Como expressou Jean-Paul Sartre em 1961 na obra de Fanon (1968, p. 11), enquanto descreve o personagem déspota colonizador, “[...] há isto que talvez ele jamais tenha sabido: nós não nos tornamos o que somos senão pela negação íntima e radical do que fizeram de nós”. Como salienta Hinkelammert (1977, p. 13 e 12, tradução nossa) “[...] o marco categorial teórico que usamos para interpretar a realidade nos permite ver certos fenômenos e não outros; da mesma forma, conceber certas metas da ação humana e não outras”. O autor, refletindo a partir das lutas políticas e ideológicas da América Latina, vai estar convicto de que “[...] a percepção tida e que podemos ter da realidade econômico-social, está fortemente predeterminada pelas categorias teóricas em cujos marcos nós interpretamos tal realidade”.

Para fazer uma delimitação muito mais precisa do que este horizonte de racionalidade pode conter, vamos abordar de maneira sucinta o surgimento da

Modernidade abordado sob esta perspectiva, seu novo marco categorial, ainda em construção. Mas, qual é o porquê de voltar atrás em uma análise tão distante de nosso objetivo de pesquisa? Porque é necessário construir um marco categorial que dê conta de como nossa especificidade histórica e os problemas de “[...] subdesenvolvimento, dependência, a opressão, o colonialismo, a miséria, a ignorância, a negação, o sofrimento e a exclusão latino-americanos”, que dentro do pensamento e filosofia europeus, não só se tornava insuficiente, mas, sobretudo, “[...] porque não era nem nunca foi seu problema [...] porque nesse marco categorial escondia-se e ocultava-se aquilo que justificava o porquê de nossa opressão” (BAUTISTA, p. 25, tradução nossa). Por isso, e, à guisa de esclarecimento, é que este capítulo propõe uma primeira (des)localização, mais em termos conceituais que meramente empíricos, contudo, só a partir deste primeiro movimento, é que tanto o *espaço de fato*, reforçado no seguinte capítulo (**Capítulo 4**), quanto o *espaço de transferência*, ganham um sentido categorial, em outras palavras, de um *espaço formal* a um *espaço de transferência verticalizado* (**Capítulo 5**) e, finalmente, ao reconhecimento de *espaços de objetivação e subjetivação* numa negação da negação do consumo-produção do espaço urbano, assim como, uma potencial superação como *espaços de resistência* (**Capítulo 6**)

Em termos mais precisos, a Modernidade nasce no mesmo momento em que se forma o sistema-mundo (ou *World-System*, amplamente desenvolvido por Immanuel Wallerstein), porém, sua origem é distinta. Para poder entender a construção da Modernidade como horizonte histórico-cultural, vamos expor resumidamente o que Dussel (2001) chama de “sistemas inter-regionais”, o que seriam estágios prévios à História Universal, e princípio de conteúdo sem o qual não poderíamos entender os processos de centralidade nas relações de poder.

De acordo com Dussel (2001, p. 364-67, tradução nossa), os sistemas inter-regionais podem ser divididos da seguinte maneira. O Estágio I. Mesopotâmia-Egito: “das seis regiões da alta cultura neolítica (Egito, Mesopotâmia, Índia pré-ária, China, Mesoamérica e região Inca)”, somente estes dois primeiros faziam “[...] trocas de experiências civilizatórias constantes desde o IV milênio. a.C.”. Estágio II. As culturas do cavalo e o ferro: este sistema interconectado pelo cavalo como meio de transporte,

ia desde a Mongólia e China até a Índia, Pérsia e o Mediterrâneo e também foi determinado pela “revolução técnica do ferro”. Ressalta-se neste período a “rota da seda”; “[...] chegar-se-ia até a Índia; são os medos e persas em Mesopotâmia; os hititas em Turquia; os gregos e os latinos no Mediterrâneo, até os germanos no norte da Europa. Este é em seu conjunto, um “sistema inter-regional asiático-afro-mediterrâneo” em que tanto a “China e a Índia, quanto todos os povos muçulmanos, são seus autênticos herdeiros”. Estágio III. De Bizâncio a Bagdá: “são as culturas cristão-bizantina primeiro; a cultura muçulmana e, finalmente, a cultura latina e germana”. Este “[...] sistema terá por região central desde Samarcanda e Bujará [...] até Kâbul em torno a Bagdá [...] que foi a referência do ‘civilizado e moderno’ durante 500 anos”. De modo que, “a cultura muçulmana era a primeira grande herdeira da cultura grega. Europa, a Europa germânica, era um mundo periférico e secundário do Mediterrâneo”. E finalmente, o Estágio IV o *World-System*. “até a ‘invasão’ do continente americano em 1492, o Mar Báltico e Mar do Japão, eram as regiões mais afastadas do ‘centro’”. “A ‘invasão’ inesperada sobre as culturas ameríndias [...] darão à periférica Europa uma ‘vantagem comparativa’ sobre a China”. Nasce assim, “[...] o novo ‘centro’ do que lentamente se constituirá como o primeiro (e único) ‘World-System’”.

Sendo assim, a Modernidade nasce com o primeiro sistema-mundo, no preciso momento em que a Europa ganha centralidade, pois são processos inerentes. Na realidade, desde “[...] 1492 originam-se quatro fenômenos, simultaneamente: 1) Word-System, 2) Capitalismo (ainda mercantil), 3) Colonialismo, 4) Modernidade” (DUSSEL, 2001, p. 425). Contudo, “[...] para que haja centro tem que haver periferia”. Sendo assim, a grande questão a ser entendida aqui é que “[...] a modernidade tem um núcleo racional *ad intra* forte, como ‘saída’ da Humanidade de um estágio de imaturidade regional, provinciana, não planetária”, e outra parte *ad extra*, que “[...] realiza um processo irracional que se oculta aos seus próprios olhos” (DUSSEL, 2001, p. 355, tradução nossa). Sendo assim, como se constitui este raciocínio? Vamos ver como os conteúdos dos espaços (centros) de poder (Península Ibérica, Amsterdam, Londres, Edimburgo e Nova York) e o horizonte utópico da pretendida racionalidade universal, configuram dita totalidade.

Encontraríamos assim, principalmente duas concepções de Modernidade. A primeira, como esse esforço civilizatório com uma racionalidade euro-centrada, em que a Reforma, a Ilustração e a Revolução Francesa seriam seus grandes momentos unanimemente aceitos (legitimado por grandes pensadores como Hegel e Habermas), em que a Europa vai atuar como seu próprio núcleo racional explicativo e autorreferencial e, que no século XVII com a revolução ideológico-científica (Galileu, Bacon, Descartes etc.), afirmam-se os principais pontos de partida na construção da Modernidade como fenômeno universal (DUSSEL, 2001).

A segunda concepção não vai partir do pressuposto racional Europeu, mas sim como da parte *ad extra*, em que a violência tem sido a primeira forma de afirmar sua centralidade e ocultar sua irracionalidade. Desta forma, Dussel (2001; 2008) divide a Modernidade em três momentos. A Primeira Modernidade vai colocar no centro do sistema a Ibero-América, e será a Modernidade da Europa Latina na História Mundial, em que a ainda Europa periférica ganha centralidade com a invasão da América indígena.

Poderíamos entender este processo sob vários ângulos; desde a expansão ibérica, e a inserção da Europa no mercado asiático com o ouro e a prata mexicana (Zacatecas) e peruana (sobretudo o Alto Peru, hoje Sul peruano e a Bolívia, este último onde se localizam as minas de Potosí), o que permite começar um processo de acumulação e revolução teórico-tecnológica que alicerçaria um segundo estágio histórico com a Revolução Industrial no século XVIII. A partir da construção da subjetividade, a conquista dará um alicerce importantíssimo para consolidar o período da revolução ideológico-científica (DUSSEL, 2001). Como explica Bautista (2014), já a segunda Modernidade irá negar a Espanha e Portugal, e o que podemos inferir aqui é que a negação da Modernidade Ibérica termina constituindo a negação e subsunção da própria América Latina. E, finalmente, um terceiro ponto de análise é a “Colonialidade do Poder”, expressão esta cunhada por Aníbal Quijano, que mostra “[...] as múltiplas hierarquias de poder do capitalismo histórico como parte de um mesmo processo histórico-cultural heterogêneo”, ditas hierarquias constroem “[...] classificações derivativas de superior/inferior, desenvolvimento/subdesenvolvimento

e povos civilizados/bárbaros” (CASTRO-GÓMEZ e GROSFUGUEL, 2007, p. 18, tradução nossa).

Conseqüentemente, a Primeira Modernidade encontra seu fim aproximadamente em 1630. Quando a extração de prata declina, o novo centro se desloca para Amsterdam principalmente por dois motivos. Por um lado, porque o projeto imperialista da Espanha (imposição da língua, religião, exército etc.) é economicamente inviável e, por outro lado, porque Carlos V, nascido em Flandres, é aconselhado por holandeses a transferir o centro de poder. A Holanda (colônia emancipada da Espanha em 1610), sem nenhuma pretensão imperialista, nem capacidade para exercê-la, cria a Companhia das Índias Orientais e a Companhia das Índias Ocidentais como um evidente projeto comercial que transferiria parte das riquezas a regiões como Flandres, Roterdã e Amsterdã (DUSSEL, 2001; 2008). Sendo assim, é de tal importância comercialmente, como no desenvolvimento do pensamento, pois René Descartes escreveu sua grande obra “*Le discours de la méthode*” em 1636 em Amsterdã, assim como os grandes filósofos racionalistas como Baruch Spinoza (DUSSEL, 2001).

Já a segunda etapa da Segunda Modernidade é a revolução industrial do século XVIII, em que a Inglaterra se posiciona como a nova potência hegemônica até 1945. Esta nova revolução acompanhada de um processo de “produção reduzindo a proporção do valor-trabalho”, o que aumenta o ganho, consolida o capitalismo propriamente dito, capitalismo industrial em primeira instância e transnacional posteriormente (desde 1945) sob o domínio norte-americano (DUSSEL, 2001, p. 416).

E finalmente,

La tercera Modernidad, ahora bajo la hegemonía francesa e inglesa (y desde 1815, la exclusiva hegemonía inglesa desde la derrota de Napoleón), va generando, desde John Locke (en la tradición empirista inglesa), y desde la reforma presbiteriana calvinista de John Knox (en torno a la escocesa Edimburgo de un Adam Smith, entre tantos otros), lo que puede denominarse la tradición del naciente liberalismo, revolucionario al comienzo contra el poder terrateniente y la tradición anglicana de la monarquía (DUSSEL, 2001, p. 426).

Dussel (2001), afirma que a centralidade Europeia se reduziria a dois séculos, tomando como data a Revolução Francesa (1789). A visão da Ilustração foi o fundamento ideológico que esconderia a história da Europa periférica e desconectada dos antigos sistemas inter-regionais (DUSSEL, 2001). “Desde Hegel, Marx, Comte, até Weber, incluindo a Freud, Husserl, Heidegger, Popper, Levinas, Foucault, Lyotard ou Habermas, o eurocentrismo brilhará sem oposição” (DUSSEL, 2001, p. 401, tradução nossa). Não obstante, Dussel (2001), salienta que “o ‘eurocentrismo’ da Modernidade é exatamente o haver confundido a universalidade abstrata com a mundialidade concreta hegemônica pela Europa como ‘centro’”, de maneira que, dentro deste raciocínio, “o *ego cogito* moderno foi antecedido por mais de um século pelo *ego conquiro* (eu conquisto) prático do hispano-lusitano que impôs sua vontade (a primeira ‘Vontade-de-Poder’ moderna) ao índio americano” (DUSSEL, p. 353, tradução nossa).

Em resumo, Dussel (2001, p. 368 e 369) é enfático quando afirma que o sistema-mundo não é meramente instrumental, já que “contém momentos culturais materiais (símbolos, mitos, valores, tradições). É ambigualmente um sistema tecnológico (da razão instrumental), mas tem igualmente momentos materiais [...] e discursivos [...]”. Deste modo, é muito relevante entender este processo como um projeto histórico, que o autor vai chamar de globalização-exclusão, que jamais deve simplificar-se fetichistamente, pois compreende problemas de outras dimensões (DUSSEL, 2001).

Para poder compreender como a Modernidade tem se constituído em uma totalidade, vamos sublinhar os aspectos que resumidamente consideramos mais destacáveis em Dussel (2001; 2008) e Bautista (2014).

a) Pretensão de universalidade e negação do Outro.

Aqui se parte do pressuposto de que o caráter de universalidade pressupõe dois encobrimentos ou negações: em nível de essência (realidade material) e em termos de conceito (modelos ideais) (BAUTISTA, 2014). No primeiro nível, o caráter de desrealização dos povos originários da Ameríndia, através de processos violentos de privação e exploração, de negação da humanidade dentro de suas múltiplas realidades e especificidades históricas. O Outro como diferente – ou distinto, diria

Dussel, em uma postura mais radical e menos subsumida –, será sistematicamente negado, daí que a subjetividade moderna parta do *ego conquiro* como uma realidade que servirá de base para a construção de um único horizonte histórico-cultural e utópico. Em outras palavras, sobre essa presunção de universalidade, Fanon (1968, p. 212 e 271) destaca que o colonialismo é uma “[...] negação sistematizada do outro, uma decisão furiosa de recusar ao outro qualquer atributo de humanidade [...]”, assim, “há séculos que a Europa impede o avanço dos outros homens e os submete a seus desígnios e à sua glória; há séculos que, em nome de uma suposta ‘aventura espiritual’, vem asfixiando a quase totalidade da humanidade”.

O segundo nível é muito mais sutil, e presume racionalidade dentro de um projeto único civilizatório, unidirecional e argumentativamente justificado, quer dizer, dentro da ciência e a filosofia em nome da universalidade. Como temos apresentado na **Figura 25**, este seria o império do modelo idealizado. Para que a epistemologia apareça em um plano de aceitação generalizada, a modernização que se autoproclama como um estágio superior civilizatório, legitima-se no desenvolvimento das ciências sociais modernas, as quais terão que ser “[...] conservadoras (por isso sua concepção da realidade não é histórica), valorativamente neutrais (não podem deduzir nada, nem a crítica nem a superação) e logicamente formais (só pensam nas contradições de modo estático, sem possibilidades de transformação ulterior)” (BAUTISTA, 2014, p. 50, tradução nossa).

Outro ponto a levar em conta, é a aparente linearidade da transferência do conhecimento, pois como já temos observado nos estágios inter-regionais e nos momentos da Modernidade, a presunção de passagem dos conteúdos civilizatórios, como são concebidos dentro deste grande paradigma, são falsos, como frisa Bautista (2014), pois a Grécia não foi o começo da civilização, e sim a África (banto) há mais de 5000 anos. A Grécia era uma ex-colônia egípcia, ou, seja, africana, e uma parte desse conhecimento seria transmitido através do mundo árabe posteriormente. Nesta reconstrução, as obras de Martin Bernal com “Black Athena”; “Re-Orient” de Gunder Frank e The World-System de Wallerstein, serão muito relevantes neste processo de desmistificação histórica.

Sendo assim, se “[...] partimos ingenuamente da cosmovisão moderna da história, a ciência e a tecnologia, automaticamente o que se deduz é nosso suposto

caráter de inferioridade inata histórica e cultural” (BAUTISTA, 2014, p. 58, tradução nossa). Quando não se possui um marco categorial próprio que possa tematizar e problematizar nosso horizonte, a negação será a principal ferramenta de subsunção à totalidade da Modernidade como mito de progresso, ou seja, como horizonte utópico. Em resumo, a totalidade somente pode ser entendida através do que em seu projeto não se contempla, por isso, a exterioridade é negação, e só se conhece a existência do negado quando se estabelecem os limites de dita totalidade, seu universo material-imaterial. Não obstante, o reconhecimento desta totalidade, paradoxalmente, provoca uma renúncia aos projetos utópicos e aos processos de transformação, daí que a compreensão da realidade – e esta, de maneira parcial – impere sobre sua transformação, pois a irracionalidade da razão substitui a irracionalidade da razão moderna, o que possibilita discursos pós-modernos, já não somente iguais de subsumidos, agora carentes de projetos futuros transformadores, o preço da universalidade, outrora naturalizada na civilização, hoje é uma renúncia à própria humanidade como um todo desconstruível.

b) A universalidade sem caráter intersubjetivo nem princípio de conteúdo.

O ponto anterior leva-nos a uma breve reflexão. De acordo com Dussel (2001), espera-se que toda cultura tenha um sentido de universalidade dentro de um diálogo de confrontação com outras culturas, pois a sua articulação contrastará e complementarará uma construção intersubjetiva. Não obstante, e pelo contrário, a negação do conteúdo material do Outro dialogante foi o fracasso da Modernidade eurocentrada em nossa realidade histórica desde o começo.

c) Princípio ético de factibilidade ou razão formal e instrumental: meio-fim, sujeito-objeto.

A relação sujeito-objeto “[...] não é um problema teórico ou cognitivo somente, senão um problema ético e político com fortes implicações sociais e históricas no presente” (BAUTISTA, 2014, p. 156, tradução nossa). Para Franz Hinkelammert, e de acordo com a interpretação de Bautista (2014, p. 163, tradução nossa), “[...] a lógica da pesquisa científica demarca e delimita a teoria ou o *corpus teórico* como lugar privilegiado a partir do qual se pode exercer a crítica [...] da realidade”. Nesse caso, já que dita pesquisa será consequência e desenvolvimento dessa relação (sujeito-

objeto), a teoria vai ocupar o lugar do sujeito e a realidade do objeto (BAUTISTA, 2014). Segundo Dussel (2001) e Bautista (2014), a razão instrumental meio-fim subsume o princípio ético de factibilidade, o técnico, econômica e politicamente possível atua como meio irresponsável porque calcula só o previsível, ou seja, o esperado no processo de mediação, e não como deveria ser feito, levando em consideração o princípio material da vida. Daí que nossa escolha ético-metodológica tenha sido falar de um Espaço Intersubjetivo de Estudo (EIE) e não de um objeto de estudo.

Poderíamos supor, então, um processo de objetivação na pesquisa científica. Assim, não se esperaria que o sujeito pesquisador e sua teoria estivessem errados, pois ciência moderna tem presunção de racionalidade, universalidade e neutralidade. Este tipo de determinismo, segundo Bautista (2014), é determinismo de acordo a lógica do Ser, de modo que os objetos sensíveis são pertinentes a este, já que este (o Ser) é o único horizonte que pode determinar as condições dos objetos que ganham sentido na sua relação, ou seja, sob a perspectiva do Ser. Em termos de ciência, este determinismo vai atuar como método (método científico) e qualquer crítica que não ultrapasse dito determinismo será uma crítica ôntica, quer dizer, parcial, não ontológica nem trans ontológica, que utilizaria o espaço da exterioridade para reposicionar o *desde* discursivo e real.

d) Fetichismo e transferência de valor.

Antes de começar, caberia fazer dois esclarecimentos: o primeiro, e como apresentamos na **Figura 25, B**, refere-se à dupla ocultação no processo de geração de riqueza e acumulação de capital. Inicialmente, considerar que o trabalho vivo é calculável e o pagamento seria justo e, segundo, objetivar a natureza e concebê-la como quantificável (BAUTISTA, 2014). A partir deste ponto, Dussel (2008) retoma dentro da concepção de Marx, como as duas únicas fontes de valor, o trabalho (trabalho vivo) e a natureza. Estes dois elementos somente poderão ser entendidos dentro do núcleo filosófico da teoria do fetichismo de Marx, que comparte a mesma matriz linguística da doutrina do conceito de Hegel, mas que como uma superação da mesma (a teoria do fetichismo como uma terceira dimensão não apreensível a partir da dialética fenômeno-essencialista) e com uma orientação precisa de conceber a economia política como uma ética e não segundo a economia formal, possibilita pautar

como premissa principal da sua teoria a objetivação do trabalho vivo como fonte de valor não-pago (pois não teria preço), para este propósito. Marx necessita entender a materialidade negada, como conteúdo (vida), o que lhe dará seu carácter ético-crítico, não apenas formal (como tautologia do sistema), objetivado, só desvelado através da teoria do fetichismo, que revela o lócus externo de onde será subsumida a materialidade das fontes criadoras de valor (**Figura 25, D**).

Em primeira medida, e como outro ponto de esclarecimento, Dussel (2008), dentro de sua leitura de Marx, encontra que, ainda que a linguagem seja muito semelhante à de Hegel (pois se inspira nele), um ponto se torna radical na sua distinção frente à lógica dialética deste autor. “[...] a Hegel não lhe interessa a realidade, senão [...] o saber que eu tenho da realidade [...]”, o que Marx escreveu é: “Hegel tem o aborrecimento e a nostalgia de todo conteúdo” (DUSSEL, 2008, p 39, tradução nossa). Este aspecto é importante porque Dussel (2008, p. 39, tradução nossa, itálica nossa) enfatiza na distinção que faz Marx entre duas palavras, “[...] *material* (com a), significa conteúdo, e *materiell* (as duas palavras em alemão), significa coisa física, ou cósmica, uma coisa como uma pedra”. Esta visão adquire muito sentido, já que irá fundamentar o ponto de partida como fundamento distintivo da teoria de Marx. O material que Marx resgata é a vida como conteúdo, por isso Dussel (2008, p. 39, tradução nossa) afirma que, “[...] o materialismo dialético se equivocou por completo, confundiu um com o outro”, e isso significa que Hegel “[...] ficou com puras ideias formais e tem perdido o conteúdo, que é o material”. Agregando o autor, “Marx não tem nada a ver com o materialismo dialético, e ainda o materialismo histórico tem que ser tomado com muito cuidado [...]”.

Em que consiste então para Marx o fetiche dentro da releitura dusseliana? A subjetividade de Marx vai encontrar sentido quando se depara com os deuses africanos totêmicos, já que se entende que feitiço (em português) significa “feito da mão dos homens”, é a coisa não verdadeira. Dussel (2008, p. 49, tradução nossa) evidencia como fonte da ideia, a Isaías: “constroem aos deuses com suas mãos. São deuses que têm olhos e não vêem, têm ouvidos e não escutam, boca e não falam”.

A subjetividade de Marx e Dussel entende-se a partir de um dentro/fora e os processos de determinação, que fazem com que a realização e desrealização sejam um mesmo movimento inerente. A principal noção de determinação para Marx é a

subjetividade do trabalhador (fora do sistema) que se torna objeto (dentro do sistema), como ele se determinou, deixou de ser qualquer outra coisa que podia ter sido (**Figura 25, D**). A objetivação/objetificação se dá no valor de troca, não no valor de uso como tal, e como os sujeitos (dentro desta fetichização) ganham o *status* de objetos e assim mesmo podem ser trocados (e do mesmo modo serão tratadas as relações sociais próprias do capital). Como frisa Dussel (2008, p. 69, tradução nossa), chamar ao trabalhador de trabalho vivo, ganha sentido “[...] porque trabalho vivo é a subjetividade que trabalha”, a circulação é aparência, pois o fundamento do valor se esconde na objetivação do trabalho humano e “[...] a essência de todo o processo econômico é a vida humana objetivada” (DUSSEL, 2008, p. 80, tradução nossa).

Retomando este raciocínio, por que é tão importante a imagem factual do dentro/fora? Porque o valor em Marx é uma ontologia, o que quer dizer isto? Que o Ser é o fundamento, como aquilo que está além do Ser, como o valor somente se realiza como valor de troca, dito processo vai acontecer dentro do sistema (o capital). Somente aí é que o valor é igual ao Ser, o Ser do sistema, fora dessa totalidade, o trabalho é pura subjetividade com potencialidade objetivável, ou seja, é não-ser e não-capital (**Figura 25, D**; ver também os desdobramentos feitos no **Capítulo 6**). A dissociação do trabalhador dos meios de trabalho e a condição do trabalho ainda não subsumido por essa totalidade é a condição de pobreza absoluta como exterioridade (exclusão para Marx) e determinação dialética da desrealização/realização, o capital só existe a partir dessa desrealização do trabalhador subsumido ao sistema que condiciona a pobreza, que é vida objetivada, na realização do valor e, com isso, a existência do capital. Sem este fundamento, ele simplesmente não existiria (DUSSEL, 2008).

Deste modo que a categoria totalidade e subsunção são fundamentais para acompanhar este raciocínio. Para Dussel (2008), a totalidade ganha sentido a partir da exterioridade e a subsunção é a categoria que possibilita entender como o que está fora entra e se constitui como parte de um todo maior, neste caso o capital. É deste modo que a totalidade, que outrora chamamos de Modernidade, e agora denominamos capital, tem um nível de correlação profundo.

Portanto, qual é o intuito de tudo isto e como me ajudaria a entender os processos da economia urbana? A esse respeito, entendemos que o valor e o

fetichismo que o revela, não como se apresenta, mas sim com o que este esconde, permite entender o processo de transferência de valor entre países em uma escala global, ou, entre circuitos, em uma escala urbana.

Entendamos, em princípio, que o valor dos produtos assume a sua expressão (fenomênica) em preços. Posto isto, de onde provém o mais-valor? “O mais-valor aparece no mundo fenomênico visível [...] como ganho”. Fetichismo significa pensar que o capital produz o valor, “[...] desfetichizar é referir todas as categorias a sua fonte criadora”, o trabalho vivo objetivado, o fetichismo toma “[...] a coisa como pessoa e a pessoa como coisa” (DUSSEL, 2008). O mais-valor é o valor não-pago da fonte criadora de valor impagável, como o tempo de trabalho sim pode ser quantificado, o ganho como *superfície* do processo relaciona-se com a taxa de ganho, já o mais-valor relaciona-se à taxa de exploração, a primeira, analisa-se segundo a economia formal, e como esta é autorreferencial, apresenta preços e concorrência... Pelo contrário, a segunda taxa, a de exploração, evidencia um valor a mais, produzido a partir da fonte criadora de valor, que não retornou a sua fonte vital, sua relação foi ocultada, fetichizada dentro das mercadorias (DUSSEL, 2008).

E em que se traduz dito processo na escala global? Na transferência ou expropriação de valor e suas relações de dependência. Explica Dussel (2008), que os países periféricos podem extrair ganho no processo de concorrência, mas mesmo assim, estão transferindo mais-valor através da exploração de seus trabalhadores. Deste modo, a Teoria Marxista da Dependência (que abordamos no **Capítulo 5**) através desta leitura renovada das categorias de Marx, ganha total vigência. Todavia, como se estabelecem as relações de dominação? Simples, a concorrência é o estágio da relação entre capitais de toda índole, não obstante, a concorrência se dá entre países com níveis de desenvolvimento díspares, sobretudo, em termos de tecnologia. Esta relação afeta diretamente os países “subdesenvolvidos” porque, seja qual for o mecanismo de transferência de valor, todo capital global se constitui na totalidade dos capitais nacionais, e os capitais nacionais refletem uma porção do capital total inserido no mercado global (**Figura 25, A**) e a única relação que aqui se pode derivar, é a de dependência. O capital, em seu estado de concorrência, extrai mais-valor de outros capitais, mas sua fonte criadora sempre será a mesma.

Pode-se observar aqui, que quando mudamos as categorias de análise, muda nossa compreensão da realidade. Se o que queremos é procurar tecnologia como variável categorial de explicação, vamos nos deparar com objetos dotados de relativa ou total neutralidade e, se pelo contrário, buscamos objetivações, fontes de valor, taxas de exploração, mecanismos de transferência de valor, relações de dominação, categorias ontológicas de subsunção etc., vamos encontrar assimetrias, horizontes utópicos civilizatórios falsos, centralismos autoatribuídos, pessoas excluídas e negadas de sua especificidade histórica e sua cosmovisão universal da vida. Por este e outros motivos, tivemos que formular nosso próprio raciocínio e até o fenômeno com aparência de complexidade merece instituir uma dúvida nele. Os únicos que podem simplificar a realidade somos nós, pois ela é e será complexa por si só e não através de nossas determinações.

Finalmente, chegamos à nossa última parte, e aqui o intuito é mais propositivo que teórico-crítico. Lembre-se que o que tem nos trazido por este caminho é uma sensação de inconformidade para abordar o que denominamos EIE, aquele que a literatura amplamente tem denominado de objeto de pesquisa. Como nosso EIE tem tido uma característica evidentemente emergente e emergencial, a primeira mais no sentido do que surge e a segunda em seu aspecto mais reticular, a Teoria dos Circuitos da Economia Urbana, proposta por Milton Santos e desenvolvida também por um conjunto amplo de autores, apresenta para nós uma grande oportunidade como campo explicativo, mas, ao mesmo tempo, tal e como está fundamentada, limita e orienta nosso EIE a um caminho sem saída, daí que não a negligenciamos, pelo contrário, será um espaço de refluxo teórico, metodológico e conceitual, comparecendo no capítulo seguinte e propondo novos caminhos dialógicos, como o consumo do espaço na dimensão intraurbana ou, a partir da economia política do espaço e da cidade, tangencialmente abordada nos **Capítulos 4 e 6**.

Vejamos bem, na **Figura 25, E**, pretendemos entender o controle material da alimentação como uma fraturação do que estamos chamando do “ciclo dialético da primeira materialidade”. E o que entendemos por isso? Defendemos a ideia descrita por Bautista (2014), de que a história colonial como sistema de repressão, desvalorização, extração e negação, institui um sistema de colonialidade (a “Colonialidade do Poder” de Aníbal Quijano) tanto no mundo subjetivo da vítima, em

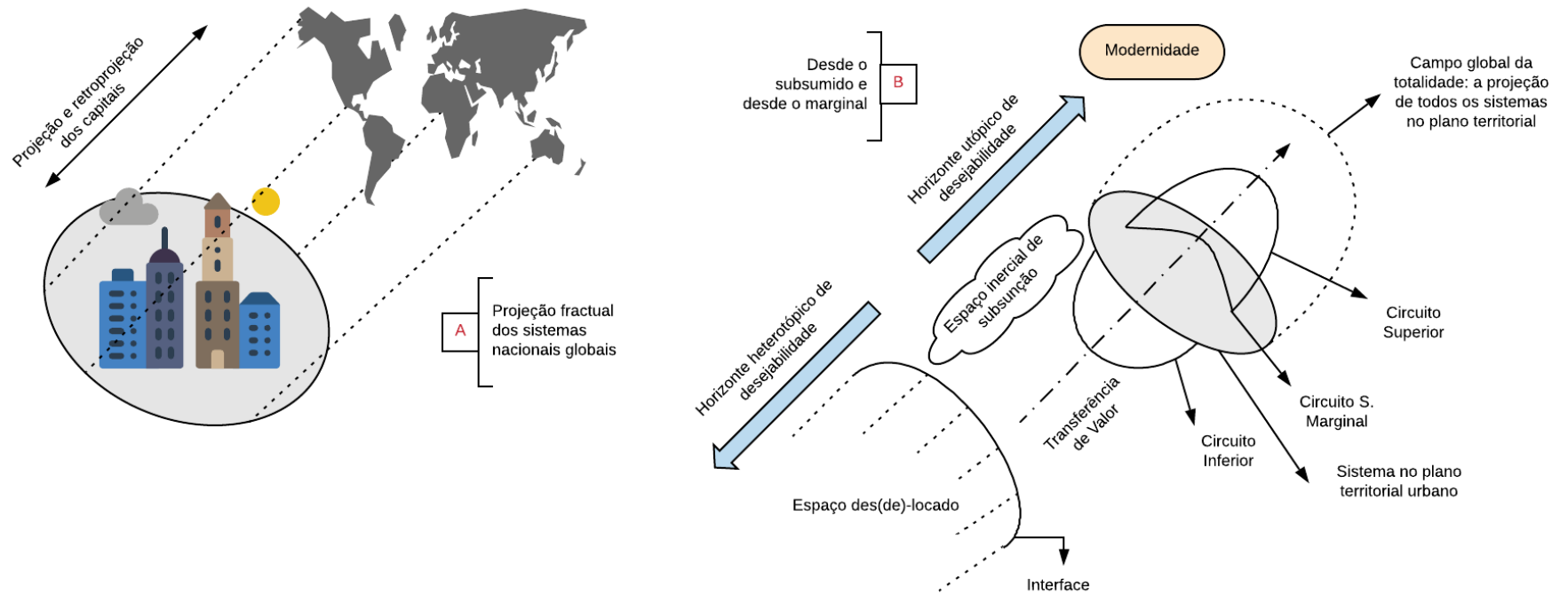
outras palavras, sua cosmovisão de mundo (imagens, símbolos, crenças etc.), quanto nas formas próprias de produção e reprodução da vida. O argumento que queremos defender aqui é que a materialidade que foi transgredida é na realidade uma corporalidade estendida, quer dizer, entre o corpo humano e a terra. Neste fio racional, o controle sobre o corpo e o controle sobre a terra são sistemas de poder instituídos diretamente; não obstante, o controle sobre a alimentação (também como sistema de saúde) é controle sobre a mediação. Mas de que tipo de mediação estamos falando? A mesma que na literatura se costuma denominar de sociedade-natureza. E como temos argumentado até aqui, os controles mais poderosos não se fazem dentro do mundo fenomênico-essencialista, e sim sobre as mediações, sejam conceitos que operam como modelos idealizados da realidade, sejam, para nosso caso específico, sobre a fraturação da *primeira materialidade*. Como na realidade, toda a base teórica das Redes Agroalimentares Alternativas é a proximidade entre a produção e o consumo, esta será a nossa principal premissa diferencial. E, a qual alicerça os desdobramentos do **Capítulo 6**.

Porém, como se configuram as RAAs dentro dos circuitos da economia urbana? Como apresentamos na **Figura 26, A**, surge de uma imagem de projeção fractal, nossa premissa alicerçada no conceito de Marx é de entender que não há como tal um capital global sem capital nacional, em outras palavras, “o capital global nacional é a totalidade dos capitais de um país, incluindo [...] capitais estatais, privados e, do que for a totalidade” (DUSSEL, p. 127, tradução nossa). Este ponto é muito importante se do que queremos tratar é de transferência de valor e relações de dependência. Deste modo, os circuitos da economia urbana são reflexos bidirecionais das lógicas globais e da realidade local. Com as suas devidas especificações e diferenças, os circuitos atuam na escala territorial urbana como fractal projetado na escala global, e retroprojetado na escala local, porque sua base material é uma só, os capitais não são abstrações descoladas das especificidades de conteúdo de cada país.

No segundo segmento da **Figura 26, B**, a proposta apresentada orienta-se a abordar os circuitos da economia urbana em termos de subsunção ao sistema de capital, e no que diz respeito às suas determinações dialéticas, ambos os casos serão, em seu conjunto, mecanismos de transferência de valor (valor entendido consoante a abordagem aqui apresentada), com um horizonte utópico de desejabilidade de “falsa”

totalidade (a Modernidade), e dentro deste se desenha um campo global de totalidade: a projeção de todos os sistemas de capital de base territorial. Tanto o circuito superior, superior marginal e inferior são segmentos de determinações dialéticas, o que significa que a mesma força de “ascensão” é a mesma de “subsunção”, pois o sucesso do circuito superior depende da transferência de valor entre outros capitais e segmentos, porém, com a mesma fonte criadora de valor objetivada.

Figura 26. Projeção do sistema de transferência de valor, subsunção dos circuitos e espaço de marginalidade



Elaboração: ALZATE, 2019

Desta maneira, nosso EIE, as Redes Agroalimentares Alternativas espacialmente relacionadas, constituem uma parte do que estamos denominando de espaço des(de)-locado. Desde como espaço marginal voluntário, aqui trazemos a ideia de Hooks (1992), de localizar-se na margem como lugar de resistência de livre eleição, nosso desde é o núcleo concreto, pois é parte do conteúdo vital. O locado é uma determinação do lócus e, neste aspecto, retomamos a ideia de Bautista (2014), do lócus de enunciação, e como nosso espaço é um *espaço intersubjetivo*, este será entendido como espaço de interpelação (porque demanda, emana, reposiciona-se e interrompe processos para depois transformá-los), ou seja, como conceito e horizonte heterotópico (no sentido de espaço não hegemônico, contra-espaço, espaço-outro de Foucault). Por outro lado, o *deslocado* (separado pelo parêntesis e o hífen) é também uma determinação dialética do *locado* (a determinação do lócus), quer dizer, um lócus determinado. Como não podemos fugir das contradições, instituímos uma determinação dialética entre o *locado* e o *deslocado*. Por quê? Porque possibilita uma abertura de factibilidade – ou seja, de realização – de falsidade – isto é, de desrealização –. Ainda que o lócus dependa do horizonte heterotópico para realizar-se, não implica que a sua idealização, que uma vez foi *deslocada*, não possa ser transgredida (no sentido de ultrapassar o razoável), isto é, re-localizada.

Como as RAAs localizam-se na interface entre o horizonte de desejabilidade e o espaço inercial de subsunção, várias são as contradições com as quais estas experiências têm que lidar. Por exemplo, uma contradição que vem sendo estudada é o consumo elitizado. Eis uma tensão entre um princípio de factibilidade de conteúdo e uma racionalidade formal. Se o consumo é entendido como acesso a bens e serviços, a pobreza não pode ser entendida nos mesmos termos: não-consumo = pobreza. Mas, se a pobreza é entendida como exclusão e exterioridade, o próprio conceito de cidadania – para trazer neste raciocínio um elemento mediador –, jamais poderia ser substituído pelo consumo e sim pela inclusão. O redimensionamento do sentido de totalidade também pode ser interpretado e interpelado a partir dos espaços marginais, pois deve-se pensar e pressupor que sempre haverá uma falsa promessa de inclusão total a uma falsa totalidade.

Finalmente, fazendo um processo de releitura da tese (levando em conta os seis capítulos), gostaríamos de sublinhar algumas pistas que podem subsidiar novos

elementos no reposicionamento dos circuitos da economia urbana quando trazidos no debate das RAAs. Para este propósito, o primeiro ponto a destacar, são as abordagens instigantes que propomos no **Capítulo 4**, em que, dialogando mais com a formação histórica das cidades de Curitiba e Medellín, assim como com elementos estruturantes das cidades que distribuem os fluxos e tensionam as práticas socioespaciais das Redes. Deparamo-nos com que, a divisão social do trabalho, não poderia ser entendida sem as abordagens pertinentes que uma divisão social do espaço, de fato, precisa.

Deste modo, algumas práticas de agricultura urbana, por exemplo, têm demonstrado como a lógica organizadora do espaço hegemônico (o espaço instrumental), nem pelo poder político-institucional, nem sequer pela força do mercado, consegue sempre, determinar às práticas comunitárias destas atividades; tanto nos mapas como nas falas dos entrevistados nos **Capítulo 4** e **6**, dão conta desta situação. Nesta esteira, experiências como Colyflor em Medellín, ou as cestas agroecológicas articuladas na Rede Mandala e na rede de segurança alimentar, em Curitiba, também mostram como as articulações campo-cidade, podem ser muito mais *porosas* e flexíveis em termos de troca, divisão social do trabalho e, sobretudo, na divisão social do espaço, processo todo que demandaria abordagens mais abrangentes na economia política da cidade e do espaço, que serão brevemente retomadas no **Capítulo 6**.

Por fim, no último capítulo da tese, a articulação dos circuitos da economia urbana com as RAAs, pode conversar como os espaços-*outros*, no sentido de que, o consumo do espaço, desde um ponto de vista categorial, permitiria entender como os mecanismos de extração de valor (**Capítulo 5**) e os mecanismos contra-arrestantes (**Capítulo 6**) que empregam as RAAs, jogam, na prática, um papel dialeticamente determinante na produção de cidade e, além disso, na produção ativa de territórios. Assim, a divisão econômica do sistema urbano, seria uma parte a mais, do complexo territorial, e, jamais, uma superestrutura determinante, que seria um contrassenso desde uma perspectiva dialética.

4. CENTRALIDADE DAS REDES AGROALIMENTARES ALTERNATIVAS NA ESTRUTURA URBANA: CONCENTRAÇÃO, DISPERSÃO E FLUXOS

4.1 Multi(poli)centralidade de Curitiba

Quando abordamos o capítulo sobre os circuitos da economia urbana, surgiu um grande desafio. Como dar conta da complexidade que apresenta o fenômeno urbano em uma perspectiva crítica, em que as RAAs sejam compreendidas dentro da estrutura urbana sem simplificar seu papel na produção do espaço urbano?

Neste sentido, e conforme um resultado direto do capítulo anterior, realizamos dois desdobramentos que permite nos aproximarmos das Redes Agroalimentares Alternativas (RAAs) como componentes essenciais na ampliação da abrangência dos circuitos da economia urbana, inclusive em uma perspectiva de economia política do espaço e da cidade, mas através de algumas formas, processos e funções que caracterizam a estrutura urbana de Curitiba e Medellín. Sendo assim, o presente capítulo busca analisar como as RAAs podem ser abordadas, sem perder a sua natureza dialética sob uma perspectiva mais “formal” (pela determinação de algumas formas e não pelo esvaziamento de conteúdo do fenômeno), a centralidade intraurbana e no plano metropolitano da cidade de Curitiba e Medellín, como núcleo processual de fluxos e concentração de atividades que revelam o posicionamento das mesmas na produção do espaço urbano. O segundo desdobramento será apresentado em um capítulo posterior, e concerne aos sistemas de transferência de valor, processo que será explicado em seu devido momento.

Antes de estabelecer uma correlação entre a centralidade de Curitiba, como primeiro caso abordado neste capítulo, em termos de concentração de atividades e fluxos, e os padrões de localização de alguns pontos que conformam as RAAs, primeiro vamos trazer algumas noções e conceitos atinentes à centralidade, centro e subcentros, assim como a sua formação histórica que nos ajudem a esclarecer melhor o fenômeno estudado.

Quando evocamos a ideia de centralidade, inevitavelmente fazemos uma relação direta com o centro e, de fato, é a forma como se apresenta. Como explica Lefebvre (1999, p. 46) “[...] ele organiza em torno de si o vazio, a realidade. Com mais

frequência, ele supõe e propõe a concentração de tudo o que existe na natureza, no mundo, no cosmos [...]”. Dito espaço urbano, diria o autor, “[...] evoca e provoca essa concentração e essa dispersão”, que se expressa de forma material e imaterial.

Para poder avançar em nossa análise, propomos pegar os dois extremos do raciocínio alusivo ao centro, a sua *forma* concreta concentradora, que, de acordo com Villaça (2001), não pode ser separada da origem das aglomerações, pois é uma condição na produção do espaço e na reprodução da vida e, segundo Sposito (1991, p. 5), o processo “[...] de produção e estruturação das cidades tem que passar necessariamente pelo entendimento do papel do centro”, mesmo que com o passar do tempo emergjam em outros centros, a formação e crescimento das cidades estão estreitamente relacionados com seu papel de concentricidade e convergência, embora seja vivido e representado de maneira diferente por diversos setores da cidade e escalas de atuação/atração (SPOSITO, 1991). E do outro extremo de nosso raciocínio, a centralidade como *processo* que perpassa a sua expressão formal, o centro, mas vai além. Em primeiro lugar, o centro não está, em conformidade com Sposito (1991, p. 6), necessariamente relacionado com o centro geográfico, nem o sítio histórico, “[...] ele é, antes de tudo, ponto de convergência/divergência, é o nó do sistema de circulação [...]”. Dadas tais características (a natureza de convergência/divergência; integração/dispersão do centro), o que este nos revela é sua dimensão espacial que não pode se separar, como nenhum sistema da atividade humana, da processualidade que o constitui, ou seja, de seus conteúdos de temporalidade expressados em fluxos e movimentos, neste caso, a própria centralidade.

Nas seguintes linhas, vamos demonstrar com alguns fatos históricos como Curitiba evidencia bem o que Lefebvre (1999) denominava como as propriedades formais de um espaço urbano que levaria à análise dialética de suas contradições.

Como frisa Pilotto (2010), o período compreendido entre meados do século XIX e começo do século XX é o momento em que se forma o espaço urbano de Curitiba, definindo-se sua estrutura intraurbana e a estratificação da sociedade. Em um primeiro momento, encontramos a elite paranaense chegando do litoral para Curitiba com a inauguração da Estrada da Graciosa (1876) estabelecendo-se aí, no Alto da Glória e, na Estrada do Mato Grosso, no Batel, próximo ao centro, iniciando-se assim

a formação das duas primeiras áreas residenciais de alta renda (PILOTTO, 2010) e uma camada de despossuídos que a circundavam (DUDEQUE, 1995).

A partir do processo de recolonização, na última década do século XX entrou uma quantidade significativa de imigrantes ao redor da área central, sobretudo na área norte: Santa Felicidade, Mercês, Bigorriho, Umbará, Água Verde, Orleans, Pilarzinho, Cabral e Bacacheri, e chácaras e fazendas no Alto da Glória, Ahú, São Lourenço, Boqueirão e Pinheirinho; parte do pequeno comércio que aqui se desenvolvia, tornar-se-ia bairros ou subcentros da cidade (GARCEZ, 2006; TREMARIM, 2001; PILOTTO, 2010).

Como descreve Garcez (2006), com a recém-concluída obra de saneamento de Curitiba, o Passeio Público em 1880 e próximos de um engenho de erva-mate, a região do Alto da Glória albergava moradias de luxo, assim como do outro lado (direção Oeste), Rua Comendador Araújo e a Avenida Batel, desde estas regiões com residências de alto padrão até a estação ferroviária se estabeleceram as primeiras linhas de bonde e respondiam à necessidade de transporte das barricas de erva-mate. Deste modo, Pilotto (2010), resume este período como um momento de elevado crescimento populacional (de 6.791 habitantes, em 1853, para 49.755, em 1900); de acessibilidade, sobretudo, do interior ao litoral, incluindo a estrada de ferro; a instalação de infraestrutura que iria compor as melhores localizações para as residências de alta renda, e como primeiro polo de atração e articulação com aberturas de vias e transporte, mantendo as suas devidas particularidades históricas de Curitiba e região, este tipo de configuração espacial, além da área industrial que ao Sul começava-se a formar.

Como destaca Villaça (2001), a segunda metade do século XIX se traduz para o Brasil como um período de grandes transformações sociais, caracterizado pela decadência do patriarcalismo rural, o novo padrão de assalariamento dos imigrantes em torno ao cultivo de café e a emergente burguesia urbana e, com esta, o capitalismo, o transporte e a indústria se desenvolvendo.

Contudo, o que implica tudo isto? De fato, o processo de estratificação socioeconômica presente na formação das primeiras aglomerações urbanas – e, sobretudo, na formação das metrópoles brasileiras –, segundo Villaça (2001), este

fenômeno provoca ao mesmo tempo um processo de segregação. Tanto a localização quanto o transporte, serão determinados pela capacidade, não só de escolha para residir nas melhores áreas e mais próximas ao centro, como da própria capacidade de se concentrar de maneira diferenciada e exercer, assim, a centralidade, o processo de segregação, tornando as condições determinadas da classe de alta renda um polo onde a cidade torna as suas ações centrais com respeito a uma contraparte sem esse privilégio, a camada da população segregada.

No começo do século XX, “no ano de 1909, foi inaugurada a estrada de ferro que permitiu a ligação entre Curitiba e São Paulo [...]” e em 1915, já com o bonde elétrico em funcionamento e atendendo os principais setores da cidade (Alto da Glória, Juvevê e Bacacheri, Batel, Seminário, Água Verde e Portão) e, com as atividades de extração de madeira, houve um aumento na atividade comercial e de serviços (BLEY 1982 apud PILOTTO, 2010, p. 46). Evidentemente, na primeira metade do século XX as transformações principais se deram na concentração das atividades comerciais e de serviços, a expansão do centro na direção das ruas XV de Novembro e Marechal Deodoro, além das áreas residenciais de alta renda que continuaram se expandindo enquanto os bairros populares ocuparam gradativamente a região Sul/Sudeste e no bairro Rebouças localizavam-se as indústrias (PILOTTO, 2010).

Duas grandes obras ocorreram durante a década de 1950, época marcada pelo auge da economia cafeeira do Estado do Paraná, e um século transcorrido desde a emancipação política do Estado de São Paulo. Quando a atividade imobiliária tinha se intensificado e começava um processo de verticalização, em 1943 através do Plano de Urbanização de Curitiba (Plano Agache), foi proposta a criação de um centro administrativo, o Centro Cívico, o qual seria construído só a partir dos anos 1950. Outra grande obra é a construção da BR-116, hoje BR-476, a qual, além de passar a ser a principal ligação entre São Paulo e o Sul do país, tornar-se-ia um divisor entre a região Sul/Sudeste e a região Norte/Oeste, a primeira incluía as camadas populares e a segunda os loteamentos em torno ao centro (PILOTTO, 2010).

Para entender por que uma cidade que começa a ser planejada corresponde a uma visão de “cidade modelo” que adquire a forma de totalidade, e, que em realidade desde o começo, tem representado um segmento da cidade privilegiada, entendamos, retomando a Villaça (1999; 2001), as três esferas a partir das quais se exerce o poder

de controle principal na produção do espaço urbano –mas, não a única –, a esfera econômica, representada principalmente pelo mercado; a esfera política, com amplo controle do Estado; e a esfera ideológica, que poderíamos dizer, ganha espaço sobre o que se pretende, trazendo a promessa do desenvolvimento urbano.

Villaça (2001) propõe uma divisão das cidades em dois períodos: o das cidades do início do capitalismo (século XVII, XVIII e o início do século XIX) e as chamadas "tipicamente capitalistas" que, a partir do final do século XIX, tornar-se-iam nos novos países capitalistas. Uma das primeiras distinções que destaca o autor é que no primeiro período a intervenção estatal direta é marcante, enquanto no segundo período o mercado imobiliário será o principal mecanismo de intervenção. À maneira de exemplo, o autor ressalta o papel de uma burguesia revolucionária, que, junto com o Estado, não só produzirá um tipo de espaço urbano que representaria os valores do capitalismo, mas será o orgulho das potências econômicas, tais como a cidade de Washington, planejada em 1793 e, posteriormente, Paris, Madrid, Barcelona, Budapeste, Buenos Aires, Belo Horizonte e até mesmo uma parte de São Paulo (VILLAÇA, 2001).

“Tão logo o capitalismo se impôs, impôs-se também o mecanismo do mercado e a redução da ação do Estado como produtor direto do espaço urbano” (VILLAÇA, 2001, p. 251), entrando em jogo, desta maneira, a iniciativa privada. A partir de 1970, pode-se verificar a verticalização dos Setores Estruturais; o Batel, com características de “novo centro”; a Cidade Industrial de Curitiba (CIC), como a nova localização da área industrial e; os processos de conurbação de Curitiba que acompanhou também o crescimento das ocupações irregulares (PILOTTO, 2010). Segundo a autora, os Setores Estruturais – que representam bem o modelo de expansão linear do centro – são eixos associados ao crescimento ordenado do centro, que acompanham as duas avenidas rápidas da cidade e projetam-se segundo o Plano Diretor de Curitiba de 1966, como um processo de verticalização e adensamento que atende às camadas de alta renda nas áreas Oeste/Sudoeste e Nordeste.

Vendo como a legislação urbanística legítima a “cidade modelo” e o centro adquire novos interesses, não é em vão que o processo de formação do Batel passa a ter um caráter mais comercial e de alto padrão, a tendência deste “novo centro” é o de fortalecer-se enquanto “[...] o Centro tradicional se popularizava. Entre 1980 e 1991

o Centro teve crescimento populacional negativo, ou seja, perdeu população residente” (PILOTTO, 2010, p. 55-56). Como demonstra a autora, “[...] aos poucos acentuou-se uma divisão entre um centro mais popular – próximo à região da rodoviária velha, rodoferroviária e Rebouças – e outro de elite, na direção do Batel”.

Até este ponto do relato, o que estava acontecendo com a outra face da cidade modelo, a cidade segregada? Albuquerque (2008, p. 47) ilustra-nos com alguns dados sobre este processo, “a segunda metade da década de 80 caracterizou-se pelo crescimento e pela disseminação das áreas de ocupação irregular pelo espaço da cidade e, a consolidação desses assentamentos” começando a década de 1990 “[...] o crescimento assombroso ocorrido de 1979 a 1992 fez a participação dos domicílios irregulares, em relação ao número total de domicílios de Curitiba, passar de 2,52 % (em 1980) para 12,75% (em 1991/1992)” (ALBUQUERQUE, 2008, p. 48). No que respeita à Região Metropolitana de Curitiba (RMC), Curitiba, na primeira metade da década de 1990, começa a perder participação na composição global do chamado Núcleo Urbano Central (NUC) – que se compõe de 11 municípios da RMC –, já que passou de 72,43% (1991) para 64,25% (1996) dos domicílios irregulares do NUC que se localizavam em Curitiba. Como salienta a autora, estes domicílios começam a se deslocar da chamada “cidade modelo” para o resto da RMC (ALBUQUERQUE, 2008).

Retornando às contradições dialéticas desta análise, bem tinha se referido Lefebvre (2001) a este fenômeno, como uma “segregação programada” que irá determinar a própria estrutura socioespacial e os interesses de classes que conflituam entre os valores de troca apropriados principalmente pelas camadas de alta renda e os valores de uso tomados e exigidos pelas classes mais populares. Em últimas, são os mesmos valores produzidos pela sociedade como um todo e cristalizados na forma urbana, que serão desigualmente redistribuídos.

Destaque-se que em 1985 a IPPUC com o “[...] Plano Municipal de Desenvolvimento Urbano (PMDU) caracterizava os subcentros de comércio e serviços de Curitiba em três níveis”: Subcentros de 1º nível, 2º e 3º. Dita categorização será feita levando em conta o número de atividade de comércio e serviços concentrados em cada nível de maneira decrescente, e “[...] percebe-se que, dos cinco subcentros de comércio e serviços de 1º nível, três localizavam-se na grande região Sul de

Curitiba - Portão, Pinheirinho e Hauer”, os outros dois em Santa Felicidade e Bacacheri (Noroeste e Nordeste) (PILOTTO, 2010, p. 57-59).

Deste modo, começa a se identificar um processo de multicentralidade que correspondia a uma crescente demanda de atividades do setor terciário, um alto crescimento populacional centrifugo que começa a ser segregado principalmente para a região Sul e no redor da nova área industrial, a CIC. Com o processo de valorização do modelo de expansão linear do centro, os principais subcentros se desenvolvem junto com uma população de menor renda sobre os limiares da cidade modelo e começo da conurbação.

Poderíamos dizer que até antes da década de 1990, o processo que caracterizou Curitiba e região metropolitana, pode-se denominar de multicentralidade. Vamos ver algumas ideias ao respeito que possam subsidiar um melhor entendimento deste fenômeno.

Se retomarmos as ideias iniciais de *centro*, veremos que todas as discussões coincidem na natureza concentradora e convergente deste. Entretanto, somente os fluxos e os deslocamentos que se efetuem até este espaço serão as variáveis que realmente o qualificam e, como nos orienta Whitacker (2017, p. 172), “[...] não há forma espacial que não se relacione a processos espaciais, nem estes sem sua dimensão formal [...]”. Como expõe Villaça (2001), o centro implica uma disputa entre camadas sociais que não têm o mesmo poder político e econômico de localização e acesso que lhe seja favorável; em primeira medida, refere-se a condições de deslocamento. “Se a essência do valor de uso das localizações está associada à otimização dos deslocamentos de toda a comunidade, é nesse ponto que está cristalizada a maior quantidade de trabalho socialmente necessário [...]”, assim como “[...] em valor de uso, ou seja, em acessibilidade” (VILLAÇA, 2001, p. 241).

Então, o valor social do centro depende da “[...] relação entre tempo despendido em deslocamentos, acessibilidade, valor de uso e valor simbólico” (VILLAÇA, 2001, p. 241). O tema de distância é relativo e depende da capacidade de locomoção e a mesma proporção de tamanho e tempo que lhe é relativo aos percursos do cotidiano. Claro que a capacidade de deslocamento nunca é igual e depende diretamente do

poder de escolha, manipulação e controle da localização, locomoção e acessibilidade de cada indivíduo e classe social.

Neste aspecto, como podemos entender a função da forma do fenômeno urbano chamado centro como um processo relacional deste mesmo fenômeno? Através da centralidade. Se o centro, como explica Sposito (2004), é um local que concentra atividades comerciais e de serviços, de lazer, e de qualquer valor material e simbólico da cidade, “é ainda possível pensar o centro como a forma principal da urbanidade, como sua representação mais marcante, mas também como expressão do sentimento social de pertencer a uma cidade”, e continua a autora a dizer que se a cidade concentradora e centralizadora, “[...] é o espaço do exercício e de representação do poder e da cultura de uma sociedade”, então, “[...] o centro é, pois, o espaço de excelência e a expressão dessa concentração; ele é o ponto de integração geográfica e social” (SPOSITO, 2010, p. 201).

Segundo este raciocínio, o centro é um produto da centralidade, mas a centralidade não pode ser abordada como um valor unitário e, sim, relacional, pois vai depender do fenômeno urbano como um todo. Por exemplo, a centralidade urbana, de acordo com Castells (1982), provém da divisão social do espaço e do trabalho e por isso seus elementos são de diferenciação social e espacial. Os centros são facilmente legíveis através da concentração de atividades, sejam estas mais gerais ou especializadas, aliás, a centralidade vai além da localização materializada nessas atividades. Segundo Sposito (2001, p. 73 e 74), é precisamente através da relação entre localização e fluxos que se dá “[...] a apreensão da centralidade porque é através dos nódulos de articulação da circulação intra e interurbana que ela se revela”. “Se o centro se revela pelo que se localiza no território, a centralidade é desvelada pelo que se movimenta no território” (SPOSITO, 2001, p. 238). A autora destacará, neste processo, o papel da dimensão temporal que redefine constantemente as escalas temporais dos fluxos (materiais e de valor simbólicos) e a maneira como estes circulam no espaço (SPOSITO, 2001).

Ou seja, o caráter processual da centralidade como forma espacial e expressão fenomênica somente se revela e é compreensível na articulação, quer dizer, em sua natureza relacional (WHITACKER, 2017). A distinção da centralidade com a sua forma urbana, o centro não o nega; entretanto, a centralidade não estaria presa da forma

concêntrica, seus atributos produzem concentrações e dispersões muito mais dinâmicas e mutáveis que a condição inercial dos objetos localizados no lugar, ou a sua forma institucionalizada. Como salienta Lefebvre (1999), a centralidade somente pode ser considerada a essência do fenômeno urbano se considerada em seu movimento dialético que a cria, constitui ou extingue.

Quer a centralidade em sua expressão intraurbana, quer na rede urbana, Sposito (2010, p. 204) frisa que o reconhecimento dos fluxos, mais do que um núcleo de concentração, se dá em “[...] diferentes níveis e redes de fluxos indicando diferentes expressões da centralidade”. Contudo, quando esses fluxos são sensíveis à hierarquização e relacionam-se direta ou indiretamente a uma relativa estruturação urbana, a multiespacialidade e a multitemporalidade da cidade revelam-se em sua multicentralidade.

Isso que Sposito (2013, p. 74) chama de uma “[...] perda relativa do peso e da importância do centro 'principal' em estruturas espaciais tipicamente monocêntricas”, associa-se à emergência de centros com graus relativos de centralidade, mas também de subordinação, existindo, mesmo que com uma perda de importância do centro principal, uma condição de inferioridade hierárquica (SPOSITO, 2010; 2013).

Poderíamos traçar até aqui uma linha divisória de nosso relato, pois até finais do século XX dois aspectos são destacáveis; 1) o processo de multicentralidade, constitui-se de um elemento qualificador da centralidade que o “multi”, o qual, claro, denota uma expressão bastante diáfana no espaço: os subcentros. Os quais podemos definir como formas espaciais produzidas em um processo de descentralização (SPOSITO, 1991), em que as atividades do centro principal se replicam em uma escala menor e com menos atividades de especialização, com um carácter de descentralização complementar e espontânea (TOURINHO, 2004). Como ressalta Sposito (1991, p. 9), os subcentros são formados pela “[...] consequente impossibilidade de permanência de um único centro, cumprindo o papel comercial e de serviços [...]” que com o crescimento do território, ampliam-se as distâncias e os problemas de circulação e acesso.

Aspecto que se constatou na popularização do centro principal, que se tornava de menos interesse para a elite curitibana da época, principalmente com o seu

desdobramento programado. Da mesma forma, a demanda de comércio e serviços crescente, e a sua evidente periferização, permite diversificar as localizações, descentralizar seu acesso e diversificar as funções decorrentes dos múltiplos fenômenos que compõem a centralidade intraurbana de Curitiba, e esta, como centro urbano da RMC com uma justaposição de escalas. Em adição, conforme Villaça (2001, p. 293), os subcentros cumpririam com os mesmos “[...] requisitos de otimização de acesso apresentados anteriormente para o centro principal. A diferença é que os subcentros apresentam tais requisitos apenas para uma parte da cidade”.

E finalmente; 2) a lógica centro/periferia como nos apresenta Sposito (2013, p. 78), “[...] durante todo o século XX, orientou o crescimento do tecido urbano e a divisão econômica e social do espaço da cidade”. E como a superação, de acordo com a autora, é relativa, a combinação da cidade do passado e as novas ações reafirmam a estrutura pretérita e redefine o processo de estruturação da cidade, o que abrirá espaço a um processo muito mais complexo, com escolhas locacionais, a reestruturação e o processo de policentralidade (SPOSITO, 2013).

Porém, antes de mergulhar nesse conceito, vamos dar continuidade a esta explanação, já que a partir da década de 1990, tudo se tornará mais complexo. Por um lado, o Batel elitizado há quase dois séculos, desde quando foi moradia dos barões do mate, posteriormente de políticos e produtores de café, até que este vai se transformando em bairro comercial e do setor de serviços, e ainda atendendo camadas de população de alta renda (MOSSATO, 2007). Por outro lado, como continuidade do Sector Estrutural Oeste, constrói-se o *Ecoville*, área que lhe dará continuidade ao projeto de verticalização residencial de alta renda no bairro Mossunguê e, desenvolvido durante toda a década de 1990, assim como durante este período, tem se intensificado a presença de condomínios fechados e *Shopping Centers*¹³ e a realocação das indústrias da RMC (PILOTTO, 2010).

Paralelamente a este processo, constatado por Pilotto (2010), a última década do século XX caracteriza-se por apresentar uma inversão na taxa de crescimento de Curitiba com respeito aos municípios metropolitanos. Como anteriormente

¹³ PolloShop (Alto da XV: 1995); Shopping Curitiba (Centro: 1996); Shopping Crystal Plaza (Batel: 1996); Shopping Estação (Reboução: 1997); Shopping Jardim das Américas (Jardim das Américas: 1997); Shopping Ventura (Portão: 1997) (GASPARI, 2019).

apresentado, durante este período não somente continuam a aumentar o número de ocupações irregulares, mas também é a RMC que inicia a produção destes espaços. Em conformidade com Ultramari e Moura (1994), dois fatores explicariam o processo de ocupação da RMC: as atividades industriais, sobretudo no distrito industrial de Araucária, São José dos Pinhais, também com concentração de atividades comerciais e seu caráter de cidade dormitório, e Rio Branco do Sul com indústrias de minerais; e um segundo fator que “[...] está ligado ao custo da terra e às restrições impostas pelo planejamento urbano de Curitiba que direcionaram a ocupação para áreas contíguas ao polo [...]”, sobretudo, as que se constituíram como as principais cidades “dormitórios” a partir da década de 1980, Colombo, Almirante Tamandaré e Piraquara (ULTRAMARI e MOURA, 1994, p. 9).

Novamente, a separação trinitária que propõe Villaça (1999; 2001) é cada vez mais difícil de desagregar, dado que a ação da esfera política em conluio com o setor privado teve a maior incidência sobre a “cidade modelo”, o que se traduz em termos de acessibilidade, circulação e infraestrutura que historicamente têm favorecido as classes mais abastadas. A “cidade modelo”, com um setor imobiliário pujante, como se fosse uma sinédoque que toma a parte pelo todo, cria uma imagem de totalidade da sucedida cidade planejada; daí que a esfera ideológica seja de tão sutil efeito, porque a segregação socioespacial da RMC cresce ao mesmo ritmo, como espaço negado, que a cidade modelo, mas com o privilégio de ser “legitimada”. “Subliminarmente, a ideologia inculca nas mentes da maioria a ideia de que a cidade é aquela parte constituída por onde estão os dominantes. Essa ideologia facilita a ação do Estado, que privilegia essa parte”. E assim, tomando a parte pelo todo, investir na parte é investir na cidade “[...] ao protegê-la através da legislação urbanística, o Estado está protegendo a cidade” (VILLAÇA, 2001, p. 350).

“É óbvio que, em última instância, tudo – inclusive o espaço intra-urbano – estará ligado ao modo de produção ou regime de acumulação dominante e suas transformações [...]”. Nas metrópoles latino-americanas a luta de classes tem agido sobre a estrutura do espaço urbano “[...] pela apropriação diferenciada das vantagens e desvantagens do espaço construído e na segregação espacial dela resultante”, principalmente, identificável nas mediações entre as “[...] macrodeterminações socioeconômicas e esse espaço social, ou seja, as formas sociais que atuam nessas

mediações e suas correspondentes formas de atuação”. Esta luta se apresenta como uma “[...] condição necessária para o exercício da dominação por meio do espaço intra-urbano” (VILLAÇA, 2001, p. 44-45).

Como vamos constatar, a forma da cidade monocêntrica, tão hegemônica na história da formação das aglomerações urbanas, tem mudado as formas mais descentralizadas, a multicentralidade. Entretanto, nos questionamos, e quando se diluem as hierarquias em um tecido de espaços especializados e multifuncionais que não foram determinados pelas vantagens locacionais que a cidade já oferecia e, pelo contrário, souberam criar as suas próprias vantagens criando poder de atração e valorizando sua nova centralidade incidindo em processos de reestruturação e fragmentação socioespacial? Deste modo, surge o processo de policentralidade, que em realidade é mais uma multi(poli)centralidade urbana, pois acumula as formas pretéritas da cidade, não as elimina, as recompõe.

Nos processos de multi(poli)centralidade urbana, as áreas centrais competem pelo poder de atração com articulações não necessariamente complementares nem hierarquizadas e, com diferentes graus de especialização, que a proliferação de núcleos com capacidade de atração, exercida a partir da concentração de atividades do setor terciário, podem desdobrar-se e configurar grandes equipamentos que também podem provocar novos vazios urbanos sob o ponto de vista das atividades de proximidade (SPOSITO, 2010).

Sposito (2010, p. 206 e 207) identifica três processos simultaneamente articulados; 1) “[...] os interesses de valorização fundiária e imobiliária de novas zonas manifestam-se sobre o limite da cidade [...]”, seja pela transformação de uso de solo não urbano, para uso urbano ou pela atribuição de novos usos e funções, valorizando as novas áreas do tecido urbano ou as já incorporadas a este; 2) com a “[...] concentração econômica de grupos de distribuição comercial e de serviços [...]”, os grandes equipamentos se articulam com as novas localizações residenciais em função dos novos fluxos e hábitos de consumo; 3) com as novas formas de produção flexível, as políticas de realocação industrial têm permitido que, de maneira articulada, os dois processos anteriores usufruam da disponibilidade fundiária e imobiliária, outrora pouco prováveis com as antigas formas de produção fordista. De

alguma maneira, este processo de centralidade está sendo comandado pelo setor terciário e responde a uma universalização e padronização dos padrões de consumo.

Estas grandes superfícies comerciais e de serviços, “[...] redefinem, de modo profundo, a estrutura espacial que vinha se estabelecendo no decorrer do tempo” (SPOSITO, 2013, p. 75), a autora destaca, principalmente, os hipermercados, os *Shopping Centers* e alguns centros especializados de grande porte. Estas novas formas de consumo exercem “[...] atração sobre todo o conjunto da cidade (o que um subcentro ou uma galeria não o exercem, por exemplo)” e competem com um conjunto muito diversificado de funções, bens e serviços. Como Salienta Whitacker (2017), o processo de produção do espaço pode não somente criar estas novas formas, como também pode atribuir-lhe novas funções e usos a velhas formas, por exemplo, a mudança do Batel, como área residencial de camadas de alta renda para uso comercial e de serviços e, em um processo simultâneo, uma popularização do centro principal.

Outra característica a ressaltar a partir de Sposito (2013, p. 75-78), neste parágrafo, refere-se ao fenômeno da policentralidade, “[...] as escolhas locacionais não são orientadas pela cidade que já existe”, uma vez que o Estado provê as condições necessárias para sua dotação de serviços e garanta sua acessibilidade e mobilidade. Deste modo, as novas localizações dependem mais dos preços baixos do solo e sua capacidade de valorização, do que das velhas condições associadas à circulação, acessibilidade ou prestígio. Além disso, a formação de novos polos de consumo já não depende do esforço articulado de pequenos empreendedores, pois agora são grandes investidores que, em um curto período de tempo, provocam mudanças de grande impacto, já que estas novas superfícies comerciais e de serviços “[...] não procuram a cidade, mas esperam e realizam ações para que a cidade e os cidadãos as procurem”.

Dito processo de centralidade, baseando-nos em Sposito (1991; 2004; 2010; 2013), permite observar que, em termos gerais, subscreve-se a uma estrutura urbana e, tanto esta, como os processos próprios de estruturação e reestruturação, estão atreladas à divisão técnica, social e territorial do trabalho. As áreas com poder de atração, que deste processo derivam, muitas vezes parecem fragmentadas e, embora com atributos de centralidade, ditos espaços desconexos e descontínuos, segmentam

a população, a estratificam e, inclusive, a segregam mais do que com as suas formas pretéritas, ou, antes inexistentes. Pareceria que as multitemporalidades, que aqui se suscitam, são alteradas subitamente por agentes urbanos que mediam nas práticas socioespaciais, interpelando, assim, suas esferas de atuação em que se sobrepõem, na maioria dos casos, os papéis individuais como consumidor sobre a figura cidadão do ator político. A própria representação da cidade como um conjunto de fenômenos que compõem os processos de centralidade vê-se alterada e, com ela, a sua própria identidade. Como salienta Sposito (2013), a centralidade, como realização material e simbólica, é severamente alterada na medida em que há uma segmentação e diferenciação do consumo. Seu acesso em termos econômicos, sociais e espaciais não é o mesmo.

E como poderíamos entender este novo processo de fragmentação socioespacial, senão a partir da essência de qualquer centralidade, os fluxos? Como ressalta Whitacker (2003, p. 137), "para se compreender a constituição da centralidade, são os fluxos os elementos determinantes, muito mais que a localização". Como assinala o autor, a centralidade sofre, muitas vezes, um relativo "[...] descompasso entre a rigidez das formas e o uso cambiante, os fluxos são cada vez mais dinâmicos e dinamizadores, e, às vezes, há o contrário, ou seja, uma ausência de fluxos" (WHITACKER, 2003, p. 140). Sposito (2010) atentou que a intensificação desses fluxos, ou seja, sua fluidez, tende à continuidade, mas essa tentativa não existe no tecido urbano. A multi(poli)centralidade analisada a partir da fragmentação socioespacial implica uma combinação de "[...] espaços fortemente estruturados, separados territorialmente por intervalos espaciais menos estruturados, ligados por redes múltiplas". Eis a importância de analisar este fenômeno a partir da circulação e o sistema de transporte no espaço intra-urbano (SPOSITO, 2010, p. 214).

Quando observamos, de acordo com Sposito (2010), que o fenômeno de *periferização* dos espaços residenciais e dos centros de comércio e serviços implica um processo de reestruturação dos fluxos, constata-se como a relação entre os interesses especulativos e o desenho do sistema viário, assim como a incorporação do sistema de transporte, são os elementos motrizes na produção desses novos espaços. O sistema de transporte coletivo reforça "[...] as descontinuidades urbanas resultantes dos interesses fundiários e imobiliários que produzem a cidade" (SPOSITO,

2010, p. 219). De algum modo, a circulação é “[...] um elemento de articulação das descontinuidades no interior da cidade e um elemento de acentuação da fragmentação ou mesmo de desintegração do espaço urbano”, daí que a multi(poli)centralidade possa se expressar “[...] através dos níveis de especialização funcional, mas também por meio da acentuação dos mecanismos de segregação espacial” (SPOSITO, 2010, p. 221).

No caso estudado, Curitiba passa por uma intensa reestruturação urbana, como destaca Sposito (2010), e como pudemos constatar a partir da sua especificidade histórica, os vetores que determinaram os eixos de expansão urbana são variáveis no Brasil. Se entre os anos 1960 e 1970 a localização da indústria foi a estratégia mais utilizada, a partir da década de 1980, e de maneira generalizada, as estratégias imobiliárias atreladas às atividades do setor terciário têm sido as novas ações determinantes deste processo.

Curitiba tem passado por uma (re)estruturação urbana muito intensa, desde a origem da formação do espaço urbano que foi se constituindo em razão dos barões do mate e posteriormente dos fazendeiros de café, configurando a cidade de maneira privilegiada, com acesso ao centro, como aconteceu com os primeiros bondes de tração animal e traçado das linhas férreas, até a construção da “cidade modelo” sob o mecanismo da legislação urbanística, com seus Setores Estruturais que permitiam uma expansão linear do centro através das vias rápidas, possibilitando um adensamento a partir da verticalização de residências de alto padrão, assim como a refuncionalização do “Novo Centro”, o bairro Batel. Estes e outros tantos projetos urbanísticos, junto com o mercado imobiliário pujante, a sucessiva valorização de diferentes espaços e o leque de funções concentradas nas novas plataformas de comércio e serviços, condicionaram a “cidade modelo” a uma forma, constituída por espaços privilegiados que souberam aproveitar todos os valores da construção socioespacial da cidade, como um “projeto coletivo”, mas sabendo que o que teria de exclusiva o teria de excludente. A periferização dos espaços não incluídos é uma forma de segregar (a Região Metropolitana de Curitiba dá conta dessa história) e não quer dizer que seus municípios não tenham seu próprio desenvolvimento, mas ainda gravitam sobre o polo, a “cidade modelo”, mesmo que a recomponham constantemente.

À maneira de introdução para o seguinte subcapítulo, gostaríamos de trazer algumas ideias de Serpa (2014) para entender a potencialidade *central* que as RAAs podem constituir, partindo da ideia que o autor resgata da professora Lia Osório Machado, da potencialidade de que todos os lugares sejam pensados sempre como centros, ou pelo menos na sua potencialidade de chegar a sê-lo. A hierarquia, sempre presente na sociedade, não é outra coisa senão o reflexo e a condição da assimetria presente nos lugares, o que nos deixa um espaço de enunciação e interpelação contido na marginalidade; porém, que nosso EIE esteja se metamorfoseando continuamente no espaço, não significa que não possamos abordar, parafraseando a Sposito (2014) e Serpa (2014, p. 106), o recorrente descompasso entre o econômico, o político e a vida social, que às vezes, segundo suas múltiplas escalas, provocam “[...] desencaixes e rupturas que revelam também "brechas espaciais", em que o divórcio entre poder e política se desfaz, e ambos voltam a operar efetivamente no plano local”. Embora existam outras escalas de controle político-econômico, estas se tornam “[...] incapazes de controlar ou evitar o surgimento dessas brechas espaciais que permitem a realização de ações e discursos não necessariamente hegemônicos”.

4.2 Concentração de atividades do setor terciário e renda na centralidade das Redes Agroalimentares Alternativas, Curitiba

Neste subcapítulo, busca-se ampliar a análise do processo de centralidade na cidade de Curitiba, alicerçando esta exclusivamente na concentração de atividades do setor terciário. Pretendendo trazer uma abordagem das centralidades em termos de concentração e fluxo. Embora a discussão tenha uma perspectiva mais “formal”, consideramos que, sabendo justapor algumas camadas de informação, como infraestrutura, limites municipais e dos bairros, equipamentos urbanos, sistema viário e de transporte, *Shopping Centers*, renda por setor censitário e, claro, os principais pontos que representam as localizações das RAAs escolhidas para serem analisadas, poder-se-ia obter uma discussão mais consistente.

O recorte de atividades aqui escolhido está baseado na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), implementada pela Comissão Nacional de Classificação (CONCLA) e coordenado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE). Esta estrutura de codificação dos três setores da economia - primário, secundário e terciário - permite homogeneizar a partir da padronização dos cadastros de diferentes atividades econômicas, criando uma estrutura que se divide em Divisão, Grupo, Classe, Subclasse e Atividade.

Gostaríamos de salientar que o presente subcapítulo se baseia em uma fonte primária que fornece a localização das empresas conforme as atividades classificadas, a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE) do antigo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com a base de dados Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), ano-base 2017, integrada ao Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) que inclui o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e razão social, base de dados que passa a ser chamada de “RAIS Identificada”, manipulada com total sigilo por Gaspari (2019) (quem também realizou conjuntamente os mapas apresentados neste subcapítulo) e de quem extraímos dita informação, mas sem aceder diretamente às fontes de dados primários.

Os grupos selecionados da CNAE correspondem a duas agregações exclusivamente do setor terciário, sendo a primeira composta por 21 grupos de atividades identificadas, compondo um universo de 42.618 unidades (GASPARI, 2019), critério de seleção que deriva dos trabalhos de Duarte (1974) e Fonseca (2009), aplicada no Rio de Janeiro e em São Paulo, respectivamente, e da qual adotamos o mesmo recorte para identificar áreas centrais a partir do grau de concentração de atividades econômicas e um segundo agrupamento de sete grupos da CNAE (**Quadro 1**) que englobam um conjunto de classes relacionadas à comercialização e distribuição de alimentos, que correspondem, no total, a 13.039 endereços, os quais foram justapostos com uma seleção de 243 endereços agrupados em nove categorias (**Quadro 2**) que correspondem às RAAs selecionadas, assim como levamos em conta para a devida análise o estudo de Estrutura Policêntrica de Curitiba (IPPUC, 1987) com 83 subcentros identificados e classificados em três níveis (sob o critério de quantificação de funções) e as discussões trazidas por Gaspari (2019) na pesquisa sobre descentralização e centralidade em Curitiba.

Quadro 1. Grupo selecionado da classificação da CNAE em atividades de comércio e distribuição de alimentos

SEÇ	DIVISÃO	GRUPO	CLASSE
G	46. COMÉRCIO POR ATACADO, EXCETO VEÍCULOS AUTOMOTO RES E MOTOCICLE TAS	46.1 Representantes comerciais e agentes do comércio, exceto de veículos automotores e motocicletas.	46.11-7 Representantes comerciais e agentes do comércio de matérias-primas agrícolas e animais vivos.
			46.17-6 Representantes comerciais e agentes do comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo.
		46.2 Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas e animais vivos.	46.21-4 Comércio atacadista de café em grão.
			46.22-2 Comércio atacadista de soja.
			46.23-1 Comércio atacadista de animais vivos, alimentos para animais e matérias-primas agrícolas, exceto café e soja.
			46.31-1 Comércio atacadista de leite e laticínios.
			46.32-0 Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados, farinhas, amidos e féculas.
			46.33-8 Comércio atacadista de hortifrutigranjeiros.
			46.34-6 Comércio atacadista de carnes, produtos da carne e pescado.
			46.35-4 Comércio atacadista de bebidas.
	46.3 Comércio atacadista especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo.	46.37-1 Comércio atacadista especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente.	
		46.39-7 Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral.	
	47. COMÉRCIO VAREJISTA	47.1 Comércio varejista não-especializado.	47.11-3 Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados e supermercados.
			47.12-1 Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns.
		47.2 Comércio varejista de produtos alimentícios, bebidas e fumo	47.21-1 Comércio varejista de produtos de padaria, laticínio, doces, balas e semelhantes
			47.22-9 Comércio varejista de carnes e pescados - açougues e peixarias
			47.23-7 Comércio varejista de bebidas.
47.24-5 Comércio varejista de hortifrutigranjeiros.			
47.29-6 Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente; produtos do fumo.			
I	56. ALIMENTAÇ ÃO	56.1 Restaurantes e outros serviços de alimentação e bebidas.	56.11-2 Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas.
			56.12-1 Serviços ambulantes de alimentação.
	56.2 Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada.	56.20-1 Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada.	

Elaboração: ALZATE, 2019

Quadro 2. Categorização das Redes Agroalimentares Alternativas, Curitiba

CATEGORIA	ESPAÇOS DE ATUAÇÃO	CLASSES
FEIRAS	Públicos	Nossa Feira; Feira Gastronômica do Futebol; Feiras Gastronômicas; Feira do Litoral; Direto da Roça e Mar; Feiras Livres Diurnas; Feiras Livres Noturnas; Feira das Cooperativas; Associação Feira Permanente de Economia Solidária.
ORGÂNICOS	Públicos e Privados	Feiras Orgânicas; Mercado de Orgânicos.
ARMAZÉM DA FAMÍLIA E SACOLÃO	Comerciais	Armazém da Família; Sacolão da Família.
NÚCLEO MARIA ROSA DA ANUNCIAÇÃO	Públicos e Comunitários	Núcleo Maria Rosa da Anunciação.
OUTRAS ORGANIZAÇÕES SOLIDÁRIAS	Públicos e institucionais	Circuito Econômico Solidário; Rede Pinhão dos Clubes de Trocas; Sinergia Alimentos Saudáveis; Rede Paranaense de Padarias Comunitárias Fermento na Massa.
ORGANIZAÇÕES DE FORMAÇÃO E PROMOÇÃO	Públicos e Institucionais	CECOPAM; CEFURIA; TECSOL; COPASOL; Rede de Segurança Alimentar.
CSA	Privados	Cestas Agroecológicas Campo-Cidade; Rede Mandala; CSA - Cesta Solidária.
RESTAURANTES POPULARES DE CURITIBA	Institucionais	Restaurantes Populares de Curitiba.
MERCADO REGIONAL	Comercial	Mercado Regional.

Elaboração: ALZATE, 2019

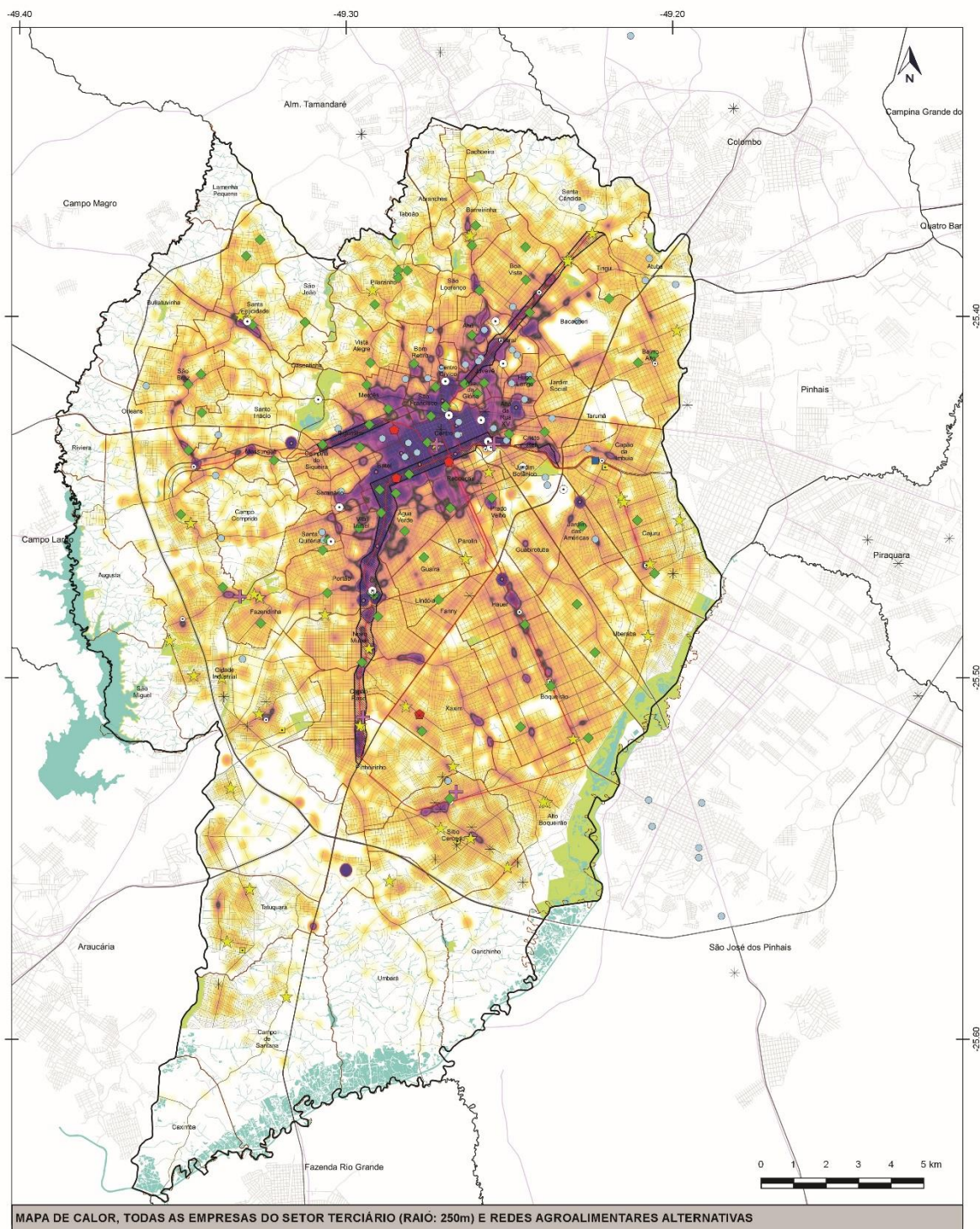
Uma vez que os endereços foram geocodificados, quer dizer, transformados em coordenadas geográficas através da ferramenta *Google Fusion Tables*, foram elaborados seis mapas de calor, exceto o mapa de renda por setor censitário, já que as manchas de concentração de atividades viram polígonos. De acordo com Bossle (2015, p. 143), os mapas de calor ou *heatmaps* são uma ferramenta “[...] utilizada quando se deseja verificar a densidade de ocorrência de determinado evento (simbolizado por feições de um arquivo vetorial de pontos) dentro dos limites de uma área ampla [...] e com base em um raio de alcance”. Estes estimadores Kernel são uma ferramenta estatística utilizada para modelagem cartográfica, a qual permite fazer estimações de densidade representadas por cores que, a sua vez, representam intensidades de concentração de pontos. Em nosso caso, correspondem aos registros (endereços) dos grupos selecionados da classificação da CNAE que poderão ser mais fáceis de visualizar. De igual maneira, com a função *biopondera* do QGIS, foram estabelecidos raios de 250 e 500m para definir uma espécie de área *buffer*, embora

esta seja fechada à maneira de polígono em uma ocasião. A maior distância do raio vai definir a área de abrangência, mas também o nível de destaque das atividades de menor intensidade poderá ser menos visível.

De acordo com as legendas dos mapas para destacar as áreas de menor a maior concentração, no primeiro agrupamento (21 grupos) “[...] utilizou-se um espectro de cores que varia do amarelo (intensidade mínima) ao azul (intensidade máxima), sendo que o valor médio de intensidade foi realçado na cor preta” (GASPARI, 2019, p. 196). No segundo agrupamento, utilizou-se um espectro parecido, mas com intensidades média-alta (marrom) até altas, representadas no violeta escuro.

No primeiro mapa (**Mapa 2**), apresentamos todo o universo das atividades do setor terciário da CNAE, ou seja, da seção G até a seção U, que correspondem a pontos dentro de Curitiba, somando um total de 101.208 registros. Com a demarcação dos Setores Estruturais e as principais vias de acesso, podemos observar uma mancha que se estende desde o Sudoeste até o Nordeste, com algumas prolongações no Oeste e Sudeste. Este tipo de prolongação linear do centro mostra como as maiores concentrações se dão na área central e se estendem no contorno, por exemplo, nos bairros: Batel, com prolongação decrescente para o Sul até o Portão e Pinheirinho; Bigorriho no Oeste; São Francisco e o Centro Cívico no Norte; Alto da Glória, Juvevê e Cabral no Nordeste; de maneira pontual no Alto da Rua XV no Leste e alguns outros pontos espalhados no mapa e afastados da zona central, como Hauer e Jardim das Américas no Sudeste; Santa Felicidade no Noroeste e Mossunguê na extensão do eixo estrutural Noroeste. O que nos permite inferir, de maneira ainda muito superficial, que a centralidade em Curitiba tem sim, uma alta correspondência com a concentração de atividade de comércio e serviços, sobretudo na área central e sobre os eixos estruturais e com maior prolongação sobre suas vias de circulação; não obstante vamos reservar as análises das RAAs para os seguintes mapas, e fazer assim, uma discussão mais depurada.

Mapa 2. Curitiba, Brasil. Mapa de Calor de todas as empresas do setor terciário (Raio: 250m) e Redes Agroalimentares Alternativas, 2019



MAPA DE CALOR, TODAS AS EMPRESAS DO SETOR TERCIÁRIO (RAIO: 250m) E REDES AGROALIMENTARES ALTERNATIVAS

Legenda

Intensidade	Cor
0	Amarelo
9.42	Amarelo-claro
18.8	Amarelo-escuro
28.3	Laranja
37.7	Vermelho-claro
47.1	Vermelho-escuro
56.5	Roxo-claro
65.9	Roxo
75.3	Roxo-escuro
84.8	Púrpura-claro
94.2	Púrpura-escuro

Redes Agroalimentares Alternativas

- ★ Armazém e Sacolão da Família
- CSA
- ◆ Feiras
- Mercado Regional
- ▲ Núcleo Maria Rosa da Anunciação
- Orgânicos
- Organizações de Formação e Promoção
- ✱ Outras organizações solidárias
- ✚ Restaurantes populares de Curitiba

- Shopping Center em atividade
- Shopping Center em construção
- Terminal de ônibus
- Rua da Cidadania
- Rodovias
- Vias Principais
- Vias Secundárias
- Vias Locais
- Ônibus expresso
- Cursos D'água

- Perímetro Municipal
- Limites Municipais
- Limite de Bairros
- Áreas Verdes
- Corpos Hídricos
- Setor Estrutural

Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum: WGS 84

Base Cartográfica:
IPPUC (2018)

Elaboração:
Gustavo D. Gaspari

Fonte dos dados: Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Temos, no **Mapa 3**, 42% das atividades totais já expressadas no mapa anterior (**Mapa 2**), ou seja, 42.618 unidades e ainda uma diversidade expressiva de atividades econômicas agregadas em 21 grupos, em que encontramos comércio e serviços de reparação de veículos, armazenagem, alojamento e alimentação, atividades financeiras, profissionais e científicas, educação saúde humana e serviços sociais, entre outros.

Como indica Gaspari (2019)¹⁴, há uma intensificação das manchas nos bairros, o que permite visualizar áreas de menor centralidade, o que aumenta a probabilidade de deparar-nos com formação de subcentros e áreas, embora de menor porte, também com algum grau de especialização. Ressalte-se que, dos 16 *Shopping Centers*, nenhum está descolado de alguma área central, mesmo que estas estejam afastadas da área do centro principal. Outro fenômeno notável é a redução das manchas de média-alta intensidade em bairros como Rebouças, no Sul; Alto da Rua XV, no Leste; Mercês, no Norte e Seminário e Vila Izabel no Sudoeste. Assim como, uma redução geral das manchas de cor laranja que representam densidades menores em termos de atividades do setor terciário.

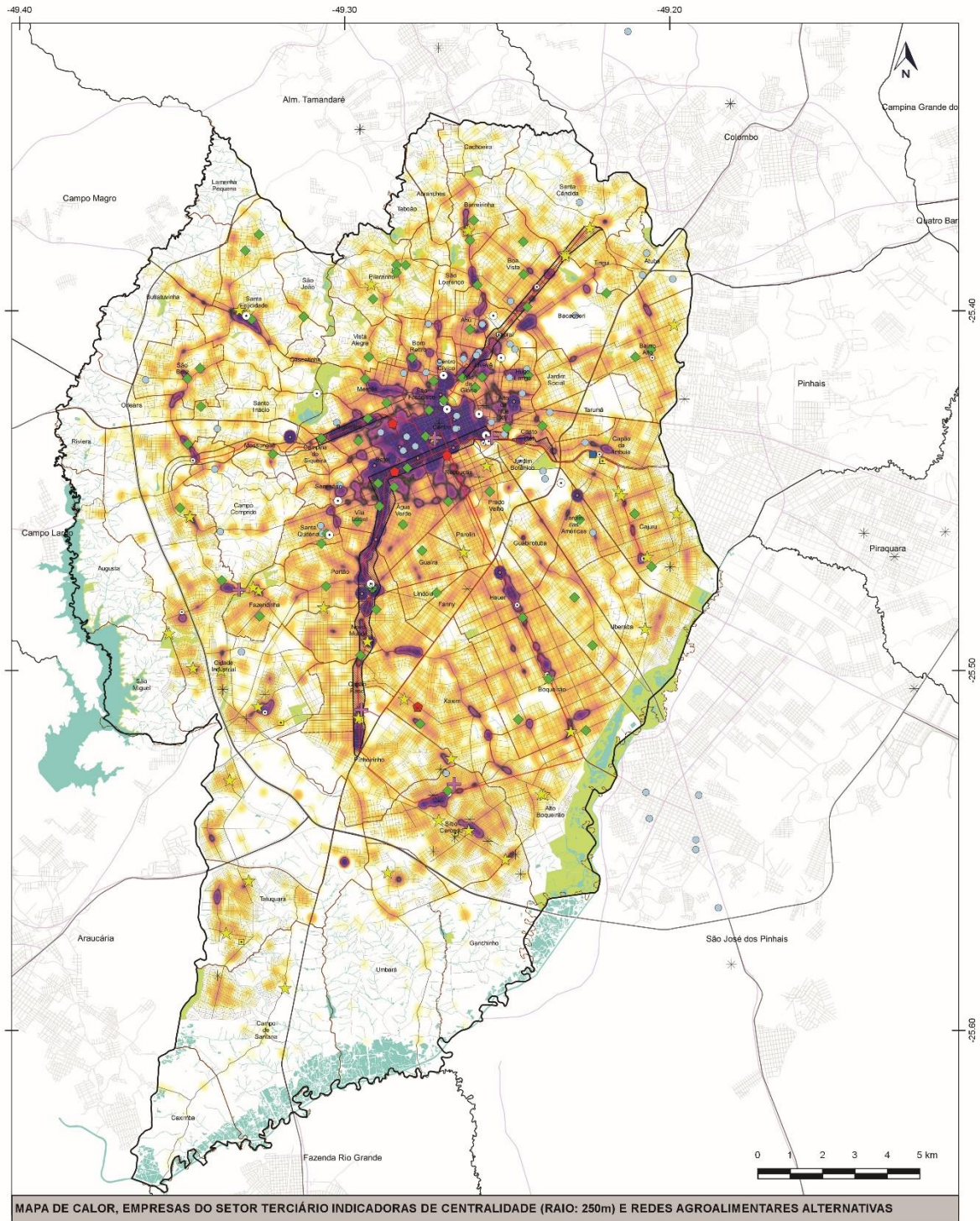
Entrando, em detalhe, observam-se mais ou menos 74 pontos da categoria Feiras, das quais, aproximadamente, 19 estão na mancha contínua média-alta e alta de concentração estendida desde o centro até os eixos estruturais. Porém, destaque-se que, fazendo uma contagem exclusivamente das Feiras Livres Diurnas, aproximadamente 14 estão em áreas mais afastadas do centro. Frisa-se que, destas feiras, a exceção de Santa Felicidade, todas estão sobre manchas de baixa intensidade: Pinheirinho, Uberaba no Sul e Fazendinha no Sudoeste; Jardim das Américas e duas no Bairro Alto no Leste; duas em Boa Vista no Nordeste; Pilarzinho no Norte e Mossunguê, São Braz (com uma pequena mancha de intensidade média-alta), Campo Comprido e Santo Inácio no Oeste.

Interessante destacar, aqui, a abrangência das Feiras Livres, e como de fato se democratiza de certa maneira seu acesso, pois não se encontram, precisamente, em subcentros, nem respondem às centralidades articuladas a *Shopping Centers*

¹⁴ Quem apresenta em sua Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019, a pesquisa “**Descentralização e formação de áreas de centralidade**: uma análise das dinâmicas de (re)estruturação do espaço urbano em Curitiba (PR).” Utilizando esta mesma metodologia.

(**Mapa 3** e **Mapa 4**). Poderíamos quase agregar que a única área alterada no **Mapa 4** pela ausência das atividades dentro dos *Shopping Centers* é o Portão, o que ressaltaria a importância desta plataforma (Shopping Palladium, construído em 2008) na conformação do subcentro. De modo contrário, ainda que os Restaurantes Populares atendam a uma população descentralizada – excetuando o restaurante do Bairro Centro e do Jardim Botânico –, a maioria está imersa em áreas com concentração média-alta e alta, bastante visíveis pelo menos em um raio de 250m.

Mapa 3. Curitiba, Brasil. Mapa de Calor do primeiro grupo selecionado (Raio: 250m) e Redes Agroalimentares Alternativas, 2019



Legenda

Intensidade	Cor
0	Amarelo claro
4.6	Amarelo
9.2	Laranja claro
13.8	Laranja
18.4	Laranja escuro
23	Vermelho claro
27.6	Vermelho
32.2	Vermelho escuro
36.8	Púrpura claro
41.4	Púrpura
46	Púrpura escuro

Redes Agroalimentares Alternativas

- ★ Armazém e Sacolão da Família
- CSA
- ◆ Feiras
- Mercado Regional
- ▲ Núcleo Maria Rosa da Anunciação
- Orgânicos
- Organizações de Formação e Promoção
- ✱ Outras organizações solidárias
- ✚ Restaurantes populares de Curitiba

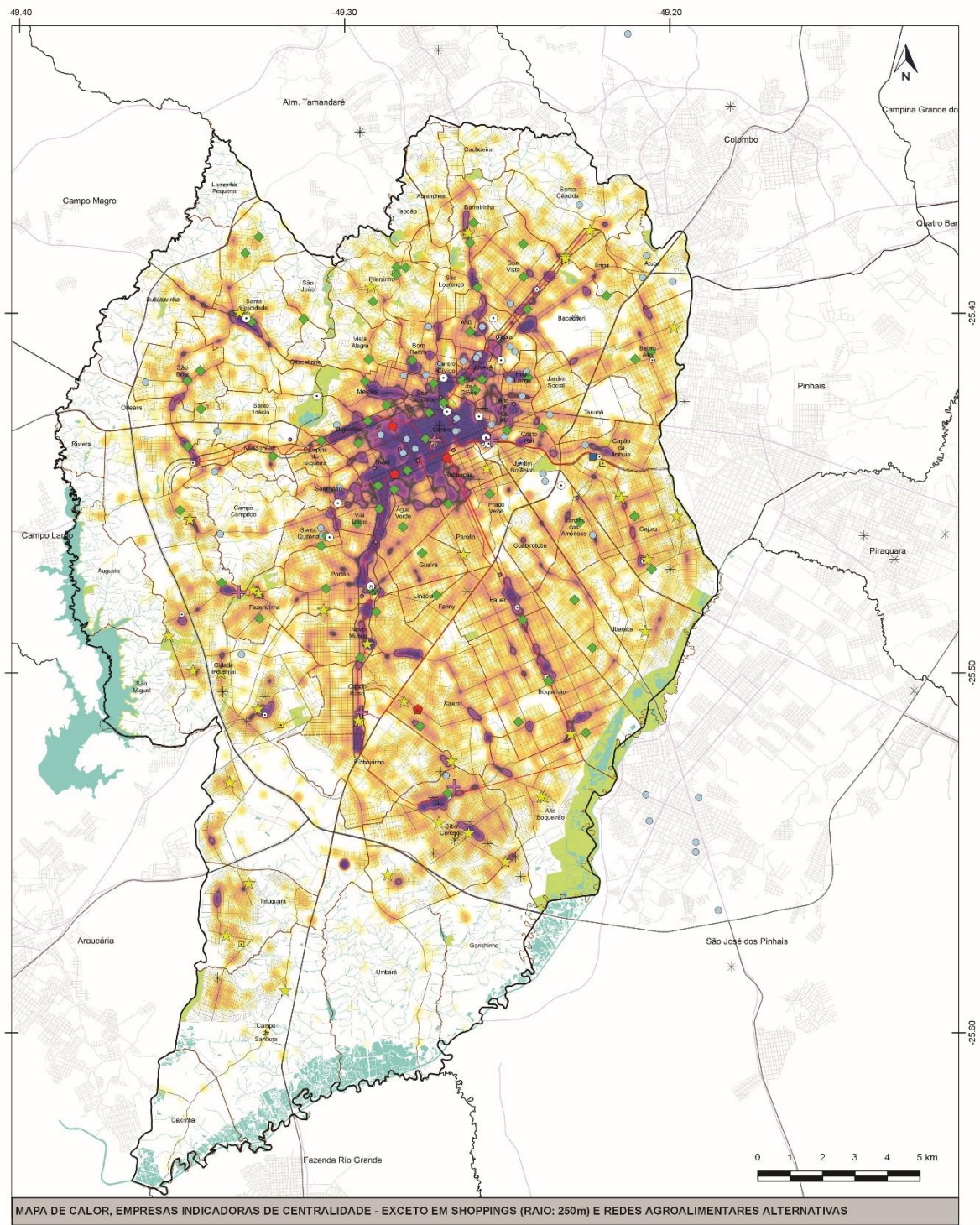
- Shopping Center em atividade
- Shopping Center em construção
- Terminal de ônibus
- Rua da Cidadania
- Rodovias
- Vias Principais
- Vias Secundárias
- Vias Locais
- Ônibus expresso
- Cursos D'água

- Perímetro Municipal
- Limites Municipais
- Limite de Bairros
- Áreas Verdes
- Corpos Hídricos
- Setor Estrutural

Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum: WGS 84
Base Cartográfica:
IPPUC (2018)
Elaboração:
Gustavo D. Gaspari

Fonte dos dados: Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Mapa 4. Curitiba, Brasil. Mapa de Calor do primeiro grupo selecionado exceto em Shopping Centers (Raio: 250m) e Redes Agroalimentares Alternativas, 2019



<p>Legenda</p> <p>Intensidade</p> <ul style="list-style-type: none"> 0 4.22 8.43 12.6 16.9 21.1 25.3 29.5 33.7 37.9 42.2 	<p>Redes Agroalimentares Alternativas</p> <ul style="list-style-type: none"> ★ Armazém e Sacolão da Família ● CSA ◆ Feiras ■ Mercado Regional ▲ Núcleo Maria Rosa da Anunciação ○ Orgânicos ● Organizações de Formação e Promoção ✱ Outras organizações solidárias ✚ Restaurantes populares de Curitiba 	<ul style="list-style-type: none"> ● Shopping Center em atividade ○ Shopping Center em construção ⊙ Terminal de ônibus ■ Rua da Cidadania — Rodovias — Vias Principais — Vias Secundárias — Vias Locais — Ônibus expresso — Cursos D'água 	<ul style="list-style-type: none"> □ Perímetro Municipal □ Limites Municipais □ Limite de Bairros ■ Áreas Verdes ■ Corpos Hidricos
---	---	---	---

Sistema de Coordenadas Geográficas
 Datum: WGS 84
 Base Cartográfica:
 IPPUC (2018)
 Elaboração:
 Gustavo D. Gaspari
 Fonte dos dados: Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)
 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

A seguir temos o Mapa de polígonos de centralidades (**Mapa 5**), que mostra a renda por setor censitário (2010) e o polígono de centralidade obtido dos **Mapas 3 e 4** e as Redes Agroalimentares Alternativas. A mancha de calor, agora polígono, já não parece tão homogênea quando sobrepostos às faixas de rendimento nominal mensal (pessoas com iguais ou idade superior a dez anos), segundo o Censo 2010 do IBGE. A faixa se compõe pelo Salário Mínimo (SM) de 2010, que na época equivalia a 540 reais (GASPARI, 2019). Por um lado, as atividades que correspondem à área central, Bairro Centro e contorno, têm uma dominância das rendas baixas e médias na zona Leste do centro. Já o setor Oeste, que inclui o Batel, Bigorriho e Seminário, apresenta rendas médias-altas e altas, assim como no Nordeste, Alto da Glória – em menor medida –, Centro Cívico, Juvevê, Cabral, Hugo Lange e Jardim Social, que se mostram como eixos que consolidam residências, comércio e serviços das famílias mais abastadas da população curitibana.

Entretanto, saliente-se que o bairro Mossunguê, onde se encontra o chamado Ecoville, área de expansão do Setor Estrutural Nordeste, apresenta uma mancha de alta intensidade sem predominância de atividades do setor terciário de densidade significativa, somente algumas atividades próximas ao Parque Barigui. Santa Felicidade, por outro lado, com atividade econômica bastante expressiva, evidencia faixas de baixa renda. Em termos gerais, podemos constatar que os *Shopping Centers* procuram estar localizados em áreas com uma relativa centralidade e de média e média-alta renda; contudo, em bairros como o Portão, Hauer, Jardim das Américas, no Centro e no Alto da Rua XV, as faixas estão entre baixo e médio rendimento, talvez por ter boas vias de acesso e não se afastar de áreas com concentração de atividades econômicas, sejam comerciais ou de serviços. Isto se correlaciona muito bem com a literatura revisada que coloca a especulação imobiliária e a valorização de solo de preço baixo como uma estratégia frequente neste tipo de investimentos.

Retomando algumas RAAs, gostaríamos de pautar as atividades que mais representam os extremos em termos de população alvo, de divisão de classes, sem ser exclusividade de nenhuma. A localização e os preços dos produtos definem, evidentemente a população que os acede. Em primeira medida, destacamos a categoria Orgânicos. Embora coincida bastante bem com as áreas de maior densidade do setor terciário, à exceção de alguns lugares de caráter turístico,

praticamente, só no Centro Cívico, Cabral e um pouco o Alto da Rua XV, localizam-se em setores de média-alta e alta renda. Todavia, pode-se constatar uma ligação entre subcentros formados por manchas de densidade alta (aqui polígonos) de atividades econômicas, mesmo que não estejam todos imersos nestas áreas, se guardam uma relativa proximidade. Até aqui poderíamos inferir duas coisas: a primeira, que se relaciona a uma relativa infraestrutura e adequação provocada por outras atividades, por exemplo, as Feiras Livres, muito mais espalhadas; e a segunda, pela coincidência maior das áreas de atividade comercial que de residências de classe média e média-alta, que são as pessoas que geralmente frequentam estas feiras.

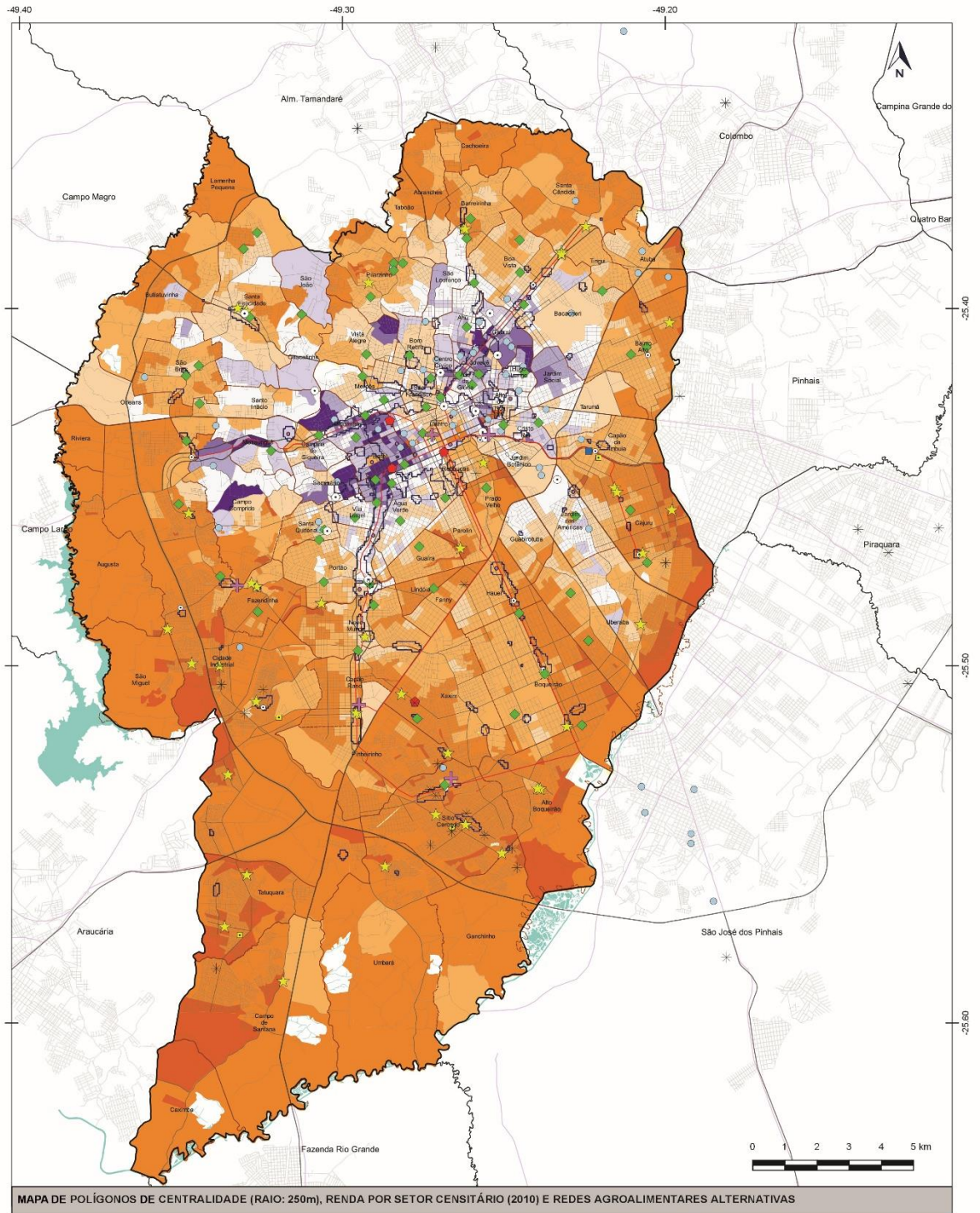
Nesta mesma ordem de ideias, a Agricultura Sustentada pela Comunidade (ASC ou CSA em inglês), por serem iniciativas privadas, geralmente demandadas e organizadas por camadas de população de classe média, esperaríamos que se desse uma maior concentração em faixas de média-alta e alta renda, o qual somente se aplica para os bairros Centro Cívico, Juvevê, Cabral e Hugo Lange, no setor Leste e Nordeste e no Batel, Bigorriho e Seminário. Este, de fato, é um número significativo que expressa uma relativa condição de bem-estar, que se atrela às demandas que realizam populações de classe média. Como as ASC são, basicamente, grupos de consumidores organizados que adquirem produtos orgânicos de um ou vários agricultores familiares, a maioria destas pessoas teve maior acesso à educação de qualidade e, de alguma maneira, com maior capital cultural que absorve e assume os discursos em torno à vida saudável e cuidado ambiental. A nossa hipótese é que o número expressivo de ASC que se espalha no mapa é devido ao trabalho de educação, formação e organização de entidades como o Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA), ou a Rede de Segurança Alimentar que, através de CEFURIA e articulada na Rede Mandala, têm promovido a formação destes grupos pela cidade.

Do outro extremo, o que se refere a uma classe de mais baixa renda, os programas da Secretaria Municipal de Abastecimento, tais como o Armazém da Família e Sacolão da Família, os Restaurantes Populares de Curitiba e os programas de Nossa Feira, que estão destinados a atenderem camadas mais populares, poderiam trazer algumas análises interessantes. Como era de se supor, os programas Armazém e Sacolão da Família não estão na área contínua de maior intensidade de atividades classificadas pela CNAE, pois, excetuando-se um ponto que fica no Bairro

Centro, a mancha de expansão linear do centro de alta densidade não contém estas atividades. Na realidade, pode-se demonstrar que estes programas, além dos Restaurantes Populares, não só se espalham por toda a periferia da cidade, como também atendem às pessoas de mais baixa renda. Ademais, não correspondem com muitos subcentros, excetuando Santa Felicidade e alguns lugares mais afastados como Sítio Cercado e Pinheirinho, por exemplo; o que poderia sobressair como uma política assertiva de segurança alimentar e nutricional.

Quando analisamos com mais detalhe a categoria Feiras, nos deparamos com os programas Nossa Feira e Direito da Roça, principalmente em Lindóia no Sul e Boqueirão e Cajuru no extremo Sudeste; São Lourenço, Pilarzinho e Boa Vista no Norte; no extremo Norte de Santa Felicidade; Campina do Siqueira, São Braz e Orleans no Oeste etc. Marcam um perímetro bastante afastado do centro da cidade e a maioria se localiza em bairros de baixa renda e a articulação com outras atividades do setor terciário é pouco expressiva, o que também nos confirma o caráter popular destas iniciativas. Embora, sejam programas de muito mais fácil acesso às famílias mais pobres, tristemente são programas que estão sendo cada vez mais reduzidos, mas voltaremos nesta análise mais à frente.

Mapa 5. Curitiba, Brasil. Mapa de polígonos de centralidade (Raio: 250m), renda por setor censitário (2010) e Redes Agroalimentares Alternativas, 2019



MAPA DE POLÍGONOS DE CENTRALIDADE (RAIO: 250m), RENDA POR SETOR CENSITÁRIO (2010) E REDES AGROALIMENTARES ALTERNATIVAS

Legenda

Renda Média (em R\$)

- Sem dados
- 0 - 540
- 540 - 1080
- 1080 - 1620
- 1620 - 2160
- Polígonos de Centralidade
- 2160 - 2700
- 2700 - 3240
- 3240 - 3780
- 3780 - 4320
- Mais de 4320

Redes Agroalimentares Alternativas

- ★ Armazém e Sacolão da Família
- CSA
- ◆ Feiras
- Mercado Regional
- ▲ Núcleo Maria Rosa da Anunciação
- Orgânicos
- Organizações de Formação e Promoção
- ⋈ Outras organizações solidárias
- ✚ Restaurantes populares de Curitiba

- Shopping Center em atividade
- Shopping Center em construção
- Terminal de ônibus
- Rua da Cidadania
- Rodovias
- Vias Principais
- Vias Secundárias
- Vias Locais
- Ônibus expresso
- Cursos D'água

- Perímetro Municipal
- Limites Municipais
- Limite de Bairros
- Corpos Hídricos

Sistema de Coordenadas Geográficas Datum: WGS 84

Base Cartográfica: IPPUC (2018)

Elaboração: Gustavo D. Gaspari

Fonte dos dados: Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Os **Mapas 6 e 7** correspondem à segunda seleção de atividades do Grupo G da CNAE. Como se apresentam no **Quadro 1**, são atividades de comércio e distribuição atacadista e varejista de produtos alimentícios e matérias-primas, seleção que nos permitiu filtrar as atividades do setor terciário para delimitar processos de centralidade na divisão de alimentos. Ambos os mapas continuam sendo mapas de calor com raios de 250 e 500m para obter assim abrangências diferentes. A primeira observação que podemos fazer é de tipo comparativo com o **Mapa 3**, em que evidentemente se nota uma diminuição da mancha que compõe a continuidade da expansão linear do centro sobre os eixos estruturais. Contudo, revela-se a natureza de muitas áreas centrais com concentrações associadas quase que especificamente às atividades terciárias relacionadas com produtos alimentícios e as funções de distribuição e consumo.

Destacamos também o aumento da mancha em algumas áreas, sobretudo em nível de bairro. Podemos inferir que, por um lado, as atividades deste tipo são de mais fácil acesso e elas compõem uma porção importante das atividades do Circuito Inferior. Assim como o comércio de produtos não alimentícios, os produtos alimentícios, sejam eles para levar ou para serem consumidos no local, são de mais fácil acesso e participam rapidamente de economias de aglomeração. Como ressalta Gaspari (2019), e sendo muito mais evidente em nosso **Mapa 6**, em bairros como Bacacheri e Tingui no Norte nota-se a conformação do chamado “polo gastronômico”, que foi inaugurado em 2017, podendo-se observar com maior clareza a importância desta atividade, grosso modo, e em tamanho da mancha, muito mais expressiva. Algo parecido pode-se intuir de Santa Felicidade, já que não somente a mancha cresce, como também se espalha nas imediações.

Outra característica bastante evidente tem a ver com as formas que ganham estas manchas, de maneira mais visível nas faixas de média-alta e alta intensidade, dado que, em sua maioria, estas são menos lineares e ovaladas, o que poderia estar indicando a manifestação de pequenas atividades próximas às áreas centrais (subcentros), o que compõe um leque ainda mais amplo de possibilidades e aproveitamento do espaço. Esta distinção se faz mais evidente no **Mapa 7**, pois as formas aqui dominantes são as circulares, quiçá pela amplitude que representa um raio de 500m em que as atividades de menor porte se dissolvem significativamente.

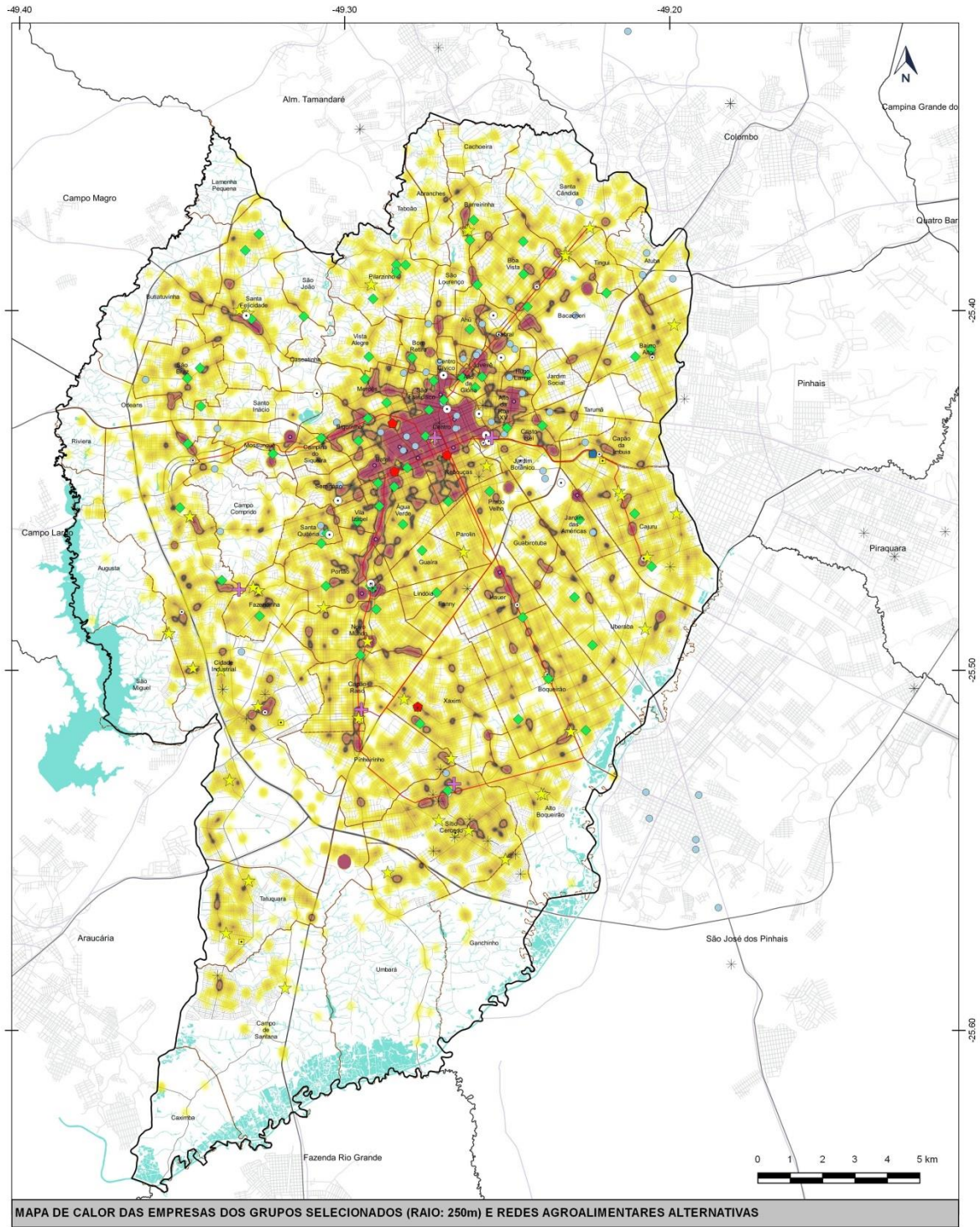
De alguma maneira, o contraste estabelecido entre estes dois mapas demonstra a relevância de todas as atividades, que muitas vezes são eclipsadas por outras que estão em maior densidade de aglomeração.

Também salientamos que as menores intensidades, espalhadas pelo território todo, mostram-se muito semelhantes com o **Mapa 3**. Entretanto, podemos sublinhar o aumento de atividades contíguas aos polos gastronômicos, não só ao já mencionado no Norte, também em áreas de alta atividade gastronômica como Santa Felicidade. De igual forma, não podemos dissociar grandes plataformas, como os *Shopping Centers*, das outras atividades do setor terciário, já que, ainda que se separem as atividades exclusivas do ramo alimentício, não se evidenciam grandes mudanças, o qual poderia reforçar a ideia do papel multifuncional destas grandes superfícies. O mesmo poderia se dizer da Categoria Orgânico; ditas atividades associadas mais a subcentros já estabelecidos ou lugares de fácil acesso para camadas da população que dispõe de rendas mais altas.

Em termos gerais, podemos constatar que a categoria Organizações de Formação e Promoção (**Quadro 2**), em que se incluem o CECOPAM, o CEFURIA, a TECSOL, a COPASOL e a Rede de Segurança Alimentar, três das quatro estão localizadas na área central, o que permite maior acessibilidade e articulação com outras entidades ou serviços prestados na cidade, como eventos, feiras, encontros etc. Não obstante, o que denominamos de Outras Organizações Solidárias, por exemplo, da Rede Paranaense de Padarias Comunitárias Fermento na Massa, no Sul, oito estão no Sítio Cercado, uma em Pinheirinho, outra em Campo da Santana, três na CIC, uma em Fanny e outra em Cajuru, assim como em municípios da RMC como São José dos Pinhais, Piraquara e Pinhais, excetuando algumas que se encontram mais na região central e Norte. A maioria destas padarias lideradas por mulheres encontra-se na região Sul de Curitiba, bairros caracterizados por terem aumentado e concentrado muita população que se assentava aqui nas últimas décadas do século passado. Este tipo de experiências de iniciativa comunitária, como pode ser constatado no **Mapa 5**, estão em áreas de baixa renda e, excetuando a CIC, o Sítio Cercado e algumas localizadas na área central ou próximas a esta, como Rebouças, a maioria não se articula com subcentros que tenham alguma concentração significativa de atividades comerciais e de serviços.

Cabe agregar que, em raros casos, estas padarias têm uma atuação que não seja restrita aos bairros. Este aspecto ganha maior relevância quando se entende o papel que exercem as padarias nas vidas de mulheres, que por muitas razões, estariam fora do mercado de trabalho, solteiras, com filhos e algumas na faixa dos 40-50 anos de idade. As padarias, nesse aspecto, são uma boa opção, em razão de que os horários são flexíveis e as mulheres podem decidir que função gostariam exercer na padaria, “elas trazem suas crianças enquanto não vai para escola, gerando assim um tipo de independência que em outro tipo de trabalho seria muito difícil” (Rosalba Gomes, entrevista do trabalho de campo, 2018).

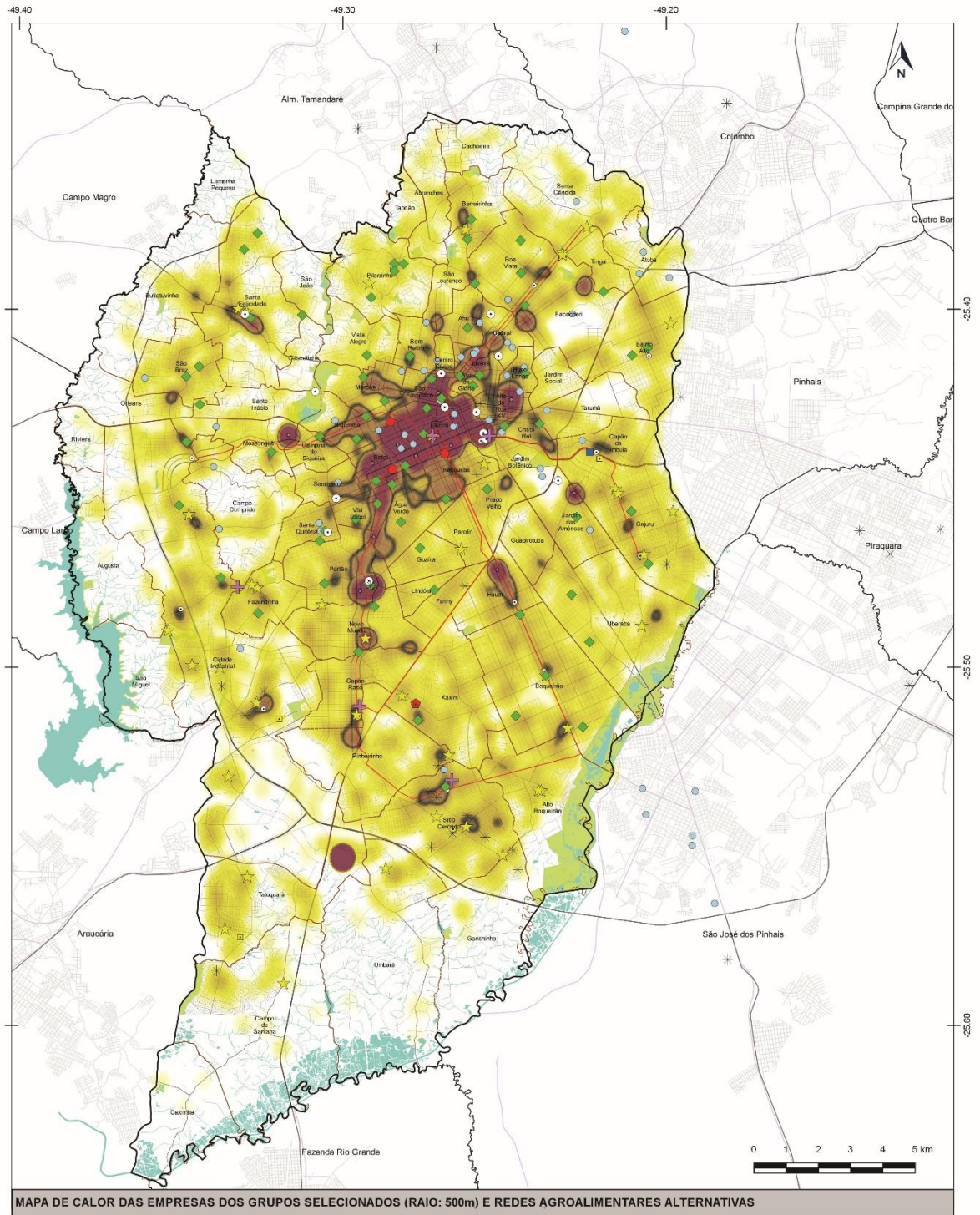
Mapa 6. Curitiba, Brasil. Mapa de calor do segundo grupo selecionado (Raio: 250m) e Redes Agroalimentares Alternativas, 2019



MAPA DE CALOR DAS EMPRESAS DOS GRUPOS SELECIONADOS (RAIO: 250m) E REDES AGROALIMENTARES ALTERNATIVAS

<p>Legenda</p> <p>Intensidade</p> <ul style="list-style-type: none"> 0 1.27 2.55 3.82 5.09 6.37 7.64 8.91 10.2 11.5 12.7 	<p>Redes Agroalimentares Alternativas</p> <ul style="list-style-type: none"> ★ Armazém e Sacolão da Família ● CSA ◆ Feiras ■ Mercado Regional ▲ Núcleo Maria Rosa da Anunciação ○ Orgânicos ● Organizações de Formação e Promoção ✱ Outras organizações solidárias ✚ Restaurantes populares de Curitiba 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Shopping Center em atividade ○ Shopping Center em construção ○ Terminal de ônibus □ Rua da Cidadania — Rodovias — Vias Principais — Vias Secundárias — Vias Locais — Ônibus expresso — Cursos D'água 	<ul style="list-style-type: none"> □ Perímetro Municipal □ Limites Municipais □ Limite de Bairros ■ Áreas Verdes ■ Corpos Hídricos 	<p>Sistema de Coordenadas Geográficas Datum: WGS 84</p> <p>Base Cartográfica: IPPUC (2018)</p> <p>Elaboração: Gustavo D. Gaspari</p> <p>Fonte dos dados: Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE</p>
---	---	---	---	--

Mapa 7. Curitiba, Brasil. Mapa de calor do segundo grupo selecionado (Raio: 500m) e Redes Agroalimentares Alternativas, 2019



MAPA DE CALOR DAS EMPRESAS DOS GRUPOS SELECIONADOS (RAIO: 500m) E REDES AGROALIMENTARES ALTERNATIVAS

Legenda

Intensidade	
0	25.9
4.32	30.2
8.63	34.5
12.9	38.8
17.3	43.2
21.6	

Redes Agroalimentares Alternativas

- ★ Armazém e Sacolão da Família
- CSA
- ◆ Feiras
- Mercado Regional
- ▲ Núcleo Maria Rosa da Anunciação
- Orgânicos
- Organizações de Formação e Promoção
- ✱ Outras organizações solidárias
- ✚ Restaurantes populares de Curitiba

- Shopping Center em atividade
- Shopping Center em construção
- ⊙ Terminal de ônibus
- Rua da Cidadania
- Rodovias
- Vias Principais
- Vias Secundárias
- Vias Locais
- Ônibus expresso
- Cursos D'água

- Perímetro Municipal
- Limites Municipais
- Limite de Bairros
- Áreas Verdes
- Corpos Hidricos

Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum: WGS 84
Base Cartográfica: IPPUC (2018)
Elaboração:
Gustavo D. Gaspari

Fonte dos dados: Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE)
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Após ter abordado alguns conceitos e noções sobre centro, centralidade, multi e policentralidade, e ter abordado alguns elementos do processo de formação histórica da cidade de Curitiba em torno a esta temática, além de apresentar o processo de centralidades consoante seus atributos fenomênicos mais visíveis, como são a concentração de atividades econômicas e os fluxos – estes últimos abordados de maneira indireta em termos de acessibilidade, infraestrutura e localização –, pautamos uma abordagem mais descritiva a partir de mapas de calor, que nos permitiu aproximar algumas discussões articuladas à densidade de atividades do setor terciário elencado pela CNAE, total e parcial, conforme dois critérios: o primeiro, relacionado ao estudo da IPPUC (1987) que deriva dos trabalhos de Duarte (1974) e o segundo critério, que foi agrupar, a partir da classificação da CNAE, as atividades atinentes ao comércio e distribuição de produtos alimentícios.

No tocante à formação urbana e sua posterior conurbação, podemos considerar o peso que uma classe, dona dos meios de produção e terras, teve na formação espacial de Curitiba e na composição da estrutura socioeconômica da mesma. Os conceitos de centro e centralidade são muito interessantes porque permitem olhar para as estruturas de poder e dominação, assim como das assimetrias socioespaciais que delas resultam. Como quase qualquer metrópole deste subcontinente, a formação paulatina da cidade foi fortemente influenciada pela classe social mais abastada. Desde o começo, o centro histórico e as residências das camadas de alta renda articulavam-se em termos de circulação e acesso, privilegiando equipamento, vias e demais infraestruturas. Com o passar do tempo, as estratégias mais integradas (conluio entre a esfera política, econômica e ideológica) e sofisticadas (legislação urbanística e especulação imobiliária) continuavam privilegiando a uma minoria.

Processos, formas e estruturas muito precisos foram determinantes na formação socioespacial da cidade e seu processo de (re)estruturação: as vias nacionais e regionais, a prolongação e crescimento linear do centro e os Setores Estruturais como estratégias urbanísticas pontuais a esse propósito; os processos de verticalização atrelados à valorização fundiária e à especulação do mercado imobiliário; a conformação do “Novo Centro” da cidade, o Batel etc. A partir da década de 1980, o setor terciário começa a metamorfosear entre as contradições do público e o privado, possível de constatar na formação de grandes superfícies multifuncionais

em torno a um consumo cada vez mais segmentado e, com o poder de se posicionar como uns dos principais vetores dos processos de fragmentação socioespacial, criando localizações antes inexistentes no tecido urbano e provocando descontinuidades cada vez mais difíceis de controlar. Curitiba é um bom exemplo das contradições da “cidade modelo”, já que o custo social daquilo somente é compreensível a partir do espaço marginal, do expulso, da população segregada e, sobretudo, da emergência que significa a centralidade e a produção do espaço como dois processos concatenados que avigoram o papel das práticas socioespaciais produtoras de espaço não contempladas nem previstas pelo poder hegemônico.

Como pudemos observar, o panorama das RAAs é diverso, e corresponde-lhe a estas discussões desconstruir alguns mitos ou narrativas hegemônicas, assim como as que tendem a posicionar-se e autodeclarar-se como alternativas. Por um lado, o papel da prefeitura e, sobretudo da SMAB, tem sido fundamental na elaboração de políticas e implementação de estratégias tangíveis de segurança alimentar e nutricional, assim como todos os elementos que a elas se atrelam e, claro, reconheça-se o impulso que o marco jurídico-normativo na escala nacional tem dado à agricultura familiar e à sua articulação com a cidade, por exemplo, através dos mercados institucionais, que como conquista dos movimentos sociais e, em geral, da sociedade civil de base organizada, reclamam também pela sua permanência e maior abrangência.

Não obstante, nem todos os programas da SMAB têm atingido a população mais vulnerável em termos de segurança alimentar, nem conseguiu participação direta em todos os casos de agricultores familiares da região sem algum tipo de intermediação. Destaque-se que programas como o Armazém e Sacolão da Família, Nossa Feira e os Restaurantes Populares têm atingido uma população mais periférica, o que não acontece com as Feiras Orgânicas, que embora uma parte destes pontos não aconteça de fato nos lugares de maior concentração de renda, sim respondem a uma relativa centralidade, seja por atividades turísticas ou do setor comercial e de serviço propriamente, ou por questões atinentes à localização e articulação destes lugares.

Em resumo, poderíamos ressaltar o papel que a centralidade tem na conformação dos circuitos da economia urbana e, além deste, o papel das RAAs em

uma economia política do espaço e da cidade, de nenhuma maneira previsível, de nenhuma maneira completamente cooptada pela hegemonia do poder, seja em sua forma econômica, política ou ideológica, pensada, planejada e organizada como uma “cidade modelo”. O que temos pretendido neste capítulo é, de fato, encontrar mais conexões e chaves de leitura para entender o processo de produção e consumo do espaço urbano no universo das Redes Agroalimentares Alternativas e, a partir dos espaços marginais, com os quais muitas vezes estas se vêm representadas como espaços de enunciação e reivindicação. Reforçamos a ideia de que uma análise mais formal também pode contribuir com a apreensão da realidade, sempre que não seja subsumida pelas contradições internas. Como orienta Serpa (2014, p. 98, 104),

se considerarmos que sempre agimos a partir de um lugar e que as ações constituem um enredo, uma enunciação, então todos os lugares são lugares da enunciação, base para a reprodução do vivido e para a realização das práticas espaciais [...]. É a lógica da invisibilidade e do não reconhecimento pelos agentes hegemônicos da produção do espaço urbano que vai determinar, em última instância, a possibilidade de surgimento de centralidades nessas áreas [...].

4.3 Formação urbana de Medellín em perspectiva histórica

Para poder começar a estruturar uma narrativa sobre as centralidades urbanas de Medellín, é essencial retomar alguns elementos históricos que alicercem um horizonte mais complexo da questão urbana, já que os dois capítulos subsequentes são, de fato, o momento que temos reservado para projetar todas as experiências empíricas analisadas em uma discussão teórica mais robusta sobre a produção do espaço urbano. No transcurso do texto, vários são os elementos que tornam mais evidente a relação dos dois estudos de caso apresentados: Curitiba e Medellín. São as duas cidades reconhecidas como cidades modelos? Que relação tem o projeto urbanístico com os processos de integração social? Superaram, estas cidades, o paradoxo de territórios de inclusão com a formação de novos territórios de exclusão? Superaram, estas regiões metropolitanas, a hierarquia centralizadora e concentradora de uma única cidade? Por que a cidade real, a cidade de fato, é uma realidade desbordante dos limites políticos-administrativos, e quem e como se reivindica o controle territorial desses espaços?

Medellín, como já foi apresentado, é uma cidade que capitaneia uma região metropolitana que leva o nome da estrutura geomorfológica que a determina, o *Valle de Aburra* (rio que leva seu nome, Aburrá, mas também conhecido como Rio Medellín), conformado por dez municípios: Barbosa, Girardota, Copacabana, Bello, Medellín, Itagüí, La Estrella, Envigado, Sabaneta e Caldas, e localiza-se ao Norte da Cordilheira Central. Esta complexa formação montanhosa forma um vale de sessenta quilômetros de comprimento e trinta de largura (na maior parte do município de Medellín atinge até noventa quilômetros), configurando em seu interior vales interandinos com ricas fontes hídricas que, do mesmo modo, relaciona-se com os vales do rio Atrato, Chocó e Urabá e, em nível regional (Departamental), com as principais bacias hidrográficas do país, que são também seus principais determinantes físico-espaciais, o Cauca e o Magdalena. Mudando a escala, Medellín junto com Bogotá e Cali, conformam o chamado Triângulo de Ouro, que somado à Barranquilla, evidencia-se uma concentração aproximadamente de 28,9% do total de população nacional (PATIÑO, 2015).

Detalhar estes aspectos é importante porque Medellín, como principal núcleo urbano da região metropolitana e de Antioquia, cria uma aglomeração metropolitana que concentra aproximadamente 60% (quase quatro milhões) da população do Departamento e muitos de sus processos só poderão ser entendidos dentro destes grandes determinantes físico-espaciais e condicionamentos geoestratégicos. Mesmo que Medellín seja considerada uma cidade relativamente jovem (fundada em 1616), seu crescimento e desenvolvimento foram muito mais significativos a partir da metade do século XIX, após ser capital do Departamento de Antioquia (PÉREZ, 2019). De acordo com Pérez (2019) e Patiño (2015), com a complexa localização e formação geográfica desta região, podemos inferir alguns processos: 1) processos de urbanização incompletos; 2) descontinuidade espacial e funcional entre os municípios do *Valle de Aburrá* e, este, com o resto de núcleos urbanos do Departamento e do país; 3) a formação de corredores estratégicos que se consolidaram com os processos de colonização interna; como a conexão que possibilitou a estrada de ferro, assim como a procura de uma saída ao mar e com o comércio de ouro, café, mercadorias e, posteriormente, no tráfico de drogas ilícitas, armas etc., 4) o *ethos* da *antioqueñidad* erigiu-se com o isolamento geográfico deste território e com o ambiente que favoreceu uma vida que centrou-se no comércio e contrabando de mercadorias, sobretudo ouro.

Para poder compreender o processo de formação urbana de Medellín dentro de sua especificidade histórica, temos que abordar primeiramente alguns aspectos gerais na formação das cidades colombianas. A partir da conquista, sobretudo a partir do século XVI, a concentração da população urbana não foi linear nem sempre progressiva. Como bem explica Melo (2020, p. 367, tradução nossa), “[...] a conquista foi ao mesmo tempo, um processo de submissão brutal dos índios e de estabelecimento de uma vida centrada nas cidades”, processo que debilitou-se na metade do século XVII e teria uma nova fase de urbanização a partir de 1880, pois, para finais do século XVIII a população urbana teria crescido muito devagar, preponderando um fenômeno de ruralização gradual, pelo menos até inícios do século XX, momento em que o país passou de ter uma população de cinco milhões (1905) para quase cinquenta milhões de habitantes em 2015, tornando-se, assim, uma sociedade principalmente urbana (MELO, 2020).

O modelo hispânico da conquista, quando fundava uma cidade, levava em conta três elementos: os espaços dedicados ao culto religioso e de convivência, como a igreja e a praça; o traçado linear das ruas, e, os espaços de comércio, administração e governo. Destaca-se também o modelo do tabuleiro a partir da segunda década do século XVI implementado em Santa Marta, Cartagena, Cali, Popayán e Bogotá e, posteriormente, em outras cidades e vilas (MELO, 2020).

À maneira de resumo, poderíamos agrupar, segundo registra Melo (2020), como principais feições nas formações históricas das cidades coloniais: 1) o agrupamento dos conquistadores que moravam nas cidades ou vilas e que tinham a sua disposição a servidão dos indígenas que passariam a morar nos baixos das casas ou nas margens das cidades; 2) dentro da submissão dos indígenas e o que significava o processo “civilizador” de morar em cidades, leva à obrigatoriedade de agrupar esta população em povoados (agrupados em pequenas porções de terra, o *Resguardo*, destinada ao plantio) e convertê-los ao cristianismo; além disso, obrigar os indígenas a morar em povoados tinha o intuito de concentrar uma população que devia de pagar tributos e se manter sob controle das autoridades espanholas; porém, este processo não sempre foi tão bem sucedido. Por um lado, a população dispersa era considerada bárbara ou selvagem e, por outro, afastar-se destas vilas ou povoados tinha a vantagem de eludir estas obrigações tributárias e de controle.

Mesmo com as tentativas de perseguição feitas em 1790, a urbanização perdia força e a população do campo estava em ascensão.

Entretanto, o que deu o impulso do desenvolvimento urbano em Medellín e sua hinterlândia? Como aprofundaremos nos subseqüentes capítulos, houve, e sempre haverá, um capital original (acumulação original ou primitiva) que se transfere e transforma, concentra-se, acumula-se e expressa-se em suas realizações fenomênicas e, com um movimento tendencial, oculta suas fontes primárias. Em termos gerais, na Colômbia, será a economia de exportação de produtos agrícolas e a manutenção da extração mineira que dará suporte ao crescimento econômico dos séculos XIX e XX (MELO, 2020). Não obstante, este processo que teve uma repercussão sobre a ruralização do país (e de alguma maneira significou, desde a colonização e posteriormente como república independente, o alicerce de um modelo de economia dependente), foi, ao mesmo tempo, o alicerce de capital que permitiu a transformação dos eixos de acumulação e os centros de poder, pois, progressivamente, as cidades se tornaram os verdadeiros centros de poder econômico, político, administrativo e comercial dos territórios.

Na urbanização de Medellín se podem identificar quatro eixos de acumulação: 1) a extração e comércio de ouro durante o século XIX; 2) a atividade cafeeira entre finais do século XIX e meados do século XX; 3) o processo de industrialização desde a primeira metade do século XX; 4) o esgotamento da atividade industrial e a ascensão da construção e atividades do setor terciário da economia. Nesta primeira etapa, o comércio aurífero, durante o século XIX, significou uma matriz fundamental na acumulação de capital que suportaria os primeiros investimentos do processo industrial. Como salienta Patiño (2015), o centro da elite (os comerciantes) e do comércio em si mesmo provém de uma economia mercantil especulativa que derivou da intensa exploração mineira. Estes comerciantes, que depois se tornariam no centro da elite *antioqueña* desde inícios do século XVIII, atravessaram tanto os processos de extração de ouro, quanto na produção de café, processo todo que não só derivaria no capital da indústria e no crescimento urbano, como também formaria uma parte importante do *ethos paisa* (uma maneira de se referir ao sentido de pertencer a Antioquia, incluindo os territórios da primeira colonização interna, muito mais homogênea que a segunda) que se manifesta até hoje na cultura urbana, ou seja, com

alguns elementos de uma cultura comercial e camponesa (e com alguns valores da tradição católica e do espírito empreendedor dotado de esperteza). Do mesmo modo que muda o eixo de acumulação da atividade extrativista mineira propriamente dita, para o comércio, o centro de poder também se desloca de Santa Fe de Antioquia (capital do Departamento até 1826) para Medellín.

O segundo eixo de acumulação, que também aproveita a riqueza do território em termos de serviços e bens ambientais, assim como das rotas geoestratégicas nacionais que atravessam Medellín, é o café, que finalizando o século XIX “[...] encontrou nos territórios da colonização dirigida, uma terra propícia para seu desenvolvimento”. E, “por conta da urbanização de boa parte do valor agregado que gerava este cultivo, vários centros povoados se transformaram em cidades importantes onde se cultivava e processava o grão” (PATIÑO, 2015, p. 58, tradução nossa).

Como adicionalmente destaca o autor, este produto comercializado nos mercados internacionais, desde finais do século XIX até a quarta parte do século passado, contava com uma rede diversificada de cidades do Departamento de Antioquia e uma elite que crescia junto com a pujante economia cafeeira que implicava também uma rica dinâmica urbana e, de maneira paradoxal, quanto maior se tornava Medellín como principal núcleo urbano, aqueles, até então prósperos municípios em torno desta atividade cafeeira, perdiam importância, pois transferiam parte de sua riqueza e população para o processo de industrialização que se dava em Medellín, já que a população desta cidade crescia enquanto Antioquia contraía-se. Esta matriz de capital, que até meados do século XX concentrava-se no café, transfere-se a partir desse momento para a industrialização como principal fator de crescimento urbano e para os comerciantes, como seus principais dinamizadores da transferência de valor (desta matriz de acumulação mercantil especulativa), outrora no comércio do ouro e do café, agora no investimento de capital industrial (PATIÑO, 2015).

A industrialização, como terceiro eixo de acumulação, já começava desde a primeira metade do século XX com tecnologia e modernização dos serviços públicos e nos meios de transporte, como foi o *Trem de Antioquia*, construído entre 1874-1929 (em funcionamento até 1961), propiciando um crescimento constante (com um esvaziamento da população regional) e uma maior conectividade da cidade (por

exemplo, com Puerto Berrio), a qual absorveu uma crescente mão de obra que seria empregada nos próprios meios de transporte, assim como na indústria e outros serviços urbanos (PATIÑO, 2015).

Tratando dos meios de transporte, não podemos esquecer do bonde, inaugurado primeiro em Bogotá em 1881, o qual era empurrado por mulas, e em 1910 com o bonde elétrico, o qual seria implementado em Medellín em 1918, expandindo a cidade para o Oeste, com bairros como *La América* e *Laureles* e nas encostas orientais e, do mesmo modo, o uso de automóvel para a população mais abastada (MELO, 2020). Desde os anos vinte do século passado, nas duas décadas seguintes, o crescimento da cidade continuaria se expandindo por conta do bonde elétrico, conectando, assim, Medellín com outras cidades e bairros afastados. Ambos os sistemas de transporte, a ferrovia e a rede do bonde, foram os elementos articuladores de uma extensiva localização de indústrias espalhadas pelo *Valle de Aburrá* e, com estas, a estruturação do crescimento urbano. Todavia, a concentração de população, que provinha principalmente do campo, na metade do século XX, tornaram Medellín seu principal núcleo de concentração (PATIÑO, 2015).

Finalmente, e seguindo a base argumentativa de Patiño (2015) e Melo (2020), desde meados da década de 1960 o país começa a viver um esgotamento do desenvolvimento industrial. Em termos gerais, o modelo de industrialização por substituição de importações, implementado no período pós-guerra, perdia força. Assim, a excessiva especialização industrial de Medellín, que tinha pouca concorrência no mercado internacional, gerava nos anos de 1970 uma frágil resposta frente a um mercado interno inundado de mercadorias de contrabando. Ainda que se desacelerou a indústria de Medellín e região metropolitana, com uma participação nacional que era de 22% em 1974, 20,5% em 1991 e 16,5% entre 2000-2002. Entretanto, o incremento da população urbana não deixava de crescer, sobretudo, devido a uma violência interna que vivia o país a partir da década de 1950 que aumentou a população despejada de seus territórios, mas, agora, sem uma cidade com capacidade de absorver aquela população, ou pelo menos sem que isso significasse a formação de novos territórios de exclusão. O cenário foi, então, uma concentração no *Valle de Aburrá*, que outrora (1951) representava 32% da população

total de Antioquia. Já em 2011, ascidia a 57% e uma taxa de desemprego das mais altas do país, eram o quadro perfeito para o aumento da violência e pobreza urbana.

Para compreender melhor o cenário urbano que viveu Medellín a partir da segunda metade do século XX, é imprescindível destacar alguns fatos que compõe, quiçá, o tópico mais escabroso da história colombiana, a violência. Segundo Machado (2017), a terra tem que ser vista como instrumento de controle territorial, em outras palavras, o processo de acumulação global está atrelado ao território como unidade social, econômica e política, e poderíamos agregar, também, cultural e existencial. Quem controla o território, controla a população, e como salienta o autor, entre os anos de 1960 e 1970, o que se destacava na Colômbia não era a valorização econômica da terra, e sim sua valorização política e estratégica que se constituía como instrumento de controle territorial. Vejamos bem, o crescimento urbano de Medellín está intimamente relacionado à violência que ocorria em seus territórios de exclusão, quer dizer, o denominado *Trópico Antioqueño*, uma região localizada nas terras baixas do Departamento que vivenciaram o capitalismo selvagem e a violência partidária na década de 1950 (PATIÑO, 2015).

Então, por que a disputa pela terra é considerada o germe da violência na Colômbia? O Estado tem permitido e promovido, desde a independência, que se mantivesse uma estrutura bimodal da propriedade da terra que marcou “[...] a institucionalização da desigualdade, a exclusão no setor rural, a proliferação de conflitos ao redor da terra e as dúvidas sobre a legitimidade dos direitos de propriedade” (MACHADO, 2017, p. 32, tradução nossa). Continuando com o fio argumentativo deste autor, poderíamos dizer que é o legado da concentração da propriedade da terra que tem tido um alto custo para a sociedade colombiana, como é a perante inequidade e violência do país. Por alguma razão, os primeiros processos organizados de autodefesas foram camponeses e guerrilhas liberais, semente das conhecidas guerrilhas subversivas da década de 1960. O primeiro grande acontecimento foi a morte do influente candidato presidencial Jorge Eliécer Gaitán, assassinado em 1948. Como resposta popular, ocorreram manifestações que foram denominadas “*El Bogotazo*”, processo todo que daria início a um período conhecido como *La Violencia*.

La Violencia foi um enfrentamento partidário entre Liberais e Conservadores entre 1947 e 1957, marcando um sangrento episódio da história nacional que desencadeou uma ingente mobilização de pessoas do campo para a cidade. Entre 1958 e 1978 se constitui o chamado Frente Nacional, um pacto político entre os dois partidos para acabar com o mandato do General Rojas Pinilla que estava no poder após um golpe de Estado. Deste modo, dita conjuntura política estabeleceu uma alternância bipartidária na presidência desse período, o que significou, claro, uma ainda restrita democracia.

Como frisa Melo (2020), entre 1964 e 1967 se conformam as três guerrilhas mais importantes: FARC, EPL e ELN e, com uma ação violenta e ilegal por parte do governo para enfrentar estas guerrilhas, em 1978 nascem os grupos paramilitares criados por organizações narcotraficantes, proprietários de terra rural (latifundiários) e membros da força pública. Este período caracterizou-se por ter grandes ondas de violência, deslocamento forçado da população rural, extorsão, sequestro e ascensão do narcotráfico. Como explica o autor, este cenário de desorganização social, debilitamento da justiça e da política, junto com as mudanças dos valores sociais, configuraram, junto com a pobreza e a desigualdade, um complexo tecido que marca a tragédia da sociedade colombiana e o constitui em um fracasso histórico. De acordo com Machado (2017), a hipótese que relaciona a terra com o conflito armado, profunda e amplamente discutida na academia e pelas organizações sociais, mas rejeitada pela institucionalidade colombiana, será reconhecida apenas em 2011 com a *Ley de Víctimas* que inicia o processo de restituição das terras que resultaram dos despejos e deslocamentos forçados.

Da mesma maneira que a cidade real superava sus limites político-administrativos, a constituição dos territórios de exclusão, formados no bojo dos conflitos e absorvidos por cidades como Medellín, começaram a configurar, em sua própria realidade urbana, estes espaços marginalizados, espaços de disputa entre a cidade planejada e formal e a complexa urbanização espontânea e informal, “ilegal” e desbordante. Como expressa Machado (2017, p. 146, tradução nossa), “existe, na Colômbia, mais território que Estado, e este não controla todos os territórios”. Este fenômeno acontece intensamente em Medellín, como bem lembra Patiño (2015). O membro do conselho municipal Bernardo Alejandro Guerra, numa entrevista realizada

em 2013, afirmou que o controle territorial (por parte do Estado) no município de Medellín pode ascender no máximo em 50%, mas que no resto do *Valle de Aburrá* a porcentagem descende perigosamente.

Segundo Salazar e Jaramillo (1992), a diferença em relação a outras cidades é que, em Medellín, o narcotráfico encontrou um modo de ser *paisa*¹⁵, que está atrelado a uma tradição comercial e contrabandista, o que se pode denominar de *cultura del narco*. Para Pérez (2019), este fenômeno determinou a ordem estabelecida durante mais de quatro décadas na economia, nos costumes e até na própria estrutura sociocultural. Em outras palavras, a base material e o *ethos* construído sobre uma tradição aurífera, comercial e contrabandista que, durante o século XIX formava as principais rotas geoestratégicas que atravessavam o vale e o conectavam nacional e internacionalmente, prevalecem até hoje. “Tudo indica que o contrabando criou uma pedagogia do tráfico ilegal que permitiu o fácil ingresso do narcotráfico” (PATIÑO, 2015, p. 76, tradução nossa).

Sob o ponto de vista propriamente urbano, alguns setores da cidade viveram com mais intensidade a incidência de diferentes organizações criminosas e estruturas do narcotráfico, aumentando a violência, as atividades ilícitas e as micro-rendas, obtidas através de um sistema de (micro)extorsões. A *Operación Orión*, executada entre 16 e 17 de outubro em 2002 sobre a Comuna 13 (Comuna San Javier), operação que foi apoiada pela polícia nacional, o exército e a força aérea com o intuito de desarticular os grupos criminais que naquele lugar operavam (PATIÑO, 2015), pois, embora tenha-se conseguido nesta Comuna uma transformação urbana e, em algum aspecto, social, já que de fato diminuíram os altos indicadores de homicídios e delinquência, a verdade é que também engendrou uma profunda contradição no espaço intraurbano devido a que, nos anos posteriores, o fenômeno de Deslocamento Forçado Intraurbano¹⁶, somente reconhecido constitucionalmente a partir de 2003, teve um aumento gritante após a mencionada operação, em que segundo dados da *Personería de Medellín*, para 2004 se registraram 512 pessoas deslocadas e entre

¹⁵ Expressão geosocioantropológica utilizada para se referir aos habitantes nascidos no Departamento de Antioquia.

¹⁶ “*El desplazamiento forzado intraurbano (DFI), como tipología del desplazamiento forzado y manifestación de continuidad en los hechos violentos asociados con el conflicto armado interno en las ciudades, se ha constituido como uno de los retos más apremiantes con miras al logro de soluciones sostenibles para la población víctima y la construcción de una paz estable y duradera en Colombia*” (CODHES, 2014).

2007 e 2012 um total de 30.747 vítimas em 6.000 denúncias registradas²¹ (PERSONERÍA DE MEDELLÍN, 2004; PATIÑO, 2015).

Não obstante, este processo desbordante dos limites que existem entre o legal e o ilegal, assim como entre a disputa do controle territorial, faz parte de uma realidade urbana que supera a cidade pensada e planejada, sendo o melhor exemplo disso o processo de conurbação e metropolização experimentado, sobretudo entre 1970 e 1990, momento em que coincidem as taxas de crescimento demográfico com o processo de conurbação e com a conformação em 1980 (por meio da Ordenança No 34) da *Área Metropolitana del Valle de Aburrá*, conformada por dez municípios contidos nos limites naturais da topografia do vale que atualmente parecem conformar uma cidade só (PATIÑO, 2015). Processo todo que ainda não atinge uma verdadeira coordenação e articulação institucional e de governabilidade entre os municípios que conformam a região metropolitana e que, de algum modo, caracteriza e acentua a assimetria entre Medellín e os outros municípios. Vejamos, a centralidade de Medellín como cabeça política, industrial e na prestação de um leque de serviços urbanos a tem constituído como o principal centro da conurbação, mesmo que os dados apresentados pela prefeitura, no *Plan Director de Medellín* (2011), mostrem uma projeção de crescimento populacional de municípios como Envigado e Girardota de 54,8% e 52,3%, respectivamente, superando Medellín com 16,3% (e 25,2% de crescimento rural negativo). Porém, existe um elemento orçamentário de fundo que tem potencializado dita assimetria, o papel de *Empresas Públicas de Medellín* (EPM).

A *Sociedad de Mejoras Públicas de Medellín*, foi fundada em 1899 como “[...] uma sociedade de caráter cívico, que no âmbito privado promovia a realização de obras públicas e de embelezamento para o proveito da cidade” (PATIÑO, 2015, p. 121, tradução nossa). Esta empresa acabou transformando-se desde 1955 numa empresa fundada pela elite empresarial local, EPM, com estatuto legal, autonomia administrativa e capital independente (sobretudo após os ajustes realizados em 1997). Constitui-se como a empresa prestadora de serviços públicos de Medellín, além de seus limites, e, que tem por mandato, canalizar 30% de seu lucro líquido que é transferido, de maneira ordinária ou extraordinária, para o orçamento da cidade e destinado à execução de obras públicas (QUINCHÍA; AGUDELO; ARTEAGA, 2018), compondo a terceira parte do ingresso total do município e com uma tendência a

incrementar gradualmente suas utilidades desde 1990, processo que também gera uma maior dependência orçamentária. A verdade é que poucas cidades na Colômbia dispõem de tantos recursos públicos e que, além disso, possam ser destinados ao desenvolvimento urbanístico da cidade, mas, paradoxalmente, estes recursos, que provém dos serviços prestados em toda a região metropolitana (e extra-territorialmente, no Departamento e em algumas partes do país), só podem ser utilizados em Medellín (PATIÑO, 2015).

No entanto, a questão é bem mais complexa do que como se apresenta, já que, a EPM tem adquirido “[...] o valor de ser um agente promotor da conurbação, além de ser uma instituição municipal que estende as fronteiras políticas de Medellín [...]” e, de algum modo, “o sustento desta conurbação tem sido o sucesso político de Medellín como município prestador de serviços públicos”. Contudo, este processo também tem sido criticado por adequar espaços ainda não regularizados, de prolongar a rede de serviços públicos por bairros que podem não estar considerados no planejamento urbano (PATIÑO, 2015, p. 32, tradução nossa).

De algum modo, mas sem ter o intuito de aprofundar a respeito neste trecho, poderíamos dizer que a transferência de valores acumulados desde a extração aurífera, a criação e posterior absorção dos territórios de exclusão (os espaços do *outro* serão incluídos como externalidade do “próprio”) constituídos pelas mesmas lógicas marginalizadoras das elites rurais e urbanas, mas em forma de mão de obra para a indústria ou alguns serviços urbanos, como matéria-prima ou em forma de alimentos, e ao mesmo tempo, uma população não inserida completamente dentro dos cânones cidadãos e, além disso, usufruir da população que precisa de serviços públicos e adequação dos espaços, dentro de um digno vital, é um sistema complexo de extração de valores e acumulação de capital que tem constituído esta cidade como “cidade modelo”, “cidade exitosa” ou “laboratório urbano”, que tem tirado proveito da posição hierárquica que desfruta, e, menos, da responsabilidade e liderança que deveria exercer para minimizar ditas assimetrias inter e intraurbanas.

Finalmente, temos um marco muito mais amplo no qual podemos analisar os elementos que sobressaem e caracterizam Medellín como um “laboratório do urbanismo social”. Com esta quantidade de recursos disponíveis, durante os anos 2004 e 2011, desenvolveu-se o conhecido urbanismo social. A concepção de

urbanismo social parte de implementar “[...] obras e construções com melhor qualidade, o melhor desenho e a melhor infraestrutura naqueles setores que por seus menores indicadores de qualidade de vida o requerem” (RODRÍGUEZ, 2008, p. 1, tradução nossa), além de ter o intuito de gerar um sentido de pertencimento com os lugares intervindos.

Para entender estes processo de intervenção urbana como uma política de matriz social, é importante entender que, neste contexto de desigualdade e de violência agudizada nos anos 80 e 90 do século passado, como salientam Quinchía, Agudelo e Arteaga (2018), em termos de acesso e infraestrutura, existia uma acentuada disparidade de espaço público e equipamento coletivo, como as condições mínimas de moradia, o que evidenciou a existência de duas cidades: “ao sul, a urbe dotada com avenidas, equipamento e arborizada; e ao norte, os bairros populares com escassez de vias, de construções estatais e de equipamento, cujos habitantes [...] geraram sua própria justiça”.

Estas divisões sempre têm existido e, de alguma maneira e sob a lógica que operam, seguiram existindo. O que chama a atenção, aqui, é assim como acontece em Curitiba, há uma tradição no urbanismo que se destaca nestas cidades. Já desde meados do século XX, pensou-se em um esforço de planejar as cidades, apoiando-se em grandes arquitetos como Le Corbusier (que visitou Medellín em 1947), além de inspirar-se em modelos aplicados em outras cidades do mundo, como foi em seu momento as cidades europeias ou inclusive, recentemente, cidades latino-americanas como Rio de Janeiro, que tem empreendido ações em setores marginais focando fortemente no espaço público na década de 1970 (cidade que posteriormente olharia para Medellín pelas propostas de intervenção social que fazia através de sistemas como o *Metrocable* para lugares de difícil acesso) ou o exemplo da própria Curitiba e, no âmbito nacional, Bogotá, que no ano 2000 posicionou-se com projetos como as bibliotecas públicas; posteriormente implementadas por Medellín (QUINCHÍA; AGUDELO; ARTEAGA, 2018).

Outro aspecto a levar em conta são as escolas de arquitetura e urbanismo que surgiram na cidade de Medellín. Embora desde 1886 criou-se a *Escuela Nacional de Minas e Ingeniería*, as faculdades de arquitetura e urbanismo da *Universidad Pontificia Bolivariana* (UPB) e a *Universidad Nacional* (UNAL) surgiram apenas em 1942 e 1947,

respectivamente, sendo a faculdade da UPB a segunda mais antiga do país. Além disso, é conhecido o papel da *Sociedad de Mejoras Públicas* em 1913 na formulação do *Plano de Medellín Futuro*, assim como os primeiros contatos estabelecidos com reconhecidas instituições de Europa e Estados Unidos. Em termos gerais, a academia tem desempenhado um rol fundamental tanto nos estudos e discussões, quanto na práxis do urbanismo na cidade (PÉREZ, 2019).

Outro antecedente que não podemos passar por cima é que, devido à crise que estava passando Medellín, em 1990 foi criada a *Consejería Presidencial para Medellín* como uma entidade de coordenação interinstitucional com incidência direta do Estado Colombiano que acompanhou os processos de democratização que vivenciava o país, sobretudo com a Constituição de 1991, assim como a descentralização gerada após a primeira eleição popular de prefeitos em 1988. Dita conselheira desenvolveu, numa primeira etapa, entre 1990 e 1995, alguns processos cívicos e, entre 1996 e 1997, o *Plan Estratégico para Medellín y el Area Metropolitana 2015*. Com este processo, inicia-se uma legislação e um conjunto de instituições públicas, tanto em nível nacional quanto municipal, que alicerçam as principais ferramentas de gestão, planejamento e ordenamento territorial, assim como os instrumentos de participação cidadã. O melhor exemplo disso é a *Ley de Desarrollo Territorial 388*, de 1997, que definiu os *Planes de Ordenamiento Territorial (POT)* a serem elaborados por todas as cidades colombianas e que complementava os planos municipais de desenvolvimento que entraram em vigência desde 1994 com a Lei 152 e, especificamente em Medellín, em 1996, com o *Sistema Municipal de Planeación*. No geral, podemos destacar: a empresa Metro, a *Agencia de Cooperación e Inversión (ACI)*, a *Empresa de Desarrollo Urbano (EDU)*, a *Empresa de Seguridad Urbana (ESU)*, *Ruta-N*, *Metrosalud*, a *Agencia de Educación Superior (Sapiencia)*, o *Centro de Convenciones Plaza Mayor*, entre outras (PÉREZ, 2019).

Para 1992-1996, desenvolvia-se a primeira fase do *Programa Integral de Mejoramiento de Barrios Informales (Primed)* (também se destacam os *Núcleos de Vida Ciudadana - NVC* com a colaboração do Programa de Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD) liderado pela *Consejería Presidencial para Medellín* com um investimento de 30 milhões de dólares sobre três zonas (das oito identificadas) do que então eram denominados de assentamentos “subnormais”, programa que

implementou mecanismos de gestão e planejamento com um forte componente de participação comunitária para a elaboração dos projetos (QUINCHÍA; AGUDELO; ARTEAGA, 2018; PÉREZ, 2019).

Como explica Pérez (2019), estes primeiros experimentos como o Primed, os NVC, mas também algumas iniciativas anteriores como a reabilitação através da intervenção de Moravia (depósito de lixo) entre 1983 e 1986, foram todos estes os antecedentes do denominado urbanismo social que, como esclarecem Quinchía, Agudelo e Arteaga (2018), é mais uma prática discursiva que disciplinar, a qual aparece na administração de Sergio Fajardo (2004-2007), período do qual podemos sublinhar os *Parques Bibliotecas*, escolas e colégios, o *Parque Explora*, o *Centro Cultural Moravia*, o *Jardín Botánico*, o *Centro Vive*, os *Proyectos Urbanos Integrales* (PUI) etc. Processo todo que teria continuidade na administração de Alonso Salazar (2008-2011) (QUINCHÍA; AGUDELO; ARTEAGA, 2018; PÉREZ, 2019). Ambos os governos denominaram este modelo, que acompanhou mudanças na gestão municipal, como *Modelo de Desarrollo Social Integral*, mas conhecido também como Modelo Medellín (ALCALDÍA DE MEDELLÍN, 2011).

Neste leque de projetos, os PUI são um instrumento de intervenção urbana de escala intermédia que com o intuito de melhorar as condições de vida em lugares onde a ausência do Estado, deixou uma situação generalizada de informalidade e baixos indicadores de desenvolvimento humano e urbano, aplicam-se medidas que abrangem a dimensão física, social e institucional para resolver estas problemáticas que atingem o território (ALCALDÍA DE MEDELLÍN, 2013). Muitos destes projetos requereram a articulação com o Sistema Integrado de *Transporte del Valle de Aburrá* (SITVA), por exemplo o *Metrocable*, em que foram basilares, no início da década do século XXI, os primeiros planos parciais, as primeiras etapas do *Metrocable* na Zona Nordeste e o *Metroplús*, que é um sistema massivo de ônibus também integrados no SITVA (QUINCHÍA; AGUDELO; ARTEAGA, 2018; PÉREZ, 2019).

Neste contexto, alguns projetos têm uma projeção de escala muito maior, por exemplo, *Parques del Río*, que é um projeto estratégico muito mais ambicioso que os projetos anteriores e, dentro do *Plan de Ordenamiento Territorial*, “[...] sintetiza um acumulado de planejamento regional, metropolitano e municipal que durante 20 anos tem fomentado os esforços para atingir um sistema integrado ao longo de nosso rio,

como uma cidade compacta [...]”, além disso, pretende gerar uma condição de infraestrutura para a mobilidade multimodal, pois “[...] resgata o transporte ferroviário como opção, que também articula a expansão do *Metro* [...] e integra corredores de pedestres e ciclovias essenciais para a continuidade da rede urbana e metropolitana (PÉREZ, 2019, p. 171. tradução nossa).

Para concluir esta introdução, seria pertinente refletir sobre o urbanismo social em Medellín dentro de um marco crítico um pouco mais instigante. Por um lado, de acordo com Quinchía, Agudelo e Arteaga (2018), o ordenamento territorial colombiano, que se institucionaliza com a já mencionada Lei 388, provém do modelo ibérico de ordenamento territorial em que, igualmente como foi adoptado na Colômbia, dota-se de um amplo “[...] conjunto de ferramentas jurídicas, técnicas e econômicas para a gestão do solo urbano e uma muito pobre incorporação e tratamento dos espaços rurais” (QUINCHÍA; AGUDELO; ARTEAGA, 2018, p. 17, tradução nossa), o que termina deixando do lado temas históricos estruturais do país como é a distribuição e propriedade da terra, passando a ter uma visão e gestão limitada e residual do solo rural com fins exclusivamente produtivos e de competência municipal, sim, mas como categoria formal dentro do POT, o que, provavelmente, junto com uma obsolescência do movimento agrário e a irresoluta problemática da propriedade da terra, resultará em respostas técnicas e assistencialistas em um processo de modernização tecnológico do campo (QUINCHÍA; AGUDELO; ARTEAGA, 2018).

Além disso, a limitação do POT tem a ver também como uns limites municipais, que não são reais, quando pensados estes a partir da estendida (e às vezes difusa) mancha urbana que compõe Medellín e a região metropolitana, sobretudo, quando existe uma marcada assimetria entre os orçamentos dos municípios; à maneira de esclarecimento, os municípios colombianos dependem do *Sistema General de Participación* e do *Sistema General de Regalías* que define os recursos de *royalties* que dependem da extração mineira e de hidrocarburos, a qual será determinada nos flutuantes preços internacionais e pela posição que ocupa o município na hierarquia urbana (cidades mais densamente povoadas). Segundo Pérez (2019), estes orçamentos municipais têm ficado desintegrados de dois elementos que o POT proporciona: a gestão e a captura de valor do solo, que permitam gerir mais-valias atreladas aos processos de renovação urbana e a dotação de equipamento e

infraestrutura. Aliás, sabemos que os investimentos em nome do urbanismo social ficam restritos a Medellín, mas não a cidade real, a cidade que de fato existe.

Sabemos que o chamado urbanismo social trouxe resultados positivos em Medellín, tais como algumas obras que aqui já foram mencionadas, assim como, outras tantas que faltariam por inserir (por exemplo, as unidades esportivas, os museus, as *Unidades de Vida Articulada* etc.). Porém, vários pressupostos podem ser questionados, por exemplo, a cidade compacta que deveria crescer em torno ao rio, e não pelo contrário, espalhada nas bordas (PÉREZ, 2019). Este fenômeno de expansão urbana, com um crescimento expressivo dos setores populares em direção às encostas (as cidades das Comunas), estimula, dentro das classes altas, um deslocamento para ocupar lugares por meio de condomínios fechados, como ocorre no *Valle de San Nicolás*, usufruindo de valores paisagísticos, mas desarticulando e fragmentando ainda mais a cidade com *shopping centers*, lojas e restaurantes restritos a uma classe social minoritária (PATIÑO, 2015).

Com o urbanismo social, as obras de infraestrutura, o melhoramento e criação de espaço público, os equipamentos coletivos diversos como escolas, centros culturais e bibliotecas, melhoramento de moradia, assim como a articulação das vias de acesso com um sistema integrado de transporte, sem dúvida têm melhorado as condições de vida onde outrora o Estado virava as costas; porém, como salientam Quinchía, Agudelo e Arteaga (2018, p. 28, tradução nossa), o direito à cidade é mais que uma prática discursiva, em que o que se *concebe* e *significa* nem sempre dialogam. Em teoria, este modelo é resultado da ação política que deveria orientar “[...] um modelo de cidade mais democrática, pacífica, governável, inclusiva, equitativa, digna, sustentável, global e competitiva [...]”, contudo, as contradições emergem “[...] quando o desenvolvimento da cidade, a busca da equidade e a justiça social, começam a estar condicionadas pelas dinâmicas e lógicas do mercado global”.

Outro ponto que levam em conta estes autores é que os alcances de uma centralidade embelecida não se traduzem em uma periferia com melhor acesso na prestação dos serviços, como saúde, educação e cultura, com uma ainda precariedade físico-espacial e, muito menos, eliminou o medo ou os índices de insegurança e a instabilidade social de uma área violenta e controlada por diversas organizações criminosas. Além disso, não se obteve uma percepção positiva, por

parte dos habitantes, do melhoramento das condições econômicas por conta das intervenções urbanas, pois, na maioria dos casos, o acompanhamento institucional foi precário e os empreendimentos simplesmente faliram (QUINCHÍA; AGUDELO; ARTEAGA, 2018).

4.4 Redes Agroalimentares Alternativas: Zonas Geoeconômicas e centralidades

Para este subcapítulo, as análises das centralidades das RAAs são abordadas com uma metodologia diferente da utilizada com Curitiba. Então, qual é a razão desta mudança de abordagem metodológica? A resposta é simples e tem a ver com a disponibilidade dos dados, ainda que na Colômbia exista uma base de dados das matrículas que contam com registro mercantil, esta é gerida pela *Cámara de Comercio de Medellín*. Estas entidades de caráter corporativo e gremial, embora tenham *status* de pessoa jurídica sem fins lucrativos, sua manutenção depende da prestação de serviços e, por isso, estes dados não são de acesso aberto e gratuito, e por não ter nós capacidade para conseguir uma amostra representativa do universo total de dados, dita metodologia tornou-se inviável.

Deste modo, optamos por utilizar dados de fácil disponibilidade, sendo assim, foram elaborados dois mapas, um das Zonas Geoeconômicas de Medellín e a relação que as RAAs têm com esta classificação, em que basicamente tomamos o preço do solo por m² representado por um espectro de 80 cores. O segundo mapa contém vários elementos que podemos relacionar com as principais centralidades de Medellín e as principais vias de acesso, conexão e transporte que permitem conectar às pessoas e estas como os lugares, além de adicionar o *Distrito Rural Campesino* que contém as áreas rurais do município, o Espaço Público Existente, diversos equipamentos de uso coletivo e as principais linhas do sistema de transporte.

Quadro 3. Categorização das Redes Agroalimentares Alternativas, Medellín

CATEGORIA	ESPAÇOS DE ATUAÇÃO	CLASSES
FOMENTO	Privados	Quatro organizações de fomento: Universidade de Medellín Campus Vivo; La Casa de la Semilla Criolla; SEMBRADORES; RECAB.
H.URB_COM_INST	Públicos e Privados	22 hortas comunitárias e institucionais.
MERC_AGRO_ECO	Institucionais	Dois mercados agroecológicos e da economia solidária: Mercado Verde Corantioquia; Mercado Verde Jardín Botánico.
MERC_CAMP	Públicos	19 Mercados Campesinos
PR_DE_MERCADO	Institucionais	Quatro praças de mercado: Plaza de Mercado La América; Plaza de Mercado Minorista Jose Maria V; Plaza de Mercado Campo Valdes; Central Mayorista de Antioquia.
TECD	Privados	Duas lojas especializadas e de comercialização direta: Colyflor Tienda de Comercio Justo; CERES, Mercado Orgánico..

Elaboração: ALZATE, 2021

Neste contexto, podemos observar no **Mapa 8**, em uma rápida visualização, uma distribuição menos central das hortas urbanas, com maior expressividade na Zona Centro Oeste (**Figura 27 e 28**), como na Comuna 12 (*La América*) e 13 (*San Javier*). Os *Mercados Campesinos* têm uma boa distribuição; já os mercados agroecológicos concentram-se em áreas específicas iguais às organizações de fomento e as praças de mercado que vão de Norte ao Sul.

Este mapa mostra as localizações das RAAs escolhidas e o preço do solo por m², os valores estão em pesos colombianos (COP), trabalhando com uma cotação para 06/05/2021 de 1 USD = 3.795,05 COP. Ou seja, os valores vão desde 0,977 USD, sendo este o valor mais baixo, até 3.911,14 USD como o preço maior do solo por m² em Medellín para o ano de 2020. Como era de se esperar, áreas muito afastadas têm um valor baixo (representado em vermelho como o valor mais baixo) como ocorre na Zona Noroeste e os valores mais altos nas áreas mais centrais e na Zona Sudeste. Dos seis estratos socioeconômicos que existem na Colômbia, por Comunas o estrato predominante é o dois na Comuna 13, o estrato quatro na Comuna 12 e os estratos maiores (5 e 6) nas Comunas 11 (*Laureles Estadio*) e 14 (*Poblado*). Porém, um mesmo bairro pode ter uma combinação diversa de estratos, como mostra o valor mais alto na Comuna 10 (*La Candelaria*) onde está a horta do *Museo de Antioquia*.

Observamos, em primeira análise, as hortas urbanas comunitárias e institucionais, como a horta da *Casa de la Cultura los Alcazares*, o *Hospital Mental*, como também em bibliotecas, escolas, museus ou universidades no caso das institucionais, e as comunitárias que podem ocupar parques, ruas ou quintais. Para estes pontos a distribuição tende a ser menos central. Aqui poderíamos resgatar a fala de Javier Burgos da *Red de Huerteros de Medellín*, para entender a espacialização das diferentes práticas a partir da apropriação do espaço (não somente com as hortas urbanas, como também com os percursos feitos junto com os coletivos de bicicleta), “a partir da rede, entender o urbano é entender o público, a aposta que como cidadãos nós temos para intervir na cidade, é a capacidade que como comunidade nós temos de transformar a cidade” (entrevista do trabalho de campo, Medellín, 2018, tradução nossa).

Na Zona Centro Oeste, nas Comuna 11, 12 e 13, estão as hortas do *Hospital Mental*; do colégio *La Independencia*; da *Casa Cultural Popular*; da RECAB; da

Biblioteca La Floresta; da *Casa de la Cultura los Alcázares*; da *Huerta Agroarte* e do *Museo de Antioquia*. O preço do valor do solo por m² vai de 498.278 até 2.518.256 COP, onde se localiza a praça de mercado *La América*. Se excetuamos este último, teríamos uma média de valor de 833.000 COP, o que poderíamos considerar um valor médio-baixo, pois estas Comunas não se caracterizam por ser de estratos socioeconômicos muito altos.

Por outro lado, podemos encontrar hortas na Zona Oeste, por exemplo, a horta da UVA na Comuna 5 (971.004 COP m²) e a *Huerta Casera Jardim Berlín* e na Zona Nordeste (onde o valor tende a ser mais baixo) como em *Mi Huerta a la Vuelta* na Comuna 4 (498.278 COP m²) ou a horta da *Biblioteca Sueños de Papel* na Comuna 3 (323.482 COP m²) e no Centro Oeste a *Ecohuerta Cerro Escorial* (1.422.116 COP m²) ou propriamente na Zona Sudoeste (Comuna 16) como a horta *EL Orégano* (1.720.630 COP m²) e a *Huerta Colores Renaciendo* (882.764 COP m²) ambas na Comuna 12 (Zona Centro Oeste), e a *Huerta Comunitaria La Gabriela* (411.828 COP m²) na Comuna 7 (Zona Oeste) e na Zona Sudoeste, na Comuna 15, a *Huerta la Colina* (802.523 COP m²). Mesmo que os preços sejam diferentes, as médias dos valores não são as mais altas e isto se deve ao fato de que a lógica das hortas urbanas não é comercial, e mesmo que sejam produtivas, têm um caráter de coesão social, segurança alimentar, fortalecimento comunitário e sensibilização ambiental.

Neste último aspecto, podemos refletir sobre a distribuição e o papel da agricultura urbana na divisão social do espaço, já que não só se expressam formas de vida, tradicionalmente associadas com práticas rurais, mas justapostas com formas do cotidiano da vida urbana.

O plantio em espaços urbanos implica uma mudança dos hábitos. O principal aqui é refletir acerca das origens dos alimentos e suas lógicas. A primeira impressão era que, da mesma maneira que as pessoas dos corregimentos que acordam e se deitam pensando em sua atividade de produção, a gente ia entrar numa lógica similar, mas a verdade foi que cada um de nós continuava desenvolvendo suas atividades na cidade, e esta não seria a atividade principal, Medellín não está pensado para semear-se, mas sim é possível fazer isto em qualquer canto com terra [...]. Por isto, queremos que a agricultura urbana seja como um elemento pedagógico muito forte, que permita refletir de maneira mais consciente, reconhecer os mercados camponeses e entender as lógicas das grandes cadeias, mesmo saindo um pouco da zona de conforto (Javier Burgos, entrevista do trabalho de campo, Medellín, 2018, tradução nossa).

Figura 27. Comunas de Medellín



Fonte: Galeria de Imágenes Escuela del Habitat – CEHAP - Facultad de Arquitectura - Universidad Nacional de Colombia - Sede Medellín. Modificado: ALZATE, 2021

Figura 28. Corregimientos de Medellín



Fonte: Galeria de Imágenes Escuela del Habitat – CEHAP - Facultad de Arquitectura - Universidad Nacional de Colombia - Sede Medellín

Se levamos em conta que muitas das pessoas que participam das hortas comunitárias são de uma população que tem uma origem no campo e muitos têm chegado por conta dos deslocamentos forçados, os lugares onde têm reconstruído suas vidas são Comunas mais afastadas das centralidades da cidade. Segundo Restrepo et al. (2018), 31% das enquetes feitas nas 86 hortas abordadas pela pesquisa começaram devido a alguma iniciativa institucional (bibliotecas, escolas, centros culturais, UVAs etc.), mas com um forte apoio comunitário (19% das hortas nascem como iniciativa comunitária), algumas inclusive fazem parte de seus programas institucionais, como é o caso da *Ecohuerta Campus Vivo* da *Universidad de Medellín* (embora seja uma iniciativa privada está dentro de uma instituição de ensino superior, ademais a incluímos no mapa como organização de fomento) na Comuna 16, além de que muitas destas iniciativas foram feitas com recursos de orçamento participativo¹⁷ com programas destinado a atender pessoas vítimas do conflito armado.

Aliás, embora os 19 *Mercados Campesinos* tenham uma relativa boa distribuição em Medellín, a média do preço do solo tende a ultrapassar o milhão de pesos (COP m²). Somente dois pontos apresentam um valor de 500.000 COP ou menos dentro do perímetro urbano, na *Zona Metro Cable La Aurora* e no *Parque La Pilarica*, ambos na Comuna 7 e um no centro povoado do Corregimiento de *San Antonio del Prado*, e dois mostraram um valor médio de 882.000 COP m² na Comuna 12, no *Parque La Floresta* e no *Parque del Ajedrez*; oito obtiveram um valor superior a dois milhões COP, sobretudo nas Comunas 10, 11 e 14, por exemplo, em *San Joaquín* ou *Laureles 2* ou em *Carlos Restrepo* e *Suramericana*. E, com os valores mais altos, *Mon & Velarde* (entre 3 e 4 milhões de COP m²) na Comuna 10, e na Comuna 14, *Canal Parque Teledellín* (3 milhões de COP m²) e *Parque La Presidenta* (5.398.311 COP m²).

¹⁷ Segundo a *Ley Estatutaria 1757* de 2015, Artículo 90, o *presupuesto participativo* é: “[...] un mecanismo de asignación equitativa, racional, eficiente, eficaz y transparente de los recursos públicos, que fortalece las relaciones Estado-Sociedad Civil. Para ello, los gobiernos regionales y gobiernos locales promueven el desarrollo de mecanismos y estrategias de participación en la programación de sus presupuestos, así como en la vigilancia y fiscalización de la gestión de los recursos públicos”. Em Medellín, 5% do orçamento anual de investimento é distribuído entre as 16 Comunas e os 5 Corregimientos (medellin.gov.co/).

Esta análise está restrita a uma variável só, porém é um bom ponto de partida para abordar a localização relativa das RAAs. Sabemos que um valor muito elevado não é um determinante absoluto da lógica que opera em uma ou outra atividade, mas sim é uma determinante para o acesso de pessoas no tocante às classes socioeconômicas, ao perfil étnico e racial, e, até a faixa etária poder ser condicionada.

No caso de instituições ou espaços públicos, os Mercados Agroecológicos e Solidários, como o mercado do *Jardín Botánico* e *Corantioquia*, para definir a população de consumo alvo, precisaríamos inserir outros elementos a serem analisados, como o acesso de transporte da população que frequenta estes lugares e os principais perfis dos consumidores. Por outro lado, as praças de mercado têm valores diferentes (desde 548.000 até 2.700.000 COP) para o qual precisamos abordar estes como centrais de abastecimento que articulam mais elementos que são menos flexíveis ao preço do solo.

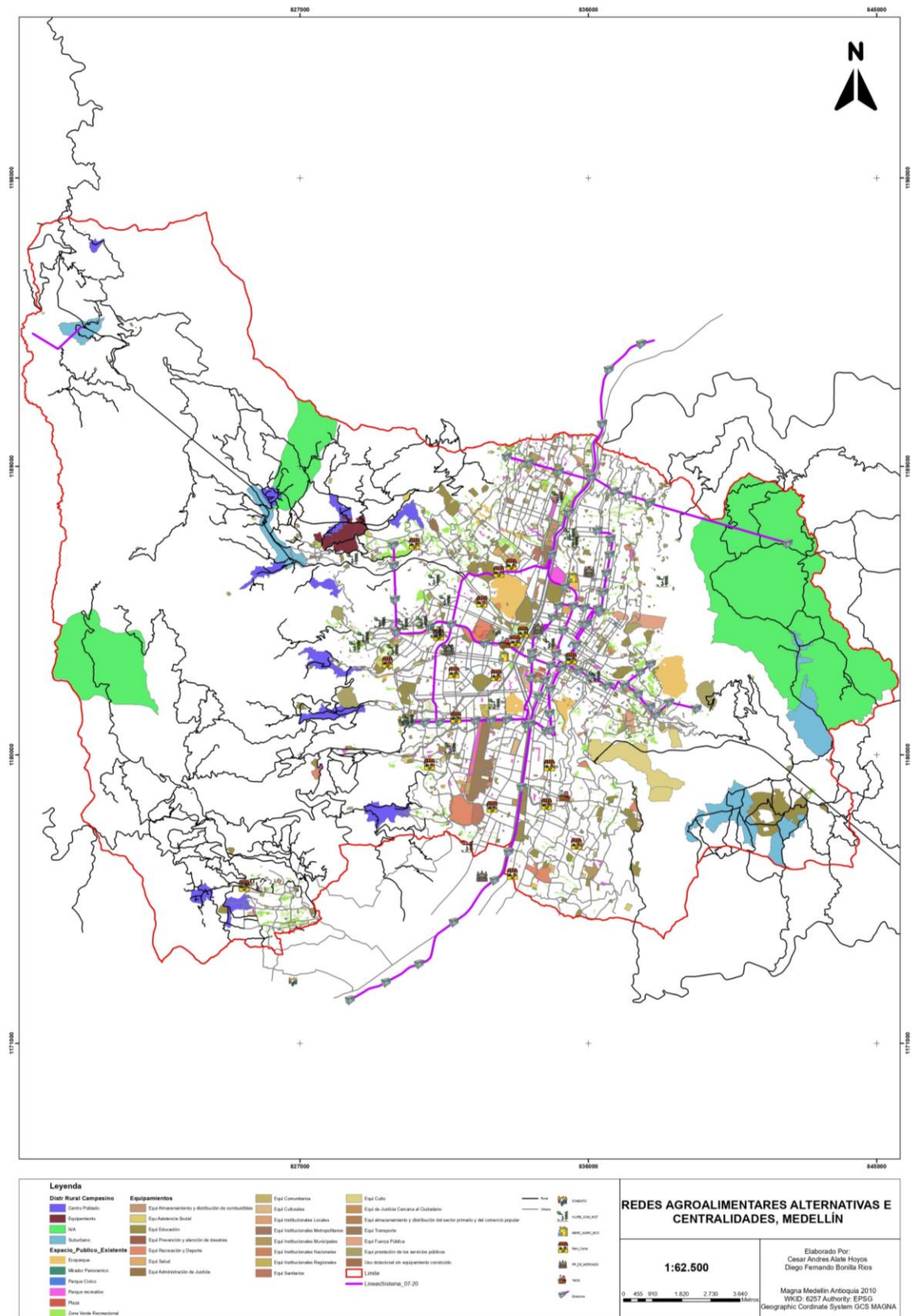
No que se refere, por exemplo, às Lojas Especializadas de Comercialização Direta (TCDE), CERES responde a um alto padrão de consumo e localiza-se numa área reconhecida por ser altamente custosa, o *Poblado*. No entanto, Colyflor, ainda que esteja bem localizada e em uma área com uma média que poderíamos considerar média e média-alta, atende consumidores de classe média com preços razoáveis. Além disso, podemos abordar as conexões mais profundas que a loja de comércio justo Colyflor estabelece com as áreas rurais de Medellín (Corregimientos de *San Cristobal* e *San Sebastian de Palmitas*). De acordo com William Álvarez,

Como a estratégia de mercado, tínhamos duas missões, ser o ponto de encontro entre o campo e a cidade, entre os Corregimientos e a Área metropolitana vendendo seus produtos e, fazer também alianças estratégicas com outras organizações, dentro e fora da área de influência (Medellín) (entrevista do trabalho de campo, Medellín, 2018, tradução nossa).

Processo todo que permite conectar diretamente mais de 78 produtores agroecológicos organizados (*Asociación de Campesinos Agroecológicos Campo Vivo* e a *Asociación Campesina Agroecológica de la Región de Boquerón*) na área rural Oeste do município de Medellín, além de estabelecer vínculos com outras organizações e produtores, como a organização *Cultivos Orgánicos y Agricultura Sostenible* (COAS), diminuindo assim atravessadores e fazendo esforços para a

construção social do mercado, por exemplo, com o Sistemas Participativos de Garantias (que rompe com a lógica convencional dos certificados de terceiros) que conecta produtores e consumidores, mas também, interligando um espaço privado, como é a loja de comercialização, com espaços que dialogam com práticas comunitárias e organizações de economia solidária localizados nas áreas de produção.

Mapa 9. Medellín, Colômbia. Redes Agroalimentares Alternativas e Centralidades, 2021



Como podemos observar com maior detalhe no **Mapa 9**, praticamente nenhum *Mercado Campesino* está desconectado de algum espaço público (dentro da categoria espaço público estão: *Ecoparques, Mirador Panorámico, Parque Cívico* ou Recreativo, *Plazas* ou *Zonas verdes de Recreación*). Em relação ao SITVA (*Sistema Integrado de Transporte del Valle de Aburrá*), que se conforma por empresas associadas como *Metro de Medellín, Metrocable, Metroplús, Tranvía de Medellín*, SIT (sistema complementar que funciona com miniônibus) e *EnCicla* (uso de bicicletas articuladas com o sistema por meio de 35.1 km de rota e 90 estações (ENCICLA, 2021)), existe uma boa cobertura. Somente alguns *Mercados Campesinos* parecem afastados, como a UVA do *Poblado* que fica perto do *shopping center* de alto padrão *EL Tesoro Parque Comercial*, também acontece com o *Mercado Campesino Loma de Los Bernal*, área também de alto padrão. Todavia, atingem áreas muito mais afastadas como a *Zona Metro Cable La Aurora*, sendo acessível principalmente por conta deste sistema integrado de transporte propício para áreas de encostas. Como era de se esperar, as hortas urbanas não estão sempre localizadas perto de estações ou das linhas do sistema de transporte. Contudo, surpreendeu-nos que todas as praças de mercado têm alguma linha de conexão. Por outro lado, todas as organizações de fomento estão também bem articuladas, à exceção de *Sembradores*, para a qual não temos informação por estar fora do limite municipal (assim como no *Mercado Campesino* do *Parque San Antonio*). Em síntese, podemos destacar o bom sistema de transporte público que tem Medellín como parte de seu investimento em obras urbanas, como mencionávamos em parágrafos anteriores.

Sem destacar, especificamente, no tocante ao equipamento coletivo como saúde, assistência social, cultura, equipamentos comunitários etc., podemos observar uma completa distribuição, em total 2.138 equipamentos e 3.747 itens que correspondem a Espaço Público Existente, embora a prefeitura de Medellín apresente o baixo dado de espaço público para 2018 de 3,74 m²/hab., quando a meta no POT foi de 7 m²/ hab. para 2018-2019, e muito mais baixa na Zona Nordeste $\leq 1\text{m}^2/\text{hab.}$ Se comparado com Curitiba com 64,5 m²/hab. para 2014 (MACEDO e ROMANUS, 2016), o valor de Medellín é bastante baixo. Segundo dados analisados pela própria *Área Metropolitana del Valle de Aburrá* (2010), a área com maior destaque em relação ao espaço público é a Zona Sudeste onde se localiza o *Poblado* (área de alto padrão), classificado como *aceitável*. Além disso, não exclusivamente a Zona Nordeste

apresenta um espaço público deficiente (as Comunas 1 e 2), também a Comuna 11, 12 e 13 na Zona Centro Oeste, assim como a Comuna 6 na Zona Oeste. Entretanto, nenhuma área dentro do perímetro urbano de Medellín classificou com um índice de espaço público classificado como *adequado*, ou seja, maior ou igual a 10 m²/hab.

Como se aprecia no **Mapa 9** (ver também **Figura 28**), os polígonos em azul escuro fora dos limites da área urbana de Medellín correspondem aos centros povoados dos Corregimientos que compõem os distritos rurais e, embora tenham vias rurais que os conectam com o principal centro urbano, o sistema de transporte público é deficiente ou até mesmo inexistente para que os produtores possam transportar sus produtos. De acordo com Cadavid-Castro e Álvarez-Castaño (2018), na média, as RAAs que produzem dentro do município de Medellín ou *Oriente Cercano*, percorrem entre 45 e 50 km com um tempo estimado entre 20 e 60 minutos por trajeto. Ainda que não sejam percorridos trajetos muito extensos e que permitam manter a qualidade do produto dentro dos critérios de frescor e proximidade, já que muitos produtos são colhidos no mesmo dia da entrega, o fato de que a maioria dos produtores não possuam transporte próprio (além do inadequado serviço de transporte público rural), a logística de distribuição e os altos custos de transporte, torna-se um componente que prejudica o funcionamento das RAAs, sobretudo para o produtor.

Como resposta a este problema, algumas lojas especializadas (TECD) articuladas com produtores, às vezes diretamente com produtores individuais organizados pelos próprios distribuidores, ou aproveitando a existência de organizações de produtores, possuem transporte próprio para levar os produtos diretamente a algum ponto de venda e distribuição ou no consumidor individual. Um exemplo desse processo é *Orgaenik*, uma loja virtual que faz comercialização direta com *Orgánicos de San Sebastián* ou *Siembra Viva*, uma organização que trabalha com agricultura regenerativa e aplica tecnologia no controle e monitoramento em tempo real na área de produção e articula pequenos camponeses para simplificar a cadeia de abastecimento através de uma plataforma tecnológica de vendas online (*e-commerce*).

Segundo Diego Benítez (entrevista do trabalho de campo, Medellín, 2021), fundador de *Siembra Viva*, o fator consumo, como aquele que determina o que e quanto se consome por família, foi muito fácil de obter, porém, explica o entrevistado,

como a história da agricultura orgânica no país tem sido muito artesanal e pouco funcional às exigências da demanda, não tem permitido manter uma oferta suficiente, adequada e constante de alimentos, com estândares de qualidades pouco variáveis que permitam estabilizar a qualidade na pós-colheita. De alguma maneira, isto se entende porque, por um lado, não há uma profissionalização dos produtores nos processos de pós-colheita e como também não se tem uma quantidade significativa de produtores conscientes, os chamados produtos limpos (sem defeitos, sem bichos e mais homogêneos, além de não ter traços de agrotóxicos) e certificados são uma exigência do mercado e o consumidor, ainda, inevitável; explica Benítez.

Sendo assim, *Simba Viva*, atualmente, tem o que eles denominam uma “cidadela”, onde se centraliza a elaboração de insumos, plântulas e tecnologia fornecida diretamente e através de assistência técnica para melhorar, assim, a efetividade da relação entre produtores e distribuidores. Este lugar, localizado no Corregimento de *Santa Elena* (**Figura 28**), fica perto da cidade e se promove como um espaço de sensibilização dos consumidores participantes. Dentro desta relação de comercialização, 30% (12 produtores localizados nos Corregimentos e no *Oriente Antioqueño*) são alimentos produzidos diretamente pelos produtores associados à rede e 70% são externos à rede. Este tipo de exemplo tem permitido não só encurtar os circuitos, como melhorar a qualidade dos alimentos, o acesso e as condições de vida dos produtores devido a que não se pretende só garantir a compra dos alimentos e o acompanhamento técnico e de fornecimento de insumos, como também melhorar a renda dos produtores (pequenos produtores com propriedades entre um quarto ($\frac{1}{4}$) de hectare e um hectare onde produzem entre uma tonelada e uma tonelada e meia de alimentos) que atualmente pode estar em torno de 1,5 a 2 vezes o salário mínimo, possível pela venda de um produto pago entre 30% a 35% superior, se vendido nos circuitos convencionais de comercialização.

Trazer esta experiência tem o intuito de mostrar a realidade de reconexão, reintegração e realocação que dinamizam as RAAs no território. Como abordamos na primeira parte, as áreas rurais, assim como as pessoas que destas dependem, sobretudo os camponeses, vivem condições assimétricas de pobreza que triplica (44,7%) a pobreza do trabalhador urbano (15,4%). Além dos ineficientes serviços e infraestrutura que se têm no campo, as unidades de produção são extremamente

pequenas. Na Colômbia, segundo o *Censo Nacional Agropecuario* (CNA) 69,9% das unidades de produção agropecuária, são de menos de cinco hectares e ocupam só 0,4% do total da terra, além disso, 84% dos produtores não têm maquinário e 90% não recebem assistência técnica (DANE, 2016).

Em Medellín, os cinco Corregimientos representam 70% do território, não obstante, como explica Cadavid-Castro et al. (2019), as terras são escassas na área rural de Medellín e, como as unidades de produção são tão pequenas, os projetos comunitários terminam alugando terrenos ou usando-os em comodato através da prefeitura. Segundo a informação obtida por Cadavid-Castro et al. (2019), com dados das estruturas alternativas de distribuição de Medellín, 60% das RAAs (que incluem também áreas do *Oriente Antioqueño*) que participam dos canais curtos de comercialização, o fazem através de canais diretos, o que significa que agricultores familiares levam diretamente seus produtos a espaços como feiras (também podem vender diretamente em seus sítios de produção), ou pequenos empresários que constroem estes canais diretos. Assim, os outros 40% o fazem através de canais indiretos curtos. Geralmente são os distribuidores que vendem em suas lojas especializadas (ou em algum local destinado a esta função) ou diretamente no domicílio do consumidor. Por exemplo, como sucede com *Siembra Viva* ou CERES que fazem uma intermediação entre produtores e consumidores finais ou alguns restaurantes como Lenteja Express.

Lastimosamente, os serviços urbanos (administrativos, políticos e públicos, assim como econômicos) que brindam a cidade não são suficientes para viabilizar as RAAs em seu processo de reintegração do sistema agroalimentar. Os espaços de distribuição e comercialização dos alimentos são uma pequena parte do circuito de todo o sistema produtivo. A diferença dos casos do Norte Global, onde os consumidores organizados são a principal força de integração entre a produção e o consumo, na América Latina, como temos exemplificado aqui com os casos do Brasil e da Colômbia, são os produtores ou organizações dedicadas à distribuição de alimentos que geralmente organizam, fomentam e dinamizam as Redes Agroalimentares Alternativas e, principalmente, com ajuda de alguma entidade governamental (as quais têm garantido um espaço físico de troca, contribuído na organização, nos espaços de produção ou nos canais de comercialização) ou não-

governamental (por exemplo, quando empresariais, muitas vezes focalizados na satisfação de um “consumo consciente” menos sensível às variações dos preços de mercado). Este fato, na Colômbia, a diferencia do Brasil, lamentavelmente não se tem traduzido em uma maior organização, como frisa Cadavid-Castro et al. (2019). Em Medellín existe pouco desenvolvimento do trabalho associativo e não se expressa abertamente um interesse por parte dos entrevistados que caminhe neste sentido; além disso, a pouca capacidade logística e vontade política não tem promovido a organização de uma oferta maior de produção de alimentos saudáveis, processo que no Brasil tem sido fundamental a partir dos programas de compra institucional de alimentos. Infelizmente na Colômbia este tipo de programas são praticamente inexistentes.

Por isto, pensamos que não se podem construir redes e muito menos contrarrestar o sistema agroalimentar hegemônico sem uma coordenação de forças que permita recuperar o controle e reconstituir os acentuados rompimentos entre produção e consumo de alimentos. Deste modo, os territórios de inclusão e exclusão, que podem ser centrais ou não no âmbito intraurbano, também são uma realidade no bojo das relações territoriais interurbanas e na escindida relação campo-cidade; disso trataremos nos próximos capítulos. Como não temos ainda os elementos discursivos para argumentar nosso posicionamento frente a um processo que nos inquieta e instiga – temos que dizê-lo, mais questões que respostas –, precisaremos desenvolver um fio argumentativo a partir dos dois próximos capítulos para nos questionar pela economia política do espaço e da cidade, pois consideramos que, até aqui, temos tratado de maneira não explícita. Como temos observado, a partir dos circuitos da economia urbana, ou uma análise das centralidades, com seus fluxos e fixos, com sua periferização inerente; mesmo assim, e ainda que pensamos que ambos os marcos teóricos sejam muito importantes, pensamos que estes respondem só a uma *cidade de fato*, e não a uma dialética das transferências. Para este propósito, após estabelecer um plano argumentativo, embora introdutório e, de algum modo, hesitante, e claro, ainda que muito incompleto (mas sempre incompleto), buscamos fechar a seguinte parte, com uma série de questões, e, algumas respostas, sobre o que poderíamos chamar, uma visão da economia política do espaço e da cidade, da produção e consumo do espaço (urbano).

PARTE III

Espaços de transferência,
espaços de resistência

5. SISTEMAS DE TRANSFERÊNCIA E SEUS MECANISMOS DE EXPLORAÇÃO E EXPROPRIAÇÃO DE VALOR: SISTEMA AGROALIMENTAR GLOBAL SEGUNDO O NOVO PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL

Finalmente chegamos a terceira parte da tese, estes dois capítulos compõem o que aqui denominamos *espaços de transferência, espaços de resistência*. O **Capítulo 5**, voltado a fundamentar o que entendemos por transferências de valor, e, como estas transferências, podem dialogar com o Sistema Agroalimentar Global abordado segundo o novo Padrão de Reprodução do Capital. Este primeiro movimento, que caracteriza alguns mecanismos de transferência na escala global, será desencadeante do seguinte capítulo (**Capítulo 6**); um segundo movimento; mas agora, a partir dos espaços de consumo e produção do espaço urbano; assim, completamos, e, ao mesmo tempo, inauguramos uma proposta, embora introdutória, de uma nova possibilidade de entender as transferências de valor a partir de uma virada teórico-metódica do consumo (tratamos de método porque ganha outra configuração categorial), já não abordado como termo singular, senão universal na compreensão da produção do espaço (urbano). Sendo esse capítulo (**Capítulo 6**), a oportunidade de visibilizar as RAAs em seu papel territorial ativo de transformação, em uma abordagem reescalada das transferências de valor, suas contradições, limites e potenciais resistências. À guisa de conclusão (considerações finais), elaboramos uma análise comparativa e de síntese para dialogar com algumas particularidades divergentes, assim como, algumas generalidades extraídas dos dois estudos de caso.

É o campo hoje uma expressão dialética negativamente determinada do “desenvolvimento” urbano? É suficiente uma abordagem que identifique os sujeitos explorados, excluídos, marginados, negados e empobrecidos, ou é necessário identificar também os espaços multiescalares, onde diversos mecanismos de expropriação de valor perpetuam condições de dependência? Quais são as potencialidades e os limites das Redes Agroalimentares Alternativas no rompimento ou mitigação dos processos de transferência de valor?

Este capítulo tem o intuito introdutório de uma proposta metódica¹⁸ maior, que partindo dos questionamentos já apresentados, buscará entender, em palavras resumidas, por que, sendo o campo o espaço histórico de produção vital (no sentido de fonte primária de materialidade que sustenta qualquer forma da habitabilidade, produção e reprodução espacial da vida humana), sua expressão é “hoje”, mais do que nunca, sua dialética, negativamente determinada pela sua forma Moderna e civilizatória, a qual chamamos cidade. Pretendemos dividir este exercício discursivo em duas partes: a primeira, que corresponde a este capítulo, é propor uma primeira abordagem a partir de uma escala global em que se tematize o Sistema Agroalimentar Global no plano dos mecanismos de transferência de valor; um segundo intuito, que pretendemos elaborar no seguinte capítulo que comporá a tese, corresponderá a um reescalonamento dos sistemas de transferência de valor na dimensão da produção do espaço urbano em diálogo com o a posição interrogativa e interpelativa que possibilitam as Redes Agroalimentares Alternativas.

Do ponto de vista do método, como foi realizado este capítulo? Partiremos do pressuposto de que conforme a Teoria Marxista da Dependência (TMD), desenvolvida entre as décadas de 1960-1970, podemos utilizar alguns princípios e elementos constitutivos da TMD para entender os mecanismos de transferência de valor (e também de mais-valor de maneira diferenciada) em escalas e espaços diferentes da qual a TMD foi pensada, ou seja, segundo o espaço teórico da competência no mercado mundial e na relação capital-capital, para criar uma ponte multiescalar que permita redimensionar o fenômeno em questão a partir da flexibilidade que diferentes níveis de abstração podem nos proporcionar.

A centralidade desempenhada neste capítulo pelas transferências de valor tem a ver com a expropriação (em realidade um roubo¹⁹) de valor explorado na fonte, o trabalho vivo e a natureza, o que permite relacionar movimentos horizontais de

¹⁸ O carácter metódico e não metodológico deste capítulo – assim como do próximo –, será abordado no desenvolvimento do mesmo; porém, podemos salientar que a sua matriz dialógica é *categorial* e não *conceitual*, por isso, encontra-se no campo metódico e não exclusivamente teórico e procedimental. Fazer este movimento, permitirá a nós privilegiar certas categorias de análise dentro de diversos níveis de abstração, para o qual as escalas e o re-escalonamento aqui proposto, pretende-se tornar mais coerente com a realidade.

¹⁹ Utiliza-se roubo na categoria de apropriação indevida de algo alheio, porque palavras mais palavras menos, o que se apropria é vida objetivada e tudo valor não-pago, que é de onde provem o mais-valor, é uma negação da subjetividade, pois, se o único que pode ser pago é a força de trabalho, do que se está apropriando, é da vida, e a vida é um “corpo” que só lhe pertence à pessoa que o possui.

transferência em relações que antes só destacavam os processos de dominação na relação vertical, como na relação capital-trabalho. Quando a TMD prioriza as transferências de valor no âmbito da competência entre capitais no mercado mundial, desvenda uma forma negativa da teoria do valor de Marx na forma de dependência. Como se explica mais adiante, o que torna a dependência uma síntese de múltiplas determinações são os movimentos de realização e desrealização²⁰ que se dão na passagem de uma determinação para outra e, quando este aspecto é entendido, a expropriação de mais-valor efetuada na circulação do capital será compreendida como uma transferência de valor e mais-valor que procedem unicamente da esfera da produção, para a qual a exploração do trabalho vai além da relação primária de dominação.

O que acontece quando desvendamos novos “rostos” no movimento da transferência de valor? Inevitavelmente partiríamos de uma ética, em que os mecanismos de compensação para contestar tal processo encontram na vida do ser humano e da natureza uma aparente solução de nivelamento das taxas de lucro, que somente é uma forma fenomênica do valor. Do mesmo jeito que a TMD entendeu este processo, o que pretendemos aqui é, progressivamente, mudar a escala do fenômeno de transferência. E, para que isto aconteça, tivemos que tensionar nosso marco categorial através de diferentes níveis de abstração. Desta maneira, o leitor encontrará neste texto (da **Parte III**), um dos dois grandes movimentos propostos: a articulação entre o Padrão de Reprodução do Capital e os Regimes Agroalimentares do Sistema Agroalimentar Global no nível dialético da formação cidade-campo, em uma escala ainda global; já no próximo capítulo, o leitor se deparará com as Redes Agroalimentares Alternativas, na dialética consumo-produção do espaço e nas determinações produzidas na tensão campo-cidade, inter-territorial (incluindo a escala interurbana) e nos espaços intraurbanos. As duas dimensões escalares priorizadas provêm de capítulos anteriores, e sua matriz discursiva e espaço narrativo serão os mecanismos de transferência de valor, assim como seus mecanismos internos de compensação e resistência.

²⁰ Utilizamos a palavra *desrealização* em concordância com o livro “Grundrisse” na edição Boitempo Editorial, 2011, como aparece neste trecho: “Esse processo de realização é igualmente o processo de desrealização do trabalho. O trabalho põe-se objetivamente, mas põe essa sua objetividade como seu próprio não ser ou como o ser do seu não ser – do capital” (MARX, 2011, p. 492).

Apresentamos, então, dois subcapítulos: um subcapítulo de fundamentação a partir da TMD e um segundo subcapítulo sobre o Padrão de Reprodução do Capital e o Sistema Agroalimentar Global.

No primeiro subcapítulo, apresentamos um **Quadro Metódico**, que aplicaremos com o intuito de localizar ou pôr no contexto as categorias que foram priorizadas, seu alcance espacial, seu espaço teórico de concordância e a escala de abrangência do fenômeno. Assim, o nível de abstração escolhido será onde as categorias, relações e determinações ganham importância. Estamos convictos de que este tipo de recursos didáticos são, uma forma respeitosa de nos posicionarmos frente à realidade, expondo nossos recursos limitados para entendê-la, e não entrar em um campo exclusivamente teórico que busca adaptá-la ao nosso sempre bem mais estático e limitado campo discursivo.

5.1 Teoria Marxista da Dependência: princípios e fundamentos

Para iniciar esse subcapítulo, incluímos o **Quadro 4**, no qual os elementos mais importantes para a compreensão metódica de nossa proposta estão sistematizados.

Quadro 4. Quadro Metódico

ESCALA	Mercado mundial
NÍVEL DE ABSTRAÇÃO (categorias priorizadas)	Valor, mais-valor, (super)exploração e relação expropriação-apropriação
TMRDD*	Relação capital-capital e realização do ciclo de reprodução do capital preço-lucro; realização de mais-valia e mecanismo de compensação

* Tipo e Momento de Realização/Desrealização da(s) Determinação(ões). Fonte: ALZATE, 2020

Antes de começar a abordar algumas ideias centrais que pretendemos trazer da Teoria Marxista da Dependência, gostaríamos de esboçar, de maneira sucinta, algumas categorias marxistas chave para que a linguagem da análise se torne muito

mais clara e precisa. Para este propósito, decidimos alicerçar estas categorias na obra de Enrique Dussel (2013).

De alguma maneira, interpretando Dussel (2013), a obra de Marx é uma crítica ética da economia política, isso porque o fundamento de todo valor é o trabalho vivo, a corporalidade que trabalha, deste ponto de vista, o que enxergava Marx era vida objetivada e, por este motivo, a relação privilegiada é a de trabalho vivo e trabalho morto. Como a *coisa* que será chamada de mercadoria, quando incorporada no mercado, tem valor objetivado, a fonte criadora de valor é o trabalho vivo e só ele possui força de trabalho. Assim, a força de trabalho, e não a vida, tem valor e pode ser paga. Por isso tem salário, uma base necessária do capitalismo. Porém, como a força de trabalho pode ser quantificada e paga, o capital não vem do nada, isto não somente desde a acumulação originária do capital, pois a partir de todo trabalho não-pago é que se origina o mais-valor. Como o salário paga o tempo (necessário) trabalhado para manter o fundo de vida do trabalhador (que é uma relação antagônica entre realização do capital e desrealização da vida do trabalhador), o mais-valor, que também é fruto do trabalho, é um valor a mais (do que o necessário para reproduzir o valor-salário), é um excedente que ele cria, mas que a ele será negado. Por isso, o trabalhador já não entrega simplesmente força de trabalho paga, ele entrega vida negada (objetivada) em um movimento de desrealização, em mais-tempo e mais-trabalho não-pago. Este excedente adquirirá a forma fenomênica de lucro ganho ou ganho extraordinário.

Da mesma maneira que não somente o valor de uso (a utilidade da coisa), como o valor quanto tal que se incorpora no sistema econômico, a apropriação desse excedente criado a partir da fonte, fundamentará todos os sistemas não-equivalentes, que como relata Dussel (2013), podem ter cinco mil anos de história com origem na Mesopotâmia. Não obstante, esta não-gestão do excedente por parte de quem o cria terá um fundamento político relacionado com o direito que a legitima: a propriedade. Sem este princípio, os dominadores não teriam como garantir a alienação de dito excedente, em princípio, comunitário. Como salienta Dussel (2013), neste aspecto, será o Estado moderno que usará mecanismos de coação e sob a figura da propriedade privada, a força (militar) e a legitimidade política para manter a posse e o controle dos valores excedentários. Outro ponto, que na visão do autor ganha

destaque, é o direito contido na propriedade privada e seu sistema de privilégios que funda “[...] como última instância formal ou política o exercício empírico do sujeito econômico que lhe permite possuir com toda a proteção do Estado [...] bens excedentes extraídos injustamente do sujeito produtor, do trabalho vivo” (DUSSEL, 2013, p. 78, tradução nossa).

Dussel (2013, p. 96-97, 100, tradução nossa) define o capital como a “valorização do valor ou, melhor ainda, como a permanência do valor que circula (ontologicamente) por todas as determinações [...]”, além de ser assegurada pela propriedade privada, torna-se a razão de ser dos ciclos de reprodução do capital. Como totalidade abstrata, é “constituído por múltiplas determinações” e será, em seu movimento dialético, “como movimento circulante que vai negando cada uma das determinações e subsumindo-as na seguinte”. O sentido ontológico deste movimento de valorização tem a ver com o que Marx considerava a essência que o Ser do capital, o valor, o único que permanecerá em dito movimento circulante e acumulativo de mais-valor. Como em cada negação se subsume a seguinte determinação, o que aparece é a sua forma fenomênica, por exemplo, o dinheiro transforma-se em meios de produção e salário, assim como o trabalho se objetiva como produto e este, por sua vez, será negado quando aparece como mercadoria.

Por que é tão importante resgatar essas categorias? Porque a economia política burguesa precisa instituir um mito, no sentido de “[...] discurso enganoso que produz inversões ou falsificações da realidade, ou oculta momentos ou categorias essenciais para produzir uma miragem de aparente verdade [...]” (DUSSEL, 2013, p. 81, tradução nossa). Por isso, o ocultamento persiste como fetichismo (que esconde a injustiça do processo porque não revela a vida objetivada/objetificada nas mercadorias), em que a sua valorização aparece como tautologia. Já que parece se autofundar em si mesma como capital, entender este movimento permite olhar para a totalidade do capital como a totalidade das determinações (que portam valor como trabalho objetivado) que se subsomem (incorporam-se e perdem sua essência para formar parte de uma nova totalidade) em movimentos de desrealização e negação.

Finalmente, o conceito de subsunção, de origem do latim (*subsumptio*) “[...] se relaciona à palavra alemã usada por Hegel *Aufhebung*, que significa ‘arrastar para cima o que estava embaixo’ (*Sub-Auf-*), e ‘pôr dentro o que estava fora’ (*-sumptio*, -

hebung) [...]” (DUSSEL, 2013, p. 92, tradução nossa). Este conceito, como indica o autor, teve caráter ontológico na obra de Marx e será destacado neste capítulo, já que, não somente permite desmascarar os processos de dominação e transferência, mas os realoca numa nova totalidade, a qual estabelece sempre um movimento dialético de negação, exclusão e objetivação, que seria também de incorporação, centralidade e subjetivação. Apropriarmos-nos desta força conceitual nos proporciona novos elementos de problematização e tematização, por exemplo, para entender a passagem do capitalismo mercantil ao capitalismo industrial em que se “[...] subsume um novo instrumento mecânico no processo material de produção da mercadoria, [...] agora ao processo formal de criação de mais-valor, agrega-se a transformação material de dito processo” (DUSSEL, 2013, p. 108-114, tradução nossa).

Esta nova centralidade que muda os eixos de acumulação também pode ser abordada desde a passagem de um Padrão de Reprodução do Capital (PRC) para outro, devido a que os ciclos de reprodução do capital precisam subsumir novas tecnologias e desenvolvimentos científicos. Deste modo, com a subsunção destacamos não apenas as contradições dos processos de transferência de valor propriamente dito, mas também elementos simbólico-discursivos que lhe são inerentes, mas não são necessariamente quantificáveis, ou seja, as versões simplificadas que constrói o capitalismo verde, ou as formas renovadas (reeditadas) de encadeamentos de transferências, sejam financeiros, tecnológicos etc. Todos estes temas serão desdobrados no decorrer do texto.

Quais são os principais elementos que podemos ressaltar da Teoria Marxista da Dependência que podem subsidiar uma análise em torno das transferências de valor? Neste aspecto, Luce (2018) adverte que a dependência não é uma determinação e poderíamos dizer que também não é uma categoria propriamente dita, mas síntese de múltiplas determinações. Este esclarecimento permite entender que a TMD, que se baseia na teoria do valor de Marx, coloca em questão o âmbito em que se inscrevem as relações de dependência. Luce (2018, p. 197) explica que elas “[...] residem no cruzamento de relações causais inscritas nos níveis de abstração da economia mundial e das formações econômico-sociais”. Como estas relações operam sobre a Lei do Valor, o que se demonstra, sob o ponto de vista categorial, é que os elementos tendenciais que configuram as formações econômico-sociais nos países

dominantes, que terminam sendo naturalizadas, tornam-se contratendências nas economias dependentes, o que dará especificidade as suas formações econômico-sociais e aos Padrões de Reprodução do Capital.

A dependência é, então, um momento dialógico em que o capitalismo, como totalidade, com todo seu ciclo de reprodução ativo, operando sobre o espaço da econômica mundial, inscreve uma forma negativamente determinada que se cristaliza, agora sim, como fenômeno histórico. A dependência não seria outra coisa que seu momento de síntese (sua forma fenomênica) e, por isso, sua aparência terminológica é tão perigosa, pois esconde na dependência, como expressão, seu atributo de condição necessária para a reprodução do capital, o que, como síntese (de múltiplas determinações), encarna na sua dialética de (des)realizações (LUCE, 2018).

A TMD pode ser localizada e datada a partir das décadas 1960-1970 na América Latina no “[...] âmbito político-ideológico do Brasil, centrada em torno da discussão entre os dois paradigmas então dominantes no país [...] representados pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e pela Cepal” (SOTELO, 2019, p. 49). A discussão deu-se no Brasil com a formação do partido Política Operária (Polop), do qual Ruy Mauro Marini formaria parte. Sob a pressão do recém Golpe de Estado que instaurou a ditadura militar e na tensão própria da luta de classes, neste período se deu origem à denominada esquerda revolucionária, no âmbito da qual seriam confrontadas as principais teses da concepção endogenista e desenvolvimentista da Cepal²¹ (SOTELO, 2019). Em termos gerais, Ruy Mauro Marini, Vania Bambirra e Theotonio dos Santos serão os principais fundadores da Teoria Marxista da Dependência. O embate teórico criou um afastamento com a sua versão pouco frutífera e pouco fundamentada sob o ponto de vista categorial, o “enfoque da dependência” defendido principalmente por Fernando Henrique Cardoso.

Foi o encontro entre a teoria do valor de Marx e a teoria marxista do imperialismo, formulada por Lenin (LUCE, 2018), que fundamentou as próprias

²¹ A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), que nasce por iniciativa de um “[...] grupo de economistas e outros cientistas sociais reunidos a partir do final da década de 40 em Santiago do Chile no então recém-criado órgão da ONU”, que desenvolveram uma “[...] estrutura conceitual própria, que deu suporte e legitimidade às propostas de política econômica oriundas da CEPAL” e deram “[...] substância ao que passou a ser chamado de desenvolvimentismo cepalino, referindo-se [...] às teses [...] que propunham que a industrialização apoiada pela ação do Estado seria a forma básica de superação do subdesenvolvimento latino-americano” (COLISTETE, 2001, p. 21).

categorias da TMD. Este processo gradual de incorporação de categorias e elementos marxistas terminou se tornando o ponto distintivo da TMD com o enfoque da dependência, sendo assim necessária uma remoção dos “[...] elementos estruturais-funcionalistas aderidos a ela em sua formação” (SOTELO, 1990, p. 53). Estes novos elementos incorporados são muito importantes, já que a confrontação teórica se faz às “[...] velhas teorias do desenvolvimento e pelo pensamento estruturalista da Cepal” (SOTELO, 2019, p. 50), pois, como fato histórico demonstrável, as vias do desenvolvimento nacionalista e autônomo se tornavam irrealizáveis no contexto das ditaduras ocorridas na América Latina, assim como as promessas da industrialização por substituição de importações tornavam o subcontinente mais e mais dependente.

Como categorias priorizadas na TMD, encontra-se a dependência propriamente dita abordada por Theotonio dos Santos; a superexploração da força de trabalho, a transferência de valor e a cisão no ciclo do capital, em que Ruy Mauro Marini, não apenas em termos metódicos e teóricos, mas em perspectiva histórica, soube desenvolver com rigor; Vania Bambirra com o desenvolvimento das formações econômico-sociais e a industrialização dependente, assim como Jaime Osorio com a categoria Padrão de Reprodução do Capital. Estes autores e outros pesquisadores, como Orlando Caputo e Adrián Sotelo Valencia, farão aportes significativos na continuidade da TMD (LUCÉ, 2018).

Como de alguma maneira a TMD pode ser concebida como uma continuidade da obra de Marx, em uma relação capital-capital e no espaço teórico do mercado mundial. Na formação do sistema-mundo, a TMD dá bastante importância aos processos de industrialização dependente e formação econômico-social. Decorre disso que o peso das categorias muda conforme a escala analítica do estudo e o nível de abstração priorizado por cada autor. Nesse sentido, vamos recuperar principalmente os aportes de Ruy Mauro Marini e Jaime Osorio; o primeiro por instituir a categoria superexploração da força de trabalho e transferência de valor, as quais consideramos que podem ser aplicadas em outro âmbito diferente do que foi originalmente pensado (no espaço da concorrência entre capitais), redimensionando-os em um teor de coerência com a escala e o nível de abstração; o segundo porque permite dialogar com o Padrão de Reprodução do Capital e o Sistema Agroalimentar

Global, mesmo que o último tenha mais de conteúdo histórico do que de marco categorial, propósito este de um sub-capítulo.

Pensemos de maneira integrada a questão da dependência, pois como já foi explicado antes, a razão de ser do capitalismo e o objetivo condicionante do capital é a valorização do valor. Como uma tendência global e como leis tendências específicas deste movimento, haverá no intercâmbio econômico, entre economias que participam do mercado mundial, uma não-equivalência, já não exclusivamente de acordo com o âmbito dos sistemas não-equivalentes que geram alienações na esfera da produção na relação capital-trabalho, agora estamos falando de uma não-equivalência entre economias. Não obstante, a esfera de circulação é o momento privilegiado da concorrência, o que em termos puramente formais da economia pode ser entendido como um intercâmbio entre economias desigualmente desenvolvidas e, de maneira naturalizada, uma hierarquia na divisão internacional do trabalho. Sob a perspectiva da TMD, a centralidade na extração de mais-valia e a acumulação de capital têm, necessariamente, uma forma negativamente determinada na transferência de valor entre economias.

Efetivamente há uma tendência, na Teoria do Valor de Marx, à queda da taxa de lucro, a qual ocorre quando da passagem da mais-valia absoluta para a mais-valia relativa que muda com a composição orgânica do capital, que em poucas palavras, implica uma mudança na proporcionalidade do valor-salário conforme se introduz maior tecnologia, sobretudo, em meios de produção e capital fixo, tornando a maior produtividade uma forma de extração de mais-valia. Entretanto, esta incorporação de maior valor tende a se nivelar na medida em que outras economias também se tornam mais produtivas. Se, de alguma maneira, a divisão internacional do trabalho e a formação econômico-social explicam e justificam uma transferência de valor como uma concorrência desigual, os mecanismos de exploração (e segundo a ótica da TMD de superexploração), serão explicados pelos processos contra-arrestantes empregados como mecanismo de compensação em economias que não conseguem incorporar essa mesma tecnologia, mas que ainda são convenientes, pois ainda que desigual, nos termos da concorrência, os sujeitos que mais se apropriam de ditos excedentes encontram-se longe da fonte criadora de valor.

Se a transferência de valor, como transferência de riqueza “[...] tivesse unicamente o momento da determinação positiva de sua dialética [...] teria se difundido no mundo um nível médio de produtividade através da tendência ao nivelamento da taxa de lucro” (LUCE, 2018, p. 33). Contudo, “[...] se configura assim uma situação similar à aludida pela noção de intercâmbio desigual na economia internacional” (MARINI, 2012, p. 29), o que seria sua determinação negativa.

Estas determinações que se impõem no intercâmbio desigual serão as desrealizações que configuram a transferência de valor na dependência como dialética. Poderíamos, em uma tentativa de síntese, utilizar a ideia marxista de Carcanholo (1981) e abordada por Luce (2018), da “[...] não-identidade entre a magnitude do valor produzido e do valor apropriado [...]. É essa diferença que determina o surgimento da categoria transferência de valor” (CARCANHOLO, 1981, p. 24).

Como dita transferência dá-se no âmbito da fase de circulação do capital, pensamos que a forma negativa dialeticamente determinada é na realidade uma expropriação de mais-valia. Então, o que se expropria? Valores explorados na fonte criadora de valor, o trabalho vivo. A não-identidade abordada pelos autores é a forma fetichista do intercâmbio que oculta a (super)exploração do trabalhador como mecanismo de compensação e nivelamento das taxas de lucro. Todo intercâmbio, por princípio de concorrência do mercado, é desigual. Contudo, as transferências não são exclusivamente um embate discrepante entre preços de produção, mas uma transferência de mais-valia em que “[...] a apropriação de valor realizado encobre a apropriação de uma mais-valia que é gerada mediante a exploração do trabalho no âmbito interno de cada nação” (MARINI, 2005a, p 37).

Para poder entender este raciocínio, devemos destacar três processos, nos quais Marini se centra no decorrer da sua obra e que Luce (2018) muito bem sintetiza: a transferência de valor como intercâmbio desigual, a cisão nas fases do ciclo do capital e a superexploração da força de trabalho. Como não é nosso propósito aqui aprofundar nenhum desses pontos, poderíamos destacar algumas ideias centrais, uma vez que a cisão do ciclo do capital como uma característica histórica do capitalismo dependente de América Latina serve de pano de fundo para dialogar com alguns fatos históricos. Tanto a transferência de valor, que não só levaremos no âmbito do

intercâmbio desigual propriamente dito, em razão de que foi pensado no marco do mercado mundial, quanto a superexploração que de fato permite alicerçar este capítulo.

Quando a história passa a ser verdadeiramente universal, desencadeiam-se todas as totalidades que caracterizam nosso momento atual, a Modernidade, a colonialidade (como processo progressivo derivado de um momento histórico), a divisão internacional do trabalho, entre outros. Pensando em Marx e na última totalidade mencionada, a divisão internacional do trabalho, segundo Marini (2008a), ainda que se coza no colonialismo, tem suas bases estabelecidas com o surgimento da grande indústria, localizando dito processo no século XIX e, com maior precisão, “[...] a partir de 1840-1850 começa a verdadeira expansão do comércio exterior [da Inglaterra] [...]” (BAIROCH, 1967, p. 258, tradução nossa). E aqui vem o essencial da proposta de Marini (2008a) na Dialética da Dependência, o que ele chama da confusão entre a mais-valia relativa e a produtividade.

Extraindo esta ideia de Marini (2008a), poderíamos expor o seguinte raciocínio: o fim último do aumento da produtividade é produzir mais produtos com menor valor embutido em cada unidade produzida e assim obter mais-valia extraordinária, a qual se traduzirá em ganho extraordinário (sua forma fenomênica) até que se uniformize a taxa de produtividade, esta diminuição proporcional de valor, ou seja, por unidade produzida e sem uma correspondência do aumento de mais-valia (que pelo contrário tende a sua diminuição). Isto quer dizer que, com a generalização do avanço técnico e tecnológico entre os demais capitais e, por causa da tendência à taxa média de lucro, a única relação que modificará o aumento de mais-valia será a relação original entre tempo de trabalho excedente, de onde se extrai o mais-valor, e o tempo de trabalho necessário, de onde se extrai o valor e se paga pela reprodução da força de trabalho, ficando assim como fonte concreta de ganho o grau de exploração do trabalhador. O detalhamento deste processo na relação de expropriação de valor e mais-valia, isto é, sua forma negativamente determinada da transferência entre capitais, é o que fundamentará a dependência como uma condição estrutural e sistemática da taxa de (super)exploração, seu principal mecanismo de compensação que marcará seu lugar na concorrência.

Uma das características do capitalismo dependente na América Latina que acompanha os processos de superexploração é a separação entre a esfera produtiva

e o mercado interno. O que acontece quando há uma cisão nos ciclos de reprodução do capital, entre a circulação e a produção? Segundo Marini (2008a), a função do mercado mundial na América Latina definiria o traço dependente desta no capitalismo mercantil e, posteriormente no capitalismo industrial. “O traço característico da economia dependente é sua tendência a divorciar a produção das necessidades de consumo das amplas massas” (MARINI 1981, p. 1). Segundo Luce (2018, p. 86), “trata-se de uma contradição antagônica que gera uma cisão que se cristaliza sob o caráter de uma lei tendencial nas formações econômico-sociais do capitalismo dependente”. Em outros termos, a função (agro-mínero)exportadora da América Latina devia atender às necessidades de expansão dos ciclos de reprodução do capital comandados pelos países centrais.

Marini (2008a) adverte que há uma contradição inerente que separa o duplo papel do trabalhador, como produtor e como consumidor. Opor esta dupla função permitiu a esta economia agro e mínero-exportadora fundar livremente o aumento de mais-valia a partir da superexploração do trabalhador. Por que é tão importante entender esta contradição? Imaginemos um cenário em que, como salienta Marini (2008a), a realização do ato da produção não se vê interferido pela capacidade do consumo individual. Nos países dominantes este aspecto marcaria um limite na taxa de exploração e remuneração do trabalhador, devido a que o próprio trabalhador é também consumidor de mercadorias. Porém, quando as exigências da produção e consumo respondem a um marco econômico global, o fundo de consumo necessário para reproduzir a força de trabalho não é uma condição limite na exploração. Assim, com esta contradição que divorcia os ciclos de reprodução do capital da fonte criadora de valor, aquela força de trabalho poderá ser substituída sempre que se julgar necessário.

Como bem lembrou Marini (2008a), na América Latina, tanto as reservas de mão de obra indígena (como aconteceu nas minas do México e Potosí), quanto a migração europeia com a constante incorporação tecnológica, permitiram, desde as fases iniciais do capitalismo mercantil até o processo de industrialização interna, um aumento da massa trabalhadora explorada com compressão do consumo individual através de uma não-correspondência entre valor da força de trabalho e valor-salário. Da mesma maneira, no contexto da industrialização por substituição de importações,

Marini (2008a) reflete sobre como a mais-valia não acumulada e alienada dos trabalhadores acentua a profunda divisão de classes, assim como uma distinção entre bens de consumo (popular) e bens suntuários; essa separação entre esferas de consumo será, para nós, semente dos chamados Circuitos da Economia Urbana.

Todavia, a grande questão a sublinhar, aqui, são os mecanismos de compensação que procuram neutralizar ou, pelo menos, diminuir a transferência de valor de um intercâmbio desigual. Desigual em termos de capital, tecnologia, posição hierárquica na divisão internacional do trabalho ou na cadeia global de valor, além de uma periferização histórica, mas que em últimas instâncias, são a forma dialética negativamente determinada da transferência de valor, a superexploração da força de trabalho, aspecto que nas economias dependentes emergiria como seu traço estrutural e condição dialética necessária para a expropriação/apropriação de valor, assim como a legitimação/ocultamento do processo de transferência, o que Luce (2018, p. 135) chama de “[...] intercâmbio de equivalentes e a negação do intercâmbio de equivalentes” da superexploração como “tendência negativamente determinada da lei do valor”.

O que caracteriza a superexploração como tendência negativamente determinada é que, além da exploração imanente da lei do valor própria dos sistemas não-equivalentes, esta também se relaciona a aspectos alienantes que a tornam estrutural nas economias dependentes. Estamos tratando de uma relação que acelera o desgaste da força de trabalho e a sua capacidade de reposição, desgaste que seria, em condições normais, deste modo, uma transgressão desse valor (LUCE, 2018). Por isso, para Marini (2008b, p. 162, 160, *itálico do autor, tradução nossa*), a superexploração “[...] não corresponde a uma supervivência de modos primitivos de acumulação de capital, senão que é *inerente a esta e cresce correlativamente ao desenvolvimento da força produtiva do trabalho*”, em outras palavras, “a relação positiva entre o aumento da força produtiva do trabalho e a maior expropriação do trabalhador [...] *faz ao modo de produção capitalista em si mesmo*”.

Duas categorias mediadoras fundamentam a categoria de superexploração: fundo de consumo e fundo de vida (LUCE, 2018). Como frisa o autor, estas duas categorias são relacionais e têm a ver com os tempos de trabalho, seu barateamento, desgaste e reposição. Como o preço real da força de trabalho cai abaixo de seu valor,

a reprodução física e moral do trabalhador se vê comprometida (MARTINS, 2008). Desta maneira, Marini (2008a, p. 126, tradução nossa) propõe três mecanismos que afetaram tanto a jornada de trabalho como o tempo excedente, que é de onde provém a mais-valia: “a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário para que o trabalhador reponha sua força de trabalho”, que atua junto com o barateamento de dita força de trabalho. Esse uso extensivo e intensivo de trabalho, “[...] permite baixar a composição-valor do capital [...] que faz com que se eleve simultaneamente as quotas de mais-valia e ganho”.

Estes mecanismos tornaram-se não exclusivos, mas sim essenciais no capitalismo dependente da América Latina, pois o lucro se extrai de um maior esgotamento do trabalhador e não necessariamente sobre uma maior produtividade. Como salienta Marini (2008a), em uma economia agrícola-extrativista estes efeitos são muito mais sensíveis sobre a ação direta do trabalho. Embora a industrialização latinoamericana tenha sido incorporada para produzir maior grau de dependência, por exemplo, com o uso de tecnologia e capital estrangeiro, a maior produtividade sempre gera uma baixa de valor incorporado por unidade produzida. Isto implica então, uma relação negativa com a mais-valia, assim aumentando o trabalho excedente em tempo ou intensidade, o que aumenta a massa de valor. No entanto, como a tendência com o tempo é sempre de nivelamento da taxa média de lucro por generalização ou nivelamento da produtividade média, de novo se tenderá à baixa do lucro. Como estamos dentro de um intercâmbio de mercadorias, a divisão internacional do trabalho e grau de desenvolvimento dos meios de produção, que determina qual atividade é mais ou menos lucrativa, permitem tornar a superexploração da força de trabalho o mecanismo privilegiado no mecanismo de compensação das transferências de valor exercidas no intercâmbio desigual; que precisamos sublinhar, não é desigual porque ocorre na esfera da circulação, uma transferência via concorrência de preços, mas é desigual porque depende de uma fonte criadora de valor altamente explorada e objetivada em um intercâmbio que oculta a identidade entre os valores produzidos pelas economias dependentes (com menor composição orgânica) e os valores apropriados pelas economias dominadoras.

Não podemos esquecer de que, no momento em que se transferem valores que provêm, não exclusivamente de um aumento na produtividade (mais-valia relativa), mas sim de uma exploração da força de trabalho acompanhada da diminuição do fundo de consumo e fundo de vida do trabalhador, o que realmente estamos transferindo são vidas desrealizadas (necessárias na realização do capital). Por isso, a transferência de valor (e sobretudo de mais-valor) é um tema ético e não exclusivamente econômico-formal.

Eis onde radica a tese do presente capítulo: o papel subordinado da América Latina no marco da divisão internacional do trabalho – entendido aqui como resultado do processo prolongado da racionalidade moderna, sua colonialidade – tem definido seu lugar na transferência de valor. Isto indica, afinal, uma extração das fonte(s) única(s) de criação de valor: o trabalho vivo e a natureza (aqui incluímos a natureza, sempre inerente ao trabalho e de inegável materialidade). Neste aspecto, sua condição histórica, o que a torna dependente, é sua imanente função orgânica na formação do capitalismo mercantil e, posteriormente, industrial no mercado mundial (também gênese do sistema-mundo), que é competência da TMD. Este é, sobretudo, o ponto chave na formação urbana moderna devido a que esta relação de expropriação (já não exclusivamente de exploração na relação capital-trabalho, ainda que não deixe de ser sua fonte) que marcaria a formação do capital acumulado original na revolução industrial e da população urbana das metrópoles europeias e também será uma dialética ineludível na formação da nossa cidades. Assim, pretendemos deixar um alicerce teórico-metódico para compreender (em uma abordagem de capilaridade escalar) o papel disruptivo e interpelativo que as RAAs jogam nos processos de transferências de valor a partir de territorialidades ativas que procuram recompor ou atenuar as condições dialéticamente determinadas que configuram o próprio território em sua formação histórica (ver **Capítulo 6**).

Sob o ponto de vista de Marini (2008a, p. 113, tradução nossa) e a partir do espaço teórico da TMD, “o desenvolvimento industrial supõe uma grande disponibilidade de bens agrícolas, que permita a especialização de uma parte da sociedade na atividade especificamente industrial”. A industrialização europeia do século XIX “não teria tido lugar se estes não houvessem contado com os meios de subsistência de origem agropecuário, proporcionados em forma considerável pelos

países latino-americanos”. Com isto, a extração de alimentos na relação conceitualmente dicotomizada campo-cidade é, sem ser exclusiva, fonte metabólica (no sentido da materialidade e fluxo energético) primordial para a formação da vida social urbana, o social como categoria burguesa (pois nasce com o burgos). A transferência de valor é, então, uma relação condicionante que requer ampliar as escalas e os níveis de abstração que as acompanha (ver **Capítulo 6**).

Dentro deste raciocínio, o urbano tem uma tendência a ser um sistema produtivo eficiente, bem como, segundo a relação sistema-mundo, busca hierarquias de dominação entre países. O urbano nos países dependentes busca tornar estrutural os fragmentos que o compõe como território e aqui falamos desde o ponto de vista cidade-campo. Isto implica fragmentações convenientes também no próprio urbano e de maneira concreta na cidade. Deste último aspecto surgem, em nosso modo de ver, os CEU de Milton Santos, como condição extrativista e expropriante não exclusiva dos países dependentes, mas sim historicamente estrutural e sistemática, assim como fundamental na formação do capital mundial no marco da divisão internacional do trabalho, esta realidade tende a generalizar-se conforme se generalizam e interiorizam as contradições.

Finalmente, aclaremos, que as forma de desdobramento do mecanismo compensatório (superexploração) são múltiplas e negativamente determinadas. Por exemplo, o endividamento compromete o fundo de consumo futuro e transfere valores às entidades financeiras. O interessante de analisar as transferências de valor como extração de mais-valia que provém do trabalho vivo e da natureza é que nos permite afrontar esta análise desde diferentes escalas e chegar a uma forma não-revelada: o fetichismo das mercadorias, neste caso, dos alimentos vestidos de certo romanticismo, pois, o que presenciamos são novas objetivações, a não-identidade entre sua produção e apropriação, é um ocultamento, em que entendê-lo se torna vital para salvaguardar o lócus de enunciação e interpelação das Redes Agroalimentares Alternativas e seu fundamento ecológico que reivindica sua primeira materialidade.

5.2 Padrão de Reprodução do Capital e Sistema Agroalimentar Global

Este subcapítulo tem o intuito de mostrar como a TMD e o Sistema Agroalimentar Global (SAG) articulam-se com os diversos mecanismos de transferência de valor próprios, mas não exclusivos, das formações territoriais, sobretudo, em sua forma intermediária entre níveis mais abstratos e concretos para ler a realidade, os Padrões de Reprodução do Capital (PRC). Esta noção de mediação permitirá compreender como operam os diversos mecanismos de transferência de valor no momento histórico no qual se encontram o Brasil e a Colômbia, o que Osorio (2012a) chama de padrão exportador de especialização produtiva, que em nossos estudos de caso, aproxima-se mais a um modelo de primarização-extrativista de segunda geração para, deste modo, encontrar as principais articulações com o SAG como parte constitutiva do capital em sua escala global.

Para poder afunilar nossa abordagem, vamos utilizar alguns esclarecimentos de Osorio (2012a), em quem alicerçamos a noção de Padrão de Reprodução do Capital. Antes de tudo, devemos entender que nosso interesse, aqui, é procurar uma explicação, ainda que bastante limitada em termos de marco categorial, dado que consideramos que as abordagens feitas sobre o SAG tendem a estar sujeitas a análises mais de ordem histórica que propriamente sobre um marco categorial, ou seja, baseiam-se mais em fatos históricos do que em categorias de análises. Claro que não pretendemos preencher esse vácuo metódico, contudo, o desafio está em trazer elementos que parecem exclusivos da TMD utilizados em espaços que privilegiam abordagens fundamentalmente econômicas para propor, embora de maneira introdutória, algumas coincidências contraditórias entre os PRC e o SAG, que estariam alicerçados sobre uma base prolongada da racionalidade extrativista que, para nós, é, em si, um fundamento da racionalidade moderna, esticada e reeditada na construção do processo de colonialidade e constatáveis pelas já mencionadas transferências de valor.

Neste intuito, Osorio (2012a, p. 43) retoma a noção de Padrão de Reprodução do Capital (abordado por autores como Nilson Araújo de Souza, Ruy Mauro Marini, José Valenzuela Feijóo, entre outros), como uma noção intermediária entre diferentes níveis de apreensão da realidade. Dentro das noções e categorias marxistas, o maior grau de abstração, por exemplo, no modo de produção e sistema mundial, busca “[...]

apreender relações sociais e processos que fundamentam a realidade social, para o que é necessário deixar de lado certos aspectos do movimento histórico a fim de compreender sua essência”, em outras palavras, a essência das relações e processos permite entender o histórico além de suas particularidades históricas.

Aliás, noções como a formação econômico-social e a conjuntura são mais concretas e, “quanto maior a concretude, mais variada se torna a realidade [...]”. A primeira se relaciona como “[...] constituição do capitalismo em unidades político-econômicas e territoriais limitadas”, em que se encarna uma contradição do capitalismo como planetário e extensivo e limitado por diversas fronteiras onde ganha concretude, mas também se torna conflitante com a sua reprodução (OSORIO, 2012a, p. 43-44). A segunda noção, a conjuntura, “[...] remete a unidades político-temporais em que se produzem modificações significativas na correlação de forças entre os agrupamentos humanos em conflito e os projetos que encabeçam [...]”, como nas formações econômico-sociais e o sistema mundial e, por ser uma noção mais concreta, “[...] constitui a síntese de múltiplas determinações de processos variados e alimentados pelas unidades mais abstratas” (OSORIO, 2012a, p. 44).

Finalmente, a noção de PRC “surge para dar conta das formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados [...]” (OSORIO, 2012a, p. 44-45). Poderíamos dizer que a função mediadora do PRC permite percorrer os níveis de abstração mais abrangentes necessários para assentar as bases conceituais e metodológicas dos níveis mais concretos das diferentes especificidades históricas. Por exemplo, dentro do marco da divisão internacional do trabalho e seu cada vez mais integrado sistema mundial, o capital se reproduz conforme se adapta e reorganiza sobre novos eixos de acumulação. Estes padrões de reprodução podem ter maior *luminosidade* nas diferentes condições mencionadas, mas a centralidade de um padrão não implica o desaparecimento do predecessor, só o grau de dominância ou subordinação (OSORIO, 2012a).

Para poder relacionar os diferentes eixos de acumulação, os agentes hegemônicos e o Sistema Agroalimentar Global imbricado no Padrão de Reprodução do capital, vamos primeiro fazer um esclarecimento que pode orientar a discussão aqui proposta.

Como tínhamos já indicado no **Capítulo 1**, conforme o ser humano tem se tornado cada vez mais urbano e as atividades de industrialização têm sido incorporadas de maneira extensiva no próprio espaço produtivo (de alimentos, bens e serviços ambientais), o campo, a conexão original do ser humano com a natureza, tem sofrido alterações, sendo cada vez mais expressiva na descaracterização sistemática da agricultura. Este fenômeno histórico, nunca completamente totalizante, e principalmente expressivo no modelo agroindustrial (em sua dimensão de agricultura capitalizada agroexportadora), poderia ser explicado em dois aspectos, só separáveis em nosso processo analítico de construção mental, não em sua realidade: 1) o processo de incorporação da indústria na produção agrícola só é possível pela subsunção real que a tecnologia realiza no processo produtivo, subsunção que já não é formal porque separa o processo criativo que agora passa a ser um processo alienante (por exemplo, da propriedade e dos meios de produção), em que o camponês se integra nas novas relações de produção de maneira mais objetiva (quem será objetivado); 2) à medida que a industrialização se faz intensiva e expansiva, a racionalidade também subsume o trabalhador e, consigo, suas relações sociais e naturais vinculantes (como com a terra) em um processo de extração de mais-valia que permanece nas sucessivas determinações dos ciclos de reprodução do capital, ou seja, incorpora (nega) subjetividade em um processo de objetivação necessário para a valorização do valor. Em outras palavras, a desrealização do trabalhador em seu vínculo original (de maneira subjetiva em sua relação-mundo), é uma determinação positiva para a realização do capital em sua lógica de maximização de lucro e concentração, processo todo que coloca e incorpora à alimentação na lógica mercantil e no marco de circulação global do capital.

Osorio (2012a) destaca cinco padrões - eixos dominantes de reprodução do capital e os períodos que estes abrangem nos países dependentes desde a sua independência – este parece um aspecto paradoxal, mas é estruturalmente constitutivo da Modernidade –, levando em conta o autor, os países com maior desenvolvimento relativo e com lógicas internas próprias de reprodução, movimento que não deve ser exclusivamente particularizado, mas sim entendido como constitutivo de um sistema-mundo (o autor falará de sistema mundial) dentro da sua lógica de reprodução. Sendo assim, os PRC são: a) padrão agromineiro exportador (desde a etapa da independência até a segunda década do século XX); b) etapa de

transição (primeira metade dos anos 1930); c) padrão industrial (segunda metade dos anos 1930), com uma etapa internalizada e autônoma (até os anos 1940) e uma etapa de integração ao capital estrangeiro (desde os anos 1950); d) etapa de transição (de meados dos anos 1970 aos anos 1980); e) padrão exportador de especialização produtiva (de meados dos anos 1980 até o presente).

Como veremos, o primeiro regime alimentar abrange as etapas dos dois primeiros PRC e, como entendemos relevante para nossa análise, retomaremos alguns elementos do período de industrialização dos países periféricos; porém, primeiro discutiremos alguns aspectos chave do **Capítulo 1** para poder dialogar com maior fluidez.

Sabemos que o conceito de regime alimentar abordado a partir da leitura de Friedmann e McMichael (1989), alicerça-se nos conceitos de sistema-mundo (WALLERSTEIN, 1974) e regulação da acumulação de capital (AGLIETTA, 1979), integrando em uma única narrativa, o âmbito da agricultura doméstica como o capitalismo em sua expressão histórica e geopolítica (MCMICHAEL, 2016). Desta maneira, os sistemas domésticos e circunscritos às fronteiras nacionais passam a ser entendidos como parte integrante de um sistema global que opera a partir de eixos de acumulação, controle e domínio político-econômico. Não obstante, ao se analisar os regimes alimentares deve-se levar em conta que o centro hegemônico pode ser encarnado por uma forma-Estado, como aconteceu com os dois primeiros regimes, ou pelo poder do capital privado corporativo para o caso do terceiro regime. Em ambos os casos, respondem a eixos de acumulação que precisam movimentar seus instrumentos políticos e, se de algo temos certeza, é de que o protecionismo e a promessa do livre mercado, não são antagônicas, são dialéticas, isto é, que são aplicáveis de maneira diferenciada conforme a fase de poder em que cada parte integrante se encontra para conseguir acentuar os termos do intercâmbio desigual.

Para nossa reflexão, devemos entender os processos de produção e circulação de alimentos, que também implicam uma estrutura de abastecimento e um desenvolvimento técnico-científico particular, como nos esclarecia Paula (2017), mas já não exclusivamente em termos históricos, também em uma postura que sublinhe os diversos mecanismos de transferência de valor e os papéis que cada agente desempenha consoante seu lugar na divisão internacional do trabalho. Enxergar as

determinações dialéticas deste processo, implicaria abandonar a naturalização circunstancial do desenvolvimento e atenuá-los através de encadeamentos de dependência condicionantes, ou melhor, necessariamente condicionados pelo desenvolvimento.

Segundo (MCMICHAEL, 2016), os dois primeiros regimes posicionam a hegemonia global de potências mundiais através da instrumentalização do alimento. Lembremos que a hegemonia britânica, entre 1870 e 1930, liga, política, institucional e comercialmente as metrópoles europeias com suas colônias e ex-colônias (PAULA, 2017) e, como fundamentamos no subcapítulo anterior, a revolução industrial simplesmente não teria sido possível, pelo menos nestas condições, sem o substrato metabólico (energético) que os alimentos vindos do Sul permitiram. Alimentos baratos que proporcionaram as condições para que o império britânico se especializasse.

Centramos nossa análise no capitalismo industrial como uma etapa de integração mais forte ao capital estrangeiro, já que sua etapa anterior, internalizada e autônoma até os anos 1940 deu passo a uma etapa de maior dependência, importante de ser abordada devido a que os processos de integração que ocorreram neste período deixaram as bases em que os principais mecanismos de transferência de valor irão operar. Como explica Marini (2008a), nas economias avançadas, o ritmo acelerado de incorporação de tecnologia no processo produtivo leva a uma redução do prazo de renovação do capital fixo, provocando uma necessidade de exportar equipamentos obsoletos para as economias em processo de industrialização. Estas economias receptoras vivem um “[...] estrangulamento cambiário” (MARINI, 2008a, p. 62, tradução nossa), que as conduz a incorporar tecnologia em forma de investimento estrangeiro direto do capital. Objetivo que tem o intuito de aumentar a composição orgânica de capital nos países dependentes (para diminuir sua participação na composição do valor global na circulação do capital) e criar mercado para a indústria dos países centrais, mas com duas marcadas consequências: primeiro, acelerar o processo de desnacionalização como um impacto da integração e, segundo aspecto, a ampliação da dívida.

Além disso, aparece uma terceira consequência constitutiva das contradições reprodutivas do capital que é a queda tendencial da taxa de lucro que, como já mencionamos, cria as condições para que continuem a serem aplicados os

mecanismos contra-arrestantes encarnados na superexploração do trabalhador. Como salienta Osorio (2012a), os equipamentos, maquinário e matérias-primas serão sobre acumulados enquanto a taxa de lucro não se eleva (o autor explica que com a baixa da taxa de lucro o valor ficará preso em alguma das suas formas, como capital-dinheiro, capital-produtivo ou capital-mercadoria). O que acontecerá durante esse tempo é que vários capitais serão absorvidos por outros. Processo de desvalorização distinto das crises que propiciam novos períodos de reprodução do capital. Esclareça-se que no caso dos baixos salários em países dependentes, como ocorre na América Latina, Luce (2018, p. 168) sublinha três razões a levar-se em conta: 1) “a exacerbação do exército industrial de reserva” que influi na queda dos salários; 2) “[...] os trabalhadores não cumprirem o mesmo papel na realização do capital como nas economias centrais [...]”, o que cinde a participação interna do trabalhador como consumidor; 3) “o fato de, na lógica reprodutiva do capital sob essa realidade, a burguesia dependente procurar contra-arrestar as transferências de valor a que se encontra subordinada” o que provoca um deslocamento do “[...] fundo de consumo do trabalhador para o fundo de acumulação do capital”, em poucas palavras, acumulação de capital através da superexploração do trabalhador.

É muito relevante analisar este fenômeno histórico que se dá a partir dos anos de 1950, o que nos permitirá fazer a ligação com o segundo regime alimentar, marcada pela supremacia dos Estados Unidos, que será uns dos principais países a introduzir equipamentos obsoletos e, compor assim, com investimento estrangeiro, o capital que irá a fortalecer a burguesia local, mas também criará um divórcio entre bens necessários e suntuários no mercado interno (OROSIO, 2012a). Marini (2008b) explica que, embora a verdadeira economia dependente emergiu com a economia industrial, foi a economia exportadora que marcou uma etapa de transição herdada pelos antigos modelos de produção colonial, como foi o regime escravocrata em alguns países latino-americanos, principalmente o Brasil, que dará conta desse fenômeno.

Antes de passar ao seguinte PRC, devemos entender, como salienta De Oliveira (2013), que a passagem da economia agrário-exportadora (que aqui denominaremos agroexportadora) para uma centrada no desenvolvimento urbano-industrial foi possível pelo contingente de mão de obra que migrou para a cidade,

permitindo, por um lado, a expansão da infraestrutura, sobretudo da rede rodoviária e, por outro lado, a ocupação de terras com baixo coeficiente de capital, o que se traduz em uma expropriação do excedente e já não exclusivamente da propriedade, o que igualmente ocorreu com posse transitória da terra. Segundo o autor, esta também constitui um processo de acumulação primitiva, com trabalho morto acumulado no preparo da terra e subtração de valor do produtor com o rebaixamento dos preços da lavoura.

Este fenômeno de transferência, muitas vezes invisível para nosso entendimento, configuram mecanismos de transferência escalonáveis que sempre serão acompanhados de mecanismos de compensação do *furto* de valor. Por isso, não seria entendível o porquê do processo de desindustrialização da América Latina não ter encontrado obstáculos para sentar as bases de uma economia mineiro-agroexportadora, pois, como sublinha Marini (2008b), há uma alta rentabilidade no capital variável que permite, nas economias dependentes, seguir exportando a preços compensadores aos países centrais. Poderíamos agregar a essa análise que o principal capital de importação às economias dependentes é o próprio capital e o principal produto de exportação às chamadas economias avançadas é trabalho vivo e natureza como estratégia de acumulação.

Retomando o fio condutor dos regimes alimentares, o eixo de poder e acumulação uma vez debilitado, transfere-se para sua ex-colônia, os Estados Unidos, como frisa McMichael (2016), consolida-se com a domesticação do continente. Entre 1950 e 1970, com os Estados Unidos como novo centro de poder, define-se no jogo de correlação de forças no marco econômico e geopolítico. Este novo ordenamento dos poderes globais também seria definido por uma era que soube articular a produção agrícola com a indústria no plano do comércio mundial e na nova divisão internacional do trabalho, os mecanismos de transferência se tornam mais e mais complexos na medida em que os encadeamentos de dependência ratificam os lugares das periferias e centralidades no panorama mundial. Dentro das principais características deste regime, está a expansão do modelo agroindustrial, que tem como centro a condição de país excedentário na produção de alimentos que exerce os Estados Unidos em um contexto crítico decorrente do período pós-guerra. Os processos de transferência de valor, que pretendemos trazer para a discussão, são

mais difíceis de enxergar porque o *aparato* agroindustrial cria as condições dentro da crise da ordem mundial sob as premissas de eficiência agrícola e segurança alimentar, que junto com o discurso de política de contenção (próprio da Guerra Fria) e no processo crescente de descolonização, a tão mencionada Revolução Verde, que não só alterou a produção doméstica dos países, também tornou a agricultura mais dependente de insumos, capital e tecnologia, além de alterar os padrões de consumo da população mundial.

Os Estados Unidos aproveitam sua supremacia na produção especializada e intensiva em *commodities* através de estratégias como o Plano Marshall, tendo a oportunidade de alimentar a países atingidos pela guerra. Assim, a fome passa a ser uma oportunidade e os alimentos, também como os insumos (como fertilizante e pesticidas) e a tecnologia, tornam-se um instrumento de controle hegemônico. A dita ajuda alimentar justificou a importação de grande quantidade de grãos por diferentes países. Como podemos analisar neste processo, a transferência de valor não implica necessariamente uma concorrência no espaço do mercado mundial, mas o que se evidencia é que as importações concorrem com a agricultura local dos países importadores. Poderíamos pensar que a desenvolvida agricultura dos Estados Unidos aproveita seu avanço na composição técnica do capital e a maior extração de mais-valia relativa que permite o avanço tecnológico. Não obstante, as exportações foram subsidiadas, na maioria dos casos, pelo próprio Estado, mas a transferência acontece quando os produtos entram nos mercados locais (onde não só mudam os modelos produtivos, como também alteram os padrões de consumo) com preços inferiores dos custos de produção e, claro, seria de se esperar um impacto ainda maior sobre a pequena agricultura, com menor capacidade de aumentar a sua composição orgânica.

Como podemos analisar, levar a indústria para o campo permite internacionalizar o modelo agroindustrial. A chamada modernização agrícola tem que ser entendida como uma complexificação da agricultura, em que mais variáveis e atores entram no cenário, em que a sujeição agrícola ao setor energético e químico com o aumento de fertilizantes sintéticos cria novos encadeamentos de dependência em empresas de tecnologia, maquinaria, fertilizantes, entre outros, não seriam as únicas beneficiadas, já que outros mecanismos de transferência de valor se ativam

com este novo modelo, pois agora necessitam de créditos e investimento de capital estrangeiro para que o modelo de modernização comece a marchar.

Como se evidencia no novo PRC, muitos alimentos passaram a ser *commodities* e muitas *commodities* deixaram de alimentar pessoas. Outro aspecto a se levar em conta é que a Revolução Verde (assim como posteriormente ocorreria com os alimentos geneticamente modificados) não alimentou necessariamente os pobres urbanos, mas se configurou como uma estratégia de espoliação e despojo para que os pobres do campo não tivessem mais terra para se alimentar (HOLT-GIMÉNEZ; PATEL; SHATTUCK, 2010).

Se a segurança alimentar e a eficiência agrícola foram parte do discurso para a erradicação da fome, então por que jamais houve uma desaceleração, como frisa Paula (2017), da capacidade produtiva que, pelo contrário, se adaptaria à demanda? Porque tanto a produção de alimentos e matérias-primas dos países periféricos como a modernização produtiva não são objetos, nem processos autônomos desvinculados dos ciclos de reprodução e maximização do lucro, mas, pelo contrário, são instrumentos de subsunção, em termos de totalidade, e expropriação de valores e mais-valia, no âmbito da dependência e transferência; transferência que ocorre no espaço do intercâmbio capital-capital, assim como em outras escalas que explicaremos mas em diante, como na dicotomização urbano-rural. Nada mais expressivo deste processo do que o agronegócio.

Como já tínhamos explicado no **Capítulo 1**, o agronegócio liga ao complexo de proteína animal a especialização de *commodities*: grãos/carboidratos, soja/proteína (MCMICHAEL, 2016), que acompanhado de uma reestruturação dos padrões de consumo, assim como dos pacotes tecnológicos, torna alvo das importações os países periféricos e dependentes. Como temos salientado, a modernização agrícola tem sido acompanhada do gasto público na Colômbia com um crescimento de 50 vezes entre 1950 a 1972 (BURBACH; FLYNN, 1980), contudo, isto não diminuiu as importações (ARAGHI, 2009). Com o aumento da concentração de terra, característica histórica de países como a Colômbia e o Brasil e, na priorização da agenda de gastos públicos e investimento estrangeiro, o negócio ficou nas mãos de uma classe latifundiária e da indústria agroexportadora.

Havendo bastante controvérsias no papel dos órgãos internacionais, não há dúvida de que a tensão entre livre-comércio e protecionismo nas políticas domésticas acentuou as desigualdades entre capitais concorrentes, beneficiando atores hegemônicos como os Estados Unidos e, de maneira oposta, os novos países concorrentes no mercado de *commodities*, como o Brasil, sofreriam a deterioração dos termos de troca²² quando se fica no meio das contradições do protecionismo e o livre-mercado. Aliás, órgãos como o FMI e o Banco Mundial, como explicam Holt-Giménez, Patel e Shattuck (2010) desempenharam uma função importantíssima no desenvolvimento urbano e industrial das cidades, mas com trabalho mal remunerado e comida barata. Em uma linguagem mais apropriada com nosso marco categorial, poderíamos dizer que os processos de industrialização e formação de cidades foram possíveis pelo grau de superexploração do trabalhador rural, na composição de um exército de mão de obra barata que foi despojada do campo pelos processo de modernização agrícola e na produção de alimentos baratos que respondem a mecanismos contra-arrestastes na transferências de valor a partir de uma determinação negativa que se baseia na superexploração do trabalhador (ver **Capítulo 6**).

Como veremos, entra uma nova era que amplia, mas também descentraliza, o papel hegemônico dos Estados. É uma forma mais complexa que não suprime as contradições anteriores, por exemplo, entre livre mercado e intervencionismo estatal, mas acentua os desequilíbrios da balança comercial dos países que tem participado dos novos acordos bilaterais de comércio internacional. A partir deste momento, o capital privado das corporações se tornará o novo eixo acumulador, não que antes não fosse importante, mas agora será central na constante readaptação e reinvenção do capital em sua continua valorização e reprodução ampliada.

Resumindo, a instrumentalização do Estado permitiu, nos dois primeiros regimes alimentares, alicerçar os ciclos de reprodução do capital fazendo mudanças

²² Termo utilizado pelo economista argentino Raul Prebisch, liderança intelectual ligado à CEPAL desde 1949, quem refletindo sobre as economias latino-americanas, encontra que, a ausência de uma indústria dinâmica (diversificada e integrada), característica das economias periféricas que se especializavam em produtos primários, não permitiria, nem a absorção de mão de obra nem a difusão do progresso técnico, o que levaria a uma diferenciação frente às economias do centro, assim, a deterioração dos termos de troca se traduz numa tendência desfavorável dos preços de exportação para os países latino-americanos, os quais transferem os valores produzidos para os países industrializados (COLISTETE, 2011).

no ciclo produtivo em que, como se expôs no primeiro regime, as transferências de mais-valia se suportaram sobre a superexploração e ampliação da fronteira agrícola nas antigas colônias, possibilitando assim a consolidação de uma sociedade urbano-industrial nas metrópoles europeias; já no segundo regime, o modelo agroindustrial, alicerçado na modernização agrícola, tornou-se central nas estratégias geopolíticas dos principais eixos de poder, sobretudo, os Estados Unidos, além de sentar as bases do que Burbach e Flynn (1980) chamaram de uma burguesia agrária moderna nos referidos países do “Terceiro Mundo”. Estas condições seriam o substrato de um terceiro regime alimentar a partir de 1980 até nossos dias, o “regime alimentar corporativo” ou “regime alimentar corporativo-ambiental” (FRIEDMANN, 2005), marcado pela intensificação e expansão do neoliberalismo em suas diversas formas de privatização, desnacionalização de empresas públicas, aumento do investimento estrangeiro direto, que acompanhou os créditos e Programas de Ajuste Estrutural (PAE), financeirização da economia e até o próprio capitalismo verde, serão umas das expressões mais relevantes deste regime alimentar.

Uma das principais características do regime corporativo, que se destaca com força neste período, é a subordinação dos países dependentes às políticas neoliberais. Paradoxalmente, a proclamada liberalização do mercado veio acompanhada da definição das regras do mercado internacional, para o qual diferentes órgãos como a OMC e o FMI foram criados. No entanto, estes tem respondido mais aos interesses dos países centrais, pronunciando ainda mais as transferências por intercâmbio desigual, assim como a perda de soberania dos países periféricos ou dependentes, devido a que o endividamento público passa a ocupar o primeiro lugar nos mecanismos de transferência de valor. Palavras mais, palavras menos, a riqueza produzida nos territórios nacionais, alvo das políticas neoliberais, em outros termos e, segundo os dados da FAO (2014), poderíamos supor que os chamados “países em desenvolvimento” trocaram em trinta anos (desde 1970 até o ano 2000) superávit (US\$ 1bilhão de superávit comercial) por déficit (US\$ 11 bilhões por ano). Para onde foi todo esse dinheiro? Quantas vidas desrealizadas cobrou essa expropriação de riqueza? Nossa proposta não é reduzir as transferências de valor a uma simples extração de quantias monetárias, quando abordamos a dependência como síntese de múltiplas determinações.

Como propõe Luce (2018), devemos atentar tanto com os mecanismos de compensação que empregam os países afetados, mas também as concessão que o capital tem que fazer com o Estado para tornar o sistema agrícola local como parte integrante de uma engrenagem maior, como o Sistema Agroalimentar Global; porém, as análises nestes aspectos tendem a se concentrar nas dinâmicas da esfera da circulação do capital e esquecem que as fontes criadas de valor ficam drasticamente alteradas: a terra (natureza) e o trabalho. À maneira de exemplo, a concentração de terra (acompanhada de um intenso impacto ambiental) e a espoliação de pequenos agricultores (reduzindo a população rural), assim como a própria função social da propriedade se subsomem na lógica reprodutiva do capital.

Então, como se dá esse novo Padrão de Reprodução do Capital e quais são suas principais características? Este novo padrão exportador, que Osorio (2012b) chama de padrão exportador de especialização produtiva, marca um reposicionamento dos eixos de acumulação e alguns traços que marcaram o padrão anterior deixam de ser centrais. Este aspecto é destacável no processo de desindustrialização que prevalece hoje na América Latina (que também ocorre nos países centrais, mas em procura de mão de obra barata). O projeto de desenvolvimento deixou de se alicerçar na indústria, embora países da região como Brasil e México ainda continuem com estas atividades, mas agora mais submetidas ao novo projeto exportador, o qual é constitutivo da cadeia global de valor em vários de seus segmentos (OSORIO, 2012b).

A principal característica deste PRC é que se alicerça sobre dois eixos: a primarização, centrada no agronegócio, e o extrativismo, baseado na mineração e no setor energético, correspondendo ao perfil característico da América do Sul, pois, países como México, que embora continue exportando prata, petróleo e algumas hortaliças, sobretudo para os Estados Unidos, tem se especializado em produtos típicos da maquila, como automóveis, motores ou diferentes peças de eletrodomésticos. Atualmente, esses dois traços principais têm gerado uma alta submissão aos preços das *commodities*, além da instabilidade e dependência às flutuações do mercado mundial (KATZ, 2018).

Esclarecemos, e, para não perder de vista nosso posicionamento teórico, que o processo extrativista é basilar na racionalidade moderna e, como esta assume a

aparência de única racionalidade, esgota as possibilidades da razão, em geral, seja abordada como irracional, ou seja, de se pensar sobre a irracionalidade intrínseca da razão única. Assim, a colonialidade se estabelece com um marcado traço de dominação sobre a cultura, o conhecimento ou da própria materialidade do Objeto colonizado (BAUTISTA, 2013), o que Spivak em termos de capitalismo global atrela à constituição ideológica do sujeito dentro do Estado-nação e como construção do Outro como Terceiro Mundo ou pós-colonial, facilitando a subtração da classe trabalhadora periférica da realização da mais-valia (CHEAH, 2010). Agora, o que nos interessa é frisar que a racionalidade moderna cria as condições em que a subsunção real do trabalhador, e da natureza como um todo, tem utilizado mecanismos de exploração-expropriação de valor-mais-valia. A racionalidade moderna é, então, sob nossa perspectiva, certamente extrativista, sendo a Modernidade seu marco totalizante e legitimador, que esconde como civilizador o que tem sido barbárie.

Katz (2018, p. 2, tradução nossa) introduz, no debate sobre a TMD, o uso adverso da renda, isto é, uma “[...] remuneração à propriedade dos recursos naturais, [...] mais-valia extraordinária gerada na própria atividade primária ou absorvida de outros setores”. Como a natureza passa a ser uma estratégia de acumulação, a natureza da América Latina é coisificada como excedente. É um processo que poderíamos chamar, utilizando a ideia de Harvey (2003), de “acumulação por despossessão”, que, como acrescenta Katz (2018), com o lugar subordinado que ocupa América Latina na divisão internacional do trabalho e na cadeia global de valor (na qual agrega pouco ou nenhuma transformação à produção), o usufruto dessa renda estaria praticamente para ela vedado.

Continuando com este raciocínio, vamos abordar a industrialização no campo (como espaço primário de produção), como um processo em que a natureza, em si, torna-se força de produção, ou seja, haveria uma relação entre o avanço tecnológico e a subsunção do espaço e da natureza (cientes de que estes dois elementos, na realidade, não podem ser separáveis). A primeira, pode ser abordada a partir da produção do espaço capitalista (onde confluem a maioria de estudos sobre produção do espaço urbano sob a perspectiva da teoria crítica), em que, de acordo com Arboleda (2017, p. 147, tradução nossa), ao se revolucionar a composição biogeofísica dos lugares rurais, assim como as formas de vida que estes contêm, se

dá passo a um fenômeno que “[...] tem sido considerado parte estruturante do processo sociometabólico da urbanização planetária”.

E, a segunda, fazendo um recorte temporal dentro do PRC, haveria um “superciclo de matérias-primas da América Latina” (ARBOLEDA, 2017, p. 147-148, tradução nossa), em que a “subsunção real da natureza” pode ser vista como a transformação *in situ* do espaço agrícola ou minero-energético, em que a tecnologia e, consigo a incorporação de relações de produção decorrentes da industrialização, objetiva as fontes criadoras de valor como excedentes, o que, para Smith (2007), torna a natureza uma “estratégia de acumulação”, em outras palavras, já não é exclusivamente a natureza se transformando em mercadoria a partir da força de trabalho, que Marx já considerava um processo alienante na medida em que a subsunção faz a passagem da subsunção formal para a subsunção real. De acordo com Arboleda (2017), a primeira implica apropriação do mundo biofísico, tal qual este se encontra e, a segunda, a sua transformação em meios de produção. Em síntese, poderíamos dizer que, na subsunção real do trabalho, quando se estabelece uma alienação total pelo capital através da maior composição técnica, seria também um argumento para pensar que a modernização do campo, que é finalmente uma incorporação tecnológica da racionalidade moderna, sofre uma subsunção real como natureza, isto é, subsumida ao capital, o PRC exportador de especialização produtiva é a expressão intensiva e extensiva daquele processo.

Mas agora, o processo objetivante ganha força e se torna eixo estruturante de acumulação em seu decorrer sistemático, quer dizer, como padrão, tornando o extrativismo uma expressão funcional da transferência de valor e máxima contradição da valorização do valor que tende à destruição total de todas as fontes criadoras de valor. O processo de subsunção, quando totalizante, é um processo de autodestruição eminente, já que a totalidade sem exterioridade subsumível torna irreproduzível o capital.

Este processo extrativista gera dependência da exploração da natureza como estratégia de acumulação (utilizando a expressão de Smith (2007)) e, com os modelos econômicos dos governos, ainda que denominados progressistas, esta matriz permaneceu inalterada, todos os discursos parecem ganhar o *status* de neo-extrativista (GUDYNAS, 2011). Além disso, o que indica o padrão exportador de

especialização produtiva é que a transferência de valor por intercâmbio desigual perpetua-se devido ao capitalismo dependente continuar compensando ditas transferências não em torno da mais-valia relativa, mas sim com a superexploração (LUCE, 2018), traço estrutural da economia dependente.

Voltando ao PRC, devemos precisar alguns elementos basilares. “Para que a reprodução do capital gere um padrão é necessário que reproduza certas pautas por algum tempo, isto é, que sua passagem pelas esferas da produção e da circulação deixe marcas por meio da repetição” (OSORIO, 2012a, p. 74). A transição de um padrão de reprodução para outro é propiciada por crises que criam as condições necessárias para que o esgotamento de um padrão se subordine ao emergente padrão, expressivo tanto em suas facetas do ciclo de reprodução, quanto em sua unidade como capital. O novo padrão só prevalecerá quando as condições de organização técnico e científicas de trabalho etc., do novo eixo de acumulação, estejam estabelecidas (OSORIO, 2012a).

Contudo, a metamorfose deverá superar vários obstáculos e a política econômica será um dos mecanismos fundamentais para atingir este propósito, em que o poder político se tornará meio para a realização do poder econômico (OSORIO, 2012a) e a forma-Estado será um de seus principais instrumentos. Por exemplo, no padrão industrial na América Latina, entre 1940 e 1970, o Estado implementou políticas mais protecionistas nas tarifas de importações, mas será fundamental em matéria de investimento ou incentivando o consumo interno, por exemplo (OSORIO, 2012a). Este processo é bastante expressivo nos regimes alimentares, como com as tarifas de importação para proteger o mercado, ou subsídios para que a produção interna se torne mais competitiva no mercado internacional. Eis a tensão dialética entre livre-mercado e políticas intervencionistas.

Outro aspecto a levar em conta na formação do PRC é a organização do espaço. Este novo processo de reprodução do capital necessita criar, adaptar ou reincorporar as condições sociais e materiais necessárias para sua realização, neste sentido, Osorio (2012a) exemplifica algumas modalidades de organização do espaço que diferenciariam os antigos padrões de reprodução. Por exemplo, com o padrão agromineiro exportador, após o processo de independência da América Latina, foi preciso o uso intensivo e extensivo do território (para plantações de trigo ou campos

de criação de gado) e altos investimentos em infraestrutura que proporcionassem conexão entre os espaços da produção com os espaços de distribuição e circulação, tais como ferroviárias, rodovias e portos. Já no período de industrialização, apareceram os corredores industriais que procuraram economias de escala e sistemas de abastecimento que pudesse tornar as matérias-primas e os insumos mais baratos, assim como mais próximos aos centros urbanos com a adequação de infraestrutura urbana. Finalmente, desde meados dos anos 1980, o padrão exportador de especialização produtiva, embora mantenha sua vocação exportadora, também requer importar bens de consumo e meios de produção em grandes quantidades, o que demandará investimento em aeroportos, rodovias e portos.

Estes circuitos integrados, espacial e historicamente necessários para os ciclos de reprodução do capital, determinarão, porém, a própria dependência, pois, o sistema capitalista “[...] define-se enquanto uma totalidade que requer circuitos de reprodução integrados, porém desigualmente desenvolvidos e diferentemente articulados” (DUSSEL, 2012, p. 241). Esta heterogeneidade do sistema capitalista configura-se através da imbricação de núcleos econômico-espaciais que constitui o sistema de transferência um núcleo central, com capacidade de atrair e apropriar valores e que se caracteriza por empregar diferentes mecanismos de transferência e, do outro lado, economias com pouca capacidade de reter os valores produzidos, para o qual utilizarão diferentes mecanismos de compensação como condição negativamente determinada da transferência, que serão chamadas de economias periféricas ou dependentes (OSORIO, 2012a; LUCE, 2018).

Apesar disso, a realidade é mais heterogênea e continuaremos defendendo este argumento. As transferências ocorrem também ao interior dos territórios, no espaço intraurbano (por exemplo, entre Circuitos da Economia Urbana, entre espaços de inclusão e exclusão), entre espaços urbanos e rurais, entre classes socioeconômicas, entre setores da economia etc. Além disso, as transferências não são sempre quantificáveis nem reificáveis; mas entraremos nessa discussão no próximo capítulo.

Finalmente, a heterogeneidade do sistema capitalista é também de ordem hierárquica, relacionando-se intrinsecamente com a divisão internacional do trabalho (DIT) e definirá os lugares que as economias ocupam na produção e distribuição dos

valores de uso, como frisa Osorio (2012a, p. 82) a “[...] DIT não é somente uma distribuição de funções diferenciadas no nível do sistema mundial, em matéria de valores de uso, mas tem também implicações no campo do valor enquanto tal” e, como as economias centrais caminham junto com os países dependentes concorrentes, “manter prerrogativas monopolistas sobre determinados bens ou conhecimentos tem implicações na capacidade de apropriação do valor”. Sabemos que a DIT estabelece quem e como ocupará os lugares privilegiados na apropriação de mais-valia. O que torna o desenvolvimento uma meta desejável e potencialmente atingível é, na realidade, um mito formalmente constituído, pois a prerrogativa da transferência condiciona a extração de valor na relação primária capital-trabalho para expropriá-lo nas fases avançadas dos ciclos de reprodução do capital.

Outra característica que parece já endêmica à América Latina é a pilhagem sistemática de riqueza produzida em cada país, extraída em forma de dívida, mas incorporada em forma de investimento estrangeiro. Este sofisticado mecanismo de transferência precisa ser cuidadosamente abordado para entender como o PRC opera e, como já temos sinalado, tem sido fundamental na consolidação do SAG em seus diferentes momentos históricos.

O sistema de crédito permite canalizar grandes investimentos em projetos de grande escala que possibilitaram o aumento da composição orgânica do capital para diminuir os custos de produção, o que acelerará a concentração do processo produtivo e a centralização da propriedade capitalista (TRINDADE; MARQUES; MAGALHÃES, 2019). Como lembra Marini (2008a), desde 1950, a fortalecida economia estadunidense, que configurará a economia internacional capitalista no período do pós-Segunda Guerra, busca aplicação para o ingente de recursos que tinha disponível, fluxo que será orientado, principalmente, ao setor industrial. Já temos prestado atenção nesse aspecto, mas lembre-se que o movimento das diferentes determinações do capital, que será uma negação da forma anterior, requer pensar na maneira como o valor (sua essência), o único que se mantém em todo o processo de realização do ciclo do capital, circula e se expressa em suas forma fenomênicas. Marini (1979), aclara que no percurso da valorização do valor, três partes compõem o ciclo de reprodução e circulação do capital: 1) o capital-dinheiro, que comprará meios de produção e contratará força de trabalho; 2) capital-produtivo, que corresponde à

acumulação e produção das formas de meios de produção e trabalho que o capital-dinheiro já comprou (esta segunda determinação promoverá a sua própria valorização); 3) o capital-mercadoria contém o valor inicial da mais-valia gerada na forma material dos meios de produção e, com a exploração da força de trabalho, com a venda da mercadoria, o valor adquirirá novamente a sua forma fenomênica de dinheiro para que assim a valorização do valor seja realizada.

Antes de expor as formas segundo as quais o crédito penetra nas economias dependentes, devemos primeiro entender que estas fases de circulação são a base da composição do capital e nos darão conhecimento da sua origem em razão da rastreabilidade das diferentes determinações do ciclo do capital, isto é, elevar a noção de transferência de valor em nível histórico da exploração e expropriação de mais-valia. De acordo com Trindade, Marques e Magalhães (2019), a partir da perspectiva do Padrão de Reprodução do Capital, as economias dependentes têm composições diversas de capital e a primeira fase da circulação, o capital-dinheiro, é fundamental para entender a sua origem. Então, Marini (1979, p. 25), destaca que a origem do capital-dinheiro, nos países dependentes, é o capital estrangeiro, o qual pode se apresentar em duas formas: como investimento direto, que ocorre quando o capital estrangeiro “[...] investe diretamente na economia dependente, detendo a propriedade total ou parcial do capital produtivo [...] apropriando-se diretamente da mais-valia total ou parcial ali gerada”; e o investimento indireto, “[...] quando o capital estrangeiro se coloca à disposição dos capitalistas internos (nacionais e estrangeiros), sob a forma de empréstimos e financiamentos contratados diretamente com os capitalistas ou [...] o Estado”. Este último os integrará em seu próprio investimento. Acrescenta o autor, que até a década de 1960, na América Latina, o investimento direto foi predominante, mas diminuirá em proporção do investimento estrangeiro total na década seguinte. Estes investimentos obtêm tipo de remuneração diferentes, por exemplo: com o lucro, ou no caso do dividendo industrial, o capital extrai da taxa de amortização e das taxas de juros mais do que das mais-valia gerada, se deduz (MARINI, 1979).

Porém, “não se deve perder de vista que ele representa uma restituição de capital em relação ao que drenou anteriormente da economia dependente; restituição que é, além do mais, parcial” (MARINI, 1979, p. 25), já que, desde a economia colonial, ou seja, desde que o mundo é sistema-mundo, as antigas transferências de valor

constituem um processo de recirculação que não apenas compõe hoje o capital mundial através de seus capitais particulares, também a acumulação originária que permite manter as partes articuladas, mas desigualmente desenvolvidas como um ciclo acumulativo-desacumulativo dialeticamente determinado. “O endividamento não se impulsiona só pelo “saqueio dos financistas”. Reflete a crescente debilidade dos processos de acumulação” (KATZ, 2018, p. 4, tradução nossa).

No atual PRC os eixos de reprodução e acumulação se materializam em algumas empresas atualmente presentes na América Latina, segundo os tratamentos de dados de Osorio (2012b) sobre “as quinhentas maiores empresas locais e transnacionais, em 2006”, utilizando a fonte da Cepal (2007). As de origem de capital privado local são dominantes na agroindústria, nas indústrias alimentícias e no setor serviços, como telecomunicações e comércio. Por outro lado, as empresas estatais têm preeminência no setor primário, como mineração, petróleo e gás, além da prestação de serviço em energia elétrica, ao passo que o capital estrangeiro controla os setores automobilístico e de autopeças. Assim como na elétrica, a participação das transnacionais também é expressiva na mineração, na agroindústria e no setor serviços, sobretudo nas telecomunicações, além de controlar mais de 80% das atividades do setor bancário-financeiro. Como podemos deduzir ainda, o setor mínero-energético continua sendo, na maioria dos casos, controlado pelo poder estatal, mas sabemos que o processo de desnacionalização na região tem sido amplamente disputado, ganhando mais e mais espaço. Por exemplo, no ano 2006, 30% das empresas de mineração eram de transnacionais, assim como 37% na agroindústria e indústria alimentícia.

Como frisa Marini (2011), a abundância de recursos naturais, assim como a barata e abundante mão de obra, pressupõe, não uma anomalia, e sim uma legalidade própria do mercado mundial. Por este motivo, a natureza é uma estratégia de acumulação em que a economia exportadora se subordina e integra à versão negativamente determinada da lei de valor, marca distintiva do capitalismo dependente. Ainda que a indústria, no modelo de modernização produtiva, se concentre dentro do padrão exportador de especialização produtiva, sobre a exploração de bens e serviços naturais, a incorporação de tecnologia também é um

aspecto privilegiado na composição do complexo de subordinação e drenagem de valor.

Segundo Osorio (2012a, p. 91, tradução nossa), este novo PRC com economias voltadas à exportação comporta “[...] drásticas reduções e segmentação do mercado interno, fortes polarizações sociais, aumento da exploração e da superexploração e níveis elevados de pobreza e indigência”. Este tipo de modelos, a despeito do discurso desenvolvimentista, mostra que o que em realidade “[...] temos na América Latina são novas formas de organização reprodutiva que reeditam, sob novas condições, os velhos signos da dependência e do subdesenvolvimento”. Poderíamos dizer que a reprodução social, baseada sobre estas condições, tende “a caminhar de costas para as necessidades da maioria da população” (OSORIO 2012a, p. 109, tradução nossa), ou por que razão, precisamente quando um “padrão econômico voltado para os mercados externos está em curso e atinge importantes realizações”, de maneira paradoxal, “os salários e as condições gerais de trabalho e de vida da maioria da população da América Latina assistem a uma drástica precarização” (OSORIO, 2012b, p. 128, tradução nossa)? Por exemplo, a máxima participação dos salários no PIB, desde 1970 até 2004, no Chile, foi atingido em 1970 (apesar do altíssimo crescimento econômico nesse período), na Colômbia em 1980 (como uma participação de 46,2%) e no Brasil em 1990 (como uma participação de 53,5%) (CEPAL, 2007; OSORIO, 2012b). Não devemos nos esquecer de que os salários baixos e, em termos dialéticos, a superexploração do trabalhador, assim como a disponibilidade de recursos naturais (aqui não são, politicamente falando, ‘bens’, são de fato ‘recursos’), são, para as economias dependentes, “vantagens comparativas”.

Uma boa explicação para esse fenômeno e que foi enfocada em parágrafos anteriores, corresponde à cisão entre os ciclos de produção e circulação do capital que rompe “convenientemente” com a dupla natureza do trabalhador, como força de trabalho e como consumidor (o que minimiza o fundo de consumo do trabalhador), processo que desarticula o processo produtivo com as necessidades demandadas da população; mas não entraremos nesses detalhes. O que particularmente nos interessa abordar é o capitalismo dependente da América Latina como grande produtor de matérias-primas e alimentos, que no padrão exportador de especialização

produtiva, pode-se traduzir em uma disjuntiva entre articulação com o mercado interno e seus circuitos internos de produção ou subordinação ao mercado mundial, que a condiciona ao lugar que pode e deve ocupar na composição da cadeia global de valor, articulação que demandará cada vez mais e mais sujeições (e menos conexões com os projetos de desenvolvimento autônomo) que se transformam em uma síntese de múltiplas determinações, a dependência.

Neste ponto da discussão, o caráter de mediação da noção PRC nos permite dialogar como alguns fatos históricos e particulares de nossos estudos de caso. Quanto à Colômbia, o modelo agroexportador não poderia ser compreensível sem abordar a questão da propriedade da terra, ou melhor, da concentração da terra exercida através de diferentes instrumentos políticos, normativos, econômicos e coercitivos. Polo (2020, p. 283, tradução nossa), apresenta um esquema explicativo em três momentos: 1) “existência de grande quantidade de baldios”. A partir das expedições de Agustín Codazzi pela Colômbia em 1800, o engenheiro italiano, conclui que aproximadamente 75% do território se compôs de terrenos baldios e sem proprietários que se espalhavam pelo país, os *Llanos* no Leste, as selvas amazônicas no Sul e áreas de domínio público no centro, nos Andes e no Caribe (LE GRAND, 1988).

2) a “pressão da economia exportadora”, como menciona POLO (2020, p. 278, tradução nossa), “o latifúndio tem atuado como elemento de controle social e político” concentrado por uma “oligarquia terratenente” que “descende das castas crioulas coloniais americanas”, classe que tem exercido o poder político e econômico a partir de uma série de privilégios em que se instrumentaliza o Estado a favor desses grandes proprietários e em detrimento dos camponeses minifundiários. Fenômeno constatado desde meados do século XIX, em que “o Estado aparece sob a sua forma tipicamente liberal: Estado mediador que impulsiona o mercado [...] para o nascimento de uma economia exportadora capitalista” (POLO, 2020, p. 281, tradução nossa). Tendo como período de extensão e intensificação entre final do século XIX e começos do século XX, momento em que a produção ocupa majoritariamente zonas de fronteira no Oeste e no litoral Atlântico, áreas que responderam à crescente integração com o mercado mundial, assim como a incentivos econômico e, de maneira geral, à política de terras do governo (LE GRAND, 1988).

3) o “lucro de algumas elites nacionais que se integram ao Estado e geram uma política de terras” (POLO, 2020, p. 282, tradução nossa). Aqui a autora sublinha, junto com interpretações de Jesus Antonio Bejarano, que o ascenso das elites cafeeiras na esfera pública fez com que o modelo de desenvolvimento do campo se atrelara a uma hegemonia conservadora, abrindo caminho para que o modelo de produção agroindustrial prevalecesse.

De acordo com Polo (2020), autores como Orlando Fals Borda, defendem a ideia de que a fazenda representa, na Colômbia, a forma de propriedade rural improdutiva, a qual foi determinante na estrutura legal da propriedade e o trabalho. Assim que, tanto a concentração da propriedade quanto o limitado acesso à livre exploração da terra, são traços característicos da história colombiana. A violência encarna várias dessas tensões e contradições entre poder estatal, propriedade e capital em suas múltiplas expressões.

Embora a posse da terra nem sempre corresponda a um uso produtivo, às vezes especulativo, às vezes como símbolo de poder, a lógica concentradora tem sido uma constante na Colômbia. Como relata Mondragón (2008), em 1984, 32.5% da terra se concentrava nas mãos de 0.4% dos proprietários e em 2001 essa mesma porcentagem de proprietários possuía 61% da terra. Como normalmente acontece no modelo agroindustrial, são os grandes proprietários que têm a capacidade de investir em cultivos como a cana de açúcar ou palma azeiteira. A produção de alimentos fica nas mãos de pequenos ou medianos proprietários que, apesar dos deslocamentos forçados causados pela violência, continuam sendo a base da alimentação dos colombianos. Para ninguém é surpresa que o agronegócio ocupe um lugar privilegiado na agenda pública do Estado, em que o capital, local e de origem estrangeira, cria as condições normativas e materiais (infraestrutura) para que projetos produtivos sejam destacados como de interesse nacional e terminem relegando as outras lógicas de reprodução material e social. Estes aspectos foram abordados novamente no **Capítulo 6**.

Para completar este quadro, vejamos alguns traços do atual padrão de reprodução do capital de especialização produtiva no qual o Brasil se integra, sobretudo, com seu processo de reprimarização econômica. O tema do crescimento econômico sempre tem que ser motivo de debate, pois encarna, na práxis, múltiplas

contradições; não obstante, segundo Petras (2014), o crescimento médio de 10% no setor manufatureiro entre meados da década de 1930 e meados de 1980, foi expressivo e representou, sobretudo no primeiro período, um projeto nacionalista de industrialização dinâmico e autônomo, orientado pelas políticas de um Estado intervencionista. Porém, após o golpe militar de 1964 e, como esclarece Marini (1981), se ratifica um compromisso entre a burguesia e oligarquia latifundiária-mercantil que vinha desde 1837, para alicerçar uma reforma agrária que intensifica no campo o processo de capitalização através da concentração de investimentos e fundos de assistência técnica.

Com as políticas neoliberais da década de 1990 durante o mandato de Fernando Henrique Cardoso, houve um processo de privatização e desnacionalização dos setores econômicos estratégicos e “[...] preparou-se o caminho para a fuga maciça de capital estrangeiro em direção aos setores financeiro, de seguros, agromineral e imobiliário” (PETRAS, 2014). Com uma industrialização muito mais custosa em seu processo produtivo, sobretudo pelo aumento de juros, especulação imobiliária e, desestimulada pelo Estado (fim dos subsídios), assim como a crescente importação de bens, o Brasil assistia ao declínio da era industrial (PETRAS, VELTMEYER, 2003; PETRAS, 2014).

Desta maneira, o Brasil passa a se consolidar como um líder em exportação de *commodities* na região, tais como soja, cana, gado, ferro e metais²³. A dependência que o país estabelecia em relação ao modelo agromineiro exportador foi impulsada pela “[...] penetração maciça de corporações imperiais multinacionais e pelo fluxo financeiro de bancos estrangeiros”, transformando-se estes “[...] na força motriz do crescimento extrativista e da derrota da industrialização”. Com um “[...] programa de desregulamentação financeira, desencadeou a especulação monetária e lucros maciços para bancos de Wall Street, com taxas de juros elevadas a mais de 50%”. Este programa, implementado por Cardoso, provocou, nos já falidos agricultores, a

²³ Segundo dados da Cepal (2008), o peso relativo das exportações do Brasil se distribui da seguinte maneira: ferro (6,6%); petróleo bruto (5,6%, e derivados 4,4%); soja (4,2%); aves confinadas (2,7%); carne de gado bovino (2,2%); café (2,1%); e produtos industriais, como aeronaves (3%), veículos automotivos (2,9%) e autopeças (2%). A Colômbia tem uma economia exportadora menos diversificada, em que 25% corresponde a petróleo e derivados, café 5,8% e flores 3,7% do total exportado. E segundo dados da Cepal (2019), em 2018 na América Latina, a agricultura, ganadeira, caça, silvicultura e pesca representaram 5,4% na participação dos setores de atividades econômica no valor agregado do produto interno bruto, a preços de mercado.

“[...] desapropriação das suas terras por capitalistas agroexportadores e a concentração de terras” (PRETAS, 2014, p. 302, 305). Neste ponto, caberia refletir que, de fato, há uma recirculação do capital-dinheiro, a qual, e através da forma-Estado, setores econômicos serão priorizados para que uma nova determinação, a realização da forma-capital fictício, encontre aplicação, acionando um mecanismo complexo de extração de valor em que a porção majoritária da população de um país entregue sua riqueza e até sua própria materialidade como condição reprodutiva aos interesses de uma classe interna, embora minoritária, também fortemente alinhada com o mercado mundial. Quanto maior a complexificação do sistema mundial capitalista, menor será a identidade do movimento dialético entre produção e expropriação de valores.

Paradoxalmente, dito “[...] capital extrativista como força motriz da economia”, no momento em que a agricultura familiar encontrava um apoio, nos últimos cinco anos do governo Lula, as exportações de matérias-primas cresceram de “[...] U\$13 bilhões para mais de U\$100 bilhões”, além de que “[...] no biênio 2008-2009, pequenos proprietários receberam U\$6,35 bilhões, enquanto o agronegócio e grandes proprietários receberam U\$31,9 bilhões em crédito e financiamento” (PRETAS, 2014, p. 308-309). Assim, nos questionamos, será que o modelo extrativista não compatibilizou, nesse momento histórico, porque representava duas visões cindidas, uma de crescimento econômico como eixo de acumulação do PRC e outra fundamentada no discurso de segurança alimentar ancorado na política populista? Essa desarticulação demonstra que a esquerda no poder pode ter consciência moderna, alinhar-se com políticas neoliberais e, mesmo assim, mostrar-se como governo progressista. De fato, o eixo de produção/expropriação não foi alterado, pelo contrário, foi intensificado.

Há uma estreita relação entre o modelo extrativista e os processos de *descampesinización*. Na América Latina, esta vinculação não existe exclusivamente na tensão capital-capital nos espaços da concorrência. Em alguns casos, como na Colômbia, o aparato estatal, por longos períodos históricos, tem exercido uma necropolítica, para usar a expressão de Achille Mbembe (2019). Estamos tratando, aqui, de cerca de seis milhões de camponeses espoliados de suas terras, seus lares e territórios, pela pressão da agroindústria, pelas empresas mineiro-energéticas ou

pelo próprio processo de especulação. Porém, não são agressores sem rosto, pois os grupos paramilitares têm se transformado em um instrumento de poder que serve a uma elite latifundiária e se justapõe aos interesses reprodutivos do capital. O Estado, seu aliado, se torna um para-Estado e intervém de maneira direta com mecanismos de expropriação e espoliação. Processo que também deve ser abordado a partir da dimensão urbana, que deve ser uma visão territorial da urbanização global. De acordo como Arboleda (2017, p. 158, tradução nossa), a urbanização do mundo envolve a transformação do modo de existência da vida rural, “com cerca de 400 milhões de camponeses transformados em força de trabalho urbanizada nas últimas três décadas [...]”, processo que tem contribuído não só ao “[...] crescimento vertiginoso de assentamentos precários e bairros periféricos nas cidades do chamado sul global”, mas também tem garantido “[...] um fluxo constante de força de trabalho barata para o consumo de capital, muitas vezes incluso a um preço inferior a seu custo de reprodução”.

Em outras palavras, o capital extrativista é, como fim, o que é como mediação. Explicamo-nos, o regime alimentar corporativo representa um momento histórico, em que os mecanismos de transferência de valor, estruturam-se sobre a extração para o capital e, pelo capital, em outras palavras, os eixos de acumulação e poder se tornaram totalizantes, a forma-Estado passou a ser instrumento subordinado, e não exclusivamente instrumento de subordinação. Nos dois regimes alimentares anteriores, o SAG respondia a planos nacionais e internacionais, políticos e econômicos, processo que se encaixava no “breve século XX” – como o chamou o historiador Eric Hobsbawm –, em que a polarização ideológica fazia algum sentido nas disputas de poder. Mas, no plano dos capitais transnacionais, a correlação de força muda e as identidades geográficas e de subordinação, como centro/periferia; norte/sul; primeiro/terceiro mundo; desenvolvido/subdesenvolvido, ou incluso, as denominações utilizadas neste capítulo, como dominador/dependente, são, da mesma maneira que os processos de transferência de valor, parte de múltiplas escalas espaço-temporais da reprodução social.

Já para encerrar o fio condutor deste capítulo, gostaríamos de abordar este terceiro regime alimentar como regime alimentar corporativo-ambiental, o qual entra no núcleo discursivo do último Padrão de Reprodução do Capital, no denominado

capitalismo verde. Como frisa Smith (2007, p. 32, tradução nossa), sob a ideia de natureza como estratégia de acumulação, não se trata unicamente da natureza em seu ciclo produtivo, mas também da natureza nas mudanças de consumo. “A indústria de alimentos naturais que surgiu do ecologismo *hippie* da década de 1960, rapidamente se transformou em uma multimilionária empresa capitalista”. O autor faz referência nesse trecho à adaptação que fazem muitas empresas da moda verde, destacando o argumento de que o ecologismo liberal está morto como movimento anticapitalista, mas estaria bastante vivo como empresa geradora de lucro.

Como sabemos, há uma relação entre internacionalização do padrão de consumo e a expansão do complexo proteico. O PRC está intimamente ligado a este processo, já que, a (re)primarização da economia, que desincentiva a indústria, paradoxalmente, leva a racionalidade industrial para o campo, pois a base da comoditização é o agronegócio, além do desenvolvimento evidente de uma “revolução supermercadista” (HOLT-GIMÉNEZ e SHATTUCK, 2011) e o ascenso da indústria de alimentos processados. Em seu conjunto, o que estaríamos presenciando é uma complexificação do sistema agroalimentar atrelado ao sistema de abastecimento e comercialização de alimentos, isto significa, que um circuito integrado produção-circulação passa a ser cada vez mais controlado por grandes corporações, e os objetivos de segurança e soberania alimentar passam a ser marginalizados na agenda pública. Em síntese, uma maior modernização do sistema agroalimentar implica uma maior subsunção ao capital através da separação cada vez mais distante entre as fontes criadoras de valor-mais-valor, e os eixos de apropriação-acumulação, essa não-identidade só é possível na medida em que os encadeamentos de dependência escondam suas funções negativamente determinadas no processo de exploração-expropriação que percorre todo o ciclo reprodutivo do capital.

Outro ponto a levar em conta é a readaptabilidade do capital dentro deste regime alimentar, Friedmann (2005) reforça a essência deste regime como corporativo-ambiental, dado que captura os discursos ambientais e atrelados à alimentação saudável, deste modo, os incorpora em novos nichos e tendências do mercado. Este capitalismo verde soube aproveitar o fetichismo que circundam os alimentos orgânicos. A industrialização da agricultura como processo de modernização do campo precisou inserir elementos e relações de controle, mesmo

que o alimento seja orgânico, como sua forma-mercadoria com sua materialidade produção-consumo, o que significa uma deslocalização da primeira (produção) com a segunda (consumo), o rompimento dessa materialidade permite legitimar os processos extrativistas.

Vários exemplos temos já sublinhado nesta perspectiva (que também é abordada no **Capítulo 6**), sobre um discurso, até certo ponto, fetichista do saudável quando atrelada na *moda verde* do consumo. Neste sentido, Cadavid-Castro et al. (2019, p. 62, tradução nossa), resgatando a fala de um pequeno empresário de Medellín, “a marca trata de ressaltar o tema saudável...nosso público é aquele que é consciente de sua saúde”, da mesma maneira, ressaltam os autores, que os consumidores das RAAs que foram entrevistados, geralmente de classe alta e média-alta, selecionam seus produtos, principalmente, por motivos de saúde. Fenômeno constatado em outra entrevista realizada a outro pequeno empresário que, embora tenha utilizado estratégias de comunicação para que seus consumidores puderam conhecer mais sobre os produtores, não se obteve o resultado esperado. “[...] Nós contamos histórias sobre os produtores [...], mas sabemos que nunca é a principal razão de compra”, ainda que tirando a visibilidade do produtor daquele produto, o consumidor pode se queixar, mas não deixaria de compra-lo, “[...] o tema social é muito lindo [...], é um diferenciador, mas não é um fundamentador” (CADAVID-CASTRO et al., 2019, p. 64, tradução nossa).

Nosso argumento central parte do pressuposto de que tanto a natureza quanto o trabalho vivo que dela deriva são objetivados/objetificados, isto é, coisificados e esvaziados de todo conteúdo, por meio do consumo em sua fase fetichista. O pior acontece quando os objetos passam a ser mercadoria, o que significa que não somente se objetificam suas fontes criadoras, mas agora se subsomem no capital (a própria subsunção é um esvaziamento da essência da coisa). Temos então, uma forma mercantilizável da natureza, um *in natura* da forma romantizada do esvaziamento das contradições que a produziram.

Como ponto de partida, Dussel (2011), traz algumas ideais que marcaram a concepção de Marx sobre a natureza. Uma vez definidas as fontes criadoras de valor, é importante identificar a existência da distorção na relação pessoa-natureza, o que permite se apropriar da natureza como propriedade e dominá-la. O segundo aspecto,

é entender que nem a natureza nem o trabalho vivo têm valor, porque ambas são as fontes criadoras de valor e este ponto marcaria o princípio ético-político e ecológico de Marx. Explica o autor que, “assim como o valor de uso procede de sua substancia produtora, o trabalho vivo, o ‘valor de uso natural’ [...] não é mais que o ‘valor ecológico’ em função de uma possível necessidade humana” (DUSSEL, 2011, p. 233, tradução nossa).

Dussel (2011) frisa que o essencial é entender que o trabalho vivo, assim como suas condições, será subsumido pelo capital e constituído em suas próprias determinações. Como o objetivo do capital é a valorização do valor, a maior composição técnica deverá aumentar a produtividade e diminuir o valor do produto. Assim, a tecnologia passa a mediar o processo produtivo, constituindo um aumento no mais-valor relativo. Não obstante, o critério central para subsumir uma nova tecnologia é, em essência, o aumento da taxa de lucro. Por este motivo, o autor explicará que qualquer tecnologia que não cumpra como esse critério, significará morte para o capital.

Um terceiro aspecto diz respeito ao valor ecológico desse produto, aparentemente “mais natural”, “mais verde”, “mais saudável”. Com a subsunção real da natureza, o consumo pode ser “terra fértil” da progressiva negação; explicamos, antes dos processos de objetivação, há uma alienação que funda a separação do trabalhador com a natureza, não exclusivamente como meio de produção, mas também como condição de existência (ou como diria Smith (2007), no processo de objetificação radical da natureza, reafirma-se a posição da natureza como realidade externa frente à sociedade). A exploração e a apropriação podem ser aparentemente “bondosas” com as fontes criadoras de valor, mas o processo de complexificação (mais variáveis) do ciclo de valorização do valor precisa extrair ganho em alguma das determinações que constituem o ciclo reprodutivo do capital, seu ciclo de realização. Pode-se explorar a força de trabalho e apropriar-se da mais-valia, ou pode-se expropriar valor, aumentando os elos de sujeição, ou seja, criando um encadeamento de dependência (condições negativas que estruturam sua dialética), por exemplo, com a incorporação de tecnologia ou reincorporando a forma capital-dinheiro através de qualquer aplicação ou modalidade do capital fictício; porém, no último ciclo do capital, o consumo, também é possível extrair lucro. Parece que os movimentos ecologistas

ou ambientalistas tornaram a luta também fetichista, porque os eixos de expropriação-apropriação-acumulação de capital não foram alterados. Assim, a incorporação do discurso estaria esvaziada de toda contradição; em síntese, o agronegócio poder ter atributos “mais naturais”, ou os alimentos serem orgânicos, sempre que alguém esteja disposto a pagar por este.

Em resumo, o que pretendemos ter estabelecido, neste capítulo, foi um diálogo com a Teoria Marxista da Dependência e alguns elementos que poderíamos posicionar na ordem categorial, por exemplo: os mecanismos de compensação; os eixos de acumulação como centros de apropriação; as determinações no ciclo de reprodução do capital; a racionalidade moderno-extrativista; a dupla negação do trabalhador como produtor e como consumidor; a superexploração como “vantagem comparativa”; a natureza como estratégia de acumulação; a subsunção real do campo ao capital, entre outros. E propor assim, um espaço potencial alternativo de discussão.

Para dar continuidade ao trabalho aqui apresentado, pensamos mudar os níveis de abstração dos processos de transferências de valor. Assim, com nosso Espaço Intersubjetivo de Estudo, pretendemos usufruir desses momentos em que o ser humano se torna autor criativo de sua própria realidade, e como as conexões são difusas, por exemplo, com o processo de urbanização e produção do espaço urbano, precisamos procurar elementos e conexões fora do sistema de coerência, o paradigma do qual sempre estamos presos. O que aconteceria se a formação do campo fosse uma condição dialeticamente determinada na formação das cidades? Posso entender a produção do espaço urbano a partir de sistemas e mecanismos de transferência de valor como elementos constitutivos da racionalidade moderna-extrativista? Será que as RAAs teriam o poder de configurar novos espaços de resistência e transformação, como respostas territorialmente ativas e não subordinadas ao modelo dominante? Vamos tentar responder estes questionamentos no seguinte capítulo.

6. CONSUMO-PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E O PAPEL DAS TERRITORIALIDADES ATIVAS: UMA PROPOSTA INTRODUTÓRIA

Chegamos até aqui motivados por uma pergunta: que papel desempenham as Redes Agroalimentares Alternativas na produção do espaço urbano? Para responder essa pergunta, por uma questão de método e uma operacionalização metodológica, pensamos e desenvolvemos um marco relativamente homogêneo para nossos dois estudos de caso; porém, para além das singularidades das experiências empíricas e particularidades contextuais destas duas cidades, estamos convictos de que as contribuições teóricas precisam encontrar algumas generalidades que permitam descobrir e desvelar a essência dos fenômenos. Nosso caminho, certo ou não, implica uma escolha, que esperamos tenha sido, de alguma maneira, coerente até aqui. Por exemplo, dimensionamos as RAAs como parte essencial, mesmo que como uma contratendência exteriorizada de um sistema maior, o Sistema Agroalimentar Global, para, posteriormente, apresentar as RAAs que conformam nosso Espaço Intersubjetivo de Estudo; no entanto, esta vez dentro de um sistema municipal de segurança alimentar, abastecimento e distribuição de alimentos; após este movimento, ainda mais descritivo, começamos a pensar as RAAs dentro de um âmbito específico e adscrito a uma teoria, os Circuitos da Economia Urbana, encontrando alguns limiares do paradigma espacial e propondo, também, outros desdobramentos.

Desta maneira, levamos nossa inquietação a entender como estas Redes participam de um complexo relacional de centralidades dentro das principais estruturas e fluxos urbanos, pensando não somente em uma divisão social do trabalho, como também em uma divisão social do espaço que disputa um processo de produção da cidade, isto é, uma economia política da cidade. Finalmente, adentrarmos nos movimentos ascendentes “invisíveis”, aquelas dimensões dificilmente explícitas nas aparências abstraídas de um sujeito coletivo que interage em escalas microterritoriais, a produção e transferência de valores; primeiro, lendo as escalas globais da transferência e, posteriormente, dialogando com um aspecto de aquela transferência ainda pouco circunstanciado pela literatura, a relação entre o Padrão de Reprodução do Capital e o Sistema Agroalimentar Global.

Não obstante e, para além desse caminho até aqui percorrido, ainda a produção do espaço urbano parece demais abstrata, sobretudo, quando nossa

compreensão encontra armadilhas no tácito da relação subentendida entre RAAs e espaço urbano, assim como, a maneira em que esta relação se produz, apropria e representa. E, parece que até este ponto, estas experiências empíricas somente podem redefinir quando e como podem essas relações acontecer, aquelas que testemunham uma produção do espaço urbano. Contudo, este “poder acontecer” introduz uma nova inquietação. Por que a produção do espaço urbano parece ser, em sua complexidade, sobretudo a partir dos estudos da teoria crítica, tão multidimensional e multifacetada, mas, quando abordamos o consumo, este apresenta-se como um conceito restrito às mercadorias e conclusivo do processo de produção? Por que se produz espaço para além de sua natureza como mercadoria, mas se consome espaço, não exclusivamente, mas também como mercadoria, embora nunca além de seu uso imediato, nunca além de sua função de espaço receptáculo de consumo de outras mercadorias? Por que parece haver uma processualidade de multiplicidade temporal e escalar na produção do espaço urbano e, pelo contrário, uma tautologia explicativa no consumo desse espaço, restrito, espacial e temporalmente, a esse espaço e tempo de realização, sem determinações, determinadas e determinantes?

Pensamos que muitos têm sido os estudos que relacionam o consumo com o direito à cidade ou com a própria cidadania, e reconhecemos a importância destes, assim como a necessidade de aprofundar nestes aspectos, principalmente, quando a sociedade de consumo se acentua como uma das principais expressões da reprodução do capital. Não sendo nosso intuito nesta pesquisa o consumo como conceito nem sua relação direta com as RAAs, mesmo que tenham sido feitas algumas apreciações sobre o consumo elitizado que ainda permeia a lógica e o papel que estas exercem, ou pelo contrário, limitam o alcance que estas Redes deveriam atingir sobre a segurança e soberania alimentar do território de influência, assim como o ainda limitado reconhecimento e interesse por parte dos consumidores pelos conteúdos políticos e sociais que subjazem nos alimentos produzidos, dando maior destaque aos temas de saúde pessoal ou estritamente ambientais. Assim, não pretendemos trazer literatura que trate especificamente sobre consumo como *conceito* e propomos, de outro modo, tratá-lo como *categoria*, o que não significa negar seu conteúdo teórico, pelo contrário, queremos destacar seu caráter político, sem negar,

com isto, futuras reflexões metodológicas ou teorizações que possam aparecer ao respeito.

Para começar, vejamos alguns apontamentos que Bautista (2016) elabora na distinção entre conceito, categoria e marco categorial. “O conceito é a resposta da pergunta de que é aquilo que posso conhecer, e a categoria é a resposta da pergunta, que sentido e que posso fazer”, daí que a reflexão já não seja mais teórica e metodológica (no tocante ao conceito), e sim de carácter político e epistemológico, “[...] quando eu parto de um conceito ou categoria que procede de outro lócus que não seja problematizado, aclarado, debatido e pensado segundo as suas mediações [...]”, eu tenho que “explicitamente esvaziar seu conteúdo para dotá-lo de outro” (BAUTISTA, 2016, p. 1, tradução nossa). Partir de um conceito que não é tematizado, pode conter, aparentemente, bons critérios, mas, como salienta o autor, na prática política, pode ser um total desastre. Então, quando eu tenho um conceito, que me responde a uma pergunta sobre o conhecimento, e eu me aproprio desse conteúdo, sem apropriar-me do lugar onde foi produzido esse conhecimento, no máximo, estou fazendo um uso formal (sem conteúdo) desse conceito (BAUTISTA, 2016).

De acordo com esta perspectiva, que tipo de produção do espaço urbano deveria ser pensada, a partir de que tipo de necessidades e a que tipo de pergunta estas responderiam? Segundo Bautista (2016, p. 2 e 3, tradução nossa), a categoria está num plano político e sua função “[...] é iluminar aquilo que eu posso fazer na realidade e com a realidade”, diferenciando-se dos conceitos que “[...] contém um tipo de realidade, não somente a visão de um tipo de realidade, como também o modo como esse tipo de realidade poder-se-ia desenvolver”. Entretanto, quão pertinente é utilizar conceitos sem uma preocupação, pelo menos explicitamente antecipada, de um desencadeamento que poderia ser limitado, errôneo ou tendencial na prática política e, por conseguinte, no impacto que na realidade inteligível, poderia ter esse conceito? As determinações que exercem os conceitos em si, sobre nossas percepções da realidade, não ficam restritos ao âmbito teórico, predetermina-nos na visão que temos dessa realidade e, conseqüentemente, a atuação que temos sobre essa realidade.

Do mesmo modo, “[...] o marco-categorial em função epistemológica, ou seja, política, define-me *a priori*, é aquilo que se pode transformar, ou não, é a função

política [...]” (BAUTISTA, 2016, p. 6, tradução nossa). Desta mesma maneira, ao partir de categorias e, sobretudo, de marcos categoriais, podemos identificar o fetichismo da razão instrumental, aquela que relaciona o *outro* como objeto, separando-o da sua própria natureza e realidade. Assim, bem lembra Bautista (2016) que a Modernidade tem produzido esse distanciamento em termos cognitivos, mas também material, dessa relação sujeito-objeto, dotando de sentido aquele objeto que só pode ser objeto de algo. Porém, entenderá Marx que estas relações são sempre dialeticamente determinantes, assim como o capital não só se produz a si mesmo a partir das condições objetivas (do processo de produção) que ele mesmo produz, mas também a partir das relações especificamente sociais (relações sociais de produção), e por conseguinte, “[...] as condições sociais dos agentes de produção têm que produzir, além de obreiros, miséria e pobreza, têm que produzir povo [...], o exército de reserva [...] e para que haja isso, têm que produzir desigualdade”, assim como relações de dominação e exploração (BAUTISTA, 2016, p. 16, tradução nossa).

Esta relação, dialeticamente determinada, será fundamental para expor e justificar a relação entre produção do espaço urbano e consumo, a qual implica tematizar a urbanização latino-americana em sua historicidade, dialogando com os processos de produção do espaço urbano e os espaços (territórios) *consumidos* durante o processo, e como este consumo determina a imagem e a necessidade da produção, assim como os conteúdos que serão negados e mascarados, e as intencionalidades que serão reincorporadas na subjetivação do processo produtivo.

Para configurar esta proposta de consumo como categoria dialética, vamos fundamentá-la principalmente em dois livros: Marx (1983 [1939]) com o primeiro volume dos *Grundrisse* (1879-1858) e com Dussel (1991) com “*La producción teórica de Marx. Un comentario a los Grundrisse*”. Assim como a partir de algumas leituras adicionais como Bautista (2018); Vega (2018); Veraza (2008) e Grüner (2021).

Grosso modo, Marx (1983) apresenta vários momentos metódicos, dos quais Dussel (1991) esquematiza como *ascendente* dialético (do real concreto [o existente] para a representação plena [totalidade caótica], passando pelas determinações abstratas [*conceitos* definidos], para chegar a uma totalidade construída [concreta] *em geral*) e em um movimento de retorno como *explicação* categorial (das categorias explicativas [determinação abstrata], para uma totalidade concreta histórica explicada,

para chegar finalmente de um *mundo conceitual* para uma realidade conhecida, o *mundo real*). Sem pretender entrar em muitos detalhes, gostaríamos de destacar que o primeiro momento, que estaria no *mundo real*”, é o ato de conhecer por representações. Para Marx (1983), segundo explica Dussel (1991, p. 50, tradução nossa), é um ato cognitivo inicial ingênuo, confuso e caótico (diferente do que seria para Kant), em que começa a ação produtiva do conhecimento, *a abstração como momento analítico da razão*, “[...] teria uma representação caótica da totalidade e, por meio de representações mais precisas, chegaria (*analytisch*) a conceitos cada vez mais simples” (MARX, 1983, p. 20, tradução nossa). “O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade do diverso”, dirá Marx, “[...] como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida, e, em consequência, o ponto de partida também da intuição e da representação” (MARX, 1983, p. 21 e 22, tradução nossa). Assim, este primeiro ato de abstração, que é analítico, porque separa uma parte do todo e considera a parte como o todo, produz uma determinação abstrata, ou seja, que agora é uma “reprodução do concreto” (MARX, 1983 p. 21 e 22, tradução nossa), é então um conceito (DUSSEL, 1991).

Segundo Marx (1983, p. 22, tradução nossa), “Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensar”. Pelo contrário, como explica Dussel (1991, p. 52, tradução nossa), após fazer uma abstração analítica, “o método dialético consiste em saber situar a “parte” no “todo”, como ato inverso do efetuado pela abstração analítica”, e como o concreto é a “síntese de múltiplas determinações”, diríamos que essas primeiras determinações precisam retornar ao “mundo real”, à totalidade concreta “[...] como totalidade do pensamento, como um concreto do pensamento, é *in fact* um produto do pensar (*Produkt des Denkens*) e do conceituar, mas de nenhuma maneira é um produto do conceito” (MARX, 1983, p. 22, tradução nossa). Este breve esclarecimento pode nos localizar sobre a importância das determinações, que embora se abstraem, também se “produzem” (DUSSEL, 1991) e constituem uma totalidade, sempre muito mais complexa que a simples abstração analítica. Em nosso caso específico, a relação produção-consumo, de acordo como Dussel (1991), a que constitui a construção dialética é um duplo movimento, as determinações que, definidas como *conceitos* são, enquanto essência, determinações internas e, esta relacionadas mutuamente entre si, codeterminam-se mutuamente (se codefinem), por exemplo, sendo este o caso da produção-consumo, em que ambas as partes, agora,

conformam uma totalidade autônoma, em que as determinações articuladas entre si, formaram uma unidade.

Em um segundo movimento, estas determinações (como o trabalho, a divisão do trabalho, o valor de troca etc.,) que atingiam, no máximo, o nível de conceito, ascende-se (ou melhor, retorna) à totalidade concreta (como o Estado ou o mercado mundial). Eis a importância das categorias, em que os conceitos (como categorias mais simples) podem ser parte constitutiva de ditas categorias (mais complexas), que podem se tornar em mediações que expliquem a *totalidade concreta histórica*, como a Modernidade (DUSSEL, 1991), e em nosso caso específico, a produção do espaço urbano como constitutiva da urbanização em América Latina dentro do próprio projeto moderno. Daí que a lógica *fundante* do fetichismo, como a denomina Grüner (2021, p. 199, tradução nossa), “[...] define-se pela substituição do *todo* pela *parte*: elimina-se o ‘relato’, digamos, o *processo de produção* que, precisamente, lhe permite ao próprio ‘relato’ existir e ser acreditável”.

Deste modo, vamo-nos centrar no consumo. Se para Marx “toda produção é apropriação da natureza por parte do indivíduo, no seio e por meio de uma forma de sociedade determinada” (MARX, 1983, p. 9, tradução nossa), então, o que significa o consumo no pensamento de Marx? Com certeza um levantamento criterioso do uso da “palavra” consumo na obra de Marx seria para nós “desbordante”. Sendo assim, vejamos alguns elementos consignados no primeiro volume dos *Grundrisse* (1879-1858) que estaremos relacionando com nossa proposta discursiva.

A primeira função, poderíamos dizer, “aparente”, da produção, é que esta, como ponto de partida e termo universal, “cria os objetos que respondem às necessidades”, momento em que abandona seu movimento social para tornar-se um objeto da necessidade individual, como ponto final (que se situa fora do ato propriamente econômico, porém, como ponto de partida, novamente o inaugura) e termo singular. E, assim, no meio, como termo particular, teríamos uma distribuição que parte diretamente da sociedade (contingência social) e a troca como momento dos indivíduos (formalmente social), realizando deste modo, duas mediações e “principais” determinações: a distribuição entre a produção e o consumo, em que a sociedade assume a mediação e determina a proporção dos produtos

correspondentes na troca, e esta última, que opera entre indivíduos e determina, por sua vez, a produção (do produto assignado na distribuição) (MARX, 1983).

Todavia, estas determinações são muito mais complexas no pensamento de Marx, e, como seria de se esperar em um pensamento dialético, as determinações são determinadas por outras determinações enquanto são também propriamente determinantes. Não obstante, gostaríamos de enfatizar dois aspectos nos quais estamos alicerçando a categoria consumo: 1) a máxima, “na produção, a pessoa se objetiva, no consumo a coisa subjetiva-se”; 2) “a produção é também imediatamente consumo” (consumo produtivo) e, igualmente, o consumo é imediatamente produção (produção consumidora) (MARX, 1983, p. 10-12, tradução nossa).

Como já temos salientado, o trabalho vivo, como fonte criadora, que junto com a natureza entregam, no ato da produção, parte de sua vida, para Marx (1983), na produção se dá um duplo consumo, objetivo e subjetivo, pois, enquanto o trabalhador desenvolve suas capacidades, consome e reproduz suas forças vitais, assim como os meios de produção se consomem no ato produtivo. Outrossim, o consumo é imediatamente produção. Marx ilustra este movimento com o consumo de alimentos, momento em que nós consumimos nutrientes e produzimos nosso próprio corpo. Para o autor este processo acontece de maneira indiferenciada do produto consumido. No primeiro elemento que temos destacado, os criadores de valores: o trabalho vivo; objetivam-se no processo produtivo (propriamente dito), e a *coisa* será subjetivada no consumo; como o trabalhador somente pode receber salário por sua força de trabalho, a vida que ele entrega no produto (o trabalho não-pago em um mais-tempo: a mais-valia), e que será em forma de valor (mais-valor), transferida nas múltiplas realizações, a sua subjetividade incorpora como subsunção o que a mercadoria oculta como fetichismo; e, ante qualquer tautologia, a totalidade surge deste duplo movimento dialético.

Para Marx (1983), este movimento do imediatamente oposto (consumo produtivo e produção consumidora) está acompanhado de um movimento mediador. A produção é mediadora do consumo e o consumo é mediador da produção. Na primeira mediação, a produção cria o produto do qual, sem ele, o consumo perderia seu objeto. Contudo, o consumo cria o sujeito do produto, já que um objeto sem uso, sem consumo, não pode se afirmar como produto, “pois, o [resultado] da produção é

produto não quanto atividade objetiva, senão como objeto para o sujeito atuante” (MARX, 1983, p. 12, tradução nossa). Segundo Marx, o consumo produz a produção de duas maneiras, enquanto produto que se afirma só no ato do consumo (a sua finalidade) e enquanto consumo que cria a necessidade da nova produção, como impulso interno e imagem da produção que atua como determinante de sua finalidade. “Ela cria os objetos da produção sob uma forma que ainda é subjetiva. Sem necessidades não há produção. Mas o consumo produz as necessidades” (MARX, 1983, p. 13, tradução nossa), é como se a produção colocasse o objeto do consumo de modo manifesto e, ao mesmo tempo, o consumo o produzisse idealmente como objeto da produção (MARX, 1983).

Assim, de maneira correspondente, a produção não somente cria o objeto (material) do consumo, como também produz o consumo, mas como um objeto determinado, ou seja, que deve ser consumido de uma maneira determinada enquanto a produção comporta a sua mediação. Em outras palavras, a produção cria tanto um objeto; objetiva, quanto subjetivamente, como se criasse um modo de ser consumidor. Em vista disso, na produção, aparece um terceiro elemento. Além da produção objetiva e subjetiva (como modo de consumo), ela também fornece uma necessidade ao material, quer dizer, a produção produz um sujeito para o objeto como sujeito de novas necessidades (Marx utiliza o exemplo de um público sensível à arte) (MARX, 1983). Resumindo, assim como a produção cria o material, o modo de consumo e o consumidor (sujeito do consumo revestido de novas necessidades mediadas pelo objeto determinante), também o consumo produz a finalidade que afirma o objeto da produção como produto e a necessidade como impulso e imagem (projetada) da produção.

Não obstante, Marx esclarece que esta imediatez entre produção e consumo não é exclusivamente meio e objeto (externo ou representado) de seu oposto, pois “cada um dos termos não se limita a ser o outro de maneira imediata, e também não, o mediador do outro, sendo que, realizando-se, cria o outro e cria-se enquanto outro”. Neste duplo e mútuo movimento de realização, “o consumo não é, pois, unicamente o ato final pelo qual o produto se torna produto, mas também o ato em virtude do qual o produtor se faz produtor” (MARX, 1983, p. 14 e 15, tradução nossa). Da mesma maneira que o sujeito que a Marx interessava era um sujeito histórico, fundante da

materialidade “real”, o sujeito de necessidades que simplesmente pode satisfazer-se com um objeto-natural, estaria fora, com seu ato de consumo, do ato produtivo. Assim, e como explica Dussel (1991), uma primeira relação material não é precisamente o “materialismo” marxista que sempre é produtivo, mas também não é o materialismo cosmológico que a Marx interessava, e sim um materialismo histórico, em que o sujeito que trabalha é seu fundamento, assim como a natureza passa a ser *matéria* de trabalho, não *a priori* do sujeito histórico.

Finalmente, e retornando a nosso primeiro aspecto dialético: objetivação-subjetivação. Podemos fundamentar melhor este movimento. Este sujeito histórico, que funda a essência da matéria como conteúdo, quando a consume (a matéria), está negando (está subsumindo a coisa que será determinada) uma negação (no sentido que satisfaz uma necessidade que é ausência da coisa), de maneira análoga, a fome é necessidade, que como negação (a necessidade) será negada (consumida, gastada e incorporada como nova produção). Agora, imaginemos não somente uma sociedade que produz como sociedade (termo universal), mas também uma sociedade que consume como sociedade, ou seja, não somente que a sociedade como produtora funda os conteúdos da matéria, mas também as reincorpora como subjetivação.

Como a categoria de consumo que estamos construindo não tem a mesma natureza das mercadorias “comuns”, pois, o espaço é finito e intrasferível materialmente, temos que desconsiderar o consumo como termo singular – pelo menos como forma histórica da produção do espaço (urbano)—, e colocá-lo no mesmo termo universal da produção, quer dizer, não abandonará (formalizará) seu movimento social. Isto significa que a criação da necessidade não tem a ver diretamente como a determinação ideal do produto, enquanto objeto substituível (como aconteceria com outras mercadorias), e sim como subjetivação, que incorporando as intencionalidades objetivantes (e não as objetivadas, que já foram negadas na produção [capitalista]) no processo produtivo, consumirá novos espaço. Vamos nos explicar melhor.

Como, longe de todo materialismo ideológico e supraestrutural, a produção como processo de objetivação e o consumo como subjetivação (DUSSEL, 1991), são ambos fundantes da nova totalidade (porque teve que partir do não-ser da totalidade para fundar-se, de outro jeito, seria pura tautologia), “na primeira [produção], o produtor se objetiva como coisa (*versachlichte*); no segundo [o consumo], a coisa

criada por ele se faz pessoa (*personifiziert*)” (MARX, 1983, p. 27, tradução nossa). O que este personalismo de Marx quer dizer é que, se os produtores reais (os criadores de valor) são objetivados, isto é, negados (porque toda objetivação é uma negação que oculta a fonte criadora), “no consumo, a pessoa faz do produto um momento de seu mesmo ser: personifica a coisa”, assim, a coisa da negação será negada “[...] enquanto afirmação positiva do sujeito” (DUSSEL, 1991, p. 42, tradução nossa). Este aspecto parece demais abstrato, contudo, é o fundamento prático da categoria consumo pensada sob a relação dialética produção-consumo do espaço como totalidade, quer dizer, como totalidade concreta histórica, síntese de múltiplas determinações.

Como o intuito aqui é propor uma base introdutória da relação produção-consumo do espaço, e não uma incorporação direta de todas as determinações do ciclo produtivo, aspectos gerais da distribuição (como prática política) e a troca (como mediação formal entre produção-consumo), serão deixadas, por enquanto, de lado, para centrar-nos nas duas primeiras. As perguntas que nos orientam são, se sabemos como se produz a produção do espaço urbano, sabemos, por adição, por intuição ou por equivalência, como se produz o consumo que constitui dita produção, como *corporização* da realidade espacial? Posso entender a urbanização latino-americana com os mesmos conceitos de produção e consumo elaborados a partir da realidade da urbanização europeia? Se entendo os processos que dotam de sentido estes conceitos, posso incorporá-los e atrelá-los como categorias mais complexas, como sociedade, burguesia, cidade e a própria sociedade moderna, que como abstrações, (não) irão distorcer minha realidade prático-política? Se o processo produtivo é apropriação da natureza, e no momento do consumo, como produção consumidora, subjetivo a coisa objetivada e me afirmo como *ser*, não estou incorporando como parte da minha corporalidade as intencionalidades e a realidade objetiva (como também a transferência de valores em suas diferentes expressões fenomênicas) do processo objetivante (aquele que apropria), que como negação/afirmação de uma realidade são conteúdos da totalidade concreta? Então, é tão irreal uma produção do espaço urbano nas mãos de seus produtores diretos, como consumo produtivo, determinado e determinante, em que foi objetivado (negado), subsumido (reincorporado a uma nova totalidade) e projetado (como uma intencionalidade) como imagem e impulso dessa produção, que será, posteriormente, subjetividade contida, e, igualmente

determinada e determinante, da realidade produzida (como processo de produção consumidora)? Estes processos acontecem, a nosso modo de ver, porque a relação consumada da produção do espaço urbano não é tautológica nem, necessariamente, imediata (em termos espaciais e temporais), mas histórica, e por fetichista, encoberta.

Todos estes questionamentos são fundamentais para nossa discussão, porque a relação direta entre a produção-consumo e consumo-produção, a nosso modo de ver, quando abordada em termos de espaço, ou seja, como uma realidade espacial-territorial, implica necessariamente entender que relação dialética estabeleceu dito espaço produzido com qual momento de produção e com que tipo e momento de consumo que não é sua expressão fenomênica imediata, embora esteja contida. Por exemplo, a produção de espaço urbano de cidades como Curitiba e Medellín foram (e são) determinadas por umas condições objetivas que produziram o trabalhador urbano, mas também o trabalhador rural, o imigrante e o pobre, mas também o capital primitivo e os agentes que o acumulam; assim como, umas condições subjetivas que englobaram o capitalismo dentro de um marco moderno de sociedade e permitiram alicerçar a economia dentro de uma lógica de país dependente.

Em outras palavras, o capitalismo produz o sujeito produtor urbano e rural com intencionalidade moderna, industrializa o campo (nunca completamente) e o subordina enquanto cria projetos urbanísticos; porém, faz tudo isso com intencionalidade e capital, mas não sem antes esconder as fontes de consumo, que são as mesmas fontes de produção objetivadas, os espaço que, quando negados, transferiram seus valores a um ato (re)produtivo, e, não porque toda produção implique uma apropriação, significa que devemos “desvincular” os espaços e projetos não realizados e irrealizáveis, como se simplesmente não existisse uma parte negativa da relação dialeticamente determinada.

Este tipo de narrativa, que tem acompanhado nossa discussão através de todos os capítulos tem a ver com a problematização e a tematização que podemos fazer do desenvolvimento desigual – embora esta adjetivação seja redundante –. Pensamos que as RAAs, assim como qualquer movimento social ou comunitário, estão no meio da contradição, e procuramos, aqui, encontrar os mecanismos que estas utilizam para reconstituir o tecido rasgado, assim como as contra-argumentações que podem desafiar toda argumentação relativa ao desenvolvimento ou a modernidade. Dessa

maneira, e dentro da intenção que aqui nos convoca, tematizar a produção-consumo do espaço urbano é para nós muito importante, porque, de algum modo, é imagem do desenvolvimento humano, do projeto moderno, e pensamos que não é à toa que seu avanço “civilizatório” se apresente de maneira autoafirmada. Seja qual for a escala e a temporalidade do fenômeno, o que estamos aqui discutindo é sobre a dialética do desenvolvimento desigual da modernidade. Muito bem sintetiza Hinkelammert quando diz que “não existe atraso algum, senão uma contradição, que se estende em suas duas partes. O desenvolvimento aumenta ao mesmo ritmo que o subdesenvolvimento, e ambos não são mais que as caras de uma mesma moeda” (1970, p. 13, tradução nossa). “[...] A civilização ocidental, com seu repertório científico etnocêntrico, sempre se negou a aceitar esta evidência: que a fome e a miséria de algumas regiões distantes fazem parte do custo social do seu próprio progresso [...]” (CASTRO, 2003, p. 138).

Por que a maioria da literatura acadêmica concebe a produção do espaço como um fenômeno altamente complexo e, pelo contrário, quando se estuda o consumo do espaço, este passa a ser, contrário a todo ganho teórico e empírico que posiciona ao espaço como construção social, mero receptáculo (*no* espaço) para o consumo de mercadorias ou como espaço consumido a partir de seu uso e apropriação imediata?

Consideramos que sob as diversas perspectivas dos estudos da geografia crítica, a produção de mercadorias, assim como a própria produção de cidade como realidade material, priorizou a distinção entre valor de uso e valor de troca para compreender o tratamento intrínseco da relação entre produção como meio e condição objetiva que tem tensionado a discussão entre os valores de uso (com um conteúdo reprodutivo vital) e os valores de troca, como uma subsunção do espaço no próprio ciclo reprodutivo e acumulativo do capital: a cidade mercadoria. Por outro lado, essa cidade concebida como “obra” para Lefebvre (2013) (que é criação coletiva, e por conseguinte, direito de todos) ficaria subordinada à coisa, ao produto, à mercadoria, em que o consumo é o momento de realização dos valores de troca; o espaço será concebido, então, também como mercadoria. Entretanto, compreendemos que, assim como a produção vai além da produção de mercadorias, de maneira inversa, o consumo como uso imediato e ato individual de consumo *no* espaço, embora necessário, implica uma dissociação da produção do espaço urbano

com os espaços-*outros* que foram consumidos (objetivados, negados, explorados e subsumidos) no processo, não tendo assim, o consumo uma correspondência dialética (categorial) que esteja determinada na mesma proporção (de abstração, escalar e temporal) do fenômeno de produção do espaço.

Nossa hipótese é: toda produção do espaço urbano precisa uma fonte de consumo produtivo que não acarreta, necessariamente, correspondência espacial e temporal imediata. A estes espaços vamos denominar espaços-*outros*²⁴ (de consumo e produção), e serão concebidos como os espaços em que, uma vez objetivados no processo de consumo produtivo (ou seja, como os *principais* espaços *vinculantes* de produção), subjetivam, no processo de produção consumidora: 1) as intencionalidades (a racionalidade do processo objetivante de apropriação); 2) a realidade objetiva do processo objetivante que transfere os valores da fonte criadora, como conteúdo (valor e mais-valor), através de mecanismo de transferência e como expressões fenomênicas que só comparecem no consumo; 3) o impulso da imagem projetada como condicionamento das determinações futuras de produção e reprodução. Deste mesmo modo, o sujeito produtor, quem gera os valores, não é somente um trabalhador, mas também um sujeito-territorial, o que significa que a objetivação se dá em um nível espacial complexo, o território (sujeito com lócus e prática espacial). Este processo todo parte de uma produção capitalista-moderna do espaço, a qual implica uma negação da negação; esta será explicada no decorrer do texto.

No que tange a estes espaços-*outros*, propomos três escalas territoriais do consumo em que o espaço consumido constitui uma identidade histórica: 1) os espaços rurais na relação campo-cidade e na escala intra e inter-territorial; 2) os espaços na escala interurbana, que inclui uma relação hierárquica inter-territorial; 3) os espaços na escala intraurbana, que seria a relação dialeticamente determinada entre espaços de inclusão e espaços de exclusão. Não estamos tratando somente da transferência de valor criado na fonte (o trabalho vivo e a natureza). Estamos agora incluindo as intencionalidades do sujeito-territorial que, na objetivação, serão negadas em um movimento de negação-encobrimento, assim como os valores e, com estes, sua realidade objetiva (sua materialidade). Este processo objetivante, como

²⁴ Utilizamos a itálica para enfatizar seu sentido de determinação dialética como espaços de subsunção.

momento imediato de consumo, subjetivará os valores produzidos pelos sujeitos-territoriais para reafirmar o *ser* da produção do espaço como produção consumidora, quer dizer, como parte de uma nova totalidade, a negação da negação que constitui a nova condição objetiva do espaço produzido e em reprodução.

Agora, vamos tentar reconstruir os primeiros conteúdos práticos destas abstrações. Primeiro, a relação campo-cidade não é uma relação exclusivamente de fornecimento de bens e serviços, como matéria-prima e alimentos, de mão de obra e, como espaço residual, como perímetro de expansão urbana, mas sobretudo, uma relação ontológica mutuamente determinada. Que implicações prático-políticas teria uma abordagem da relação campo-cidade na formação urbana das cidades latino-americanas dentro da produção-consumo como unidade de um processo de negação da negação? Acaso houve alguma formação urbana durante a colonização da América Latina que pudesse ser fundada dentro de alguma visão que não fosse a imagem de inferioridade (tradicional, atrasado, pré-capitalista etc.) para o imaginário do conquistador, mas, que no mesmo tempo, expropriara todas as formas de vida sem que estas fossem negadas?

Consideramos que, assim como o capital primitivo, que extraído durante a colonização, foi o fundamento da Modernidade, a economia agrícola e extrativista, que durante um longo período, que ainda não terminou, alicerçou todos os Padrões de Reprodução de Capital (inclusive no auge industrial), e que, os níveis de pobreza, hoje no campo, sejam duas ou até mais vezes superiores aos já altos níveis de pobreza e desigualdade urbana. São a parte negativamente determinada da dialética campo-cidade, que do mesmo modo que cria *centros* de apropriação e *periferização* de exploração e subordinação em nível mundial (entre economias nacionais e a nível corporativo transnacional), o faz também no nível territorial, sendo assim o campo uma construção só possível por antonomásia, como o potencialmente negável, ou seja, como fonte de consumo produtivo (como exterioridade subsumível da totalidade modernidade-capitalismo), lógica igualmente reproduzível no nível inter e intraurbano, que produz seus próprios espaços de exclusão do mesmo modo que a comida, quando consumida, nega a fome (que é a ausência da comida). A urbanização latino-americana dentro do projeto moderno, é a negação (os espaços-*outros* constituídos como potencialmente negáveis) da negação (o processo determinado de subsunção

subjetivizado). Segundo Grüner (2021), é o *todo* o que assigna o lugar e função das *partes*, isto é, a relação que conforma os centros e as periferias.

Lembremos que aqui a produção está sendo pensada em dois momentos: no consumo produtivo, que como fonte criadora de valor e intencionalidades objetivadas, são os espaços (*espaços-outros*) que, em diferentes escalas, não comparecem na visão convencional da produção do espaço urbano, porque não têm uma aparência equivalente e imediata, em outras palavras, não são visíveis porque são essência do conteúdo, e, não são “justamente” compensados, porque as fontes criadoras não tem valor. Assim, em um segundo momento, a produção, como ato consumidor, é sempre um ato de reprodução, porque não é criado por ele mesmo, não são obreiros que caem do céu, nem capital criado por ele próprio (sem uma fonte de exploração, expropriação e acumulação), nem matérias-primas que crescem de maneira espontânea nas ruas, nem alimentos utópicos criados por ninguém e sob nenhuma relação de produção (como as relações de dominação e exploração na produção capitalista). Resumindo, *sempre haverá uma correspondência dialética na produção do espaço urbano, que na produção capitalista-moderna do espaço, é uma negação da negação.*

Assim como a produção produz o sujeito social moderno, cria também uma argumentação relativa a esse sujeito social, utilizando conceitos e categorias para este fim. “[...] não só as condições objetivas do processo de produção se apresentam como resultado deste, senão igualmente o caráter *especificamente social* das mesmas [...] *as relações sociais da produção* são produzidas” (MARX, 1979, p. 107, tradução nossa). “[...] a modernidade tem produzido não somente seu desenvolvimento, mas também sua argumentação relativa ao desenvolvimento” (BAUTISTA, 2016, p. 27, tradução nossa), e, como “[...] o capitalismo e a modernidade precisam negar sistematicamente toda forma de vida, de produção e de consumo anterior ao capitalismo [...]”, esta foi a visão histórica frente a nossos povos comunitários “[...] sempre como pré-modernos, ou senão, como pré-capitalistas. Aqui o prefixo de ‘pré’ é negativo, não quer dizer anterior, quer dizer inferior” (BAUTISTA, 2018, p. 148, tradução nossa).

Por este motivo, o processo de negação da negação é constitutivo tanto da Modernidade quanto do desenvolvimento. Hinkelammert (1970) insiste que, por um

lado, há confusão entre os conceitos de sociedade tradicional, pré-capitalista e subdesenvolvida, e, por outro, uma interpretação que relaciona o subdesenvolvimento com atraso ou falta de modernidade. No primeiro caso, a sociedade tradicional tem que ser abordada como um processo histórico, o qual só pode ser entendido de maneira retrospectiva enquanto surge a chamada sociedade desenvolvida e, com esta, a sua conceitualização. As sociedades anteriores serão a ausência deste desenvolvimento, mas em termos históricos. Porém, no caso do subdesenvolvimento, já não como categoria puramente conceitual e analítica, mas também como categoria real, em que se define a forma na qual será integrada no centro do desenvolvimento. Por isso, a sociedade subdesenvolvida, diferente da primeira forma, tem consciência sim, de subdesenvolvida, “a sociedade tradicional termina e desaparece enquanto sabe aquilo que é” (HINKELAMMERT, 1970, p. 10, tradução nossa), o subdesenvolvimento não desaparece por tomar dita consciência.

Continuando com esta linha argumentativa, e levando em conta a identidade do subdesenvolvimento com o atraso, podemos interpretar um tratamento similar para o pré-moderno como adjectivação de inferioridade e defendemos a ideia de que não pode existir uma totalidade, sem a par, construir um objeto de subsunção. Sua historicidade sempre será, conceitualmente, anacrónica e, por isto, este tomará consciência justo no momento em que como contraparte é e deixa de ser. Daí que o não-ser, como exterioridade, sempre será anterior à subsunção. Deste modo, estamos convictos de que o consumo pode ser uma categoria interessante para analisar este processo, pois dá visibilidade, por exemplo, a espaços como o campo que, como atrasado, subdesenvolvido e pré-moderno, integra o processo dialético, mas não somente em termos discursivos, senão como fonte *real* da negação da negação. Objetivar/subjetivar, consumir/produzir, subsumir/corporificar, explorar/dominar e expropriar/acumular, são, enquanto relações, determinações da totalidade concreta histórica, separáveis, unicamente, no processo analítico da racionalidade, e, não por isso, irão sumir como categorias dialéticas do consumo/produção.

Agora, tentemos um descenso da dialética para aproximar-nos ao horizonte da realidade concreta, momento da síntese das múltiplas determinações. Sabemos que o principal mecanismo de submetimento e exploração, durante o período colonial, foi a escravidão, que em seu processo intensivo e expansivo não se bastaria com as

vidas existentes, a força de trabalho de nossos povos indígenas, precisando deslocar “[...] o eixo geoeconômico da bacia do Mediterrâneo para o Oceano Atlântico”, o famoso *triângulo atlântico* do comércio internacional de escravos que, sempre em disputa de poder, “[...] empurrou o crescimento geométrico de uma das empresas capitalistas mais prósperas da época, a indústria naval, especialmente a Holandesa. Em uma palavra: modernização (capitalista)” (GRÜNER, 2021, p. 244, tradução nossa). “Os portos da Holanda, Liverpool, as docas de Bordéus e de Liverpool especializadas no tráfico dos negros devem seu renome aos milhões de escravos deportados” (FANON, 1968, p. 81). Processo todo que define a produção de mercadorias, e, sendo o escravo a principal mercadoria, será comercializado e como objeto será escravizado, e, a partir de sua exploração, a produção que dele se produz. Mas também, define os atores que disputam este poder econômico, como os comerciantes, os próprios proprietários de escravos, os proprietários de terra, os banqueiros, assim como os próprios Estados. Além disso, frisa Grüner (2021), também definirá a organização, a escala da produção, da distribuição e as instituições em torno a este novo eixo de acumulação.

Como foi refletido por Marx (1987, Vol. III), este processo de extermínio, escravização e saqueio são os fatores fundamentais da acumulação primitiva da era da produção capitalista, em que, como bem sintetiza Grüner (2021), com a superexploração da expansão colonial, América, África e as Índias Orientais, passam a constituir-se como periferia, assim como nos “‘fatores fundamentais’ da acumulação originária do capitalismo” (GRÜNER, 2021, p. 226, tradução nossa).

Analisemos este movimento com um caso específico e concreto, a cafeicultura brasileira durante o século XIX. Por exemplo, como apresenta Marquese (2008), entre 1811 e 1830, cerca de 450 mil africanos escravizados (e entre 1835 e 1850 por volta de 315 mil) desembarcaram no Vale do Paraíba como força de trabalho das fazendas cafeeiras, que se traduzia, junto com a posse de terra, em riqueza e prestígio, sem importar o custo de vidas humanas que aquilo podia significar. Segundo Machado (1993), havia uma jornada de pelo menos doze a catorze horas de trabalho por dia e uma mortalidade infantil de 88% nas fazendas cafeeiras. Assim, a cafeicultura brasileira, durante o século XIX, sobretudo a partir de 1843, forneceu 40% da produção mundial de café por conta da mão de obra escravizada, até que com a força

imigrante assalariada empregada no Brasil, em 1915, atingiria 82% da produção total de café no mundo (TOPIK e WELLS, 2010). A substituição não é um acontecimento casual nem “evolutivo da consciência humana”, simplesmente, a forma capital-salário se constitui na forma mais rentável de produção e acumulação de riqueza que tem utilizado o capitalismo para sua reprodução, pois, já não há perda de propriedade do escravizado como mercadoria. Ela se torna substituível e superexplorável (reduzindo ao máximo seu fundo de consumo e de vida), mas agora com implicação diretas sobre o dono real da força de trabalho, o trabalhador.

Por um lado, graças à Teoria Marxista da Dependência, podemos entender melhor como esse capital de acumulação primitiva, que produz e expropria, também determina o lugar que ocupamos na hierarquia mundial em termos de desenvolvimento econômico, como tornamo-nos economias dependentes, não exclusivamente por conta da tecnologia que possibilita ou não possuir maior composição orgânica do capital e à proporção que possa exercer sobre a relação capital-trabalho. A TMD analisa a parte negativamente determinada da relação dialética do desenvolvimento, a que nos corresponde. Contudo, podemos complexificar a análise e perguntar, por que os países do Noroeste da Europa foram os epicentros e maiores beneficiários do mercado mundial de escravizados, e como expressou Galeano (2001), mesmo que Espanha e Portugal tenham possuído a vaca, outros bebiam o leite. Como salienta Grüner (2021), foram precisamente estes países que falavam de participação da sociedade civil, soberania estatal e se manifestavam contra à escravidão, os mesmos que melhor desenvolveram o sistema escravista afro-americano.

Em tal caso, é possível acompanhar as origens de aquela racionalidade e encontrar uma relação com a formação das cidades nos primórdios da colonização? Sem ser este nosso intuito principal, gostaríamos, sim, de aproximar a conexão que tem o pensamento de Aristóteles, que aqui foi abordado sucintamente e especificamente, a partir de alguns trechos extraídos do livro “Política”, como uma base fundamentada e justificativa do pensamento colonial-moderno.

O texto original publicado em grego antigo data do século IV a. C, em que Aristóteles desenvolveu seu raciocínio ético e filosófico sobre o caráter político da sociedade, em que a cidade representa essa fase de coesão natural que possibilita a

existência de uma sociedade ordenada. Sendo assim, baseamos nossa reflexão, de maneira resumida, na primeira parte do livro “Política” da edição em espanhol de 1988 e em algumas notas explicativas da tradutora Manuela García Valdés.

Para Aristóteles (1988), toda cidade é, de alguma maneira, uma comunidade que busca o bem e a soberania. Para García (1988), a *pólis* refere-se a uma realidade histórica e, com esta, uma forma perfeita da sociedade civil, autárquica (independência econômica, em grego *autárkeia*), de uma dimensão espacial reduzida (que permitia conhecer o outro) e autônoma (independência política e sem submetimento externo). Podemos interpretar que a ideia de cidade, a *pólis*, no pensamento aristotélico, é uma idealização da sociedade, só possível pelo devir natural da sociedade e o papel e função que cada parte, por natureza, estaria destinado, ou melhor, deveria exercer.

Assim, a cidade se compõe de aldeias e estas, por sua vez, de casas; sendo esta última (*oikía* em grego) a comunidade primeira, sua unidade familiar. A casa estaria constituída, segundo Aristóteles (1988), pelo homem, a mulher, os filhos, os escravos e os bens. Deste modo, o papel que ocupa cada um destes elementos será determinado pela natureza, e a maior distinção que existe entre o homem em relação aos bárbaros, a fêmea e os escravos, “[...] é que não têm o elemento governante por natureza [...]” (ARISTÓTELES, 1988, p. 47, tradução nossa). Dita lógica, embora sem a mesma posição inicial, replica-se dentro da casa, como sua comunidade natural, resultando assim e de forma justificada o domínio do escravo sobre a escrava e o pobre sobre o boi; fazendo as vezes, este último, de criado para o pobre, pois, citando a Homero, “cada um é legislador de sus filhos e esposas”. E, de maneira ascendente, o governante, que poderia ser uma tradução da palavra *politikós*, é o homem que se dedica aos assuntos próprios da *pólis* (GARCÍA, 1988), seu governante por natureza.

A cidade é a forma perfeita em que várias aldeias se juntam para procurar o nível mais alto de autossuficiência. Este último termo refere-se à *autárkeia*, que “[...] inclui possuir o necessário para atingir uma vida feliz” (GARCÍA, 1988, p. 49, tradução nossa) e, assim como a vida em sociedade é um fim por natureza, a cidade é o fim daquelas formas naturais, o ser insocial é um ser inferior ou superior ao homem, um homem “sem tribo, sem lei, sem lar” (A Ilíada de Homero). O melhor exemplo desta inferioridade são os bárbaros, que é um termo grego para designar aquele grupo de

homens (agrupado por raça, tribo ou em povos) que se opõe ao termo *pólis* (GARCÍA, 1988). “Por natureza, pois, a cidade é anterior à casa e a cada um de nós, porque o todo é necessariamente anterior à parte” (ARISTÓTELES, 1988, p. 51, tradução nossa). A parte essencial do raciocínio de Aristóteles, para entender a cidade como fim natural, é a designação de funções que compõem cada parte, sem as quais, simplesmente, não se compreenderia a cidade. Posto isto, para Aristóteles (1988), a cidade é anterior ao indivíduo, porque viver em comunidade é uma condição para a suficiência de cada parte e, aquele que não precise dessa condição, não será membro de uma cidade, só pode ser uma besta ou um deus.

Segundo Aristóteles (1988), para entender a cidade tem que se entender a administração doméstica, já que a casa é a mínima unidade da cidade. A casa perfeita se compõe de pessoas livres e de escravos, exercendo-se internamente uma relação ente senhor e escravo, marido e mulher, pai e filhos. Para Aristóteles, contrário ao pensamento de outros filósofos (como Filemom, Metrodoro e Platão (GARCÍA, 1988)), a dominação é natural. Isto é, “a propriedade é uma parte da casa, e para a arte de adquirir uma parte da administração doméstica [...]. E, igual que nas artes determinadas, é necessário dispor dos instrumentos apropriados” (ARISTÓTELES, 1988, p. 54, tradução nossa). Para o autor, existem instrumentos para a vida, sendo uns inanimados e outros animados, a multiplicidade de instrumentos é uma propriedade. Em vista disso, o escravo é uma possessão animada subordinada, assim, um instrumento prévio a outros instrumentos (ARISTÓTELES, 1988).

A parte existe porque é parte de outra coisa, ou seja, lhe pertence e, “por isso, o senhor é somente dono do escravo, mas não lhe pertence ao escravo. O escravo, ao contrário, não é somente servo do senhor, como ainda lhe pertence de um modo absoluto”, querendo-se demonstrar, com isto, que o escravo é “[...] aquele que não se pertence, mas pertence a outro e, no entanto, é um homem, esse é escravo por natureza” (ARISTÓTELES, 1988, p. 55 e 56, tradução nossa).

Como frisa o autor, tanto o escravo, quanto o bárbaro e a mulher, não receberam, pela natureza, o instinto de mando. Para Aristóteles, a condição da relação entre mandar e obedecer não só é necessária, como definida desde o nascimento, “[...] entre o macho e a fêmea, por natureza, um é superior e outro inferior, um manda e outro obedece. E, do mesmo modo ocorre entre todos os homens”, para

os escravos é melhor estar submetidos a um tipo de mando, “pois é escravo por natureza aquele que pode pertencer a outrem (por isto, precisamente é de outro) e aquele que participa da razão, tanto como para percebê-la, mas não como para possui-la [...]” (ARISTÓTELES, 1988, p. 55-58, tradução nossa). Assim, a natureza proporciona um corpo aos escravos, assim como aos animais domésticos, útil às necessidades. Por exemplo, a força que os escravos precisam para o trabalho, diferente dos homens livres que são úteis para a vida política; e para ser mais justos, diria Aristóteles, a distinção não pode ser feita exclusivamente pelo corpo, sobretudo, tem que ser feita respeito à alma (sendo para o escravo conveniente e justo) (ARISTÓTELES, 1988).

É surpreendente encontrar uma coincidência tão direta entre o pensamento de Aristóteles e aqueles europeus que se autoproclamavam os herdeiros diretos do pensamento ocidental; sendo, nas mãos dos colonizadores, uma realidade posta em prática, criando uma relação muito estreita entre a escravidão e a *pólis*, entre o processo civilizatório de dominação exercido através da violência e acompanhado de uma narrativa própria ao processo, narrativa que ainda persiste e hoje chamamos de colonialidade, e todo aquele que denominado bárbaro ou selvagem, que por mais que resistisse a esta forma de “organização perfeita” da sociedade, terminaria condenando a realização de qualquer outra forma factível de organização e existência.

Continuando com nossa argumentação, surpreende cada vez menos este fenômeno paradoxal da Modernidade, embora não possamos deixar de nos questionar, por que somos *centrais* como espaços de consumo e *periféricos* como espaços reprodutores no sistema-mundo? Pensar nos espaços-*outros* como espaços de consumo significa entender o consumo produtivo como um fenômeno que vai além da extração e acumulação de valores que o sistema escravocrata obteve da força de trabalho indígena e africana. Implica entender que sujeitos-territoriais foram negados nesse processo de objetivação todo, como processo desterritorializante (sujeitos com *locus* de enunciação, com símbolos, *som* sonhos...com *práxis*) e como intencionalidades subjetivadas na realidade histórica da América Latina, demandará de nós prestar atenção aos novos espaços de consumo que, em países como o Brasil, se consolidavam; como produção que é imediatamente consumo. Como vimos, a economia que alicerçava seu eixo de acumulação na economia agrária, sobretudo a

partir das *commodities* coloniais, não somente os centros transoceânicos usufruíram deste capital, também as elites locais que, além disso, estruturaram suas relações de produção (exploração e dominação).

Do mesmo modo que ocorrem estes processos na escala mundial, podemos considerar a urbanização na América Latina como um processo que, ao mesmo tempo que se reafirma como promessa da Modernidade, é um ato de negação da negação, que constitui estes espaços-*outros* como realidade produtiva, como por exemplo, os espaços rurais, que como *alimento* da produção do espaço urbano e *fome* da Modernidade, será negado (como consumo), na negação (como corporização). “O conteúdo de toda mercadoria capitalista, nos diz Marx, é a ‘relação social’, o conteúdo da relação social são sempre relações de dominação e exploração [...]”. Assim, “quando consumimos mercadorias capitalistas, o que estamos consumindo, em última instância, são sempre esses conteúdos e não outros”, as subjetivamos. “Por esta dialética da produção-consumo capitalista, reproduzimos não só ao capitalismo, como também a sociedade e a modernidade” (BAUTISTA, 2018, p. 146, tradução nossa). Como diz o autor, afirmar a subjetividade negada pela sociedade moderna (por excelência a sociedade burguesa), foi negar toda forma de vida comunitária (BAUTISTA, 2018). Poderíamos agregar que, durante o período da colonização não houve feudalismo, sempre foi um sistema de dominação e exploração capitalista, que precisou subsumir espaços não capitalistas e pré-modernos (o não-ser como exterioridade da Modernidade) para podê-los subdesenvolver.

Como já temos mencionado, a formação de cidades na Colômbia desde a conquista, sobretudo a partir do século XVI, como salienta Melo (2020), é a história da submissão dos povos indígenas, pois o modelo hispânico de urbanização durante a colonização implicou uma distinção clara entre os conquistadores que moravam nas cidades como um espaço que os distinguia da população não civilizada; a servidão que morava nas margens da cidade e o povo bárbaro e selvagem que nem sequer morava em povoados, necessário para exercer um sistema tributário e de controle sobre estes. Temos que sublinhar que, embora as cidades tenham adquirido um *status* e se transformado nos verdadeiros centros de poder, as verdadeiras fontes da acumulação originária, sempre tem uma origem nos espaços rurais; claro que isto é uma obviedade do senso comum, pois sabemos que o sistema econômico colonial

nasce com um padrão de capitalismo mercantil, que por princípio foi extrativista, no setor mineiro e agrícola, e tem que se alicerçar em estruturas tradicionais e modos de vida comunitários. As chamadas formas pré-modernas só podiam existir na medida que são a pré-existência da modernidade, que nasce nesse preciso momento, como história universal e como sistema-mundo, como Modernidade. Deste modo, “o regime colonial na América Latina pertence, por pleno direito [...] à história do *Capital* em sua fase acumulativa que daria como resultado o *capitalismo* ‘plenamente desenvolvido’ [...] mediante relações de produção ‘não-capitalistas’”, relações que, sob o controle da força de trabalho, foram “uma *necessidade* de essa fase acumulativa do Capital” (GRÜNER, 2021, p. 240, itálicas do autor, tradução nossa).

Como salienta Seabra (2011), a posição de algumas metrópoles como São Paulo está relacionada com a centralidade histórica que ocupou no processo de industrialização com anterioridade às demais regiões que posteriormente seriam articuladas no fluxo expansivo do capital. Haveria, portanto, o que Seabra (2011) reconhece como uma mobilidade territorial do trabalho, sobretudo, contingentes de população vindo do campo para as áreas urbanas industrialmente em desenvolvimento que se localizavam no Sudeste. Assim, verificou-se que, entre os anos 1930 e 1970, o diferencial de riqueza acumulada só poderia ser possível “[...] à custa da expropriação de atividades tidas por tradicionais atingindo regiões inteiras como aconteceu com a região Nordeste” (SEABRA, p. 141), abrindo esta autora o questionamento de se este capital, que se reproduzia no Sudeste, estava realizando uma acumulação primitiva que, ao mesmo tempo, desterrava e expropriava outras regiões?

Segundo Lencioni (2011, p. 94), na interpretação que faz de Souza Martins (1979), “[...] é no interior do complexo cafeeiro que situamos a capacidade de geração de um processo dinâmico de acumulação capitalista, que introduz à industrialização e à constituição do urbano”; claro, a autora faz o esclarecimento desta constituição do urbano que, partindo de algumas visões canônicas, seria um subproduto da industrialização. Contrário a esta premissa, Martins (1979) o localiza no Brasil a partir de 1870 dentro das determinadas relações sociais e das condições objetivas do complexo cafeeiro, deste modo, partindo, não da formação do urbano como fenômeno e conceito que teria uma origem mais fatível a partir das primeiras cidades coloniais e

a formação do capital mercantil (como também apresenta Lencioni (2011) a partir de Jean Remy e Liliane Voye (1976)), e sim da realidade histórica do complexo cafeeiro. Seabra (2011) reconhece uma relação genética da industrialização com a economia cafeeira. “Pode-se dizer que, do ponto de vista da relação cidade campo, a cafeicultura apresentou excelentes exemplos de complementaridade rural-urbano” (SEABRA, p. 141), processo que criou, em torno desta atividade, uma rede de cidades hierarquizadas “[...] com funções de suprimento de bens e serviços de uso imediato. As cidades maiores, além de exercerem funções de comércio e serviços, eram, sobretudo, centros políticos e de administração pública [...]”, o que a autora reconhece como uma importante acumulação regional em que, no redor, orbitavam outras empresas dependentes, como foi a dependência econômica e financeira atrelada ao poder dos bancos centralizados nos maiores centros urbanos.

Destarte, Seabra (2011) reforça a ideia – que aqui estamos tentando desenvolver – de que essas formas da tradicional sociedade agrária, que não mudou subitamente, e da qual o capital industrial precisava, eram absorvidas e sincretizadas na cidade. A formação do capital e a formação social do capital difundiu um processo de modernização, que assim como Seabra, outros autores consideram incompleta, mas esta é, de fato, uma armadilha paradigmática, pensar que o problema é por falta *de* e não *por conta da* função e lugar que estamos obrigados a ocupar no todo, na Modernidade.

Quando Seabra (2001) se refere a essa desarticulação das economias tradicionais da região Nordeste, que a partir dos anos vinte mobilizava contingentes expressivos de mão de obra para desenvolver a economia industrial de São Paulo, interpretamos, de um lado, que houve uma desarticulação das economias locais tradicionais à custa do fluxo de força de trabalho imigrante e por conta do fluxo de capital que ganhava uma nova centralidade na integração nacional, e do outro, a parte negativamente determinada do desenvolvimento desigual, a desintegração intra-regional, seu empobrecimento. Embora a autora reconheça que este processo todo tenha tido um papel fundamental na periferização de algumas formações urbanas; e de maneira mais geral, ainda que autores como Martins (1980), tenham reconhecido a relação estreita entre o processo de expropriação do camponês no Brasil em que o capital cria as condições sociais relativas a esse processo expropriante e,

consequentemente, cria as condições em que esse mesmo trabalhador expulso, será incorporado como força de trabalho a ser explorada no ciclo reprodutivo do capital, compreendemos que o fenômeno é bem mais complexo, já que não só inclui força de trabalho (com aparência a-espacial e a-territorial) absorvida ou progressivamente rejeitada, pois, não podemos esquecer que é precisamente deste ingente de população que se formariam os territórios de exclusão dentro das próprias cidades, como também os capitais absorvidos da economia cafeeira e, com estes, a subordinação de seus territórios, que foram desterritorializados em termos de paradigma, isto é, passaram a ocupar um lugar de inferioridade.

Assim, da mesma maneira que o capital industrial foi um grande passo para desenvolver nossa economia de dependência articulado com o capital e as dinâmicas do mercado do Norte Global, do mesmo jeito, criam-se outras escalas de dependência, negação e exclusão dentro dos territórios. Assim, os espaços de consumo encarnam a própria dialética da dependência obscurecida pelas contradições da produção do espaço como horizonte autônomo e autorreferencial. Quando se pensa nos espaços-*outros* a partir da categoria consumo do espaço, não somente a economia que, no campo, criava a produção cafeeira, foi constituída como espaço de consumo, também a região Nordeste do Brasil, no processo de estruturação industrial e urbano da região Sudeste (que paradoxalmente durante o auge industrial, Europa constituiria seus próprios espaços de consumo, por exemplo, com os imigrantes italianos que chegaram a constituir dois terços da população total de São Paulo até começos do século XX), como também essa região e o país de maneira articulada, se torna um grande espaço de consumo como periferia econômica dependente dos centros econômicos e urbanos dos chamados países centrais ou desenvolvidos, assim como, e do mesmo jeito, o próprio subcontinente americano foi espaço de consumo da revolução industrial e desde muito antes do capital que a Europa precisou para sair de sua posição provincial e periférica, ou seja, como outro grande espaço de consumo.

Como tratamos no **Capítulo 4**, a urbanização de Medellín teve quatro eixos de acumulação: a extração e comércio de ouro (século XIX); a atividade cafeeira (finais do século XIX e meados do século XX) a industrialização (primeira metade do século XX); e, o setor de construção e as atividades do setor terciário (após a crise do setor industrial). Assim, os primeiros dois eixos serão os verdadeiros desencadeantes da

acumulação de capital e os investimentos posteriores feitos na indústria. Não obstante, o fenômeno de crescimento urbano e populacional de Medellín significou o declínio dos territórios da própria *colonização antioqueña*, que outrora eram centrais na economia do Departamento (sobretudo na cafeicultura, mas dinamizado pela a atividade mercantil especulativa), passam a ser a força de trabalho, de matérias-primas e alimentos como espaços-*outros* de consumo e serão os mesmos espaços que, quando a *cidade pensada* já não pôde absorver (por exemplo na indústria), passarão a reconstituir-se como espaços de exclusão (para Patiño (2015), os territórios de exclusão), mas agora no nível intraurbano.

Sabemos que podemos refletir, partindo do tema em torno da tenência da terra e a reforma agrária (mesmo que sejam muito complexos e não sejam parte do intuito deste capítulo), sobre alguns aspectos gerais que, a partir de Machado (2017), pode nos subsidiar na compreensão do campo colombiano como principal espaço-*outro* de consumo, embora não pareça completamente racionalizável dentro de um projeto capitalista, pois ainda conserva formas mais próximas a uma estrutura feudal que moderna, propriamente dita. Segundo Machado (2017), o conflito pela terra está determinado por uma estrutura de tenência pouco modificada desde a colônia e a independência da Colômbia, poderíamos dizer, desigual na sua distribuição e especulativa (por conta da pouca tributação da propriedade rural, assim como a captura de rendas institucionais que esta pode realizar, é um bem ótimo gerador de renda e valorizável no tempo) na sua função econômica, além de ser símbolo de prestígio e núcleo de poder social, econômico e político que termina se tornando em controle territorial.

O processo de despejo e deslocamento forçado que se manteve durante todo o século XIX, XX e, ainda na atualidade, tem sido o principal mecanismo de controle territorial, instrumentalizado através da violência, mas também da cumplicidade do Estado e, a partir das péssimas políticas de distribuição de terras, como a venda e entrega de baldios, em sua maioria entregues a latifundiários, especuladores, comerciantes, políticos, militares ou empresas estrangeiras e, claro, muito menos para camponeses, quem realmente poderia precisar. Um camponês sem-terra é força de trabalho barata que uma classe crescente de proprietários soube utilizar, que junto

com a terra, constituem-se como principal meio de acumulação de riqueza e poder (MACHADO, 2017).

Estes rasgos de concentração e controle sobre a propriedade rural têm sido um dispositivo de espoliação que, além de constituir-se em um mecanismo, também de transferência de valor, se pensado a partir dos espaços-*outros*, é toda uma objetivação do sujeito-territorial e do território como sujeito de objetivação, porque estaríamos presenciando, além de um processo de desterritorialização, com este, uma desintegração das organizações de resistência, como aconteceu nas décadas de 1970 e 1980 em que houve um forte debilitamento da organização camponesa, o que demonstra não só a estreita relação do conflito interno com a estrutura agrária, como bem mencionou Machado (2017), como também uma subsunção não exclusivamente das realidades possíveis que não foram realizadas, como das próprias condições materiais e subjetivas de resistência e transformação da realidade. Este é um contrassenso dos espaços de consumo produtivo e, ainda mais no campo, pois, além de ser por natureza os espaços de produção de alimentos, matérias-primas, entre outros bens e serviços ecossistêmicos, serão consumidos em uma produção, ou melhor, uma reprodução distante e alheia. Deste modo, a produção é imediatamente consumo quando cria os valores, e as condições objetivas dos espaços urbanos, a produção, como reprodução subjetiva como corporização não só dos valores produzidos no campo, como também a força de trabalho, forçosamente deslocada de seu lugar de origem e a realidade sociocultural e práxis socioespacial destes sujeitos. Assim, a produção do espaço urbano da sociedade moderna tem sido, na história da América Latina, a negação da negação dos espaços-*outros*, dos espaços de consumo como os primeiros espaços de criação.

Consideramos que a Colômbia representa bem o contrassenso da terra como bem econômico de investimento, como se ainda permanecesse dentro de um modelo primitivo do capitalismo, o deslocamento forçado, a especulação, a disputa pelo controle territorial por parte de um diverso leque de atores que conformam os grupos armados (guerrilhas, paramilitares, bandas criminais associadas ao narcotráfico etc.). São todas estas características que estão mais perto de uma necropolítica, do que de qualquer outra forma de poder esperadas por um chamado Estado moderno, social e de direito, já que os espaços rurais ultrapassam a convencional conceitualização do

campo como espaço de subministro de alimentos, matérias-primas, mão de obra que alimentaria a crescente industrialização nos grandes centros urbanos e, em paralelo, uma industrialização do campo que transformaria o camponês em pequeno empresário rural. Pois bem, aqui a história é outra.

A sociedade Moderna, como o grande momento da entronização do fetichismo, precisa que a terra e o trabalho, como explica Alimonda (2018), sejam subordinados à lógica do mercado; porém, essa subordinação somente ocorre quando, de fato, há uma separação entre a terra e as pessoas que dela produzem. Para Polanyi (2013 [1994]), esta separação entre a terra e os homens, e com ela, toda a organização da sociedade, passa a satisfazer os requisitos do mercado e o que ele considera, em si, é o fundamento da economia de mercado, sua utopia conceitual. Este contrassenso, pois não pode existir no mundo real dita separação, implica uma concepção diferente da natureza como *meio* de subsistência inalienável, para passar a ser um *produto* da produção capitalista. Sobre este processo, Alimonda (2018) exemplifica o caso da região Nordeste no Brasil e nas ilhas do Caribe, em que a natureza passa a ser tratada simplesmente como terra e incorporada, na economia internacional, como plantio tropical à custo da eliminação da biodiversidade da Mata Atlântica, assim como, também, de tudo o que está “permitido”, quando se faz uma separação instrumental do novo “objeto” apropriado, isto é, da realidade da qual este é constitutivo, a exterminação das populações originárias para ser substituídas com força de trabalho da população africana escravizada e a substituição das espécies nativas pela cana de açúcar, que para os colonizadores portugueses, holandeses, ingleses e franceses, foi um simples produto de exportação, poderíamos dizer, terra sem território. Assim, Castro (1984, p. 117) se referindo à exploração da cana-de-açúcar na região do Nordeste, “[...] se processa num regime de autofagia: a cana devorando tudo em torno de si, [...] aniquilando as pequenas culturas indefesas e o próprio capital humano, do qual sua cultura tira toda a vida. E é a pura verdade [...]”.

Este processo de separação continua vigente, por exemplo, no agronegócio que avança na forma de propriedade privada absoluta sobre as populações indígenas, ribeirinhas e camponesas, para implantar uma agricultura sem agricultores; em si, este fenômeno de apropriação privada, por cima de qualquer noção de território coletivo, é uma ideia fundamental na Modernidade (ALIMONDA, 2018).

Chegamos, finalmente, a última parte do capítulo, na qual nos perguntamos, não somente pela separação anteriormente mencionada, e que no percurso da pesquisa tem sido abordada, entre a produção e o consumo de alimentos, também do papel que as RAAs desempenham na dialética produção-consumo do espaço, a partir da tentativa de construção categorial do consumo como espaços-*outros*. Para este propósito, centralizamos a discussão nas territorialidades ativas das Redes Agroalimentares Alternativas como processos de resposta e parte da alternativa, mas também como nova pergunta tematizada sobre a condição determinada da dialética produção-consumo, seus limites e suas próprias contradições.

Não pretendemos, aqui, fazer uma conceitualização do território, mesmo porque, resultado de uma escolha metodológica, nunca priorizamos este como categoria ou conceito central da nossa tematização e problematização; contudo, queremos partir da noção de territorialidade como aquela prática (sem perder seu sentido polissêmico), que sendo sempre inevitavelmente espacial, não sempre *ativaria* o lócus de enunciação e de interpelação das ações de transformação do território, e podendo ser instrumentalizado e controlado, pode terminar sendo um elemento a mais, que revestido formalmente, incorporará os interesses do poder hegemônico que os controla.

A primeira redução que queremos evitar tem a ver com a abordagem do espaço como a dimensão de alguma coisa e, por esta razão, partimos de Fernandes (2005) que resgata a ideia do espaço como *composicionalidade* e *completude*. A primeira relacionada com a compreensão de todas as dimensões que compõem o espaço, sem as quais não seria compreensível o espaço, o qual também denota uma multiplicidade nas determinações que o constituem (produto-produção, movimento-fixidez, processo-resultado etc.), e a segunda, refere-se à qualidade de totalidade do espaço, sempre multidimensional, sempre material-imaterialmente realizável, sempre constitutivo das pessoas que o produzem, sempre síntese das múltiplas determinações.

E, como toda produção do espaço implica uma mediação da prática social, sublinhamos a necessidade de serem definidas as relações sociais que a dita produção se refere, o tipo de tensão dialética que as produz, embora sem perder de vista, como frisa Saquet (2015), as múltiplas temporalidades e territorialidades que

compõe cada relação espaço-tempo-território. Poderíamos dizer, então, que surge uma demanda de complexidade irreduzível da realidade concreta histórica, inteligível na apreensão formal e unívoca do fenômeno, em outras palavras e como reforça Fernandes (2005, p. 27), “[...] o espaço em sua qualidade completa é apresentado somente como uma fração ou um fragmento”, porque o espaço fragmentado é resultado das intencionalidades das relações sociais que projetam a totalidade como parte (FERNANDES, 2005), isto é, não pode fugir da condição determinada da práxis, uma objetivação/subjetivação específica das representações e intencionalidade consumidas e corporizadas que cria e condiciona o espaço produzido e, como diria Grüner (2021, p. 230, tradução nossa, itálica do autor), “[...] esse Todo, que é ao mesmo tempo mais e menos que a soma de suas partes, é uma totalidade aberta e em movimento: é um permanente processo de *totalização / des-totalização / re-totalização* [...]”.

De acordo com Fernandes (2005, p. 27), e, tematizando sua interpretação, “[...] a multidimensionalidade do espaço é restringida ao ser delimitada pela determinação da intencionalidade. Em outras palavras: a parte é transformada em todo e o todo é transformado em parte”. Assim, como já foi exposto e, conforme o método dialético, Marx (1983) sublinha que este primeiro ato de abstração que separa uma parte do todo e considera a parte como todo, é analítico, e produz uma determinação abstrata, uma reprodução do concreto. Esta leitura e representação da multidimensionalidade, parcializada e fragmentada, da qual trata Fernandes (2005), instiga-nos, por um lado, a abordar as representações com muito cuidado, pois são um processo de abstração inicial (a representação de um todo mais complexo, de uma realidade concreta), por outro lado, desafia-nos a pensar pelo tipo de relações sociais, que estando em constante confronto, produzem um tipo particular de territorialidades.

Numa relação social de exploração e dominação (as relações sociais de produção por excelência), a produção espacial do sujeito-territorial, que é uma prática-política ancorada em sua realidade como sujeito coletivo, a objetivação no consumo dos espaços-*outros*, precisa que o processo objetivante em seu movimento fetichista, incorpore, como corporização, uma subjetivação simplificada e fragmentada da realidade, que oculta a fonte criadora junto com sua realidade espacial, mesmo que a sua transferência de valores tenha sido, de fato, multifacetada e desterritorializante,

porque implica uma objetivação material e subjetiva do sujeito-territorial, isto é, ancorado a uma práxis territorial que, como salienta Fernandes (2005), sempre será multidimensional na realidade. Todavia, as relações sociais são mais complexas e expressam relações de poder, confronto e conflitualidade e, assim, dita multiplicidade nas territorialidades pode indicar frações negadas e/ou reincorporadas do processo de produção do espaço. Sendo de nosso interesse, aqui, observar como as incorporações do consumo, como *categoria singular*, expressam processos de subjetivação da ação coletiva, sejam de processos objetivantes que exercem, no exercício do poder, maior domínio e controle ou as resistências e transformações, mais plurais e inclusivas das relações de poder, que serão determinantes no consumo do espaço como *categoria universal* e termo *sine qua non* da produção do espaço (urbano).

Para Fernandes (2005, p. 27 e 28), “os territórios se movimentam e se fixam sobre o espaço geográfico [...]. E no interior deste espaço há diferentes territórios constituindo” o território e este, como totalidade restringida, será determinado “[...] pelas relações sociais que dão movimento ao espaço. Assim, o território é espaço de liberdade e dominação, de expropriação e resistência”. Estes movimentos de apropriação do espaço e dos territórios, que ocorrem como criação (expansão) e destruição do território, serão chamados de territorialização (territorialização – desterritorialização – reterritorialização (TDR)). Já o movimento das relações sociais, sua manifestação, são reconhecidas como territorialidades, as quais, ancoradas nos territórios, mantem a produção e reprodução das ações próprias ou apropriadas (FERNANDES, 2005).

A territorialidade é vista por Governi (2005) como uma “dimensão” ativa do processo de desenvolvimento local, sua ação coletiva de governança que atua de baixo para cima (*bottom-up*). Poderíamos interpretar esta ação espacial, comportamental e simbólica, também como uma prática política intensamente relacional e, por isso, para Raffestin (1981), a territorialidade deriva de um sistema de relações de uma coletividade (que inclui, claro, os indivíduos que a ela se referem) com o próprio território e com a alteridade. A parte que queremos resgatar da territorialidade é a intencionalidade da ação, ora expressada individualmente ou de maneira coletiva, é conteúdo do território como movimento, como ação. “A produção

ou a construção do espaço acontece pela ação política, pela intencionalidade dos sujeitos para transformação de suas realidades” (FERNANDES, 2005, p. 30).

Para entrar com maior detalhamento no papel que as RAAs desenvolvem neste processo, devemos fazer uma distinção entre territorialidades ativas e passivas. Governa (2005), alicerçada nas perspectivas de Claude Raffestin (e com relativo distanciamento também de R.D Sack), aborda as territorialidades sob o ponto de vista da intencionalidade em que as relações materiais-imateriais do território, em seu conjunto, asseguram um poder que se exprime territorialmente, ou seja, como um processo de construção de território, que para nós, é um processo de construção do próprio sujeito-territorial que pode atingir, como movimento, uma realidade na condição objetiva da territorialização, mas que não sempre será a sua conquista.

Segundo Governa (2005), já que a abordagem de Raffestin compreende o poder como relação (não exclusivamente como poder de controle e exclusão), sendo assim, a territorialidade ativa é a “capacidade de valoração de recursos e atores, através de estratégias inclusivas, a fim de alcançar a autonomia (local)”, o que para a autora significa o “[...] sucesso de um processo de construção da ação e do comportamento que define a prática (também cognitiva) dos homens em relação à realidade material” (GOVERNA, 2005, p. 57, tradução nossa). Deste modo, o processo de autonomia que Governa (2005) distingue a partir de Sharp et al. (2000), estaria circunscrito a um poder de *resistência* e não de *dominação*, pois, estas ações confrontariam este poder de dominação (controle sobre os outros). Assim, a autonomia é constituinte da prática de poder, que poderíamos interpretar como uma práxis multidimensional de construção espacial que envolve uma ação contra-hegemônica, quer dizer, contra esse poder de dominação, que para a autora, implica uma prática social, cultural e política de autonomia local que confronte (resista) forças externas que vêm de cima para baixo (Estado, governo, capital etc.) e que tentam impor a suas próprias normas e racionalidade dominante de controle territorial.

Pelo contrário, a territorialidade passiva, como receptora dessa dominação, não partiria da ação coletiva dos sujeitos locais que atua de forma inclusiva, mas exclusiva e excludente por parte dos sujeitos que detêm e exercem dito poder. O usuário (como o denomina Lefebvre) de dito poder normativo que lhe é imposto é passivo na estrutura de confronto e adotará, deste modo, uma maneira subordinada que

corresponde à expectativa externa, e não da própria construção coletiva, que, para nós, num sentido transfigurativo (não formalizante, mas desencadeante) da ação coletiva-inclusiva, seria propriamente uma inovação socioespacial, um novo conteúdo intencional da prática. Neste aspecto, o papel ativo da territorialidade é fundamental, já que, como salienta Dematteis (2011), os territórios se apresentam como sistemas “ativos” quando a territorialidade exerce uma mediação simbólica, cognitiva e prática entre a materialidade do lugar e o agir social nos processos de desenvolvimento local.

Que implicações teria de pensar todos estes processos geográficos (como os chama Fernandes (2005)), a partir, não somente dos conteúdos disputados e tensionados no momento presente e no espaço imediato, nem só com as intencionalidades e ações concretizadas no espaço que aprofundam, disputam, apropriam, reapropriam, simbolizam etc., como também, com movimentos vinculantes inerentes e constitutivos de uma dialética deslocada da aparência de equivalência imediata entre a produção e consumo do espaço? Com que conteúdos se territorializa (TDR) e com que territorialidades se define ou determina uma ação quando os espaços de consumo como espaços-*outros* foram constitutivos de uma objetivação perversa de exploração e expropriação dos valores produzidos pelos sujeitos-territoriais num processo de consumo produtivo que será reincorporado em um outro espaço de reprodução? E, se estes espaços-*outros*, pelo contrário, ativaram territorialidades, não só consumadas, como propriamente produtivas (inclusivas e vinculantes a sua própria realidade), poderia o espaço de produção consumidora, a produção do espaço urbano propriamente dita (como parte do objeto que designa o consumo de espaço, como necessidade ou como impulso), subjetivar novos valores de produção, reconstitutivos das realidades objetivadas?

À guisa de esclarecimento, consideramos que, embora o consumo produtivo e a produção consumidora do espaço, possam acontecer de maneira simultânea como processos (mas também de maneira assíncronica, superposta e acumulativa), não acontecem no mesmo lugar, nem tem, necessariamente, correspondência na escala de realização/desrealização. Esta asseveração, sempre podendo ser refeita, é pensada para o consumo como categoria universal, e não singular do consumo *do* e *no* espaço.

Ainda que não possamos responder estas perguntas com todos os elementos propostos, podemos, sim, fazer algumas aproximações no tocante ao papel reconstitutivo que as RAAs realizam através de uma práxis centrada na alimentação, com valores diferenciais em termos ecológicos, sociais, políticos e culturais, e refletir, assim, sobre as potencialidades e contradições que estas territorialidades podem, e, por certo, encarnam, na relação produção-consumo, e em consequência, do consumo e produção de espaço. Para este propósito, gostaríamos de refletir sobre até que ponto as RAAs, mas não exclusivamente estas, como movimentos socioespaciais e/ou socioterritoriais (que teriam o território como triunfo das ações socioespaciais (FERNANDES, 2005; RAFFESTIN, 1981)), podem superar o processo de negação da negação da produção do espaço urbano. Pois, não constituiriam os espaços de consumo como espaços da negação. Então, em que e como se diferencia a relação de processos de produção-consumo quando estas estão guiadas por ações de territorialidades ativas?

A continuação, expomos alguns pontos de reflexão sobre o papel das RAAs neste processo todo de produção-consumo do espaço:

1) **Movimentos socioespaciais e socioterritoriais.** Podemos constatar, com a nossa pesquisa e com a pesquisa apresentada por Cadavid-Castro e Álvarez-Castaño (2018), o pouco nível de organização de muitos produtores de Medellín e sua área de influência, situação que se torna questão urgente perante à necessidade de realizar mais trabalho associativo que fortaleçam as Redes. Embora ambos os tipos de movimentos sociais (socioespaciais e socioterritoriais) tenham níveis de organização e atuação no espaço geográfico, a produção do espaço é diferente, e, ainda que os dois movimentos sejam (por natureza) sempre socioespaciais, nos movimentos socioterritoriais, o território é seu trunfo, sem o qual perdem seu “objeto” (FERNANDES, 2005). Para o autor, alicerçado em Raffestin (1981), esta ideia do território como triunfo orientará o processo de territorialização e desterritorialização. “A transformação do espaço em território acontece por meio da conflitualidade, definida pelo estado permanente de conflitos no enfretamento entre as forças políticas que procuram criar, conquistar e controlar seus territórios” (FERNANDES, 2005, p. 30). Assim, abordando a essencialidade do território como principal razão de existência, evidencia-se que, em muitos aspectos, não é uma razão central nas RAAs

que foram estudadas em Medellín, situação contrária de alguns movimentos relacionados ou constitutivos de algumas RAAs que atuam em Curitiba e suas proximidades; as razões desta diferença são, a nosso ver, mais de caráter estrutural e têm a ver com os processos (des)estruturantes da violência interna e a estrutura da tenência da terra da Colômbia e, especificamente, da estrutura agrária, modelo de herança colonial.

2) **O campo como espaço privilegiado de produção vital:** produção de alimentos e demais bens e serviços ecossistêmicos. O modo de consumo produtivo e produção consumidora do campo, como espaço vital de produção, pode produzir alimentos que, a partir de relações sociais estruturadas por práticas de agroecologia, economia solidária, comércio justo e circuitos curtos de comercialização, podem resultar sendo territorialidades ativas que ressignifiquem e dotem de novos sentidos os alimentos produzidos. Segundo Bautista (2016, p. 22, tradução nossa) “[...] o que não se vê está corporizado”, se as relações de produção estão contidas no produto, as intenções do capitalista como as relações de dominação, exploração e expropriação com o trabalhador e a natureza, estarão contidas no produto, a mercadoria. Por isso é que os modos de produção e apropriação do capitalismo produzem com a intencionalidade objetiva (o processo objetivante), e como subjetivação (consumidora), será corporizado e, claro, esta não é uma relação “positiva” da transferência, são os momentos negativos da determinação dialética, como consumo (produtivo) e como produção (consumidora). Sendo assim, realiza-se um processo de negação da negação. Queremos esclarecer que o campo, esse espaço rural tratado como residual, mas essencial na produção moderna do espaço urbano, participa intensamente de um tempo histórico, tempo em que as transferências de valor (de um trabalhador sempre ancorado a um território de realização/des-realização, isto é, um sujeito-territorial subsumido), como um processo complexo de extrativismo e sujeição (o campo como espaço-fonte de extração e como espaço de acumulação), possibilitam a dialética e definem o lugar e a função que cada parte assumirá nesta totalidade.

3) **“O indivíduo produz um objeto e, consumindo-o, retorna a si mesmo,** mas como indivíduo produtivo e que se produz a si mesmo” (MARX, 1983, p. 15, tradução nossa, negrito nosso). O problema é que, como na produção do espaço (urbano) pouco tem sido abordada esta relação, além do termo singular da relação de consumo,

o produtor que se produz a si mesmo, parece, em si mesmo, produto de um ato tautológico de produção que depende das condições imediatas do consumo, como as condições objetivas da reprodução, não como parte de um consumo produtivo sem necessária correspondência espaço-temporal imediata. Porém, como um processo de realização determinado pela necessidade, que produz o sujeito de necessidade e o impulso da produção e, a sua vez, determinado pela produção, que coloca o objeto do consumo, o modo de consumo e o sujeito de novas necessidades.

Assim, a sociedade urbana moderna cria: 1) o espaço urbano de (re)produção; 2) o modo de subjetivação da produção consumidora (em seu movimento negação-subsunção-corporização); 3) as novas necessidades do sujeito urbano criam um público sensível (utilizando a expressão exemplificada de Marx (1983)) a esse novo consumo (por exemplo, consumidores que exigem produtos mais sofisticados a serem consumidos em espaços diferenciados de consumo). Que por sua vez, os espaços de consumo produtivo de alimentos por excelência, como o campo, criam não só: 1) a necessidade da alimentação (como uma necessidade conatural ao ser humano), como também; 2) a imagem idílica do campo, como o espaço onde acontecem as novas condições demandadas do consumo de alimentos, atributos ambientais, sociais, laborais e no tocante a saúde, por exemplo.

4) O processo de subjetivação nos espaços de produção consumidora, quando participam do consumo (como termo singular), individual ou organizado (coletivo), podem reproduzir, dentro da vida urbana, as intencionalidades objetivadas (uma transferência complexa do sujeito-territorial) e, com estas, outro tipo de relações sociais serão reproduzidas, já que encarnarão a produção de vitalidade do espaço consumado. O que demonstraria esta relação dialética entre consumo-produção-consumo-reprodução do espaço urbano é que as subjetivações do alimento, como consumo e termo singular, não resolvem a negação dos espaços-*outros* como categoria universal. As transferências de valor-mais-valia são complexas, assim como seus diversos mecanismos de transferências. Um bom exemplo da complexidade dos mecanismos de transferência de valor é através da subsunção totalizante do capital, sendo capaz de incorporar os espaços de exclusão, a partir do que Pinho (2020) aborda como um processo de inclusão da população que vive nos espaços periféricos mediante um movimento de socialização negativa, o qual os integra à economia do

mercado via consumo; porém, e dentro da lógica reprodutiva do capital, serão integrados a partir do que o autor chama de uma ficcionalização e financeirização da economia que “[...] explode/implode essa relação dicotômica na metrópole” (PINHO, 2020, p. 533). Diríamos que não exclusivamente nesta, pois a cidade, de maneira histórica, tem sido o grande espaço das contradições, em que o consumo, no capitalismo, sempre será uma fonte de subsunção produtiva-reprodutiva do capital.

Deste modo, o consumo consciente, responsável, crítico, ou como prefira-se chamar, é somente uma expressão fenomênica que comparece no consumo singular como objeto da produção dos espaços vitais de produção (o campo, mas também espaços urbanos de produção de alimentos como espaços de consumo produtivo). Poderíamos pensar que, os espaços de produção do espaço urbano, como frisa Veraza (2008, p. 8, tradução nossa) dentro de uma concepção do consumo como processo vital da sociedade, não é o âmbito em que a extração de mais-valor ocorre, mas “[...] neles se garante que se explore o mais-valor ao longo do processo de trabalho local, nacional e mundial [...]”, assim, como prossegue o autor, o consumo que é “[...] sintetizado no conjunto das relações sociais [...] não é uma condição qualquer para a exploração do mais-valor, senão da condição final *arredondante, sintetizante*; aí onde todas as amarrações sociais ficam atadas”. Deste modo, todos os valores objetivados, produzidos nos espaços-*outros*, serão transferidos junto com os alimentos, embora a produção destes possa conter valores, resultantes de práticas de agroecologia e economia solidária, os mecanismos de transferência, são parte de um sistema tão complexo em termos de relações, espaços, tempos e escalas, que o consumo singular (mediado pelos momentos de distribuição e troca), jamais poderá resolver, de maneira isolada, dita transferência, estando sempre subordinada a uma lógica cíclica de consumo-produção-consumo-reprodução do espaço.

Com isto, não pretendemos minimizar o papel do consumo como termo singular, simplesmente, pensamos que ele ocupa um lugar desencadeante de outros processos, mas, na proporção de um todo mais complexo do qual ele se encontra inserido. Com este intuito, gostaríamos de resgatar a fala de Luis Pequeno, membro cofundador da Rede Mandala entrevistado em 2018, quem responde da seguinte maneira, à pergunta: você acha que o consumo poderia redirecionar esses outros elos que se encontram desarticulados?

Sim, porque o consumo ainda não é explorado, não é produzir e produzir sem saber como vou escoar minha produção, o consumidor tem que ser copartícipe, para que eu possa planejar minha produção, o agricultor se adestrou numa lógica que os integra através de um suporte técnico que me orienta a aquele padrão técnico de produção, em outras palavras, não sou empregado dele, mas de alguma maneira sou como escravo dele, pois tenho um compromisso de fornecer daquele jeito, sem poder mudá-la (a produção). Por isso devemos nos perguntar pelos problemas e socializar diferentes soluções e experiências (Luis Pequeno, entrevista do trabalho de campo, 2018).

Por outro lado, diferente de muitos modelos de RAAs (sobretudo em países do Norte Global) em que os consumidores organizados são o principal eixo dinamizador do processo de reconexão campo-cidade e encurtamento dos circuitos de comercialização, em cidades como Curitiba e Medellín, a situação é outra, como sublinha Martha Alicia Cadavid, refletindo sobre os processos que definem o vínculo produtor-consumidor.

Chama a atenção a motivação do produtor, ele quer oferecer um produto que não faça mal, ele quer conhecer seu consumidor. Sim, haveria mais trabalho por parte dos produtores que dos consumidores, os primeiros querem que conheçam sua produção, isto se dá, por exemplo, com o Sistema Participativo de Garantias (que sejam eles que verifiquem o processo). Os consumidores não estão organizados. Talvez a *Recab* o tentasse, mas não tem funcionado bem. Atribuir todo isso ao consumo, as suas decisões de compra... Ainda não há uma decisão coletiva entre eles, não existe esse consumo como algo coletivo (entrevista do trabalho de campo, Medellín, 2018, tradução nossa).

Podendo ampliar este ponto de vista com a fala de William Álvarez de *Colyflor*, “o consumo organizando os produtores é o modelo europeu, aqui é muito diferente, nós tivemos que organizar os consumidores para que comprassem e vessem a necessidade de comprar”, para que entendam que era diferente. “As pessoas nos procuram principalmente por saúde, não porque tenham muito interesse no modelo por trás desses alimentos” (entrevista do trabalho de campo, Medellín, 2018, tradução nossa). Da mesma maneira, frisa Diana Acevedo, “eu acho que o elo mais fraco não é o produtivo, são os consumidores, precisamos um exército de consumidores que comprem orgânico como compram Coca-Cola”. E, expressando seu desejo, a entrevistada, manifesta, “eu quero que minha comida não termine com as pessoas que têm mais dinheiro, porque essa não é a relação consumidor-produtor que eu quero” (entrevista do trabalho de campo, Medellín, 2018, tradução nossa).

Algumas metáforas e analogias...

5) **A fome e o consumo de alimentos são, em seu sentido metafórico, o fundamento da negação da negação como determinação dialética da produção-consumo.** Entre analogias e metáforas, a fome é a grande negação por excelência, é a ausência e necessidade biológica do ser humano, em que uma vez fundado o sujeito histórico moderno, será voltada ao controle sobre os corpos e ao rompimento do vínculo original indissolúvel e inquebrantável entre a terra e os sujeitos (originalmente comunitários), só possível dentro da racionalidade instrumental *desnaturalizante*, entre os povos e a sua natureza (sempre espacial). Assim, surge a *fome* (agora como perversa avidez, cobiça) exacerbada de terra como mercadoria cindida do território, a sua condição ontológica, transformada pelo desejo insaciável da *fome* de lucro e acumulação de capital; de um poder desbordante, em instrumento de controle, a *fome* como gradativa ausência de vitalidade e consumação/produção de toda existência. A *fome* como horizonte totalizante: a Modernidade. O capitalismo como seu instrumento de organização visível. A urbanização moderna, como a grande “Obra”, o espaço onde os objetos de satisfação se realizam. Os espaços-*outros*, como os espaços paradoxais por excelência onde a força vital (essência) dos objetos de satisfação se cria, assim como, propriamente, ditos objetos de satisfação (o trabalho como mercadoria, a natureza como fonte de extração, a pobreza como fundamento), será ao mesmo tempo que negação (como produto) dos *outros* (a satisfação da ausência), onde a produção é privilegiadamente consumidora, também se tornará como espaço de negação (como processo de consumo) da *fome* exteriorizada da totalidade (re)produtiva, completa-se, então, o ciclo de negação da negação.

6) **O território como Obra, as territorialidades ativas; sua força criativa.** “A (re)apropriação que planteia o autor (**Lefebvre**) supõe a assunção da cidade como Obra, como valor de uso, como gozo, como desfrute, como beleza e como criação coletiva dos cidadãos”. Sobre esta, serão eles a decidir e intervir (MARTÍNEZ, 2013, p. 23, tradução nossa, negrito nosso). Deste modo, se o cidadão, como figura ativa, não exerce uma repolitização do espaço e o reivindica como seu direito à cidade, como um direito renovado da vida urbana, passará a ser mero consumidor da cidade como mercadoria (seu valor de troca) e usuário de uma cidade por ele não pensada nem criada (como valor de uso) (MARTÍNEZ, 2013).

Sendo assim, falar da Obra é tratar da lógica da apropriação social do espaço e confronta-la com a produção capitalista do espaço e a sua lógica de dominação. Para Lefebvre (1983), o produto que resulta da ação do homem social sobre a natureza, previamente abordado por Hegel e posteriormente aprofundado por Marx, será, por este último, sobrestimado. Para Lefebvre o que existe então, desde Kant, é uma relação complexa entre coisa, produto e Obra. Assim, o produto, como restrito ao econômico e político, “separa-se da obra, a desloca e a substitui pelas sofisticações técnicas” (LEFEBVRE, 1983, p. 215, tradução nossa).

Para o autor, trata-se de uma prática criadora e não só produtiva e reprodutiva que coincidem mais com as relações econômicas e políticas, assim como com suas contradições (apropriação, exploração, dominação...); portanto, a Obra constitui uma totalidade que contém todos os momentos da vida (o saber, o desejo, o trabalho, o lúdico etc.); contudo, não de maneira autônoma, já que a autonomia, como sua própria referência e condição de produção, a destruiria como potência criativa. Para Lefebvre (1983), o criador da Obra, nutre-se da vivência (mas não permanece aí), existindo, de maneira equívoca, uma evidente percepção de subordinação entre o concebido e o vivido (não mais uma conceitualização normativa da vida), como uma porção residual do conhecimento. Além disso, o vivido são relações sociais que constroem a própria experiência singular, por isso não é exclusiva a esta. Assim como o criador da Obra não está preso à vivência, o momento subjetivo não provém da pré-existência do sujeito, ele se “constitui pela ação *poiética*”, da qual ele e a Obra fazem parte. Lefebvre (1983) entende que a Obra, dentro de sua unidade e multiplicidade, expressa um movimento dialético que reúne o racional (como racionalidade instrumental) e o irracional como um momento da vivência que é inerente à Obra, além de encarnar uma contradição entre a alienação e a desalienação.

Como pensar a Obra em Lefebvre segundo as territorialidades ativas e como relativizar a visão da cidade como Obra das Obras, a Obra suprema, sem que aquilo não signifique uma idealização totalizante do projeto moderno? Sabemos que o lócus a partir do qual parte o autor para pensar a cidade é a realidade da cidade europeia e, sem que a sua matriz eurocêntrica tire dele seus importantíssimos aportes, a construção de um marco categorial implica e demanda de nós repensar sobre os conteúdos históricos das cidades da América Latina (assim como consoante cada

realidade nacional e plurinacional) e evitar a adoção formal dos conceitos. Apesar disso, compreendemos que há um conteúdo crítico da totalidade, que consciente ou inconscientemente, proporciona-nos indícios de um pensamento em Lefebvre autocrítico da Modernidade, mas ainda das contradições próprias do mundo Ocidental como fenômeno autocentrado.

Assim sendo, as territorialidades ativas, tal e como foram apresentadas, podem significar uma ação criadora (o que Lefebvre chama de ação *poiética*) e, como Obra, não pode resolver “[...] completamente as contradições que estimularam ou orientaram o movimento criador”. Também não de quem receber a Obra, como um todo, pois sempre persistirá um movimento dialético (LEFEBVRE, 1983, p. 242, tradução nossa), diferente da atividade produtiva que tende à autonomia, por isso seu caráter repetitivo, de equivalência e identificação, a “[...] ação poiética define algumas relações sociais que não coincidem com as relações de produção, mas, não obstante, não se isolam delas. A obra faz corresponder uma totalidade presente, atual com a totalidade rompida e ausente” (LEFEBVRE, 1983, p. 243, tradução nossa).

Quando pensamos nas RAAs a partir das territorialidades ativas, encontramos um leque de possibilidades analíticas de um horizonte não homogêneo. Sabemos que as RAAs estudadas são diversas e representam, completa e parcialmente, a realidade da qual fazem parte. Como explicamos no primeiro ponto, diferentemente de Curitiba, em que algumas Redes se articulam ou formam parte de movimentos socioterritoriais, como o conhecido Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em Medellín, após a guerra dos anos de 1950, um conflito interno quase ininterrupto até os dias de hoje, tem desestruturado e abatido muito das organizações camponesas, assim como as organizações de comunidades indígenas e afrodescendentes. Por este motivo, em municípios como Medellín e suas proximidades, não podemos falar de movimentos socioterritoriais (com todo o significado da noção, aqui apresentada) e, deste modo, a luta, embora socioespacial, ganhou outros limiares de atuação.

Um bom exemplo desta situação, em que as territorialidades ativas com sua força coletiva para exercer mobilização política, têm perdido coesão, é a fala de Martha Alicia Cadavid, que cogita sobre as RAAs de Medellín:

penso ao respeito no grupo de base comunitária de mulheres, as iniciativas são fracas na hora de se mobilizar como forma de luta. Claro, também

algumas organizações de base comunitária que a partir de seu cotidiano têm um convencimento que o que fazem é contra-hegemônico. Perguntávamos se têm algum interesse como grêmio, que vejam que existe um setor cooperativo e solidário que poderiam ajudar eles, mas as relações são muito poucas, também com as universidades. Não haveria uma projeção em seu conjunto. Os privados, os pequenos empresários, teriam sim, um compromisso mais real com a mobilização, pensam que seu trabalho é para apoiar aos produtores (entrevista do trabalho de campo, Medellín, 2018, tradução nossa).

Retomando a fala da entrevistada Martha Alicia Cadavid, podemos analisar como William Álvarez, ratifica este posicionamento sobre o papel dos privados e pequenos empresários para criar redes entre produtores organizados, entidades de apoio e fomento, assim como, espaços de comercialização de interação direta com os consumidores; manifestando que, “como nós temos uma posição e ação política, nos batemos de frente com a política tradicional do país”. Nesse sentido, “nós propomos acesso real à terra, titulação de lotes, igualdade para as mulheres na construção de redes, propomos aposentadorias, visibilidade e construção de mercados” (entrevista do trabalho de campo, Medellín, 2018, tradução nossa).

A lógica da apropriação social do espaço e o território como Obra incita-nos a refletir sobre as contradições e potencialidades das RAAs. As territorialidades ativas como ação criativa e criadora podem orientar uma prática que, com conteúdos políticos e econômicos constituintes da sua prática, partam de uma outra racionalidade. Este movimento de superação como criação (crítica e ética) não poderia partir nem ficar preso na autonomia produtiva, da qual adverte Lefebvre (1983), poderia destruir a potência criativa da Obra. Assim, como as territorialidades são ação em movimento, o lócus de enunciação e interpelação, ou seja, como movimento que *desde* o território, seu contexto, sua necessidade e desejo, é disruptivo e criador ao mesmo tempo, não “habita” exclusivamente, em um sentido mais restritivo, na vivência, nem estaria preso dos determinismos do concebido, por exemplo, dentro dos limites ontológicos, epistêmicos e materiais da Modernidade, em que a irracionalidade, dentro dos parâmetros da Modernidade, bem podem ser outro tipo de racionalidade.

Assim, as noções de agroecologia e economia solidária, que perpassam muitas das experiências aqui estudadas têm um germe de herança comunitária. Por exemplo, em Curitiba, a Rede Mandala e algumas experiências a ela articuladas como as

padarias comunitárias, e, em Medellín a *Red de Huerteros de Medellín*, ou a *Tienda de Comercio Justo* Colyflor, mostram um caráter comunitário em sua matriz organizativa e de atuação, o que não tira a participação ativa e vinculante, em termos institucionais, comerciais e até políticos. O que queremos sublinhar, com isto, é que estes sujeitos-territoriais não são uma “versão” repetitiva nem artificiosa do sujeito moderno, ou do indivíduo neoliberal (tomando a ideia de Dardot e Laval, (2016)), mas não são, também, uma forma completamente exteriorizada deste, pois têm conteúdos modernos como *sociedade*, mas também são uma *potência* herdada das relações comunitárias negadas desde a colonização.

Outro aspecto que gostaríamos de precisar é o papel das territorialidades ativas nos espaços-*outros*, estes espaços de consumo produtivo (abordados na relação de transferência de valor, porque para si mesmo, são também espaços de produção consumidora) que, como temos salientado, podem ser: os espaços rurais de produção de alimentos (entre outros bens e serviços ecossistêmicos), os bairros periféricos das cidades, ou os próprios territórios na hierarquia interurbana (também uma região ou um país na escala de transferência global), como espaços primários na produção de valores (sem desconhecer as apropriações *in situ* necessárias para a reprodução e acumulação das e desde as fontes) de um par dialético de (re)produção, especificamente aqui abordados como os espaços urbanos propriamente ditos, quer dizer, que existem como face positiva da transferência.

Quando os espaços-*outros* superam, embora muitas vezes de maneira parcial e fragmentada, a sua condição de negação (jamais autoimposta), o processo de subjetivação pode incorporar as intencionalidades produzidas pelas territorialidades ativas, e não o processo objetivizante que, negando-as, subsume-as, ou seja, re-totaliza enquanto impossibilita a realização de territórios possíveis e, assim, desterritorializa-os, completando, deste modo, a expropriação, não somente do trabalho vivo como fonte criadora de valor e mais-valor, como também o sujeito-territorial que espacialmente produz, porque espacialmente existe. Uma subjetivação nos espaços da produção consumidora, sem os espaços-*outros* de negação, não poderá realizar, com completo sucesso, a negação da negação. À vista disso, em termos lefebvrianos, a cidade como Obra, ou melhor, o território em sua completude como Obra, resultado e processos de uma ação criativa e criadora, desde que não consuma mercadorias

(pessoas, bens e serviços ecossistêmicos, territórios etc., produto de relações sociais de exploração-expropriação e dominação, envolvidas em um movimento fetichista), não produzirá, igualmente, mercadorias (o espaço como valor de troca, mas também tudo o que em ele se ressignifica). A cidade, então, poderá ser uma grande Obra, criação coletiva dos cidadãos, pelo que criam, e não pelo que, por conta deles, lhes será negado.

Finalmente, gostaríamos de fazer um esclarecimento que pode dinamizar o papel relacional das territorialidades ativas. Por que a noção de Sistema Agroalimentar Territorial Alternativo (SATA), ainda que apareça no começo deste manuscrito, não foi mais trazido para a análise? Para nós, a teoria e os conceitos “acabados” sempre podem estimular dois processos, o primeiro, relacionado a uma exploração prático-sensível, rica e criativa, certamente estimulante; nesse ínterim, também poderia aparecer um segundo processo, embora que estimulante, menos criativo e, por conseguinte, menos propositivo, menos iconoclasta. Mas, qual é a razão desta pequena reflexão? Assim como o leitor não encontrará aqui uma vasta bibliografia sobre a noção de RAA, da mesma maneira, o SATA, teve mais o intuito de marcar um horizonte, que uma filiação teórico-conceitual. E, que possibilitou esta escolha? Abrir cada vez mais o horizonte e relativizar os pontos de partida e de chegada.

De acordo com esta perspectiva, e ainda com menos certezas, entendemos o SATA como uma proposta, só isso; reconhecendo várias construções conceituais relacionadas com o mesmo propósito: mostrar uma alternativa ao sistema (agro)alimentar hegemônico, global e capitalista. Por exemplo, o sistema alimentar alternativo ou sustentável, sistema local territorial, agroecológico etc. Contudo, poderíamos expor algumas ideias de Origuéla (2019) sobre um sistema alimentar camponês, das quais compartilhamos algumas perspectivas. Em primeiro lugar, reconhecer que o controle sobre a terra implicaria um controle, em certa medida, sobre as territorialidades, mas, por outro lado, a posse ou uso da terra por parte de uma família camponesa, organização ou comunidade, não significa que o sistema alimentar capitalista, não possa implementar mecanismos que procurem controle e dependência sobre o que definiria ou determinaria as territorialidades desses sujeitos. Entretanto, esta subordinação nunca é completa (já que terminaria eliminando as

fontes externalizadas que definem a totalidade, o não-ser da totalidade), e, assim como, os mecanismos de controle, dominação e transferência de valores, são múltiplos, diversos e escalonados, as respostas emergentes de resistência, quando relacionadas com um sistema agroalimentar alternativo, precisam desenvolver estratégias sobre a produção, a distribuição e o consumo, levando estas ações ao nível da política pública, e/ou resolvendo sobre a marcha e urgência da necessidade.

Origuéla (2019) reconhece a importância da construção destes sistemas alternativos: a participação dos produtores organizados, de maneira que possam exercer algum tipo de autogestão, como as cooperativas, as associações, os grupos gestores, de família, coletivos etc., assim como, a participação dos consumidores; porém, dando um destaque especial para que a visibilidade dos camponeses seja mantida, bem como, sua história de luta e resistência. Deste modo, um sistema alternativo como o SATA, deverá, antes de tudo, manter princípios éticos, participativos, de autonomia e governança, sendo este último “degrau” da luta, a conquista pelas esferas públicas, não restrita às políticas públicas, mas a uma pluralidade política da ação coletiva. Ao longo do texto, algumas experiências têm formado verdadeiras redes de conexão campo-cidade e de trabalho coletivo. À guisa de exemplo, podemos sublinhar o papel exercido em Medellín por Colyflor com um modelo alternativo tanto de agricultura quanto de organização e comercialização; por outro lado, os projetos de rede de redes como a iniciativa Mandala ou rede de segurança alimentar, em Curitiba, em que a economia solidária, a agroecologia e a educação popular, encontram caminhos de diálogo profícuos na articulação emergente de um SATA.

Um último aspecto a ser sublinhado, é o caráter mais abrangente das RAAs como parte constitutiva de movimentos de resistências que podem ganhar um estatuto mundial de incidência consoante as múltiplas e diversas ações coletivas. Neste aspecto, de acordo com Houtart (2003), um enquadramento que poderíamos fazer na mundialização das resistências, é através do conceito de sociedade civil que o autor posiciona em três grandes orientações: 1) uma concepção burguesa que “[...] valoriza a sociedade como um elemento essencial de sua estratégia de classe” (HOUTART, 2003, p. 311), centrada sobre as potencialidades do indivíduo, sobretudo, a sua capacidade e liberdade de empreendimento, e a articulação do papel do Estado na

manutenção das instituições de reprodução social de caráter ideológico (escola, religiões, saúde etc.), que garante o funcionamento, dentro da lógica do mercado, das demandas sociais de alguns grupos e classes, que tendem a fragmentar-se e despolitizar-se; 2) uma concepção ingênua da sociedade civil que agrupa as organizações dos cidadãos (ONGs, setor não mercantil, instituições de interesse comum etc.), e representa setores fragilizados da sociedade que “[...] respondem a necessidades verdadeiras, mas essa concepção não desemboca numa outra ordenação das relações sociais”, denuncia os abusos do sistema, mas sem estabelecer uma crítica mais contundente sobre a sua lógica, o que torna a estes grupos, um alvo fácil de cooptações (ideológicas e burguesas); e, 3) uma orientação da sociedade civil dentro de uma concepção analítica e popular, que seria o espaço em que “[...] se constroem as desigualdades sociais e que existe em seu interior instituições e organizações que representam interesses de classes muito divergentes” (HOUTART, 2003, p. 313).

Esta última orientação, correspondem às populações que são integradas muitas vezes, não direta, mas indiretamente, ao capitalismo, por exemplo, através de mecanismo macroeconômicos (políticas monetárias, tratados de livre mercado, dívidas etc.), assim como, outros elementos que constituem relações sociais de exploração mais difusas (HOUTART, 2003). Dessarte, dentro deste panorama mais precarizado, segundo o autor, desenvolve-se também uma consciência social mais profunda que configura uma “sociedade civil de baixo”, que está na base das resistências, a qual “reivindica um espaço público organizado a serviço do conjunto dos seres humanos e não de uma minoria. Ela quer transformar em cidadãos aqueles que foram reduzidos a produtores e consumidores [...]” (HOUTART, 2003, p. 315). Esta última orientação, ainda que muito geral, na qual podemos inscrever às RAAs, que podendo flutuar também entre as outras orientações de sociedade civil, desafiamos a pensar nos reescalamentos e integrações que as RAAs estabelecem com múltiplos movimentos socioespaciais que lutam por objetivos comuns, que permitam superar as contradições do espaço imediato (local) e dos tempos emergenciais, das quais, estas, muitas vezes se encontram presas.

7) As práticas de recomposição urbano-rural das Redes Agroalimentares Alternativas no marco do reescalamento das transferências de valor, da

Teoria Marxista da Dependência aos espaços de consumo-produção do espaço (urbano). Compreendemos que todo o caminho até aqui percorrido ganha completa importância no desenvolvimento deste capítulo que é, de fato, o último capítulo da tese. Quais são então as reconexões que recompõem, em certa medida, os conflitos decorrentes dos mecanismos de transferência de valor, sejam na escala global, apresentados aqui a partir da TMD, e especificamente no Sistema Agroalimentar Global, ou no urbano, sobretudo no âmbito do sistema da economia urbana e seu dinâmico jogo de fluxos, centralidades/periferização, divisão social do espaço, infraestrutura urbana, espaço público, entre outros?

Para este propósito, gostaríamos de apresentar alguns pontos de reconexão contra-argumentativa do discurso e da realidade objetiva produzida por um sistema multiescalar e reescalonado das transferências de valor. Reconexões que se realizam a partir das práticas das RAAs nos contextos em que estas atuam e que teriam o potencial articulador na formação de um SATA. Sublinhamos, de maneira bem genérica, que as práticas aqui expostas, além de outras, podem, de alguma maneira, evitar ou minimizar algumas transferências de valor tais como: migração da força de trabalho; endividamento via créditos; maiores custos de produção mediante encadeamentos de dependência através de insumos químicos, aquisição de tecnologia, compra de sementes certificadas etc., altos custos na intermediação das cadeias longas de comercialização; certificações de terceiros; comoditização da agricultura (criando, por exemplo, dependência às flutuações de preços no mercado internacional, concentração de terra e capital); superexploração decorrente de concorrências assimétricas etc.

- a) **Cadeias curtas vs cadeias longas de comercialização.** Com uma ampla literatura produzida sobre este tema, busca-se dar relevância a um certo localismo da ação, não de maneira depreciativa, pelo contrário, reconhecendo a importância de diminuir as intermediações e os custos que estas intermediações geram, assim como, estabelecer um contato cada vez mais direto entre as duas pontas do circuito, o produtor e o consumidor. Neste processo, todas as RAAs, a partir de sua prática cotidiana, tentam de fomentar esta relação de proximidade, desde a organização de cestas agroecológicas e solidárias, com uma participação coletiva e dinâmica tanto

dos termos da troca quanto dos locais da troca, até feirantes que participam de espaços públicos destinados e adequados para este fim.

- b) **A ação social na construção de política pública.** Sabemos que, embora não sempre pareça ser um ganho dos movimentos sociais e outros segmentos da sociedade, o papel da luta social, por um reconhecimento e respaldo institucional, por um marco legal cada vez mais coerente e ciente com a situação assimétrica e de vulnerabilidade que vive a maioria da população, têm sido ganhos da demanda social. A construção de política pública é uma demanda por direitos que, junto com um marco jurídico-institucional, permite criar mecanismos compensatórios e contra-arrestantes na distribuição desigual da riqueza, embora não seja sempre este o resultado.
- c) **A lógica comunitária da ação coordenada.** Algumas experiências atreladas às práticas de agroecologia e no âmbito da agricultura urbana, como a *Red de Huerteros de Medellín*, ou alguns casos de hortas comunitárias que ocorrem em espaços públicos em ambas as cidades, como também todas as experiências que participam ou fomentam algum tipo de rede colaborativa e práticas de coprodução (como uma construção concertada, inclusiva e autônoma de estrutura horizontal), por exemplo, as cestas agroecológicas, o mutirão na organização das cestas do PAA em Curitiba, entre outras experiências que valorizam este tipo de ações como parte das territorialidades ativas e a construção coordenada de governança.
- d) **A escala ético-política humanamente factível da práxis.** Estas práticas organizadas têm demonstrado a importância de construir na escala humana (utilizando a expressão desenvolvida por Manfred Marx Neef et al. (1986)) de atuação (na produção, na distribuição, na troca e no consumo), dentro de um plano ético e político que permita atuar em um âmbito de factibilidade, mas não à custa de outras desrealizações, pelo contrário, mais plural e inclusivo.

- i. nos espaços: uso do espaço público (também dos espaços privados que poderiam ter, eventualmente, um uso coletivo); as proximidades dos fluxos (materiais e subjetivos) que compõem a troca dos alimentos; o reconhecimento do espaço vivido no processo de coprodução (rural-urbano);
- ii. as temporalidades: os ritmos da produção da agricultura familiar em confronto com os ritmos acelerados dos ciclos reprodutivos das mercadorias; a sazonalidade dos produtos que determinará seu acesso ou não por parte do consumidor;
- iii. as práticas: ações coletivas como o mutirão ou a *minga* (na Colômbia); organizações e comércio solidário; práticas comunicativas; pluralidade, diversidade e troca recíproca desde o plantio até o prato;
- iv. as escalas: a escala da força de trabalho familiar (que muda a forma da organização do trabalho no capitalismo); a escala da técnica e da tecnologia (como as tecnologias sociais que permitem autonomia e autossuficiência energética adaptada às pequenas propriedades e aos recursos disponíveis); a escala da necessidade (que não levaria a que escalas exacerbadas de acumulação se realizarem) que permite manter boas relações sociais enquanto constrói mercados alternativos de comércio justo (estaria também atrelada a uma escala do consumo); a escala local do circuito de produção-consumo (que permite além de diminuir custos ambientais, valorizar os conteúdos identitários das práticas aqui contidas);

e) **Apoio ou não dos mercados institucionais.** Sabemos que esta é uma conquista da luta social e, por conseguinte, determina alguns termos da demanda social. Contudo, embora garantir a compra de alimentos a segmentos organizados da agricultura familiar e dar acesso à população de mais baixos ingressos e com algum grau de insegurança alimentar, conectando dita produção com o consumo, tenha sido um dos aspectos mais destacáveis na política de segurança alimentar e apoio à agricultura

familiar no Brasil, que marca uma grande diferença com relação à Colômbia, cria também um certo tipo de dependência sob controle do Estado e as conjunturas políticas do contexto, por exemplo, o desmonte ou os retrocessos das políticas de mercado institucional, sobretudo após o golpe de Estado em 2016. No que tange à realidade colombiana, o precário sistema de compras institucionais, não tem contribuído muito a um melhor desenvolvimento da agricultura familiar e seus circuitos de comercialização, deste modo, para Martha Alicia Cadavid, um modelo mais escalonado, poder-se-ia traduzir em um melhor cenário de abastecimento, e, por conseguinte, em um modelo alternativo mais abrangente. “A maioria dos programas sociais do país que compram alimentos têm uma porcentagem de compra local, mas é incipiente”, sendo assim, “[...] não encontramos uma incidência do modelo alternativo sobre este nicho, não há possibilidades ainda em termos de produção e distribuição [...]”, haveriam, então “[...] muitas dificuldades em que a logística realmente pudesse funcionar (entrevista do trabalho de campo, Medellín, 2018, tradução nossa).

Posto isto, como nunca se parte do mesmo ponto, embora no atual contexto brasileiro as políticas relacionadas aos mercados institucionais tenham sido fortemente abatidas, uma vez aberta a possibilidade e visibilidade da prioritária necessidade de garantir uma comunicação integral entre a agricultura familiar/camponesa, cada vez mais atrelada às práticas agroecológicas e de economia solidária, e uma população consumidora cada vez mais consciente do papel estruturador que dita relação pode trazer, cria-se, então, um diálogo com expressiva potencialidade entre reforma agrária, agricultura familiar e práticas agroecológicas, segurança e soberania alimentar.

8) Uma economia política da cidade desde uma outra economia política do espaço. Refletindo a partir do livro “Por uma economia política da cidade” de Milton Santos (1994), e levando em conta a grande contribuição da perspectiva crítica da economia política do espaço desenvolvida por Henri Lefebvre, aventuramo-nos a repensar sobre qual contribuição, da proposta introdutória aqui desenvolvida, poderia trazer para uma abordagem de reposicionamento teórico-metódico (dentro de um desdobramento categorial) do consumo do espaço, tematizado e problematizado

desde e para América Latina. Em primeiro lugar, gostaríamos de sublinhar alguns pontos da obra supracitada de Milton Santos, como elementos *férteis* que torna a cidade em si, um âmbito de estudo.

Falar de economia política, tanto da urbanização quanto da cidade, implica transpor uma linguagem da crítica à economia política desenvolvida por Marx. Deste modo, para Santos (1994, p. 115), o objeto da economia política, entre muitas outras acepções, “[...] é o estudo da produção, de suas condições de realização e de suas conseqüências diversas, como o resultado de um jogo complexo [...], de um lado, o funcionamento do capital e, do outro lado, o funcionamento do trabalho”. Com base nesta definição, o par dialético priorizado tem sido o *trabalho morto* e o *trabalho vivo*. O primeiro, passa a constituir o meio ambiente construído a partir de uma conflituante temporalidade do trabalho morto e as próprias temporalidades reprodutivas do capital, meio e condição que será usufruído de maneira seletiva e assimétrica pelos agentes que o disputam; e, o segundo, relacionado ao trabalho propriamente dito, sua divisão social e territorial, assim como, seu aspecto relacional. O que exigiria considerar a cidade como “[...] um grande meio de produção material e imaterial, lugar de consumo, nó de comunicação”, em que dentro do “[...] processo global de produção não se contenta com a mera economia política, nem se basta com a Economia Política da Urbanização, exigindo uma Economia Política da Cidade” (SANTOS, 1994, p. 118). Para Santos (1994), tanto a segmentação da economia quanto as frações do espaço em correspondência, derivam de uma divisão social e territorial do trabalho, sua diferente organização espacial, será, então, um tema a ser abordado dentro da economia política da cidade, mas que não pode se separar de seu processo gerador, a urbanização.

Pensamos que os dois elementos que Santos (1994) prioriza, dando maior destaque e centralidade, são: meio ambiente construído e a socialização capitalista, ambos, igualmente desenvolvidos por autores que tratam da economia política da urbanização, e, de maneira mais relativizada, a economia política do espaço; entretanto, esta última, centraliza, de maneira notável na obra de Henri Lefebvre, um segundo par dialético, o espaço como valor de uso e como valor de troca, assim como, as contradições que destas determinações decorram. A socialização capitalista, será, por isto, uma apropriação seletiva, por conseguinte, desigual e excludente dos valores

produzidos pela sociedade como um todo, seja de um tempo pretérito imbuído de trabalho morto no ambiente construído, ou constantemente ativo, derivado, igualmente, das relações expropriantes de dominação e exploração das relações sociais de produção próprias (estruturantes) do capitalismo. “Entenda-se por socialização capitalista a criação de *capitais comuns*, de meios coletivos à disposição do processo produtivo”, como explica o autor, é “*socialização* pelo fato de que não são os capitais individuais que a devem empreender diretamente; é *capitalista* porque os beneficiários são poucos, segundo uma hierarquia que vem do seu poder enquanto capitalista”, sendo este processo, sobretudo, “[...] um processo de transferência de recursos da população como um todo para algumas pessoas e firmas” (SANTOS, 1994, p. 122).

A socialização capitalista implica uma crescente divisão social e territorial do trabalho, em virtude da integração global das cidades à economia além-fronteiras, com um processo de concentração e centralização do capital facilitado pelo papel do Estado, que ao invés de dirimir, tende a acentuar os interesses conflitantes entre capitais, entre o público e o privado, entre geração e apropriação de mais-valias decorrentes das estratégias especulativas e do processo de valorização seletivo e planejado etc. Sobre esta perspectiva, aparece, de uma maneira mais geral e aglutinante desse ambiente construído e sua socialização capitalista, do que Santos (1994) aborda como Capital Geral, que para o autor, é um capital social (produto dos valores do trabalho vivo acumulado) representado pela cidade, a qual contém condições de preexistências expressadas nas *formas*, um resultado das divisões do trabalho passadas que condicionam novos arranjos espaciais e que será apropriado seletivamente em virtude do poder mais hegemônico do capital. Os efeitos dessa privatização e uso privilegiado desse Capital Geral, que é o espaço urbano “[...] produzido coletivamente é gerido em nome da coletividade que o produziu, mas não é mais socialmente possuído, e está exclusivamente a serviço de alguns” (SANTOS, 1994, p. 140).

Resultado desta argumentação, é instigante pensar, quais seriam os limites dessa abordagem e quais seriam as possibilidades de abrir a perspectiva de análise. De onde vem o espaço construído? Do trabalho vivo, que é o espaço construído? Trabalho morto, e como resulta o trabalho morto? De objetivações pretéritas. Então,

que tipo de realização/desrealização foi exatamente objetivada e em que lugar(es) aconteceu? Se a *forma* do espaço construído é um conjunto de traços visíveis do trabalho morto, dos tempos pretéritos, quais são os espaços de consumo, consumados no processo de realização dessa forma visível e subjetivável do trabalho morto, da objetivação de trabalho vivo, os sujeitos-territoriais da produção?

Para nós, o processo de socialização capitalista é demais eufemístico se não é entendido como um processo de captura complexo, não podemos partir de uma cidade de *fato*, sem entender os processos de transferência de valor (os territórios de transferência). Questionamo-nos, se é da sociedade de quem coletivamente se constrói a cidade, sua fonte, por que a noção de socialização capitalista na divisão social do trabalho e, propriamente, na sua divisão territorial, não compreende como totalidade do fenômeno (que deveria levar em conta uma economia política da urbanização como processo inerente), que embora, na visão convencional, reconhece a extração de valor dos sujeitos que como sociedade produzem a cidade, nem coloca o “mínimo” interesse em desvelar quais são os mecanismos reais de transferência de valor que dita produção e socialização capitalista precisa para se realizar, e não estamos aqui tratando das suas expressões fenomênicas (renda, lucro, impostos, juros etc.), senão, da extração-expropriação dos outros espaços “matrizes” de produção/consumo (que aqui temos chamado de espaços-*outros*), sem a qual a cidade não seria uma realidade historicamente construída?

Entendendo que, a conceitualização da produção do espaço dentro da crítica da economia política do espaço, desenvolvida principalmente a partir de Lefebvre, centralizou o valor de uso – valor de troca como a principal categoria dialética, processo todo que demandou uma abstração analítica que confrontou o consumo *no espaço* com o *consumo do espaço*, o primeiro, evocando a natureza material do espaço como espaço geográfico, sem cair na noção reduzida do espaço como receptáculo, pois dela se tem consciência. E, o segundo, apelando à natureza de valor de troca, quando, de acordo com Gottdiener (1993), o espaço será produzido como mercadoria, mas, para ser consumido como tal. Se o espaço, entendido “como meio e objeto de trabalho universal que é, constitui-se como necessidade e condição prévia de toda atividade prática, econômica, logo da manifestação da própria vida” (MARTINS, 1999, p. 25), por que a conceitualização *do consumo do espaço*, tem

recebido um tratamento, evidentemente reducionista? Quase como uma fase final extraeconômica do processo de produção do espaço, e não, como uma determinação, que sendo o consumo uma identidade imediatamente produtiva, da mesma maneira, a produção teria também, uma identidade imediatamente consumidora, quer dizer, são mutuamente determinadas; tendo, na dialética do consumo-produção, o primeiro (o consumo) uma perda de força teórico-conceitual enorme em relação à segunda parte da relação (a produção), quiçá, o peso imagético do consumo singular das mercadorias, limitou severamente sua compreensão sobre o papel que o consumo exerce sobre a completude da realização do processo produtivo do espaço.

CONCLUSÕES: UM EXERCÍCIO COMPARATIVO E DE SÍNTESE

As grandes determinações do Sistema Agroalimentar Global, abordadas pela literatura sob perspectiva histórica, quando tensionadas dentro de um plano dialético/categorial, desvelam certas tendências imanentes à Lei do Valor, encarnam generalidades entre os Padrões de Reprodução do Capital, deslocando agentes e eixos de poder, reprodução e acumulação de capital. Porém, é de se esperar que, um movimento reprodutivo de tal magnitude, precisa naturalizar e justificar tanto as condições materiais, quanto a argumentação relativa a cada processo e, da mesma maneira, ocultar ou contra-argumentar parte negativamente determinada da dialética. Entretanto, que este processo homogeneizante e totalizante, produza, paralelamente, um movimento contra-tendencial, estrutural e sistemático da Lei do Valor nos países do Sul Global, a periferia que constitui a parte exteriorizada subsumível da totalidade, só pode significar uma dependência como síntese das múltiplas determinações.

Aliás, quando pensado esse processo especificamente do ponto de vista do sistema agroalimentar, encontramos que os movimentos ambientalistas, têm respondido mais como movimentos “espasmódicos” que inserem contra-argumentações que surgem dentro do próprio paradigma de sujeição. Assim, estes movimentos têm empreendido uma luta importante, sim, mas frágil e de fácil cooptação, pois estes também bebem das próprias fontes de onde surgem as contradições. Percebemos desta maneira, que as estruturas de complexificação do sistema, que paradoxalmente, esgotam as suas próprias fontes de criação: o trabalho vivo e a natureza; só procuram obter de processos cada vez mais alienantes, fontes em que a exploração, dominação e expropriação possam ser realizadas com sucesso. Em nosso entendimento, a dependência como síntese de múltiplas determinações, tem sido a principal *essência* a se manter oculta. Destarte, compreendemos que os sistemas quanto menos complexificados, em termos de componentes e relações impostas de cima para baixo, menos serão os encadeamentos de dependência e menos serão, portanto, as desrealizações. Não obstante, respostas isoladas sobre o entendimento dos espaços que a partir dos mecanismos de extração de valor se tornam mais complexos (com maiores elementos de sujeição e dependência), podem não inverter a própria lógica que as subsume.

Tanto as políticas de segurança alimentar e nutricional, quanto a “robustez” do marco jurídico-institucional, assim como, as políticas especificamente centradas no apoio e fortalecimento da agricultura familiar, possibilitaram que programas como os mercados institucionais, a melhor organização, a exigência por equipamentos e infraestrutura, e, em termos gerais, respostas mais contundentes para combater à fome, tem mostrado, em um exercício comparativo entre o Brasil e a Colômbia, que se, por um lado, é verdade que as lutas da sociedade civil organizada, como movimentos sociais, camponeses, ONGs etc., merecem ser reconhecidos como os verdadeiros autores dessas conquistas; também é certo que na Colômbia, pelo contrário, a violência tem sido o principal instrumento de poder (necropolítico) desestruturante e desarticulador de quaisquer respostas coletivas e organizadas da própria sociedade civil, que pudessem, eventualmente, institucionalizar articuladamente também as suas conquistas. Contudo, há violências no Brasil que têm atuado desde diferentes ângulos, dimensões e escalas, a violência racista, homofóbica e machista, a violência institucional, a violência segregacionista da estrutura fundiária etc., assim, a violência mais explícita (que também é muito expressiva no Brasil), quanto aquela mais sutil, devem, igualmente, ser reconhecidas.

No sistema da economia urbana, as Redes Agroalimentares Alternativas encontraram um “lugar deslocado” na própria fundamentação teórica que alicerçam os circuitos da economia urbana, processo todo que possibilitou alçar um olhar crítico, além do horizonte de coerência e desejabilidade, no qual, dita fundamentação se encontra pautada; e, muito pelo contrário de considerar que este processo de reposicionamento teórico-metodológico, pudesse trazer um engessamento das RAAs frente aos circuitos da economia urbana, de maneira surpreendente e inesperada, levar-nos-ia a um processo desconstrutivo – a partir de uma aceção criadora e reconstrutiva – que implicou re-tematizar uma nova matriz problematizadora que já não estaria exclusivamente no campo teórico-conceitual e metodológico, como também metódico-categorial; assim, deparamo-nos com uma sentida necessidade de re-politizar o *desde* como lócus de enunciação e interpelação, em outras palavras, um novo marco categorial, ainda em construção, foi re-totalizado nos capítulos posteriores.

Deste modo, o *desde* passará a interrogar o *espaço de fato*, assim como, os *espaços de transferência* e a produção do espaço urbano, como uma realidade

reescalonada desses espaços de transferência, passará a constituir o que aqui chamamos de espaços-*outros*. Mas, outros do quê? Do consumo e da produção de um outro momento subjetivável da dialética consumo-produção-consumo-reprodução do espaço urbano; espaços que, sem guardar necessária correspondência e equivalência espaço-temporal, escalar e de abstração, instigam tanto pela magnitude e pelas formas dos mecanismos de transferência de valor, quanto pelos processos reconstitutivos desse par dialético codependente e conflituante, a produção-consumo do espaço.

Se algo aprendemos com o *espaço de fato*, é que a partir de fluxos e fixos concentradores e de inercial dispersão, assim como, a partir do poder gravitacional que gera o espaço concebido e, apesar deste, uma Obra, *poiética* e coletiva, sempre resiste, vivencia e interpela dita lógica organizadora e, portanto, marginalizadora do espaço, que tenta controlar o lugar e as funções que essas partes do espaço fragmentado, ocupam na cidade como um todo.

Com um território maior que a cidade, maior que o Estado e maior que o capital, e, a despeito da subsunção do campo como núcleo “forte” da acumulação primitiva, das quais as cidades precisaram para se consolidar e crescer, apesar dos espaços de exclusão que a mesma cidade que absorve e acolhe, explora e rejeita, sempre haverá uma contra-tendência, uma contra-argumentação e um contra-espaço da heterotopia.

Toda a tinta que correu em um dimensionamento da escala global das transferências de valor, aquele que define o lugar que ocupam os países do Sul Global, como o Brasil e a Colômbia no lugar dependente/subordinado da distribuição assimétrica da divisão internacional do trabalho, tem sido, para nós, um grande suporte para pensarmos e questionarmos pelo reescalamento das transferências de valor. Em um primeiro momento, abordando os dois extremos do sistema agroalimentar: global e local, para introduzir aos poucos, uma linguagem dialética que instigasse, não só os mecanismo de extração de valor, como também os mecanismos contra-arrestantes, os quais não são exclusivos de um intercâmbio desigual, sobretudo de um desenvolvimento desigual – desenvolvimento que merece ser adjetivado perante a uma evidente tautologia –; assim, todos estes mecanismos próprios (como sistemáticos e estruturais) dos países dependentes, como a

superexploração da força de trabalho, a não-equivalência entre os valores produzidos e os valores apropriados, a cisão entre as esferas da produção e do consumo etc., foram o alicerce que fundamentaria o momento *arredondante* da tese, o **Capítulo 6**.

Tratar o consumo como categoria de termo universal, permitiu estabelecer um diálogo com a produção do espaço, em que o consumo do espaço ganharia, poderíamos dizer, o mesmo nível de abstração que seu par dialético. Este espaço fértil de discussão é, sobretudo, uma abertura de método, pois pensar nos espaços de consumo e produção que não comparecem como fenômeno (visível), senão como *essência* prático-política de um horizonte real, ou seja, como categoria; implicou repensar, mais que pelo processo objetivante em si, sobretudo pelas desrealizações que este processo todo, significaram, desrealizações já não exclusivamente entendidas como subsunção das fontes de criação de valor, como também, um processo complexo des-totalizante e re-totalizante de um conjunto de sujeitos-territoriais, isto é, de uma fonte de consumo com realidade, com lócus e com factibilidade de realização para si mesma, que aparentemente “distante”, será negada. Deste modo, compreendemos que se as RAAs, pensadas a partir das territorialidades ativas, assim, uma ação criativa, poderia sim, ser possível.

Cientes das limitações, mas sobretudo, das potencialidades, frisamos que assim como alguns movimentos sociais podem ser compreendidos como movimentos socioterritoriais, como no caso do Brasil, da mesma maneira, quando olhamos para a Colômbia, entendemos que as particularidades de Medellín e as singularidades das experiências ali estudadas, têm um sem-fim de elementos que reagem com mais e mais força, contrária àquela acentuação cada vez maior da contradição, pois bem, as totalidades se explicam mais pelo que exteriorizam, que pelo que, de fato, contêm; uma vez extorquida a fonte, a irracionalidade da não-racionalidade moderna, ganhará total sentido.

Finalmente, alhures de nosso espaço de comparação, refletimos de maneira muito sucinta, sobre as experiências abordadas no Estágio de Pesquisa no Exterior – BEPE²⁵, resultados que foram apresentados no final da redação (ver **Apêndice**); pois

²⁵ Durante o período 01/01/2020 a 27/06/2020 foi realizado Estágio de Pesquisa no Exterior – BEPE intitulado: *Alternative Food Networks in Japan – a rural-urban dialectic* no programa de *Graduate School of Agriculture* da *Faculty of Agriculture Kyoto University* no Japão. Junto com o supervisor o Prof. Dr. Motoki Akitsu e sob orientação da Profa. Dra. Maria Encarnação Beltrão Sposito. Que teve o intuito de

consideramos que beber de outras fontes tão alheias a nosso contexto, podem enriquecer nossa análise. De maneira geral, Japão é um arquipélago formado por 3.400 ilhas, mas concentrado em quatro delas (97% do território e 36,4% da população total concentrada nas prefeituras de Kanagawa, Osaka, Aichi e Saitama) e com uma população em 2018 de 126,44 milhões, em que cerca de três quartos de sua área total está composta por regiões montanhosas, este país apresenta uma dependência alimentar (em base de calorias) de 62% (2017). Posto isto, a história do sistema agroalimentar japonês, tem acompanhado as diferentes etapas de crescimento econômico deste país, junto com uma alta permeabilidade com as políticas neoliberais. Neste cenário, das diferentes experiências estudadas, no modelo Teikei, que surge na década dos anos de 1960, estão as origens de um modelo que será reconhecido no mundo inteiro como *Community Supported Agriculture* (CSA). Não obstante, nas últimas décadas, este sistema de comercialização direta da agricultura orgânica e que representa movimentos sociais voltados para a alimentação e as suas relações de confiança e cooperação, estão vivendo um evidente decréscimo.

Sob esta perspectiva, uma das principais diferenças encontradas em relação às RAAs estudados no Brasil e na Colômbia, é o fato de que, ao contrário do Japão, estes são países produtores de alimentos, não que o Japão não produza, mas esta produção, além de insuficiente, não representa um eixo de acumulação e articulação da posição deste país na divisão internacional do trabalho. Ainda assim, o papel que, em termos históricos, a América Latina teve como exportadora de matérias-primas e alimentos, foi fundamental para a criação do primeiro sistema-mundo que surgiu com o capitalismo mercantil há 500 anos. Este fato é decisivo para definir o Padrão de Reprodução do Capital que cada país desenvolve na divisão internacional do trabalho. Na última década, tanto o Brasil quanto a Colômbia, especialmente o primeiro, entraram em um modelo agroexportador e minero-energético (reeditado), que coloca o agronegócio como um dos principais eixos de articulação do sistema agroalimentar nacional, apesar de o agronegócio não alimentar a sua população, de alguma forma

estudar experiências de *Community Supported Agriculture* (CSA), como as experiências Teikei, pioneiro mundial neste modelo, assim como foram também estudadas cooperativas de consumidores, feiras livres e *Farmers Market*, analisando os tipos de organização, atividades e práticas relativas com estas Redes Agroalimentares Alternativas. Foram realizadas neste estágio, visitas do trabalho de campo na prefeitura de Kyoto, Shiga, Hyogo e Aichi.

o subsome sobre sua racionalidade e se torna um espaço onde as decisões políticas gravitam.

Um segundo ponto a ter em mente é que as respostas da sociedade civil, em nosso contexto, têm que ser muito mais contundentes, e alternativas concretas como as RAAs, são uma forma de reivindicar a luta pela terra, pela alimentação e pela própria vida. E esta não é uma questão meramente de tradição, como muitas vezes ocorre no Japão, deste lado do mundo, cria-se um imaginário coletivo de resistência; é o direito a existir que realmente orienta a prática.

Com isto, surge um terceiro aspecto, o lócus de enunciação dos grupos e movimentos sociais é o lugar “marginal”, ou seja, não há uma credibilidade frente aos governos, embora às vezes pareçam estar a favor da luta dos movimentos; ao contrário, há desconfiança do sistema de privilégios que estratifica a sociedade, que compõe o sistema político e que entrega a riqueza da sociedade como um todo para umas poucas mãos, e, com a legitimidade do aparato estatal. Poderíamos dizer que, as manifestações de luta e resistência, são legitimadas em um cenário de ampla desigualdade social. Entretanto, é esta luta histórica que, questiona e exige uma resposta categórica das instâncias políticas e institucionais. Isto tem sido muito mais claro no Brasil, onde os movimentos de base são os que têm desencadeado um fortalecimento institucional e, em termos de políticas públicas, sobre a segurança e soberania alimentar atrelada ao fortalecimento da agricultura familiar. Por um lado, na Colômbia, o exercício de um Estado que tem governado mais do ponto de vista necropolítico do que de políticas orientadas por um chamado “Estado-moderno”, constitui o panorama da luta social, mas também explica a formação de instituições menos fortalecidas. Quanto ao Japão, observamos que este aspecto tem mais a ver com o papel da sociedade civil na reivindicação deste direito institucional.

E, finalmente, o quarto elemento que pensamos deveria ser levado em conta, é que, tanto no Brasil quanto na Colômbia, as sociedades são menos estruturadas do que a sociedade japonesa²⁶; embora a família continue sendo central na vida das

²⁶ A sociedade japonesa pode ser abordada a partir de uma definida estrutura social composta por círculos de coesão, isto é, a religião, o confucionismo (como um sistema de códigos comportamentais, morais e ético-político) e o Estado, assim como a figura do imperador, embora este já não seja mais uma figura de divindade, ainda persiste como um “farol” que orienta a sociedade como um todo, além disso, instituições como a escola, a empresa e a família (esta última no centro da estrutura), compõem os principais elementos da sociedade japonesa. Com o passar do tempo, alguns ganharão mais

peças, não há um sistema de códigos comportamentais, morais e ético-político para orientar o dever ser dos cidadãos, embora se reconheça o papel da Igreja na maioria dos países da América Latina, este e outros aspectos, de sociedades menos estruturadas, complexificam o cenário e, portanto, suas explicações.

relevância e outros perderão em importância, por exemplo, a família que tem perdido centralidade frente ao papel homogeneizador do mercado, que poderia ser representado, de maneira genérica, pela empresa.

REFERÊNCIAS

AGLIETTA, Michel. **A theory of capitalist regulation: The US experience**. Londres: Verso, 2000.

ALIMONDA, Héctor. Territorios, tierra, territorios: formas de propiedad y universos simbólicos en la agricultura latinoamericana. In: ROMERO-LOSACCO, José (Org.). **Encuentros decoloniales**. Fundación Editorial El perro y la rana: Caracas, 2018.

ALTIERI, Miguel; TOLEDO, Víctor M. **La Revolución Agroecológica en América Latina: rescatar la naturaleza, asegurar la soberanía alimentaria y empoderar al campesino**. Morelia: SOCLA, 2011.

AMIN, Samir. A dimensão econômica. In: AMIN, Samir; HOUTART, François (Org.). **Mundialização das resistências: o estado das lutas 2003**. Fórum Mundial das Alternativas. São Paulo: Cortez, 2003.

ARBOLEDA, Martín. La naturaleza como modo de existencia del capital: organización territorial y disolución del campesinado en el superciclo de materias primas de América Latina. **Anthropologica**, 2017, vol. 35, no 38, p. 145-176.

ARISTÓTELES. **Política**. Madrid: Editorial Gredos, 1988.

ALBUQUERQUE, Aline Figueiredo de. **A questão habitacional em Curitiba: o enigma da "cidade - modelo"**. 157f. Dissertação em Arquitetura e Urbanismo— Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ALIMENTAÇÃO Escolar – Histórico. Disponível em: <<<https://goo.gl/P9z6wZ>>>. Acesso em: 21 set. 2018.

ARAGHI, Farshad. Accumulation by displacement: global enclosures, food crisis, and the ecological contradictions of capitalism. **Review (Fernand Braudel Center)**, p. 113-146, 2009.

ARROYO, Mónica. Prólogo. In: SILVEIRA, María Laura (Org.). **Circuitos de La economía urbana: ensayos sobre Buenos Aires y São Paulo**. Editorial Café de las Ciudades, 2016. p. 7-12.

ARROYO, M. **A economía invisível dos pequenos**. Le Monde Diplomatique Brasil, Vol, 4. 2008.

ARRUDA, B. K. de; ARRUDA, I. K. G de. Políticas de Alimentação e Nutrição no Brasil: Breve Enfoque dos Delineamentos Conceituais e Propositivos. In: TADDEI, J. A. de A. C.; LANG, R. M. F.; LONGO-SILVA, G.; TOLONI, M. H. de A. **Nutrição em Saúde Pública**. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2011. p. 397-410.

BAIROCH, Paul. Revolución industrial y subdesarrollo, México, Siglo XXI, 1967.

BAQUEIRO, Paulo. Velhas aplicações e novas possibilidades para o emprego do método comparativo nos estudos geográficos. **GeoTextos**, vol. 8, no. 1, 2012. 167-185.

BAUTISTA, Juan José. Hacia un Marx del siglo XXI. El problema de la descolonización del pensamiento crítico contemporáneo. In: ALVARADO, David; AZUAJE, Manuel Azuaje. 1.ed. **El vuelo del Fénix: El capital, lecturas críticas a 150 años de su publicación: 1867-2017**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018, p. 121-152.

BAUTISTA, Juan José. Marx y la Transmodernidad Decolonial Hacia un Marx del Siglo XXI a través de E. Dussel. In: I Seminario Escuela de Formación Ecosocialista y Pensamiento Crítico Decolonial., 2016, Caracas. **Anais...** Caracas: Nuestroamericano, 2016.

BAUTISTA, Juan José. **¿Qué significa pensar desde América Latina?** Madrid: Akal, 2014.

BAUTISTA, Juan José. **Hacia una crítica-ética de la racionalidad moderna**. La Paz: Rincón Ediciones, 2013.

BELIK, Walter. A política brasileira de segurança alimentar e nutricional: concepção e resultados. **Segurança alimentar e nutricional**, v. 19, n. 2, p. 94-110, 2012.

BELLO, Walden; SHEA, Cunningham; BILL, Rau. **Dark victory: The United States, structural adjustment, and global poverty**. London: Pluto, 1994.

BLANC, J; KLEDAL, P. The Brazilian organic food sector: Prospects and constraints of facilitating the inclusion of smallholders. **Journal of Rural Studies**, v. 28, n. 1, p.142-154, 2012.

BOSSLE, Renato Cabral. **QGIS e geoprocessamento na prática**. São José dos Pinhais, PR: Editora do autor, 2015.

BRASIL, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). **Relatório final da 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Salvador -BA: CONSEA, 2011.

BRASIL. PORTAL BRASIL. **Relatório indica que Brasil saiu do Mapa Mundial da Fome em 2014**. Disponível em: <<https://goo.gl/wZhVSj>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

BRAUDEL, Fernand. **Historia y Ciencias Sociales: La Larga Duración**. Cuadernos Americanos, 1958., vol. 17, no 6.

BURCH, David; LAWRENCE, Geoffrey. Towards a third food regime: behind the transformation. **Agriculture and human values**, v. 26, n. 4, p. 267, 2009.

BURBACH, Roger; FLYNN, Patricia. **Agribusiness in the Americas**. New York: Monthly Review Press, 1980.

CAMPBELL, H; COOMBES, B. "Green protectionism" and organic food exporting from New Zealand: Crisis experiments in the breakdown of fordist trade and agricultural policies. **Rural Sociology**, v. 64, n.2, p. 302–319, 1999.

CANO, Wilson. **Soberanía y política económica en América Latina**. Cartago, CR: Libro Universitario Regional, 2000.

CARCANHOLLO, Reinaldo. La transferencia de valor y el desarrollo del capitalismo en Costa Rica. **Tese de Doutorado**. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, Facultad de Economía, 1981.

CARVALHO, Virna. La metrópoli de São Paulo como lugar de diversidade y regencia de la producción moderna de equipamentos médicos em Brasil. In: SILVEIRA, María. (Org.). **Circuitos de la economía urbana**: ensayos sobre Buenos Aires y São Paulo. Editorial Café de las Ciudades, 2016. p. 287-320.

CADAVID-CASTRO, Martha Alicia; ÁLVAREZ-CASTAÑO, Luz Stella. Sistemas alimentarios alternativos: la experiencia en Medellín y el oriente cercano de Antioquia. In: SYLVIE, Nail (Org.). **Alimentar las ciudades**. Territorios, actores y relaciones. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2018, p. 305-328.

CADAVID-CASTRO, M; ÁLVAREZ-CASTAÑO, L; QUINTERO-VERGARA, S; MARTÍNEZ-BEDOYA, X; MARTÍNEZ-LÓPEZ, A. Redes alimentarias alternativas de Medellín y el Oriente de Antioquia: espacios de construcción de confianza. **Perspect Nutr Humana**. 2019, v. 21, n. 1, p. 53-69.

CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. In: DANTAS, Aldo; ARROYO, Mónica; CATAIA, Márcio (Org.). **Dos circuitos da economia urbana aos circuitos espaciais de produção**: um diálogo com a teoria de Milton Santos. Natal: Sebo Vermelho, 2017. p. 83-110.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. In: ESCOBAR, Arturo. **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Siglo del Hombre, 2007.

CASTRO, Josué de. Fome. Um Tema Proibido. In: CASTRO, Anna Maria (Org.). **Fome, Um Tema Proibido**: últimos escritos de Josué de Castro. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CEFURIA. **Escola de Formação Básica Multiplicadora de Economia Popular Solidária**. Disponível em: <<http://www.cefuria.org.br/escola-de-formacao-escolinha/>>. Acesso em 05 fev. 2018.

CEPAL. Anuario estadístico de América Latina y el Caribe, 2019. Cepal, 2020.

CEPAL. Anuario estadístico, 2007. Cepal, 2008.

CEPAL. Anuario estadístico de América Latina y el Caribe, 2008. Cepal, 2009.

CERNY, Philip. Globalization and the changing logic of collective action. **International organization**, v. 49, n. 4, p. 595-625, 1995.

CHEAH, Pheng. Biopower and the new international division of reproductive labor. In: MORRIS, Rosalind C (Org.). **CAN THE SUBALTERN SPEAK? Reflections on the history of an idea**. Nova York: Columbia University Press, 2010.

CLACSO; CETRI. A América Latina. In: AMIN, Samir; HOUTART, François (Org.). **Mundialização das resistências: o estado das lutas 2003**. Fórum Mundial das Alternativas. São Paulo: Cortez, 2003.

CLEAVER, Harry. Food, famine and the international crisis. **Zerowork**, v. 2, n. 1, p. 70, 1977.

COLISTETE, Renato Perim. O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil. **Estudos avançados**, v. 15, n. 41, p. 21-34, 2001.

COLÔMBIA. **EnCicla**. Disponível em: <<https://encicla.metropol.gov.co/>>. Acesso em: 04 maio. 2021.

COLÔMBIA. **Medellín cómo Vamos**: Cómo vamos en espacio. Disponível em: <<https://www.medellincomovamos.org/>>. Acesso em: 05 maio. 2021.

COLÔMBIA. **Personería de Medellín**. Disponível em: <<http://www.personeriamedellin.gov.co/>>. Acesso em: 03 maio. 2021.

COLÔMBIA. **PUI**. Disponível em: <http://www.medellin.gov.co/alcaldiajp/modulos/l_gestion/puinororiental.jsp>. Acesso em: 04 maio. 2021.

COLÔMBIA. **Departamento Administrativo Nacional de Estadística 2005 (DANE)**. Disponível em: <<http://www.dane.gov.co/>>. Acesso em: 02 dic. 2017.

COLÔMBIA. **Censo Nacional Agropecuario (CNA)**. DANE, 2016.

COLÔMBIA. **Plan de seguridad alimentaria y nutricional del municipio de Medellín 2016-2028**. Alcaldía de Medellín, 2015.

COLÔMBIA. **Vocación de los suelos del departamento de Antioquia**. Secretaría de Agricultura y Desarrollo Rural. Gobernación de Antioquia, 2012.

COLÔMBIA. **Anuario Estadístico de Antioquia**. Medellín: Gobernación de Antioquia, Departamento Administrativo de Planeación, 2011.

COLÔMBIA. **Plan Director de Medellín**. Medellín: Alcaldía de Medellín, 2011.

COLÔMBIA. **Atlas Metropolitano**. Medellín: Área metropolitana del valle de Aburrá, 2010.

COLÔMBIA. **Atlas Veredal de Medellín**. Medellín: Universidad Nacional de Colombia – Sede Medellín, 2010.

COLÔMBIA. **Síntesis del diagnóstico y diseño del plan de abastecimiento y distribución de alimentos para la ciudad de Medellín –PADAM–**. Medellín: Alcaldía de Medellín, Universidad Nacional de Colombia, 2010.

COLÔMBIA. **Perfil alimentario y nutricional de Medellín 2010**. Medellín: Alcaldía de Medellín, 2010.

COLÔMBIA. **CONPES, D. N. P. 113 de 2008**. Política de seguridad alimentaria y nutricional, 2008.

CONSULTORÍA PARA LOS DERECHOS HUMANOS Y EL DESPLAZAMIENTO – CODHES. **Desplazamiento forzado intraurbano y soluciones duraderas** Vol. II. Bogotá, Cúcuta y Quibdó. Bogotá: Corcas Editores, 2014.

CORREA, María. **Un acercamiento a la Red de Huerteros Medellín**. Medellín: Universidad de Antioquia de Maria Isabel Espinosa, 2017.

CUNHA, Almeida. R. de. **Um novo enredo para uma velha história? uma análise da aplicação do conceito de redes para o sistema agroalimentar**. Texto para Discussão n.187. Belo Horizonte: UFMG/ CEDEPLAR, MG, 2003.

CURITIBA. Secretaria Municipal de Abastecimento (SMAB). **1º Plano Municipal de Segurança Alimentar de Curitiba – PLAMSAN 2016/2019**. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 2016.

CURITIBA. **Prefeitura Municipal de Curitiba**. Fundação. Disponível em: <<https://goo.gl/w1ky1z>>. Acesso em 18 jul. 2018.

DANSERO, Egidio; PUTTILLI, Matteo. **La realtà degli alternative food networks (AFN) In Piemonte**. Riflessioni teoriche ed evidenze empiriche. Giaccaria_Rota_CS4_2B.indd, v. 30, n. 12, 2013.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Neoliberalismo e subjetivação capitalista. **Revista Olho da História**, 2016, v. 22.

DAROLT, Moacir. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. In: NIEDERLE, Paulo; ALMEIDA, Luciano de; VEZZANI, Fabiane. **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: kairós, 2013, v. 393, p. 139-170.

DAROLT, Moacir; CONSTANTY, H. Estratégias de Fortalecimento entre Produtores e Consumidores Orgânicos. In: ORGÂNICA 2008 – Fórum Internacional do Complexo Agroindustrial Orgânico e Biotecnologias. **Anais...** Curitiba-PR: Orgânica, 2008.

DEMATTEIS, Giuseppe. Per una geografia della temtorialità attiva e dei valori territoriali. In: BONORA, P. (Org.), SLoT Quaderno, 2001, p. 11-30.

DE OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista/o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2013.

DIAS, Leila (Org.). **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005, p. 29-50.

DIAS, Leila. O conceito de rede: Emergência e organização. In: CORRÊA, R; CASTRO, I. de; GOMES, P. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 141-162.

DUARTE, H. da S. B. A cidade do Rio de Janeiro: descentralização das atividades terciárias. Os centros funcionais. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, vol. 36, no. 1, p. 53-98, 1974.

DUDEQUE, Irã. **Cidade sem véus: doenças, poder e desenhos**. Curitiba: Champagnat, 1995.

DUSSEL, Enrique. **16 tesis de economía política**. Una filosofía de la economía. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Siglo XXI, 2013.

DUSSEL, Enrique. La cuestión ecológica en Marx. In: MONTENEGRO, Leonardo (Org.). **Cultura y naturaleza: Aproximaciones a propósito del bicentenario de la independencia de Colombia**. Bogotá: Jardín Botánico de Bogotá, José Celestino Mutis, 2011, p. 227-238.

DUSSEL, Enrique. **Marx y la modernidad: conferencias de La Paz**. La Paz: Rincón Ediciones, 2008.

DUSSEL, Enrique. **Hacia una filosofía política crítica**. Bilbao: Desclée de Brouwer, 2001.

DUSSEL, Enrique. **1492 el encubrimiento del Otro: Hacia el origen del "mito de la modernidad"**. La Paz: Plural, 1994.

DUSSEL, Enrique. **La producción teórica de Marx**. Un comentario a los Grundrisse. 2.ed. México: Siglo XXI editores, 1991.

ELIAS, Juliana. **Privatizar é ideal?** 884 serviços caros e ruins foram reestatizados no mundo. Disponível em:

<<http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/03/07/tni-884-reestatizacoes-mundo.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em 10 mar. 2019.

ESCOBAR, Arturo. ¿Transformaciones y/o transiciones? Post-extractivismo y pluriverso. In: LEÓN, Osvaldo (Org.). **Extractivismo: Contradicciones y Conflictividad**. Quito: Agencia Interamericana de Información, 2012.

ESPINOSA, Paulina. **Mercados alternativos de alimentos ecológicos en Medellín**: caracterización y perspectivas de productores, comercializadores y consumidores. Tesis de Doutorado. Universidad Nacional de Colombia-Sede Medellín, 2016.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

FAO. **Marco estratégico mundial para la seguridad alimentaria y la nutrición**. Primer proyecto. Roma: Comité de Seguridad Alimentaria Mundial. Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura, 2012.

FAO. **El sector informal alimentario en la ciudad de Medellín**. Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación – FAO, 2010.

FAO. **Seguridad alimentaria**. Informe de políticas, 2006.

FAO. **Políticas de seguridad alimentaria en los países de la Comunidad Andina**. Santiago: Oficina Regional de la FAO para América Latina y el Caribe, 2005.

FAO. **The state of agricultural commodity markets 2004**. food and agriculture organization, 2004.

FAO. **The State of Agricultural Commodity Markets**. Food and Agriculture Organization of The United Nations, 2004.

FARINA, Elizabeth; AZEVEDO, Paulo; SAES, Maria. **Competitividade: mercado, Estado e Organizações**. Ed. Singular: São Paulo, 1997.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais, **Revista NERA**, ano 8, n. 6, 2005, p. 24-34.

FERRARETO, Luciane. **A agricultura urbana e suas múltiplas funções**: a experiência do Programa Lavoura da Prefeitura de Curitiba-PR. 2015. 116. Dissertação de mestrado em Ciências, Instituto de ciências humanas e sociais

programa de pós-graduação de ciências sociais em desenvolvimento, agricultura e sociedade, Curitiba, 2015.

FLEXOR, Georges. A globalização do sistema agroalimentar e seus desafios para o Brasil. **Revista Economia Ensaios**, v. 21, n. 1, 2007.

FLORIANI, M. de F. A. **Programa Armazém da Família**: uma estratégia de acesso alimentar para as famílias de baixa renda no município de Curitiba. 122 f. Dissertação de Mestrado em Organizações e Desenvolvimento – FAE – Centro Universitário, 2012.

FONSECA, M. de L. P. **O estudo das centralidades das áreas periféricas da cidade de São Paulo**. São Paulo: CEM/Cebrap. Relatório de Pesquisa, 2009.

FONTE, Maria. Food relocalisation and knowledge: dynamics for sustainability in rural areas. In: FONTE, Maria; APADOPOULOS, Apostolos G. (Ed.). **Naming food after places**: food relocalisation and knowledge dynamics in rural development. Farnham: Ashgate, 2010. p. 1-35.

FORNAZIER, Armando; BELIK, Walter. Produção e consumo local de alimentos: novas abordagens e perspectivas para as políticas públicas. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 20, n. 2, 2013, p. 204-218.

FREEMAN, Richard. The Windsor's Global Food Cartel: Instrument for Starvation. **Executive Intelligence Review**, v. 8, 1995.

FRIEDMANN, Harriet. From colonialism to green capitalism: Social movements and emergence of food regimes. **New directions in the sociology of global development**. Emerald Group Publishing Limited, p. 227-264, 2005.

FRIEDMANN, Harriet. The political economy of food: a global crisis. **New left review**, n. 197, p. 29-57, 1993.

FRIEDMANN, Harriet; MCMICHAEL, Philip. Agriculture and the state system: The rise and decline of national agricultures, 1870 to the present. **Sociologia Ruralis**, v. 29, n. 2, p. 93-117, 1989.

GALINDO, Eryka; TEIXEIRA, Marco Antonio; DE ARAÚJO, Melissa; MOTTA, Renata; PESSOA, Milene; MENDES, Larissa; RENNÓ, Lúcio. Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. **Working Paper Series**, n.4, 2021.

GARCEZ, Luiz Armando. **Curitiba**: evolução urbana. Curitiba: Imprensa Universitária da UFPR, 2006.

GASPARI, Gustavo Domingues. **Descentralização e formação de áreas de centralidade**: uma análise das dinâmicas de (re)estruturação do espaço urbano em

Curitiba (PR). 249 f. Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

GEORGE, Susan. **How the other half dies**. London: Rowman & Littlefield Publishers, 1989.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1993.

GOVERNA, Francesca. Sul ruolo attivo della territorialità. In: DEMATTEIS, Giuseppe; GOVERNA, Francesca (Org.). **Territorialità, sviluppo locale, sostenibilità: il modello SLoT**. Milão: FancoAngeli, 2005, p. 39-67.

GRIGG, David. **The world food problem**. Blackwell Publishers, 1993.

GRISA, C.; SCHMITT, C; MATTEI, L; MALUF, R; LEITE. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em perspectiva: apontamentos e questões para o debate. **Retratos de assentamentos**, v. 13, n. 1, p. 137-170, 2010.

GRÜNER, Eduardo. **Lo solido en el aire: el eterno retorno de la crítica marxista**. 1.ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2021.

GUDYNAS, Edauro. Más allá del nuevo extractivismo: transiciones sostenibles y alternativas al desarrollo”. In: WANDERLEY, F (Org.). **El desarrollo en cuestión. Reflexiones desde América Latina**. La Paz: Editorial Oxfam, 2011, p. 379- 410.

HARVEY, David. **Espacios del capital**. Hacia una geografía crítica. Madrid: Akal, 2007.

HARVEY, David. **The New Imperialism**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

HARVEY, David. **The political economy of urbanization in advanced capitalist societies: the case of the United States**. Baltimore: Johns Hopkins University, Center for Metropolitan Planning and Research, 1975.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Edições Loyola, 1992.

HATANO T. The Organic Agriculture Movement (Teikei) and Factors Leading to its Decline in Japan, **Journal of Rural and Food Economics**, v. 54, n. 2, Iwanami-shoten, p. 21-34, 2008.

HERMAN, Patrick; KUPER, Richard. **Food for Thought: Towards a Future for Farming**. Pluto Press, 2003.

HINKELAMMERT, Franz. **Sacrificios humanos y sociedad occidental: Lucifer y la bestia**. San José: DEI, 1991, p. 97.

HINKELAMMERT, Franz. **Las Armas ideológicas de la muerte**: San José DHL 1977.

HINKELAMMERT, Franz. **Dialéctica del desarrollo desigual**. Chile: Centro de Estudios de la Realidad Nacional, 1970.

HIERNAUX, Daniel; LINDÓN; Alicia Construcción teórica y sentido de la periferia en los estudios urbanos. **Papeles de Población**. No. 42. 2004.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric; SHATTUCK, Annie. Food crises, food regimes and food movements: rumblings of reform or tides of transformation? **The Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 1, p. 109-144, 2011.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric; PATEL, Ray; SHATTUCK, Annie. **Food rebellions!**: la crisi e la fame di giustizia. Slow Food Editore, 2010.

HOOKS, Bell. **Yearning**: Race, gender, and cultural politics, 1992.

HOUTART, François. A dimensão social. In: AMIN, Samir; HOUTART, François (Org.). **Mundialização das resistências**: o estado das lutas 2003. Fórum Mundial das Alternativas. São Paulo: Cortez, 2003.

IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Estrutura Policêntrica de Curitiba**. Curitiba: IPPUC, 1987.

KAPRON, S. Economía popular solidária: política pública para o desenvolvimento. In: MANCE, E. A. **La revolución de las redes**. La colaboración solidaria como una alternativa poscapitalista a la globalización actual. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

KATZ, Claudio. América Latina desde la teoría de la dependencia. **Conferencia expuesta en el Encuentro “La economía de América Latina y el Caribe ante el nuevo entorno internacional”**. La Habana: ANEC, 2018.

KATZ, Claudio. Un premio a la teoría de la dependencia. **Conferencia expuesta en la recepción del XII Premio Libertador al Pensamiento Crítico 2019**. Caracas: 2019.

KLUTH, B; BOCCHI JR; CENSKOWSKY, U. **Pesquisa sobre o comportamento e a percepção do consumidor de alimentos orgânicos no Brasil** – 2010. München, Germany: Organic Services e Jundiaí-SP: Vitalfood, 2010.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 7.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2002.

LEAN, Geoffrey. Multinationals make billions in profit out of growing global food crisis. **Independent on Sunday**, v. 4. 2008.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora. UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **La presencia y la ausencia**: Contribución a la teoría de las representaciones. México, D.F: Fondo de cultura económica, 1983.

LE GRAND, C. **Colonización y protesta campesina en Colombia (1850-1950)**. Bogotá: Centro Editorial Universidad Nacional, 1988.

LENCIONI, Sandra. Algumas Observações sobre a construção de conceitos e os conceitos de cidade e urbano. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SUZUKI, Júlio César; MARAFON, Glaucio José. **Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

LINHARES, M. **História do abastecimento**: uma problemática em questão (1530-1918). Brasília: BINAGRI, 1979.

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria marxista da dependência**: problemas e categorias-uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MACEDO, Soares Silvio; ROMANUS, Evans Luciana.

Sistema de espaços livres na região metropolitana de Curitiba.

Método de análise de espaços livres de Curitiba. **Anais...**

XI COLÓQUIO QUAPA SEL – QUADRO DO PAISAGISMO NO BRASIL

SALVADOR – BAHIA - UFBA, 2016.

MACHADO, Absalón. **El problema de la tierra**. Conflicto y desarrollo en Colombia. Bogotá: Penguin Random House Grupo Editorial, 2017.

MACHADO, Absalón; TORRES, Jorge. **El sistema agroalimentario**: una visión integral de la cuestión agraria en América Latina. Bogotá: Siglo XXI, 1987.

MACHADO, H. **Escravos, senhores e café**. Niterói: Cromos, 1993.

MAIENTI, Renata. **Reforma agrária e segurança alimentar no Brasil: Reflexões no contexto das políticas públicas sócias**. Tese de Doutorado apresentada à Universidade de Brasília, UNB, Brasília-DF: 2012, 288p.

MALDONADO, Gabriela. Circuito superior, producción agropecuaria y ciudad de Buenos Aires: lazos de articulación, cooperación y conflicto. In: SILVEIRA, María. (Org.). **Circuitos de la economía urbana**: ensayos sobre Buenos Aires y São Paulo. Editorial Café de las Ciudades, 2016. p. 69-94.

MANÁ-FAO. **Sistema agroalimentario ciudad-región análisis de la situación Medellín, Colombia**. Medellín: FAO - Programa Alimentos para las Ciudades, 2016.

MANÁ-FAO. **Sistema de Abastecimiento Alimentario**: Inclusión de la Agricultura familiar en Compras Públicas, subregión Valle de Aburra. Medellín: 2015.

MARINI, Ruy, Mauro. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime, LUCE, Mathias (Org.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

MARINI, Ruy, Mauro. Dialéctica de la dependencia. In: MARTINS, Carlos Eduardo (Org.). **América Latina, dependencia y globalización** / Ruy Mauro Marini. Bogotá: CLACSO e Siglo del Hombre Editores, 2008a, p. 107-150.

MARINI, Ruy, Mauro. En torno a Dialéctica de la dependencia (postscriptum). In: MARTINS, Carlos Eduardo (Org.). **América Latina, dependencia y globalización** / Ruy Mauro Marini. Bogotá: CLACSO e Siglo del Hombre Editores, 2008b, p. 151-164.

MARINI, Ruy, Mauro. Dialéctica da Dependência. In: STEDILE, João Pedro; TRASPADINI, Roberta (Org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. Expressão Popular, 2005a.

MARINI, Ruy, Mauro. Memória: por Ruy Mauro Marini. In: STEDILE, João Pedro; TRASPADINI, Roberta (Org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. Expressão Popular, 2005b.

MARINI, Ruy, Mauro. Irracionalidad de la dependencia. **Punto Final Internacional**, ano IX, n. 197, 1981.

MARINI, Ruy, Mauro. Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital. **Cuadernos Políticos**, n. 20, 1979, p. 18-39.

MARQUESE, R. **Diáspora africana, escravidão e a paisagem da cafeicultura escravista no Vale do Paraíba oitocentista**. Almanack Braziliense (Online), v. 7, 2008, p. 138-152.

MARTINS, Carlos, Eduardo. **Ruy Mauro Marini: marco del pensamiento contemporáneo**. In: MARTINS, Carlos Eduardo (Org.). **América Latina, dependencia y globalización** / Ruy Mauro Marini. Bogotá: CLACSO e Siglo del Hombre Editores, 2008, p. 9-22.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo: Vozes, 1980.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Liv. Ed. Ciências Humanas, 1979.

MARTÍNEZ, Lorea, Ion. Henri Lefebvre y los espacios de lo posible. In: LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swiny, 2013.

MARTINS, Sérgio. **Prefácio à introdução brasileira**. In: LEFEBVRE, Henri. Espaço e política. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 06-16, 2008.

MARTINS, Sérgio. Crítica a economia política do espaço. In: DAMIANI, Amelia; CARLOS, Ana Fani; SEABRA, Odette (Org.). **O espaço no fim de século**: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999, p.13-41.

MATOS, Ralfo. Territórios e redes: dimensões econômico-materiais e redes sociais especiais. In: DIAS, Leila. C; FERRARI, Miristela (Org.). **Territorialidades humanas e redes sociais**. Florianópolis: Insular, 2. ed. Rev., 2013, p. 167-188.

MARX, Karl. **El Capital**, v. III. México: Siglo XXI. 1987.

MARX, Karl. **Elementos Fundamentales para la crítica de la Economía Política** (Grundrisse) 1879-1858 v.1., [1939]. Traducción: Pedro Scaron. Editor digital: Titivillus, 1983.

MARX, Karl. **El Capital**. v. I. México: Siglo XXI Editores, 1979.

MBEMBE, Achille. **Necropolitics**. Duke University Press, 2019.

MCMICHAEL, Philip. **Regimes alimentares e questões agrárias**. São Paulo: UFRGS/UNESP, 2016.

MCMICHAEL, Philip. A food regime genealogy. **The Journal of Peasant Studies**, v. 36, n. 1, p. 139-169, 2009.

MELO, Jorge Orlando. **Colombia una historia mínima**. Una mirada integral al país. Bogotá: Editorial Planeta Colombia, 2020.

MENDONÇA, Francisco; LOWEN-SAHR, Cicilian; DA SILVA, Márcia (Org.). **Espaço e tempo**: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico. Antonina: Associação de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento de Antonina [ADEMADAN], p. 73-90, 2009.

MIRAMAP. Mouvement Inter-Régional des AMAP. **Evolutions des AMAP en France, 2011**. França: MIRAMAP, 2012. Disponível em: <<http://miramap.org/Evolution-des-AMAP-en-France-maj.html>>. Acessado em: 22 ago. 2018.

MONDRAGÓN, Héctor. Concentración de la Tierra, Conflicto Sociopolítico y Política Estatal en Latinoamérica: aportes para Colombia in: PALOU, Juan Carlos (Org.). **Aproximación a la cuestión agraria**: elementos para una reforma institucional. Bogotá: Fundación Ideas para la paz. 2008.

MONTENEGRO, Marina. Da contiguidade ao alargamento das escalas: topologias do circuito inferior no período atual. In: DANTAS, Aldo; ARROYO, Mónica; CATAIA, Márcio (Org.). **Dos circuitos da economia urbana aos circuitos espaciais de produção**: um diálogo com a teoria de Milton Santos. Natal: Sebo Vermelho, 2017. p. 361-386.

MONTIEL, Marta. OMC, PAC y globalización agroalimentaria. **Revista Viento Sur**, n. 94, p. 37-45, 2007.

MOSSATO, Diani Eiri Camilo. **A internacionalização da Economia Urbana: uma análise do setor hoteleiro de Curitiba – PR**. 2007. 116f. Dissertação de Mestrado em Geografia - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

MUNDLER, P ; GUERMONPREZ, B ; PLUVINAGE, J. Les logiques de fonctionnement des petites exploitations agricoles, **Pour**, n. 194, p. 55-62, 2007.

MUSSO, Pierre. **Critique des réseaux**. Paris: PUF, 2003.

NEEF, Max; ELIZALDE, Antonio; HOPENHAYN, M. **Desarrollo a escala humana**. Una opción para el futuro. Santiago de Chile: El Centro de Alternativas de Desarrollo-CEPAUR y Fundación Dag Hammarskjold, 1986.

NFFC. **U.S. Family farmers applaud demise of doha negotiations**, National Family Farm Coalition, 2008. Disponível em: <<https://viacampesina.org/en/us-family-farmers-applaud-demise-of-doha-negotiations/>> Acesso em: 04 Jun. 2018.

NG, Francis; AKSOY, M. **Who are the net food importing countries?** The World Bank, 2008.

NIEDERLE, Paulo; ALMEIDA, Luciano de; VEZZANI, Fabiane. **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: kairós, 2013, v. 393, p. 393.

OBA L. T. **Os marcos urbanos e a construção da cidade: a identidade de Curitiba**. 327 f. Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1999.

OLIVEIRA, Edilson. **Divisão do trabalho e circuitos da economia urbana em Londrina-PR**. 2009. São Paulo: Diss. Universidade de São Paulo, 2009.

OSORIO, Jaime. Padrão de reprodução do capital. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (Org.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. Boitempo Editorial, 2012a.

OSORIO, Jaime. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (Org.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. Boitempo Editorial, 2012b.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Território e territorialidades em disputa: subordinação, autonomia e emancipação do campesinato em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul**. 293 f. Tese de Doutorado em Geografia - Faculdade de

Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Presidente Prudente Presidente Prudente, 2019.

PADILHA, Douglas. **Controvérsias na construção do mercado de orgânicos em Curitiba**. 283 f. Tese de Doutorado em Sociologia - Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná, 2017.

PATIÑO, Carlos Alberto Villa. **Medellín territorio conflicto y Estado**. Análisis geoestratégico urbano. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. Institutos de Estudios Urbanos -IEU e Planeta, 2015.

PAULA, Nilson de. **Evolução do sistema agroalimentar mundial: contradições e desafios**. Curitiba: CRV, 2017.

PEREZ-CASSARINO; FERREIRA, Angela. Agroecologia, construção social de mercados e a constituição de sistemas agroalimentares alternativos: uma leitura a partir da rede ecovida de agroecologia. In: NIEDERLE, Paulo; ALMEIDA, Luciano de; VEZZANI, Fabiane. **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: kairós, 2013, v. 393, p. 171-214.

PÉREZ, Jorge Jaramillo. **Medellín**. Urbanismo y sociedad. Turner, 2019.

PERFETTI, Juan; GALLEGO, Juan; PERFETTI, María. **Programa ReSA: fortalecimiento de las bases de la seguridad alimentaria en el sector rural**. Bogotá: FAO-FEDESARROLLO, 2010.

PERFETTI, V. Tres proyectos para un deseo: la ilusión de una ciudad. In: MELO, Orlando (Org.). **Historia de Medellín**. Bogotá: Compañía Suramericana de Seguros, 1996, p. 85-104.

PERINAZZO, Abel. **Redes agroalimentares alternativas: mercados, interação social e a construção da confiança**. 2013. 186. Dissertação de mestrado em sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul instituto de filosofia e ciências humanas programa de pós-graduação, Porto Alegre, 2013.

PERRY, J; FRANZBLAU, S. **Local Harvest: a multifarm CSA handbook**. Northeast Region Sustainable Agriculture Research and Education Program (SARE), 2010.

PETRINI, C. **Slow Food: princípios da nova gastronomia**. São Paulo: SENAC, 2009.

PETRAS, James. BRASIL: O capitalismo extrativo e o grande salto para trás. **Tensões mund. Fortaleza**, v. 10, n. 18, 19, p. 301-323, 2014.

PETRAS, J.; VELTMAYER, H. **Cardoso's Brazil: A land for Sale**. Lanham: Rowman and Littlefield, 2003.

PILOTTO, Angela Seixas. **Área Metropolitana de Curitiba**. Um estudo a partir do espaço intra-urbano. 196 f. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2010.

PINHO, Rinaldo Gomes. Periferias urbanas e socialização negativa. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (Org.). **Brasil, presente!**. São Paulo: FFLCH/USP, 2020.

PNUD. **Informe Nacional de Desarrollo Humano 2011 Colombia rural Razones para la esperanza**. Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo, 2011.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. As Origens de Nossa Época. Leya, 2013.

POLANYI, Karl. The Economy Embedded in Society. In: POLANYI, Karl; PEARSON, Harry (Org.). **The Livelihood of Man**. New York: Academic Press, 1977, p. 47-56.

POLO, Sandra. **Las decisiones de estado a favor del gran capital**: el problema agrario en Colombia desde inicios del siglo XX hasta inicios del siglo XXI. Debates y perspectivas, 2020. p. 279.

PRADILLA, Emilio, MÁRQUEZ, Lisett. La privatización y mercantilización de lo urbano. **XVII Enanpur**, 2017.

QUINCHÍA, Roldán Suly María; AGUDELO, Patiño Luis Carlos; ARTEAGA, Armando Rosero. **Urbanismo en Medellín Siglo XXI**. Aportes a la discusión. Medellín: Universidad Nacional de Colombia, 2018.

RAFFESTIN, Claude. **Per una geografia del potere**. 1.ed. Milano: Unicopli, 1981.

RAZETO, Luis. **Cátedra Latinoamericana de Economía Solidaria**. Santiago: s.n, 2006.

REIS, Ana Terra. **Trabalho, Políticas Públicas e Resistência em Assentamentos do estado de São Paulo**: um estudo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Tese de Doutorado. Presidente Prudente: 2015, 169p.

REMY, J; VOYE, L. La ciudad y la urbanización. Madrid: Instituto de Estudios de Administración Local, 1976.

RENTING, H; MARSDEN, T; BANKS, J. Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. **Environ Plan A**, vol. 35, no .3. 2003. p. 393-411.

RESTREPO, Paula; SANDOVAL, Cristina; GALLEGO, Luis Alberto; CORREA, María Isabel; MANOSALVA, Kelly; VERGARA, Sara Sofía. **Prácticas comunicativas de la Agricultura Urbana en Medellín**: tejido social, territorio y saberes. Medellín: Facultad de Comunicaciones Universidad de Antioquia, 2018.

RHM. Red de Huerteros de Medellín. **Manifiesto Red de Huerteros Medellín:** Sembrando mundos soberanos y solidarios, 2017.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. São Paulo: Atlas. 1999.

RIGON, S. do A. **A construção de políticas promotoras de Saúde:** um estudo de caso sobre a Política de Segurança Alimentar e Nutricional do Paraná. 533 f. Tese de Doutorado em Ciências – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, 2012.

ROCHA, C.; BURLANDY, L.; MAGALHÃES, R. **Segurança Alimentar e Nutricional:** perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013.

RODRÍGUEZ, Gómez Alfonso. **El urbanismo social.** El País, sep. 2008. Disponível em: < <https://elpais.com>>. Acesso em: 25 abr. 2021.

ROSSET, P; ALTIERI, M. Agroecology versus input substitution: a fundamental contradiction of sustainable agriculture. **Society and Natural Resources**, v.10, n.3, p. 283-95,1997.

SALAZAR, A., JARAMILLO, A. Medellín las subculturas del narcotráfico. Bogotá: Cinep, 1992.

SÁNCHEZ, José. **Redes Alimentarias Alternativas:** concepto, tipología y adecuación a la realidad española Departamento de Geografía Universidad de Salamanca. Boletín De La A.G.E. n. 49, 2009.

SANTOS, Carlos. **História da Alimentação no Paraná.** Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido:** os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2. ed. São Paulo. Edusp. 2008.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço.** Técnica e tempo. Razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade:** o caso de São Paulo. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. 7. ed. edição. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes sociais: Trajetórias e fronteiras. In: SILVEIRA, Rogério. L; DIAS, Leila, C (Org.). **Redes, sociedades e territórios. Santa Cruz do Sul:** EDUNISC, 2005. p. 29-50.

SCHMITT, Claudia; GRISA Catia. Agroecologia, mercados e políticas públicas: uma análise a partir dos instrumentos de ação governamental. In: NIEDERLE, Paulo;

ALMEIDA, Luciano de; VEZZANI, Fabiane. **Agroecologia**: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: kairós, 2013, v. 393, p. 215-265.

SCHMITT, Claudia. Encurtando o caminho entre a produção e o consumo de alimentos. **Revista Agriculturas**: experiências em agroecologia, v.8, n.3, 2011.

SCHIMITT, C; GUIMARÃES, L. O mercado institucional como instrumento para o fortalecimento da agricultura familiar de base ecológica. **Agriculturas**, v. 5, n. 2, p. 7-13, 2008.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. Relação cidade campo: as metamorfoses da cidade. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SUZUKI, Júlio César; MARAFON, Glaucio José. **Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas**. São Pulo: Outras Expressões, 2011.

SERPA, Angelo. Lugar e centralidade em um contexto metropolitano. In: CARLOS, Ana Fani; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. Editora Contexto, 2014, p. 97-108.

SHARP J. P. ROUTLEDGE P; PHILO C; PADDISON, R. Entanglements of power. Geographies of domination/resistance. In: Sharp J.P; Routledge P; Philo C; Paddison, R (Org.). **Entanglements of power**. Geographies of domination/resistance. Routledge: London, p.1-42.

SILVA, A. da. De Vargas a Itamar: políticas e programas de alimentação e nutrição. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 9, n. 23, p. 87-107,1995.

SILVEIRA, María Laura. Urbanización latinoamericana y circuitos de la economía urbana. **Revista Geográfica de América Central**, vol. 2, no. 47, 2011.

SILVEIRA, María Laura. Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo. **Cadernocrh**, vol. 22, no. 55, 2009.

SILVEIRA, María Laura. Globalización y Finanzas: circuitos de la economía urbana en la ciudad. In: Seminario Internacional de la RII, 10.º, 2008, Santiago de Queretaro, México, **Anais..**, México: Rede Iberoamericana de Investigadores sobre Globalização e Território, 2008, p. 1473-1490.

SILVEIRA, María Laura. Globalización y circuitos de la economía urbana en ciudades brasileñas. **Cuadernos del CENDES**, vol. 21, no. 57, p. 1-21, 2004.

SILVEIRA, Rogério. Complexo Agroindustrial, rede e território. In: SILVEIRA, Rogério. L; DIAS, Leila, C (Org.). **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005, p. 215-255.

SINGER, Paul. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. **Estudos Avançados**. São Paulo, v.18, 2004.

SMITH, Neil. Nature as accumulation strategy. **Socialist register**, v. 43, 2007.

SOLETO, Valencia, Adrián. **Subimperialismo e dependência na América Latina: O pensamento de Ruy Mauro Marini**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

SOLETO, Valencia, Adrián. Entrevista con Ruy Mauro Marini: las perspectivas de la teoría de la dependencia en la década de los noventa. **Revista Estudios Latinoamericanos**, n. 9, 1990.

SOUZA, Ana. **Irmã Araújo: vida e obra**. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2007.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fani; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. Editora Contexto, 2014, p. 123-145.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, P. de A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. **A Cidade Contemporânea**. Segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013. p. 61-93

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Multi(poli)centralidade urbana. In: SPOSITO, E. S.; SANT'ANNA NETO, J. L.(orgs.) **Uma Geografia em Movimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 199-228.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo**. 504f. Tese de Livre Docência - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade. In: SPOSITO, M.B (org.). **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente: UNESP, 2001.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. O centro e as formas de expressão da centralidade urbana. **Revista de Geografia**, no. 10, p. 1-18, 1991.

TOPIK, Steven C; WELLS, Allen (Org.). **The second conquest of Latin America: coffee, henequen, and oil during the export boom, 1850-1930**. Texas: University of Texas Press, 2010.

TORRES, Libardo. Estudio literario Las venas abiertas de América Latina, Eduardo Galeano. Bogotá: Panamericana Editorial, 2001.

TOURINHO, A. de O. **Do Centro aos centros: bases teórico-conceituais para estudo da centralidade em São Paulo**. 438f. Tese de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Centro de Pós-Graduação, Estruturas Ambientais Urbanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

TREMARIN, Adriana Rita. **Análise do processo de ocupação e verticalização dos setores estruturais norte e sul de Curitiba no contexto do planejamento urbano**. 359 f. Dissertação de Mestrado em Geografia - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.

TRINDADE, José Raimundo Barreto; DE SOUZA MARQUES, Gilberto; DA COSTA MAGALHÃES, Wendell. Padrão de reprodução do capital como parte de uma proposta teórico-metodológica marxista. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 53, 2019.

TUBIANA, L. World trade in agricultural products: from global regulation of market fragmentation. In: Goodman, D; Redclift, M. **The international farm crisis**. Macmillan Press, 1989.

TURCO, Angelo. **Configurazioni della territorialità**. Milão: FrancoAngeli, 2010.

ULTRAMARI, Clovis e MOURA, Rosa (orgs.). **Metrópole**: Grande Curitiba: teoria e prática. Curitiba: IPARDES, 1994.

VASCONCELOS, F. de A. G. de. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 18, n. 4, p. 439-457, jul/ago, 2005.

VEGA, Renán Cantor. El Reino capitalista de la mercancía y sus límites. In: ALVARADO, David; AZUAJE, Manuel Azuaje. 1.ed. **El vuelo del Fénix**: El capital, lecturas críticas a 150 años de su publicación: 1867-2017. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018, p. 309-330.

VERAZA, Jorge. **Subsunción real del consumo bajo el capital**. México, D. F: Editorial Itaca, 2008.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP; Lincoln Institute, 2001.

VILLAÇA, Flávio. Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira. In: SOUZA, M. (orgs.). **Metrópole e globalização: conhecendo a cidade de São Paulo**. São Paulo: CEDESP, 1999. p. 221-236.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The modern world-system I**: Capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century. Nova York: Univ of California Press, 2011.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Análisis de sistemas-mundo**: Una introducción. Siglo XXI editores. 2005.

WHITACKER, Arthur Magon. Centro da cidade, centralidade intraurbana e cidades médias In: MAIA, D. S.; SILVA, W. R.; WHITACKER, A. M. **Centro e Centralidade em Cidades Médias**. ReCiMe. Editora Cultura Acadêmica, 2017, p. 149-178

WHITACKER, A. M. **Reestruturação urbana e centralidade em São José do Rio Preto**. 238f. Tese de Doutorado em Geografia - Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista/UNESP, Presidente Prudente, 2003.

WIGGINS, Steve; LEVY, Stephanie. **Rising food prices: A global crisis**. ODI, 2008.

ZIMMERMAN, Sílvia A; FERREIRA, Ana Paula Lopes. El Programa de Adquisición de Alimentos de la Agricultura Familiar en Mirandiba-PE. In: SCOTTO, Gabriela (Org.). **Aún hay tiempo para el sol: pobrezas rurales y programas sociales Brasil - Venezuela - Guatemala una mirada desde lo local**. Rio de Janeiro: Act!onaid, 2008, p. 28-64.

APÊNDICE

ALTERNATIVE FOOD NETWORKS IN JAPAN - A RURAL-URBAN DIALECTIC

PROCESS 2019/16808-3

Period of validity: 01/01/2020 to 27/06/2020

Graduate School of Agriculture / Faculty of Agriculture
Kyoto University
Japan

ABSTRACT OF THE INITIAL PLAN

This project of Research Internship Abroad (BEPE), conducted during six months at Kyoto University, outlines the study plan the practices of Alternative Food Networks (AFNs) in Japan. It focuses on experiences that gave rise to Community Supported Agriculture (CSA), such as the Teikei initiatives, born in the late 1960s, Farmers Market and Consumer Group. Given the importance of Japan in the emergence of such initiatives, and in a context of high permeability with global market policies, it sought to deepen reflections on the specific features of some AFNs through the rural-urban dialectic and its determinations. This perspective allowed to identify transformations in food production and urban space production as two correlative and coexistent movements, making it possible to reconceive consumption and active territorialities. Considering the technical, symbolic and organizational dimensions of these relationships allowed the development of new analytical approaches to studying food, citizenship, and urban space transformation.

Keywords: production of urban space; rural-urban dialectic; Alternative Food Networks; active territorialities; Teikei System; Japan.

1. INTRODUCTION AND JUSTIFICATION

The research currently being developed in the Graduate Program in Geography at the Faculty of Science and Technology, São Paulo State University (UNESP), Presidente Prudente Campus - SP, with funding from the São Paulo Research Foundation - FAPESP (Process 2017/04041-4) and under the supervision of Dr. Maria Encarnação Beltrão Sposito, aims to "understand the role of Alternative Food Networks and their practices of differentiated consumption in the production of urban space in the cities of Medellín-Colombia and Curitiba-Brazil, the configuration of the alternative territorial agri-food system." In the proposal related to this research, approved by FAPESP in 2017, a research internship in Japan was planned. According to the Work

Plan (presented in the subproject and in the first annual report), it is scheduled for six months from 1st January 2020 to 30th June 2020.

The research's specific objectives are to analyze developments such as the appropriation and reproduction of socio-spatial practices in the spaces of consumption and production reshape the comparative methodological reach of the research. Alternative Food Networks (AFNs) play an active role in these processes by reorganizing production units and the production of the urban space.

In this sense, the research internship aims to study the central experiences of Alternative Food Networks, especially the so-called Teikei Systems and some direct marketing modalities in Japan, focusing on two main aspects: 1) its character as a long-standing alternative (pioneered with the Community Supported Agriculture (CSA) model) that has challenged the principles by which the global agri-food system functions, but which still needs to overcome its contradictions (private practices) in its processes of rescaling and pluralization; 2) the role of AFNs in the production of urban space through their potential as active territorialities that have driven new configurations of consumption, such as the shortening of the marketing chain, and the reorganization and reappropriation of space in the new reticular relations between citizenship-consumption and production of urban space.

Alternative Food Networks offer an exciting perspective into the experiences studied of the Brazilian and Colombian contexts. Not only do these countries have historical specificities that contrast starkly with Japan, they are inserted quite differently into the international division of labor, which is undoubtedly decisive in the processes of integration of the global agri-food system. These AFNs will allow us to identify theoretically and methodologically valuable contrasts and praxis that are technical, symbolic, and organizational instruments specific to these contexts, relating to the main research in progress.

In this regard, some characteristics of the Japanese context strongly contrast. However, in others, there is apparent convergence, helping us to understand not only the Latin American reality, the Anglo-Saxon literature, and well-known European experiences, but also diverse Asian realities with historical-territorial specificities, internal contradictions, potentialities and an endless number of cases and experiences to be explored.

2. OBJECTIVES

2.1 General objective

To study some of the experiences of Alternative Food Networks (AFNs) in Japan, concerning the dialectical determinations between transformations of ecologically based food production and the production of urban space through commercialization and consumption. These will serve as a benchmark for comparisons between the experiences of AFNs studied in Colombia and Brazil.

2.2 Specific objectives

- To carry out a literature review on different aspects of Japan's Alternative Food Networks, such as movements and response systems to impacts of neoliberal policies and the configuration of the global agri-food system;
- To understand the relationships and socio-spatial practices that are configured as active territorialities in the production of the urban space linked to the organized production of the ecological food base;
- To establish a future framework of comparison that takes into account technical, symbolic, political and organizational elements of the Japanese context, based on points of convergence and divergence that have as reference the cases studied in Colombia and Brazil.

2.3 Material and methods

According to the objectives presented, the activities that will make the Research Internship Abroad (BEPE) possible in methodological terms can be stated as the following: 1) bibliographic review of Alternative Food Networks and the theoretical-conceptual and normative frameworks in which these are inserted; 2) active participation in the activities of the research laboratory and the school, in terms of teaching, research and extension, and in general, in the context of the university campus; 3) conducting fieldwork for the production of primary material about the selected case studies; 4) preparation of a written document that gives an account of the process of systematization, analysis and synthesis of the themes studied during the internship.

3. MAIN RESULTS AND DISCUSSION

3.1 Japan in context: Alternative Food Networks and the global agri-food system

Japan is recognized as a major world economy that has been the recipient and promoter of a series of neoliberal policies with diverse implications in the international division of labor since the post-World War II period. One of these consequences and primary interest here is the decline of the country's agricultural sector and its strong dependence on imports, which places it along with China as one of the world's leading food importers (HISANO, 2015). At the same time, due to its historical, cultural, political and territorial characteristics, a set of alternative experiences and transformational responses stand out, which would configure two paths of coexistence: modernization and the emergence of industrial-corporate agriculture and alternative-multifunctional agriculture (PLOEG, 2008; HISANO, AKITSU; MCGREEVY, 2018).

It is essential to highlight the so-called Second Food Regime (FRIEDMANN, MCMICHAEL, 1989) under the United States' hegemonic control. Surplus American agricultural production in the post-World War II period, and simultaneous pressure from the business sector to pursue export-based production, established what McMichael (2000) would call the "East Asian food import complex centered on Japan." This had clear consequences for Japan's agrarian structure, altering and compromising its food security while also acting as a discursive instrument, performed through low food prices and high dependence. This dependence has been historically and structurally constructed (MCMICHAEL, 2000). However, food shortages are even older and dates back to the early 20th century, when a rapidly industrialization and expansionist Japan colonized other Asian countries (Korea, Taiwan, and Manchuria) in search of new sources of food and outsourcing their production (HISANO, AKITSU, MCGREEVY, 2018).

To organize this chapter, a set of proposed topics do not necessarily have a chronological meaning. The aim is to emphasize concepts and notions in which the Japanese agri-food system is structured in its global integration.

3.1.1 Urban-industrial economic growth: the contradictions of the new international division of labor

Since the Meiji Restoration (1868-1912) and after a long period of confinement, Japan had to adapt to the demands of the time, a position that would be defended by the country's elite, like the great lords and powerful families of the time. This new political-economic scenario would lead to the country's westernization but within its

national unity and, in many cases, readjusted to its cultural tradition (SAKURAI, 2007). As Lévi-Strauss would say (1988), it was a capitalization on what already existed, making the human resource available, a great resource at the service of the new modern Japanese society. This new capacity for industrial development would only be possible within an ideological framework that would justify such a path.

This period was crucial for all Japanese because it allowed for "an extension of citizenship rights to the population, understood as integrating individuals into the national community, or as an extension of economic, educational and political benefits" (SAKURAI, 2007, p. 140). This process would lay the foundations of modern Japan. Also, Japan has focused much of its knowledge learned in the West, such as in science and technology, contributions that would be very important to forming the industrial field that would develop state and private enterprises. Although, this new industry, such as steel and shipbuilding, would lead until the end of World War II to a territorial expansion in search of new markets and raw materials, a process that would also lead to the end of the nationalist project within the framework of imperial Japan (SAKURAI, 2007). The nationalist spirit that knew how to capitalize on the idea of racial supremacy and exacerbated nationalism would lead Japan to its expansionist phase by participating in several wars, especially after the Sino-Japanese War.

From the US military occupation of Japan (1945-1952), several reforms can be highlighted, such as the monopoly form of the zaibatsu system, inherited from the Meiji era, as well as different labor reforms and, above all, the Land Reform Program, which gave way to the elimination of the semifeudal system (SEKINE and BONANNO, 2016).

Two phenomena can be perceived in this process. The first is that the Land Reform Program allowed access to land to more than 6 million new workers, who were able to get rid of rent payment for using the land - since 70% of the agricultural households were constituted by tenants - in addition to the reduction of the costs of higher education and in general an improvement in working conditions. A second aspect is that improved agricultural productivity would lead to a greater reserve of available labor that would be needed for the growing industrial sector (TERUOKA, 2008; SEKINE and BONANNO, 2016). Nevertheless, this process may have another reading, on the one hand, that the Land Reform Program was characterized by excluding 70 percent of agricultural households (TERUOKA, 2008), and, again, that agriculture since the 1950s has become less and less a priority in the national development project, which will explain the negatively necessary subordinate condition that the countryside played in this whole industrialization process, not only because of the migration of rural workers to the cities but also because of a systematic transfer of value expressed in low prices, loss of control over their surplus, high agricultural taxes, etc.

The significant phase of economic growth in Japan began in the 1960s, with the 1964 Olympic Games as the most symbolic moment, when Japan would show itself to the world, no longer as a military power, but as a technological country with rapid industrial growth (symbols such as the *shinkansen* and the satellite transmission of the

games would be decisive). As Sakurai points out (2007, p. 209), the goal was to place Japan as an industrial power [...], the government now had to plan, determine the goals and help the private initiative operate them.

It is important to understand which under conditions the first phase of Japanese economic growth operates, its visible formal aspects, and, finally, in which dialectical process they are involved. As mentioned in the first part of the chapter, it is very relevant to analyze this historical phenomenon that has taken place since the 1950s, which will make it possible to make the connection with the second food regime, marked by the supremacy of the United States and resuming the thread of previous regimes, the axis of power and accumulation once weakened (previously centered in Great Britain), is transferred to its ex-colony, the United States. Between 1950 and 1970, the United States, as a new center of power was defined in the game of correlation of forces in the economic and geopolitical framework, this new ordering of global powers would also be determined by an era that knew how to articulate agricultural production with industry in world trade and the new international division of labor. One of these regime's main characteristic is the expansion of the agro-industrial model, which has, at its core, the condition of a surplus country in food production that the United States exerts in a critical context arising from the post-war period. This agro-industrial complex creates conditions within the crisis of world order (especially since the U.S. Food Aid Program in 1954), under the premises of agricultural efficiency and food security, which together with the discourse of containment policy (typical of the Cold War) and in the growing process of decolonization, the much mentioned Green Revolution, which not only altered the domestic production of countries like Japan but also made agriculture more dependent on inputs, capital and technology, in addition to changing the consumption patterns of the world population.

During the 1960s, and with an economy that grew at a rate of more than 10 percent per year, three components would be its primary support: 1) "the expansion of private investments" and considerable savings capacity; 2) a large shift in the working population from primary to secondary industries and an abundant labor force supplied by a high rate of population growth"; 3) "an increase in productivity" (STATISTICAL HANDBOOK OF JAPAN, 2019, p. 23).

Nonetheless, within every dialectic, there is a negatively determined condition. History shows how the phenomenal maxim of + industrialization + productivity + available labor was only possible because of the subordinate state that Japanese domestic agriculture occupied in the export-oriented industrial economic growth project that positioned the country within the international division labor. It is worth mentioning here some aspects that could serve to guide the debate on this path.

First, the rural exodus is more than a consequence of a pre-modern and inefficient countryside, or on the contrary, of a highly efficient countryside that would no longer need so much labor to carry out agricultural production; it is the metabolism that the urban-industrial required sector in its growth and consolidation phase (for example, and analogically, this phenomenon of value transference was the one that

allowed the liberation of labor needed in the First Industrial Revolution, which would not have been possible without the food extracted from the global south, which provided, as cheap food, the necessary conditions for the British empire to specialize).

Within the High Fordism Period (1945-1951) and with the semi-feudal system's exhaustion, the population distribution changes dramatically. In 1947, 52.4% of the Japanese population lived in the countryside; in 1985, only 9% (HOSBAWM, 1994). This constant flow of cheap labor that contributed to the rapid growth of the economically active population related to urban activities would double in 1960, reaching 80.5% of the total active population in 1970 (FLORES URUSHIMA, 2011), accompanied by a decrease in rural activities, in which the agricultural, forestry and fishing industries in 1980 employed 10.4 percent of the total employed persons, in 2017 this same sector would only represent 3.4 and “the GDP share of the industries fell from 3.6 percent in 1980 to 1.2 percent in 2017 percent” (STATISTICAL HANDBOOK OF JAPAN 2019, p. 54). In this situation, we can see how the rural areas that once provided not only food but also environmental goods and services became a great reserve of labor for urban activities.

Among the different activities that absorbed the various waves of labor, we can highlight: The Korean War between 1950 and 1955 that demanded work in the industrial, commercial and service sectors; between 1955-1970 it was the heavy and chemical industries; and, from 1975 onwards, it was the commerce and service sectors that concentrated the enormous migration, considering that since 2002 the manufacturing industry had fallen to 22.1% (NITTO, 1980; SAKURAI, 2007). This growth of the urban population was so expressive that in only a quarter of a century (from 1945 to 1970), the urban population had increased from 27.8% to 72.1% of the total population, a phenomenon that would take an entire century to occur in the United States and Europe (AVELINE, 2007).

Nevertheless, it should be noted that many of these jobs were made possible by two phenomena: part-time work and the recruitment of foreign workers. After starting Japan's reconstruction, with the Antimonopoly Law (1947), small and medium-sized enterprises began to hire temporary workers, generally from the countryside, as cheap labor. It's worth mention that, with the rapid economic growth, most of the temporary jobs between 1965 and 1974 were held by women, who represented 95% of the labor force (SAKURAI, 2007).

This part-time farming can be analyzed from many points of view, either as a consequence of agricultural modernization with increased agricultural productivity or as one of the few alternatives that rural workers found to minimize the large income gap that exists between the rural worker and the urban worker without abandoning their land since the average agricultural income per capita in 2011 was 74% compared to the rest of the country's workers (HISANO, AKITSU, and MCGREEVY, 2018). “In 2015, the number of farm households engaged in commercial farming [...] 54.3 percent were part-time farm households with non-farming income exceeding farming income” (STATISTICAL HANDBOOK OF JAPAN 2019, p.56); this means that more than half

of the commercial farms with at least 0.3 hectares and sales over 500,000 yen or more, depended more on income earned outside of their rural activity.

And finally, foreign labor began to occupy, especially from the mid-1980s, jobs considered dirty, heavy, and dangerous (*kitanai*, *kitsui*, *kiken*, respectively), in addition to a shortage of labor due to the aging population (SAKURAI, 2007). In general terms, it could be said that part-time work occupied by external workers (from the countryside or other countries) is a compensation mechanism to face the great development gap that exists between the conditions and income of the urban and rural workers. Both an economy based on the export of industrial goods and the country's place in the international division of labor with this particular type of development model made Japan's status in the global agri-food system mostly dependent on food imports.

This brings us to the second aspect of the development dialectic: the export economy as a point of gravity and the central axis of accumulation and growth of the entire economy is imposed to the detriment of local agricultural production and its role in food self-sufficiency, which is compensated for the import of foodstuffs that represent 60% of the entire caloric diet.

It can be inferred that Japan's agrifood system was one of the main axes of realization that allowed the successful urban-industrial growth to become a reality in the 1960s, making Japan one of the largest industries and great world power, at least until the mid-1980s, which began a stage of slow growth and, finally, with the collapse of the economy bubble that would start the so-called lost decade of the 1990s. Of course, this whole process, which began in the post-World War II period, is not at all linear, having significant changes in the axes of accumulation, in the correlation of forces of its different agents and actors, and the very role of the state as the primary regulator and protector of the market, up to its function as facilitator and supporter of neoliberal policies. A major contradiction can be found in the Japanese development model, expressed in the underdeveloped agricultural sector. This means that these two aspects are dialectical and coexist asymmetrically because the axis of privileged accumulation depends on this asymmetry. This aspect should be widely discussed because for many authors, both migration from the countryside to the city and cheap food and, in general, a countryside that is subordinate to urban development, can be understood as a "[...] traumatic yet needed and, ultimately, positive step toward the development and economic prominence of the country" (Ohkawa, Johnston and Kaneda 1970 apud, SEKINE and BONANNO, 2016, p. 189), despite this, I defend the idea that in reality this asymmetry in development between urban and rural areas is, in an analogical way, like an inside and outside of the totality, in which the "inside" subsumes and expropriates values "outside" of that totalizing nucleus, in this way, the condition of poverty is a necessary condition for the reproduction of capital, that is why the underdevelopment of the countryside is, without a doubt, a negatively determined condition of economic growth, for the Japanese case, a growth focused on an export economy with a strong centrality in the formation of cities in their role as new development poles.

For Teruo ([1984] 2010, p. 50), "Japanese domestic farming doesn't matter, and it is better to buy farm products from anywhere if they are cheap." According to

Sekine and Bonanno (2016, p. 5-6), "the structurally fragmented and economically inefficient agri-food sector was deemed to be inadequate for international competition and as a sector that could promote economic growth," and it could be added that it is, above all, within this inefficiency that the agri-food system remains. Yet this sector, despite its condition, continues to supply food and labor to the growing industrial sector.

The most visible cost of this relationship has been the rate of food self-sufficiency, which was quite affected by the import of commodities and the change in diet that resulted from this process, taking into account, of course, the geopolitical framework from which the United States knew how to take advantage in a privileged way. However, according to data from the Ministry of Agriculture, Forestry and Fisheries on the "trends in food self-sufficiency ratio of major countries (on calories supply basis)," between 2000 and 2013, countries such as Canada, the United States, and France had rates of over 100%, including Canada, which exceeded 250%, and countries such as Germany, the United Kingdom, and Switzerland, which were below 100%, but only Japan, which was below 50%, in the case of the countries analyzed (STATISTICAL HANDBOOK OF JAPAN 2019). For sure, this process is more complex and directly related to each country's agrarian structure and policies. In Japan's case, some products were introduced into the diet such as wheat, vegetable oil, meats, and dairy products, and others commodities such as rice were controlled through price support programs, and thanks to direct government purchases, some products such as rice were kept low and stable. As these programs shrank, so did their institutions and the number of farmers, with part-time farmers becoming more frequent though (TERUOKA, 2008; SEKINE and BONANNO, 2016).

As part of the processes of agricultural modernization and their respective readjustment, Japan, with the New Agricultural Basic Law (the 1961 Agricultural Basic Law was replaced by the New Agricultural Basic Law in 1999), joined the World Trade Organization (WTO) and thus laid the foundations for a productivist and interventionist agriculture with larger properties and eliminated small and inefficient property. Somehow, in these processes, there has always been a tension that denotes the contradictions of market self-regulation in Japan's case. What happened was a "selective" state intervention to sustain the prices of some commodities (SEKINE and BONANNO, 2016). Curiously, with the state's response in its selective and interventionist form, as well as the discourse of inefficiency (of small size, fragmented and with high production costs) brought by the process of agricultural modernization, it will be a doorway to corporatism and the entry of neoliberal policies.

As it will be seen below, the discourse on inefficient agriculture will have two effects, the environmental problems associated with agricultural modernization and the growing corporatization of the agri-food system, so let us first analyze the second aspect.

3.1.2 The imperative need to modernize the countryside: efficiency has a corporative soul

Two events symbolized the end of an era of rapid economic growth and the beginning of another known as a Low Economic Growth Period (1973- 1985), having as a decisive point the oil crisis of 1973, “crisis that caused a redirection of Japanese industries to new sectors, such as computers and industrial tools, which have begun to combine mechanical and electronic technology” (SAKURAI, 2007, p. 220), and the collapse of the Bretton Woods accord that since 1944 had the objective of establishing a free exchange policy, this moment can also be seen as the interface that would support the third food regime from 1980 called "corporate" (MCMICHAEL, 2009) or "environmental corporate," the latter formulated by Friedmann (2005), to finally and from the signature of "the Plaza Accord in 1985 that symbolizes the beginning of the Neoliberal globalization era in Japan" (SEKINE and BONANNO, 2016, p. 50). The second half of the 1980s was known as the "economy bubble", with the second strongest currency in the world. With the lowering of capital flow barriers, Tokyo formed an important international financial center. Still, with a shortage of real estate in the capital and with its high demand, the real estate started to serve as a loan guarantee, raising the price of the property (“in 1990 the site of the Imperial Palace in Tokyo was valued above the total real estate value of California or Canada (CHANCELLOR, 2001, p. 135)), until finally bursting in the 1990s, a decade of economic stagnation caused by the credits inherited from the previous decade, as well as by the increase in the rate of consumption and by the growth of the Asian countries as a whole (SAKURAI, 2007).

After this brief historical account, we are interested in highlighting some aspects that characterize the business logic within the expansion of neoliberalism. This corporate food regime is characterized by shifting its axis of accumulation more freely over the corporate power of the multinationals and the establishment of multilateral bodies that will define the rules of the game in the world market, such as the World Trade Organization (WTO) in 1995 and the Agreements on Agriculture that established the rules of international trade in agriculture and its state deregulation, while at the same time exercising transformations on national policies for their necessary trade liberalization and adaptation to the new neoliberal framework. This process will assume various penetration forms, such as increased privatization and concentration of capital by foreign investment and financialization of the economy.

Understanding this close relationship between economy and politics allows us to look at national agricultural policies and the global agri-food system as a whole connected by a rationality that is at the service of the reproduction of capital in its expanded and totalitarian form. As Hisano (2008) points out, this mutual determination between capital and politics requires an inevitable coupling reflected in agricultural policies. It could be said that in this ongoing globalization of capital (as an inevitable phase of the valorization of value), the State will have to mediate and translate the diverse interests of economic agents, which are increasingly heterogeneous in their

composition. Furthermore, just as industrial logic penetrated the countryside after the Green Revolution, now the corporatist logic is beginning to gain more space in the entire value chain, starting from production (with the massive introduction of inputs, machinery, certified seeds, concentration of companies and properties, increase in credits, etc.), commercialization, marked by the supermarket revolution, for example, in Japan the wholesale trade is composed of 364,814 establishments in operation in 2016, that although establishments with less than 20 people represented 88.6% of the total, 88.5% of them were corporations and in the case of the retail trade the number of retail establishments in operation was 990,246 for the same year in which 79.2% of the total number of establishments were occupied by less than 10 people, but 60.6% of them were corporations (STATISTICAL HANDBOOK OF JAPAN 2019), and finally in consumption with the penetration of green capitalism present in the standardization and conventionalization of organic products going on to have greater control over large multinationals and in turn an increase in processed and ultra-processed foods as a characteristic of the entry of agribusiness in the market, a process all of which in a general way shows the expansion of corporate power in all the cycles of reproduction of capital within its logic of maximizing profit and concentration.

This phenomenon of the agri-food system's corporatization depends on making agriculture more complex, utilizing a process of chaining of dependencies inserted into the system itself, as discussed in the other chapters. Production-marketing models such as the Teikei System depend on family scales of production, minimal or no intermediation in the sale of agricultural products, a network of trust that does not depend on third-party certification, and self-sufficient agriculture to carry out the system. Well, none of the above aspects are favorable for the maximization of the profit rate. Under the criterion of efficiency and productivity and based on the Agricultural Basic Law, Kondoh (2014) explains that the objective of the policy of agriculture's modernization was to increase the size of agricultural holdings (large-scale farm), with mechanization and intensive use of synthetic chemicals. Despite all these efforts, 97.5% of Japanese agriculture comprises a significant family/small business sector of the total Agriculture Management Entities (MAFF 2019) yet. This process of capital flow and concentration is also related to the continuity of the *zaibatsu* monopoly model inherited from the Meiji era and currently restructured as *keiretsu*. Since the 1990s, corporate power has increased, playing a dominant role in importing food or inputs and in the horizontal control of the entire chain: retail trade, restaurant chains, etc. Thus, restructuring from production to final consumption of food (SEKINE and BONANNO, 2016).

Teruo ([1984], 2010, p. 53), one of the leading figures in Japanese organic agriculture, says, "when we regard organic farming as one kind of industry, the significance and consciousness of organic farming remain extremely inadequate in the actual condition." As far as defending the organic agriculture movement is concerned, he will say, "we do not consider farming as a kind of industry though the government and education system do so."

The corporatization process continues by leaps and bounds, especially since the Great East Japan Disaster of March 11th, 2011, with changes in the legal system

that made it possible to increase the number of non-agricultural companies participating in the production, mainly with the creation of the SZR (Special Zone for Reconstruction), a model inherited from the SEZs (Special Economic Zones implemented in 2002), intending to generate greater vertical integration and reduce transaction costs. These SZRs, which were part of the reconstruction process after the triple disaster (earthquake, tsunami, nuclear meltdown), led to the expansion of the rights of the corporations operating in the national territory (SEKINE and BONANNO, 2016), which Sassen (1998) called a process of denationalization of the national territory supported by state investment. This process will result in major control by private capital, generally concentrated in multinationals, with money that was produced by society as a whole, for a supposed social benefit that will undoubtedly be mediated by the logic of profit and not in the service of a more equitable social redistribution of wealth.

3.1.3 Total subsumption of the social individual to the reproductive rationality of capital: the radicalization of neoliberalism

As discussed in the previous subchapter, the agri-food system's corporatization is a more comprehensive phase than that which once characterized the second half of the 20th century. Industrial thought led both to urban logic and rural spaces. However, modern rationality is approached as a totality of ontological, epistemological and material reference and coherence, at the limit of which are the contradictions of capital, and, just as agricultural modernization meant greater technological subsumption as a criterion of dependency and not self-determination, we defend the idea that the expansion of neoliberalism is an advanced stage of this process, in which the logic of capital reproduction now subsumes all spaces of social realization, that is, social relations become commodities. As explained by Sekine and Bonanno (2016), it is expected that in this marketization of society, the State will intervene in favor of maintaining the conditions that will allow the best functioning of the markets, it means, that the State support given to companies will be understood as a benefit that will radiate to the well-being of society. In summary, making the free functioning of the market a dialectically determined condition and analogous to the individual freedom, it is understood that “the market is elevated to the ultimate indicator of desirable social arrangements because it contains all the necessary pieces of information that no group of humans can ever match” (SEKINE and BONANNO, 2016, p. 4).

This process of radicalization of neoliberalism is a fundamental element of the global agri-food system, and with it, a series of contradictions are becoming more and more evident. Despite that, the progressive loss of food self-sufficiency, and a counter-tendency to the subsumption of organized counter-hegemonic response processes – which faced these problems – to the totalitarian neoliberal logic, in other words, and as

we will argue in the following chapters, once environmental and health issues emerged more strongly as a result of Japan's development model, undertaken since the post-World War II period, the most evident contradictions gained visibility and prominent space in the civil society schedule, although, such resistance would not withstand the deep fetishization of all the achievements that were made by them.

These points that were enunciated are developed in the following chapters to show how the different Alternative Food Networks (such as the Teikei, the consumer cooperatives, the free markets, among other experiences) were not only a forceful response to the contradictions of the Japanese development model expressed in a precariousness of human and ecosystemic health, as well as a reality stressed by the very image of modern society, in which some experiences decided to adapt to the new needs, spaces and rhythms demanded by society and, on the contrary, other initiatives perceive that a radical change in their activity would be a betrayal of the principles that founded their identity and reason for being. In this context, there are several pressures that the different organizations composing AFNs have had to resist, including family agriculture with its agrarian reform objectives, which have been abandoned since the New Agricultural Basic Law was implemented in 1999 (Teruoka, 2008), a process that will open a new era of corporate agriculture which will result in a greater concentration of land (26.2% of total farmland concentrated in 1% of farms (MAFF 2011)) in a country where the average size of Japanese farms stood at 1.5 hectares in 2013 (excluding the Hokkaido region).

In addition to an exact process of direct transfers of the values produced by society as a whole, through public resources that were used for the reconstruction of Japan after the triple disaster of 2011, when a portion of society expected direct action by the State and a significant mobilization by civil society for an energy project dangerous to Japanese society, where today nuclear energy represents only 1.4% of the total energy produced in the country (of 9.6% energy self-sufficiency), a value that if compared with renewable energy sources (7.6% represented in: photovoltaic, wind power, geothermal energy, etc.), is relatively insignificant; sadly, these transformations did not occur and, on the contrary, neoliberal policies were intensified even more. All this situation has had a direct impact on the structure that supports the Japanese agri-food system; in the words of Sekine and Bonanno (2016, p. 197) referring to a scenario of reduction of wealth redistribution policies, the result is that “political and financial moves that favored a greater corporate presence in agri-food and the establishment of new forms of regulation characterize the twenty-first-century role of the Japanese state.”

In conclusion, Japan's economic growth is closely related to an expropriation of value that was produced by the rural worker, as a low-income rural producer, with the production of cheap food that he produces (understood as family labor force) and with the labor that he makes available in the industry. This point is very important because it has been believed that the backward (non-modern) countryside was an obstacle to Japanese development. What was not understood for a long time is that, in reality, the expressive Japanese growth was only possible because of the

dialectically determined condition that represented and still represents the countryside in that process. Examples of this can be seen in the production of cheap food that feeds the growing urban industry; the army of labor that migrated to work in the factories; the low income of the rural worker compared to the urban worker; the process of agricultural modernization as an incorporation of the industrial logic in the countryside with a strong effect of subjection, subsumption and dependence on productive and commercial chains, in short, the poverty of the countryside in its totality is a condition that negatively determines the so-called development, this dialectic is expressed in the exploitation of the worker and the corporatization of the countryside as dispossession of family agriculture.

3.2 Empirical approach to case studies

Two different case studies presented here are the result of an approach taken over six months. Below we will characterize some general aspects that resulted from the collection of secondary information and primary data obtained from the fieldwork. I will reserve some interviews to discuss them in the next chapter.

3.2.1 Teikei Group

a) Tsukaisute Jidai wo Kangaeru Kai / Anzen Nosan Kyokyu Center

- The direct contact with this group has been the doctoral students and farmers, Mrs. Nami Yamamoto and Mr. Naoya Matsudaira, who participate as consumers of the Teikei Tsukaisute Jidai wo Kangaeru Kai.

Figure - 1. Nami and Naoya's Farm in Satoyama landscape, 2020



Source: AZATE, 2020

Figure - 2. Nami and Naoya's Farm, greenhouse, 2020



Source: AZATE, 2020

Figure - 3. Noen Afumi Farm, Higashi-omi City, Shiga Prefecture, 2020



Source: AZATE, 2020

Figures – 4 and 5. Office of Tsukaisute Jidai wo Kangaeru Kai and Miso activity



Source: AZATE, 2020

- Is a Non-Profit Organization established in 1973 in Kyoto and with approximately 1,300 active members (It remained at 1,700 members in the first half of 1990), with 39 members producers sell their produces, which also articulates with the Anzen Nosan cooperative (1975) in charge of distribution, of which we highlight its integration and its strong group cohesion, represented in the acquisition of food as a solidarity practice of non-customizable vegetables (the food is delivered in vegetable box). Mrs. Nami Yamamoto and Mr. Naoya Matsudaira are also producers of organic food and sell directly with vegetable boxes weekly.

Reflections

- What makes people stay in/out of solidarity buying groups like Teikei?
- What does it mean that, based on the needs of the producer, in temporal terms (times and unpredictability of agriculture, seasonality, etc.) and spatial (distance, transport costs, etc.), scarcity of resources (economic, infrastructure, technologies), a readaptation of daily urban consumption practices is generated? In other words, can a change in the food diet trigger an alteration in some aspects of urban practice?
- How to face the generational changes that are no longer compatible with the rhythms and conditions demanded by the Teikei within an increasingly diversified market?
- What contradictions are hidden within an urban practice of consumption determined by the power of consumer freedom and its accelerated rhythm: fast,

processed, at hand and without compromise, about a movement defined by the times, conditions, and spatialities of the producer and food production: slow, natural, coordinated and risk-sharing? What are the limits of modern society in these aspects?

- What narratives are expressed in the "safe" and "quality" food purchased in a Teikei? It could be assumed that the expression "food for thought" is a movement of inter-subjectivation that displaces the centrality of the objectification process that institutes the fetishistic form of the product. We believe that "quality" is also built here as a recognition of value contained in food, that is why you do not buy "pretty" and stereotyped products but the result of the work. Thus, revealing the conditions of the field, food for thought needs a thinking consumer who completes the dialectic cycle, not doing it implies consumption already as an act of subjectivation and negation that always institutes a determination, denies not only the form but also the content (objective work) of the food.

b) Shimosato-Farm (Mr. and Mrs. Kaneko)

- This experience, located in the city of Ogawa, Saitama prefecture, is an independent initiative of organic agriculture that uses various mechanisms of recirculation of matter and energy, which makes it a self-sufficient farm without waste and dependence on chemical inputs. Always with a transformation perspective, Mr. Yoshinori Kaneko with his wife, have managed to replicate their experience in agriculture, becoming a school for other producers (approximately ten trainees per year) and a connection seed for consumers, in purpose of connecting producers with consumers. It is also worth noting that the city's perspective will prosper from organic farming (see <http://www.shimosato-farm.com>).
- It should be noted here not only the innovative use of eco-technologies such as the Biodigester (with methane gas), solar energy, rice without pesticides and weeding with hooks, Vegetable Oil, natural weeding, etc., but also the respectful care with the environment and the different alternative marketing channels, such as the direct sale and training of Teikei, not only with fresh products, such as processed foods such as Tofu, Sake, Udon, natural juices, soy sauce, etc. The following phrase defines this relationship based on trust: "The key to organic agriculture is organic relationships" (see <http://www.shimosato-farm.com>).

Figure – 6. Organic agriculture trainees at Shimosato-Farm



Source: <http://www.shimosato-farm.com>

Reflections

- Is there a substantial difference to sustainability over time from a Teikei practice that begins with the demand for the productive sector's needs and not from organized consumers' demands? Or will it always be a dialectically determined practice that will enable genuinely "organic" connections between producer and consumer?
- What are the limitations and implications of the new farmers, with part-time jobs and diversification in their work activity? If agricultural activity is the primary metabolism for urban and rural life's functioning, why is it the most impoverished sector in almost all over the world?

c) Ichijima Organic Agriculture Association

- Mr. Shinji Hashimoto calls himself a farmer, philosopher and community leader with extensive international experience (21 countries in South America, Europe, the United States and Asia) that makes him a reference in organic agriculture training in Teikei. Inspired by the natural cultivation of Masanobu Fukuoka and an ethical beliefs based on Gandhian philosophy, he started his farm in 1989, managed to create a rural community in Ichijima (in the northern part of Hyogo

Prefecture) based on organic agriculture (in 1995, declared Ichijima as “village of Organic”) in connection with consumers, who in synergy contribute not only with sustainable and responsible agriculture but also with the local economy (between 40 and 100 seasonal vegetables are produced per year and more than 30 organic farms and 100 family farmers). “Ichijima Organic Agriculture Association was established in 1975 with 34 farmers. It was the time when food pollution and environmental problems like PCB or Minamata disease became a serious problem” due to this situation, “some of the women gathered in food pollution seminar concerned about the safety of food for their family in Kobe met with farmers from Ichijima who had suffered from pesticide poisoning” (text of presentation organized by Mr. Hashimoto).

- Over time, the participation of both producer and consumer members has decreased significantly; currently, Mr. Hashimoto's farm (family work with his wife plus the constant involvement of volunteers provides Teikei 90% of its production; besides to their self-consumption and 10% is for the consumer cooperative) along with another producer delivers boxes of vegetables (composed of between 8 and 10 products) to about 35 consumers (but up to 200 members participate in the Teikei) three times a week. Mr. Hashimoto started this project in 1989 as a pioneer in organic agriculture in the region. This farm's experience has spread to the same community as many apprentices who have contributed to their voluntary work for many years and have replicated this experience around the world.
- It is worth highlighting the significant role that the farm plays in apprentices' constant training through internships that include autonomous empirical work. They sometimes receive financial support from the extension office and local government.

Figures – 7 and 8. Village Ichijima, rice paddy and other crops



Source: AZATE, 2020

Figures – 9 and 10. Village Ichijima, greenhouse and onion harvest



Source: AZATE, 2020

Figure – 11. Weekly food delivery activity for Teikei members



Source: AZATE, 2020

Reflections

- What elements of analysis can we extract from the strong community ties established between families in rural communities before the 1960s, in which accelerated economic growth and the market economy would found the neoliberal subject and the foundations of modern society in its phase advanced reproduction of capital? How are the central urban-rural relationships and transformations of Ichijima as an "organic town"?
- About the Teikei group. "We used to have 1500 consumers and 30 farmers in the past, but now only two farms and 200 consumers participate in the Teikei Group, and the situation is similar in other places. Why? Because the lifestyle in Japan has completely changed. Of course, consumer groups' area joins with the consumer cooperative because they cooperate with the organic producers or buy from the organic food shop. When organic agriculture began in Japan, Teikei System was the only choice for the farmers to purchase organic food; there were no supermarkets or consumer groups. There were no organic food stores at that time (Hashimoto, 2020).

d) Midori Farm

- Mr. Chuck Kayser started farming about 13 years ago, taking farming first as a hobby. Formalized everything three years ago with Midori Farm, to engage volunteers, organize events and sell vegetables. Midori Farm is a non-profit organization based in Kyoto and Kutsuki, Shiga. Midori Farm participated in a Teikei, but now Mr. Chuck Kayser is the only producer in the organization and 25 consumers (active members). In addition to direct food sales, Midori Farm periodically holds events in conjunction with various volunteers.

Figure – 12. Volunteer programs, Midori Farm



Source: <https://www.midorifarm.net/>

Reflections

- Mr. Chuck Kayser points out the main challenges facing agriculture in Japan. The lack of a) other organic farmers to network with; b) consumers who appreciate organic; c) organic products available for sale to farmers. “The human opinion that bigger/better/faster is the goal, the waste and carbon footprint is getting exponentially worse with population increase” (Kayser, 2020).
- From your perspective and experience as a foreigner, please mention some Japanese society characteristics that would explain a stagnation in organic agriculture. “Profit-driven society with the desire for convenience, the image being touted as more important than the substance of a thing, JA controlling the products in stores, options to farmers and prices at the supermarket” (Kayser, 2020).

3.2.2 Farmers Market

a) Shimahikari and Kyoto Farmer Market

- Mr. Makoto and Mrs. Nobuko are two farmers from the city of Wakasa in Fukui Prefecture, where they mainly grow rice free of pesticides. These new farmers, after living in Tokyo for 12 years, decide to dedicate themselves to the cultivation and sale of rice through different marketing channels and vegetables for their self-sufficiency, besides, and as indicated in their website, make fermented foods such as miso, sauce soybeans and umeboshi, and make processed products from seasonal wildflowers and fruits.
- In addition, it stands out the sustainable management of their farm within the philosophy of connection with people (through various activities and training in nouseon-kaminaka for urban youth who are interested in agriculture) and with nature through the circulation of its resources, such as nutrient flow, sunlight and water. This family participates in the Kyoto Farmer Market with the sale of their rice and preparing their food.

Figure - 13. Shimahikari-Wakasa Farm, rice cultivation, n.d.



Source: <http://www.shimahikari.jp/>

Figure - 14. Kyoto Farmers Market, Sakyo-ku area, 2020



Source: ALZATE, 2020

Reflections

- Do you think that organic agriculture can be applied throughout the country, and if so, what do you think are the main obstacles to its development? Yes, it is possible. But I think there are two obstacles to development: 1) consumer awareness and lifestyle reform; and 2) orientation of national and local government policies:
 - 1) Some consumers believe that purchasing behavior has a significant impact on the economy, such as those who visit the Kyoto Farmers Market, while I think the vast majority of consumers are indifferent to such things. That's why local people need to buy locally harvested, produced and manufactured products. Otherwise, I think the cycle will not work very well. This is true not only for food but for consumer activity in general. It is crucial to change the mindset of consumers.
 - 2) National policies such as farmland consolidation, large-scale agriculture and smart agriculture through information technology come to mind. In the current situation, with many more people leaving their farms, we need to support consolidation and larger scale. However, I believe that organic agriculture is more compatible with small-scale agriculture than with large-scale agriculture. It is essential to increase the number of self-employed farmers, such as those working part-time, to promote organic farming in the future. National and local governments must adopt policies to guarantee both large and small farmers.

b) Kyoto Farmer Market (Atsuko Izaki)

- Kyoto Farmer Market (KFM) was started four years ago and Ms. Atsuko Izaki is currently coordinating the market mainly through the secretariat staff. The market has about 25 staff members who are involved in the market as in its secretariat. Many of the producers are from the Kyoto area.
- There are about five farmers in the suburbs who regularly participate in the project. In the next fiscal year, the KFM will have about 20 participants from the suburbs of Kyoto and dozens from Kyoto's outskirts. They are all full-time farmers, or they work at farmers' inns or cafes, but farming is the mainstay of their lives. Many of them work at the morning Market in Ohara, at the village station, or deliver goods directly to the farmers (IZAKI, 2020).
- KFM is currently having trouble finding a permanent establishment, although this has also helped people get to know the market. "Our goal is not to expand the market".

Figure - 15. Kyoto Farmer's Market, Kyoto, 2020



Source: ALZATE, 2020

Figure - 16. Kyoto Farmer's Market (inside), Kyoto, 2020



Source: ALZATE, 2020

Reflections

- “I think there are more consumers who recognize the value of more than just money and the significance of making a small economy work. I feel that we are supported by such positive consumers” (IZAKI, 2020).
- “I think it would be ideal if there were a lot of small communities here and there, and a lot of small markets rooted in the region. We hope to be one of them” (IZAKI, 2020).

c) Oasis 21 Organic Farmers Asaichimura Market

- Ms. Takako Yoshino is the coordinator of Oasis 21 Organic Farmers Market in Nagoya, 2nd Bailey (2019); this market has more than 15 years of activity and currently there are 70 farmer members serving an average of 1000 customers weekly. It was Takako Yoshino's dream to opening a direct sales marketing channel for organic or converting farmers. Today, there are the Oasis 21 market inside the transport station, the Meitetsu department store of Nagoya station and the Minami Seikyo hospital.

- In 2009, the New Farmers Program began to integrate and train new farmers who learn on most veterans' farms. They also sell in a space exclusively dedicated to farmer starters until they finally graduate. According to the interviewee, four divisions can be observed in the market: 1) destined for rice sale; 2) for the exclusive use of new farmers; 3) for the sale of women farmers; 4) where other fresh seasonal and processed products are sold, in addition to a space dedicated to the coordination of the market.
- Currently, 21 producers participate in three days of the weekly market, three hours per day throughout the month. "The markets are a gateway to farming," Yoshino says. "People from rural villages and cities meet and connect. It's a place where farmers can earn money. The children who come here and eat this food want to become farmers. Many things are still possible," she adds. "I want to keep trying" (BAILEY, 2019).

Figure – 17. Oasis 21 Organic Farmers Asaichimura Market, 2020



Source: ALZATE, 2020

Reflections

- While the initial interview is still pending expansion, the question arises as to why is it beneficial for the market to be exclusive for the sale of agricultural products, excluding other common items in different types of markets? Does that exclusivity allow you to specialize in the use of space, giving it greater identity?

3.2.3 School and Certifying Body

a) Aino-kai

- In general, the functions of Aino-kai organic farmers' association (Public Interest Incorporated Foundation) can be grouped into four functions identified on the official website of the organization: 1) Education Department Projects. Fostering the development of farmers through training with courses and seminars developed at "Ainou University" (1995) and through the only private agricultural high school in Japan, "Ainou-Gakuen Agricultural High School," (1963) both focused on agriculture, food and energy, also includes the Management Technique / Management And Technology Department Projects where production and processing techniques of agricultural produce are taught; 2) Extension and international cooperation as President of the AFA (Asian Farmers' Association) in the development of sustainable farming in Asian farming villages; 3) Certifying organic produce. Through the Organic Certification Department Projects Ainou exercises its functions as Registered Certifying Body accredited by for "JAS" Japan, to certify agricultural products, vegetables, rice, and processed foods; 4) Since 2001, the Ainou-net Honbu corporation (Center for the Ainou Network of Organic Products) is created, which seeks to promote the distribution of organic farm produce and organic input (ainou.or.jp, 2020).

Figure – 18. National Agricultural Association



Source: <http://ainou.or.jp/>

Reflections

- “Organic agriculture does not consider agricultural products as mere products, but producers are responsible for the lives of consumers and consumers are responsible for the producers’ lives too” (ainou.or.jp, 2020). This dialectical vision is essential to understand the historically broken relationship between production and consumption, which has been uneven and disproportionate. The formation of cities - and urban life in general - has always depended on the transfer of values that are exercised to the detriment of life in the countryside; the false dichotomy between countryside and city only managed to reinforce the image of society as modern urban and backward and impoverished countryside, when Modernity is itself an ontological, epistemological and material totality that depends on its function of exclusion to define itself, it is a tautological movement that needs to deny the extracted contents (the historical specificity and the reality of any form of life not contained in it) to assert itself. From this point of view, it is essential to highlight the breakdown and commodification of agricultural products and natural resources and the countryside as a whole and its negatively necessary condition for the modern project.

3.2.4 Consumer Group

a) Seikatsu Club Consumer Cooperative (SCCC)

- This consumer cooperative has its origins in 1965 as a voluntary association of women in a Setagaya neighborhood, Tokyo, concerned with the need for safe food (in principle for milk, which would become an environmental concern). "The organization was built on principles and values of autonomy, decentralization, participation, and democratic control" (CONNELLY, 2010). Today they are a network of 32 cooperatives spread across the Tokyo metropolitan area and in other parts of Japan, with 350,000 (and 400,000 members in 2020) members in 2010 that with 90% of commercialized food products have achieved transformations not only in organized and efficient collective consumption with resources and the use of space as well as food production.
- "The key to neighborhood-level organizing is the Han System, as it provides the foundation upon which the federated model of the SCCC is based" (CONNELLY, 2010). This intelligent model spatial organization that groups between 7-10 neighboring households allows access to food with a spatially organized order. This concentration enables a horizontal management work with its own decentralized but coordinated strategies. It could be said that it is a collectivized consumption that promotes a social construction of the market, organizing it and providing cost reduction within the logic of the economy of scale, reorganizing production with pre-orders that minimize risks in the productive sector and provision of infrastructure or adaptation of spaces

according to demand and transforms simple consumption into a political act of local incidence.

- Mr. Kazuki Maeda, who is currently the manager of the procurement department, through an interview, provided updated information about the organization; it follows below:
 - About the prices: the price is less expensive than products of "similar quality" (domestic raw materials, no additives, no GMOs, etc.) However, the price range is approximately 1.5 times that of general quality products.
 - The average profile of the organization's consumer-members in Tokyo and its suburbs (Tokyo, Kanagawa, Saitama and Chiba prefectures): **The average age** is 50, but most people are in their 60s; however, there are new members average between 30 and 40. **The members' family structure is composed of households with a partner and children (about 50%) and households with only a partner (about 30%),** which are currently the most common. **As for the gender** of the members, women are notably the majority (98%). **On the income** of members, the annual income of urban households is 2-4 million yen (pension households), and 4-6 million yen (pension households) were 20%. 6-8 million and 8-10 million yen are in the tenth percentile. **The monthly expenditure** of members on the organization's products is between 20,000-25,000 yen (this is about one-third of total household food expenses). **Motivation to join** (multiple responses allowed): a) safety and quality of consumables (about 90%); b) deliciousness of consumables (about 50%); c) for children (about 40%); d) information disclosure (about 30%); e) home delivery (about 30%). **The motivation for withdrawal:** change of residence (between 20 and 30%); consumables (high prices, low selection and the large quantity of food [this is because the sizes of the products did not reduce as the size of the families did]); changes in family structure (independence of children); there is a difference in the variety of products found in a conventional store (Seikatsu has approximately 3,000 edible consumer goods and offers 1,000 goods available per week, a store or supermarket may have a stock of 10,000) which limits the power of choice; warehouses have limited space, so the supply of products there is also limited.
 - About the "Han" system of organization and collective purchase: Until the early 1990s, group deliveries were the primary delivery method. Today, of the approximately 400,000 members, about 60% (240,000 members) are in individual deliveries, 20% (80,000 members) are in group deliveries, and 15% (60,000 members) are in warehouses (stores). Individual delivery is more common in large cities. Still, some smaller or medium-sized cities where individual deliveries do not yet predominate (e.g., Nagano and Shizuoka prefectures and the Tohoku region) use mainly group deliveries. **At the operational level, the Han system** has

a Delivery Unit (which is in charge of the efficiency of the delivery); a Management Unit of the Organization (group meeting to exchange information and opinions about the activities of the cooperative, each subdivision (regional organization per administrative district) has the right to one vote in the convention and is the body that elects the members of the subdivision (in the individual deliveries each member has one vote); and finally, the function of the smaller local community, which in addition to the cooperation activities, also performs an exchange of information and mutual aid.

- About the warehouse: the warehouse is a small-scale store, and there are a total of 40 stores in the prefectures of Tokyo, Kanagawa, Saitama, and Chiba; besides, each store has about 1,500 members in its commercial area (within a radius of 1 km).
 - Meetings and criteria to agree on prices: The association's principles are "equal benefits or fair relationship" and "guarantee of production prices." They agree on how much they will pay the producer; this value is decided through a meeting, which must cover production costs. Usually, the profit margin is slightly higher than ordinary producers; as the information is transparent, it is determined whether the price will be fair or not for both parties. This mutual agreement process is very different from the rest of the producers who must submit to the decisions of the large distributors.
 - Seikatsu Club manages self-standards such as Agricultural standards; Livestock farming standard; Fishery standards; Processed food standards; Standard of daily necessities; Container and packaging standards; and Voluntary Standards for Energy Saving and Energy Creation. Voluntary standards are a kind of participatory assurance system in which members visit the production site.
- The demand in the pandemic has grown by 120 or 130% for two reasons: a) the need of food delivery; b) the reduction of imported food.

Figure – 19. A “Han” meeting of Seikatsu Club



Source: <https://seikatsuclub.coop/>, 2020

Reflections

- It can be concluded with this model that: 1) it changed from safe consumption to collective critical consumption; 2) it is possible to massify the entire production cycle; 3) with the redistribution of costs, the fair payment to producers is improved; 4) the organization allows a jump in terms of political activity; 5) collective and organized food consumption is re-staggered to that of social services management, taking advantage of installed capacity (infrastructure, logistics and organization). From this process, it can be deduced that with a critical consumption, a process of active territorialities puts pressure on daily life. In this case, consumption would trigger active citizenship; What limitations would this model have in Latin American context?
- If the group's structure is declining, do you think it is related to changes in daily life in urban areas? As most women were housewives until the early 1990s, they could carry out brigade activities during working days. Today, most women work (full or part-time), making it difficult for them to participate in group activities. This change in the organization led to a decrease in the number of area or regional leaders (who coordinate exchange activities among consumer-members and producers). Still, now it is done with the most active members in the warehouses or individual distribution. Currently, 1 or 2 percent are area or regional leaders (4,000 or 8,000 people), of whom 100 leaders attend meetings to decide product prices with producers (MAEDA, 2020).
- I understand that the key to the Han System is neighborhood-level organization. Suppose this mechanism of pre-order collective purchase organization disappears completely. How would the consumer group's integration activities and the other social assistance services associated with this system be maintained? Besides, various mutual aid activities are currently institutionalized at the prefectural and branch levels. But it is even easier for the Han to carry

out complementary activities because they are closer to each other (MAEDA, 2020).

b) Palsystem Group

- Palsystem Consumers' Co-operative Union (Palsystem Group) "is engaged in the merchandise delivery service business, primarily for foods, as well as in the mutual-aid and insurance business, the welfare service business, electric power business, and others" (pal.or.jp, 2020). According to Mr. Yutaka Nasu (2020), the manager of the procurement department. Initially, PalSystem was an aggregation of small-scale cooperatives (16 cooperatives, now ten cooperatives in eight city halls in Tokyo) in the Kanto region linked through the joint purchase of private brands and other products. However, we were a latecomer to the system and the scale of our business was small. In addition to slow growth in membership expansion, we were under pressure from the Japan Cooperative Association's policy, which aimed to consolidate operations into "one cooperative per city hall." To break this problematic situation, we introduced individual delivery. Three cooperatives introduced this system on an experimental basis in 1990, and in 1993 the Tokyo Metropolitan Co-op Association (the predecessor of the PalSystem) launched a large-scale initiative in response to the introduction of this system.
- Before 1990, the business was based on group purchasing, but as the employment rate increased, it was necessary to switch from group purchasing to individual purchasing. Since 2000, the Internet environment has been improved, and since 2010, subscriptions have been made in a smartphone environment and we have a complete ordering system (NASU, 2020).
- Four principles of PalSystem:
 - 1) the producer and the place of origin must be known; 2) the production method and shipping patterns must be clear, and the history of production must be known. Organic, special, and conventional cultivation methods depend on the production area; 3) aiming to agriculture that respects the environment and recycling resources; 4) interaction between producers and members.
- Consumer Profile:
 - **Number of members** for 2018: 1,570,000 (has been growing); **average age**: 52.8 years; **family composition**: married couple + children: 54.3%; married couple only: 24%; the average number of children to support is 0.94 (average that includes homes with only married couples); **most of the enrolled are women**; average **annual income** is 6.42 million yen; **motivation to join**: a) security 38.3%; b) assortment 16.1%; c)

convenience of delivery 10.7%; **reasons for withdrawal** a) time to go shopping 33%; high price 27%; e) high rates and delivery rates 26%.

- Food production and self-sufficiency (in percentage) by items:
 - a) beef, pork, and chicken: production rate beef 92.2%, pork 93.4%, chicken 100% and a total of 9,869 tons of fodder rice grown domestically was used; b) vegetables: 100% domestically produced, domestic fruit 77.3%, import 22.6% (difficult to produce domestically, bananas, avocados, etc.); c) milk: 100% domestic and produced directly; d) eggs: produced domestically, 100% direct from the farm.
 - “We believe that self-sufficiency is the basis for solving hunger and malnutrition and that it is important to build a community-based food system. We will promote local agriculture to recycle resources to sustain the local community and the coexistence of production and consumption in harmony with the ecosystem. Establishing national food self-sufficiency policies is the surest way to break the predicted global food crisis, and it is the responsibility of each country, as a member of the international community, to give the highest priority to achieving this goal” (NASU, 2020).
- Certification or quality standards at Palsystem Group work:
 - Since 1999, Palsystem has held 141 public confirmation meetings for members to check for themselves, with a total of 400 participants from 6 regions in 2019. This is a bipartisan certification for producers and consumers.
- Regular activities are carried out to improve the participation of Palsystem Group members:
 - In the fiscal year 2019, a total of 431 sessions with 16,518 participants were held.
- How was the cooperative affected or benefited by the pandemic situation?
 - In the April-June 2020 period, the number of users increased by about 11%. Orders from union members rose 28% on average and 40% at peak hours. However, the distribution center's capacity was greatly exceeded (increased 128.5% compared to the same period of the previous year).
- On participation in renewable energy in 2018:
 - Forty-six power plants nationwide in 31 production areas: 32 solar power generation; 4 biomass power generation; 9 small hydropower generation; 1 geothermal power generation (pal-system.co.jp, 202).

Figure – 20. Support Groups -the Saitama Children's Cafeteria Network



Source: <https://information.pal-system.co.jp>, 2020

Reflections

- Has Palsystem Group triggered increased consumer interest in production and increased environmental, social and political activism? 1) One example is the supply of surplus fruits and vegetables that are inevitably generated to improve poverty and disparities, which are social issues, to organizations that support the needy, such as children's canteens and food banks with which the member cooperatives collaborate; 2) We participated in protest activities and study sessions together with the TPP Negotiating Group and the Executive Committee of the National Joint Action against the Trans-Pacific Partnership (TPP) (NASU, 2020).
- What do you consider are the main elements needed to form a citizen with ethical, responsible and critical consumption criteria? What role does co-production play in this aspect? Do you think that these co-production practices can trigger better governance processes over the agri-food system and consumers' political participation? Including consumers, we have a say in the country and the government, including energy, agricultural policy, and approaches to poverty, but we do not take a stand on political participation (NASU, 2020).

3.2.5 Urban Agriculture

- General context:
 - In Japan, there was a definitive change in population distribution in 1960, when the most crucial internal migration since the modern period took place, from the overall growth of the urban population from 11% in 1898 to 78% in 2000. In 1970, cities employed 80.5% of the total workforce (FLORES URUSHIMA, 2015). Currently, there is a large concentration of the urban population. In 2015, the metropolis of Tokyo alone had 13.52 million inhabitants (Also, the population density in Tokyo Metropolis was the highest among Japan's prefectures, at 6,168.7 persons per square kilometer), which along with the prefectures of Kanagawa, Osaka, Aichi, and Saitama accounted for 36.4% of the total population (STATISTICAL HANDBOOK OF JAPAN 2019).
 - This dizzying economic growth, which was concentrated on the Pacific coast, caused these economies of scale, in the absence of any control, to triple their emissions of toxic gases and industrial waste during the 1960s (AVELINE, 2007).
- Urban agriculture, beyond its contribution to the food supply, also has a clear role in environmental regulation and contributes to urban sustainability (ODA et al., 2018; MCCLINTOCK, 2010). Although, maintaining urban agriculture activity is generally not the option that brings the most economic benefits, so professional agricultural activity ends up being replaced by urban vacuums or other land use activities, such as informal urban agriculture (ODA et al., 2018; HARDMAN and LARKHAM, 2014).
- These are some elements of analysis of a study carried out between 2007 and 2017 on the use and transformations of urban agriculture in the city of Kyoto (in ODA et al., 2018):
 - Kyoto City has 2,500 hectares of agricultural land for commercial use, representing about 3% of its total area. It is a city with a long history of local agriculture and a variety of practices surrounding local agriculture. Urban agricultural land use in the Kyoto basin area in 2017 amounted to about 1,695.72 hectares, with rice fields (995.03 hectares) and dry fields (609.04 hectares) making up the bulk of the area. Kyoto's agricultural land is located in outlying residential areas (see Figure 20).
 - The Kyoto basin had an annual decrease of just over 1% of the area devoted to urban agriculture between 2007 and 2017. This decrease occurred in converting dry fields and rice paddies to non-agricultural land use types, of which 40% was destined for residential use and 28% for the wasteland.

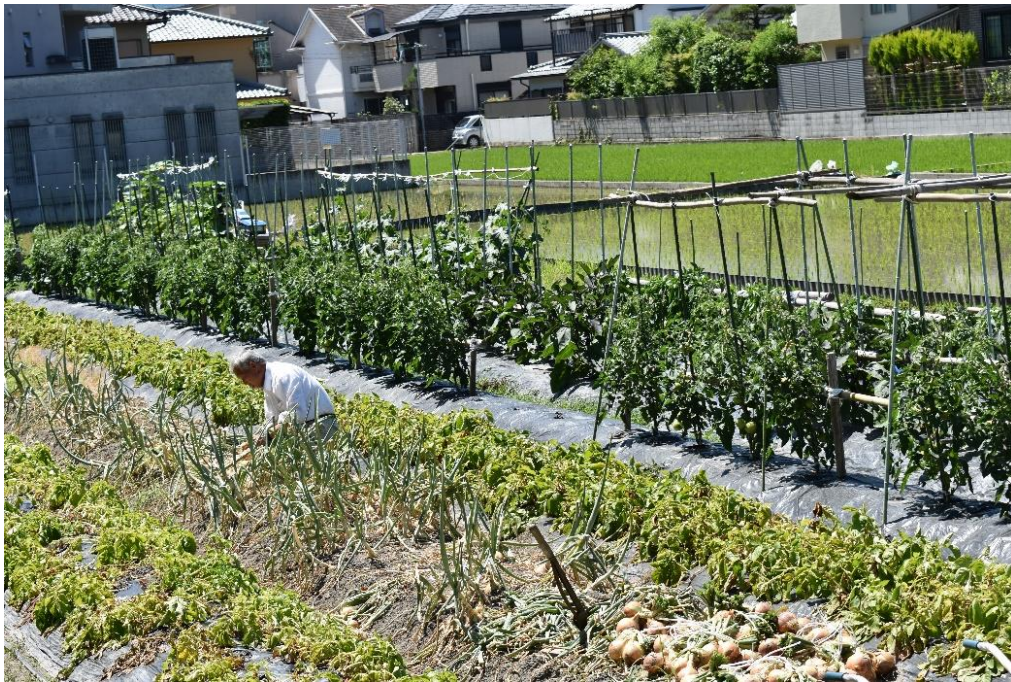
- One of the main factors the study points out is indirectly linked to agricultural land policies, particularly the Productive Green Land Act 1974-2022, a law that preserves agricultural land by reducing the tax burden. This law, which is about to expire, requires the active use of land and prohibits land sale for non-agricultural uses, which allows for stable land prices and the preservation of agricultural activity in urban spaces (TERADA, 2017). Even if in 2017, the permitted forms of land use were expanded. In 2018, a system of productive green areas was put in place that extends the initial 30-year period for the sale of the properties to the municipalities to 10 years to conserve this farmland (MAFF, 2017). The outlook does not seem very encouraging in Kyoto, where the lack of planning in this regard is reflected. In addition to that, urban agriculture in Japan is more for subsistence (unlike other countries where this activity may be better linked to other projects or social movements) and not for large-scale exploitation, making urban agriculture in general not a priority on the national government's agenda.

Figure – 21. Growing a rice field in Shugakuin area, Kyoto



Source: ALZATE, 2020

Figure – 22. older adults farming in urban areas, Kyoto



Source: ALZATE, 2020

Reflections

- How does urban agriculture relate to a moral and religious code of preservation and respect for ancestors that seeks to maintain activities once carried out? This sense of conservation of agricultural activities, regardless of the reasons, can be seen in a survey conducted among urban residents, which revealed that 73.1% of respondents tried to maintain urban agriculture and farmland (MAFF, 2017).

3.3 The origin and transformation of AFNs in Japan, the end of an era

The idea of this chapter is to show the close relationship between the roots of Teikei and the formation of organic agriculture in Japan, as well as the diverse experiences and networks that have been formed over time. In this way, it proposes to place the decline of Teikei as a turning point in understanding the heart of modern Japanese society's transformations and, with it, of the networks themselves. This distinctive point leads us to identify the central question of this research: What differentiates the AFNs formed in Japan from other networks formed in other parts of the world, such as Brazil and Colombia? First of all, let's look at some general characteristics that determine land use in Japan, its distribution and economic articulation.

3.3.1 General conditions of land use, distribution, geography and economy

Japan is a land made up of mountainous regions representing about three-quarters of its total area, so the forest area in 2017 was about 70 percent of the total area (25.05 million hectares). Together, forests, fields and agricultural land cover about 80 percent of the nation, of which 5 percent (19,000 square kilometers) is developed land. Although the average size of Japanese farms was 1.5 hectares in 2013 (excluding the Hokkaido region), a relatively small size compared to other countries has been a significant employment source. However, its agricultural, forestry and fishing industries are employing fewer and fewer workers, rising from 10.4% (5.77 million people) of the total number of people employed in 1980 to 3.4% (2.21 million people) in 2017, and a reduction in the share of GDP from 3.6% in 1980 to 1.2% in 2017. The cultivated area was also reduced from 6.09 million hectares in 1961 to 4.42 million hectares in 2018. (STATISTICAL HANDBOOK OF JAPAN, 2019).

Some data on self-sufficiency in Japan's food are also important for characterizing the country's agricultural sector. This ratio of food self-sufficiency measured based on calorie supply has shown a downward trend since 1980, with a self-sufficiency ratio of 53% to reach 38% in FY 2017. In the fiscal year 2017, that ratio of self-sufficiency by item (based on weight) was "100% for rice, 14% for wheat, 8% for beans, 79% for vegetables, 39% for fruits, 52% for meat, and 55% for seafood" (STATISTICAL HANDBOOK OF JAPAN, 2019, p. 62). Despite that, Japan is also an exporter of agricultural products. Among the main export products that registered rapid growth in 2018 concerning the previous year are chicken eggs, sweet potatoes, strawberries, beef, and apples. Besides, exports to China registered substantial growth, replacing the United States as the second-largest export destination for Japanese products. For example, compared to the previous year, rice exports to China increased by 75.8% (MAFF, 2019).

In terms of population, people born in the first "baby boom" period (1947-49), who today are between 69 and 71 years old, occupy the majority of the population, within which, the segment of 65 years and older in 2018, represented 28.1% of the total population, and with a growth projection for 2060, which will reach 38.1%. With a birth rate that decreased towards World War II, the outlook has become quite worrying. Regarding the age distribution of commercial farm household members in 2015, 63.5 percent were 65 years or older (STATISTICAL HANDBOOK OF JAPAN, 2019). It is important to remember that part of agriculture's survival, as discussed in the previous chapter, depends on income from off-farm activities, which concerning agricultural activities themselves, represents more than half of total income.

From the Statistical Handbook of Japan, 2019, it is possible to reveal how the Japanese economy creates production values and generates employment. According

to the Ministry of Agriculture, Forestry and Fisheries of Japan (2007), with almost 12,000 farmers' markets in Japan, agricultural markets account for only 10% of the distribution of all agricultural products (increasing in some regions to 30-40%). According to Parker (2014), sales in Japan are especially among small retailers and hybrid spaces are configured that coexist in urban space with other forms of commercialization, as well as allowing the joint work of small productive units that through organizations claim these spaces and the processes that underlie them. Furthermore, as mentioned by IIZAKA and SUDA (2010), in these agricultural markets, there is not as strong connection between farmers and consumers as there is in the UK or the US; however, these farmers' markets are no longer considered marginal, being part of the alternative food movements.

It is important to remember that at the beginning of the industry, the food and beverage processing branch was already fundamental; besides, this economy extends to the "wholesale and retail trade." In terms of the number of establishments by the major groups in the Japan Standard Industrial Classification, the category "wholesale and retail trade" is the largest with 1.4 million establishments, in addition to being the sector that employs the most people within this classification, employing 12 million people, with sales amounting to 500.79 billion yen, representing 30.8% of the total of all industries. This census is quite revealing if we take into account that activities in the tertiary sector such as information and communication, finance and insurance, transportation, scientific research, or even construction in the secondary sector, for example, exceed the number of establishments and people involved in wholesale and retail trade, besides being the most representative activity in Gross Domestic Product by Type of Economic Activity in the tertiary sector. This indicates where the values of the Japanese economy are contained or produced. Nonetheless, this activity (wholesale and retail trade) is a domestic economy. Although it generates many employment and values, we cannot forget that around 80% is being controlled by corporations (STATISTICAL HANDBOOK OF JAPAN, 2019).

3.3.2 Teikei, organic agriculture, and AFNs, a common origin

The post-World War II period begins immediately; the industrial logic intensifies throughout the country. Paradoxically, the same criteria of efficiency and productivity that led to the accelerated economic growth and laid the foundations of an agricultural modernization project, as the Chisso Co. and Showa Denko Co. companies, responsible for installing the chemical industry in Japan and also blamed for causing devastating effects on the environment and on human health itself. This was the case of the well-known Minamata Disease (pollutants discharged into Minamata Bay), which since its appearance in 1956, had already left at least 2,300 people recognized as affected (and another 17,000 awaiting such recognition) and a thousand dead (JOBIN, 2006; LAGANE, 2011). This environmental disaster, as well

as the smoke caused by the factories installed in Yokkaichi City (a petrochemical complex that began operating in 1959 and emitted large amounts of sulfur dioxide released into the atmosphere until 1972) and Kawasaki City (MICHIO, 2010), can be considered as symbols and starting point of social movements in Japan.

The 1960s and 1970s marked an unprecedented moment that led to the emergence of several organized initiatives that sought alternatives to contaminated food, including some of these chemicals were found in breast milk, which triggered the organization of Japanese mothers who would form the first consumer cooperatives. As Shinji Hashimoto-San (2020), a member of the Ichijima Organic Agriculture Association, explains, it was the Christian church in Kobe that formed Japan's first consumer cooperative and then spread throughout Japan. These organized consumers, concerned about their families' health, began to organize with producers to seek an alternative to industrialized and polluting agriculture. In this way, as Orito (2013) says, the Teikei were born as a response to the modernization of Japanese agriculture and its consequences. The emergence of the Teikei is a form of collective mobilization that arose in response to the ideology that remained during Japan's reconstruction after World War II (LAGANE, 2011).

One could say that the history of Teikei is itself the history of organic agriculture in Japan and the origin of CSAs. The concept itself is straightforward since Teikei is translated as "partnership" between farmers and consumers, especially relationships of reciprocity and trust. As Hashimoto (2008) says, the Teikei system emphasizes the ecological aspect of agriculture before the technical part and crop diversification, geographical proximity, which promotes bonds of friendship, mutual understanding and reduction of energy costs. According to Hatano (2008, p. 22), "at least one US researcher has confirmed that Teikei in Japan was first introduced in Switzerland, and then, after expanding there, it was brought into other parts of Europe and the US," this model will be called Community Supported Agriculture (CSA) and will expand to North America. This concept will be reintroduced in Japan through an Environmental White Paper published in 1999.

In 1971, a group of consumers, scientists, scholars and farmers came together to form the Japan Organic Agriculture Association (JOAA) (MCGREEVY and AKITSU, 2016), accepting the call of Ichiraku Teruo (1906-1994), founder of the JOAA, who inspired by the Teikei, began to organize seminars, workshops and annual meetings to promote and disseminate organic agriculture, as well as the formation of a space where other farmers could share their experiences and articulate with potential consumers, in this way arises this association as a place that would become central to organic agriculture and the Teikei movement itself. (KONDOH, 2014; JOAA, 2010). In 1978, from the General Assembly of the JOAA, the Ten Principles of Teikei were created: 1) Principle of mutual assistance; 2) Principle of intended production; 3) Principle of accepting the produce; 4) Principle of mutual concession in the price decision; 5) Principle of deepening friendly relationships; 6) Principle of self-distribution; 7) Principle of democratic management; 8) Principle of learning among

each group; 9) Principle of maintaining the appropriate group scale; 10) Principle of steady development (JOAA [1978], 2010).

Ichiraku Teruo noted that “organic agriculture based on Teikei has boundless implications” (JOAA, 2010, p. 6). He said that organic agriculture went beyond merely having crops free of chemical fertilizers, that what was sought was to change the world, about the independence and autonomy of the individual, free from a society that reveres mass consumption and production, as well as agricultural modernization in the hands of multinational corporations that lead the control of food and agriculture (JOAA, 2010), “Teikei is not merely a different way of distribution, just as organic agriculture is not simply the methods (techniques) of farming or producing. Teikei is a holistic system that has the potential to change the future of agriculture” (JOAA, 2010, p. 6). As it will appear later, this aspect is of utmost importance to understand how the decline of the Teikei shows, in its philosophy, an incompatibility with the project of modern society (reproduction of profit and not of life). This effort to promote organic agriculture between 1970 and 1980 was carried out almost exclusively by a civil society organized in collaborative and voluntary movements without support from the Japanese government, only with the help of the JOAA, which was of fundamental importance in formalizing, promoting, and articulating the efforts of the Teikei (NAKAJIMA, 1997; KONDOH, 2014). During its beginning, the real interest of the JOAA was the permanence of the Teikei outside the rules-driven by industrialization and the market and the mutual understanding and commitment of the consumers to work together with the producers and in search of a common working interest (MCGREEVY and AKITSU, 2016).

During this period (1970-1980), organic agriculture began to gain strength, developing agriculture and organic products distributed through different marketing channels, such as supermarkets and specialized stores. Paradoxically, this resizing and diversification of organic agriculture would contribute to the exhaustion of the Teikei model (LAGANE, 2011), especially in terms of staggering, intermediation, diversification of individual consumption, and standardization of organic products.

During the first half of the 1980s, the Teikei reached their peak in terms of membership and distribution. However, a decade ago, most of their consumers were located in metropolitan areas. From 1980 onwards, they would also move to the suburbs and medium-sized cities of rural Japan (KONDOH, 2014). In 1993, one in four Japanese households was affiliated with a Teikei (casi 16 millones de personas) (LAGANE, 2011). An example of the impact that this system has had not only within Japan but also internationally is the formation of Urgenci, an International Network of Community Supported Agriculture that was formalized in 2008, which began with the objective of internationalizing the Teikei model, working together to support and connect small initiatives such as CSA from an alternative economic approach called 'Local Solidarity-based Partnerships between Producers and Consumers' (LSPPC) (DUNCAN and PASCUCI, 2017).

3.3.3 A first approach to the decline of the Teikei

It is not clear how many Teikei there are today, but it is known that since the second half of the 1980s, both the groups and their members have started to decline. According to a statistic made in 1990, 238 groups responded to this; in 2009, only 46 groups responded to the survey (Matsukata 2008). Clearly, from this decade onwards, there was a diversification of local cooperatives and large corporations that began to sell organic food. Indeed, the latter established other relationships different from the relationships promoted and practiced by the Teikei. Nevertheless, this new generation of consumer cooperatives did take up some principles. It began to establish fairer relationships with farmers and respect for the environment, although these were always less direct and mediated.

As Hatano (2008) explains, the growing trend of consumer interest in organic foods has been increasing as part of a global trend; however, ironically, in Japan, the trend of Teikei has been decreasing. Greater diversification of the agents involved and the marketing channels has prioritized the organic product over the consumer-producer relationship processes promoted by the Teikei.

According to Hatano (2008) on some reasons that could explain the decline of Teikei, the author offers five reasons: 1) loss of active civil society and the presence of social movements; 2) loss of consumer cooking skills and motivation; 3) emergence of an organic market; 4) lack of future vision and ability to adapt to the times; 5) women entering the labor market.

In this regard, it could be said that the first two elements are related to changes in urban practices, such as flexibility in labor contracting, which results in greater worker mobility, as well as a more consumer-centered daily life. Another aspect to take into account, as mentioned by the author, is that this new market focuses only on healthy and safe food, without transmitting a clear idea about the processes that underlie organic agriculture, the greater power of choice and occasional consumption of these products, also influences this process of deterioration of the Teikei system (HATANO, 2008). Also, women's role in society has changed, expanding the opportunities for them to enter the labor market. This phenomenon has led to the dependence of both the Teikei and the consumer cooperatives to explicitly reveal the role that women have played in the development of this type of experience. The author also deals with aspects related, on the one hand, to changes in the population, such as an aging population that adds less time to the agricultural activity or the increasingly reduced size of families. We cannot forget that childcare has always been an incentive to maintain healthy eating within the home. Still, it is undeniable that the certifications promoted by the government through the Japanese Agriculture Standards (JAS) have generated a process of standardization of organic agriculture that had never been part of the reality of Teikei's practices, which have been based on relationships of trust and not on certifications from third parties (HATANO, 2008).

Hatano (2008) highlights the idea that society has changed as a whole and that the Teikei have not known how to follow the generational changes, denoting a lack of interest among young people in both the formation of social movements and in the voluntary work needed to give continuity to the Teikei system. However, according to Hiroyuki (2010, p. 23), "not only because of the difficulty of Teikei and developing alliance, the reason why Teikei is not widely accepted in the modern world is because the capitalist economic system itself rejects Teikei." On this last point, we will base the following chapter.

3.3.4 The hidden face in the decline of the Teikei

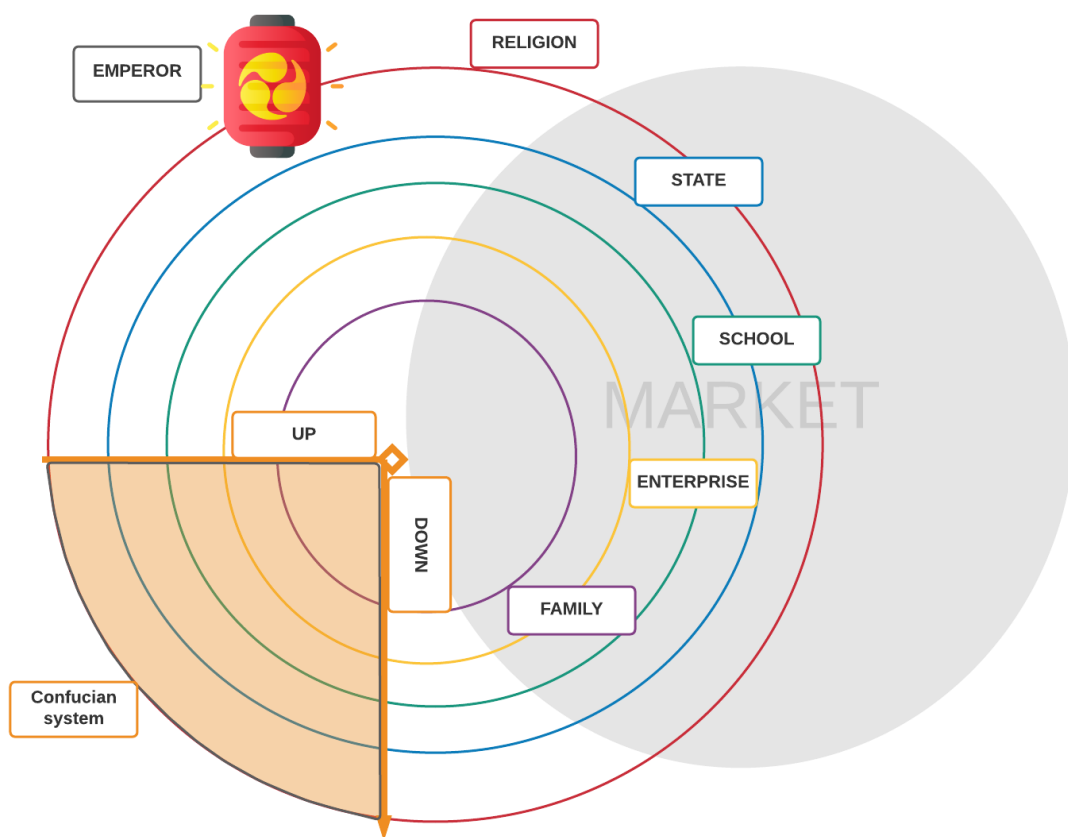
This chapter intends to leave some points of reflection on the exercise of discussion, which is always so necessary for any research; more than a finished chapter, it is an invitation and, at the same time, a provocation, so that the debates become more and more decentralized and thus can dialogue with other realities, other points of view and other disciplines. This chapter is the second part of this report. The first part was intended to understand the countryside as a negatively determined dialectical condition of that which has been called "development," given that Japan's commitment to an initially industrial but always export-oriented economy introduced it into rationality that prioritized integration into the world market, with consequences on the rural-urban relationship, above all in the deterioration of local and national agricultural production, this process had and still has a cost on the unfavorable condition of the countryside, a condition that must always be understood as an integral part of that development, not being casual, occasional or consequential, but rather, necessary and organic, without which it would not have been possible to sustain that system of economic growth.

The second part, which corresponds to this chapter, is developed from three themes: 1) the "Japanese Being" in modern society and its cohesive institutions; 2) the fetishistic discourse of organic food, from food to "commodity food"; 3) the break between the political community as a foundation and the institutionalized form of delegation of power. This is intended to separate me from the conventional idea that approaches the decline of the Teikei with a false antagonism, that is, on the one hand, or the consequence of the stagnation of the Teikei, as a model, is that it did not know how to adapt to the changes that occurred in Japanese society, or, again, Japanese society did not know how to internalize the philosophical principles defended and practiced by the Teikei. On the contrary, I defend the idea that both processes are part of the internal contradictions of each society; however, this does not mean that the process as a whole is naturalized; in fact, one would expect to identify which are the spaces in which these contradictions gravitate and how the correlation of force between them and these with reality itself changes.

3.3.4.1 The "Japanese Being" in modern society and its cohesive circles (institutions)

The starting point here is that Japanese society, although not exclusively, can be read through its social structure, thus raising the question of what constitutes the Japanese Being? The research itself was guiding the answer to that question; still, it is only one way because one does not have the resources in this short and limited research to answer that question in depth. In this way, it was decided to simplify this Japanese Being within the modern society based on its institutions or circles of cohesion, which in themselves are spaces of reference that make it possible to reveal the place that each individual finds in Japanese society. Since it is considered that, unlike other societies, Japanese society has a very well-defined structure, it was decided to take this path. Finally, when I talk here about institutions or circles of cohesion (Figure 23), I am referring to religion, Confucianism, the state, school, work, and family, thus starting from the argument that as society as a whole change, its circles expand or shrink, some become more central than others and some are more easily instrumentalized, serving a specific national project or determined by an increasingly influential global scale.

Figure – 23. Social structure by circles of cohesion



Source: ALZATE, 2020

The founding myth in Japan is fundamental and is directly related to **Shintoism**, giving Japan an image of uniqueness and affirming the unique roots of the Japanese people, a territory and a lineage that is earthly linked to the emperor and consequently to Amaterasu, the goddess of the sun. It is clear that Buddhism has been fundamental in the culture and history of the country, but it is the recovery of Shintoism that allows a cult of the ancestors as part of universal harmony so that over time Shinto and Buddhism will leave aside the old rivalries and become an integral part of Japan (SAKURAI, 2016).

Nevertheless, this institution, which is religion, becomes more important through the figure of the **emperor**; according to Sakurai (2016), before and after the Meiji Restoration (1868-1912), his figure had not changed and remained more as a symbol (enshrined in the constitution of 1889, as sacred and inviolable, a heavenly sovereign) than a political figure, however, after 1868 the symbol of the emperor becomes the center of the life of the Japanese nation, remember that in the previous period, the Tokugawa shogunate (1603-1867) privileged the figure of the Shogun and not the power of *tennō*. As the author explains, this fact often led to collective efforts being made in the name of its glory, being mistaken for the Japanese people's achievements. If we imagine the institutions of cohesion as circles, I suppose that the symbol of the emperor could be placed outside them, acting more as a "lantern" guiding the Japanese people, as a hybrid "concept" between the heavenly and the earthly, almost as a "hinge" element articulating all other institutions. So important is the emperor's figure that Emperor Hirohito was not condemned after Japan's defeat in World War II, thanks to General McArthur, who opposed his judgment by going against the occupying forces. Thus, in 1946 the emperor renounced his divine condition, which did not mean abandoning his status as a symbol of the people's state and unity.

Another element that should be taken into account to understand the connection between the foundational myth marked by Shintoism and the State's role illuminated by the symbolic figure of the emperor is the notion of collectivism. There is no doubt about the power that this word has in the collective imaginary of Japan and abroad, almost that there is a synonymy between the Japanese miracle and the articulated collective work. The Meiji period is characterized as the historical moment in which Japan opens itself entirely to the world. Let us recall that from 1639 onward, no foreigner could enter the country, since Japan was commercially and culturally isolated from the outside world during that period (1603-1867) that is until the arrival of Commodore Perry (in Edo Bay) in 1854, who commanded the U.S. ships to demand the opening of Japan. As Sakurai (2016, p. 283-284), the Japanese opening implied taking a great risk, the westernization and I get to adopt individualism, that's why the emperor was so important because this "was in the center of a system around which all the other circles gravitated, thus creating a circuit of duties and obligations of moral and religious nature," Any transgression in this sense was a betrayal of the nation and, therefore, of their ancestors, so "this formula was effective because it linked each individual to the family circle, school, work, and explains the devotion with which the

Japanese dedicated themselves to fulfill their role as subjects of the emperor who descended from the gods." In other words, collective duty is an asset that can be capitalized on, sometimes through more repressive control apparatuses, as used during World War II, but always from a deep conviction of duty as a collective benefit. I will return to this argument later because, in part, the circles of cohesion are functional to the entire system to the extent that they do not escape from the social and political control exercised over them, that is, "from the feudal era until the twentieth century; rural communities maintained their balance based on the obedience of each person to the rules of the community." This feature will be decisive in understanding the role of AFNs in Japan on the stage of their political action.

Many things can be inferred about the collective. Still, it is practically an indisputable fact that both the reconstruction of Japan and the rural communities have been done collectively. Although, this historical fact should not be confused with the capitalization that can be made of the cohesion that constitutes that collective, especially when the concept of "collective" is not always so clear and does not necessarily always translate into a common benefit. According to Sakurai (2016), the idea of an associative system in the villages was reinforced from the Tokugawa, mainly because it was necessary to maximize the available resources. Cooperation was the most efficient way to do it, especially when, during this period, taxes became difficult to be assumed only from the family unit's labor force. Hence, cooperation circles in the villages became essential for the survival of the community. According to Sekine and Bonanno (2016), within rural settings, solidarity and collaboration were present in the form of patterns of cooperation, reciprocity, and consensus in decision making and would remain a culturally based behavior during the post-war growth to the challenging context of neoliberalism. As the authors cited above explain, members of the agricultural and fishing communities employ a different form of rationality that is collective in nature. This social group cohesion, based on various experiences, such as the Teikei system, says Mcgreevy and Akitsu (2016), is a valuable resource when comparing studies where societies are more individualistic.

As part of the hypothesis that has been put forward, we must take into account that the institutions that function as nuclei of cohesion have been displaced from their original matrix, the family, to focus on work (the "Company," rather than as a reality, a symbol of the collective imagination), this space constitutes the place that each Japanese person occupies in society. Once the main matrix of cohesion has been displaced, the elements of cohesion can be instrumentalized to readapt them to the new world order; in other words, obedience, discipline and loyalty to higher hierarchical levels that respond to a duty to be in society can be redirected and capitalized on as elements serving a particular interest, for example of a corporation, so that this interest is often clothed in a dubious image of collective benefit and false reciprocity. In this aspect, from the Meiji era to the first decades of the Showa era (1926-1989) it could be summarized as a period in which the work of an entire nation revolved around a great objective, a project for the nation, and therefore demanding personal sacrifices

from the population, that could affect the family structure or displacement from the places of origin, were more than justified; however, society changed rapidly and the position that one had within any circle of cohesion, has become increasingly uncertain and dependent on personal merit over the group (SAKURAI, 2016). This happens because, in part, as the market becomes the leading institution of cohesion, it grows so much that all the others are subsumed by it (forming part of a new totality), so that work as a privileged institution is reaffirmed as a more significant space of reference. This space will be guided more by the logic of capital reproduction than by community or cooperation projects.

There is another institution that creates a set of moral and political-ethical codes, **Confucianism**; this doctrinal system that comes from China (around 500 BC) and is based on the belief that there can be in practice a harmonious relationship between the forces of nature and society, came to Japan from Korea in 285 AD and was incorporated into the government from the beginning. This current of thought, which believes that it is this harmony with divine laws that are part of society that ensures justice, goodness and happiness on earth, will have a profound relationship with the role of benevolent governments, which will regulate a harmonious coexistence among human beings (SAKURAI, 2016). According to the Doctrine of the Meaning of Tzu Ssu, grandson of Confucius, wisdom, compassion, and courage are three universally recognized moral virtues which compose, together with the five duties of universal commitment: between the sovereign and the minister; between the father and the son; husband and wife; elder and younger brother and between those united by a relationship of friendship, the fundamental principles of Confucianism (Apud SMITH, 1973).

At the historical level, Confucianism would gain much strength, either by ensuring social order through the obedience of society during the Tokugawa shogunate, not only within rural communities but also with the emerging figure of the merchant who gained importance over social stratification by embodying values such as obedience and hard work, even from mistrust of the strange, or during periods of economic growth based on industrial society, in which the loyalty of workers and citizens was channeled into a system of social control. These values will also be capitalized within the emblematic figure of the samurai, which would become a symbol (as an idealization, no longer as a concrete character after the Tokugawa period) of sacrifice, discipline, obedience, and loyalty (as part of its code of ethics, the bushido or way of the warrior) that would favor the must-be of the Japanese citizen and as part of the construction of national identity and later within companies, schools, pop culture or any space that required it (SAKURAI, 2016; SEKINE and BONANNO, 2016).

Within the hypothesis surrounding this theme, one could think that, on the one hand, the sense of community, conceived within the limits of hierarchy and loyalty, allows for internal articulation, that is, within each circle of cohesion, but, on the other hand, the new freedom of the individual, which is a concern that comes with the newly incorporated Western values that embody the equal rights of citizens before the law,

would be limited to mobility between circles, in reality, the principle of "belonging" (which allows for cohesion and a place in society) will never be radically altered. In my view, this is the initial translation of the principle of individual freedom coming from the West. Based on Sakurai (2016), it would be the belonging and circulation that takes place within the circles of cohesion that constitutes the new freedom without compromising the codes of hierarchy and loyalty and, above all, it is a principle of preservation of the role and place that each individual occupies in society, even though such group and community cohesion are less and less assured within the instability, competitiveness, and individualism proffered within the new patterns of the capitalist market. Thinking about human capital is very propitious because it capitalizes, that is, it is a "resource" that instrumentalizes the principles of "Japanese Being", this same human capital that helped in the reconstruction of the country, as well as in the economic growth of Japan, when the common starts to be less common, as it can be observed in the neoliberal context what is capitalized in reality is a subject of exploitation at the service of others.

In this context, the institution or circle of cohesion gaining more relevance within the new patterns of modern Japanese society and the vast majority of societies is **work**. However, in Japan, this institution, materialized in the company's figure, goes far beyond a simple workplace. Long before the reconstruction of the country, but above all, after it, that the hard work with its exhausting hours, low wages and even mistreatment, was justified in the name of the welfare of the family and the country and was expected commitment, dedication, and sacrifice by all workers. The companies' dedication and loyalty were matched by the companies, which assured lifetime jobs, economic retributions and other guarantees in exchange for sacrifice and adherence to its philosophy. From a more sociological point of view, there is an emotional connection with the job that makes it almost an extension of home, so that to stop "belonging" to this space is not only a blow to self-esteem, it is to lose the place it occupies in Japanese society (SAKURAI, 2016). As Fielding (2004) analyzed, the social position of a home and the family's reputation were based on the man's work. On the contrary, the house will always be a private space that should not be mixed with work.

Two elements could serve as a reading key to understand the importance of work in Japanese society: 1) Confucianism as a mechanism of regulation and self-control, that is, as a mechanism of subjection and subordination, so that the "top-down" is entirely effective in clearly defining the place that each individual occupies within each circle of cohesion (as they appear in the obligations of Confucianism); 2) leaving this institutional form, is to stop occupying a space in Japanese society. This is what I will call the dialectic of in/out: outside the space of reference, there is no longer a place in society; once the subject of the community is annulled, the value of the social individual is also annulled.

These two aspects mentioned above and the arguments already made about collectivism are of great importance for analyzing AFNs. As Sekine and Bonanno

(2016) explain, acts of resistance are only understood within the cultural parameters that distinguish Japanese society from other societies, i.e., just as labor relations have historically restricted such resistance through the phenomenon of "companionism" and loyalty serving the stability of labor relations, As with society as a whole, there is also some loyalty to the government in rural communities and, as will be discussed below, this political action, which is related to vertical struggles, will make all the difference when comparing different case studies.

Another institution of great importance for the maintenance of the codes of coexistence is the **school**. Since the Education Edict in 1890, education has become more crucial for the construction of a new model of country, in which, from the principles of Confucianism, the maintenance and development of the empire is expected, promoting in the school discipline and obedience, as well as the traditional values of Japan. It is not my intention to go into too much detail, but, as in other cultures, the school has had a dual role in society, either as a center for the maintenance of some ideology, or even social alienation, as well as space where the arts and knowledge are cultivated. The only aspect I would like to emphasize is that education is the most effective means of preserving the entire system. The principles of "Japanese Being" have depended even more on this space as families spend less time on their children's education (SAKURAI, 2016).

Finally, it is essential to clarify that the **State**, even as it enters into this proposal for analysis, was not addressed directly since it is being addressed indirectly. Having explained this point, the last circle of cohesion under discussion is the **family**. Part of the hypothesis that I am defending is that the family, as a fundamental figure in the reproduction of society, has been less central in Japanese society for some time, as its size decreases and work, for example, in its concrete but also symbolic form, represented by the company, expands as a larger circle of reference. This happens because social relations become mediated and socialized by market relations within the rationality of profit and consumption.

In 2015, 65% of the households in Japan were two or more people, and 35% of the households were of one person. Also, in the same reference year, the number of household members has decreased to 2.33 people per household, and 40.7% of the total households have household members aged 65 and over (STATISTICAL HANDBOOK OF JAPAN, 2019). From these data, it can be seen how the nuclear family is becoming less and less a reality in Japanese households; this aspect is very important in general terms when dealing with Japanese society. However, if we analyze the role of the family in a much more detailed way in the conformation of AFNs, we can list, in principle, three aspects:

1) The role of the family-scale, is summarized very well in the following sentence by Ichiraku Terou "I think the small farm is always desirable anytime, anywhere" (JOAA, 2010, p. 7); in part, this is the community-based philosophy that gives the Teikei some feasibility within the autonomous dimensions of the work. This

same size ratio, interpreting Terou, becomes more dependent to the detriment of the worker's freedom when it loses its family scale. Adding elements to that vision, one can start from the assumption that the larger the scale, the more complex the system becomes, and when this happens, a process of alienation of the means of production of the rural worker is inaugurated, the more interested agents intervene in the process, the greater the need to incorporate elements alien to the original productive process, this incorporation of capital, technology, and inputs, even being part of the inserted organic agriculture "package," is a scaling up of the productive activity that changes the central axis of the activity, which in the Teikei are the interpersonal relations and not the search for profit.

2) The role of the family in Japanese agriculture can be seen in three points of post-war agri-food policy as pointed out by Sekine and Bonanno (2016), first the establishment of more democratic institutions that would overcome the old semi-feudal system in which the agri-food system was found; second, the value of the private family property as the central productive unit, in which both land and fishing rights would be controlled and operated by families and, third, the collective management of natural resources under criteria and operation decided on a community basis. The axis of each of these three elements are institutions, the family and the community. Both factors would become central to social movements in rural communities, as was the case with the Teikei, and it is from the post-war period that the separation between the community-based rural movements that embody the values of traditional Japan and the urban-industrial society that represents the precepts of modernity, becomes radicalized. In short, it is possible to defend the argument that the community principles of rural communities are based on traditional and conservative values and family work, which, as a whole, is an articulated network for managing the collective surplus so that it can be distributed through private property and regulated by a larger institutional body.

3) The role of women as the foundation of AFNs in Japan is one of the most obvious arguments for understanding the decline of the Teikei and consumer cooperatives' transformations. Hatano (2008) defends the idea that women's participation in the labor market is happening without the necessary systems to support their involvement. The author also highlights that the Teikei, by not changing the management systems, are stagnating. It should be recalled that the participation of women in the consumer cooperatives studied is a majority and, both in their beginnings and in their operation, as in the Teikei, they have been the responsibility of women, especially when in Japanese nuclear families, the health of their members was a priority, especially children who depend on optimal nutrition for the proper development of their training. According to Hashimoto (Ichijima Organic Agriculture Association, 2020), part of the patterns of westernization were accompanied by a loss of centrality of families as fundamental axes of society, the more a family fragments, the more centrality is gained by the individual, and this is contrary to the principles of tradition that support Japanese culture.

Nonetheless, I think that women's role in the reproduction and production of society has historically been relegated. And this is not only due to the role they have had inside the home, as if it was a small closed system, or outside it, for example, in light industry factories such as the textile industry at the end of the 19th century where they already occupied between 60% and 90% of the jobs and later in jobs that were increasingly more and more qualified by the gradual conquest of their rights (SAKURAI, 2016) as Federici says (2019, p. 12), "[...] the unpaid domestic work of women has been one of the main pillars of capitalist production, being the work that produces the labor force. Furthermore, the author argues that the subordination of women "[...] to men in capitalism was caused by our unpaid, rather than the 'unproductive' nature of domestic work," and that such male domination "[...] is based on the power that wages confer on men.

Women were not only part of the Japanese capitalist system in its reconstruction and times of economic growth; in fact, they were responsible for the (re)production of any labor force, that is, if, on the one hand, they sustained the conventional economic system with unpaid work, still they maintained the counter-hegemonic initiatives that fought against that system, with organized and systematic voluntary work. An example of this is the formation of consumer cooperatives or Teikei practices. The way to demonstrate the importance of the unpaid value that women produced and still produce is through the paid value of men; that is, the market system of consumer cooperatives is sustained with hired personnel, generally, men, although the majority of consumer-members are women, in other words, this alternative networks, as are the consumer cooperatives, are now sustained with paid work, while with Teikei is still voluntary work, both in the functioning of the group (also with the *Han* system in the consumer cooperatives), and, in the articulation with female consumers who maintained the home, both their reproductive relationships and the hidden face of the production of the economy, all this and more, has been maintained thanks to the role of women in society as a whole, whether in its conventional version or its alternative one, spatially and temporally coexisting.

3.3.4.2 The fetishistic discourse of organic food, from food to "commodity food"

To address this point, we first seek to briefly develop the effect of the conventionalization of organic food, as a product and as a market, that is, from its standardization and diversification of the marketing channels. Thus, we can move on to the second point of the discussion, which is the fetishism of the organic food discourse itself.

According to Hiroyuki (2010), there are currently four routes in Japan to deliver agricultural products to consumers, including both conventionally and organically grown products: 1) Market Circulation: this is done through wholesale markets. Besides, in this system, producers and consumers are completely separated; 2)

Produce Stand: generally represented by former farmers who produce modest amounts of food at low prices and which the producer assumes the production risks and the relationship with the consumer is one-way; 3) Contract Farming: often mediated by a cooperative and consumer association, contracts are made directly with producers. While this type of distribution system aims to improve producers' conditions and product quality, it is also true that increasing size has a direct cost on the relationships of proximity between the two links in the chain; 4) Teikei: This is a point I would like to introduce and I consider that in this system, social relations are more profound because it depends on them, the risk of production will be shared and decisions will be taken in by consensus since it is the criterion of co-production that centralizes the activity, food will not be treated as a commodity but as the focal point of collective work.

In the mid-1980s, organic products' sale ceased to be the exclusive preserve of alternative networks; supermarket chains began selling products purchased directly from producers through cooperatives. Of course, these new marketing routes prioritized the intermediary role they played over organic products, thus concealing the direct consumer-producer connections previously established (NAKAJIMA 1997; KONDOH, 2014). In 2000, JAS introduced an organic certification standard, with a still relatively incipient impact from the first decade since its application, since the certified organic area in 2010 represented only 0.2% of the total cultivated area in Japan (MOA 2011). Contrary to what it might imply, this process of standardization and regulation of agriculture brought adverse effects to the Teikei and the other non-certified organic farmers since there is an increase in production costs, which are difficult to be assumed by family agriculture (KONDOH, 2014). This increase in production costs is mainly because, as well as new elements are incorporated into the production process, the participation of new actors interested in the new business model as a possible lucrative new market system is also increasing (KONDOH, 2014). Also, there are two fundamental reasons; the first is that the extra cost incurred must be compensated with higher productivity or with the opening of marketing channels (which leads to a change in rationality). Second, as Teikei is a pioneer in the sale of organic food in Japan, it must be assumed, the existence of resistance to thinking that certifications are the only way to sell, especially when the reason for Teikei's practices has been the relationships of trust and reciprocity that have established a strong mechanism of social control that does not depend on the criteria of third parties that intermediate the process.

The conventionalization of organic products generates a paradox: the greater the degree of the commodification of production, the less the farmer can appropriate the values he/she himself produced, and the greater the subsumption of the agricultural output to the standards imposed by the market, the greater the standardization required, and therefore the lower the range of freedom to sell a food-dependent on the conditions of variability and unpredictability of the environment and the labor force that produced it. This commercialization process leads to a distance between the two main links in the chain, the producer and the consumer. Thus, by

imposing intermediation, the consumer gains the power of decision and choice through "payment" and not through "participation" in the production process, which unbalances the correlation of forces of both actors, i.e., the consumer's freedom to buy to the detriment of the producer's conditions and decision-making capacity, thus inaugurating the paradox, because the more "qualified" a producer is to produce organic food, the less "natural" his or her production process will be, which can no longer legitimize either the scale or the conditions that once made him/her an organic producer and different from conventional production.

As Hatano exposed (2008), the market has the capacity to fix prices and determine the quality of the product; two variables in the Teikei were agreed collectively, increasing the range of acceptability of the produced products and planning the cultivation; however, for a long time, the Teikei have faced situations of overproduction, which has not been very convenient for the consumers, even, in some consumer cooperatives the presentations in which the products come, correspond in many cases, to adequate quantities to the large families of years ago. Nevertheless, this situation has been changing gradually, diversifying, for example, in Teikei some alternative commercialization channels.

In the interview with Mr. Shinji Hashimoto (2020), several arguments may be key to support the discussion. The first is that if we compare the urban system with the rural system, both can be approached as centers of production; if there is any antagonism between these two poles, says Hashimoto (2020), "the city always wins, and the countryside always loses," because "agriculture cannot control the city, it is always forced to sell. What sells agricultural production is life, whereas industrial production produces death, as the countryside does not control, it gives a "decent life" (one could say better, a life with dignity) that cannot enter one hundred percent within the parameters of efficiency and rationalization of production. From these ideas above, it can be added that the spatial-temporal and material needs, specifically, are not compatible with the marketing system that decides on production, on what should or should not be produced, when and how to produce it; this cannot depend on the benefit of the market. The transfer of value is the result of a decision and choice exercise that is far removed from the reality (needs, scales, conditions) of the countryside, "the farmer always loses".

As if this was not enough, homogenization in agriculture is not convenient; Hashimoto (2020) defends the idea that diversity is essential, "we need a different kind of seed, we need a different kind of flower, we need a different kind of insect, and we need a different kind of human," that is "one of the reasons why Japanese social movements like the Teikei moment or other movements, are stagnating". With this, we can conclude that, since there is nothing more natural than our relationship with earth, industry, modern rationality and its various instruments used (ideological, biopolitical, epistemological, etc.) this link needs to be broken since the extractive movement is destructive, and, just as the earth only knows how to create (even natural disasters are creative sources), food is synonymous with life.

The second aspect being highlighted is the fetishism of organic foods. Without a doubt, this is not an easy aspect to be addressed, so we intend to leave here some ideas that invite future discussions on this topic. First, I will take up some ideas of Dussel (2008), based on Marx's theory of fetishism. What does Marx's re-reading of the fetish consist of? Well, Marx's subjectivity will find meaning when it meets the totemic African gods, since it is understood that a *feitiço* (in Portuguese) means "made by the hand of men," it is the untrue thing. Dussel (2008, p. 49), evidence as to the source of the idea, Isaiah: "they build the gods with their hands. They are gods that have eyes and do not see, have ears and do not hear, mouth and do not speak". In this sense, fetishism takes "[...] the thing as a person and the person as a thing" because there is living work objectified (DUSSEL, 2008, 49). Therefore, concealment persists as a fetishism because it hides the injustice of the process by not revealing the objectified life in the goods; thus, the fetishism of the goods, in this case, of the organic food, are dressed up in a certain romanticism, because what we are witnessing is a new objectification, that is, the non-identity between production and appropriation is the concealment of content (for example, the life of the family work that is behind the food produced). In short, there would be green capitalism that knows how to profit from the fetishism that surrounds organic food, intentionally emptied of all relational content.

The sale of organic food has been accompanied by an absorption of various discourses, which does not mean that some attributes of quality and environmental and labor responsibility have not been improved; however, the processes' content is always susceptible to being transformed into a marketing strategy. Furthermore, as McGreevy and Akitsu (2016) point out, some processing companies and supermarket chains are beginning to establish their own criteria of what they consider to be healthy food, and consumers are beginning to accept these criteria, which in models such as Teikei, was part of the consumer activity. According to Hatano (2008), part of the conquests of the movements that emerged between the 1960s and 1970s is in the possibility and capacity that consumers gained by asking themselves the difference between the market price and the real value of an organic product, or by not caring so much about the appearance of food that undeniably had better taste and nutritional properties than conventional food; still, since the processes of conventionalization of organic foods, these values have been lost. The rules of the market and competitive conditions and the standardization of the products have made the appearance gain more importance than the practices of coherence and legitimacy that constitute the true quality process of each food produced.

In conclusion, the producer-consumer relationship becomes asymmetrical because the power that the consumer has is to "acquire" a product (within a specific quality criterion), but the burdens and benefits are not balanced (as in the Teikei relationship), an asymmetrical relationship leads to a simplification of the producer's needs and when that original relationship is broken, the food becomes a commodity, and even though there is some recognition of the producer, the process of fetishization

is, then, the hiding of that asymmetrical relationship over the self-referential appearance of the product.

3.3.4.3 The break between the political community as a foundation and the institutionalized form of delegation of power

Another point that must be taken into account to understand the decline of the Teikei, as well as other counter-hegemonic movements, is that there are clearly little political action and involvement by social movements in Japan and, of course, by civil society as a whole. An example of this is that unlike other countries, Japan has not gained much space in institutional strengthening and policies that could support the practices of AFNs today. I believe that the struggle has focused too much on the sphere of daily action. As this depends on individuals, sometimes in an atomized way, fewer continuity and preservation structures have become common in the political-institutional arena. It could be said that, and according to Dussel (2010), the *Potentia* (the political community, from which power originates, a power still undetermined and undifferentiated) did not know how to transform the *Potestas* (which is the power delegated and instrumentalized by the institutions, where power is determined and differentiated in its empirical feasibility), a dialectical movement that has to be done from the bottom up in order to denote legitimacy. In other words, the proper exercise of democratic delegation and representation is confused with the real police community's role and the source of all power, the people. This statement seems simple, but this lack of recognition in the formation of power leads the sovereign, in a tautological way, to believe that he is the holder of the power that he or the institution he represents attributes to him. Anecdotally, it was very common to hear in interviews comments such as: "I am apolitical" or "politics for politicians," when in reality, many of the disruptive acts and demonstrations organized by social movements are themselves political acts.

The peasant struggles cannot be ignored, as well as those of different subaltern groups. Sekine and Bonanno (2016) show, from some authors such as Katsumata and Uzawa, that several revolts took place during the Middle Ages, as well as some struggles in the post-war period against the industrial model, Sakurai (2016) highlights some revolts that occurred in the first years of the Meiji government when 117 peasant revolts were registered against the payment of taxes that were happening in the new context of purchase, sale, and lease of land promoted from 1872, as well as by the fall in rice prices caused by the import from Korea and Taiwan of this product. However, this same author shows how from the times of Yamamoto's kingdom until the 19th century, social stratification, which also restricts the different levels of power and determines the place that each individual must occupy, has been well defined in Japanese society. As they have been since the beginning of the Tokugawa period, struggles in Japan occurred between Lords for land domination. This type of horizontal

struggle seems to have been much more common than vertical struggles, which involved challenging the power structure and places of subordination. When they arose, they were quickly quashed, as the author explains. That is why it is prevalent to expect political and economic decisions to be taken from higher up.

This aspect on the incidence of social stratification in the development of horizontal struggles dialogues very well with what McGreevy and Akitsu (2016) say when they argue that collective notions of trust, and could be added, also of loyalty, weaken civil society to stand up against the organisms of authority. For example, after the triple nuclear disaster in 2011, despite the anti-nuclear and environmental movements have reacted to this situation, the majority of citizens, even after having mobilized voluntarily towards the affected areas, did not rally against the reconstruction plans of the SZR (Special Zone for Reconstruction), which they would end up accepting obediently, including in the increase of taxes (SEKINE and BONANNO, 2016). This phenomenon, say the cited authors, unlike the fishermen who had more successful resistance than agriculture, can be explained by a limited debate in the political arena; by loyalty to a government that the farmers' organizations have shown for many years, and by the little external and internal political support they received. According to Hashimoto (2008), it is known that many citizens' groups have been formed from the Teikei to protest against nuclear or anti-GMO plants, for example. Still, we also understand that this social activism tradition is not necessarily being continued by new generations, who show less sympathy for local problems.

In this specific situation that refers to how the population responds to local problems, I would like to make a final discussion focused on concrete answers and how the population assimilates the problems, questions them and assumes them as part of its reality. In this scenario, the questions arise: Is there a discrepancy between the power of appearance and the depth of the contents? Are the problems far away, or even alien to Japanese reality, easier to be assimilated than the problems of my immediate reality? Why?

One of the questions that came up during the interviews was: Taking Japanese society as a point of reference, how would you define the concept of solidarity? “No comment – I am not politically minded.” On another occasion, the question was: In your experience, what would you say is the biggest challenge for organic farming in Japan? “The biggest crisis, which I believe is not limited to Japan, is the extreme climate and repeated natural disasters. I believe that this is caused by the current large scale neoliberal economic system.”

According to a survey conducted by the Ministry of Agriculture, Forestry and Fisheries of Japan (MAFF, 2020, p. 146), 76% of respondents (among a general public) “[...] mentioned safety as a reason for buying organic food, while only 5% cited environmental concerns. As already noted in Palsystem Group consumer-members' surveys, 38.3% of respondents cited food safety as the main reason for participating in the cooperative. In Seikatsu Club Consumer Cooperative, about 90% did so

because of food safety and quality issues. In neither case did environmental concerns come into play. And as you will see, when these problems do appear, they are either too global or too far away to take a position on them.

White (2012, p. 165) pointed out, while reflecting on some aspects of everyday life, that the practice of "not seeing" is away, in part, of resolving or balancing the contradiction in contemporary Japanese life that arises between work and leisure, that is, between personal and social space and time, so "not seeing" is a way of not intervening in an invasive way in the lives of others and also of avoiding the critical gaze of others. In this way, the author exemplified this issue, bringing the testimony of a person who, because he lives so close to his neighbors and listens to their problems, must pretend that he did not see or hear difficult things, which could escape public opinion. "Being acceptable in Japan is complicated and demands more sophisticated efforts than the counterpart understandings in the West would take. Social life is hard work".

In a few lines of a text by Fielding (2004), as soon as he dealt with the subject of social class, he recalls the *tatema* way of speaking (建前) that the Japanese adopt almost always when they answer the questions of strangers, the author says that the definition of this word in the dictionary is "outwardly expressed feelings," but that he prefers to define it as "socially sanctioned deceit," since it is not well seen that the Japanese show their true feelings and their position in public is better valued to maintain social harmony, even if this implies hiding their true feelings. Therefore, we can reflect on this and intuit that the image of things, situations, feelings, etc.; the problem is that the appearance of things, which is shown to be coherent in the face of reality, has a cost on the truly human aspect of reality. Denaturalizing this fact leads to collective coexistence being a functional aspect of the social individual, who, as an individual, often does not have the power to self-determine; society will do it for him.

In an interview that I had with Mr. Shinji Hashimoto (2020), he expressed his deep feeling of change that he believed would come after the triple disaster in Japan in 2011 and, above all, after seeing how some social movements were involved, "yes, I saw that this is a danger for Japan, we have to change again, but they didn't change because Japan does not have the power to change." The Japanese government is starting to bring back nuclear power plants, and the power of corporations is growing, and we do not know if it is growing despite or thanks to what happened. "I thought that this nuclear accident was a good opportunity for Japan to change, but it did not. And people even try not to talk about it [...] they try to keep avoiding the issue. They do not want to see the reality." Also, "many areas have been contaminated, like Tokyo, where it is perilous to live because of radiation [...], but people do not want to talk about it, they do not want to face reality". Mr. Hashimoto continues by saying that they prefer to stay in rich Japan, high economic Japan. When the interviewee starts talking about the young people and their activism in the social movements, he says, "they talk about the Amazon rainforest, far from here, they do not talk about this because it is very close to

them, yes, of course, we have to bring more people and make Japanese society come out of the confusion”.

With this reflection of Mr. Hashimoto and with the fragments of the interviews placed above, one can see how there is more interest in global problems, which of course, generate a general malaise in the world population in which we all are affected and responsible, which paradoxically, ends up distracting our attention from the problems of our own reality. Could this behavior derive from reasoning focused more on the individual as a consumer that centralizes both the responsibility and the power of change?

In summary, a profound connection exists between the emergence of the Teikei system, organic agriculture and Japanese society's transformations. Still, in the same way, the decline of the Teikei also says much about society itself and the challenges it will have to face, asking why the society that saw the birth of the first CSA model is also the first to witness its “sunset,” as it was conceived, is a question that only time will answer.

4. CONCLUSIONS: SOME POINTS OF COMPARISON

After having made this journey through the agri-food system and its permeability with neoliberal policies, in addition to highlighting some elements about the emergence of the Teikei as well as of degrowth, as a model that represents the emergence of organic agriculture and social movements focused on food and the relationships of trust and cooperation that these experiences embody. Without a doubt, it was the concern for the unknown that led to an investigation that sought points of contrast and spaces of reference to understand our own reality and, in this aspect, I am convinced that, to find other answers, we have to learn from other sources and look for elements that we cannot find within our context, within our limited paradigms.

First of all, one of the main differences found concerning the AFNs studied in Brazil and Colombia is the fact that, unlike Japan, they are food-producing countries, not that Japan does not produce. Still, the role that, in historical terms, Latin America has had as an exporter of raw materials and food has been fundamental to the creation of the first world-system that emerged with the mercantile capitalism of 500 years ago. This fact is decisive in defining the pattern of capital reproduction that each country assumes in the international division of labor. In the last decade, both Brazil and Colombia, especially the former, have entered into a second agro-exporting and mineral-energy model, which places agribusiness as one of the main axes of articulation of the national agri-food system, despite the fact that agribusiness does not feed its population, somehow subsumes it over its rationality and becomes a space where political decisions gravitate.

A second point to bear in mind is that the civilian population's responses have to be much more forceful, and concrete alternatives such as AFNs are a way of vindicating the struggle for land, food, and in life itself. It is not a matter of tradition that creates a collective imaginary of resistance in these Latin American countries; it is the right to exist that really guides the practice.

With this, a third aspect appears, the *locus* of enunciation of the groups and social movements is from the margin, that is, there is no credibility for the governments; on the contrary, there is distrust of the system of privileges that stratifies society, that composes the political system and that delivers the wealth of society as a whole to a few hands through the state apparatus. Let us say that the manifestations of struggle and resistance are legitimized in a scenario of broad social inequality. However, it is this historical struggle that demands, questions and takes into its hands a concrete response from the political and institutional instances. This has been much clearer in Brazil, where the grassroots movements are the ones that have triggered an institutional strengthening and, in terms of public policy, on food security and sovereignty and family farming policies. On the one hand, in Colombia, the exercise of a State that has governed more from a necropolitical standpoint than from State policies in defense of the majority constitutes the panorama of social struggle, but it

also explains the formation of weaker institutions. As for Japan, I believe this aspect has more to do with civil society's role in demanding this right.

And finally, the fourth element that I think should be taken into account is that, both in Brazil and in Colombia, societies are less structured than Japanese society; although the family continues to be central to people's lives, there is no system of behavioral, moral and political-ethical codes to guide the duty of citizens. Although the church's role in all areas of people's lives cannot be ignored, the scenario is too diverse to focus on a single explanation.

5. ACKNOWLEDGMENTS

I am very grateful for the opportunity that has been given to me to get to know another context and reality that has enriched my way of thinking and will be a significant contribution to my thesis.

Thanks to the São Paulo Research Foundation – FAPESP, for having financed this project, to the São Paulo State University and to the professor Ph.D. Maria Encarnação Beltrão Sposito, to the Faculty of Agriculture Kyoto University and the professors Ph.D. Motoki Akitsu, Ph.D. Kae Sekine and Ph.D. Hart Nadav Feuer, besides, I extend my gratefulness to the people who kindly allowed me to carry out fieldwork.

6. BIBLIOGRAPHIC REFERENCES

AINOU. Available at: <<http://ainou.or.jp>>. Access in: 12 Jan. 2020.

AVELINE, Natacha, Urbanisme et civilisation urbaine. In : Jean-Marie Bouissou (Org.), **Le Japon contemporain**, Paris: Fayard, 2007, p. 317-338.

BUREAU, Statistics, et al. **The Statistical Handbook of Japan 2019**. Available at: <<https://www.stat.go.jp/english/data/handbook/index.html>>. Access in: 21 Jul. 2020.

CHANCELLOR, Edgar. **Salve-se quem puder**: uma história da especulação financeira, São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

CONNELLY, Sean. **Seikatsu Consumer Coop**: Scaling-up Food System Transformation. Post-doctoral Fellow. BC-Alberta Social Economy Research Alliance, 2010.

DUNCAN, Jessica., PASCUCCI, Stefano. Mapping the Organisational Forms of Networks of Alternative Food Networks: Implications for Transition. **Sociologia Ruralis**, v. 57, n. 3, 2017.

DUSSEL, Enrique. **Marx y la modernidad**: conferencias de La Paz. La Paz: Rincón Ediciones, 2008.

DUSSEL, Enrique. **20 tesis de política**. Venezuela: Fundación Editorial El perro y la rana, 2010.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2019.

FIELDING, Anthony J. Class and space: social segregation in Japanese cities. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 29, n. 1, p. 64-84, 2004.

FLORES URUSHIMA, Andrea. Trends Towards Urbanization in Asia and Oceania. Sidebar: Jakarta (Batavia). In: Alfred J. Andrea. **World History Encyclopedia**, v. 17: Era 8- Crisis and Achievement. Santa Barbara, 2011.

FLORES URUSHIMA, Andrea. Territorial Prospective Visions for Japan's High Growth the Role of Local Urban Development. **Nature and Culture**. v. 1, n. 1, 2015.

FRIEDMA, H; MCMICHAEL, P. Agriculture and the state system: The rise and decline of national agricultures, 1870 to the present. **Sociologia ruralis**, No. 2, vol. 29, p. 93-117, 1989.

HARDMAN, M.; LARKHAM, P.J. **Informal Urban Agriculture**. Springer International Publishing: Cham, Switzerland, 2014.

HATANO T. The Organic Agriculture Movement (Teikei) and Factors Leading to its Decline in Japan, **Journal of Rural and Food Economics**, v. 54, n. 2, Iwanami-shoten, p. 21-34, 2008.

HIROYUKI, Tateno. The meaning of Teikei from the farmer's point of view. In: JOAA (Japan Organic Agriculture Association). **Teikei Networks for Forests, Homelands and the Sea - All Connected Through Humus. River Basin Region Self Sufficiency and Teikei will Drive Organic Agriculture.** Japan Organic Agriculture Association (JOAA), Committee for Organic Agriculture Promotion. 2010.

HISANO, Shuji. Food security politics and alternative agri-food initiatives in Japan. **Working Paper**, n. 131, p. 1-32, 2015.

HISANO, Shuji; AKITSU, Motoki; MCGREEVY, Steven. Revitalising rurality under the neoliberal transformation of agriculture: Experiences of re-agrarianisation in Japan. **Journal of rural studies**, n. 61, p. 290-301, 2018.

HISANO, Shuji. New Development of Transnational Agribusinesses and Subsumption of Food and Agriculture under Global Capitalism (translation). In: 久野秀二. **多国籍アグリビジネスの事業展開と農業・食料包摂の今日的構造.** 農業問題研究学会編, 『グローバル資本主義と農業』, 筑波書房, 2008, p. 81-127.

HOSBAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX**, Editora Companhia das Letras, 1995.

IIZAKA, Tadahiro; SUDA, Fumiaki. Making device for sustainable agricultural systems: A case study of Japanese farmers' markets. In: BONANNO, Alessandro., BAKKER, Hans., JUSSAUME, Raymond., AWAMURA, Yoshio., SHUCKSMITH, Mark. **From Community to Consumption: New and Classical Themes in Rural Sociological Research.** Research in Rural Sociology and Development, Volume 16. Emerald Group Publishing Limited, p. 171-184, 2010.

JOAA (Japan Organic Agriculture Association). **Teikei Networks for Forests, Homelands and the Sea - All Connected Through Humus. River Basin Region Self Sufficiency and Teikei will Drive Organic Agriculture.** Japan Organic Agriculture Association (JOAA), Committee for Organic Agriculture Promotion. 2010.

JOBIN P. **Les maladies industrielles et le renouveau syndical au Japon.** Paris: Ed. EHESS, 560 p. 2006.

KONDOH, Kazumi. **The alternative food movement in Japan: Challenges, limits, and resilience of the teikei system.** Springer Science+Business Media Dordrecht 2014, Agric Hum Values, p.143–153, 2014.

LAGANE, Jean. Du Teikei à L'AMAP, un modèle acculturé. **Développement durable et territoires**, v. 2, n. 2, p. 01-14, 2011.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **L'Anthropologie face aux problèmes do monde moderne**. Tokyo: The Simul Press, Inc., 1988.

MAFF (Ministry of Agriculture, Forestry and Fisheries), 2018. **Annual Report on Food, Agriculture and Rural Areas in Japan**, 2019.

MAFF (Ministry of Agriculture, Forestry and Fisheries), 2016. **Annual Report on Food, Agriculture and Rural Areas in Japan**, 2017.

MAFF (Ministry of Agriculture, Forestry and Fisheries), 2010. **Annual Report on Food, Agriculture and Rural Areas in Japan**. 2011.

MATSUKATA, T. **Yukinogyo undo to “teikei” no networks** (The organic movement and “teikei” networks). Tokyo: Shinyosha, 2008.

MCCLINTOCK, Nathan. Why farm the city? Theorizing urban agriculture through a lens of metabolic rift. **Cambridge journal of regions, Economy and Society**, v. 3, n. 2, p. 191-207, 2010.

MCGREEVY S.R., AKITSU M. Steering Sustainable Food Consumption in Japan: Trust, Relationships, and the Ties that Bind. In: GENUS A. (eds) Sustainable Consumption: Design, Innovation, and Practice. **The Anthropocene: Politik—Economics—Society—Science**, v. 3, Springer, Cham. p. 101-117, 2016.

MCMICHAEL, P. A global interpretation of the rise of the East Asian food import complex. **World Development**, v. 28, n. 3, p. 409-424, 2000.

MCMICHAEL, Philip. A food regime genealogy. **The Journal of Peasant Studies**, v. 36, n. 1, p. 139-169, 2009.

MICHIO, Uozumi. Self sufficient Teikei networks with humus as the link between. In: Japan Organic Agriculture Association (JOAA). **Teikei Networks for Forests, Homelands and the Sea - All Connected Through Humus**. River Basin Region Self Sufficiency and Teikei will Drive Organic Agriculture. Japan Organic Agriculture Association (JOAA), Committee for Organic Agriculture Promotion. 2010.

MIDORI-FARM. Available at: <<https://www.midorifarm.net>>. Access in: 05 Jul. 2020.

MOA (Shizen Nouhou Bunka Jigyoudan). **Heisei 22 nendo Yukinogyo kiso data sakuseijigyo houkokusho** (The 2010 report on organic agricultural basic data). Japan: Shizuoka, 2011.

NAKAJIMA, K. Yuki-nousanbutu kijun gironno kyutenkai (A rapid unfold of the organic food standard). **Seikyo Sogo Kenkyujyo** (Consumer Corporative Institute of Japan), n. 253, p. 27–34, 1997.

NITTO, Hiroyuki. **Invigoratin Japan**. Available at: <[https:// www.jetro.go.jp.html](https://www.jetro.go.jp.html)>. Access in: 04 Agust. 2020.

ODA, Kimisato., RUPPRECHT, Christoph D. D., TSUCHIYA, Kazuaki and MCGREEVY Steven R. **Urban Agriculture as a Sustainability Transition Strategy for Shrinking Cities? Land Use Change Trajectory as an Obstacle in Kyoto City, Japan.** Sustainability, v.10, n. 1048, 2018.

OHKAWA, Kazushi., JOHNSTON, Bruce F and KANEDA, Hiromitsu. **Agriculture and Economic Growth: the Japanese experience.** Princeton, NJ: Princeton University Press, 1970.

ORITO, Etona. Les Teikei: les Precurseurs au Japon de J'Agriculture Biologique: Face a la Catastrophe Nucleaire de Mars 2011. **Geographie et Cultures**, n. 86, p. 83-99, 2013.

PARKER, Gavin. Social innovation in local food in Japan: Choku-bai-jo markets and Teikei cooperative practices. **Working Paper in Real Estate and Planning**, p. 01-22, 2014.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. **The new peasantries: struggles for autonomy and sustainability in an era of empire and globalization.** London: Earthscan, 2008.

SASSEN, Saskia. **Globalization and Its Discontents.** New York: New Press, 1998.

SAKURAI, Célia. **Os japoneses.** 2ed. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

SEKINE, Kae., BONANNO, Alessandro. **The contradictions of neoliberal agri-food: Corporations, resistance, and disasters in Japan.** West Virginia University Press, 2016.

SHIMAHIKARI. Available at: <<http://www.shimahikari.jp>>. Access in: 25 Jan. 2020.

SHIMOSATO-FARM. Available at: <<http://www.shimosato-farm.com>>. Access in: 25 April. 2020.

SEIKATSU-CLUB. Available at: <<https://seikatsuclub.coop>>. Access in: 3 Jul. 2020.

SMITH, Warren W. **Confucianism in modern Japan.** Tokyo: The Hokuseido Press, 1973.

TERUO, Ichiraku. Reprinted from Soil and health [1984]. In: JOAA (Japan Organic Agriculture Association). **Teikei Networks for Forests, Homelands and the Sea - All Connected Through Humus. River Basin Region Self Sufficiency and Teikei will Drive Organic Agriculture.** Japan Organic Agriculture Association (JOAA), Committee for Organic Agriculture Promotion. 2010.

TERUOKA, Shuzo. **Agriculture in the Modernization of Japan (1850-2000).** New Delhi: Manohar, 2008.

TERADA, T. Urban Periphery Landscape: Dichotomization of Urban and Rural Dimensions. In: SHIMIZU, H., TAKATORI, C., KAWAGUCHI, N. Eds. **Labor Forces and Landscape Management**. Singapore: Springer, p. 73–82, 2017.

WHITE, Mery. **Coffee life in Japan**. London: University of California Press, Ltd., 2012.